UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

RENATA FERREIRA MUNHOZ

**Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição
de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade**

Versão revisada

De acordo.

São Paulo, 15 de novembro de 2015.

v.1

Sílvio de Almeida Toledo Neto.

SÃO PAULO
2015

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição
de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade**

Versão revisada

Renata Ferreira Munhoz

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto

v.1

SÃO PAULO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação

Serviço de Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

Ficha catalográfica da tese

CDD

Nome: MUNHOZ, Renata Ferreira

Título: Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Letras

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedico esta tese a meu pai, Francisco Lopes Munhoz, pelo apoio e amor incondicionais em todas as fases da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por meu amadurecimento profissional e pessoal durante o período de elaboração desta tese. Peço a Ele por cada uma das pessoas que me auxiliaram na concretização deste sonho, a quem devo minha mais sincera e eterna gratidão¹, em especial:

Ao Prof. Dr. Sílvio de Almeida Toledo Neto, pelas constantes sabedoria e paciência com que orientou toda a minha formação acadêmica, desde a Iniciação Científica.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto Gonçalves Segundo, pela amizade e generosidade com que orientou a abordagem discursiva desta tese desde o exame de Qualificação.

Ao Prof. Dr. Phablo Roberto Marchis Fachin, pela amizade, apoio e importantes sugestões, especialmente no exame de Qualificação.

À querida Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto, por inspirar-me com seu carisma incomparável, tornando-se meu exemplo de professora e pesquisadora.

Ao saudoso Prof. Dr. Heitor Megale (*in memoriam*), por apresentar-me a Filologia.

Ao Prof. Dr. Ivo José Castro, por acreditar nesta pesquisa, recomendando-o à obtenção de bolsa, e por todo o auxílio na Universidade de Lisboa.

À Rosely de Fátima Silva e ao Júlio Henrique Hiroyuki Fuji, pelo constante auxílio na Secretaria de Pós-graduação do DLCV.

Ao Prof. Dr. Marco Antonio Zago e ao Prof. Dr. Carlos Roberto Azzoni, responsáveis pela gestão do Fundo Sasakawa na FEA/USP, por terem acreditado nesta pesquisa.

Ao Ms. Wilton Oliveira e à Ms. Adriana Molina, pela atenção e cuidado com que acompanharam todas as etapas das bolsas SYLFF e SRA.

Ao Fundo Sasakawa que, por meio do SYLFF (*Ryoichi Sasakawa Young Leaders Fellowship Fund*) e do SRA (*Student Research Abroad*), financiou parte desta pesquisa e possibilitou uma etapa de seu desenvolvimento em Portugal.

Ao Mr. Masahiro Akiyama, Presidente do *Tokyo Foundation*; ao Mr. Yohei Sasakawa, Presidente da *Nippon Foundation*; à Mrs. Mari Suzuki, Diretora do *Leadership Development*; às Mr. Tomoko Yamada, Program Officer; e à Mrs. Yumi Arai, Group Assistant pelo valioso auxílio.

À CAPES por financiar os meses finais desta pesquisa.

Ao Dr. Abel Leandro Freitas Rodrigues, Historiador e Arquivista de Casa de Mateus, por tanto ter contribuído a este trabalho com sua inestimável amizade e com “a boa fé, a rectidão, o zelo discreto e racionável, a paciência, e amor da antiguidade, a instrução competente” (RIBEIRO, 1798 apud Rodrigues (2012, p. 603)), que fazem com que sua trajetória profissional possa ser comparada à dos ilustres Jaime Cortesão e Luís de Bivar Guerra.

¹ Registro meu mais profundo respeito e reconhecimento pelas memórias de Dom Luís António e de Dona Leonor, que tanto propulsionaram este trabalho com sua incrível força simbólica.

À Profa. Dra. Vanessa Martins do Monte, por motivar-me a trabalhar nesta tese com um assunto tão prazeroso.

À Profa. Dra. Alexandra Assis Rosa, por toda a atenção com que me recebeu na Universidade de Lisboa e por suas orientações.

Ao Prof. Dr. António Manuel dos Santos Avelar, pela valiosa orientação sobre a Avaliatividade na Universidade de Lisboa.

Ao Prof. Dr. Carlos Gouveia, pela disponibilidade em conversar sobre os aspectos discursivos deste trabalho na Universidade de Lisboa.

Aos Condes de Mangualde, de Vila Real e de Melo, Dom Fernando de Sousa Botelho Albuquerque e Dona Maria Amélia Albuquerque, pelo apoio e por toda a receptividade na Casa de Mateus.

Às queridas Carla Gomes e Luminita Ghiata, pela assistência e cuidado na Residência de Artistas da Casa de Mateus.

À Dra. Ana Canas Delgado Martins, Diretora do Arquivo Histórico Ultramarino, por todo o apoio a esta pesquisa e por seu modelo de profissionalismo e carisma.

Ao Dr. José Sintra Martinheira, Arquivista do Arquivo Histórico Ultramarino, pelo acompanhamento às análises codicológicas e por todas as valiosas orientações.

Ao Dr. José Luís Nunes Narciso, Arquivista da Biblioteca Nacional de Lisboa, por toda a atenção e auxílio.

Ao Dr. Paulo Tremoceiro, Arquivista da Torre do Tombo, pela paciente atenção com que auxiliou esta pesquisa.

À Dra. Vera Faillace, Chefe da Divisão de Manuscritos da BNRJ, por possibilitar as consultas aos cartulários originais do Fundo Morgado de Mateus.

Ao Dr. Rutonio Sant'Anna, Chefe da Divisão de Obras Gerais da BNRJ, por sua valiosa atenção.

Aos funcionários do APESP, pelo apoio nas diversas etapas da pesquisa: Marcelo Chaves, Diretor do Centro de Difusão e Apoio à Pesquisa; Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, Diretor do Centro de Acervo Permanente; Norma Cassares, Diretora do Núcleo de Conservação; Judie Kristie Pimenta Abrahim, Diretora do Núcleo de Paleografia; Tércio Sandro Nascimento Silva, Diretor de Atendimento.

À Profa. Ms. Paula Held Lombardi Araújo, amiga a quem serei eterna devedora, pelo constante apoio e pela gentil e constante colaboração a este trabalho.

Às Profas. Ms. amigas e companheiras de Doutorado, Ana Cláudia Mota, Elizangela Dias, Giovanna Ike Coan e Luana Souza, por todo o auxílio, sugestões, leituras e, sobretudo, por tornarem essa trajetória acadêmica muito mais leve e agradável.

À querida Elizabete Govetri, pela paciência e parceria para ajudar-me com questões técnicas da pesquisa.

À saudosa Zoraide Martins (*in memoriam*), autora da trilogia de romanceada sobre o Morgado de Mateus, pelo carinho com que me recebeu desde o primeiro contato telefônico, em que afirmou ter eu “feito carinho em sua alma” com esta pesquisa.

À amada Fabiana Sereno Sorrilha, eterna melhor amiga, por tudo o que uma amizade sincera pode significar.

Às minhas mais caras amizades, por suas inúmeras contribuições e, especialmente, por nunca desistirem de mim apesar das ausências na elaboração deste trabalho:

- G7: Ariane Sotto Jaccoud, Cláudia Jussara Zacanini e Fontes, Fernanda Cintra Mora Carvalho, Luciana Gandelini, Mariana Akemi Fujimoto, Patrícia Matsuno Holanda e Vivian Juliana de Lira.

- *Roomies*: Amanda Madureira, Clarissa Rios, Juliana Ziliotto Alves Grandin e Thaís Fernandes.

- Murtos: Corina Rodrigues, Elaine Rosini, Gisélia Santana Ferreira Lima, Luciana Borrelli, Luiz Fernando Vanzella e Sibila Almeida.

- Parceiros de profissão: Assunta Manzi, Carmosina Monteiro, Gislene Barreto, Luiz Cláudio Ribeiro Occhi, Paula Cristina Pedrosa, Nívea Eliane Farah, Sandra Andréia Monteiro Mendonça, Tatiana Navarro e Thaís Cortellini Abrahão.

- Eternos companheiros de jornada: Cícera Máximo Turati, Cristiane Calça, Denilson Máximo Turati, Fábio Soares Martins, Luís Gonzaga de Lima, Maria Lúcia Petreca, Paulo Petreca, Maria Aurora Maffeis e Marlene Duarte Pereira.

Aos parentes, pela torcida e parceria: Nilse Farto Ferreira e José Ferreira de Almeida; Anna Massaioli Lopes (*in memoriam*) e José Lopes Munhoz; Deise Farto Ferreira; Delaine Farto Ferreira Zanellato e Valmir José Zanellato; Margarida Ap. Bueno Retta e Natalino Retta; Alex Bueno Retta; Luciana Bueno Retta Arcibelli, Davison Arcibelli e também aos pequenos, Iza e Enzo.

À Edna Oliveira, por seu profissionalismo e pela ajuda constante.

Ao Josué Brito, maravilhoso professor, por treinar corpo e mente com seu carisma.

À Tânia Regina de Souza, excelente Terapeuta, por auxiliar-me a sempre manter o equilíbrio.

Ao Vinícius de Andrade, por suas sugestões e por trazer música a nossas vidas.

Aos meus amados pais, Denise Farto Ferreira Munhoz, por sempre acreditar em meu potencial e nunca me deixar desistir, e Francisco Lopes Munhoz, a quem dedico esta tese por estar incansavelmente ao meu lado em todas as etapas.

A minha amada e sempre presente irmã, Fernanda Ferreira Munhoz, pelo constante e eterno companheirismo, sem o qual a vida perderia a qualidade e suas mais brilhantes cores.

Ao meu marido, Fábio Bueno Retta, por tantas coisas... Por seus constantes e cuidadosos apoio e compreensão. E, principalmente, pelo amor, alegria e sorrisos nossos de cada dia.

Estimo *que* se aplique tanto o seu governo *que* espero, em |
Nosso *Senhor* o fasa *muito* bem porque sei a Sua *Vontade* o seu
juízo e o | seu desinteresse e quem tem estas três cousas tudo faz
bem | esse lembra *que* *nao* deixa a Sua *Caza* se *nao* por amor ao
seu | Rei, e por adequar um bucadinho de honra: isto tudo de=
| pois do temor de Deus Logo se a Serte.

Dona Leonor de Portugal (esposa do Morgado de Mateus em
carta de 23 de abril de 1766 ao marido)

RESUMO

MUNHOZ, R. F. **Filologia e discurso na correspondência oficial do Morgado de Mateus: edição de documentos administrativos e estudo das marcas de avaliatividade**. 2015. 938 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

Esta tese parte da função substantiva da Filologia ao realizar a transcrição semidiplomática de cem documentos oficiais setecentistas cancelados no período de 1765 a 1775. Esse conjunto contempla exemplares da documentação administrativa ascendente (ativa) e descendente (passiva) do Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, o Morgado de Mateus. O Morgado de Mateus é ora autor, ora interlocutor da Coroa Portuguesa, personificada na autoridade superior do Rei Dom José, que é representado pelo ministro do Reino, o Conde de Oeiras (posteriormente, Marquês de Pombal) e por dois secretários do Reino, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro. Com base nas funções filológica, adjetiva e transcendente, analisam-se os documentos do *corpus* com o apoio das ciências auxiliares da Filologia: a Codicologia, a Crítica Textual, a Diplomática e a Paleografia. A partir dessas abordagens, retratam-se padrões de diferenciação de ordem codicológica, diplomática e paleográfica entre os documentos ativos e os passivos. A oposição entre documentos ativos e passivos (ou ascendentes e descendentes) também se estabelece em nível textual. Para a identificação de diferentes padrões discursivos no *corpus*, partimos de pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), prescrita por Halliday e Matthiessen (2004), que considera a língua como uma rede de sistemas capaz de produzir significados de acordo com o contexto em que é utilizada. A língua, concebida como um sistema aberto e dinâmico orientado para a ação e para a reflexão, é empregada tanto para construir e comunicar as experiências humanas quanto para a negociação das relações interpessoais envolvidas na comunicação, cumprindo as duas metafunções ideacional e interpessoal. Complementar a elas, a metafunção textual seria a codificação dos textos, como processos de significação da língua, produzidos em relação a um dado contexto de ordem situacional e sociocultural. A importância atribuída ao contexto pela LSF acrescenta o viés da contextualização histórica às análises da construção e da estruturação discursivo-textual do *corpus*. Em tais análises destaca-se a metafunção

interpessoal por meio das marcas linguísticas indicativas de valoração. Por conta desses destaques, adota-se a Teoria da Avaliatividade postulada por Martin e White (2005). Dessa forma, apoiadas as análises em pressupostos teórico-metodológicos que permitem um refinamento analítico nos subsistemas da Atitude, da Gradação e do Engajamento, reiteraram-se as distinções entre os eixos ascendente e descendente do *corpus*. Para aprofundar as análises, classificaram-se os documentos, tendo-se em vista o tipo de negociação intersubjetiva almejado. Em acréscimo ao levantamento dos recursos avaliativos pelos quais se vislumbram aspectos da intersubjetividade e da ideologia em voga, mapeiam-se as fórmulas inerentes à documentação oficial administrativa. A associação das perspectivas filológica e discursiva adotadas visam a comprovar a hipótese central desta tese, que é a seguinte: a correspondência oficial analisada apresenta diferentes padrões filológicos e discursivos, condicionados por fatores socioculturais e linguísticos que incidem sobre quem escreve e sobre quem controla a escrita desses documentos.

Palavras-chave: Filologia. Discurso. Correspondências oficiais. Manuscritos setecentistas. Avaliatividade.

ABSTRACT

MUNHOZ, R. F. **Philology and Discourse in the official correspondence of the Morgado de Mateus: the edition of administrative manuscripts and the Appraisal analysis**. 2015. 938 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2015.

This doctoral dissertation deals with the substantive function of Philology by performing the semidiplomatic transcription of 100 eighteenth-century official documents registered by the chancelleries within the period from 1765 to 1775. This range of official handwritten documents covers examples of the administrative documentation as much the ascendant type (active) as the descendant type (passive) of the governor and captain-general of the captaincy of São Paulo, the 'Morgado de Mateus'. The Morgado de Mateus figures as the author in the active documents and in the passive ones as the interlocutor of the Portuguese Kingdom, which is personified by the superior authority of the King Joseph I. The king is represented by the minister of the Kingdom, the Count of Oeiras (posteriorly, the Marquis of Pombal) and its two secretaries, Francisco Xavier de Mendonça Furtado and Martinho de Melo e Castro. The analysis of the *corpus* is developed on the basis of the philological, adjective and transcendent functions and supported by the light of auxiliary sciences of Philology: the Codicology, the Textual Criticism, the Diplomatic and the Paleography. Patterns of differentiation of codicologic, diplomatic and paleographic order depict from this sort of approach among the active and passive documents. The opposition between the active and the passive documents (or ascendant and descendant) is also established at the discursive level. The main theoretical premises behind the attempt of identifying different discursive patterns from the *corpus* are those of the Systemic-Functional Linguistic shared by Halliday and Matthiessen (2004), which consider the language as a web of systems capable of producing significance according to the context in which it is used. The language assumed as an open and dynamic system oriented to the acting and the thinking is employed as much in order to build and communicate human experiences as to negotiate interpersonal relationships involved in communication, accomplishing both metafunctions, ideational and interpersonal. The textual metafunction, as a complement to these, is to be the codification of the texts, as processes of significance in language produced in relation to a given context of situational and sociocultural order. The importance attached to the context by the

Systemic-Functional Linguistic designs the lines of historical contextualization to the analysis of the discursive-textual construction and structuring of the *corpus*. On these grounds, the analysis evidences the interpersonal metafunction by means of the linguistics marks indicating valuation. This study adopts the *Appraisal Theory* postulated by Martin and White (2005) for the reason of these evidences. In this way, analysis based on theoretic-methodological premises that allow the analytical refining of the subsystems of Attitude, Graduation and Engagement reaffirmed the distinctiveness between the ascendant and the descendant axes of the *corpus*. Aiming the deepening of the present studies, the documents are classified according to the type of intersubjective negotiation targeted. In addition to the collecting of evaluative resources, by which we envisioned some aspects of the trending intersubjectivity and ideology, this work presents a mapping of the formula inherent to the administrative official documentation. From the outcome of our investigation, carried out through the association of the philological and the discursive perspective, it is provided confirmatory evidence to prove the central hypothesis of this work: the official correspondence analyzed demonstrates the existence of different philological and discursive patterns that are conditioned by factors from sociocultural and linguistic order affecting who writes the documents and also who controls the writing of these sort of papers.

Keywords: Philology. Discourse. Official correspondence. Eighteenth-century manuscripts. Appraisal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores de classificação do <i>corpus</i>	55
Figura 2 - Exemplo de espaçamento.....	59
Figura 3 - Mapa dos Estados do Grão-Pará e Maranhão e do Brasil.....	419
Figura 4 - Antigo Palácio dos Vice-Reis.....	421
Figura 5 - Mapa da região da capitania de São Paulo até o ano de 1720.....	424
Figuras 6 e 7 - Nomeação do Morgado de Mateus a Governador.....	429
Figura 8 - Questionário que apoiou o governo do Morgado de Mateus.....	430
Figura 9 - Carta instrutiva.....	433
Figura 10 - Registro da tença a favor do Morgado de Mateus.....	436
Figura 11 - Títulos de Dom Luís António.....	437
Figura 12 - Retrato de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão.....	438
Figura 13 - Dona Maria Coelho, a Velha.....	440
Figura 14 - Dr. Matias Álvares Mourão de Aguiar.....	440
Figura 15 - Cúpula da Capela da Casa de Mateus.....	441
Figura 16 - Fachada principal do Palácio de Mateus.....	442
Figura 17 - Vistas dos jardins da Casa de Mateus.....	442
Figura 18 - Biblioteca da Casa de Mateus.....	443
Figura 19 - Arquivo da Casa de Mateus.....	443
Figura 20 - Escritura de dote e contrato de casamento de Dom Luís António.....	446
Figura 21 - Carta autógrafa de Dona Leonor.....	447
Figura 22 - Pé do sapato de Dona Leonor.....	449
Figura 23 - Folha de rosto de um livro pertencente a Dona Leonor.....	449
Figura 24 - Retrato do 5º Morgado de Mateus.....	450
Figura 25 - Retrato da Viscondessa da Lapa.....	450

Figura 26 - Livros de Dom Luís António sobre questões linguísticas.....	456
Figura 27 - Folha de rosto de um dos livros de Dom Luís António.....	456
Figura 28 - Carimbo “SOU de Dom Luís António de Sousa Botelho Mouraõ.....	456
Figura 29 - Farmácia que acompanhava o Morgado de Mateus.....	462
Figura 30 - Dona Isabel Juliana José de Sousa e Meneses.....	462
Figura 31 - Carta ao seu sucessor.....	465
Figura 32 - Tela de Nossa Senhora da Boa Viagem.....	471
Figura 33 - Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres.....	472
Figura 34 - Ostensório.....	474
Figura 35 - Outro ostensório.....	474
Figura 36 - Corpo de São Marcos Mártir.....	475
Figura 37 - Campainha benta com declaração de autenticidade.....	476
Figura 38 - Interior da Capela Nossa Senhora dos Prazeres.....	477
Figura 39 - Rei Dom José I.....	479
Figura 40 - Assinaturas de Sebastião José de Carvalho e Melo.....	480
Figura 41 - O Rossio antes do terremoto de 1755.....	482
Figura 42 - Conde de Oeiras.....	484
Figura 43 - Pintura do Conde de Oeiras com seus irmãos.....	488
Figura 44 - Organograma do itinerário burocrático das correspondências.....	504
Figura 45 - Carta enviada diretamente ao Rei.....	512
Figura 46 - Fluxograma das consultas.....	535
Figura 47 - Visualização do caderno bínio aberto.....	549
Figura 48 - Letreiro da marca d’água.....	550
Figura 49 - Marca d’água mais encontrada no <i>corpus</i> , <i>D & C Blauw</i>	551
Figura 50 - Marca d’água <i>D Seville & Wend</i>	552
Figura 51 - Brasão da marca d’água <i>J C & I Honig</i>	553

Figura 52 - Brasão da marca d'água P.....	554
Figura 53 - Documento 2541 do PRBRB.....	556
Figura 54 - Modelo de Ficha Codicológica.....	557
Figura 55 - Sobrescrito do doc. 93.....	589
Figura 56 - Sobrescrito do doc. 89.....	589
Figura 57 - Sobrescrito do doc. 7.....	590
Figura 58 - Sacos de transportar correspondência.....	590
Figura 59 - Certidão do Secretário de governo, Tomás Pinto da Silva.....	593
Figura 60 - Exemplo de capilha.....	594
Figura 61 - Exemplo de página descritiva.....	595
Figura 62 - Exemplo de documento do AHU.....	596
Figura 63 - Lata 420 do APESP.....	598
Figura 64 - Cartulário 170.....	598
Figura 65 - Primeira página do cartulário 170.....	599
Figura 66 - Lombada do cartulário	599
Figura 67 - Exemplo de página impressa.....	600
Figura 68 - Modelo de documento impresso.....	601
Figura 69 - Fragmento autógrafo do Conde de Oeiras.....	616
Figura 70 - Fragmento autógrafo do Francisco Xavier de Mendonça Furtado.....	617
Figura 71 - Fragmento autógrafo do Martinho de Melo e Castro.....	617
Figura 72 - Fragmento de uma carta autógrafa do Conde de Oeiras ao filho.....	618
Figura 73 - Punho do Secretário Tomás Pinto da Silva.....	619
Figura 74 - Carta patente controlada por Tomás Pinto da Silva.....	620
Figura 75 - Nota autógrafa de Tomás Pinto da Silva após texto tipográfico.....	621
Figura 76 – Exemplos de caligrafias de escrivães.....	621
Figura 77 - Atestado da presença do Morgado de Mateus na Secretaria.....	622

Figura 78 - Exemplos de documentos autógrafos do Morgado de Mateus.....	623
Figura 79 - Borrão da resposta do Conde de Oeiras.....	628
Figura 80 - Modelo de exercício caligráfico.....	638
Figura 81 – Exemplos de datação cronológica posterior.....	655
Figura 82 - Forma desenvolvida de ‘VossaExcellencia’.....	655
Figura 83 - Forma desenvolvida de ‘Illustrissimo e Excelentissimo Senhor’.....	656
Figura 84 - Exemplos de indicação das vias nos documentos ativos.....	657
Figura 85 - Exemplos de indicação das vias nos documentos passivos.....	657
Figura 86 - Exemplo de cópia identificada apenas pela ausência de assinatura.....	658
Figura 87 - Exemplo de cópia identificada apenas pela assinatura.....	658
Figura 88 - Erro por substituição.....	669
Figura 89 - Esquema da Atitude.....	680
Figura 90 - Esquema da Gradação.....	682
Figura 91 - Esquema do Engajamento.....	683
Figura 92 - Fórmula diplomática abreviada.....	709
Figura 93 - Localização da fórmula na estrutura do documento.....	711
Figura 94 - Nuvem das fórmulas diplomáticas do eixo ativo do <i>corpus</i>	717
Figura 95 - Nuvem das fórmulas diplomáticas do eixo passivo do <i>corpus</i>	718
Figura 96 - Abreviatura comumente usada e sua versão desenvolvida.....	741
Figura 97 - Nuvem de palavras com as tratativas do <i>corpus</i>	744
Figura 98 - Esquema de classificação geral do <i>corpus</i>	764
Figura 99 - Exemplos de resultados quantitativo de análise.....	766

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - A edição semidiplomática e a dos <i>Documentos Interessantes</i>	39
Quadro 2 - Descrição dos documentos ativos do <i>corpus</i>	42
Quadro 3 - Descrição dos documentos passivos do <i>corpus</i>	49
Quadro 4 - Exemplo de verbete descritivo.....	54
Quadro 5 - Sumário do <i>corpus</i>	62
Quadro 6 - Categorias contextuais da LSF.....	415
Quadro 7 - Temas abordados nos documentos do <i>corpus</i>	492
Quadro 8 - Modelos das espécies documentais contidas no <i>corpus</i>	513
Quadro 9 - Numeração atribuída ao <i>corpus</i> em seu período de produção.....	516
Quadro 10 - Modelo das espécies documentais “registro” e “sobrescrito”	520
Quadro 11 - Documentos impressos.....	602
Quadro 12 - Alfabeto maiúsculo do punho do Morgado de Mateus.....	624
Quadro 13 - Alfabeto maiúsculo do punho do Morgado de Mateus.....	625
Quadro 14 - Autores materiais do <i>corpus</i> ativo.....	630
Quadro 15 - Distribuição dos autores materiais do <i>corpus</i> ativo.....	631
Quadro 16 - Autores materiais identificados em documentação brasileira.....	632
Quadro 17 - Autores materiais identificados em documentação portuguesa.....	639
Quadro 18 – Abreviaturas por suspensão.....	643
Quadro 19 – Abreviaturas por contração.....	643
Quadro 20 – Abreviaturas por letras superpostas.....	644
Quadro 21 – Abreviaturas por sinal especial.....	651
Quadro 22 – Abreviatura numérica.....	651
Quadro 23 – Abreviaturas mistas.....	652
Quadro 24 – Siglas simples.....	653

Quadro 25 – Siglas reduplicadas.....	653
Quadro 26 – Notas tironianas.....	653
Quadro 27 - Assinaturas autógrafas dos autores intelectuais do <i>corpus</i>	660
Quadro 28 - Organização dos testemunhos para cotejo.....	662
Quadro 29 – Variantes gráficas.....	663
Quadro 30 - Variantes referentes a abreviaturas.....	666
Quadro 31 - Variantes consonantais.....	668
Quadro 32 - Cinco níveis de instanciãõ.....	674
Quadro 33 - Exemplificações da Teoria da Avaliatividade.....	684
Quadro 34 - Classificação dos documentos do <i>corpus</i> em MNI.....	700
Quadro 35 - Correlações das fórmulas discursivas.....	724
Quadro 36 - Padrões intersubjetivos representados pelo par correlativo.....	757
Quadro 37 - Estratégias de MNI empregadas no <i>corpus</i>	829
Quadro 38 - Dicotomia da valoração do Rei e de seu agressor.....	901

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de espécies documentais.....	55
Tabela 2 - Quantidade de espécies documentais.....	56
Tabela 3 - Quantidade de autores intelectuais.....	57
Tabela 4 - Vias da documentação do <i>corpus</i>	658
Tabela 5 - MNI nos eixos Ativo e Passivo do <i>corpus</i>	701
Tabela 6 - Fórmulas diplomáticas nos documentos ativos.....	716
Tabela 7 - Fórmulas diplomáticas nos documentos passivos.....	717
Tabela 8 - Tratativas no <i>corpus</i>	744
Tabela 9 - Ocorrências de Afeto no <i>corpus</i>	767
Tabela 10 - Ocorrências de Julgamento no <i>corpus</i>	767
Tabela 11 - Ocorrências de Apreciação no <i>corpus</i>	768
Tabela 12 - Polaridade da Atitude no <i>corpus</i>	775
Tabela 13 - Ocorrências de Gradação no <i>corpus</i>	777
Tabela 14 - Ocorrências de Expansão dialógica no <i>corpus</i>	786
Tabela 15 - Ocorrências de Contração dialógica no <i>corpus</i>	786
Tabela 16 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Crítico.....	833
Tabela 17 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Exaltativo.....	860
Tabela 18 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Exortativo	873
Tabela 19 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Informativo	889

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Espécies documentais nos documentos ativos.....	55
Gráfico 2 - Espécies documentais nos documentos passivos.....	56
Gráfico 3 - Quantidade de autores intelectuais nos documentos ativos.....	57
Gráfico 4 - Quantidade de destinatários nos documentos passivos.....	57
Gráfico 5 - Quantidade de cada marca de papel no <i>corpus</i>	556
Gráfico 6 - MNI nos eixos Ativo e Passivo do <i>corpus</i>	701
Gráfico 7 - Ocorrências de Atitude no <i>corpus</i>	768
Gráfico 8 - Polaridade da Atitude no <i>corpus</i>	776
Gráfico 9 - Ocorrências de Gradação no <i>corpus</i>	777
Gráfico 10 - Ocorrências da Gradação de Força no <i>corpus</i>	784
Gráfico 11 - Ocorrências de Engajamento no <i>corpus</i>	787
Gráfico 12 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Crítico.....	834
Gráfico 13 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Exaltativo.....	860
Gráfico 14 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Exortativo.....	873
Gráfico 15 - Ocorrências da Avaliatividade no MNI Informativo.....	890

LISTA DE SIGLAS

ACM = Arquivo da Casa de Mateus

APESP = Arquivo Público do Estado de São Paulo

BNRJ = Fundação Biblioteca Nacional do Brasil no Rio de Janeiro

IEB = Instituto de Estudos Brasileiros da USP

PRBRB = Projeto Resgate Barão do Rio Branco

LSF = Linguística Sistêmico-Funcional

MNI = Modo(s) de Negociação Intersubjetiva

SUMÁRIO

- VOLUME 1

1 INTRODUÇÃO	25
---------------------------	-----------

- PARTE I: Os documentos setecentistas e seu período de produção

2 APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>.....	37
2.1 Descrição documental.....	41
2.2 Aspectos quantitativos do <i>corpus</i>	54
2.3 Acerca da edição semidiplomática.....	58
2.4 As normas de transcrição adotadas.....	59
2.5 Sumário do <i>corpus</i>	62
2.6 O <i>corpus</i>	64
3 CONTEXTO HISTÓRICO.....	408
3.1 Sobre o conceito de contexto.....	411
3.2 Contextualização político-administrativa do momento histórico.....	416
3.3 A capitania de São Paulo.....	421
3.4 Títulos honoríficos e mercês reais.....	426
3.5 A nomeação de Dom Luís António.....	428
3.6 O Morgado de Mateus.....	436
3.7 Autores passivos.....	477
3.7.1 O Rei Dom José I.....	478
3.7.2 O Conde de Oeiras.....	480
3.7.3 Francisco Xavier de Mendonça Furtado.....	488
3.7.4 Martinho de Melo e Castro.....	490
3.8 Temas abordados nos documentos.....	491

- PARTE II: Perspectiva Filológica

4 ASPECTOS DIPLOMÁTICOS.....	494
4.1 Arquivos, legitimadores da documentação oficial.....	496
4.2 Espécie e gênese documentais.....	502
4.3 Autoria do <i>corpus</i>	522

4.4 Circulação dos documentos manuscritos do <i>corpus</i>	530
5 ASPECTOS CODICOLÓGICOS	541
5.1 Penas de aves como instrumentos da escrita.....	543
5.2 Tinta ferrogálica para o brilho da escrita.....	544
5.3 Papéis como suporte da escrita.....	546
5.4 Descrição codicológica.....	557
5.5 Documentos ativos como exemplares avulsos.....	591
5.6 Documentos passivos em seus cartulários.....	596

- VOLUME 2

6 ASPECTOS PALEOGRÁFICOS	610
6.1 Identificação de punhos.....	612
6.2 Abreviaturas.....	641
6.3 As vias dos documentos do <i>corpus</i>	656
6.4 Cotejo dos documentos com mais de um testemunho.....	659

- PARTE III: Perspectiva da Análise do Discurso

7 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	671
7.1 Linguística Sistemico Funcional.....	673
7.2 A Teoria da Avaliatividade.....	676
7.3 Acerca da Ideologia.....	688
7.4 Perspectiva da (inter)subjetividade da linguagem.....	695
7.5 Modos de Negociação Intersubjetiva.....	699
8 AS FÓRMULAS NO DISCURSO DO <i>CORPUS</i>	703
8.1. Fórmulas diplomáticas.....	708
8.2. Fórmulas discursivas.....	719
8.2.1 Fórmulas pragmáticas.....	725
8.2.2 Fórmulas retóricas.....	731
8.2.3 Fórmulas ideológicas.....	734
8.2.3.1 Tratativas honoríficas.....	740
8.4 À guisa de conclusão.....	745
9 ASPECTOS COESIVOS	748
9.1 A construção coesiva “não só, mas também”	751

9.1.1 Ocorrências no <i>corpus</i> ativo.....	752
9.1.2 Ocorrências no <i>corpus</i> passivo.....	754
10 ANÁLISES DO DISCURSO.....	762
10.1 Análises quantitativas.....	764
10.2 Análises de exemplares prototípicos de cada MNI.....	794
10.2.1 Protótipo de MNI Crítico Ativo.....	794
10.2.2 Protótipo de MNI Crítico Passivo.....	803
10.2.3 Protótipo de MNI Exaltativo Ativo.....	807
10.2.4 Protótipo de MNI Exaltativo Passivo.....	810
10.2.5 Protótipo de MNI Exortativo Ativo.....	813
10.2.6 Protótipo de MNI Exortativo Passivo.....	817
10.2.7 Protótipo de MNI Informativo Ativo.....	819
10.2.8 Protótipo de MNI Informativo Passivo.....	826
10.3 Estratégias empregadas em cada MNI.....	828
10.4 Análise das estratégias de MNI.....	831
10.4.1 Estratégias de MNI Crítico.....	833
10.4.1.1 Os inimigos da política pombalina.....	835
10.4.1.2 A preguiça dos naturais como entrave ao desenvolvimento da colônia.....	842
10.4.2 Estratégias de MNI Exaltativo.....	859
10.4.2.1 Discurso laudatório.....	861
10.4.2.2 Manutenção do <i>ethos</i> pelo rebaixamento.....	865
10.4.3 Estratégias de MNI Exortativo.....	872
10.4.3.1 Orientações e ordenanças.....	874
10.4.3.2 Para lidar com as ordens recebidas.	879
10.4.4 Estratégias de MNI Informativo.....	889
10.4.4.1 Informações detalhadas para se dizer o essencial.....	890
10.4.4.2 Informar sobre o privado nas correspondências públicas.....	902
10.5 À guisa de conclusão.....	909
11 CONCLUSÕES.....	911
12 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	919

1 INTRODUÇÃO

Construir um mosaico credível e fidedigno do funcionamento e das principais nuances da ação governativa colonial do século XVIII, vistos por um prisma novo, raro, peculiar e, certamente, fascinante (BELLOTTO, 2014, p. 402).

A presente tese trabalha com a análise de exemplares² da correspondência administrativa oficial trocada entre a metrópole portuguesa e a capitania de São Paulo no período de 1765 a 1775, quando Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão³ atuou como Governador e Capitão-General. Para analisar os manuscritos que registram a política pombalina no ultramar, empregam-se duas perspectivas diferentes: a da Filologia⁴ e a da Análise do Discurso, pelas quais se descrevem padrões a serem testados em outros conjuntos documentais.

Decorre da adoção das duas vertentes científicas a primeira hipótese que fundamenta esta pesquisa. Defende-se a possibilidade de analisar-se a construção e a estruturação discursivo-textual de manuscritos oficiais setecentistas. Contanto que a análise discursiva seja realizada com o alicerce dos tradicionais estudos filológicos apoiados nas ciências auxiliares da Codicologia, da Crítica textual, da Diplomática e da Paleografia, todas trabalhadas nessa tese.

Deve-se explicitar, entretanto, que a seleção da interface da Análise do Discurso não foi aleatória. Tampouco resultou de imposições externas de aplicação da interdisciplinaridade, conforme previsto por Cunha (2004, p. 348)⁵. A escolha decorreu do desenvolvimento da primeira etapa filológica, a da edição textual, em que se

² A escolha da documentação que compõe o *corpus* desta tese resulta dos estudos anteriores sobre registros do mesmo período. Durante o período de Iniciação Científica prepararam-se transcrições de documentos da segunda metade do século XVIII catalogados pelo PRBRB. Posteriormente, a dissertação de Mestrado estudou manuscritos produzidos no governo do Morgado de Mateus e arquivados no APESP.

³ Optou-se por grafar o nome da personagem histórica central desta tese, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, conforme fora registrado no português europeu. Ao longo da tese, será nomeado tanto por seu primeiros nomes “Dom Luís António”, quanto por seu cognome “Morgado de Mateus”.

⁴ De acordo com Cunha (2004, p. 341), *Philólogos* é a grafia grega do termo, empregada pela primeira vez no diálogo platônico Fedro, com o significado de “admirador da palavra”. Ainda segundo o mesmo autor, de maneira genérica, a ciência da Filologia representa labor fundamental para a preservação do patrimônio literário da humanidade. Em acréscimo à função de restituir documentos, a Filologia e suas ciências auxiliares encarregam-se de análises essenciais ao estudo de documentação de séculos anteriores, processo de “filtragem filológica” que antecederia qualquer análise linguística, de acordo com Castro (2008, p. 82).

⁵ “Cobra-se do filólogo a aplicação à análise de textos do passado de teorias linguísticas e literárias recentes” (CUNHA, 2004, p. 348).

observou a recorrência de termos avaliativos⁶ no discurso⁷ oficial. Dessa observação decorreu o interesse pela valoração da linguagem e a consequente necessidade de adotar-se uma abordagem que abrangesse categorizações mais amplas do que as delimitações morfossintáticas.

A assunção da perspectiva discursiva contribui aos estudos filológicos à medida que amplia o escopo de análise da função transcendente⁸. Do mesmo modo, a associação das duas concepções teóricas e metodológicas denota relevância também aos estudos discursivos. Afinal, a inclusão de documentos de séculos anteriores aos *corpora* da Análise do Discurso tanto amplia as possibilidades de aplicação das teorias quanto dilata as formas de abordagem, incluindo, por exemplo, o viés histórico-social às interpretações.

Como segunda hipótese, oriunda da primeira, acredita-se haver diferenças de ordem filológica e discursiva na estrutura dos documentos filiados às duas direções documentais do *corpus*⁹. As distinções entre os dois eixos ultrapassariam os padrões de natureza político-administrativa impressos na formatação redacional das espécies documentais, estendendo-se aos níveis da materialidade (codicológica e paleográfica) e alcançando o nível discursivo. Pretende-se demonstrar outros fatores que interferem diretamente no tipo de discurso veiculado em cada documento, além das padronizações previstas pela Diplomática. Considera-se como um dos aspectos responsáveis pela construção discursiva o que aqui se chamará de “Modo de Negociação Intersubjetiva”¹⁰ (MNI) de cada documento, que se associa à intenção comunicativa e à hierarquia social dos interlocutores.

⁶ O termo “avaliativo” ou “valorativo” deriva do conceito de “Avaliatividade” empregado neste trabalho pela perspectiva de Martin e White (2005, p. 1), com a ideia de “*Appraisal*” enquanto representação da interpessoalidade e presença subjetiva do autor em seu texto. A subjetividade pressupõe a adoção de perspectivas para o que comunica, seja manifestando seu posicionamento, seja tentando direcionar o interlocutor, ou ainda trabalhando o próprio *ethos*.

⁷ O termo “discurso” será grafado, via de regra, com inicial minúscula, designando tanto as produções de sentido quanto as representações sociais determinadas.

⁸ De acordo com Spina (1994, p. 83), a função transcendente da Filologia visa a empregar o texto como um instrumento que permita reconstruir a vida espiritual do povo que produziu o dado documento.

⁹ As duas direções documentais são representadas no *corpus* pelo eixo ascendente ou ativo, que contém os documentos enviados pelo Morgado de Mateus da capitania de São Paulo a Portugal e pelo descendente ou passivo, que conta com as correspondências enviadas dos governantes portugueses ao Governador de São Paulo. Com o apoio de pesquisadores da área, selecionaram-se os cem documentos⁹ que compõem o *corpus*, dos quais 50 são ativos, enviados de São Paulo pelo Governador e Capitão-general, o Morgado de Mateus, a seus superiores no reino. A segunda metade é composta por documentação enviada ao governante pelo próprio Rei Dom José, em cartas régias, pelo Marquês de Pombal e por dois Secretários de Estado: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro.

¹⁰ Os MNI consistem em um critério de classificação das maneiras como as relações interpessoais são abordadas na construção discursivo-textual, de acordo Gonçalves Segundo (2011, p. 249).

Para a realização dessa proposta de trabalho¹¹, selecionaram-se cem manuscritos chancelados nos anos do governo do Morgado de Mateus e que tratam da administração colonial brasileira. A necessidade de delimitação do *corpus* retrata o enquadramento da pesquisa em um limite de tempo e a intenção de que os dados trabalhados pudessem ser observados no âmbito do próprio conjunto documental¹². Ademais, o recorte documental visou à pontualidade das análises, bem como a disponibilizar um instrumental aplicável a outros projetos semelhantes de pesquisa. Pode-se justificar a seleção dos documentos tanto pela contribuição de um *corpus* ainda não publicado, quanto pela impossibilidade do estudo linguístico exaustivo do período. Em acréscimo, a escolha do *corpus* deveu-se a seu caráter administrativo e oficial¹³, capaz de conter as camadas da intersubjetividade discursiva e de representar os meandros ideológicos propostos pela política pombalina.

O estudo desses registros manuscritos selecionados é significativo para o conhecimento do período histórico uma vez que as correspondências oficiais mantiveram-se manuscritas¹⁴ no Brasil colonial. Como o meio precípua de comunicação entre as autoridades do governo, os manuscritos podem ser considerados “tecidos”, em que, de acordo com Bourdieu (1983, p. 163), entrelaçam-se fatores das condições de sua produção, tais como o contexto histórico-social em que se instaurou e relevo social de seus interlocutores. A observação dessas condições de produção, dada a sua influência ao discurso, norteará as análises filológicas e discursivas desta tese.

¹¹ Pretende-se, com base na defesa das duas hipóteses, demonstrar a possibilidade desenvolverem-se pesquisas que enfoquem o pareamento entre os estudos da Filologia e da Análise do Discurso, de modo a permitir que essa interdisciplinaridade contribua ao avanço das duas áreas do conhecimento. Em acréscimo, intenciona-se delinear uma trajetória para o preenchimento da lacuna existente entre os estudos linguisticamente orientados e as abordagens baseadas no social, conforme apontado por Van Dijk (2012, p. 131). Essa perspectiva dos estudos discursivos aponta serem necessários os conceitos históricos e sociológicos às análises do discurso. Do mesmo modo, os estudos de cunho social podem servir-se de questões da ordem do discurso. Distante da pretensão de abranger as tantas áreas de conhecimento que o estudo mais detido de cada um dos textos que compõem o *corpus* demandaria, propõe-se a apropriação de teorias já fundamentadas nas áreas correlatas como aporte à compreensão mais ampla dos manuscritos setecentistas.

¹² Resulta dessa proposta a inclusão do *corpus* no bojo do trabalho e não isoladamente, em anexo.

¹³ Motivos similares tornam os textos *não-literários* a fonte preferida dos linguistas, pois são “escritos para servir finalidades práticas relacionadas com a administração, o direito público ou privado e a actividade de económica [...] geralmente explícitos quanto ao local e à data em que foram escritos e quanto aos participantes nos diversos níveis da sua produção” (CASTRO, 2008, p. 79).

¹⁴ Embora haja documentação oficial descendente tipográfica, as ascendentes são todas manuscritas por conta da proibição de produções impressas no Brasil até 1808. Ademais, os documentos impressos portugueses restringiam-se às espécies documentais de caráter mais geral, tais como cartas patente ou de sesmaria.

Optou-se por não se delimitarem eixos temáticos para a composição do *corpus*. É certo que a seleção temática permitiria realizar um trabalho mais vertical de aprofundamento em relação ao contexto. Entretanto, preferiu-se elencar, com base no critério filológico da Diplomática¹⁵, um apanhado de textos que perpassem todo o período de governo do Morgado de Mateus, em que diversos temas aparecem pulverizados. A diversidade temática conduz a análises horizontais, em que o nível discursivo permite vislumbrarem-se estratégias e abordagens diversas.

A realização da análise discursiva pretendida exigiu a adoção uma perspectiva teórica de ordem linguística que, somada às análises filológicas, mapeasse as marcas de valoração veiculadas no discurso dos manuscritos da segunda metade do século XVIII. Diante dessa expectativa e tendo em vista as diversas possibilidades de correntes da Análise do Discurso¹⁶, optou-se pela linha sistêmico-funcionalista, que entende a língua como um fenômeno essencialmente social. Essa visão mais ampla considera o contexto situacional, de modo a relacionar o registro linguístico com o seu meio de produção, de acordo com as metafunções Ideacional, Interpessoal e Textual. Como um desdobramento da metafunção Interpessoal dessa corrente, adotou-se a Teoria da Avaliatividade, em que se enfocam os recursos semânticos constitutivos da avaliatividade e da perspectiva nos textos, especialmente acerca da transação de valores, emoções e julgamentos.

Apoiando-se nesses pressupostos teóricos, a metodologia deste trabalho fundamenta-se na proposta precípua da Filologia, a de fornecer testemunhos confiáveis por meio da produção de lições fidedignas de manuscritos do passado. Destarte, preparam-se as transcrições semidiplomáticas dos cem manuscritos ainda não publicados que compõem o *corpus*. Por se tratar de edições fidedignas ao estado de língua em que foram grafados, os documentos inéditos disponibilizados no capítulo 2 podem ser estudados a partir de outras teorias linguísticas, conforme apontou Megale¹⁷ (1998, p. 11).

¹⁵ O ponto de união do *corpus* é de ordem filológica, mais especificamente de ordem diplomática, pela seleção da gênese e direções documentais, da autoria intelectual e das espécies documentais.

¹⁶ A Análise do Discurso é representada por teorizações e metodologias bastante diversas e até mesmo controversas entre si. Há, por exemplo, a linha francesa a partir dos profícuos estudos de Michel Pêcheux de que derivam, no Brasil, os trabalhos de Eni Orlandi. De posicionamento diverso, há a Análise do Discurso americana apoiada nos também seminais trabalhos de Deborah Tannen e Deborah Schiffrin. Adota-se a perspectiva sistêmico-funcionalista, em que a língua é entendida como uma rede de sistemas, conforme se explica a seguir.

¹⁷ Citamos a seguinte passagem: “as teorias passam e os dados lingüísticos, se filologicamente corretos, de que se utilizaram, não apenas permanecem, como podem vir a ser recebidos e analisados, sob diferente perspectiva, por outras novas teorias”, a fim de destacar o caráter indispensável da

A escolha do critério semidiplomático de transcrição, comum aos trabalhos da área¹⁸, deve-se ao fato de a atualização da língua do período aos critérios ortográficos e gramaticais contemporâneos não autorizaria, por exemplo, estudos de ordem linguística. Dessa forma, os critérios semidiplomáticos prezam pela conservação do estado de língua registrado no dado momento linguístico e podem, por consequência, disponibilizar instrumental a pesquisas interessadas em aspectos linguísticos, históricos ou sociais da capitania de São Paulo no período do governo do Morgado de Mateus.

Trabalhou-se, pois, com a função substantiva da Filologia, de acordo com Spina (1994, p. 77), para a edição dos documentos manuscritos que compõem o *corpus*. A seguir, cumpriram-se as funções adjetiva, com o estudo pormenorizado dos textos; e a transcendente, com a busca da compreensão da cultura do período histórico em que os manuscritos foram produzidos. A ordem de apresentação dos capítulos desta tese baseia-se, pois, na sequência metodológica de trabalho desenvolvida, conforme se explica a seguir.

Os capítulos dividem-se em três partes. A primeira, intitulada “Os documentos setecentistas e seu período de produção”, contempla o capítulo de apresentação dos documentos estudados, seguido da transcrição integral de todo o *corpus* e o contexto histórico. Na segunda parte, apresentam-se os capítulos referentes à “Perspectiva Filológica”, incluindo as análises diplomáticas, codicológicas e paleográficas. Antecedendo as conclusões, a terceira parte trata da “Perspectiva da Análise do Discurso”, com os pressupostos teóricos, a linguagem formulaica, aspectos coesivos e as análises do discurso veiculado no *corpus*. Essa estrutura foi dividida em dois volumes. Este primeiro contempla a parte I e a II parcialmente, enquanto o segundo volume contém o último capítulo da segunda parte, referente aos aspectos paleográficos, e toda a parte III.

incursão metodológica desta tese. Justifica-se, por conseguinte, a adoção do embasamento teórico da Filologia, dada a indispensável análise de cunho filológico que deve preceder quaisquer outras considerações.

¹⁸ A partir de 1997, grande parte dos projetos da área de Filologia e Língua Portuguesa da Universidade de São Paulo tem seguido a perspectiva do resgate de registros, com base no Projeto Filologia Bandeirante. Conforme Cohen et alii (1997), o PHPP foi inspirado no Projeto Filologia Barranquenha de Leite de Vasconcellos, cujos objetivos também eram lançar luzes sobre questões referentes a dados linguísticos por meio de edições fidedignas de textos do passado. Desde 1998, com o estabelecimento das normas de transcrição semidiplomática publicadas por Cambraia et al. (2001, p. 13), as pesquisas produzidas pela área adotam a perspectiva semidiplomática de transcrição, reproduzindo-se fidedignamente a língua do documento, conforme explicado no capítulo 2, “Apresentação do *corpus*”.

No primeiro volume, logo após este capítulo introdutório, apresenta-se o *corpus*, uma vez que representa a primeira etapa metodológica e embasa todas as demais partes da tese. Segue a contextualização histórica, no sentido de explicitarem-se os dados da função adjetiva da Filologia. Na sequência, apresentam-se as análises filológicas, em que se abordam aspectos diplomáticos, codicológicos e paleográficos. Por fim, trata-se da pormenorização teórica que embasa a análise discursiva, comparando-se os documentos pertencentes eixo ascendente e ao descendente do *corpus*. Cumpre-se, nessas análises, a função filológica transcendente.

O capítulo de “Apresentação do *corpus*” discorre sobre a delimitação do recorte documental a ser estudado, distanciando-se da impraticável exaustividade ou totalidade das fontes, e levando-se em consideração os vastos *corpora* possíveis¹⁹, haja vista que “o próprio conjunto arquivado consiste em uma parte residual dos registros grafados ao longo de determinados momentos de uma trajetória” (BRITTO, 2011, p. 21). Descrevem-se os documentos do *corpus* por meio da pormenorização de seus dados e apresentação dos verbetes descritivos. Ademais, retratam-se aspectos quantitativos das espécies documentais e da autoria nos dois eixos do *corpus*. Ao final do capítulo, após se discorrer sobre a edição semidiplomática e se definirem as normas de transcrição empregadas, insere-se o *corpus* em suas reproduções fac-similar e transcrita. A localização de cada um dos documentos é facilitada pelo sumário em que consta a quantidade de páginas e de linhas, a via de cada testemunho e sua paginação nesta tese.

Enquanto trabalho de cunho filológico, as análises objetivam desenvolver conhecimentos acerca do período de governo do mais emblemático dos capitães-generais, o Morgado de Mateus. Para tanto, serve-se de *corpus* oriundo de “abundante documentação, sobretudo se comparada com a disponível para outras épocas da história luso-brasileira” (DAMASCENO, 2000, p. 18). A documentação histórica selecionada encontra-se dividida pelo padrão da autoria intelectual. Essa divisão visa à construção da tese, que se baseia nas diferenças do discurso de cada autor. A amostra retrata características peculiares da administração colonial e do período retratado, tendo em vista a influência exercida por cada autor no governo de São Paulo em decorrência do cargo político que ocupava.

¹⁹ Outras fontes sobre o governo de Morgado de Mateus estão citadas no primeiro item do capítulo 4: “Arquivos, legitimadores da documentação oficial”.

Após a exposição do *corpus*²⁰, retrata-se o contexto histórico, sem o qual não seria possível desenvolver as análises filológicas²¹ que servem, afinal, para quaisquer análises de textos (sobretudo os que antecedem o período contemporâneo), deve-se

inteirar primeiro das circunstâncias históricas em que o texto foi escrito. É esse o campo de intervenção de uma série de disciplinas auxiliares da História e da Filologia, equipadas com metodologias próprias que podem atingir apreciável sofisticação: a paleografia, a diplomática e a codicologia antes de mais, mas a crítica textual também. (CASTRO, 2008, p. 81).

Tratando-se de documentação histórica, a metodologia de trabalho desenvolveu o levantamento e a resenha bibliográfica sobre os temas históricos pertinentes ao período, de acordo com que se encontrou nas pesquisas em Arquivos brasileiros e, posteriormente, portugueses²².

Seguindo-se a diretriz proposta por Villalta (1999, p. 15) de evitar-se o anacronismo²³ de incluírem-se “curiosidades” contemporâneas no meio das categorias de classificação do passado, a contextualização histórica adota perspectivas que considerem, de maneira interdisciplinar, o contexto imbricado no discurso como a associação entre o panorama externo e os modelos mentais dos autores. Envolvem-se, no conceito de contexto histórico, questões discursivas e de fundo ideológico. O que se pretende, pois, é demonstrar a possibilidade de enxergar

²⁰ Ao longo de toda a tese, os fragmentos do *corpus* serão retomados entre ‘aspas simples’, com redação idêntica à respectiva transcrição semidiplomática, para os diferir das citações bibliográficas. A referência da fonte segue entre parênteses: (número do documento citado, número da linha onde se inicia o fragmento). Quando se citar, por exemplo, um extrato que se inicia na linha 10 do documento 3, assim se representa: ‘eu con- | fesso quetudo devo a grandeza, e piedade deVossaExcellência edo | Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde’ (3, 10). As linhas são divididas pela barra vertical (|) e as barras duplas (||) indicam uma mudança de página. Caso seja necessário, as palavras são destacadas em **negrito**, uma vez que o *itálico* já é empregado nas transcrições para assinalar o desenvolvimento das abreviaturas. Se retomadas fora da citação, as palavras têm sua grafia atualizada entre aspas duplas (“ ”) para facilitar a leitura. Outro critério específico a esta tese é o de grafar com inicial maiúscula a nomenclatura referente aos subsistemas da Avaliatividade e suas ramificações, diferindo-as de sinônimas.

²¹ “A filologia é uma ciência histórica, e esta ciência não pode encontrar a sua aplicação senão onde se está em presença de uma literatura, de uma história. Onde não há documentos, onde não há cultura literária, o filólogo nada tem que fazer; a filologia, em uma palavra, não pode exercer-se senão sobre documentos históricos” (COUTINHO, 1982, p. 18).

²² Os dados históricos arrolados no item 3.8, “Temas abordados nos documentos”, foram inicialmente recolhidos em instituições brasileiras, como o *Arquivo Público do Estado de São Paulo* e a *Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, bem como portuguesas: a *Fundação da Casa de Mateus*, o *Arquivo Histórico Ultramarino*, a *Torre do Tombo* e a *Biblioteca Nacional de Lisboa*. A partir deles, desenvolveu-se a pesquisa bibliográfica.

²³ A atitude teórico-metodológica de evitarem-se os anacronismos é comum a trabalhos ligados à área da historiografia, conforme Villalta (1999, p. 15). Para tanto, antes de interpretar-se documentos históricos, costuma-se mapear o contexto histórico-social coetâneo. Além da proposta de desviar a projeção completa da óptica contemporânea do pesquisador, os trabalhos preservam-se “do anacronismo de buscar na pesquisa de um tempo histórico tão distante respostas para os problemas de hoje recorrendo aos atuais pressupostos.” (TORRÃO FILHO, 2007, p. 15).

nuances aparentemente naturais, inerentes aos valores humanos, ou desprovidas de motivações no discurso do passado, pelo qual a História²⁴ tem sido escrita.

Apoiando-se no conceito de “contexto” proposto por Van Dijk (2012)²⁵, apresentam-se itens da bibliografia historiográfica, pelos quais se apontam elementos político-sociais implicados no momento cronológico da fase de dez anos do governo de Morgado de Mateus, em que “um novo panorama político, econômico e militar se descortinava para a cidade de São Paulo que novamente assumiria o posto de capital da capitania” (BORREGO, 2010, p. 34). Soma-se a esse quadro o relato biográfico do Morgado de Mateus e de seus interlocutores, a fim de demonstrar que, mesmo em documentação oficial, “esses ditos grandes homens da história também sentiram e manifestaram suas sensibilidades” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 36). A partir do discurso e da valoração dessas figuras históricas, autores da documentação estudada, arrolam-se os temas abordados nos documentos, ao final do capítulo.

Exibido o *corpus* e o contexto histórico de sua produção, expõe-se a classificação dos documentos quanto a sua circulação, pelo viés da Diplomática. Nesse capítulo, apresentam-se os Arquivos de guarda do *corpus*. Trata-se, em seguida, das espécies documentais envolvidas, sobretudo ofícios²⁶ e cartas. Discorre-se sobre a autoria dos manuscritos e de sua circulação no contexto em que foram produzidos, como “uma das três cópias que a sistemática burocrática pombalina estabelecia para correspondência oficial.” (BELLOTTO, 2007b, p. 14). Assim, a documentação pública que compõe o *corpus* pode ser retratada como “testemunho de um fato de natureza jurídica, escrito em observância a determinada configuração (estrutura semântica), as quais se destinam a dar-lhe fé e força de prova” (PAOLI apud BELLOTTO, 2012, p. 6). Retratam-se, pois, os elementos regulares a cada espécie documental, com base nos quais os autores compuseram seus discursos, de modo a tornar cada documento um informante único.

²⁴ Nesse sentido, conheceríamos grande parte da História por meio de discursos que passaram pelo crivo de construtos mentais, o que indica que o contexto histórico não seria a exata representação da realidade circunstante, mas leituras da dada realidade.

²⁵ O contexto, na perspectiva de van Dijk (2012, p. 34), não seria o conjunto de propriedades objetivas das situações sociais, políticas e culturais que circundam, motivam e influenciam a produção discursiva dos autores. O contexto seria derivado da interpretação subjetiva de cada autor, em que a realidade circundante passaria pelo crivo dos modelos mentais do produtor de um discurso.

²⁶ Considera-se o “ofício como o documento oficial por excelência, afinal “as séries mais importantes de documentos oficiais que ligavam administrativamente ambos os governos eram as contas e os ofícios dos governadores; os avisos e ofícios dos secretários de Estado” (MARTINS, 2007, p. 159).

O capítulo 5 encerra este primeiro volume com a apresentação dos aspectos codicológicos que configuram materialmente o *corpus*. Tecem-se considerações sobre os instrumentos, tintas e suportes empregados na composição dos manuscritos estudados. Em item subsequente, cataloga-se a descrição codicológica de cada um dos documentos. Retrata-se adiante o caráter avulso dos documentos ativos e a encadernação dos passivos em cartulários como meio de legitimação de sua representatividade social.

No segundo volume desta tese, o capítulo 6, que trata da Paleografia²⁷, retrata um panorama das caligrafias encontradas em documentação oficial do período a fim de se reforçar a importância dos autores materiais para a produção escrita. Diante das representações caligráficas no *corpus*, constata-se o fato de o Morgado de Mateus ter sido mais do que um homem que não tinha preguiça de escrever, nos dizeres de Taunay (1945, p. 91). Os testemunhos autógrafos são proeminentes no *corpus* e revelam um governante extremamente habilidoso na prática da escrita, com traçado de letra modelar. Caracterizam-se as abreviaturas empregadas nos documentos e, ulteriormente, as vias dos testemunhos que compõem o *corpus*. Ao final do capítulo, propõe-se uma comparação entre os seis documentos com mais de uma via, com o respaldo de conceitos da Crítica Textual.

Na terceira parte da tese, delimitam-se os pressupostos teóricos e metodológicos em que se baseiem as interpretações. Para tanto, o capítulo 7 define a adoção da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) proposta por Halliday e Matthiessen (2004), a quem a língua é concebida como uma rede de sistemas, organizada, primariamente, em termos paradigmáticos, uma vez que se constitui em um potencial de criar novas significações²⁸. Nessa perspectiva, os textos são analisados como produto do uso dos recursos possibilitados pelo sistema e filtrados pelos contextos cultural e situacional. Assim, o funcionalismo inclui em suas análises fatores da linguagem como o contexto discursivo, os seus interlocutores e seus

²⁷ A Paleografia visa aos caracteres extrínsecos do texto, tais como as letras, os números, abreviaturas, ligações e outros sinais gráficos que visam à decodificação formal. Enquanto a Diplomática ocupa-se de aspectos intrínsecos do texto, como o idioma, o teor e o estilo do conteúdo e o gênero textual por meio do qual se formata o documento analisado, verificando a sua autenticidade. “Dir-se-ia que uma cuida do corpo e a outra, da alma do texto” (BERWANGER et al, 2008, p. 35).

²⁸ A propriedade de criar novas significações faz da linguagem um sistema semogenético: “*Language has the further property that it is a **semogenic** system: a system that **creates** meaning. Not all semiotic systems are also semogenic: a system of traffic signals, for example, is a system of meaning, but its meaning potential is fixed – it cannot create meanings that are not built into it. By contrast, the **meaning potential** of language is opened: new meanings always can be, and often are being, created.*” (HALLIDAY, 2009, p. 60).

propósitos comunicativos, bem como questões de ordem interna como a estruturação paradigmática e sintagmática e sua organização metafuncional. Nesse sentido, a língua seria moldada em três metafunções que se articulariam na criação de significados. São elas a Ideacional, em que se representa o mundo; a Interpessoal, referente às trocas e relações dos interlocutores; e a Textual, na qual se organizam textualmente as duas metafunções anteriores.

Definida a perspectiva geral das análises, apontam-se reflexões sobre a linguagem formulaica manifesta nos documentos analisados no capítulo 8. Pretende-se comprovar que, a exemplo das correspondências particulares, as oficiais setecentistas contavam com marcas de avaliatividade passíveis de análises de ordem discursiva, além das formulações fixas comumente estudadas pela Diplomática. Nesse viés, propõe-se uma distinção entre as fórmulas “diplomáticas” e “discursivas”, pormenorizando suas ocorrências por meio da sugestão de classificações. Considera-se que, apesar de formatada em formulações fixas, a documentação estudada não pode ser vista como a mera reprodução de fórmulas pré-determinadas. Ao constatar a existência de marcas de avaliatividade semântica, a partir dos níveis lexical e sintática, verifica-se haver o que se nomeia “discurso livre” nas correspondências oficiais. Esse discurso livre contém, em maior escala do que as fórmulas diplomáticas, as valorações que remetem à interpessoalidade e veicula conceitos ideológicos.

A existência de um discurso livre, passível de análises, conduziu à observação das estruturas morfossintáticas dos textos. Como resultado dessa perspectiva de análise, apresenta-se um aspecto de ordem coesiva recorrente no *corpus*. Por meio de um exemplo de marcador do discurso bastante produtivo da língua portuguesa, aponta-se a possibilidade de as estruturas linguísticas ligadas à metafunção textual poderem encaminhar análises que levem em conta implicações valorativas da ordem das metafunções ideacional e interpessoal.

Para o desenvolvimento das análises gerais, optou-se por trabalhar a abordagem da construção e da estruturação discursivo-textual do *corpus*²⁹ com base na proposta teórica e metodológica da Teoria da Avaliatividade³⁰ de acordo com

²⁹ Muito embora as Análises do Discurso venham tratando precipuamente de textos contemporâneos, sobretudo aqueles veiculados pela mídia atual, pretende-se estender os princípios desse tipo de análise aos discursos do século XVIII. Optou-se pela extensão desse tipo de abordagem por permitir que se verificassem as relações intersubjetivas e conceitos ideológicos ligados à hegemonia e à dominância pelo poder.

³⁰ De acordo com Vian Jr (2012), devido à profusão de estudos embasados na Teoria da Avaliatividade, observa-se a adoção dessa teoria como desvinculada dos pressupostos funcionalistas que a

Martin e White (2005). Essa perspectiva é pertinente à metafunção Interpessoal. O sistema da Avaliatividade ramifica-se em três subsistemas: Atitude, Gradação e Engajamento, os quais contêm outras subcategorizações que permitem um refinamento da análise. Esse aprofundamento analítico visa a observar os estratos mais profundos da semântica, tais como a ideologia e a intersubjetividade. Para compreender tais estratos, em complemento a essa linha teórica, empregam-se as propostas de estudos da ideologia concebida por Thompson (1984) e Van Dijk (2000), além de apropriações dos estudos acerca do discurso político de Charaudeau (2013). Ao final, o capítulo 9 trata ainda da metodologia de classificação dos documentos do *corpus* quanto ao MNI predominante. O estabelecimento dessas nomenclaturas permite compararem-se as marcas avaliativas empregadas em cada tipo de negociação intersubjetiva dos documentos ativos e passivos.

O décimo capítulo da tese apresenta as análises discursivas, comparando-se, mormente, os eixos ascendente e descendente do *corpus*. Estudam-se as marcas de avaliatividade realizadas no discurso pela metodologia de mapeamento linguístico prévio. Na análise quantitativa que introduz o capítulo, os gráficos foram montados com base nas percentagens calculadas estatisticamente a partir de análises locais do *UAM Corpustool*. Por isso, nem sempre correspondem às quantidades absolutas de ocorrências dos itens analisados. Desse modo, as tabelas apresentam as somas de cada item e as respectivas percentagens empregadas nos gráficos. Além disso, sempre que necessário, elucida-se acerca das comparações numéricas e percentuais.

Elencou-se um exemplar prototípico de cada um dos quatro MNI das duas metades do *corpus*. Os oito textos selecionados foram analisados qualitativamente em sua totalidade. Como o cruzamento dos dados estatísticos dos estudos de cada MNI gerou resultados quantitativos relevantes, trabalhou-se seu desdobramento na abordagem qualitativa. Desenvolveu-se, então, a análise das estratégias empregadas à realização de cada um dos modos de negociação intersubjetiva.

Mapeados os capítulos desta tese, reiteram-se suas propostas centrais de comprovação: a da possibilidade de associar-se a análise discursiva às

sustentam. Em contrapartida, os próprios autores Martin e White (2005, p. 7) afirmam ocorrer, no nível do discurso, de forma simultânea, a associação entre as três metafunções da linguagem, em que se encontram os cinco sistemas que atuam junto da Avaliatividade: Negociação, Periodicidade, Identificação, Ideação e Conjuncão. Embora focada em um dos aspectos, essa tese considera a existência dos demais. Afinal, sem essa consideração, de acordo com Vian Jr. (2012), não se estaria empregando o princípio metafuncional da linguagem baseado na teoria hallidayana.

indispensáveis abordagens de cunho filológico no estudo de exemplares da documentação oficial setecentista; e a da existência de diferenças entre os eixos ascendente e descendente do *corpus*.

Em busca da consecução dessas propostas, adotam-se linhas teóricas e seus aparatos metodológicos. Em primeiro plano a Filologia e suas ciências afins, na determinação do arcabouço histórico-social indispensável à análise documental. Em segundo, os pressupostos da LSF, com a Teoria da Avaliatividade no mapeamento das marcas avaliativas. Dessarte, por meio dessas análises, alcançam-se as camadas da (inter)subjetividade da linguagem, em que se representam os modelos mentais veiculados e os tipos de relação estabelecidos entre o governo central português e seus representantes em colônias no ultramar; e, em última instância, vislumbram-se os padrões ideológicos veiculados no discurso. Reconhecem-se, portanto, novos prismas da ação governativa do Capitão-General Morgado de Mateus nos registros estudados.

PARTE I: Os documentos setecentistas e seu período de produção

2 APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Oxalá a pesquisa de campo na trilha dos bandeirantes e a edição de textos pertinentes às mesmas bandeiras cumpram seus objetivos e confirmem o que já vêm revelando: propiciar aos estudiosos da língua um *corpus* cientificamente preparado para seu estudo (MEGALE, 2008, p. 29).

Reconhecendo-se que “documento” representa uma “unidade de registro de informações” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 73), empregam-se os termos “documentos”, “correspondências” e “manuscritos” como sinônimos para cada um dos exemplares contidos no *corpus*.

Os 100 documentos da segunda metade do século XVIII que compõem o *corpus* constituem a base desta pesquisa de cunho filológico, pois, como postulou Acioli (1994, p. 1), o manuscrito deve ser considerado a mola-mestra da História por representar o melhor testemunho do passado, fonte direta de informação histórica. Partindo da dissertação de Mestrado, em que apresentamos a edição semidiplomática de 68 manuscritos do mesmo período³¹, essa pesquisa visou, inicialmente, à transcrição de mais 136 documentos, completando o *corpus* ainda não publicado de 204 documentos, redigidos em 396 páginas manuscritas e formatados em diversas espécies documentais, sobretudo ofícios, dos quais se selecionou a amostra do *corpus*.

Essa correspondência teve de ser melhor selecionada para a construção desta tese. Entende-se o termo “correspondência”, de acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 60), como a comunicação escrita, expedida (ativa) ou recebida (passiva), por entidades coletivas, entidades coletivas pessoas ou famílias. Com isso, a correspondência estudada foi produzida entre os anos de 1765 e 1775 - período do governo de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão³² (1722-1798) (doravante, o *Morgado de Mateus*) como capitão-general da capitania de São Paulo. A escolha do período deveu-se ao estudo prévio (durante a graduação, sobretudo no período de Iniciação Científica) da segunda metade do século XVIII por meio do trabalho com

³¹ Os 68 documentos, acompanhados da respectiva transcrição semidiplomática, encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-01122009-152250/fr.php>>.

³² Em detrimento das diversas grafias do nome do Morgado de Mateus, estabeleceu-se neste trabalho “Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão”, de acordo com a documentação pesquisada no Arquivo da Fundação da Casa de Mateus e com trabalhos mais detidos sobre sua biografia, por exemplo Bellotto (2007b, p. 7).

documentos do *Projeto Resgate Barão de Rio Branco* (PRBRB) conhecido como “Projeto Resgate”³³. Assim, o desejo de continuar estudando o mesmo período conduziu ao corte cronológico da fase de dez anos do governo do Morgado de Mateus, em que “um novo panorama político, econômico e militar se descortinava para a cidade de São Paulo que novamente assumiria o posto de capital da capitania” (BORREGO, 2010, p. 34).

Os primeiros cinquenta documentos são ativos, redigidos pelo próprio Governador e enviados de forma ascendente a seus superiores em Portugal. A segunda metade do *corpus* traz documentos assinados pelo Rei Dom José I, pelo Conde de Oeiras (o Marquês de Pombal), e por dois secretários de Estado, da Marinha e Negócios Ultramarinos: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu sucessor, Martinho de Melo e Castro. De acordo com Silva (1989), o *corpus* é sempre um corte intencional sobre a totalidade de uma língua. Afinal, são os documentos selecionados os responsáveis por retratarem um estado de língua já passado, determinando os limites de observação sobre a língua de dada época. Assim, o termo *corpus* é empregado nesse trabalho com o mesmo significado empregado por Silva (1989, p. 16) em seu livro *Estruturas Trecentistas*, ou seja, designando o conjunto de documentos-informantes a serem analisados como fragmentos que retratam o contexto linguístico empregado por diferentes esferas governamentais portuguesas na segunda metade dos anos mil e setecentos. Esses manuscritos são legitimados pela “correspondência que mantêm com as ações para as quais serviram de instrumento e que lhes conferem um caráter específico e único.” (CAMARGO apud BELLOTTO, 2014, p. 7). A amostra retrata, portanto, características peculiares da administração colonial na segunda metade do século XVIII, tendo em vista a influência exercida por cada autor no governo de São Paulo em decorrência do cargo político que ocupava. Em acréscimo a esse recorte documental, ao longo do trabalho são empregadas informações encontradas em outros documentos consultados.

Torna-se oportuno considerar que alguns documentos da parcela ativa do *corpus* encontram-se publicados no conjunto dos *Documentos Interessantes*³⁴, dos quais 41 dos 95 volumes que compõem a obra são dedicados à documentação do período do governo do Morgado de Mateus. Apesar de parcialmente já publicado, o *corpus*

³³ Discorre-se sobre o PRBRB no capítulo da Diplomática. Mais detalhes podem ser consultados em <http://www.cmd.unb.br/resgate_busca.php>.

³⁴ *Documentos interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (1896, p. 282 - 284).

permanece considerado inédito nessa tese. Isso porque a edição publicada é “modernizada”³⁵ não possibilita ao pesquisador o acesso aos registros linguísticos originais, conforme exemplificado. O quadro a seguir apresenta a comparação entre um exemplo de edição semidiplomática e a edição empregada na coleção dos *Documentos Interessantes*. Trata-se do documento 27 do *corpus*, publicado na coleção dos *Documentos Interessantes*:

Fragmento da edição do documento publicada na coleção	Fragmento ³⁶ da transcrição semidiplomática adotada na tese
A' sombra destes trabalhos vem a Inglaterra, sem susto nem despeza, desfructar tranquilamente o me- lhor, e mais puro cabedal de todos estes habitantes, porque adormecidos na natural occiozidade, e recos- tados no descanso da sua mal entendida vaidade, pa- gão fielmente nas Tendas, e Logens de negocio (que se compoem pela mayor parte de effeitos Estrangei- ros) tudo quanto os seus escravos diariamente lhes ganhão, e tirão nas suas Lavras, ficando ainda em cima empenhados para nunca possuirem de seu um só vintem, porque não falando nos comestiveis, e fazen- das de fora do Reyno que compraõ os Povos, que hé couza muito avultada, falarei só particularmente no calculo do que gastavão os negros, os quaes compu- tados a 3\$500 rs cada anno deSurtum, baeta, ebombachas,	A' Sombra destes trabalhos vem aInglaterraSemSus- to nem despesa desfrutar tranquilamente o melhor, emaes puroCa- bedal detodos estes habitantes, porque adormecidos na naturalOcci- osidade, erecostados no descanso daSua mal entendida vaidade pagaõ fielmente nas Tendas, eLogens denegocio [que seCompoem pe La mayorpartede effeitos Estrangeiros] tudo quanto os Seus Ezcravos diariamente lhes ganhaõ, etiraõ nasSuasLavras, ficando ainda emcima empenhados para nunca possuirem deSeu hũ só vin- tem, porque não fallando nosComestiveis, efasendas deoradoReino [que] compraõ os Povos, que hé cousa muito avultada, falareysó par- ticularmente, noCalculodoque gastaõ os negros, os quaes computados 3\$500 reis cadaanno deSurtum, baeta, ebombachas,

Quadro 1: A edição semidiplomática e a dos *Documentos Interessantes*.

O critério de seleção dos *Documentos Interessantes* não é claro, conforme discorreu Bellotto³⁷ em palestra. O conceito de ser ou não “interessante” não é definido na obra. A escolha de alguns documentos, em detrimento de outros tantos com temáticas de igual interesse a áreas da pesquisa, fez com que a coletânea pudesse ser usada como forma prévia de consulta, antes dos originais nos Arquivos. Com a proposta precípua de favorecer estudos historiográficos, essas obras contribuíram para a contextualização de alguns tópicos desta tese.

Diante da profusão documental existente nos Arquivos pesquisados, selecionaram-se documentos que não ultrapassam o tamanho de um caderno bínio,

³⁵ A edição, de qualidade incontestável, parece ter sido modernizada de acordo com as normas ortográficas vigentes no período da edição do livro, 1896. Observam-se alterações de diversas ordens em relação ao manuscrito original: pontuação, fronteiras de palavras, uso de letras maiúsculas e mudanças ortográficas como a representação de sibilantes ora com Z, ora com S etc.

³⁶ Fragmento contido entre as linhas 40 e 51 do documento 27 do *corpus*.

³⁷ Palestra “O itinerário documental do Morgado de Mateus e o Projeto Resgate”, proferida pela Profa. Dra. Heloísa Liberali Bellotto, por vídeo-conferência, no APESP em 20 de maio de 2015, no Seminário “Documentos que viajam: correspondências entre arquivos do ultramar”, nas comemorações dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus em São Paulo.

ou seja, que não tenham mais de quatro fólios redigidos. Em busca do estabelecimento de padrões, a seleção do *corpus* deu-se pelo critério de autoria intelectual. Dessa maneira, os documentos representam produtos das mais altas esferas do governo do período e, por meio deles, é possível observar o discurso dominante. Para tanto, seguiu-se a hierarquia do governo à época do Morgado de Mateus e, conseqüentemente, a influência exercida por cada autor no governo de São Paulo em decorrência do cargo político que ocupava. Dessa forma, além da parcela ativa, de autoria intelectual do próprio Morgado de Mateus, selecionaram-se somente documentos dos quatro governantes supracitados³⁸, por sua maior influência em razão do cargo que ocupavam no governo do Morgado de Mateus.

Para essa composição, foram considerados os seguintes aspectos: (i) a influência política e o conseqüente valor histórico³⁹ dessa documentação; (ii) a relevância dos assuntos abordados nesses documentos em relação aos acontecimentos históricos atribuídos ao período; (iii) a possibilidade de serem analisados exemplares de documentação idiográfica, com originais controlados pelos autores, com assinaturas de seus próprios punhos.

Levando-se em conta que em um governo ocorre a troca de correspondências ascendentes, descendentes e horizontais, esta pesquisa empregou em seu *corpus* documentos ascendentes (os “ativos”, enviados pelo governador a seus superiores em Portugal) e descendentes⁴⁰ (os “passivos”, enviados ao Governador pelos representantes administrativos de cargos superiores ao seu), sempre adotando o Morgado de Mateus como ponto de referência.

O *corpus* em estudo é uma amostra de um conjunto de dimensão mais ampla: a linguagem do século XVIII; por isso, possui uma função representativa. A característica mais facilmente associada à representatividade é justamente a extensão do *corpus*, o que significa em termos simples que, para ter

³⁸ Ao longo da tese, os interlocutores do Morgado de Mateus serão sempre os seus superiores: o Rei Dom José I, o Conde de Oeiras com maior recorrência pela maior quantidade de documentos e os dois Secretários de Estado, da Marinha e Negócios Ultramarinos: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu sucessor, Martinho de Melo e Castro.

³⁹ Embora se reconheça a relatividade desse conceito para a visão historiográfica, entende-se “valor histórico” como inerente aos documentos preservados como patrimônios, de acordo com a noção de que “a memória se concretiza, muitas vezes, em artefatos que vão desde um documento escrito até os grandes monumentos arquitetônicos. Esses bens patrimoniais tornam próximo o que é distante no tempo e no espaço” (MEIRA, 2004, p. 36). Por serem inventariados com o aval de profissionais das áreas da Historiografia e da Arquivística, reconhece-se que a “atribuição de valores está ligada ao universo da escolha e o reconhecimento de seus significados inscreve-se na dimensão simbólica do imaginário” (IBIDEM, p. 13).

⁴⁰ Não há, portanto, ascendentes passivos nem descendentes ativos.

representatividade, o *corpus* deve ser o de maior extensão possível. Segundo Sinclair (1991, p. 92), como não se pode estabelecer qual seria o tamanho ideal da amostra para que ela represente este conjunto, uma salvaguarda é tornar a amostra a maior possível, a fim de que ela se aproxime ao máximo do conjunto do qual deriva, sendo assim mais representativa.

Assim, a escolha dos autores intelectuais com constância temporal e tópica permitiu o recorte que, apesar de significativo, “sempre representa perda: fazer a escolha de uma carta, por exemplo, é o mesmo que se condenar à frustração de rejeitar todas as outras” (PETIT, 2000, apud BELLOTTO, 2007a, p. 58). Dessa maneira, excluíram-se⁴¹ os documentos trocados entre o Morgado de Mateus e seus subordinados e outras autoridades, tais como os Vice-Reis Conde da Cunha e, posteriormente, o Marquês do Lavradio.

Todas as páginas organizadas como fólhos *recto* nos documentos passivos (contidos em cartulários) possuem numeração de página na margem superior esquerda. Trata-se de uma numeração feita na margem superior direita à mão, com tinta ferrogálica, de modo a demarcar a numeração de fólhos e não de páginas. Assim, apenas os rectos contêm a marcação e os versos correspondentes permanecem sem números. Por ser de grafia posterior à dos manuscritos e, sobretudo, por não estar relacionada à organização do *corpus* deste trabalho, essa numeração não foi transcrita nem remetida à nota de rodapé, conforme as Normas de Transcrição. Para facilitar a organização do *corpus* empregou-se o critério de numeração por página e não por “fólhos” (*recto* e *verso*), ou folhas com frente e verso.

2.1 Descrição documental

O *corpus*, em suas reproduções fac-similar e semidiplomática, é apresentado no item 2.6 deste capítulo. Vale ressaltar que embora os documentos ativos sejam arrolados pela numeração do Projeto Resgate, encontram-se todos arquivados no Arquivo Histórico Ultramarino. Cada um dos cem documentos é descrito nos dois quadros a seguir:

⁴¹ Além do *corpus*, mencionam-se outros documentos relevantes encontrados ao longo do período de pesquisa. Apresentados nos capítulos deste trabalho por diversas motivações, os manuscritos incorporados são apresentados oportunamente como figuras ou em forma de transcrições.

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
1	1765, Agosto, 19, Vila de Santos	OFICIO número 5-I do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando-o da resolução que tomou de proceder à plantação e instalação de fábricas de algodão e de louça em virtude da extrema pobreza da vila de Santos e de toda a capitania, consequência da mudança de passagem do ouro das minas daquele canal para o Rio de Janeiro. Desta cidade mandara vir tecelões para com seus teares se instalarem e estabelecerem as ditas fábricas.	2241	2
2	1765, Agosto, 22, Vila de Santos	OFICIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, participando-lhe a chegada à vila de Santos de Domingos Ferreira e Pereira e seus sócios que com autorização real iam minerar ferro e chumbo nas terras da capitania de São Paulo e aí estabelecer fábricas para caldear o dito ferro.	2244	2
3	1765, Agosto, 25, Vila de Santos	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo-lhe todas as mercês com que o tem distinguido, especialmente a sua nomeação, pedindo desculpas dos erros e defeitos que dê nas contas da capitania e desejando que houve sempre com os seus conselhos nas suas insuficiências.	2245	2
4	1765, Agosto, 26, Vila de Santos	OFICIO número 5-VI do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, pelo qual lhe comunica a falta de pólvora que havia naquela capitania e a necessidade de, segundo seu parecer, se fazer uma fábrica de pólvora nalguma daquelas vilas.	2249	2
5	1765, Agosto, 27, Vila de Santos	OFICIO número 5-VII do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando-lhe conta dos motivos que o levaram a ficar em Santos e não passar imediatamente à cidade de São Paulo para tomar posse, vistas as informações de que necessitava serem de maior urgência e interesse do serviço real.	2250	2
6	1765, Setembro, 3, Vila de Santos	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, pela qual se desculpa por não poder escrever as segundas vias e as entregar a um Secretário de confiança, visto se ressentir da mão direita, em virtude da queda que dera. Participa-lhe, também, por ela, que o 4º Conde de Vimieiro (Dom Sancho de Faro e Sousa) lhe pedira alguns esclarecimentos tirados daquela capitania para juntar a uma causa que trazia com o Conde de Lumiares sobre a capitania de São Vicente, desejando saber se o dá-los, seria do serviço e agrado de Dom José I.	2254	2
7	1765, Setembro, 15, Vila de Santos	OFICIO número 5-IV do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, participando-lhe o seu trabalho com a disciplina das tropas – as quatro companhias novas de Aventureiros levantadas pelo [vice-rei], Conde de Cunha, Dom António Álvares da Cunha, em São Paulo, as seis companhias pagas de que se compunham o Presídio, comunicando-lhe, também, o seu esforço para o levantamento de Terços Auxiliares.	2256	2

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
8	1765, Setembro, 16, Vila de Santos	OFÍCIO número 6-A do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, participando-lhe a sua resolução de impedir a escavação das minas descobertas no sítio do rio Pardo, em conformidade com as ordens recebidas do Conde de Oeiras, tendo mandado para aí o capitão Inácio da Silva Costa, visto saber por carta de 15 de Agosto daquele ano, do Governador daquela praça, Alexandre Luís de Sousa, de que aí se fizera uma nova descoberta.	2257	2
9	1765, Dezembro, 9, Santos	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando-lhe conhecimento do envio da amostra do primeiro ferro extraído por Domingos Ferreira Pereira da mina junto à vila de Sorocaba e manifestando o desejo que o ferro seja o suficiente para o trabalho dos mineiros.	2279	2
10	1767, Janeiro, 23, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta dos pássaros que tem mandado caçar para remeter a Dom José I.	2315	2
11	1767, Julho, 3, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual diz que, embora sua mulher tenha pedido para ele voltar para o Reino no fim de três anos de serviço, está disposto a sacrificar o seu interesse ao serviço real.	2330	2
12	1767, Julho, 3, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dizendo que pelo [vice-rei], Conde de Cunha, Dom António Álvares da Cunha, fica informado de que há de fazer pelos espanhóis, pelo que já deu as instruções necessárias aos chefes das expedições para que, sem exceder os limites das fronteiras procurem estabelecer-se dentro dos domínios portugueses e prontos a invadir o território inimigo sempre que for necessário.	2332	2
13	1767, Julho, 3, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, queixando-se dos insultos e impropérios de que tem sido alvo por meio de cartazes anônimos, expostos à porta das igrejas, nos quais são postas a ridículo as principais disposições de seu governo, repetindo-se o sucedido na vila de Paranaguá, fato a que se referiu em carta de 16 de janeiro de 1767. Expõe a forma honesta como executa sempre as reais ordens, e pede que lhe faça justiça no caso dos seus inimigos conseguirem que chegue ao Reino as calúnias com que pretendem depô-lo.	2333	2
14	1767, Agosto, 4, São Paulo	OFÍCIO número 1 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, queixando-se dos seus criados.	2341	2
15	1767, Agosto, 4, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, cumprimentando-o.	2342	2
16	1767, Outubro, 15, São Paulo	OFÍCIO número 1 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, pedindo que participe a Dom José I o contentamento que sente pelo nascimento de um novo infante.	2345	2

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
17	1767, Novembro, 1, São Paulo	OFÍCIO número 2 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando que os padres da Companhia de Jesus começaram a ser expulsos dos domínios espanhóis, seguindo estes o exemplo de Portugal e França.	2347	2
18	1768, Janeiro, 2, São Paulo	OFÍCIO número 1 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a intimação que o referido Conde fez aos contratadores do sal, pela provisão de 22 de julho de 1766, que lhes ordenava socorressem de sal a dita capitania pelo porto de Santos com a abundância necessária, obrigação imposta também pela Ordem de 27 de julho de 1725, que determinava a entrada anual, no referido posto, de vinte mil alqueires de sal. E, como no ano de 1769 terminassem os seis anos da arrematação do contrato, mandou averiguar quantos alqueires de sal entraram nos portos da mencionada capitania.	2371	2
19	1768, Janeiro, 28, São Paulo	OFÍCIO número 3 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dizendo quanto é favorável a ocasião para se fazerem negociações com a Inglaterra e a Espanha e mostrando as vantagens que daqui poderão advir a Portugal, principalmente na questão dos limites do Brasil.	2375	2
20	1768, Janeiro, 30, São Paulo	OFÍCIO número 5 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dizendo ser falso tudo o quanto se diz acerca das terras americanas não admitirem arado e lavoura. Pelo contrário, todas as terras produzem fruto e com muita abundância, desde que as cultivem convenientemente. E, se não se tem aproveitado como merecem, isso apenas se deve a negligência e preguiça dos naturais e ao fato de não se encontrarem pessoas que conheçam de lavoura. A falta de viveres provoca doenças e prejuízos. Ao mesmo tempo, o uso necessário das roças faz extinguir as madeiras.	2379	2
21	1768, Março, 15, São Paulo	OFÍCIO número 5 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando sobre os donativos para reedificação da parte de Lisboa que foi destruída pelo terremoto de 1755. Informa também que conseguiu recolher no cofre da Junta da Provedoria de São Paulo uma quantia proveniente do dito imposto. Finalmente diz que a Ordem de 22 de março de 1766 determinava que, para os Corpos de Milícias Auxiliares, houvesse sargentos-mores e ajudantes com os vencimentos das Tropas Regulares, pagas à custa das Câmaras dos respectivos direitos, mas como estas não têm rendimentos suficientes, precisam do imposto, a fim de satisfazerem os soldos dos ditos sargentos-mores e ajudantes. Os procuradores das Câmaras convocaram uma Junta que concordou com o meio apontado.	2398	2
22	1768, Maio, 10, São Paulo	OFÍCIO número 19 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual informa ter diminuído o número de leprosos em virtude das providências que mandou tomar. Afirma, em contrapartida, ter grassado uma epidemia de icterícia, que já matou muitas pessoas, entre elas o mestre-de-campo Diogo Pinto do Rego.	2406	2

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
23	1768, Junho, 20, São Paulo	OFÍCIO número 26 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando conta do que tem feito para aumentar a justiça na sua capitania, pois, quando chegou, os delinquentes andavam em liberdade. Queixa-se de que o nome de Dom José I era desconhecido entre certos povos, mas que tem procurado fazê-lo respeitar. Enumera os seus serviços e pede as ordens necessárias para estabelecer o comércio e a lavoura e poder continuar com todos os seus trabalhos.	2413	2
24	1768, Junho, 29, São Paulo	OFÍCIO número 4 do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando conta do que tem feito no caso do Padre Francisco Xavier Garcia, acusado de ter escrito sátiras contra o seu governo. Declara ter chegado à conclusão de que o padre não é o autor das sátiras e, ao mesmo tempo, anuncia a prisão do feitor [José António da Silva] e a dos criados [Francisco Luís e João Cisóstomo]. Pede instruções, se os deve deixar na prisão até o fim do seu governo ou mandá-los para fora da capitania.	2417	2
25	1768, Julho, 20, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, cumprimentando-o e lhe agradecendo os favores.	2429	2
26	1769, Janeiro, 30, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, dando conta de pintas de ouro encontradas no caminho que passa da Serra do Tibagi até a cidade de São Paulo, que não podem ser extraídos por ordem real e que tem desanimado os proprietários de escravos, por querer emprega-los como mineiros.	342	1
27	1769, Fevereiro, 22, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a absorção do ouro brasileiro pelo comércio inglês e o número de escravos que entram anualmente na capitania de São Paulo.	344	1
28	1769, Fevereiro, 22, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o restabelecimento da Fábrica de Ferro.	345	1
29	1769, Março, 1, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando certidões, expedidas pela Provedoria, para serem registradas no Real Erário, dando conta das doutrinas Jesuíticas, solicitando as ordens sobre a fundação de vilas e povoações na capitania do Pará.	349	1
30	1769, Março, 6, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao Rei [Dom José I], justificando o requerimento de um idoso natural do Reino poder voltar a Portugal com sua esposa e filhas.	2466	2
31	1770, Março, 27, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre as ordens que mandou para que as povoações de São Luís do Guaratuba, Sabauna fossem reconhecidas como vilas.	358	1

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
32	1770, Março, 27, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre a abertura de um caminho por terra até a praça de Iguatemi, de maneira que possa fomentar o comércio e tornar possível a sua subsistência.	359	1
33	1770, Março, 28, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, sobre uma doença que tem assolado a população de várias freguesias, denominada mal de lázaro.	361	1
34	1770, Março, 29, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, citando como dignos de honrarias do Rei o sargento-mor João Martins Barros, responsável pela expedição do Iguatemi, onde estabelecera povoação; e Afonso Botelho, que edificou a fortaleza do Paranaguá e preparou todas as expedições ao sertão do Tibaji.	2496	2
35	1770, Julho, 6, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, queixando-se do provedor da Fazenda Real da capitania de São Paulo, José Honório de Valadares e Aboim, que duvida de todos os despachos e expede ordens contrárias às suas determinações.	2503	2
36	1770, Julho, 7, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, comunicando ter sido obrigado a despedir os criados, tendo comprado dois mulatos para os substituir. Pede opinião sobre o que deverá fazer quando o mandarem regressar à corte: se os vender, ficará sem ter que o sirva e se os levar, perdê-los-á, pois geralmente quando ficam forros não gostam de servir o seu senhor.	2505	2
37	1770, Julho, 9, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo de Mendonça, enumerando suas realizações como Governador da capitania de São Paulo.	2506	2
38 - A	1770, Novembro, 8, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, comunicando as notícias dos progressos das bandeiras daquela capitania nos sertões do Tibaji e Ivaí.	2516	2
38 - B	1770, Novembro, 8, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, comunicando as notícias dos progressos das bandeiras daquela capitania nos sertões do Tibaji e Ivaí.	2517	2
39 - A	1770, Novembro, 14, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, expondo a vantagem da compra dos gados pelos direitos que pagam nos registros, comércio atualmente prejudicado pela introdução dos burros. Antevendo esses prejuízos, proibiu a sua passagem nos registros da capitania, mas pelo interesse público mandam-nos passar pelo mar, arruinando as rendas reais das Provedorias e o próprio comércio da capitania.	2522	2

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
39 - B	1770, Novembro, 14, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando que a passagem das bestas e os direitos que pagam é a principal renda da Provedoria de Viamão e da capitania de São Paulo e está prejudicada pela introdução de burros nas capitanias de Minas Gerais, para fundação de fazendas de criação. Embora proibido, os criadores de Minas Gerais passam os animais por mar. Pensa que não se deveria consentir isso, mesmo que se obrigasse a pagar todos os direitos que tiram ao rei.	2523	2
40 - A	1770, Dezembro, 3, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando que tinha mandado o guarda-mor Francisco Martins Lustosa, experiente sertanista, à descoberta do ouro nos campos de Guarapuava.	2526	2
40 - B	1770, Dezembro, 3, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, dando conta das diligências feitas para descobrir os campos de Guarapuava.	2527	2
41	1770, Dezembro, 4, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, participando-lhe o envio de cópia de carta em que expõe os motivos que o levaram à conquista dos sertões do Ivaí e Tibaji.	2529	2
42	1770, Dezembro, 5, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, informando que na noite antecedente a 8 de setembro, em que se festeja a Natividade de Nossa Senhora, um clarão nos montes, causado pelos fogos dos índios, fez com que descobrissem terrenos cultivados nos campos de Guarapuava e um paiol em que os gentios guardavam os seus frutos. Fez-se uma fortaleza nesses campos, chamada de Nossa Senhora do Carmo, de que remete planta. Informa que os gentios voltaram ali algumas vezes, mas sem causar prejuízo e que se procurava abrir caminho da fortaleza para a vila de Curitiba.	2533	2
43	1770, Dezembro, 8, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, congratulando-se com ele por sua nomeação para aquele cargo e tecendo-lhe grandes elogios.	364	1
44	1770, Dezembro, 8, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo, participando os motivos que o obrigaram a utilizar-se do novo imposto para acudir à conservação das novas conquistas da capitania, esperando que seja revogada a ordem que obriga a remeter todo esse dinheiro para o Real Erário.	2543	2
45	1771, Abril, 21, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, propondo, para o cargo de ouvidor da capitania de São Paulo ou qualquer outro compatível com as suas habilitações, o juiz de fora da vila de Santos, José Gomes Pinto de Moraes, mercê justificada pelos seus serviços.	2552	2

ATIVOS				
Doc.	Datas	Verbetes	Numeração Resgate	Catálogo
46	1771, Setembro, 3, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [ministro e Secretário do Reino], Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, informando sobre os valiosos descobrimentos de ouro em Tibaji. Os referidos descobrimentos originaram um grande comércio no porto de Paranaguá. Em virtude de terem passado 20 embarcações naquele ano para lá negociar, entende ser necessário instalar ali uma alfândega.	2567	2
47	1771, Setembro, 4, São Paulo	OFÍCIO do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [ministro e Secretário do Reino], Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, acerca da utilidade de novas povoações, com as quais se civilizam os povos. Refere-se à ignorância dos habitantes do sertão e pede providências para a nomeação de novos vigários, a que os párocos se opõem, impedindo assim o progresso das povoações.	2569	2
48	1772, Outubro, 20, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, dizendo remeter as "vias" daquele governo.	2606	2
49	1773, Julho, 23, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, dizendo enviar as várias "vias das contas" que a Junta da Fazenda Real da capitania de São Paulo dá a Dom José I e informando que se continuam as diligências para responder a todos os ofícios e que há confusão de papéis e livros da Provedoria antiga, dificuldade que é acrescida da de não se achar na capitania contabilistas e amanuenses para trabalhar.	2634	2
50	1774, Junho, 18, São Paulo	CARTA do [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ao [ministro e Secretário do Reino], Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, no qual depois de lhe afirmar a sua amizade lhe dá conta de ter entregue ao Bispo de São Paulo, Dom Frei Manuel da Ressurreição, o colégio onde estava morando. Pede que lhe envie o que achar mais justo sobre as questões de seu governo, a fim de poder desempenhar corretamente tanto os empregos do real serviço.	2667	2

Quadro 2: Descrição dos documentos ativos do *corpus*.

PASSIVOS			
Doc.	Datas	Verbetes	Código / Fólios
51	1765, Janeiro, 26, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre as formas de se proceder frente aos inimigos: castelhanos e jesuítas.	APESP - L 169 - 4r e 4v
52	1765, Fevereiro, 04, Salvaterra de Magos	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre o envio ao Reino do prior do Convento do Carmo, FRei José de Jesus Maria, e do guardião do Convento, FRei Caetano de Santa Inês, por cometerem insultos e atentados contra o Juiz de Fora da Vila de Santos.	APESP - L 169 - 54r e 54v
53	1765, Fevereiro, 28, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão autorizando da mineração de ferro e chumbo e ordenando o estabelecimento de fábricas para caldear o ferro na capitania de São Paulo.	APESP - L 169 - 72r
54	1765, Novembro, 20, Lisboa	CARTA do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em respostas a cartas deste sobre os ataques castelhanos, argumentando para que não haja contra-ataque.	APESP - L 169 - 92r, 92v, 93r e 93v
55	1765, Novembro, 20, Lisboa	CARTA do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, agradecendo por carta familiar recebida e se colocando à disposição para colaborar com o seu governo.	APESP - L 169 - 96r
56	1766, Março, 22, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ordenando que fossem alistados todos os moradores da jurisdição capazes de servirem em tropas auxiliares que defendessem as comarcas. Essa notícia seria publicada em editais a serem afixados em locais públicos.	APESP - L 169 - 101r
57	1766, Abril, 19, Lisboa	CARTA do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre os problemas que a corte da Espanha vinha passando e sobre seu estado de saúde e de seu irmão (Conde de Oeiras).	APESP - L 169 - 107r
58	1766, Julho, 21, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre os reparos necessários à manutenção do edifício que fora da Companhia de Jesus na Vila de Santos.	APESP - L 169 - 124r
59	1766, Julho, 21, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre a suspensão de manufaturas, como a fábrica de algodões Vila de Santos e investir na lavoura, alegando que as colónias devem produzir e exportar alimentos crus. Assim, o algodão deveria ser exportado em ramas, a fim de ser manufaturado na Europa.	APESP - L 169 - 126r
60	1766, Julho, 21, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, aprovando as medidas tomadas para a preservação das árvores chamadas de mangue, usadas para curtir o couro na produção do couro de atinado.	APESP - L 169 - 129r
61	1766, Julho, 21, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre a proibição de descobrirem-se minas de ouro e, ao mesmo tempo, a necessidade de formarem-se povoações e civilizarem-se os índios na região do Morro de Apucarana. Solicita-se também que sejam, por exemplo, formados sítios volantes com os vadios dispersos pelos sertões, a fim de que as futuras descobertas pudessem ser defendidas dos espanhóis.	APESP - L 169 - 130r, 130v, 131r e 131v
62	1766, Julho, 21, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão aprovando a medida de mandar executar a lei da polícia pelo Ouvidor Geral contra os homicídios que se cometiam na capitania.	APESP - L 169 - 135r
63	1766, Julho, 21, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre a divulgação das leis que coíbem fraudes em negociações testamentárias.	APESP - L 169 - 183r

PASSIVOS			
Doc.	Datas	Verbetes	Código / Fólios
64	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão sobre a aprovação do envio de casais para povoarem a Enseada de Guaratuba e a nomeação dessa Vila de São Luiz.	APESP - L 169 - 127r
65	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, parabenizando-o pela conciliação com os castelhanos após os ter ajudado na Vila de Paranaguá.	APESP - L 169 - 128r
66	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão solicitando que ele fomente as minas de ferro, mais úteis que as de ouro, e informe ao Reino sobre elas.	APESP - L 169 - 139r
67	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em que se relaciona a situação de pobreza da capitania à falta de agricultura e de comércio, que devem ser promovidos e incentivados.	APESP - L 169 - 140r e 140v
68	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão aprovando a regularidade e prudência com que as desordens de Santos foram resolvidas durante o tempo em que lá permaneceu, antes de mudar-se para São Paulo.	APESP - L 169 - 142r
69	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão aprovando as ações referentes ao território da capitania e ordenando que seja feito o possível para que se abandonem as descobertas de minas de ouro.	APESP - L 169 - 144r
70	1766, Julho, 22, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ordenando que, por conta das crueldades cometidas pelos vadios isolados nos sertões, eles sejam obrigados a mudarem-se a povoações civis. Autoriza os rancheiros, roceiros e tropas de bandeiras a prenderem e remeterem à cadeia pública mais próxima os homens que viverem em sítios volantes.	APESP - L 169 - 145r
71	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão solicitando o aumento e a organização das tropas de milícias da capitania de São Paulo. Além disso, autoriza-se o estabelecimento da "política do horror" contra a ociosidade, em favor do trabalho do corpo e do espírito. Menciona-se o envio de exemplares da tradução de ofícios de Cícero que foram estampados para a educação da nobreza do real colégio na corte.	APESP - L 169 - 149r e 149v
72	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão sugerindo que as pessoas que se destaquem na contribuição com suas fazendas, trabalho e tempo para as disposições do governo recebam mercê de hábitos, como o hábito da Ordem do Cristo aos principais.	APESP - L 169 - 150r
73	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão aprovando a ideia de disciplinar as seis companhias pagas, as quatro de aventureiros e a formação de terços auxiliares, ordenando que sejam nomeados a mestres de campo dos terços auxiliares os sujeitos mais capazes.	APESP - L 169 - 154r
74	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 19 de setembro de 1765 com uma relação do que pagavam os animais de carga ao serem registrados na capitania.	APESP - L 169 - 184r
75	1766, Julho, 22, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado a Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, determinando a forma e a organização das cartas ao Rei (em três partes: 1ª- sobre o estado político e negócios; 2ª- sobre o estado militar; 3ª- sobre o estado das finanças).	APESP - L 169 - 188r
76	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, para que aos contratadores do provimento do sal do Brasil enviassem a quantidade necessária à Vila de Santos.	APESP - L 169 - 189r

PASSIVOS			
Doc.	Datas	Verbetes	Código / Fólios
77	1766, Julho, 22, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, determinando a forma e a organização das cartas ao Rei (em três partes: 1ª- sobre o estado político e negócios; 2ª- sobre o estado militar; 3ª- sobre o estado das finanças).	APESP - L 169 - 190r
78	1766, Julho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 6 de agosto de 1765, sobre ter guardado o cofre para receber os rendimentos reais e sobre a nomeação do juiz de fora de Santos para servir interinamente a função de provedor da Real Fazenda, substituindo o provedor do Rio de Janeiro nomeado pelo rei.	APESP - L 169 - 160r
79	1766, Julho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 9 de agosto de 1765, sobre o pagamento dos almoxarifes durante o tempo do finado provedor José de Godói Moreira.	APESP - L 169 - 170r
80	1766, Julho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 12 de agosto de 1765, sobre a quitação das dívidas antigas junto à Real Fazenda com o dinheiro excedente.	APESP - L 169 - 173r
81	1766, Julho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 16 de outubro de 1765, sobre o pagamento das tropas de São Paulo serem pagas pela Provedoria do Rio de Janeiro.	APESP - L 169 - 176r
82	1766, Julho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 17 de agosto de 1765, sobre a despesa da folha eclesiástica. Orienta-se acerca da promoção da agricultura e aumento da população de São Paulo, a fim de aumentar a renda da região.	APESP - L 169 - 177r
83	1766, Julho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, em resposta a uma carta enviada em 28 de agosto de 1765, sobre a ajuda não recebida de Goiás. Orienta-se acerca da promoção da agricultura e comércio para que se aumente a renda da região.	APESP - L 169 - 180r
84	1766, Julho, 30, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre os descaminhos do ouro de Minas para o Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia; sobre o recrutamento de ourives a regimentos e apreensão de seus instrumentos de trabalho.	APESP - L 169 - 192r, 192v e 193r
85	1767, Abril, 29, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Dom Luís António de Souza Botelho Mourão, pedindo que se verifiquem os passaportes dos estrangeiros a fim de se evitarem jesuítas na capitania.	APESP - L 170 - 12r
86	1767, Maio, 13, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, comunicando o nascimento de um Infante.	APESP - L 170 - 18r
87	1767, Junho, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Dom Luís António de Souza Botelho Mourão, informando sobre a permanência dos jesuítas na França.	APESP - L 170 - 40r
88 A	1767, Junho, 20, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e capitão-general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, informando que serão enviados reparos sobre os negócios pertencentes às capitanias do Brasil.	BNRJ - MS-553(10) - 58r
88 B	1768, Junho, 20, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e capitão-general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, informando que serão enviados reparos sobre os negócios pertencentes às capitanias do Brasil.	APESP - L 170 - 29r
89	1768, Dezembro, 15, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, informando sobre o nascimento de uma Infanta, filha da princesa do Brasil.	APESP - L 170 - 54r

PASSIVOS			
Doc.	Datas	Verbetes	Código / Fólios
90 A	1769, Março, 02, Oeiras	CARTA do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Dom Luís António de Souza Botelho Mourão, justificando que não poderia responder de imediato a uma correspondência recebida por encontrar-se doente.	BNRJ - MS-553(10) - 50r
90 B	1769, Março, 02, Oeiras	CARTA do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, ao Governador e Capitão-General da Capitania de São Paulo, Dom Luís António de Souza Botelho Mourão, justificando que não poderia responder de imediato a uma correspondência recebida por encontrar-se doente.	APESP - L 170 - 55r
91 A	1769, Dezembro, 19, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, informando sobre um ataque sofrido pelo Rei de Portugal.	BNRJ - MS-553(10) - 149r e 149v
91 B	1769, Dezembro, 19, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, informando sobre um ataque sofrido pelo Rei de Portugal.	APESP - L 170 - 60r, 60v e 61r
92	1770, Julho, 30, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ordenando que a lei seja cumprida no que se refere à proibição de serem fabricadas cartas de jogar.	APESP - L 170 - 64r
93	1770, Agosto, 23, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário do Reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ordenando que se fiscalizasse o trabalho dos oficiais da cobrança de impostos, isentando-os de obrigações que os desviassem de sua função principal.	APESP - L 170 - 67r
94	1770, Agosto, 28, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre os bens e terras confiscados dos jesuítas, pedindo um mapeamento dessas terras, para que se procedessem à avaliação para venda.	APESP - L 170 - 68r
95	1770, Novembro, 16, Lisboa	CARTA RÉGIA do Rei [Dom José I] ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, sobre os desvios de diamantes.	APESP - L 170 - 69r e 69v
96	1771, Janeiro, 14, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, informando sobre a morte da infanta Dona Maria Francisca Dorothea e sobre o luto de seis meses.	APESP - L 170 - 63r
97	1773, Outubro, 05, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, ordenando o envio de pássaros e animais quadrúpedes a Portugal.	APESP - L 170 - 1r
98	1773, Outubro, 14, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, transmitindo a ordem do Rei para que se entregue ao bispo, para residência dos prelados, o edifício que fora o Colégio dos Jesuítas. Pede que se reserve, neste espaço, uma quadra para a formação de futuros professores à mocidade da capitania.	APESP - L 170 - 2r
99	1773, Novembro, 09, Lisboa	AVISO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, transmitindo a ordem do Rei para que se enviassem a Portugal os cabedais de rendimento da capitania, a fim de que, com base na declaração, os homens de negócio pudessem prevenir as remessas de seus cabedais.	APESP - L 170 - 6r
100	1774, Abril, 21, Lisboa	OFÍCIO do [Secretário de Estado da Marinha e Ultramar], Martinho de Melo e Castro, ao Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, Dom Luís António de Souza Botelho Mourão, retomando correspondências anteriores e prevendo o envio de futuras ordens do rei.	APESP - L 170 - 5r

Quadro 3: Descrição dos documentos passivos do *corpus*.

O *corpus* apresentado foi dividido em dois quadros. O primeiro representando a parcela da documentação ativa, dos documentos 1 a 50; e o segundo, a passiva, de 51 a 100.

Ambos os quadros contam com a primeira coluna “Documento”, referente ao número de identificação do dado manuscrito no conjunto do *corpus*. A segunda coluna indica as datas em ordem cronológica, (ano-mês-dia) e a tópica, com o nome da cidade da produção documental.

Prossegue-se com a apresentação do verbete descritivo, de que se falará mais adiante. A penúltima coluna distingue-se: na parcela ativa contém o número do catálogo do qual se retirou o verbete⁴² e, na passiva, o códice em que o documento está contido. Para tanto, serve-se da sigla do Arquivo de guarda (APESP⁴³ ou BNRJ) seguida do Livro (L 169 ou 170) ou do Manuscrito (MS) e a respectiva localização dos fólios dentro de cada códice.

A composição dos verbetes foi mera adequação das descrições propostas pelo PRBRB e catalogadas por Arruda (2000, 2002) no caso dos ativos. Já no dos passivos, os verbetes foram redigidos integralmente. Por pertencerem a códices, não havia uma catalogação individual dos documentos⁴⁴.

os trabalhos de catalogação dos manuscritos se ressentem de pessoal e tempo, para serem atualizados. Assim sendo, a busca em arquivos portugueses de um acervo que poderia completar o nosso, caberia com mais acerto ao interesse do estudioso especializado. Isto não impede que uma sugestão bem orientada possa ser posta em prática, através de um intercâmbio entre instituições (DAMASCENO, 1974, p. 1380).

Com isso, os verbetes passivos tiveram de ser elaborados para este trabalho e seguem o modelo das “ementas dos documentos editados” por Megale (et al, 2006, p. 133), com um resumo explicativo do conteúdo de cada documento. Entende-se aqui “verbo” como uma unidade estruturada de informações que organiza as entradas das correspondências editadas, a fim de facilitar a leitura. No mesmo padrão dos ativos, os verbetes passivos contêm o seguinte formato: “ESPÉCIE DOCUMENTAL,

⁴² O número 1 indica o Catálogo I (ARRUDA, 2000) e o 2, o Catálogo II (ARRUDA, 2002). Esses verbetes foram adaptados para este trabalho, com sua descrição resumida e ajustes feitos. Um exemplo desses ajustes deu-se no verbete do documento 38 B, 2517 do Catálogo II, em que consta ser o Conde de Oeiras o destinatário, ao passo que foi enviada ao Martinho de Melo e Castro.

⁴³ “O núcleo fundamental dessa correspondência acha-se no Arquivo do Estado de São Paulo, [...] com códices não publicados relativos a “Avisos e Cartas Régias” e a “Provisões Régias”. (BELLOTTO, 2007b, p. 14).

⁴⁴ Como é prática comum em Arquivos, os documentos não se encontram catalogados enquanto unidades, apenas de forma conjunta enquanto cartulário. Além do trabalho de delimitação do limite de cada documento, foi necessário classificar as espécies documentais para a composição dos verbetes. Nesse processo, agradecemos a contribuição valiosa da Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto.

autor intelectual, destinatário e assunto de que trata o documento.” Introduzidos pela espécie documental em caixa alta, exemplifica-se com o verbete do documento 51:

OFÍCIO do [secretário do reino], Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho e Melo ao [governador e capitão general da capitania de São Paulo], Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, ordenando as formas de se proceder frente aos inimigos: castelhanos e jesuítas.

Quadro 4: Exemplo de verbete descritivo.

2.2 Aspectos quantitativos do *corpus*

Conforme exposto, o *corpus* totaliza 100 documentos, sendo 172 páginas fac-similares e suas respectivas páginas de transcrição semidiplomática, totalizando 3530 linhas transcritas de forma justalinear. Dessas linhas, 1923 são da parcela ativa e 1607 da passiva. A maior quantidade de linhas escritas dos ativos em relação aos passivos deve-se a 12 páginas que excedem os primeiros se comparados aos segundos. Somam-se 98 páginas ativas transcritas, apresentadas entre as páginas a seguir, de 64 a 259; e 76 passivas, entre as páginas 260 a 407. Embora essa quantidade permita desenvolverem-se as análises propostas nesta tese, trata-se de um recorte da imensa totalidade dos acervos sobre o Morgado de Mateus sob a guarda de diversos Arquivos⁴⁵.

A ordem em que os documentos aparecem arrolados no *corpus* deve-se à data cronológica da produção de cada testemunho. Há exemplares com mais de um testemunho para fim de cotejo. Nesses casos, apresentam-se primeiro os originais e depois as cópias, ou as primeiras vias seguidas das segundas quando se tratam de originais com mais de uma lição⁴⁶. Em caso de repetição de datas cronológicas, mantém-se a sequência do códice.

⁴⁵ Como exemplo, menciona-se o catálogo da documentação adquirida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em que são apresentados 2490 verbetes. De maneira ainda mais ampla, o Arquivo da Casa de Mateus conta atualmente com cerca de 35 mil documentos, dos quais grande parte pertence ao período do morgadio de Dom Luís Antônio.

⁴⁶ Chama-se “lição” o que se lê em uma passagem determinada do texto transmitido por um testemunho, de acordo com Spaggiari et al. (2004, p. 19).

Figura 1: Fatores de classificação do *corpus*⁴⁷.

Contam-se duas espécies documentais precípuas, cartas e ofícios, em que as “cartas régias” foram incluídas na categoria de “cartas” e os ofícios, que englobam a tipologia dos “avisos”. Contabilizam-se as espécies documentais presentes no *corpus* por meio da tabela a seguir:

Espécies documentais	Ativos		Passivos	
	Qtd	%	Qtd	%
Cartas	12	24	4	8
Cartas régias	0	0	7	14
Ofícios	38	76	30	60
Avisos	0	0	9	18
TOTAL	50	100%	50	100%

Tabela 1: Quantidade de espécies documentais.

Discorre-se com detalhes sobre as espécies documentais no capítulo destinado às análises diplomáticas. A classificação geral das espécies contidas no *corpus* é ilustrada pelo gráfico:

Gráfico 1: Espécies documentais nos documentos ativos.

⁴⁷ Desenho proposto pelo software UAM Corpustool.

Gráfico 2: Espécies documentais nos documentos passivos.

De maneira mais geral, conforme se explicará no capítulo acerca das questões diplomáticas, considerando-se os avisos como pertencentes à espécie documental dos ofícios e incluindo as cartas régias na espécie das cartas, o *corpus* pode ser apresentado de acordo com as porcentagens gerais:

Espécies documentais	Ativos		Passivos		Total	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Cartas	12	24%	11	22%	23	23%
Ofícios	38	76%	39	78%	77	77%
TOTAL	50	100%	50	100%	100	100%

Tabela 2: Quantidade de espécies documentais.

Pelo gráfico de barras é possível visualizar a predominância da espécie documental “ofício” no *corpus*, com 38 ocorrências na parcela ativa e 39 na passiva. Por não ser possível a um governador remeter cartas régias ou avisos, não há ocorrências dessas espécies entre os ativos.

O *corpus* divide-se também em quatro destinatários na parcela ativa, sendo o Morgado de Mateus o único autor. E quatro autores intelectuais na parcela passiva, em que o Governador representa o único destinatário. Conforme apresenta o quadro a partir do qual se produziram os gráficos a seguir, o eixo passivo conta com a predominância da autoria do Conde de Oeiras, com 58%. Os Secretários Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro representam 15% e 13% das autorias respectivamente. O Rei conta com 13%. De maneira equivalente, a

documentação ativa teve como destinatário o Conde de Oeiras em 64% dos casos, Martinho de Melo e Castro em 23%, Francisco Xavier de Mendonça Furtado em 11%, e o próprio Rei, com apenas 2%.

Autores intelectuais	Ativos		Passivos	
	Qtd	%	Qtd	%
Rei	1	2%	7	13%
Conde de Oeiras	34	64%	31	58%
Francisco X. M. Furtado	6	11%	8	15%
Martinho M. Castro	12	23%	7	13%
TOTAL	53	100%	53	100%

Tabela 3: Quantidade de autores intelectuais (Destinatários para os passivos).

Total de 53 documentos, somando-se as duas vias dos três documentos empregados para comparação na compilação.

Gráfico 3: Quantidade de autores intelectuais nos documentos ativos.

Gráfico 4: Quantidade de destinatários nos documentos passivos.

Conforme apontam as considerações diplomáticas, a análise dos discursos veiculados em cada manuscrito leva em consideração as características de cada espécie documental para reconhecer o estilo e o repertório de cada autor intelectual, mesmo tratando-se de documentação pública de cunho oficial.

2.3 Acerca da edição semidiplomática

A construção desta tese partiu da valoração da Filologia, com o conceito de que “os textos escritos utilizados como *corpus* para o conhecimento da língua só poderão ser adotados como fonte de dados se espelharem o emprego efetivo da língua, ainda que apenas na sua modalidade escrita” (CAMBRAIA, 2005, p. 20). Para que a cultura e a língua presentes nos documentos manuscritos possam ser preservadas, emprega-se a função substantiva da Filologia que, segundo Spina (1994, p. 82), concentra-se no texto de um manuscrito para explicá-lo e restituí-lo à sua forma genuína, preparando-o tecnicamente para publicação.

Tratando-se de século XVIII, torna-se imperativo o estudo de documentação manuscrita, pois “a sociedade colonial brasileira, em sua última fase, era uma sociedade manuscrita, posto que as tipografias permaneceram proibidas até a vinda de D. João VI” (BARBOSA, 2005, p. 15). Como a documentação manuscrita referente à administração pública do Brasil colonial pode apresentar dificuldades aos leitores atuais, devido aos traços da grafia e a questões de abreviatura por exemplo, trabalha-se com a transcrição desses testemunhos.

A edição, segundo Cambraia (2005, p. 19), é uma maneira de resguardar a memória de uma sociedade pela da restituição, conservação e fixação de textos escritos ao longo do tempo. No intuito de permitir e facilitar a leitura de manuscritos, criaram-se as modalidades de edição (diplomática, semidiplomática e modernizada), a *edição diplomática* consiste na reprodução tipográfica do manuscrito como uma “completa e perfeita cópia do mesmo na grafia, nas abreviações, nas ligaduras, em todos os seus sinais e lacunas, inclusive nos erros e nas passagens estropiadas” (MARCOTULIO, 2008, p. 107).

Para a edição dos documentos que compõem o *corpus*, empregou-se a edição diplomático-interpretativa ou semidiplomática, por facilitar ainda mais a leitura, uma vez que conta com as características da edição diplomática acrescidas das técnicas de desdobramento das abreviaturas e da inclusão de notas elucidativas. A transcrição semidiplomática visa à manutenção do estado da língua do período e evita que se

incorra no erro de reproduzirem-se textos após séculos de sua produção sem se levar em conta a linguagem da época e, com isso, o copista “dar-se o direito de corrigir a linguagem dos antigos diplomas, transformando o estilo e chegando à deturpação involuntária do conteúdo” (BERWANGER et al, 2008, p. 35).

Por serem os documentos manuscritos, segundo Silva (1989, p. 41), fiéis “informantes” para a apreensão de dados linguísticos e culturais de um determinado período, a Filologia representa a base desse trabalho, uma vez que o *corpus* empregado partiu dos documentos manuscritos para o estabelecimento de transcrições semidiplomáticas que vão “mais longe na interpretação do texto original, pois representam uma tentativa de melhoramento do texto, com o desdobramento das abreviaturas” (SPINA, 1994, p. 79).

As edições são justalineaes, seguindo a ordem exata de cada linha transcrita, a fim de facilitar a comparação entre a versão fac-similar e respectiva edição. A partir da página 64, as páginas pares contêm a reprodução fac-similar e as ímpares, a transcrição. Assim, impressas em frente e verso, é possível visualizar a imagem do manuscrito à esquerda e compará-la à edição ao lado direito. Para facilitar que os fragmentos textuais sejam encontrados, as edições são justalineaes e numeradas de cinco em cinco na margem esquerda, reiniciando a cada novo documento.

2.4 As normas de transcrição adotadas

Segundo Megale (1998, p. 22), para estudos linguísticos, é simplesmente inviável uma edição de textos antigos totalmente transcritos no português atual, pois, dessa forma, perdem-se todas as particularidades essenciais para um estudo efetivo acerca da língua de dado período. Diante disso, apresentam-se, a seguir, as normas empregadas nas transcrições.

A restituição da forma genuína dos textos, a fim de viabilizar a recuperação do patrimônio cultural manuscrito deu-se pela edição do *corpus* baseada nas “Normas para Transcrição de Documentos Manuscritos”⁴⁸, revistas e adaptadas⁴⁹ a este trabalho, com exemplos do próprio *corpus*:

⁴⁸ Essas normas foram propostas durante o 2º. Seminário “Para a História do Português do Brasil”, realizado em Campos do Jordão, em maio de 1998. Disponíveis para consulta em Cambraia et al. (2001, p. 13).

⁴⁹ As adaptações feitas em relação às normas de 1998 referem-se tanto à mudança da ordem dos itens quanto à alteração do tempo verbal do futuro para o presente do indicativo. Além disso, retiraram-se os exemplos originais para inserirem-se exemplos do próprio *corpus*. O item 5 foi inserido, por representar uma especificidade do *corpus*. No mesmo sentido, as normas 9, 12, 13 e 14, propostas em 1998, foram

1. A transcrição é conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, são desenvolvidas, marcando-se, em itálico, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiosincrasias ortográficas do escriba, como em ‘infleximente’ (8, 3) (inflexivelmente) ou em ‘vitude’ (19, 3) (vicissitude);
 - b) no caso de variação gráfica, a opção é a forma atual, desde que não haja recorrência no *corpus*. Por exemplo, a abreviatura “Ds”, da forma atual “Deus” foi transcrita como “Deos” por ter sido encontrada mais vezes assim: ‘Permita**Deos** conservar o Estado e felicidade’ (3, 32).
3. Não se estabelece fronteira de palavras que venham escritas juntas, tampouco unem-se sílabas de palavras que venham separadas. Exemplo: ‘da quellaCidade’ (5, 10). Também não se introduz hífen ou apóstrofo onde não há entre clíticos ou outros termos: ‘premios, que lhepromety, **dandolhe** gente, lhe ordenei que pelos roteiros’ (40 A, 18).
4. A pontuação original é rigorosamente mantida.
5. No caso de espaço maior intervalar deixado pelo escriba, não há marcação, haja vista a possibilidade de visualização do fac-símile. Por questão estética, foram usados espaços simples entre todas as fronteiras de palavras, mesmo quando há espaçamento maior no manuscrito. Por exemplo (2, 11):

6. A acentuação original é rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: ‘**dalingoa** Franceza no nosso Idio | maPortuguez.’ (87, 8).
7. Respeita-se o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original. No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não é considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.

suprimidas por não ocorrerem no *corpus*. Não houve supressões pelo copista, tampouco termos ou trechos ilegíveis, o que permitiu retirarem-se os itens 9, 12 e 13. Uma vez que a transcrição é justalinear e subsequente à respectiva reprodução imagem fac-similar, não houve necessidade da marcação de mudança de fôlios prevista pelo item 14 das normas originais.

⁵⁰ Trecho do documento 2, linha 11, em que há espaçamento maior após um ponto final.

8. Eventuais erros do escriba ou do copista são mantidos na transcrição e retomados, sendo considerados uma particularidade do dado documento. Exemplo: 'Deosguarde aVossaSenhoria Palacio deNossaSe- | nhora daAjuda a20 delunhode1768.' (88 B, 19). Nessa cópia, a data foi atualizada em relação ao original, 20 de abril de 1767.
9. Inserções do escriba ou do copista na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior entram na edição entre os sinais < > na localização indicada. Exemplo: '<Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor | Conde deOeyras.>' (14, 24). Do mesmo modo, as intervenções de terceiros aparecem reproduzidas, exceto a datação cronológica inserida às margens superiores esquerdas por serem consideradas redundantes e grafadas em período posterior ao documento.
10. Quando há repetição de palavra(s) no início da página seguinte, indicando reclame, a segunda ocorrência aparece entre colchetes duplos [[]]. Exemplo: '[[Magestade]]' (91 A, 31).
11. Intervenções do editor são raríssimas, apenas em casos de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem à dúvida. Letras ou palavras não legíveis por deterioração justificam intervenção do editor, com a indicação entre colchetes. Exemplo: 'onde sedivertio athé á noite naforma do costume dos mais **[dias,]**' (91 A, 39). Em caso desse uso pelo próprio escriba, não se colocará nota, apenas se transcreve, como em 'Officiaes Portuguezes [indignos deo Serem] que' (51, 31).
12. Por motivo de economia, não se transcrevem os números escritos na margem superior direita dos fólhos *recto*. Tais informações encontram-se citadas no item "particularidades" na ficha codicológica.
13. A divisão das linhas do documento original é preservada ao longo do texto de forma justalinear e cada novo documento recebe a devida numeração.
14. Na edição, as linhas são numeradas de forma sequencial de cinco em cinco, à margem direita da mancha, à esquerda do leitor.
15. A transcrição das assinaturas e rubricas é sublinhada. Exemplo: 'DomLuis AntoniodeSouza' (1, 50).

2.5 Sumário do *corpus*

Número do Documento	Quantidade de Páginas	Quantidade de linhas	Via do documento	Página
1	2	50	1ª	64
2	2	34	1ª	70
3	2	41	1ª	74
4	2	28	1ª	78
5	3	62	1ª	82
6	2	27	1ª	88
7	2	28	1ª	92
8	1	15	1ª	96
9	1	20	1ª	98
10	1	13	1ª	100
11	1	21	1ª	102
12	2	50	1ª	104
13	3	84	1ª	108
14	1	26	1ª	114
15	1	16	1ª	116
16	1	22	1ª	118
17	1	29	1ª	120
18	2	43	1ª	122
19	2	47	1ª	126
20	3	58	1ª	130
21	2	41	1ª	136
22	2	31	1ª	140
23	3	65	1ª	144
24	2	49	1ª	150
25	1	20	1ª	154
26	2	38	1ª	156
27	3	70	1ª	160
28	1	23	1ª	166
29	2	50	Cópia	168
30	2	26	1ª	172
31	2	45	2ª	176
32	1	16	2ª	180
33	1	13	2ª	182
34	2	34	1ª	184
35	2	36	1ª	188
36	1	26	1ª	192
37	3	88	1ª	194
38 A	3	52	1ª	200
38 B	3	54	2ª	204
39 A	2	36	1ª	210
39 B	2	32	2ª	214
40 A	1	26	1ª	218
40 B	2	26	2ª	222

Número do Documento	Quantidade de Páginas	Quantidade de linhas	Via do documento	Página
41	3	63	1ª	224
42	1	29	2ª	230
43	3	33	1ª	232
44	1	24	1ª	236
45	2	28	1ª	238
46	1	13	1ª	242
47	1	23	1ª	244
48	1	19	1ª	246
49	3	41	1ª	248
50	3	42	1ª	254
51	2	76	Cópia	260
52	2	31	1ª	266
53	2	15	Cópia	270
54	2	113	1ª	272
55	3	20	1ª	280
56	2	56	1ª	282
57	2	35	2ª	286
58	1	18	1ª	290
59	1	24	1ª	292
60	1	18	1ª	294
61	1	89	1ª	296
62	2	18	2ª	304
63	3	15	1ª	306
64	1	18	1ª	308
65	1	26	1ª	310
66	1	18	1ª	312
67	1	35	1ª	314
68	2	13	1ª	318
69	2	27	1ª	320
70	3	51	1ª	322
71	2	37	1ª	326
72	2	20	1ª	330
73	3	14	1ª	332
74	2	11	2ª	334
75	1	19	2ª	336
76	2	13	Cópia	338
77	3	21	2ª	340
78	1	18	1ª	342
79	2	35	1ª	344
80	2	23	1ª	346
81	2	27	1ª	348
82	1	16	1ª	350
83	1	20	1ª	352
84	2	107	Cópia	354
85	2	38	1ª	360

Número do Documento	Quantidade de Páginas	Quantidade de linhas	Via do documento	Página
86	1	21	2ª	364
87	3	14	Cópia	366
88 A	3	23	1ª	368
88 B	2	23	Cópia	370
89	2	20	2ª	372
90 A	2	22	1ª	374
90 B	1	28	Cópia	376
91 A	2	51	1ª	378
91 B	3	68	Cópia	382
92	1	19	Cópia	388
93	3	22	1ª	390
94	1	32	2ª	392
95	2	35	2ª	394
96	1	18	Cópia	398
97	1	13	Cópia	400
98	1	22	Cópia	402
99	3	19	Cópia	404
100	3	22	Cópia	406

Quadro 5: Sumário do *corpus*.

2.6 O *corpus*

Apresentam-se, a seguir, as transcrições semidiplomáticas linha a linha, antecedidas pela reprodução fac-similar do respectivo fólio manuscrito. Para facilitar a leitura comparativa do manuscrito e sua edição, a impressão foi feita para que ao abrir a encadernação, o leitor tenha a imagem à sua esquerda e a reprodução tipográfica à direita.

Numero cinco

I.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

He muito notavel a summa pobreza aque

- 5 se achão reduzidos a mayor parte dos habitantes desta Villa;
constandome que a esta proporção succede o mesmo nas outras terras
desta Capitania: elles se achão faltos de todo o necessario para
as comodidades da Vida, a the do proprio sustento, porque quazi
todo lhe vem de fora, nascendo esta miseria, da negligencia com
10 que estão vendo e conservando a o pedas suas Cazas, Largas Campi-
nas todas cobertas de arvoredo e espessamata sem utilidade algu-
a. Senão fosse o pequeno cabedal que aqui dispendemos Solda-
dos da pouca tropa paga que se conserva; e a necessidade que obri-
ga aos habitadores de Serra assim a decerem a este Porto para se
15 proverem de alguns alqueires de Sal que de mezes a mezes trã
portaõ alguns pequenos Navios; ja de todo estariã despovoadas.

- Os seus Edificios ainda mostraõ em partes a riqueza
que tiverã os seus antepassados no tempo em que o Ouro das mi-
nas corria por este Canal; porem a o dioses que o dito ouro passou
20 pelo Rio de Janeiro, adonde he mais conveniente porque se evita
o risco do Mar, que não he tão pequeno que corredeste, a quella Porto;
Sendo a riqueza do Ouro que aqui ficou hua felicidade tranzitoria
para aquelles em cujas maos estava; pois não podia permanecer
não havendo em que se empregasse de sorte que o rendimento

fixese circullo, ou retrocesso ou traves para seu proprio dono; pouco aprouu-se foi diminuindo com os quotidianos gastos da vida, até que de todo se veio a extinguir; de maneira que ja hoje se não aella aqui dinheiro se não na mão de Euns tantos Comer-
ciantes que ainda hoje conservão Eum pequeno negocio.

Dexejando eu de alguma sorte dar remedio a tantos
damnos, passei Eua Ordem a todas as Camaras para q obri-
gem afazer plantações de algodão. Tratei com os principais
Mercadores da terra para que se juntassem para comprar por
precos certos todo o que viesse. Tenho mandado vir do Rio de Ja-
neiro Mestres de fabricar o d. algodão com os seus teares, para es-
tablecer fabrica nesta terra. Tenho falado a Eum homem co-
mo disposto p.º Eaver e erigila e governala. Tenho esperanças bẽ
fundadas de que Eaverá quem queira concorrer com dinheiros para
os primeiros fundamentos.

Com o mesmo tento praticado para ver se posso
estabelecer algumas fabricas de louça pelo exulente barro que Eadez
se faxem couxas uteis, e curiozas.

Todas estas ideas estão muito nos seus principios,
De queira ajudarme p.º as aperfeicoar, e ver no estado que
Ves dixejo.

25 fizese circullo, ou retrocesso outraves para seupropio dono; pouco
apouco se foi diminuindo com os quotidianos gastos da vida,
atê que de todo se veio a extinguir; de maneira que já hoje se
não acha aqui dinheiro se não namão de huns tantos Comer
ciantes que ainda hoje conservaõ hum pequeno negocio.

30 Dezejando eu de alguasortedar remedio atantos
damnos, passei hua Ordem atodas as Cameras para que obriga-
sem afazer plantaçoẽs dealgodão. Tratei com os principaes
Mercadores da terra para que se juntassem para comprar por
precos certos todo o que viesse. Tenho mandado vir do Rio de la
35 neiro Mestres de fabricar o dito algodão com os seus teares, para es-
tablecer fabrica nesta terra. Tenho falado a hum homem eote
nhodisposto para haver de erigila e governala. Tenho esperanças bẽ
fundadas de que haverá quem queira concorrer com dinheiros para
os primeiros fundamentos.

40 O mesmo tenho praticado para ver se posso
establecer algumas fabricas de louça pelo excelente barro que hade que
se fazem couzas uteis, e curiozas.

Todas estas ideas estão muito nos seus principios,
Deos queira ajudarme para as aperfeicoar, e Vêno estado que
45 lhes dezejo.

Devs. G. a D. E. o. Villa de Santos em
 19 de Agosto de 1765
 Ilmo Exmo Snr Conde
 de Oeiras.

Luis Antonio de Souza.

Deos *Guarde aVossa Excellencia* Villa de Santos em

19 de Agosto de 1765

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde

de Oeyras.

50

Dom Luis AntoniodeSouza.

7
 22 de Agosto de 1765
 Mo mo
 Ex. Sr.
 Nº 5
 IV

Aqui chegou a esta Villa de Santos Domingos Ferr.^a Pereira e seus Socios que me apresentaram a Carta de B.^a Ex.^a de 28 de Fev.^o de 1765 com a copia da Carta Regia exorta ao Conde de Bobadella na data de 8. de Novembro de 1760. pelas quaes consta q.^{ue} S. Mag.^{de} que D.^o G.^o fazendolhes mercê do privilegio exclusivo por tempo de dez annos, E servido concederlhes que possam minar ferro, e chumbo nas terras desta Capitania de S. Paulo, enella estabelecer fabricas p.^o caldear o dito ferro. Como eu tinha falado com elles no Rio de Janeiro, Reparticipei logo que chegarão algumas informações que tinha adquirido a respeito de alguns sitios em q.^{ue} havia pedras q.^{ue} se supunha serem daquellas de que se extrah o ferro, as quaes salem junto a V.^a de S. Sebastião com bons fundamentos, como elles mesmos entenderão, de se proximar serem das mesmas que procuravão: eos expedi com este intento, passando-lhes as Ordens necessarias, não só para que os não perturbassem nos seus descobrimentos, e nas suas experiencias, mas tambem para que se lhe desse toda ajuda e favor sendo-lhe preciso.

As ditas Fabricas serão aqui de grandissima utilidade não só para o Povo, mas tambem p.^o o serviço de S. Mag.^{de} pela grande necessidade que ha de se reformar toda a artellaria

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero cinco

IV.

Aqui chegou aesta Villa de Santos

Domingos Ferreira Pereira eos seus Socios que me apresenta

- 5 raõ a Carta de Vossa Excellencia de 28 de Fevereiro de 1765 com a copia da Carta Regia escrita ao Conde de Bobadella na data de 8. de Novembro de 1760 pelas quaes consta que Sua Magestade que Deos Guarde fazendolhes mercé do privilegio excluzivo por tempo de des annos, he Servido concederlhes que possam minerar ferro, e chumbo nas
- 10 terras desta Capitania de São Paulo, enella estabelecer fabricas para caldear o dito ferro. Como eutinhaja falado com elles no Rio de Janeiro, lhe participei Logo que chegaraõ algumas informações que tinha adquirido aesterespeito de alguns sitios em que havia pedras que se supunha serem daquellas de que se extrahe o fer
- 15 ro, as quaes sahem junto a Villa de São Sebastião com bons fundamentos, como elles mesmos entenderaõ, de se prezumir serem das mesmas que procuravaõ: eos expedi com este intento passan dolhes as Ordens necessarias, não só para que os não perturbassem nos seus descobrimentos, enas suas experiencias, mas tambem para
- 20 que selhe desse toda ajuda e favor sendolhe preciso.

As ditas Fabricas seriaõ aqui de grandissima utilidade não só para o Povo, mas tambem para o serviço de Sua Magestade pela grande necessidade que há de se reformar toda a artelharia

destas Fortalezas, que está quasi incapaz de servir, e se fazer outra de novo p.^a as demais Fortalezas que se preciza de fazer erigir em os Portos mais principaes das Villas desta Costa p.^a segurança, e de fensa dellas.

He o que por lora se me offerue informar a V.
Ex.^a sobre este particular.

Deus c.^a a V.^a Brilla de Santos
22 de Agosto de 1765.

Ass.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Conde de
Oeyras.

Ant.^o Antonio de Souza.

destas Fortalezas, que está quazi incapas deServir, esefazer outra
 25 de novo para as demais Fortalezas que sepreciza de fazer erigir em
 os Portos mais principaes das Villas desta Costapara siguranca, ede
 fensa delas.

He o que por hora se me oferece informar aVossa
 Excellencia sobre esteparticular.

30 Deos Guarde aVossaExcellencia Villa deSan-
 tos 22 de Agosto de 1765.

Illustrissimo e Excellentissimo SenhorConde de
 Oeyras.

DomLuis Antonio deSouza

25/4/165

M^o e M^o
e Ex^o S^or

42

Repito Meu Senhor. esta diligencia de
 procurar os Pes de V^o Ex^o. depois de ter chegado a Villa de
 Santos, e estar ja dentro dos limites do meu governo; de
 toda a parte quizeria euter este gosto, e este alivio se apos-
 sibilidade mo permittisse; mas daqui com mais razao devo
 ir reverente a prezencia de V^o Ex^o. e beijar-te do modo possivel
 a mão pela grande Mercê que me tem feito de me hon-
 rar por tantos modos, e consualmente com esta Occupação,
 tão distincta, e tão desigual ao meu merecimento. Eu con-
 fesso que tudo devo a grandexa, e piedade de V^o Ex^o. e do
 M^o e Ex^o Sr Conde, e assim Senhor, ja que V^o Ex^o forão
 servidos de me fazer Criação sua, e de me exaltar a este
 Lugar; seja V^o Ex^o. tambem servidos de desculpar agora
 os meus erros e defeitos nas contas que a V^o E. S. dou do
 que tenho acado nesta Capitania, das couzas que tenho
 obrado, das duracoes que tenho seguido, e dos pareceres que
 a V^o Ex^o. proponho; tudo fis sem a minima instrucção
 do que devia fazer, porque não acdo nesta Secretaria praqui
 por donde me possa governar, nem me fio de pessoa; nem

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Repito Meu Senhor esta diligencia de

procurar os Pes de Vossa *Excellencia* depois deter chegado aVilla de

Santos, eestar já dentro dos Limites do meuGoverno; de

5 toda aparte quizera euter este gosto, eeste alivio se apos-
sibilidade mo permitisse; mas daqui com mais razão devo

ir reverente aprezenca de Vossa *Excellencia* e beijarlhe do modoposivel

a Maõ pela grande Mercé que me tem feito de me hon-

rarpor tantos modos, eespecialmente com esta Ocupacaõ,

10 taõ distinta; etaõ deizigual ao meu merecimento. eu con-

fesso quetudo devo a grandeza, e piedade deVossa*Excellencia* edo

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde, e assim Senhor, ja que Vossas*Excellencias* foraõ
servidos de me fazer Creatura sua, e de meexaltar aeste

Lugar; Sejaõ Vossas *Excellencias* tambemservidos de desculpar agora

15 os meus erros e defeitos nas contas que aVossa *Excellencia* doudo

quetenho achado nesta Capitania, das couzas que tenho

obrado, das direcoes que tenho seguido, e dos pareceres que

aVossa *Excellencia* proponho; tudo fis sem aminima instruçaõ

doquedevia fazer, porque naõ acho nesta Secretaria papeis

20 pordonde me possagovernar, nem me fio depessoa, nem

atento para me poder aconsellar, deute V. Ex.^a a vontade, e
 diligencia que eu applico para o acerto, naquelles cazos em q^e
 eu por insufficiencia, minha onã conseguisse. Assistame
 V. Ex.^a com as claras luzes das suas determinações, Liberali-
 zame os seus documentos, e honreme com os seus preceitos:
 Já que eutire aventura de ser collocado neste lugar pela
 padroagem de V. Ex.^a he justo q^a V. Ex.^a mesmo deva euto-
 dor os acertos, toda a honra com q^{ue} deixo de empunhar a eli-
 cã de V. Ex.^a o serviço do meu R. E. V. e Senhor, e as obriga-
 ções com que nasci.

Permita Deus conservar o Estado e felicidade
 da M^{te} e Ex.^{ma} Pessoa de V. Ex.^a com aquella perfeita saude
 e por tão dilatados annos como eu deixo enecessito para meu
 amparo.

Assmo e Ex.^{ma} Sr. Francisco
 Xavier de Mendoca Furtado.

Villa de Santos 25 de Agosto de 1765.

De V. Ex.^a Meue Sr.^a

Menor Creado.

Paulo Antonio de Souza.

atenho para mepoder aconselhar; aceite *Vossa Excellencia* a vontade, e diligencia que eu aplíco para o acerto, naquelles cazos emque eupor insuficiencia minha onã conseguisse. Assistame

Vossa Excellencia com as claras Luzes das suas determinações, Liberali

25 zeme os seus documentos, e honreme com os seus preceitos:

Ejá que eutive aventura de ser coLocado nestelugar pela poderosa mã de *Vossa Excellencia* he justo que a*Vossa Excellencia* mesmo deva eutodos os acertos, toda ahonra comquedezejo dezempenhar aelei-
ção de*VossaExcellencia* o Serviço do meuREY eSenhor, e às obriga

30 coes com que nasci.

PermitaDeos conservar o Estado e felicidade da *Illustrissima eExcellentissima*Pessoa de *Vossa Excellencia* com aquellaperfeitasaude eportaõ dilatados annos como eudezejo enecessito para meu amparo.

35 Villa deSantos 25 deAgosto de 1765.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco

Xavier de Mendoca Furtado.

De*VossaExcellencia* MeuSenhor.

Menor Creado.

40

DomLuis Antonio deSouza.

26/12/1765
 S^{mo} Ex^{mo} S^{nr}.

N^o 5.
 VI

Como se faz igualm^{te} preciso o cuidado não só no bom estado das Fortificações, e disciplina das Tropas, mas também ao mesmo tempo no provimento das Armas, e na abundancia das Munições de Guerra; e sendo entre todas a mais essencial cada um mais uso e consumo, A Polvora, porq^{ta} se gasta no tempo da paz; me vejo obrigado a representar a V^{ra} Ex^{ta} que nesta America, e especialmente nesta Capitania há no tempo presente tanta falta deste genero, que eu não posso mandar fazer exercícios de fogo, porque a mesma que nelles se gasta se faria acabar da a do Armazem: E sendo as remessas do Reino dilatadas e que quando a proporção do que se precisa para a V^{ra} S^{ta} d^{os} estes Estados, desorte que ainda repartindo comigo o Conde da Cunha e o Rey daquelle reino nesta frota tenho curado pouca como se ve da Velocidade que sera com esta.

Me lembra que se a V^{ra} Ex^{ta} Reparecer que seria conveniente fazerse em alguma destas Villas uma fabrica de Polvora porq^{ta} me afirmado pode haver por cá os materiaes, determinando V^{ra} Ex^{ta} mores, e o mais que V^{ra} Ex^{ta} julgar preciso ordenar-me a se cospito; entrarei eu a apromptar o mais q^{to} for necessario, seguindo as Sabias e justissimas direções que V^{ra} Ex^{ta} me participar per meo das suas admiraveis Providencias.

Numero cinco
VI

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Como se fas igualmente precizo o cuidado não só no
 bom estado das Fortificações, e disciplina das Tropas, mas tam
 5 bem ao mesmo tempo no provimento das Armas, ena abundancia
 das Municoes de Guerra; esendo entre todas amais essencial
 eaque tem mais uzo e consumo, A Polvora, porque athe se gasta
 no tempo dapaz; me vejo obrigado arepresentar aVossaExcellencia quenes
 taAmerica, eespecialmente nestaCapitania há no tempo pre
 10 zente tanta falta destegenero, que eunaõ posso mandar fazer ex
 ercicios de fogo, porque amesma que nelles se gastase faria acabar a
 da a do Armazem: E sendo as remessas do Reino dilatadas e pe
 quenas aproporção do que sepreciza para aVastidaõ destes Esta
 dos, desorte que ainda repartindo comigo o Conde da CunhaVi
 15 ceRey da quelhe veyo nesta frota tenho eutaõ pouca como seve
 da relação que sera com esta.

Me lembra que se aVossaExcellencia lheparecer que será con
 veniente fazerse em alguadestas Villas hua fabrica de Polvora
 porque me afirmaõ podehaverpor cá os materiaes, determinando
 20 VossaExcellencia mestres, eo mais que VossaExcellencia julgar precizo ordenarme aes
 se respeito; entrarei eu a apromptar o mais que for necessario, se
 guindo as Sabias ejustissimas direções que VossaExcellencia me partici
 par por meyo das suas admiraveis Providencias.

Deos G.^a a B.^a Ex.^a Villa de Santos 26 de Agosto
de 1865

Il.^{mo} e Ex.^{mo} Snr Conde
de Oeyras.

Luis Américo de Souza

Deos *Guarde aVossa Excellencia* Villa de Santos 26 de Agosto
25 de 1765

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde
de Oeyras.

DomLuis AntoniodeSouza

27/14/1765
 SS^{mo} Ex^{mo} Snr. Nº 5.
 VII.

Quando eu determino passar a cidade de São Paulo logo immediatamente depois de chegar a esta Villa de Santos, para effeito de tomar posse do governo desta Capitania naquella Capital: aqual posse eu entendi devia ser tomada na sobre dita Cidade de S. Paulo, e não em outra parte, pela razão de que a minha Patente, e as outras Ordens de Sua Mag.^{de} que D. J. só se dirigem privativamente aos Officiaes da Camara daquelle Cidade para effeito de medarem nella a posse: E tambem por q^{ue} os Paulistas, qujos animos se me recommenda nas mesmas Ordens procure conciliar: Sedesgartariaõ, elevariaõ m.^{te} amal, tomando-o em desprezo seu, se preterindo a sua Cidade, deixasse tomar nella a minha posse, o que não tinhão feito os passados Generaes.

Havendo por hua parte, a preuzã de passar immediatamente a sobre dita Cidade de S. Paulo p.^o o referido effeito: havia p.^o outra parte outra necesid.^{de} ainda mais urgente que me obrigava a demorar-me nesta Villa; pois como vi a ditz ordem, e a cidade a que estavam reduzidas todas as couzas, me era forcoso indagar as Causas, e principios de que procedia aquelle mal, para poder dar com aerto os primeiros passos do meu governo, e procurar o remedio do Verdadeiro cello

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero cinco

VII.

Tendo eu determinado passar aCidade
deSaõ Paulo Logo immediatamente depois de chegar aesta
5 Villa deSantos, para effeito de tomar posse doGovernodesta
Capitania naquella Capital: aqual posse eu entendi devia
deser tomada naSobredita Cidade deSaõ Paulo, enaõ em outra
parte, pela razão de que aminha Patente, eas outras Ordens
de Sua Magestade que Deos *Guarde* só se derigem privativamente aos
10 Officiaes da Camera da quellaCidade para effeito demedarem
nella adita posse: E tambem por que os Pauliztas, cujos animos
se merecomenda nas mesmas ordens procure conciliar; sedisgos
tariaõ, elevariaõ *muito* amal, tomando-o emdesprezoseu, se prete
rindo asuaCidade, deixasedetomar nella aminhaposse, o que
15 não tinhaõ feito os passados Generaes.

Havendopor hua parte, aprecizaõ depassar im
mediatamente aSobredita Cidade deSaõ Paulo para o referido effeito:
haviapella outra parte outranecessidade aindamais urgente
que meobrigava a demorar-me nestaVilla; pois como vi a
20 dezordem, edecadencia aque estavaõ reduzidas todas as couzas, me
era forçoso indagaras cauzas, eprimeiros principios deque
procedia aquelle mal, para poder dar com acerto os primeiros
passos do meu governo, eprocuraro remedio do Verdadeiro eclá

III

celaro conhecimento do actual estado delle.

Conhecendo que uma indagação seria inevitável sem a minha presença, e que dispendia m^{to} tempo se intentasse ir directo ao S. Paulo, p.^o voltar immediatamente pois de tomada a minha posse a esta Villa para me informar do que me era necessário; e que não sabia em demora no pou- co tempo que me restava para poder dar conta a V. Ex.^a nesta mesma frota. Assentando comigo os interesses do Real Serviço de Sua Mage.^{dade} que S. M.^{dade} as utilidades delle casia effica e prompta Execução devia preferir a todas, e quaes quer formalida- des e Respeitos. M^{to} prezolvi adar principio sempre de tem- po a que mais importava ao mesmo Senhor deferindo a minha posse, fundandome, outro sim, em q^{as} superiores Ordens de Sua Mage.^{dade} que S. M.^{dade} me habilitava para isso, principal^{te} não havendo actualmente na Capitania Capitão General, nem outra alguma Patente igual a minha.

Sobre estes fundamentos não duvidei depes- sar logo mostrar as Tropas; dispuz sobre o modo como se lavias de ordenar as Ordenanças, mandei vor agente que lavias p.^o poder le- vantar os Terços de Auxiliares; Dilinie as Fortificações; For- mei a Junta p.^o a arrecadação da Fazenda Real; Recensei as

[[ecla]]ro conhecimento do actual estado delle.

25 Conhecendo que esta indagação seria invencível
sem a minha presença, e que desperdiçaria *muíto* tempo se
intentasse indirecto a São Paulo, para voltar immediatamente
pois de tomada a minha posse a esta Villa para me informar
do que me era necessário; e que não cabia estada mora no pou-
co tempo que me restava para poder dar conta a Vossa Excellencia nesta
30 mesma frota: Assentando comigo que os interesses do Real
Serviço de Sua Magestade que Deos *guarde* as utilidades delle e as suas eficas
e prompta Execução deviam preferir a todas; e que as quer formalida-
des e respeito. Merece o lvi adar principio sem perda de tem-
po ao que mais importava ao mesmo Senhor diferindo a minha
35 posse, fundandome, outrossim, em que as superiores Ordens de
Sua Magestade que Deos *Guarde* me habilitavaõ para isso, principalmente não
havendo actualmente na Capitania Capitão General, nem outra
algua Patente igual à minha

40 Sobre estes fundamentos não duvidei de pas-
sar logo mostra as Tropas; dispuz Sobre o modo como se haviaõ de
ordenar as Ordenanças, mandei ver a gente que havia para poder Le-
vantar os Terços de Auxiliares; Dilinie as Fortificações; For-
mei ajuntar para a Arrecadação da Fazenda Real; recencie as

Contas do defuncto Provedor; fiz passar ao Cofre os dinheiros
que paravam nos depositarios que eram quarenta e tantos
cruzados: destes liquidei logo p.^a a fazenda Real vinte e uma
mil cruzados de que se fez cargo ao Almo xarife e assento no Livro
Ordenes o Livro de Recauda despuza como Sua Mage.^d & D.^a q.^{ta}
determinado: fiz por em arrecadação as dividas e arreiros de
pessos: Dei principio as Fabricas que deixava em ruina
la, de algodoes, e lousa: Dei puz para que se estabelecesse nova
arrecadação na Barra e grande p.^a apesca das Baleas.

Estes e outros motivos me obrigaram a deferir ami-
nha jornada e por esta razão de Paulo, porque de outra sorte seria
impossivel ordenar estas minhas disposições.

D.^a E.^a me dando se nisto tenho obrado mal
porq.^a a minha determinação foi só a fim de querer obrar melhor.

Deus Guarde a V.^a E.^a Villa de Santos em
25 de Agosto de 1765
Assmo Ex.^{mo} Snr Conde de Oeyras

Luis Antonio de Souza

45 Contas do defunto Provedor; fiz passar aoCofre os dinheir[os]
 que paravaõ nos depositarios que eraõ quarenta etantos m[il]
 cruzados: destes Liquidei Logo para afazenda Real vinte etant[os]
 mil cruzados deque sefes cargaa Almocharife eassentonoLivro
 Ordenei oLivro dereceitaedespezacomo SuaMagestade que Deos Guarde te[m]
 50 determinado: fizpor em arrecadação as dividas edinheiros dis-
 persos: Dei principio as Fabricas que dezejavaerigir nestaVil-
 La, de algodoens, elouça: Despuz paraque seestablecese nova
 armação naBarraGrandepara apesca das Baleas.

Estes eoutros motivos me obrigaraõ adeferir ami-
 55 nhajornadaeposseparaSaõ Paullo, porquedeoutrasorteseria
 impossivel ordenar estas primeiras dispozições.

VossaExcellencia meperdoe se nisto tenho obrado mal
 porque aminhadeterminação foi só afim dequeerer obrar melho[r].

Deos Goarde aVossaExcellencia Villa deSantos em
 60 27 de Agosto de 1765

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras

DomLuis Antonio deSouza

2 de Fev. de 1765

Mo. Ex. Sr.

Mo. Ex.ª Meu Senhor. Sabem muito bem a grande queda q' eu dei agora foy dum anno vindo a cavallo na Serra do Marão, na qual espadei todo o cotovello e joço do pulso da mão direita; em cujos lugares não ficou tudo reduzido a sua primeira perfeição, com muitos dias não cuidei naquellas partes q' só com muita mortificação posso escrever. Por isso peço a V. Ex.ª me perdoe e emende-se de eu não poder também escrever as segundas vias pela minha mão, não tendo ouero remédio senão fialas de secretario a quem dei o juramento dos Santos Evangelhos, e delle recebi todo o devido cuidado alem do q' para de hũa mdo q' possa haver o minimo prejuizo no segredo tão novo. ao Real Serviço das Almas Mortas que D. J.ª

Também dou parte a V. Ex.ª que o Conde do Vimieiro me tem pedido algumas clarezas, de que preiza, tiradas da capitania para juntar a sua causa q' mas com o Conde de Lumiares sobre a capitania de S. Vicente. E como eu não quero fazer nada a respeito, nem sei se em algum modo podera ser o unido do agrado, e serv. de S. Mag.ª que D. J.ª q' quanto na presença de V. Ex.ª pa- ra não sendo conveniente me advir, para q' eu não faça nada, q'

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor

Como *Vossa Excellencia* Meu Senhor. sabemuito

bem a grande queda *que* eu dei agora fas hum anno vindo a cava

Lo na Serrado Maraõ, na qual espedacei todo o cotovello e jogo do

5 pulso da mão direita; em cujos Lugares não ficou tudo reduzido a sua primeira perfeição, e em muitos dias padecedores naquellas partes *que* só com muita mortificação posso escrever. Por isso peço a *Vossa Excellencia*

me perdoe e me dispense de eu não poder também escrever as segun

das vias pela minha mão, não tendo outro remedio senão fialas descre

10 tario a quem dei o juramento dos Santos Evangelhos, e delletei todo o devotido cuidado alem disso para *que* denhum modo possa haver o minimo pre

juizo no Segredo tão necessario ao Real Serviço de Sua Magestade *que* Deos *guarde*

Também dou parte a *Vossa Excellencia* que o Conde do Vimieiro

me tempedido algumas clarezas, de que precisa, tiradas desta Capitania

15 para juntar ahuacauza *que* tras com o conde de Lumiares sobre a Ca

pitania de São vicente: E como eu não quero fazer nada encoberto,

to, nem sei se isto de algum modo podera ser ou não do agrado, e

Serviço de Sua Magestade *que* Deos *guarde* o ponho na presença de *Vossa Excellencia* para *que* não sendo conveniente me advirta, para *que* eu não faça nada, o *que*

assim esculptarei como V. Ex. a medetreminar.

Deus q. a V. Ex. a m. anos Villade
Santos 3 de Setembro de 1765.

M. Ex. a Sr. Conde

Deus

De V. Ex. a Meusn

Menor Creado.

Luis Antonio de Souza.

20 assim executarei como Vossa Excellencia medetreminar.

Deos Guarde aVossaExcellencia muitos anos Villade
Santos 3 deSetembro de1765.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Condede
Oeyras

25

DeVossaExcellencia MeuSenhor
MenorCreado.
DomLuis AntoniodeSouza.

15 de Maio de 1765

Se^{mo} Ex^{mo} Snr.

N^o 5.

IX

Estou trabalhando incessantemente para melhorar a disciplina destas Tropas: todos os dias as faço exercitar na minha presença; e assim he necessario para que se adientem igualmente os Officiaes que os Soldados.

Não só continuo este trabalho com as quatro Companhias novas de Aventureiros, que o Conde de Unha Necessary fez levantar em São Paulo, e marchar para esta Praça adonde as quarter promptas para tudo o que possa uider; mas também applico a mesma diligencia às seis Companhias pagas de que se compoem este Prezio, e igualmente o necessario.

Ao mesmo passo considero em levantar os Terços de Auxiliares; e me parece que só em São Paulo poderão formar Terços inteiros, por esta Villa e nas mais desta Capitania não pode haver semão Companhias Soltas; por o pequeno numero dos seus habitantes não permite mais, como se veda as lottas da Ordenança que ja tenho. e assim me afirmão que se fas em Alinas.

Nesta Villa e suas vizinhancas não ha segredo que possa servir para o Fort de Campo; em S. Paulo ha dous, ou tres somente que suposto não tem todos os requizitos necessarios poderão remediar.

Deos qd.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Numero cinco
IX

Fico trabalhando incessantemente para melhorar a
5 disciplina destas Tropas: todos os dias as faço exercitar naminha
prezença; e assim he necessario para que se adientem igualmente
os Officiaes que os Soldados.

Não só continuo este trabalho

com as quatro Companhias novas de Aventureiros, que o Conde
10 deCunhaViceRey fes levantar em São Paullo, e marchar para esta
Praça adonde as querter promptas para tudo o que possa Suceder; mas
tambem aplico a mesma deligencia às seis Companhias pagas de
que se Compoem este Prezidio, que igualmente o necessitaõ.

Ao mesmo passo concidero em levantar os Ter
15 cos de Auxiliares; e me parece que só em São Paullo poderei formar
Tercos inteiros, porque nesta Villa e nas mais desta Capitania não
pode haver se não Companhias Soltas; porque o pequeno numero
dos Seus habitantes não permite mais, como se vedas listas da
Ordenança que jatenho. e assim me afirmaõ que se fas em Mi-
20 nas. Nesta Villa e suas vizinhanças não ha Sogeito que
possa Servir para Mestre de Campo; em São Paullo ha dous, ou
tres Somente que suposto não tem todos os requizitos necessa-
rios poderaõ remediar. Deos guarde

XI

Deos. g. a B Ex^a. Villa de Santos 15
 de Set. de 1765.

Ill^{mo} Ex^{mo} Snr
 Conde de Oeyras

Luiz Antonio de Souza.

25 [[Deos *Guarde*]] aVossaExcellencia Villa deSantos 15
 deSetembro de1765.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Conde de Oeyras

DomLuis AntoniodeSouza

1624-1815 *Ms Ms*
L. E. A. S. M. R.

M. 6.
A.

Como V. Ex.^a foi servido ordenar-me me puzesse
a todos os descobrimentos de Minas, e os impedisse inflexivelmente
Logo que mevey a noticia onovo descoberto que consta da carta
que vae com esta por copia, do Governador desta Praça Alexandre
Sousa de Souza escripta em quinze de Agosto do presente anno,
imediatamente mandei aquelle Sítio de São Paulo adonde se
fes o descoberto ao Cap.^{am} Inacio da S.^a Costa que de Oficial de
prudencia, e resolução para que impedida obolirse, e cavar-se nas
ditas Minas como V. Ex.^a me tem ordenado.

Deus. G.^o a B.^o Ex.^a Santos. em 16 de Setbr. de

1465

1765 *M^{mo} Ex^{mo} S^{nr}.*
Conde de Oeynas

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Numero seis. A.

Como *Vossa Excellencia* foi servido ordenarme meopuzese
atodos os descubrimentos de Minas, eos impedisse infleximente
Logo que meveyo anoticia onovo descoberto queconsta da carta
5 que vae com esta porcopia, do Governador desta Praça Alexandre
Luis de Souza éscrita em quinze de Agosto desteprezente anno,
imediatamente mandei aquelleSitio de Rio Pardo adonde se
fes o descoberto ao Cap^{ita}m Inacio daSilva Costa quehe Oficial de
prudencia, erezolução para que impida obolirse, e cavarse nas
10 ditas Minas como *VossaExcellencia* metem ordenado.

Deos *Guarde aVossaExcellencia* Santos. em 16 de Setembro de

1765

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Conde deOeyras

15

DomLuis AntoniodeSouza

11 (4)
9 de 15 de 1765

Mo
Recebo

Remeto a V. Ex.ª aa

mostra do primeiro ferro, que Domingos Ferreira
Ferreira, tem principiado a tirar, e a calar, junto à
La de Borcaba desta Cap.ª. *Exatidão* q. se
podem seguir, são muitas, e incomparáveis, e bastam
para ellas serem grandes, e poderem dar o ferro ne-
cessario, para o trabalho dos mineros, para ser con-
ta uma das maiores despesas q. fazem.

Reitame examinou, e sentença, tem
quantidade necessaria para produzir por muitos an-
nos, e juntamente com o mesmo Domingos Fer-
reira de esta b.ª heur a extração delle com ma-
iores forças do q. avia. Eu não considero. Eu
também de tudo me foy dando como seu Obrig.

Deo. e a V. Ex.ª e a V. Ex.ª
a V. Ex.ª e a V. Ex.ª
1765
V. Ex.ª e a V. Ex.ª
de Ouyra

Antônio de Souza

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Remeto a Vossa Excellencia aa-

mostra do primeiro ferro, que Domingos Ferreira

Pereira, tem principiado atirar, e acalciar, junto à Vi-

5 La de Sorocaba desta Cappitania: As utilidades que se
podem seguir, são muitas, e incomparaveis, e bastam
para elles serem grandes, e poderem dar o ferro ne-
cessario, para o trabalho dos mineiros, por ser es-
ta uma das mayores dezas que fazem.

10 Reza-me examinar, Se omonte, tem
quantidade necessaria para produzir por muitos an-
nos; e juntamente Com o mesmo Domingos Ferreira,
omodo de estabelecer a extracção delle com ma-
yores forças do que a d'ito Eû não Concidero. Eû
15 darey de tudo muito Cuydado como seu Obrigado.

Deo z Guarde a Vossa Excellencia Santoz

a 9 de Dezembro de 1765

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde

de Oeyraz

20

Dom Luis Antonio de Souza

23 de Jan de 1767

M^{mo} Ex^{mo} Sr.

Senhor procurado fazer caçar alguns pa-
ssem pelo Indio desta Capitania para remeter a V. Ex.
para Or. Viviam do Mag. de que Or. g. de supposto que esta
deligencia não tem sido até o Efeito que se procurey, por Or.
de mais variedade todos me dem morrido; remeto a V. Ex.
argue Creparão, Estimarey que cheguem alguns asubramento
a esta Corte.

Deo. de V. Ex. S. Paulo 23 de Jan. de
1767

M^{mo} Ex^{mo} Sr. Francisco
Xavier de Mendonça Furtado —

Antônio de Souza

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Tenho procurado fazer caçar alguns pas-
saros pelos Indios desta Capitania para remeter a *Vossa Excellencia*
para Os Viveiros de *Sua Magestade*, que *Deos guarde*; e Supposto que esta
5 diligencia não temtido todo o Efeito quelhe procurey, porque Os
de mais raridade todos metem morrido; remeto a *Vossa Excellencia*
os que Escaparaõ, e Estimarey que cheguem alguns a Salvamento
a Essa Corte.

Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo a 23 de Janeiro de

10 1767

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Francisco

Xavier de Mendonça Furtado -

Dom Luis Antonio de Souza

3 de Julho de 1767

M^o e Ex^o S^or

Minha Mulher

me aviza tem
requerido a V^o Ex^o p^om que ussyarendido no fim dos tres annos
erecolhido ao Reino: Sobre o que me vejo obrigado a dixer a V^o Ex^o
q^o m^o Mulher obrigada do seu affecto como m^o f^oas o que deve; por e
eu como fiel varrallo de V^o Mag^o q^o D^o g^o devo seguir a V^o Ex^o q^o
o referido não e por insinuaç^o minha; porq^o eu não tenho von
tade, nem de vir, nem de fiar; senão de cumprir bem com
o que V^o Mag^o me determinar: e p^oua a V^o Ex^o q^o assim o dispo
nha, attendendo somente ao que for util ao Serviço do mesmo
S^or, enão a m^o particular comodidade; porq^o meus filhos gr^o
a D^o vivem; a minha e aza mais alguere menos alguere q^o
vernafe e aze agor não tem tido p^oenda; e ainda que ativero;
as minhas p^ondas comp^ouo ser emudeç^o: op^onto de que esta
do e felio: de V^o Mag^o q^o D^o g^o se augmente, e se conserve, e q^o
eu possa ter algum prestimo para refazer algum serviço.

D^o G^o a V^o Ex^o m^o an^o. São Paulo 3 de Julho
de 1767

M^o e Ex^o S^or Conde de Oeiras.De V^o Ex^o.

e menor Criado.

F^o Luis Antonio de Souza.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Minha Mulher me aviza tem

requerido a Vossa Excellencia para que eusejarendido no fim dos tres annos
erecolhido ao Reino: Sobre o que me veio obrigado a dizer a Vossa Excellencia

- 5 que minha Mulher obrigadoseu affecto como mulher fas o que deve; porẽ
eu como fiel vassallo de Sua Magestade que Deos guarde devo sigurar a Vossa Excellencia que
oreferido, naõ he por insinuaçaõ minha, porque eu naõ tenho von
tade, nem deir, nem de ficar; senaõ decumprir bem com
o que Sua Magestade me determinar: e peço a Vossa Excellencia que assim o dispo
10 nha, atendendo somente ao que for util ao Serviço do mesmo
Senhor, enaõ a minha particular comodidade; porque meus filhos graças
a Deos vivem; a minha Caza mais alqueire menos alqueire go
vernase e a the agora naõ tem tido perda; e ainda que ativera;
as minhas perdas compouco serem de aõ: o ponto he que o esta
15 doe felicidade de Sua Magestade que Deos guarde se augmente, e se conserve, e que
eu possa ter algum prestimo para lhe fazer algum Serviço.

Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos annos São Paulo 3 de Julho
de 1767

De Vossa Excellencia

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras.

20

Cativo e menor Creado.

Dom Luis Antonio de Souza.

3 de Junho de 1767

M^{to} Ex. M^{to} Sr.

Por estes Navios que agora elegão desse Reino tendo a
gostosa noticia de que Sua Mag.^d que D.^o g.^o e toda a sua Real
Familia gozão de perfeita Saude, cõ Reino todo de tran-
quilidade, e abundancia.

Esta alegria se augmenta com a
certeza de que V.^o Ex.^o e toda a sua Ex.^o e a sua expurimentão
a mesma felividade, e por tudo rendo a D.^o infinitas graças, por
nos continuar este precioso bem que tanto desejamos.

Eufico com Saude e entre que da primeira via que pelo
Secr.^o de Estado de marrepartição me foi expedida nas datas
de 12 de N.^o de 1767. e com o maior disvelo e cuidado fizo
pondo em execução tudo quanto da parte de Sua Mag.^d se
me ordena.

A mesma deligencia aplico attido quanto está
a meu cargo, N.^o Ex.^o me tem recomendado em outras oca-
sões de queja dei conta a V.^o Ex.^o em as Cartas de Officio que
daqui se expedirão em dias de Março do presente anno pelas
quas Largam.^o informei a V.^o Ex.^o do Estado em que ficava
os negocios desta Capitania e de fins de Dezembro do anno
preterito de 1766.

O que se vao oferecendo de novo neste
presente a.^o darei delles conta a V.^o Ex.^o com a mesma indivi-
duação, por tudo q.^o V.^o Ex.^o me tem recomendado tendo sem-
pre dios os vros, em.^o na minha lembrança para adien-
tara sua execução o mais que me for possível.

Pelo Conde de undavice P^oey do Estado fizo
ins.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Por estes Navios que agora chegam desse Reino tenho a
gostosa notícia de que Sua Magestade que Deus guarde e toda Sua Real
Família goza de perfeita Saúde, e o Reino todo de tran-
quilidade, e abundância.

Esta alegria se augmenta com a
certeza de que Vossa Excellencia e toda a sua Excellentissima Caza experimenta
a mesma felicidade, e por tudo rendo a Deus infinitas graças, por
nos continuar este precioso bem que tanto desejamos.

Eufico com saúde e entregue da primeira via que pela
Secretaria de Estado desta repartição me foi expedida nas datas
de 12 de Março de 1767. e com o maior disvelo e cuidado fico
pondo em execução tudo quanto da parte de Sua Magestade se
me ordena.

A mesma diligência aplico a tudo quanto está
a meu Cargo, e Vossa Excellencia me tem recomendado em outras ocazi-
ões de que já dei conta a Vossa Excellencia em as Cartas de Ofício que
daqui se expedirão em dias de Março deste presente anno pelas
quas largamente informei a Vossa Excellencia do estado em que ficava
os negocios desta Capitania the fins de Dezembro do anno
preterito de 1766.

Os que se vão oferecendo de novo neste
presente anno darei delles conta a Vossa Excellencia com a mesma indivi-
duação, porque tudo quanto Vossa Excellencia me tem recomendado tenho sem-
pre diante dos olhos, em muito na minha lembrança para adien-
tar a sua execução o mais que me for possível.

Pelo Conde de Cunha Vice Rey do Estado fico

ins

ficoinstrahido do que Sua Mage. & D. q. quer que se
obre com os nossos Vexinos, conservando as suas armas
promptas, sem se dar occasião de rompimento, e certamos
ma instrução e aque uitenlidade aos Chefes das expedi-
ções p.^a que sem exceder os limites das novas fronteiras
se procurarem estabelecer dentro dos nossos Domínios em par-
te que fiquem mais perto, e a ponto de poderem invadir
os Contrarios a todo o tempo que for necessario.

Por esta novidade que o mesmo Conde Vizeu
agora me participa succedida em Rio Grande me deixa ui-
dado e solto em procurar todos os meios possíveis de ata-
car as consequencias que della podem resultar: por Com
ainda não sei o mais que a de pois disso se terá seguido, po-
rem vou dando as providencias todas que me lembrad sem
perda de tempo para me applicar os remedios que me fore
possiveis.

D. queira ajudarme e felicitartodas as novas
disposições com aquelle acerto & apurocemos.

O mesmo Sr. q. av. x. m. añ. Sao. P.^o
5 de Julho de 1764.

M^o e Ex.^o Sr. Conde de Oeiras

Luiz Antonio de Souza.

[[ficioins]]truhido doqueSuaMagestade *que Deos guarde* quer que se

30 obre comos nossos Vezinhos, conservando as suas Armas
promptas, semlhe darocaziaõ derompimento, eestames
mainstrução heaque eutenhodado aos Chefes das expedi-
ções para que semexceder os Limites das nossas fronteiras
seprocuremestablecer dentrodos nossos Dominios empar-
35 te que fiquemmais perto, e aponto depodereminvadir
os Contrarios atodo o tempo quefornecessario.

Poremanovidade queomesmoConde Vice Rey
agoramepartecipa SucedidaemRioGrande medeixacui
dadoso esolicito emprocurartodos os meynos posíveis de ata-
40 lharas consequencias quedella podemrezultar: porhora
aindanaõ sei omais que aodepois disso seteraseguido, po-
remvoudando as providencias todas quemelembraõ sem
perdadetempo paralheaplicaros remedios quemeforẽ
possiveis.

45 Deos queiraajudarme e felicitartodas as nossas
dispozições comaquelle acerto *que* apetecemos.

O mesmoSenhor *Guarde aVossaExcellencia* muitos anos. São Paulo
3 de lulhode1767.

Illustrissimo e *Excellentissimo*SenhorCondedeOeiras

50 DomLuis AntoniodeSouza.

Íssmo Exmo Sr
e Exmo Sr

N

ninguem melhor do que V. Ex.^a sabe, se eu sirvo com Zelho, e Amor a Sua Mage.^{dade}, e muito melhor do que eu, que me posso enganar com as paixões e com o amor próprio. Sabe V. Ex.^a também q' aos furos da inveja, da Calumnia, e da Arrogância; nem a Inocência de Christo, nem a imocência do Porqueto pôde ser ixenta: por isto me valto da poderosa mão de V. Ex.^a e da indefectível Clemência de Sua Mage.^{dade} que Dig.^a para q' me não falte a graça do mesmo Sr.^o porq' sem ella nem as grandezas quanto mais a minha humildade, pode conservar-se, e melhor me fora não viver.

Em carta de 11 de Dez.^o do anno preterito dei já conta a V. Ex.^a do espirito de opressão q' guerra a Cidade, e em toda a tal capitania observava, e da muyto com q' eu me opunha para e debir os seus efeitos, e conservar, como conservo, mediant o favor de D.^s em deo proximo, a tranquillidade publica.

Tambem avizei a V. Ex.^a em carta de 16 de Jan.^o deste prox.^o anno o subdito na Villa de Pernaguã com as novas tropas Auxiliares a q' os Republicanos acostumados a governar a terra a seu modo não podião actuar. Agora direi a V. Ex.^a que o mesmo q' passou em Pernaguã, me succede nesta lidade. He sem duvida que só o Espirito S.^o e a luz da e a comp.^{re} Enead de V. Ex.^a podia determinar a criação destas tropas porq' depois que as houve se vé, experimenta um talso cego, que os mesmos naturaes q' o vem, onão podem crer, e admiração; mas isto mesmo aborrece aos que d'antes costumavão executar livremente as suas vinganças, e os seus de.^o zordoados codicenos. E ou fôr sugerido por estes, ou

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Ninguém melhor do que *Vossa Excellencia* sabe, se
eu sirvo com Zello, e Amôr a Sua Magestade, emuito melhordo
que eu, que me posso enganar com as paixoes e com o amor proprio.

5 Sabe *Vossa Excellencia* tambem que aos tiros da inveja, da Calumnia, e
da Arrogancia; nem a Inocencia de Christo, nem a iminencia do
Respeito podeseer izenta: porisso me valho da poderosa Mão de
Vossa Excellencia e da indefectivel Clemencia de Sua Magestade que Deos guarde
para que menão falte a Graça do Mesmo Senhor porque sem ella nem
10 as Grandezas, quanto mais a minha humildade, pode conservar-se,
em melhor me for a não viver.

Em cartade 11 de Dezembro do anno
preterito dei ja conta a *Vossa Excellencia* do espirito de opposição que nesta
Cidade, e em toda esta Capitania observava, e dos meos com que
15 eume opunha para cohibir os seus efeitos, e conservar, como
conservo, mediante o favor de Deos em theopreente, a tranquillidade publica.

Tambem avizei a *Vossa Excellencia* em carta de 16 de Janeiro
deste prezente anno o sucedido na Villa de Pernaguã com as novas
20 tropas Auxiliares a que os Republicanos acostumados a governar
a terra a seu modo não podia aturar. Agoradirei a *Vossa Excellencia*
que o mesmo que passou em Pernaguã, me sucedenesta Cidade:
He sem duvida que só o Espirito Santo e a iluminação da compreensão de *Vossa Excellencia* podia determinar a Criação destas tropas
25 porque depois que as houve se vé, e experimenta hum falso
cego, que os mesmos Naturaes que o vem, não podem crer, e
se admira; mas isto mesmo aborrece aos que d'antes costumava
executar Livremente as suas vinganças, e os seus de
ordenados excessos. E ou fosse sugerido por estes, ou

por Ixúias ocultas, que ainda me apparece aqui lá, por
 que addepois q' elegámos os Navios do Reino se sintio faltar
 mais Largo ao q' se catalliei com hum pouco mais de esquivo,
 esperando o dia de annos de S. Mag.^a que D. q' que eu de
 terminava festejar com Solemne pompa com Alia
 Cantada e Reduim no Carro, jantar publico, e exer-
 cicio grande de fogo com a mayor parte das Tropas para
 as acostumar e Opera a noite; esperando este grande
 dia; e sabendo q' eu lavia de entrar com m.^{ta} gente na
 Igreja das Beuolridas a fazer Oracao a S.^a Rita, cuja fes-
 ta eu tambem faxia com novena o S.^{to} exposto, fomos
 pregar na pitorralia vergonloza Satira, atrelando, não
 os meus vicios q' era o que devia fazer mas as disposicoes
 principais do meu governo em q' exceduto as Reaes Ordens
 de S.^a Mag.^a entre outras são escarneçadas as Tropas, cosen-
 tando fardamento clamando me destruidor do povo: as
 Lavadeiras, clamando me Carreiro; as villas clamando
 me fidalgo da Aldea, e de meya rigella, coutros varios
 improperios indignos de por na pitor.^a de V. E. X.^a concluim-
 do com m.^{ta} amiceas de darem de mim conta a V. E. X.^a p.^a
 que me desse Carreira e me puxesse, não menos q' na forca.
 Tirou logo o Vigr.^a Capitular ad.^a Satira, e a con-
 sumio de sorte q' senão soube nada nea sedia enos se-
 quintes; Por em não contentes com este excoio prasia-
 rão a fazer outro mayor pñdome a mesma Satira dentro
 em huma carta fechada di ente do bofete em q' eu costumodes-
 padar, e entad le que avi, e pñd di pois me disserad o que
 já tinha succedido de apparecer outra pregada na pitorralia da Ig.^a

30 por lezuitas o culto, que ainda me parece *que* aqui há, por
 que a depois *que* chegaram os Navios do Reino se sentio falar
 mais Largo ao *que* eu atalhei com hum poucomais de respeito,
 esperavaõ odiade annos de *Sua Magestade* que Deos *guarde* *que* eu de
 terminava festejar com Solemne pompa com Missa
 35 Cantada e Thedeûm no Carmo, jantar publico, e exerci-
 cio grande de fogo com a mayor parte das Tropas para
 as acostumar e Opera anoute; esperavaõ este grande
 dia; e sabendo *que* eu havia de entrar com muita gente na
 Igrejadas Recolhidas a fazer Oracaõ a *Santa Rita* cujas fes-
 40 ta eu tambem fazia com novena ao *Santíssimo* exposto, foraõ
 pregar na portahua vergonhoza Satira, atacando, naõ
 os meus vicios /*que* eraõ *que* deviaõ fazer/ mas as disposiçoẽs
 principaes do meu Governo em *que* executo as Reaes Ordens
 de *Sua Magestade* entre estas saõ escarnecidas as Tropas, e o seu
 45 Luzido fardamento chamando de destruido o povo: as
 Lavouras, chamando de Carreiro; as villas chamando-
 me fidalgo da Aldea, e de mey atigella, e outros varios
 improperios indignos de por na presença de *Vossa Excellencia* conclu-
 do com muitas ameaças de darem de mim conta a *Vossa Excellencia* para
 50 *que* me desse Carreira e me pozesse, naõ menos *que* na forca.

Tirou logo o Vigario Capitular adita Satira, e acon-
 sumio de Sorte *que* se naõ soube nada nesses dias enos se-
 guintes; Porem naõ contentes com este excessopassa-
 raõ a fazer outro mayor pondome a mesma satira dentro
 55 em hua Cartafechada diente do bofete em *que* eu costumodes-
 pachar, e entaõ he *que* avi, e pouco depois me disseraõ o *que*
 já tinha succedido de apparecer outra pregada na portada Igreja

do Recolhimento de S.^{ra} Theresza.

Tenho disimulado até agora
ou fazei toda a diligencia por denubrir os cumplices desta
obra, o que até agora não tem sido possível, se eu os poder
conhecer. Não darei o castigo merecido: mas eu não me temo
do que eu não posso fazer, temo-me de que na prox.^a de V. Ex.^a re
presentem de mim algumas queixas com que V. Ex.^a venha
a pôr em duvida o meu procedimento; por isso quero pre
venir a V. Ex.^a dando o recanto para que V. Ex.^a me faça a
justiça de me ouvir, sendo servido, sobre as culpas que quise
zerem a acumular-me os meus inimigos; he certo pelo q.
refiro que eu os tenho; nem a recta administração da jus
tiça se pode praticar, sem levantar o odio dos maos: es
tes são os que offendem, e os bons não obram desta sor
te, senão obem e a caridade: Vallame V. Ex.^a para
que me não faça algum damno, que eu não sei de quem
me hei de queixar; por me como me promutem na mesma
sua razão contra, e logo q.^{do} elles o façam, pode ser que V. Ex.^a
pelo conhecimento da mesma conta e pelos auctores d'ella, ve
nha perfeitamente ao conhecimento daquelles de quem
me devo queixar.

Disculpe-me V. Ex.^a ter-me embarcado
tanto tempo. e D.^a N. Sr.^a q.^{da} a V. Ex.^a p.^a meu ampa

Ass.^{mo} ro. São Paulo 3 de Julho de 1767.

Ex.^{mo} J.^o Conde de Oeiras

De V. Ex.

C. menor criado.

Ant.^o de Souza

doRecolhimento deSantaThereza.

Tenhodissimulado athe agora

60 evou fazendo toda a deligencia pordescubrir os cumplices desta
obra, o que athe agora não temsidopossivel, se euos poder
conhecer lhe darei o castigo merecido: Mas eunaõ metemo
do quecá mepodem fazer, temomedeque naprezenca deVossaExcellencia re
presentem demialguas queixas comqueVossaExcellencia venha
65 apôr emduvida o meuprocedimento; porisso queropre
venir aVossaExcellencia dandolheestanoticia paraqueVossaExcellencia me faça a
justiçademeouvir, sendoServido, sobreas culpas quequi
zerem acomularmeos meus inimigos; he certopeloque
refiro que euos tenho; nem arecta administração dajus
70 tiça sepodepraticar, sem LevantaroOdio dos maos: es
tes são os queofendem, que os bons não obraõ destasor-
te, senaõ obem eacaridade: ValhameVossaExcellencia para
que menaõ façã algumdamno, queeunaõ sei de quem
mehei dequeixar; poremcómo meprometem namesma
75 satiradarConta, ecreyoque elles o façã, podesserqueVossaExcellencia
pelocontheudo da mesmaConta pelos authores della, ve
nhaperfeitamente noConhecimento daquelles deque
medevo queixar.

Disculpeme VossaExcellencia terlhe embarcado

80 tanto tempo. e Deos Nosso Senhor guarde aVossaExcellencia para meuampa
ro. São Paulo 3 de Iulho de1767.

Illustrissimo ExcellentissimoSenhor CondedeOeiras

DeVossaExcellencia

Cativo emenorCreado.

DomLuis Antonio deSouza

4 de Agosto de 1767.

M^{to} e Ex^{to} Sr.N^o 1.

Se

avere-me que deo por na presença dell^{ta} Ex^{ta} e muito
 que os meus Criados me tem desgostado, affligido, e tirado o tempo, que
 eu queria empregar todo em os Cuidados do Real Serviço. Por
 m^{tas} vezes me tenho visto entre os extremos su de lloer de farras as fuy
 de ordens, su de ficiat sem elles, porque a quella honra fidelidade de
 de entereza que ainda se expormentia em alguns antigos he hoje
 rarissima: Não se se a vaidade, se se enfeites, ou se os vícios de
 que he nasce humo de medida ambicio aquo nenhum promiss con-
 tentad não a origem: Mas este inconveniente he mayor na
 Casa de hum Governador, nesta distancia, e os Reis ainda o não
 previnirão, porque nas Casas particulares, e nos Reynos se se de-
 pede hum Copeiro, ou hum Cozinheiro pode-se buscar outro, e
 encontra-se, e se entretanto, e por esta causa não se pode se dar eu
 jantar tambem não havia obrigação, mas a hum Governador, que
 o necessita tanto para o seu tratamento, como para a sua segu-
 ra, e estas partes aonde não pode melhorar. se, porque que assim
 como ao Governador não he lícito de rampar o seu lugar
 tambem a sua familia não deveria ter aliberdade de de rampa-
 rar a elle, principalmente costumando levar partidos, e orde-
 nados mais avultados, e ajudas de custo quando se ajusta o
 a acompanharem. Deo g. a V. Ex^{ta} N^o 1. de Agosto de 1767

M^{to} e Ex^{to} Sr.
 Conde de Ougrey.

Ante a Antero de Souza

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero um.

Parece-me que devo pôr na presença de Vossa Excellencia o muito
que os meus Criados me tem desgostado, afligido, e tirado o tempo, que
5 eu queria empregar todo em os Cuidados do Real Serviço. Por
muitas vezes me tenho visto entre os extremos ou delhes disfarçar assuas
desordens, ou deficar sem elles, porque aquella honra, fidelidade, e
desenterese que ainda se experimenta em alguns antigos hé hoje
rarissima: Não sey se avaidade, se os enfeites, ou se os vicios de
10 que lhes nasce huma desmedida ambição a que nenhum premio con-
tenta são a Origem: Mas este inconveniente hé mayor na
Caza de hum Governador, e nesta distancia, e as Leys ainda o não
previnirão, porque nas Cazas particulares, e nesse Reyno se se des-
pede hum Copeiro, ou hum Cozinheiro, pode-se buscar outro, e
15 encontra-se, e se entretanto, e por essa causa não se pudesse dar hũ
jantar tambem não havia obrigação, mas a hum Governador, que
os necessita, tanto para o seu tratamento, como para a sua figu-
ra, e nestas partes aonde não pode melhorar-se, parece que assim
Como ao Governador não hé licito desamparar o seu Lugar
20 tambem a sua familia não deveria ter aliberdade de o desampa-
rar a elle, principalmente costumando levar partidos, e orde-
nados mais avultados, e ajudas de custo quando se ajustão para
o acompanharem. Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo 4 de Agosto de 1767
<Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

25 Conde de Oeyras.>

Dom Luis Antonio de Souza

4 de Hy. de 1767

Ilmo. Exmo. Sr.

Em esta occasião Meu Sr. de dar contra V. Ex.
do que tenho disposto sobre os negócios presentes do estado des-
ta Capitania, Vozijuntam^{te} os pios de V. Ex. protestar
a minha fiel obediencia, e devoto escravidão, e de rejar
a V. Ex. a continuacão de sua saúde mui felice. Com q.
Nos seguiremos / mediante o vigilante zelo de V. Ex. / to-
dos os augmentos e felicidades desta Monarchia, e a Con-
solidacão, e amparo do que como eu tem em V. Ex. a sua for-
tuna, e do a sua esperanca.

Dejo reverente os pios de V. Ex. q. D. E.
q. m. am. J. Paulo A. de Hy. de 1767

Ilmo. Exmo. Sr.
Conde de Oeyraes

De V. Ex.

Emenor criado

Jos Antonio de Souza

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Com esta occasião Meu Senhor; dedar conta a Vossa Excellencia
do que tenho disposto Sobre os negocios presentes do estado des-
ta Capitania, Vou juntamente Aos pés de Vossa Excellencia protestar
5 a minha fiel obediencia, e reverente escravidão, E dezejar
a Vossa Excellencia a continuação de huã Saude mui feliz, Com que
Nos Seguremos /mediante o vigilante ZeLo de Vossa Excellencia/ to-
dos os augmentos, e felicidades desta Monarchia, E a Con-
solação, e amparo dos que como eu tem em Vossa Excellencia a Sua for-
10 tuna, e toda a Sua esperança.

Bejo reverente os pés de Vossa Excellencia que Deoz
guardar muitos annos. São Paulo 4 de Agosto de 1767.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Conde de Oeyras

De Vossa Excellencia

Cativo e menor Creado.

Dom Luis AntoniodeSouza

Numero um.

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Dezejo queVossaExcellencia queira fazer-me ahonra depôr na
prezença deSua Magestade, queDeos *garde*, o infinito Contentamen-

5 to comquefico pela gostosa noticia, que o mesmoSenhor foi ser-
vido participar-me em Carta de treze deMayo destepresente
anno, firmada deSuaReal Maõ, deSerDeosNossoSenhor
Servido abençoar aSuaRealCaza, e atodo oReyno naConti-
nuadafelicidade doNascimento de hum Novo Infante, Fi-
10 lho daSerenissima Senhora Princeza doBrazil.

Esta allegre nova coñuniquey Logo às Camaras das
Villas detoda esta Capitania, em as quais como tambem naCa-
thedral destaCidade rendemos todas as graças ao Altissimo por
este grande beneficio, e portodas as partes Sefizeraõ aquellasdemons-
15 traçoens publicas de contentamento, e allegria, que nos foraõ possiveis,
Suprindo apureza, efidelidade dosCoraçoens afalta de meynos, que
Sedesejavaõ nestaOccaziaõ para afestejarmos com os mais Sump-
tuozos applauzos.

Deos *garde* aVossaExcellencia Saõ Paulo 15 de Outubro
20 de1767.

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Conde deOeyras.

DomLuis Antonio deSouza

1 de Maio de 1767

Illustrissimo, e Ex.^{mo} Sr.

N.º 2.º

Notavel é sem duvida a novidade q.^a V.^{ra} Ex.^{ta} nos participa da dematurilizaçã dos Padres dalamp.^a de todos os dominios da Monarchia de Espanha: Este successo como tambem a resolução que a este respeito tomou a Coroa de França, dão a conhecer ao mundo, e aos vindouros a verdadeira justiça, e acerto com que S.^a Magestade q.^a Deus q.^a procedes nesta materia, e foi o primeiro a dar o exemplo, que todas as outras Cortez devias seguir.

De Buenosaires se aviza ter-se dado principio a executar os Ordens de El Rey Catolico: e q.^a os Padres se vão ajuntando para serem transportados a Italia: Idem eu reflectindo sobre esta resolução vejo p.^a tua parte que os Sabios Ministros que residem na Corte de Madrid, e asajuntadas providencias, que tem dado neste caso metras toda a duvida de que não tenham sido prevenidas a t.^a as minimas cautelas de tudo q.^a possa succeder, e que não deixarias de ter lembrado todas as miudas particularid.^{es}, e outras mais delicadas q.^a ainda não recorrem ao meu grosseiro juizo: Mas sem embargo de eu assim reconhecer, não me estranhará V.^{ra} Ex.^{ta} que eu pense, e ponha na presença de V.^{ra} Ex.^{ta} que por outra parte me lembre que tantos Padres dalamp.^a que sahira de Portugal, e de França, e agora chegam com tambem de todos os dominios de Espanha montará ao numero de muitos mil homens, e que estes Individuos desoccupados, e inquietos juntos em Italia poderao formar algum projecto, ou unir-se ao Exercito de alguma potencia, e inquietar as mesmas Cortez, que os expulsarao.

As historias contaõ alguns semelhantes exemplos, e como V.^{ra} Ex.^{ta} sabe, não me fica lugar de dizer mais nesta materia.

Deo, q.^a a V.^{ra} Ex.^{ta} J. Paulo 1.º de Novembro de 1767

Aluis Ant.^o de Souza

Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor

Numero segundo.

Notavel hê sem duvida a novidade que Vossa Excellencia nos participa da
desnaturilização dos Padres da Companhia de todos os dominios da Monarchia de
5 Espanha: Este Successo, como taõbem a rezolução que a este respeito jatomou
a Coroa de França, daõ a Conhecer ao mundo, e aos vindouros a rectidão jus-
tiça, e acerto com que Sua Magestade que Deos guarde procedeo nesta materia, e
foi o primeiro a dar o exemplo, que todas as outras Cortes deviaõ Seguir.

De Buenaes Aires Se aviza ter-se dado principio a executar as
10 Ordens de El Rey Catholico; e que os Padres Sevaõ ajuntando para Serem
transportados à Italia: Porem eu reflectindo Sobre esta rezolução, vejo por
huã parte que os Sabios Ministros que rezidem na Corte de Madrĩ, e as ajus-
tadas providencias, que tem dado neste Cazo metirão toda a duvida de que
naõ tenhaõ Sido prevenidas athẽ as minimas cautelas de tudo o que possa
15 Succeder, e que naõ deixaraõ deter Lembrado todas as miudas particularidades, e
outras mais delicadas que ainda naõ occorrem ao meu grosseiro juizo: Mas
sem embargo de eu assim o reconhecer, naõ me estranhará Vossa Excellencia que eu
pense, e ponha na prezença de Vossa Excellencia que por outra parte me Lembre que
tantos Padres da Companhia que Sahirão de Portugal, e de França, e agora Sa-
20 hem tambem de todos os dominios de Espanha montaraõ ao numero de muitos
mil homenz, e que estes Individuos desocupados, e inquietos, juntos em Italia
poderaõ formar algum projecto, ou unirse ao Exercito de alguã potencia, e in-
quietar as mesmas Cortes, que os expulsaraõ.

As historias contaõ alguns Semelhantes exemplos, e como Vossa Excellencia os Sabe,
25 naõ me fica Lugar de dizer mais nesta materia.

<Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Conde de Oeiras>

Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo 1 de Novembro de 1767

Dom Luis Antonio de Souza

2 de Junho de 1769.

Mo. e Mo. Sr.

N.º 1.

De grandissima utilidade for a Resolucao del' E.
em consequencia da minha Representacao de 18 de Agosto de
1765 distincta com a Letra. P.^a mandando V. E.^a in-
tinuar aos Contratadores actuaes do Sal pela Província de
22 de Julho de 1766, para que denem as providencias opor-
tunas para ser socorrida esta Capitania pelo Porto de
Santos, com toda a abundancia preciza, cuja obrigaçao he
impozem tambem a Real Ordem de 27 de Julho de 1772,
que determina metes neste Porto de Santos vinte mil alquei-
res de sal todos os annos, por cujo motivo chegou a entrada
deste genero no referido anno de 1766 a vinte e quatro mil
setecentos e setenta e sete alqueires, e o rendimento dos Exauidos do sal
que se rendeu neste anno importou a quantia de 6.366\$050,
em que he o quanto excede aos annos antecedentes de que a
V. E.^a dei conta.

Porque no anno futuro de 1769 se
haõ de findar os seis annos da dematacao deste Contracto,
no caso que V. E.^a considere ser conveniente rematar-se
o Salo desta Capitania devendo ser a mais exacta averi-
guacao que podia fazer para saber ao certo os alqueires de
Sal que entrão no Porto desta Capitania, e que puder
alcançar offereço a V. E.^a um as Cartoas que mandey
passar pelas Camaras das meoas Crillas da Maranhão; mas
esta indagaçao não he facil ser exacta, tanto porque os

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero um.

De grandissima utilidade foi a Rezolução de Vossa Excellencia
em consequencia da minha Representação de 18 de Agosto de
5 1765 distincta com a Letra = P = mandando Vossa Excellencia in-
timar aos Contratadores actuaes do Sal, pela Provizaão de
22 de Julho de 1766, para que dessem as providencias op-
portunas para Ser socorrida esta Capitania pelo Porto de
Santos, com toda a Abundancia preciza, cuja obrigação lhes
10 impoem tambem a Real Ordem de 27 de Julho de 1725
que determina metaõ neste Porto de Santos vinte mil alquei-
res de Sal todos os annos, por cujo motivo chegou a entrada
deste genero no referido anno de 1766 a vinte e quatro mil
Sete centos e dezassete alqueires, eo rendimento dos Cruzados do Sal
15 que Se Vendeo no dito anno importou a quantia de 6:366\$950,
em que Se vê o quanto excede aos annos antecedentes de que a
Vossa Excellencia dei conta.

E porque no anno futuro de 1769 se-
hãõ de findar os Seis annos da remataçam deste Contracto,
20 no Cazo que Vossa Excellencia concidere ser conveniente rematar-se
o ramo desta Capitania devidido, fiz a mais exacta averi-
guação que podia fazer para Saber ao Certo os alqueires de
Sal que entraõ nos Portos desta Capitania, eo que pude-
alcançar offereço a Vossa Excellencia em as Certidoões que mandey
25 passar pelas Camaras das mesmas Villas da Marinha; mas
esta indagaçam não hé facil ser exacta, tanto porque os

E amaretao poder ser que não alcançarem bom preço
 porqu' a terra, como porqu' o mesmo, quanto do Sul tem onde
 fortaes e muros consideravel abitaçao, humas vezes porqu' e
 maior, ou menor a parte naquelles partes, outras vezes porqu' com
 a maior quantidade da mesma Villa de Santos nas Occasi-
 ões em que alhy não contratar com as suas Lanchas.

Em quanto as partes da Villa de Sorocaba, e Bahia
 de d'onde me não mandaram. Certifico, q' a hum juizo prudente
 punificado com a informaçao de pessoas pláticas, e confidenciaes pelo
 humores dos logros, e frequencia do Commercio, que se con-
 sidera nas ditas terras, e me persuado, que He não erraruy m.
 Da averiguacão que foyr pelo anno seguinte informary a
 V. E. para que me determine o que for servido.

Deo g. a V. E. S. Paulo 2 de Janeiro
 1768

M. e C. S. Conde de Oeyras.

Luis Antonio de Souza.

[[os]]Camaristas podeSer que não alcançassem bem oque Se
 [lhes] perguntava, como porque o mesmo gasto doSal tem emdi
 ferentes annos consideravel alevação, humas vezes porque hé
 30 mayor, ou menor a posce naquelles Portos, outras vezes porque carre-
 gaõ mayor quantidade da mesmaVilla deSantos nas Occasi-
 oens em que ally vão contratar com asSuas Lanchas.

Em quanto aogasto daVilla dePernaguá, eVbatu-
 ba, d'onde me não mandaraõ Certidoês, fiz hum juizo prudente
 35 purificado com a informação de pessoas praticas, e conferido pelo
 Numero dos fogos, efrequencia doComercio, que SeCon-
 Cidera nas ditas terras, e me persuado, que lhe não errarey *muïto*
 eda averiguação quefizer pelos annos Seguintes informarey a
 VossaExcellencia, para que me determine oque forServido.

40 Deos guarde aVossaExcellencia Saõ Paulo 2 de laneiro
 de1768

Illustrissimo, eExcellentissimoSenhor Conde deOeyras.

DomLuis AntoniodeSouza.

28 de Jan de 1707.

Mo. Ex. Sr.

Nº 5.

Grande ocasião he esta que se refere a vi-

vidade do tempo, em que igualmente se fã apreciar a ami-
zade de Portugal nã Corte de Madrid, e nã Corte de Londres.
Esta he a conjuntura mais favoravel que me parece tem de-
vido hamuitos annos, em que se pode ser tentã. De goardado
para V. Ex. o Chefe de Obra das suas gleriozas aqens; por
que os opostos interesses de Sua, e de outra Corte, e os reci-
procos Ciúmes que naturalmente cauzarão hua a outra
semão a cauzã de que V. Ex. possa conseguir a mais famo-
sa, e interessante negociacão para a nossa e Monarchia.

Por hũa parte lembrame que es e Inglozes fãrã das
mais fortes instancias para rêmper a intima amizade
entre anessa Corte, e a de Madrid, pelos gravissimos pre-
juizos que entre outros occasionarã ao seu commercio o terẽ
fechados os nossos Portos em occasião de guerra; e an-
tes cedera de muitos pontos do que deixar a consolidaçã
união.

Pela outra parte procurara a Corte de Madrid
fortemente unirmos aos seus interesses por ser o melhor
meio que pode ter para diminuir as riquezas de Ingla-
terra, recuperar Gibraltar, e melhorãr se de modo que
perdeu em America nella ultima guerra, e por esta cau-
za poderá cedernos m^{ta} parte dos artigos duvidosos, e con-
trvertidos que ha muito tempo se qüestionão sobre os li-
mites do Brazil.

Em qualquer des dous partidas se
pode melhorar muito a ocasiã das couzã; nẽnguem

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Numero três.

Grande ocazião he esta que oferece avici-

tude do tempo, emqueigualmente sefas apreciavel a ami

5 zade dePortugal na Corte de Madrid, ena Corte de Londres:

Esta he a conjuntura mais favoravel que me parece tem ha

vido hamuitos annos, em que podesser tenha Deos goardado

para *Vossa Excellencia* o Chefe de Obra das suas gloriozas açoens; por

que os opostos interesses de hua, e de outra Corte, e os reci

10 procos Ciumes que naturalmente cauzarão hua a outra

serão a cauza de que *Vossa Excellencia* possa conseguir amais famo-

sa, e interessante negociação para anossa Monarchia.

Porhuâ parte lembrame que os Inglezes foraõ as

mais fortes instancias para romper a intima amisade

15 entre anossa Corte, ea de Madrid, pelos gravissimos pre-

juizos que entre outros ocasionará ao seu comercio o terẽ

fechados os nossos Portos em ocazião deGuerra; ean-

tes cederá de muitos pontos do que deixar consolidaresta

uniaõ.

20 Pela outra parte procurará aCorte deMadrid

fortemente unirnos aos seus interesses por seromelhor

meyo que pode ter para diminuir as riquezas de Ingla-

terra, recuperar Gibraltar, emelhorarse do muito que

perdeo em America nessa ultima Guerra, eporesta cau-

25 za poderá cedernos *muita* parte dos artigos duvidosos, e con-

trovertidos que ha muito tempo se questionaõ sobre os Li-

mites do Brazil.

Emqualquer dos dous partidos se

podemelhorar muito oestadodas couzas; ninguem

como V. Ex. comprehende estas utilidades: o ponto de que
sejaõ sinueros os ofrecimentos da Corte de Madrid; porque
assim como os fazem verosímeis as perturbacoens domes-
ticas em que actualment se acla: tambem os podem fa-
zer suspeitoz as mermas perturbacoens, fingindo aquel-
les ofrecimentos para nos pacificar emquanto acmo-
da o seu interior: por ser contra as regras da boa politica
lidar com dous embaraços no mesmo tempo.

Ilumi-
nada a comprehensão de V. Ex. nada se poderá dissimu-
lar que V. Ex. não alcance; por isso peço perdão de ter
toado nestes pontos, em que deixo com todo o affecto da
minha alma a V. Ex. os maiores acertos, e os peço a V.
de todo o coração, que goarde a V. Ex. como os intere-
ses de todo o Portugal são mister.

São Paulo 28 de Janr. de 1768.

Assmo e mo S. Ex. Sr. Conde de Oeyras.

Ant. Antonio de Souza.

30 como *Vossa Excellencia* comprehende estas utilidades: oponto heque
 sejam sinceros os oferecimentos da Corte de Madrid; porque
 assim como os fazem verosimeis as perturbacoens domes-
 ticas em que actual mentese acha: tambem os podem fa-
 zersuspeitosos as mesmas perturbaçoens, fingindo aquel-
 35 les oferimentos paranos pacificar emquanto acomo-
 da o seuinterior: por sercontra as regras da boapolitica
 Lidar com dous embarços nomesmo tempo.

A ilumi-

nadacomprehenção de*Vossa Excellencia* nadasepoderá dissimu-
 40 Lar que*Vossa Excellencia* não alcance; porisso peço perdaõ deter-
 tocado nestes pontos, em que dezejo com todo o affecto da
 minhaAlma a*Vossa Excellencia* os mayores acertos, eos peço a Deos
 detodo o Coração, que goarde a*Vossa Excellencia* como os interes-
 ses detodo o Portugal haõ mister.

45 São Paulo 28 de Janeiro de 1768.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde deOeyras.

DomLuis Antonio deSouza.

15 172

São Paulo 24. 1768

M^{mo} e Ex^{ma} J^{ro}

V

N.º 5.º

Inda que seja contra a universal Opinião não só dos ha-
bitadores desta America, mas tambem de todos os que por espaço de
tantos annos tem passado da Europa para este novo Mundo, devo
affirmar a V. Exa. por me ajudarem já as Luzes da humã maiy
clara, e bem advertida experiencia, que de esta me nas erguera he
falso tudo quanto se diz, de que estas terras não são capazes de admi-
tir arado, e Lavoura, e se podem dar fructos aonde há Mado Vir-
gem. E pelo contrario affirmo, que podem produzir os fructos
em qualquér parte, e sobre a mesma terra, e com m. mayor abun-
dancia, fazendo-se he o mesmo Beneficio que se he faz no Re-
yno.

Tambem devo informar a V. Exa. que não há sobre al-
gum fundamento para se sustentar esta falsa opinião, que dura
à tantos annos, sendo a negligencia, e preguiça dos Naturaes, e
a facilidade com que a terra sustenta a pouco custo. E m segun-
do Lugar he a irreversão com que vão passando por cá os filhos do
Reyno, que atraídos do amor da Patria ainda que vivão m.
annos nunca podem a Lembrança de voltar para o Reyno.
por isto nunca verdadeiramente se estabelecem, nem se decaingam
de que por cá háo deficiã, e nesta esperanca vão passando sem
estabelecimento, e sem fundarem rendas, e a fim crião os
filhos; E como em todos se achã o mesmo defeito, produz o me-
mor effeito, e costuma estabelecer a regra geral, e Opinião que
se está experimentando.

Acho

Illustrissimo, eExcellentissimoSenhor
 Senhor

Numero quinto.

Ainda queSeja contra a vniversalOpiniã não só dos ha-
 bitadores desta America, mas tambem detodos os que por espaço de
 5 tantos annos tem passado daEuropa para este novoMundo, devo
 affirmar aVossaExcellencia, por me ajudarem já as Luzes deuma mais
 clara, ebem advirtida experiencia, que Seesta me não engana, hé
 falço tudo quantoSe diz, de que estas terras não são capazes de admi-
 tir arêdo, eLavoura, e só podem darfructo a onde há MatoVir-
 10 gem. Epelo contrario affirmo, que podem produzir os fructos
 em qualquerparte, eSobre a mesma terra, e com muito mayor abun-
 dancia, fazendo-se-lhe o mesmo beneficio que Selhe faz noRey-
 no.

Tambem devo informar aVossaExcellencia; que não há outro al-
 15 gum fundamento paraSeSustentar estafalça opiniã, que dura
 à tantos annos, Senão a negligencia, e preguiça dos Naturaes, e
 afacilidade com que a terra sustenta a pouco custo: Em Segun-
 do Lugar hé a irresoluçã com que vão passando por cá os filhos do
 Reyno, que atrahidos do amordaPatria ainda que vivaõ muitos
 20 annos nunca perdem aLembrança de voltar para o Reyno;
 epor iso nunca verdadeiramente se estabelecem, nem se deenganaõ
 deque por cá haõ deficar; e nesta esperança vão passandoSem
 estabelecimento, eSem fundarem rendas, e assim criaõ os
 filhos; E como emtodos seacha o mesmo dezejo, produz os mes-
 25 mos effeitos, eo costume estabelece a regra geral, ea Opiniã que
 Se está experimentando.

Aisto

[[A isto]] accresce a difficuldade de achar quem Sai-

ba a Lavoura, e queira Sugeitar-se ao trabalho, corroborando Sea

30 fama, deque as terras não produzem como decorados exemplos

de hum tal, que já o intentou, e Sedeixou diso, Sem advirtirem,

que os motivos porque Sedeixou fosse por heter achado erro, mas

Sim pela deficuldade de continuar o cultivo a onde o Povo o não

pratica a onde não há quem Sirva, por Se reputar o trabalho por

35 desprezo, e a onde faltaõ os meyo, e falta tudo, deficuldades, que

São insuperaveis às forcas de hum *particular*, eo reduzem à necessidade

infallivel de Se acomodar à torrente a que não pode atalhar.

Da qui nasce não só grandissimo prejuizo da falta de Vi-

veres, que Se Experimenta da Carestia com que Se Vendem, e deficulda

40 de com que Se achaõ, mas tambem hé a cauza de passar o Povo com mui-

ta mizeria, valendose de bixos iñundos, e cousas ascarozas, que coñum

mente Se Comem, e que eu Suspeito são a cauzadomal de São Lazaro,

e outras terriveis queixas, que Sevêm, e Sepadescem.

Alem disto tam-

45 bem occazona que o necessario usodas rossas extingue as madeiras,

e hade vir a acabar com os paos de Ley, e de Canoas, porque já com de-

ficuldade Se achaõ; vão-se buscar muito Longe pelos braços dos Rios

dentro, distante dos povoados, e por Lá andaõ mezes, buscando-os, inter-

nados pelos matos, porque muitas Legoas aopé desta Cidade, e de

50 outras Villas tudohé Campo, porque já á muitos annos selhes acabou o

mato virgem, e não cresceo outro, e por isso vivem com trabalho, porque

porque as lenhas, em mantimentos tudo he bem de Longo.

A V. Ex.^a aponte o melhor que me lembrareis para atallar
estes inconvenientes, e porem ao ordeno do V. Ex.^a com officio de-
zeis de fazer toda a diligencia por ao dar a execucao.

Deo g.^o al V. Ex.^a S. Paulo 30 de Janr.^o de 1768

M.^{mo} Ex.^{mo} J.^o Conde de Ouyras.

Luis Ant.^o de Souza.

[[porque]] as Lenhas, eos mantimentos tudo lheVem deLonge.

AVossa*Excellencia* apontey os meynos que melembraraõ para atalhar
aestes inconvenientes, eesperoasOrdens deVossa*Excellencia* com efficaz de-
55 zejo defazer toda a diligencia por as dar àexecuçãõ.

Deos guarde aVossa*Excellencia* Saõ Paulo 30 de Janeiro de1768
Illustrissimo, e*Excellentissimo* Senhor Conde deOeyras.

Dom Luis Antonio deSouza.

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor
Numero cinco.

Tendo dado conta a Vossa Excellencia em Carta de 14 de Agosto de 1765, de que nesta Capitania se tinha lançado hũ donativo
5 depois do Terremoto, o qual se devia pagar por tempo de dês annos;
para reedificação da Cidade de Lisboa, foi Vossa Excellencia servido deferir o que
Consta da Ordem de 23 de Julho de 1766, em cumprimento da
qual faço a Vossa Excellencia certo pelas Copias dos termos que se achão
Lançados nas Camaras desta Cidade, e da Vila de Santos, o modo como
10 foi lançado o dito donativo, e os effeitos em que foi estabelecido, como
tambem faço a Vossa Excellencia certo pela Cartajunta da Camara de
Parnaguá, de se não ter estendido a aquella Comarca o mesmo
donativo.

Estedinho andava todo estraviado, e tinha havido
15 bastante desordem na Sua arrecadação, porem pondo-se nestepar-
ticular toda a possível deligencia, arrecadando-se todas as dividas
que se puderaõ descobrir, consegui o recolher ao Cofre da Junta des-
ta Provedoria a quantia de 29:637\$844, que constaõ da Certidão que jun-
ta Offereço, os quaes ficam em Ser até Vossa Excellencia – resolvero que Sobre
20 esta materia novamente lhe represento.

E por quantodevendo dar o devido cumprimento á Real
Ordem de Sua Magestade de 22 de Março de 1766, que determi-
nava, que para os Corpos de Milicias Auxiliares houvessem Sargentos
mores, e Ajudantes pagos na mesma forma que costumão vencer os
25 outros Sargentos mores das Tropas Regulares, e á custada das Camaras
dos respectivos districtos, Senão achou nas referidas Camaras rendi-

Los Suficientes para dedito pagam, convocando a Junta de
 Procuradores de las p. resoluciones a mayor nro. de ahar este d.
 votará que Continuar en mismo nro. impo de d. Alay. Determini
 nar o que se Obran, nro. que a d. Cos. du Conto nro. se
 casar = Obato Militar, n.º 3.

Continuar en d. nro. im.
 pto de pto de dos años, se los acordado a quantia de t. 9880575.1
 Conto Comita de Certis junta N.º 5, con Surg. nro. cesus d.
 judanto reton pto que tambien Comita de Outa Certis d. N.º 6.
 Jorden d. d. unidas ante Conto, p. C. C. D. nro. lores se debe
 Continuar, nro. nro. d. forma.

D. C. D. a D. C. D. J. Paulo 15 de
 Mayo de 1768

M. C. D. J. J. de Cuyra

Luis Antonio de Souza.

[[rendi]]mentos Suficientes paraos ditos pagamentos, econvocando á lunta os Procuradores dellas para resolverem os meynos necessarios deachar estedinheiro votaraõ queContinuasse o mesmo novoimposto té Sua Magestade determinaroqueSedevia Obrar, naforma queaVossaExcellencia douConta noSeu Lugar = Estado Militar, *numero três*.

Continuando odito novoimposto depois do dés annos, tenho arrecadado aquantia de 1:988\$575réis ComoConstadaCertidaõ juntan*numero cinco*, eaosSargentos mores, eSeus Ajudantes setem pago oque tambemConsta daOutraCertidaõ *numero seis*. quetodasVaõ unidas aestaConta, paraVossaExcellencia resolverSeSedevercontinuar, ounaõ naSobreditaforma.

Deosguarde aVossaExcellencia. Saõ Paulo15 de Março de1768

Illustrissimo, eExcellentissimo SenhorConde deOeyras

DomLuis Antonio deSouza.

19
10 de Maio de 1768

173

H. mo. m. J. r.
H. de. J. r.

J.

N.º 12.

O terrível mal dos Lazares, que com grandes forças se puz
cipiava a declarar nesta Capitania, não deixando ao porreito de
que se dei a providencia de fazer separar os doentes em todas as
vilhas, e logar ao R. do Vigario Capitulor que Ordene, para
em todas as Igrejas da Capitania, que promptamente se executem.

Tambem eu tinha determinado fazer em Caracás na
Parahiba, e instituir pedidores em todas as Paroquias para recolher
os doentes, e que não continuem por não ser já tão necessario,
por se ter applicado mais este annuo por estas partes.

Segue-se huma geral epidemia de Sincias, de que não fi-
cou pessoa izenta, que ou mais, ou menos a não sentem, fallando
desta doença m. perosa, e algumas com tanta pressa, que não davão lugar
a sacramentarem-se. Eu attribuo esta intemperancia ao Continuo
relampago, que continuam. Se virão sentir por todo o mero, e
por a custuma ser o inverno, durando estes males se chegarem
a formar sobre a atmosfera desta Cidade huma terrível nevoada no
dia 22 de Jan. deste presente anno, durante a qual cahirão tanto raios
que nestes arredores se apontão catorze partes em que se signalizão as ven-
tas.

Entre os mortos de mayor nome, que porueira com a doença
foi o Alente de Camo Diogo Pinto de Rego, pelo qual vagou a
propriedade do Officio de Curia de Ouvidoria desta Comarca, seus
Endeios e Lembranças na Junta do Il. de São J. com tempo de Re-

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Senhor

Numero dezenove.

O terrivel mal deSaõ Lazaro, que com grandesforças Se prin-
Cipiava a declarar nestaCapitania, vay diminuindo aoprezente, de
5 pois quelhe dei asprovidencias defazerSeparar os doentes emtodas As
Villas, erogar aoReverendo Vigario Capitular queOrdenasse preces publicas
emtodas asFreguesias da Capitania, oque prontamente executou.

Tambem eutenho determinado fazerhumLazareto na
Pernahiba, einstituir pedidores emtodas asParoquias para recolhe-
10 rem asEsmolas, oque não continuey por nãoSer já tão necessario,
porSe ter applacado mais este assoute por estas partes.

Seguio-se huma geralEpidemia de Itiricias, deque não fi-
Cou pessoa izenta, que ou mais, ou menos a nãoSentisse, fallesceraõ
desta doença muitas pessoas, ealgumas com tantapressa, que não davaõ Lugar
15 aSacramentaremSe: Eu atribuo esta intemperança aos Continuoz
relampagos, que continuamente Seviraõ Sentillar por todos os meses, em que
porCá custumaSer o inverno, durando estes metheóros té chegarem
aformar sobre oEmisferio desta Cidade huma terrivel trevoadada no
dia 29 de laneiro deste prezente anno, durante a qual cahiraõ tantos rayos
20 que nestez oredores se apontaõ catorze partes em queSignalaraõ as reci-
nas.

Entre os mortos de mayor nome, que pereceraõ com as doenças
foi oMestre deCampo Diogo Pinto do Rego, pelo qual vagou a
propriedade do Officio deEscrivaõ daOuvidoria destaComarca, Seus
25 herdeiros o remataraõ nalunta doRio delaneiro; com tenção dere-

Delegueroem al. Mag.^{do} que deor.g.^{do} a continuacão da mesma mercão
poder Eum de mestriz Affonso da Capitania.

Deng ^{to} all Eggs Sub to de Mage
1768

M^{me} & Ex^{mo} S^{re} Comte de Cayrus.

Luis Antonio de Souza.

[[dere]]quererem a *Sua Magestade*; que Deos *guarde*: a continuação da mesma mercê por Ser hum dos melhores Officios da Capitania.

Deos *guarde* a *Vossa Excellencia* Saõ Paulo 10 de Mayo
de 1768

30 *Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras.*

Dom Luis AntoniodeSouza.

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero vinte e seis.

Hoje fazem tres annos que desembarquei

felizmente nesta America em o Rio de Janeiro, aonde logo dei

- 5 principio a executar as Ordens de Sua Magestade, que Deos guarde pelas
Instrucções que Vossa Excellencia foi Servido dirigir-me: daquelle Porto
passey a esta Capitania, que estava morta, em a qual a Chey a Autho-
ridade da lustiça tão abatida, que os delinquentes passeavaõ Sem
pejo: em outras partes não entrava, e a Sua administração era
10 geral mente tão irregular, como provaõ os factos que a Vossa Excellencia ex-
ponho por documentos Sertos de Cazos Succedidos, e até o respeitavel
nome de Sua Magestade que Deos guarde era desconhecido em alguns Po-
vos, onde a penas Setinha ouvido que havia General; taes eraõ os re-
tiros de Iaguary, de Camanducaya, dos bairros de Assariguama, jun-
15 to ao Rio Parahiba, os matos de Paranampama, Piahy, e
Ribeira, e nos Campos geraes, as Furnas, e outros Lugares, por Cu-
jo motivo procurey pessoas aque Se encarregasse a regencia da que L-
las terras, e tenho procurado fazer celebres os dias de annos de Sua
Magestade; que Deoz guarde; para imprimir cada Vez mais nos animoz
20 dos Povos o respeito, e Veneração que Selhe deve. Estava
esta Secretaria Sem arestos, e Sem papeis por Onde me pudesse
governar, e foi preciso fazer tudo de novo, Segundo a minha idea, e
assim o pús por Obra, não Sei Se bem, ou mal, porem dei pro-
videncias, e Ordens para tudo, e conforme o meu Sistema os po-
25 vos Se Conservaõ em paz, em Obediencia, e em respeito.

Tenho

[[Tenho]] evitado os disturbios, edelictos, etoda a ma-
quina Se move facilmente, Sem Violencia, e deixo a meus Succe-
sores humbem trilhado Caminho para Se poderem adiantar muito
30 por Elle Como espero: para o referido não metenho poupado a
trabalho, basta dizer a Vossa Excellencia, que na Secretaria do Governo, como at-
testao Secretario, Setêm escripto trinta e cinco resmas de papel, e
na minha Secretaria particular onze, ou doze, tudo dictado da minha voz; os Li-
vros em que tenho distribuido a Secretaria São os que constão da Rela-
35 Ção junta. Formey em Regimento as Seis Companhias pagas da
Praça de Santos, Levantei de Novo Seis Corpos de Auxiliares; do-
us de Cavallaria, e quatro de Infantaria, alem destes tres Companhias de
Voluntários de Curitiba: reguley, e Exercitey quatro de Aventureiros
que inviey para o Rio Grande, apromptey quinhentos homens no ter-
40 mode quinze dias com tudo o necessario para irem em Socorro da
quella Provincia, Sem fazer despesa á Real Fazenda; dei princi-
pio ás Fortificações da Marinha; do mesmo modo que ás funda-
ções das novas Vilas, e Povoações da Capitania; tenho feito duas
expedições para o Certão do Yvay, eos projectos que a Vossa Excellencia par-
45 ticipo, e para completar tudo aquillo a que vim destinado, espe-
ro as Ordens, e providencias que a Vossa Excellencia pesso nesta Occaziaõ,
não só a respeito destas Expedições, mas tambem as Outras Ordens
de que necessito para estabelecer o Comercio, ea Lavoura, que delle
depende.

50 Tudo isto, em muito mais me hé ainda necessario para res

Estabelecer este Estado do Largo em que se achava: O Creador
de Novo-Será me mous, por a Criação das Cozas hi sobra da Nature-
za, e aannuicia-las mistagre da Omnipotencia. Same-Don
Creador e Abundante bastou. He humda pichora, e p. Restaurar dozes do
Cen, gastou trinta annos, e custou-lhe a Vida.

e desejo tirar da minha vida a satisfação de servir como devo
 ao Rey e ao Paiz, por seram incomparavel de Beneficio, e
 Sobretudo a meus pais, deves ao mesmo Senhor, e ser a minha
 vida a mayor Felicidade, e a mayor honra e seu Real Aggra-
 do, e fazer-me digno de Vossa Magestade.

Dear Mr. G. S. Paul & Co. delinquent

Mo^{me} & L^{me} S^r Comte de Cayras.

Luís Antonio de Souza.

[[res]]tabelecer este Estado do Letargo em que Se achava: O Crealo
de Novo Seria muito menos, porque a Creação das Couzas hé obra da Natu-
reza, o ressuscita-las milagre da Omnipotencia. Para Deos

Crear o Mundo bastou-lhe huma palavra, e para o restaurar desce o doz

55 Ceos, gastou trinta annos, e Custou-lhe a Vida.

O mayor fructo

que dezejo tirar dos meus disvellos hé a Satisfação de Servir como devo
a Sua Magestade que Deos guarde, por Serem incomparaveis os beneficios, que,
Sobre todos os meus passados, devo ao mesmo Senhor, e Será para

60 mim a mayor felicidade, e a mayor honra merecero Seu Real Aggra-
do, e fazer-me digno da Eleyção de Vossa Excellencia.

Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo 20 de Junho
de 1768

Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras.

65

Dom Luis Antonio de Souza.

29 de Junho de 1768.

M^{to} e Ex.^{ta} S^r. N^o 4.

G

gravidade das culpas que estão prova-
das ao P.^o Francisco Xavier Graça, me obrigou a proceder lenta-
mente, e a demorar esta conta para que não succeda de lá a
menos advertência e falta de circumspecção em materia tão
grave, e de tanta consequencia que se devia examinar com
a mayor exaçaõ e teuidade.

Por esta cautela me reportee
esperando o beneficio do tempo, para por meyodeste descobrir
melhor a verdade, e poder informar a V.^o Ex.^{ta} deste caso com toda
acerteza, e sem a menor duvida.

V.^o Ex.^{ta} bem sabe que em si-
miliaes acontecimentos, e as provas difficilissimas, caindas
as que parecem mais exuberantes, como a de que se trata / de
vidozas; porq.^{as} torturas e as destes Paizes / como a l.^a Ex.^{ta}.
tenho informado / salao de ordinario segundo a fama que ar-
tificiozamente se temes pallado.

O tempo foi descobrindo
alguns indicios, por donde me persuado, que sem embargo
de tudo quanto esta dito, e provado contra o P.^o Fran.^o Xavier
Graça, que no que toca a Satim teve ella outro e tutor.

Os indicios não são tão claros que eu possa por elle
proceder, mas parece-me que não devo deixar de informar dis-
to mesmo a l.^a Ex.^{ta}. como tambem que as couzas ficando at-
o prezente no mayor silencio, e logo depois das demonstrações
que a este respeito se obrando; e que me parece que atenden-
do a que eu não tendo por hora que temer por que tudo se acide
em socco e em respeito; e a Justica ficou de algum mo-
do satisfita com as prizoens do Clerigo, Tutor, e Criados:
se a l.^a Ex.^{ta} me parecer / se não profunde mais esta materia

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero quatro.

A gravidade das culpas que estão prova
das ao *Padre Francisco Xavier Gracia*, me obrigou a proceder lenta
mente, e a demorar esta conta para que não succedesse da có-
5 menos advertência e falta de circunspeção em matéria tão
grave, e de tanta consequência que se devia examinar com
a maior exatidão e cuidado.

Por esta causa mereço

10 esperando o benefício do tempo, para por mim descobrir
melhor a verdade, e poder informar, a *Vossa Excellencia* deste caso com toda
acerteza, e sem a menor duvida.

Vossa Excellencia bem sabe que em si

milhantes acontecimentos são as provas difficilimas; e ainda
15 as que parecem mais exuberantes /como a de que se trata/ du-
vidozas; porque as testemunhas destes Paizes/ como a *Vossa Excellencia*
tenho informado/ falam de ordinario segundo a fama que ar-
tificiosamente se tem espalhado.

O tempo foi descobrindo

20 alguns indícios, por donde me persuado, que sem embargo
de tudo quanto está dito, e provado contra o *Padre Francisco Xavier*
Gracia; que no que toca a Satira teve ella outro Author.

Os indícios não são tão claros que eu possa por elles
proceder, mas parece-me que não devo deixar de informar dis-
25 tomesmo a *Vossa Excellencia* como também que as cousas ficaram até
opresente no maior Silencio, e socego depois das demonstrações
que a este respeito se cobraram; e que me parece que atenden-
do a que eu não tenho por hora que temer por que tudo se acha
em socego e em respeito; e a luctação ficou de algum mo-
30 do satisfeita com as prisoens do Clerigo, Feitor, e creados:
/se a *Vossa Excellencia* lhe parecer/ se não profunde mais esta matéria

nem se faças pelos indícios referidos novas averiguações que
fundas em d'as quego e perturbação a cidade; contentando-me
com tua prudente e vigilante dissimulação em observar o que
se move, e ficando o dito flego, e feitor, ou na prisão em
que se achão até o fim do meu governo, ou mandando se
para fora da Capitania para parte distante; que me pa-
ra ser o que bastará para minha segurança, e para ex-
emplo de outros.

D'Ex. determinará o que se reparar
mais acertado, e for servido.

Deo q. a VEx. m.ã. São
Paulo 29 de Junho de 1768.

Assmo Ex. Sr. Conde de Oeyras.

Este modo de proceder não esquadrinha as
culpas: e não menos que do gr. Mestre de Beinar
o Sr. Rey Dom João 2.º como observo na sua vida
escrita por Dom Aguiar M.ª Lib. 4.

Antônio de Souza.

nemsefação pelos indícios referidos novas averiguaçoens que
 ponhão emdezascego e perturbação acidade; contentandome
 com huaprudente evigilante disimulação emobservaro que
 35 se move, e ficando o dito Clerigo, eFeitor, ounaprição em
 que se achaão athe o fimdo meuGoverno, ou mandandose
 parafora daCapitania para partedistante; que mepa-
 rece ser o quebastará para minhaSigurança, e paraex-
 emplo deoutros.

40 Vossa Excellencia determinará o que lheparecer
 mais acertado, e forservido.

Deos *guarde aVossaExcellencia muitos anos* São
 Paulo 29 de Iunhode1768.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras.

45 Este modo deperdoar não esquadrinhandoas
 Culpas: he não menos que doGrandeMestre deReinar
 o *Senhor* Rey Domloão *Segundo* comoobservo nasuavida
 escritaporDon Aguston Manoel Libro 4.

DomLuis AntoniodeSouza.

20 de julho de 1768.

M^{to} Ex^{mo} Sr

Grande Meus Sr, após de V. Ex^a de sua distancia aq
 gradeis domado que porio si incomparaveis benessio comq^a V. Ex^a
 de consueus me favorese: e beijo Everence apoderada mais de V. Ex^a
 que constante efficacia me conserva, fazendo estimar a disposico
 que valho, e opuscu q^a obra como seculo oq^a cabe namora haponibil
 lidade for grande, e digno da elevada attença de V. Ex^a. Bem
 dita seja a sua grandesa que assim sabe pagar se de minhã
 vontade, de tribuinã conuena lingua e orães favores, com
 separar nomeu paguena merecimento, mas tudo oq^a amimo
 me salta p^a saber merecelha, peço a V. Ex^a e mune de V.
 Ex^a, prolongando a sua preciosa vida, e saúde p^a meu
 amparo, e eternos que vivem à sombra de V. Ex^a, e accres
 centando o suado e felicidade de V. Ex^a como eu de V. Ex^a
 da em a Monarchia necessita.

De V. Ex^a a V. Ex^a Man
 n S. Paulo 20 de Julho de 1768

M^{to} Ex^{mo} Sr
 Jondade Oregas

De V. Ex^a
 C. menor Crede.

Luis Anson de Sousa

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Prostrado Meu Senhor, aospés de Vossa Excellencia destadistancia ag
gradeço do modo que posso os incomparaveis beneficios com que Vossa Excellencia
de continuo me favorese: e beijo reverente apoderoza mão de Vossa Excellencia
5 que contanta efficacia me conserva, fazendo estimação do pouco
que valho, e do pouco que obro, como setudo o que cabe na minha possibil
lidade fora grande, edigno da elevada attenção de Vossa Excellencia. Bem-
dita Seja a sua grandeza que assim sabe pagar-se da minha
vontade, distribuindo contanta Largueza os Seus favores, sem
10 reparar nomeu pequeno merecimento, mas tudo o que a mim
me falta para saber merecellos, pesso a DEOS remunerar a Vossa
Excellencia; prolongando a sua preciozissima vida, e Saude para meu
amparo, e de tantos que vivem á sombra de Vossa Excellencia; e acres-
sentando o estado, e felicidade de Vossa Excellencia como eu dezejo, eto
15 da esta Monarchia necessita.

DEOS guarde a Vossa Excellencia muitos an-
nos São Paulo 20 de julho de 1768

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Conde de Oeyras.

De Vossa Excellencia

Cativo e menor Creado.

Dom Luis Antonio de Souza

32 de Janeiro de 1769

Ilmo e Ex. Sr.

N.º 4.

As vertentes da Serra que das fran-
te ao grande Cerro do Tibagy; entre a mesma
Serra, e o Caminho que do Rio de Janeiro se vai para
nossa cidade, setom deusbertopintade Ouro comen-
te geral em grandes distancias ao longo do mesmo
Caminho em que habitaõ muitos moradores dispostos
desta Capitania; e setem avansado outros de fora del-
la com a esperanca de poderem minerar. Mas como
a inflexibilid. com que sustento as Reaes ordens de
Sua Magestade que proíbem a extracção de Ouro em
vos descobertos tem desanimado a todos, enão acertaõ o
modo em que poder empregar as suas escravaturas.
Apennia a S. se vão reduzindo, e a necessidade que la de
os conservar para a intentada conquista do Tibagy, a
donde depois de enfraguesados, mal poderão servir para
as diligencias de entrar, povoar, e segurar na forma
que a V. Ex. tendo exposto: me pareceo conveniente nas
tas circumstanças, emquanto me não elegão os despachos
de V. Ex. sobre as Contas que tendo dado a este respeito,
disfarçar com elles que se vão entretendo em algumas
faixas de terras; sem contudo lhes permitir mayores ser-
viços: e para melhor enobrir o intento de os entreter
sem entrar na Repartição das Terras que pertencem
para minerar, me vali do pretexto de lhes querer

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
Numero quatro.

Nas vertentes da Serra que fãas fronteiras ao grande certão do Tibagy: entre a mesma
 5 serra, e o caminho que dos Registos decurte para a mesma
 ra e a cidade setem descoberto pintado de Ouro conveniente e geral em grandes distancias ao longo do mesmo
 Caminho em que habitaõ muitos moradores dispersos
 desta Capitania; e setem avansado outros de fora del
 10 La com a esperança de poderem minerar. Mas como
 a inflexibilidade com que sustentam as Reaes ordens de
 Sua Magestade que prohibem a extracção de Ouro em No
 vos descubertos tem desanimado a todos, e não acertaõ o
 modo em que poder empregar as suas escravaturas:
 15 a penuria a que se vão reduzindo, e a necessidade que ha de
 os conservar para a intentada conquista do Tibagy a
 donde depois de enfraquecidos, mal poderaõ servir para
 as diligencias de entrar, povoar, e segurar na forma
 que a Vossa Excellencia tenho exposto: me pareceo conveniente nes
 20 tas circunstançias, emquanto me não chegaõ os despachos
 de Vossa Excellencia sobre as Contas que tenho dado a este Respeito,
 disfarçar com elles que se vão entretendo em alguas
 faisqueiras; sem contudo lhes permitir mayores ser-
 viços: e para melhor encobrir o intento de os entreter
 25 sem entrar na reparição das Terras que pertendem
 para minerar, me valio do pretexto de lhes querer

mandar Suas ordens para que examinem os lór-
reos em demora, com toda diligencia e em alon-
gado tempo, em quanto a V. Ex. positivamente
não responde, participando-me as Reaes ordens
para que se mude de aly no Descobrimento e conquis-
ta do S. Hago, ou para os fazer salir para outra par-
te donde vão arrumar os seus modos de vida.
Deus e. a V. Ex. m. an. São Paulo 30
de Jan. de 1569.

M. e. C. Sr. Francisco Xavier
de Almeida, Turtado.

Antônio de Souza

mandar Sucavadores para que examinem os Cor-
[regos], e me dê parte, com cuja diligência hirei alon-
[gando] o tempo enquanto Vossa Excellencia: positivamente

30 me não responde, participando-me as Reaes Ordens
[se] para [re]meter de a Ly no Descobrimento e Conquis-
ta do Tibagy, ou para os fazer sahir para outras par-
tes adonde vão arrumar os seus modos de vida.

Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos annos. São Paulo 30

35 de Janeiro de 1769.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Francisco Xavier
de Mendoça Furtado.

Dom Luis Antonio de Souza

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Numero cinco

Ainda que Vossa Excellencia com as claras Luzes dasua admiravel penetração tem cabalmente comprehendido a idrópica cobiça comque os
 5 Inglezes com oSeuComercio nos absorvem todo onosso ouro; para Confirmação desta phizica certeza, emque Vossa Excellencia seacha, accres- Centarei mais huma pequena prova doque tenho alcançado nesta Capitania aesse respeito.

EmCarta numero 6= doEstado Politico

10 que em 31 de laneiro do anno proximo preterito de1768 escrevy a VossaExcellencia toquei já Levemente este ponto, prometendo remeter aVossaExcellencia onumero dosescravos, que actualmente existem nestaCapitania; che- garaõ-me os Roes dos Parochos, e porhum calculo certoSevê doMa- pa junto numero primeiro que chegaõ ao numero de 23:323, eentraõ naAlfan
 15 dega deSantos annualmente 325, comoSevê daCertidam numero quarto.

As rendas certas queSua Magestade percebe nestaCapitania importaõ actualmente 26:820\$503reis comoSe vê dacertidaõ jun- ta numero segundo, emais Largamente das que proximamenteSereme- teraõ destaProvedoria paraoRealErario.

20 Os quintos doOuro que Selavra nas Fisqueiras, comalgum mais que passa por esta Capitania, eVem dasVizinhas, poderaõ importarcada anno pouco mais ou menos aquantia de 4.641/oitavas, comoSevê daCer- tidaõ quepassou oEscrivaõ daIntendencia, cuja quantia computada
 25 adinheiro, e apreço de1\$200 reis cadaOitava, fas aSoma de 5:569\$200 reis ComoConsta daCertidam numero terceiro.

Os Auzentes, o assucar, otabaco, tudo ren-

[[ren]]de para *Sua Magestade* cousa Limitada, daSorteque juntas todas estas
rendas, eproductos, andaraõ pouco mais, oumenos pelaalturade

30 33:000\$000 *reïs*

Distohade *Sua Magestade* pagar as despesas daFolhaEcclesi-
astica, Militar, eCivil, dar as ajudas deCusto aosGovernadores, for-
necer de munições asPraças, easTropas, Sustentar as Naos, que
mandem segura aCoñunicação dehunsComOutrosEstados, cuidar
35 dos negocios, econter o risco das Guerras, eaccidentes quepodemSobrevir:
deSortequebem advirtidas todas estas despesas, não só não per-
cebe*Sua Magestade* queDeosguarde Lucroalgun destaCapitania, mas a-
inda desembolça bastante Cabedal doSeuRealErario, oudeOu-
tras partes paraSemanter naposse, edominio della.

40 A' Sombra destes trabalhos vem alnglaterraSemSus-
to nem despesa desfrutar tranquilamente o melhor, emaes puroCa-
bedal detodos estes habitantes, porque adormecidos na naturalOcci-
osidade, erecostados nodescanço daSua mal entendida vaidade
pagaõ fielmente nas Tendas, eLogens denegocio (que seCompoem pe
45 La mayorpartede effeitos Estrangeiros) tudo quanto os Seus Ezcravos
diariamente lhes ganhaõ, etiraõ nasSuasLavras, ficando ainda
emcima empenhados para nunca possuirem deSeu hũ só vin-
tem, porque não fallando nosComestiveis, efasendas deforadoReino
[que] compraõ os Povos, que hé cousa muito avultada, falareysó par-
50 ticularmente, noCalculodoque gastaõ os negros, os quaes computados
3\$500 *reïs* cadaanno deSurtum, baeta, ebombachas, Sendo
os negros 23:323, Somaogasto 81:630\$500 *reïs*, dequevay

[[vay]] amayor parte para Inglaterra, como mais que gastaõ os brancos
e todos os habitantes Livres.

55 Com esta Occasiaoõ devotambem pôr
na presença de Vossa Excellencia; que este negocio dos negros Vaijá carecen
do de Sefas sobre elle alguma bem advirtida reflexaõ
porquanto hé negocio muito principal, e de que Sua Magestade recebe muito avulta
dos direitos, mas porem ainda que o Brasil cada Ves Se vay
60 mais descobrindo, e carecendo de mayor numero de negros para Selaborar
Com tudo poderá vir a perder por tempo o asentodelles, porque vaõ
Sefasendo tantos casamentos de negros, e negras, e Povoações nas Fa-
zendas, e Coisas particulares, que já multiplicaõ muito nas mesmas
Terras, Sem que precisem de Vir de fora, e alem de Seir po-
65 voando o Estado de má gentes, poderá vir a ter todos os neces-
sarios, e arruinar se o Comercio, e os direitos que pagaõ a Sua
Magestade

Deos guarde a Vossa Excellencia. Saõ Paulo 22 de Fevereiro de 1769
Illustrissimo, e Excellentissimo Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

70 Dom Luis Antonio de Souza

M^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

N.º 6.

Em Carta de 3 de Jan.º do anno p^oderito de 1768 dei al. Ex.^o conta do Estado emj Sacharia a Fabrica de Ferro com poucas esperanças de se estabelecer, mas não mederanimando fasilm^{te}. Fazendo continuar com repetidas experiências, simo aobreviar que quimando se apedra em pouca quantidade fazeu bom ferro, porom tanto que se Lancava com mayor largura e Separdia: Daqui insi que saltava alguma proporção na Officina, e assim era p^ong Lembrando-me fazeu lums grandes foles, que se p^ong folem com violen- cia igual a Copia da materia que se quimava, se lomenava a acer- tar a p^ong fola a ladeia de ferro.

Taremo que esta o Seg^o de esboço, e experiência feita, e que não he po- da necessarios remeter para esta Corte apedra, que já tinha chegado a b^oalidade p^o La se fazeu as experiências.

Entre a cuidar omque se estabelecer o Instrumento, e se edificuem as Offiinas necessarias para Laborar ad. Fabrica, que levará mais, ou meno tempo, conf. Or la be- des com f^o Sacharia o Decisio^o f^o.

Deo^o a V. Ex.^o J. Paulo 22 de Fev. de 1769

M^{mo} e Ex.^{mo} J. Antonio Xavier de Almeida Couto.

J. Antonio de Souza

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero seis.

Em Carta de 3 de Janeiro do anno preterito de 1768

dei a Vossa Excellencia conta do Estado em que se achava a Fabrica do ferro com

5 poucas esperanças de se estabelecer, mas não me dezanimo facilmente
fazendo continuar com repetidas experiencias, vim a observar que

queimando-se a pedra em pouca quantidade fazia bom ferro, porem

tanto que se lançava com mayor largueza se perdia: Daqui in-

feri que faltava alguma proporção na Officina, e assim era, porque

10 Lembrando-me fazer huns grandes folles, que se soprassem com violen-

cia igual á Cópia da materia que se queimava, se comessou a acer-

tar a perfeita Caldeação do ferro.

Parece-me que está o Segredo des-

coberto, e a experiencia feita, e que não hé por Ora necessario remeter

15 para essa Corte a pedra, que já tinha chegado a esta Cidade para Lá

se fazerem as experiencias.

Entro a cuidar em que se estabeleça o

Instrumentos, e se edifiquem as Officinas necessarias para laborar

adita Fabrica, o que levará mais, ou menos tempo, conforme os Cabe-

20 daes com que se achão os Accionistas.

Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo 22 de Fevereiro de 1769

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado.

Dom Luis Antonio de Souza

Numero dez.

Copia

Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Conde dou muitas contas das couzas mais precisas que ocorrem nesta Capitania, e como entendo Vossa

5 Excellencia as hadever, porisso as não repito a Vossa Excellencia, ainda fico preparando Outras, que espero fiquem aviadas para irem na primeira Embarcação que Se Seguir.

Deste numerosaõ as certidoões que Se mandaraõ extrair desta Provedoria para Se escreverem no Real

10 Erario, e Sem embargo de que o Provedor as dá com toda a clareza, eu tambem heide mandar as minhas com a da Receita, e Despeza da boca do Cofre.

Tambem Se me offerecem alguns motivos que me parecem dignos de participar a Vossa Excellencia a respeito das ruinas, que

15 as doutrinas lezuiticas tem produzido por estas partes, e Se alcançaõ depois de Lida a Dedução Chronologica, e Analitica, que agora me chega, junto com a Segunda parte da mesma Obra, tendo sido esta expedida muito tempo depois da primeira.

A Vossa Excellencia faço ou-

20 tra Vez Lembrada aquella Suplica, com que lhe pesso seja Servido de me fazer inviar todas as Ordens, e Instrucções, que a Vossa Excellencia fossem expedidas para o Pará, a respeito das novas Villas, e Povoações que Vossa Excellencia fundou na quella Capitania, porque necessito muito dellas para de-

25 Zembaraçar as muitas duvidas com que acada passo me Vejo atalhado Com as Jurisdições Ecclesiasticas, e temporaes, como tambem para Saber o que devo fazer, e determinar a respeito das despesas que Se me pedem para ajuda de edificar as novas Igrejas, e paramenta-las e pagar as Congruas aos novos Parochos, porque da pobreza destes Po-

30 Sobre o estabelecimento do

negocio tambem hé muito preciso que Vossa Excellencia seja Servido dar nesta Capitania as mesmas providencias que Se deraõ para o Maranhão e Pará, porque os homens de negocio deste Paiz, costumados á Sua antiga Rotina das correspondencias que tem para o Rio delaneiro,

Senhor

<Haja vista da Publicação dita | da folha segunda Lisboa 29 de | Agosto de 1769 |
[cinco rubricas] | Fiat Justificantes | [uma rubrica] |

Haja vista | aos Conselheiros da | Coroa Lisboa 29 | de Setembro de | 1769 | [seis rubricas] |

5 Fiat justiça | [uma rubrica]>

Em observancia da Real Ordem de Vossa Magestade de

10 de Março de 1732, em que Vossa Magestade ordena que logo com
os requerimentos que se fizerem para alcançar Licença de Vossa

Magestade para irem mulheres deste Estado do Brazil para

10 o Reyno vão juntamente as informações sobre a necessidade que há
para haverem de Ser transportadas as ditas mulheres:

Informo a Vossa Magestade; que o requerimento do Supplicante me parece
muito justo por Ser natural desse Reyno, estar alcançado

em annos, e ter nelle Fazendas, que precisa aproveitar, como

15 tambem lhe hé muito necessario Levar juntamente Sua mu-

lher, e Suas filhas, não para as constranger a entrar Religio-
zas, mas Sim para lhe procurar melho estado nesse Rey-

no, a onde as pode cazar em cazas que bem as Sustente, do-
tando-as á sua proporção, o que não pode ter Lugar por Ora

20 neste Estado, aonde os bens não tem ainda permanencia.

Esta resolução tambem não prejudica à propaga-
ção do Estado, porque nelle há mulheres Superabundantes,
e não hé por falta dellas que se deixa de fazer os Cazamen-
tos de que se necessita.

25

Vossa Magestade

A L. M. porre d. v. os intervalos de feitor
 ata de pte vstra nra de pte d. rede
 da 22 de Maio de 1769

N. Mag. mandará aque for servido.
 A. Scaleuma de O. Mag. ga. e. Deo muito amado
 Como a seus deves e amatores de devesamos. S. Paulo
6 de Maio de 1769

Luiz Antonio de Souza

<Ao Conselho passe *que vista* a internação do Governador
 esta [respeito] nestas naos da frota *que pede*
 Lisboa 22 de Novembro de 1769

[cinco rubricas]>

30 Vossa Magestade mandará o que for servido.

A' Real Pessoa de Vossa Magestade *guarde* Deos muitos annos
 Como os Seus Leaes Vassallos lhe dezejamos. São Paulo
6 de Março de 1769

Dom Luis Antoni de Souza

Mo. Ex. Sr.

Nº 2º

Nº 2º
A Igreja da nova Povoação de S. Luiz de Guaratuba se
foi aprimir. Nesta cidade de V. S. do Praxery 27 de Abril do anno
de 1767, caindo que se seguirão todas as perturbações, e conflitos de ju-
rudição Ecclesiastica, Secular, civil, de que a V. S. de S. Paulo temha dado con-
ta em diferentes partes, tudo venci, e aplanei pelo melhor modo que
foi possível, e ultimamente persuadi a hum Antonio de S. João por meio
do meu Ajudante de Ordens, e conseguí delle quizesse fazer Rda a despoza da
Igreja, e habitar de S. Matris, para a qual tem concertado com grandes gastos,
tanto a direccão Rda nosta, e achha quasi concluida, pelo q. se temuerem
com a Pte. de Cap. mo. de Distrito, como se achha a Povoação m. adianta-
da, já se fez an Ordens necess. para se levantar em l.º em l.º de S. João de
nos procurado fazer Povoação, vindo que esta praez se tem adiantado, p.º l.º
gente que se tem tirado para as entradas do Tibagy.

Em o anno presente de 1767 se adiantará m. Rda an Or-
tra Povoação: dia de V. S. do Praxery 23 de Abril de obov.º anno foi fes-
tejada V. S. do Praxery solemn.º comtudo a grandesa possivel na Capel-
la da nova Pov. do Praxery da Barra de Paraguará, disparando refedra a
primicia de a. S. Matris, com que a manderi guarnecer.

Do mesmo modo, em o mesmo dia foi a mesma S.ª de S. João
re festejada com igual solemnidade na Capella da nova Povoação de Bra-
nquia, em a Povoação de S. João, que se lay adiantando m.º

Nos dias 1.º e 2.º de Povoação do Reg.º de que se Padroeyro S.º Antonio
se cantou a primicia nsta na nova Capella em dia do mesmo Santo.

Em

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero= segundo=

Na Igreja da nova Povoação de São Luiz de Guaratuba Se

dice a primeira missa em dia de Nossa Senhora dos Prazeres 27 de Abril do anno

5 de 1767, e ainda que se seguirão todas as perturbações, e conflitos de jurisdição Ecclesiastica, Secular, e Civil, de que a Vossa Excellencia tem dado conta em diferentes partes, tudo venci, e aplanei pelo melhor modo que foi possível, e ultimamente persuadi a hum Antonio de Souza por meio do meu Ajudante de Ordens, e conseguí delle queizesse fazer toda a despesa da
10 Igreja, que hade servir de Matriz, para a qual tem concorrido com grandes gastos, Sendo a direcção toda nossa, e se achá quasi concluída, pelo que o remunerarei com a patente de Capitão mor do Districto, e como se achá a Povoação muito adiantada, já passei as Ordens necessarias para se levantar em Vila: em São José tenho procurado fazer Povoação, ainda que está pouco Setem adiantado, pela
15 gente que Setem tirado para as entradas do Tibagy.

Em o anno preterito de 1769 se adiantará muito todas as Outras Povoações; dia de Nossa Senhora dos Prazeres 23 de Abril do Sobredito anno foi festejada Nossa Senhora dos Prazeres solememente com toda a grandeza possível na Capella da nova Fortaleza dos Prazeres da Barra de Parnaguá, disparando nessa dia a
20 primeira Vez a Artelharia, com que a mandei guarnecer.

Do mesmo modo, e no mesmo dia foi a mesma Senhora dos Prazeres festejada com igual Solemnidade na Capella da nova Freguezia de Arapira, e na Povoação de Sabauna, que se vá adiantando muito

Na nova Freguesia, e Povoação do Registo, de que he Padroeiro Santo Antonio.

25 Se cantou a primeira missa na nova Capella em dia do mesmo Santo.

Eno

[[E no]]Seguinte mesSeCantou aprimeira missa emdiade
 SantaAnna nanovaCapella, ePovoação, quecomo nome damesmaSanta
 mandei principiar SobreoRio Yapó, dequeremeto a planta.

30 Tudoisto pudera estarmuito mais adiantado, Senaõfora agrande di-
 vercaõ, quefazemosCuidados, eExpedições doTibagy, etambem metem
 sido necessaria muita habelidade para fazer valér as demarcações das Freguesias quejul-
 guei mais apreposito entre abullaquefizeraõ osParochos Confinantes.

Finalmente aVila das Lagens, depois das grandes Controversias, que
 35 aVossaExcellencia tenhoexposto, eSer obrigadoa muda-La duasVezes porCauza
 das enchentes, humadoRio das Pelotas, eoutrado Rio dasCanoas, emque o
 Cappitam morRegente Antonio CorreaPinto perdeomuito, Se achaactualmente
 edeficando sobre amargemdoRio das Caveiras, emterrenomuito proporciona-
 do, fertil, eabundante, eestá noestadoquemostra aPLanta.

40 NasOutras Povoações trabalha-se; comohé = Pirassicaba,
 eoutras da navegação doTieté; outras principiaõ-se, comohé = Saõ Luiz, e
 SantoAntonio daParaytinga.

Deosguarde aVossaExcellencia Saõ Paulo a27 de
 Março de1770

45 Illustrissimo, eExcellentissimoSenhor Conde deOeyras.

SegundaVia

DomLuis AntoniodeSouza

Wie mo?

M^o 5^o

 A navegação dos Paeses de Gualemy não pode natural-
 mente subsistir, nem ser socorrida a tempo, sem elle abrir Caml. de terra
 alem de navegação do mar, que está mais facilitada; este Caml. que hade at-
 roessar tão dilatado espaço, e por tão arrelvado numero de leguas tem grandis-
 simas difficuldades, mas com o favor de Deos nada temo; ja fiz prime^a esta
 grande Expediçã inutilm^{te}, e agora me tem feito aprender para formar com
 melhores disposições a terceira, que fize a partir.

melhores disposições alicerça, que fua a partir. He preciso que V. Ex.^a me en-
sinue o que devo observar a respeito do commercio d'heide fidejubar, ou impedir
aestes habitantes com o Castelhano, por ser o meyo mais conducente p.^a aug-
mento daquelle Província. Deo qd. a V. Ex.^a

Paulo 27 de Março de 1770

M^{me} Comte de Cigras.

L. C. C.

Luiz Antonio de Souza

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero= terceiro=

APovoação dos Prazeres de Guatemy não pode natural
mente Subsistir, nem Ser Socorrida a tempo, Sem selhe abrir Caminho de terra
5 alem da navegação dos Rios, que está mais facilitada; este Caminho que hade atra-
vessar tão dilatado Sertão, e portaão avultado numero de legoas tem grandis-
simas defficultades, mas como favor de Deos nada receyo; já fiz primeira, e Se-
gunda Expedição inutilmente, estas me tem feito aprender para formar Com
melhores disposições a terceira, que fica a partir.

10 Hé preciso que Vossa Excellencia me en-
sinue o que devo observar a respeito do Comercio que heide facilitar, ou impedir
a estes habitantes como os Castelhanos, por Seromeyo mais conducente para aug-
mento da quella Povoação. Deos guarde a Vossa Excellencia

São Paulo a 27 de Março de 1770

15 Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Conde de Oeyras.

Segunda Via

Dom Luis Antoni de Souza

Ilmo Exmo Sr.

Nº 5º

O

terrível mal de S. Lazaro, de que al Ex.^a dei conta em carta de 13 de Mayo de 1768, esteve algum tempo mais amortecido nesta Capitania, depois que se fizeram púexes em todas as Freguezias; porém este anno servão declarando em muitas pessoas, com diferentes parties e trifismos, sintomas desta voracissima queixa, para a qual se não pode descobrir remedio.

Deo, pelo purissimo Leite, que recebo da Virgem Maria e Senhora Nossa, permita abrandar o maligno influxo das Estrelas, para que não fôr mais este Povo.

Deo. f. al Ex.^a São Paulo a 22 de Março de 1770.

Ilmo Exmo Sr. Conde de Oeyras.

Debris

Luiz Antonio de Souza

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero= quinto=

O terrivel mal deSaõ Lazaro, deque aVossaExcellencia dei Conta emCarta de 10 deMayo de 1768, esteve algum tempo mais amortecido nestaCapi=

5 tania, depois queSefizeraõ preces em todas as Freguezias; porem este anno sevaõ declarando em muitas pessoas, eem diferentes partes os tris=

tisimos Sintomas desta vorasisimaqueixa, para aqual se não pode descobrir remédio.

Deos, pelo purisimoLeite, que recebeo daVirgem

10 Maria SenhoraNosa, permita abrandar omaligno influxo das Estrelas, paraque não fôra mais estePovo.

Deos guarde aVossaExcellencia Saõ Paulo a28 deMarço de 1770//

Illustrissimo, eExcellentissimo SenhorConde deOeyras.

SegundaVia

DomLuis AntoniodeSouza

29 de Março de 1770.

V. Ex. Sr.

N.º 5.º

premio, e castigo, me disse V. Ex.ª quando me despedi p.ª estes Estados, que erão os dous Pótes sobre que se sustentava o equilibrio do bom Governo. Porém como eu por mim mesmo não tenho nada quedár senão p.ºdendo al. Ex.ª q.º me parue mais conveniente p.º o augm.º do Real serviço; Lembrado, que na occasião em q.º prop.º a V. Ex.ª o ardente Zelo que mostravaõ alguns vassallos da V.ª de Paranguá p.º conuorrerem com as suas fazid.ªs p.º aq.ªta nada Fortaleza, apontei al. Ex.ª q.º seria m.ª util q.º sua Magest.ª q.º D.ª q.º os conuise com alguns habitos; foi V. Ex.ª servido responder em carta de 22 de Julho de 1766. q.º me se conformava com o meu parecer, e q.º em tempo conveniente aponta fesse os sog.ªs mais principaes, e q.º mais se tivessem distinguido. E por que os ditos senão distinguirão como eu esperava; Tenho agora em lugar daquelle ao Capitão Al.º Reg.º João Al.º Barros q.º se enca.ºregou da expedição do Equatemy, e em reparar em perigos nem o dexerranço da sua Laza, foi, e conseguiu estabelecer aquella Povoação e Praa em q.º tem aq.ºrtido La.ª tris p.º quatro anos; e tendo também a Affonso Botelho que com m.ª trabalho e diligencia tem fabricado a Fortaleza de Paranguá; e tem preparado todas as expedições q.º por aquella p.º se expedirão debaixo da direção das m.ªs ordens e instruções, para entrarem no sertão do S.ºba q.º, como al. Ex.ª fazo certo por todo o discurso das m.ªs cartas q.º tenho dado al. Ex.ª sobre estas materias. E com estes sujeitos obrará V. Ex.ª. o que entender elles merecer;

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero= terceiro=

O premio, eo castigo, me disse Vossa Excellencia quan
do medespedi para estes Estados, que eraõ dous Polos sobre
5 que se sustentava o equilibrio do bom Governo. Porem
como eupor mim mesmo não tenho nada quedar senão
pedindo a Vossa Excellencia o que me parece mais conveniente para o augmento
do Real Serviço; Lembrado, que naocaziaõ em que prop[us]
a Vossa Excellencia o ardente Zelo que mostravaõ alguns vassallos da
10 Vila de Paranaguá para concorrerem com as suas fazendas para a actu-
rada Fortaleza, aponte i a Vossa Excellencia que seria muito util que sua Ma-
gestade que Deos guarde os honrase com alguns habitos; foi Vossa Excellencia ser-
vido responder em Carta de 22 de Julho de 1766. que o mesmo
Senhor se conformava com o meu parecer, e que em tempo con-
15 veniente apontasse os Sogeitos mais principaes, e que mais se
tivessem distinguido. E por que os ditos senão distingui-
raõ como eu esperava; Tenho agora em Lugar daque
Les ao Capitão Mór Regente João Martinz Barros que se encar-
regou da expedição do Guatemy, e sem reparar emperi-
20 gos nem o dezer ranjo da Sua Caza, foi, e conseguiu estabe-
cer aquella Povoação e Praça em que tem assistido ha tres
para quatro anos, e Tenho tambem a Affonso Bote-
lho que com muito trabalho e diligencia tem fabricado a
Fortalezade Paranaguá; e tem preparado todas as expedi-
25 ções que por aquella parte se expediraõ de baixo da direção das
minhas ordens e instrucções, para entrarem no Sertão do Tiba-
gy, como a Vossa Excellencia faço certo por todo o discurso das minhas contas
que tenho dado a Vossa Excellencia sobre estas materias. E com estes
Sogeitos obrará Vossa Excellencia o que entender elles merecem;

ellegir mais conveniente para o Real Serviço.
Deos' gd. a V. Ex. São Paulo 29 de
Marco de 1770.

Ilmo e Ex. Sr. Conde de Oeiras.

Luiz Antonio de Souza

30 e lhe parecer mais conveniente para o Real Serviço.

Deos Guarde a Vossa Excellencia São Paulo 29 de
Março de 1770.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeiras.

Dom Luis AntoniodeSouza

6 de Julho de 1740.

M. E. S. M. S.

Não posso deixar de por na presença de V. E. que o Provedor das Fazendas Real d'essa Capitania Jose Onorio de Valladares, Abaixo desde hum tempo a esta parte tem alterado hum pouco aquelle tom, em q se tinha conuinhado desde principio do meo Governo, não so no trato da Lva, mas tambem na falta de vir acerta de renda, como costumava: acrescentando o demandado duvidar, ou seja comrazaõ, ou sem ella, atodos quantos despachos meos V. E. me mandou, sem ficar hum so, aque não seja com sua duvida, desorte, q se tem feito estranhos a todos este procedimento: eu não duvidava de qd quer, que elle me duvidasse, quando achava, que eu procedo contra alguma expressa Ordem de V. E. que me não seja presente; mas tambem julgo ser pouca atençã passar ao excessõ de duvidar atodos sem reserva, como tambem expedir Ordens particulares aos S. de Armazens, e outros, q V. E. subordina, para frustrarem as minhas determinações, como me tem acontecido algumas vezes com retardamento grave do Real Serviço, e ainda prejuizo da Fazenda Real. De todo este papeo conuinho hum grande volume, e espaldora por na presença de V. E. não esperara de vencer ainda com a minha prudencia, e dissimulaçã esta novida: e reduzi as cousas aquella harmonia, e o que se deve conservar atodos. Porém julgo necessario informar a V. E. com esta noticia, para prevençã de alguma conta, q elle possa dar, por que ja o anno pretérito elle deu algumas pelo Real Erario, aque V. E. deferis por elle ao dar diminutã, e configurã das, occultando as causas, e os urgentes motivos, que elle me como sabe concorrerã, para eu usar das Ordens naquelle sentido, que em applicaçã as circumstancias do tempo, do Governo, como V. E. me facultã nas suas sabias Instrucções, e a estas resolucões depois de chegar a devida execuçã, como V. E. manda, faço tencã de por

Illustrissimo eExcellentissimoSenhor

Naõ posso deixar de por na prezença

deVossaExcellencia que o Provedor daFazenda Real desta Capitania loze

Onorio deValladares, eAboim desdehum tempo a esta parte tem altera=

5 do hum pouco aquelleto, em que setinha conservado desdeo principio do

meo Governo, naõ so no trato darua, mas tambem nafalta devir aestarezi
dencia, como costumava: acrescentando o demaziado duvidar, ouseja comra=

zaõ, ousem ella, atodos quantos despachos meos lhevaõ amaõ, semficar

hum so, aque naõ saya com sua duvida, desorte, que setem feito estranho a

10 todos este procedimento: eusim naõ deixo de querer, que elle me duvide,

quando achar, que eu procedo contra alguma expressaOrdem deSua Magestade

que menaõ seja presente; mas tambem julgo ser pouca atenção passar

ao excesso de duvidar atudo sem reserva, como tambem expedir Ordens par

ticulares aos Fieis dos Armazens, eoutros, que lhesaõ subordinados, para

15 frustrarem as minhas determinaçoens, como metem acontecido algumas

vezes com retardamento grave doReal Serviço, e aindaprejuizo daFa=

zendaReal. Detodos estes papeis conservo hum grandevolume, eos pu=

dera por napresença deVossaExcellencia senaõ esperara devencer ainda com a minha

prudencia, edissimulação esta novidade e reduzirascousas aquella armo=

20 nia, esocego, emquefaço conservar atodos. Porem julgo necessario infor=

mar aVossaExcellencia com esta noticia, para prevenção de alguma conta,

que ellepossadar, porque ja o anno preterito elle deo algumas pelo Re=

al Erario, aqueVossaExcellencia diferio por elle as dar diminutas, edisfigura=

das, ocultando, as causas, eos urgentes motivos, que elle mesmo sa

25 be concorreraõ, para eu uzar das Ordens naquelle sentido, queeraõ

aplicaveis as circunstancias do tempo, edo Governo, como VossaExcellencia me

faculta nas suas sabias Instruçoens, e a estas rezoluçoens depois de

lhesdar adevida execuçaõ, como VossaExcellencia manda, faço tenção depor

depor na proximidade de V. Ex.^a os motivos, que me obrigão a de-
terminar por aquelle modo, para q. vista de V. Ex.^a se
parecer torne amandar o que entender he mais justo, convenien-
te ao Real Serviço

De V. Ex.^a guarde a V. Ex.^a muitos annos C. Paulo
a 6 de Julho de 1772

M.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Conde de Oeyras

Luis Antonio de Souza

[[depor]] na presença de Vossa Excellencia os motivos, que me obrigaõ a de=

30 terminar por aquelle modo, para que avista delles Vossa Excellencia se

lhe parecer torne a mandar o que entender he mais justo, e convenien=

te ao Real Serviço

Deos guarde a Vossa Excellencia muitos annos São Paulo

a 6 de julho de 1770

35 Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras

Dom Luis Antonio de Souza

7 de julho de 1772.

M^{mo} Ex^{mo} Sr.

Ex^a henstrio, como prevarica-

ção os meus criados depois que vim para esta Capitania, e vendo-me pre-
cizado a apartar do meu Serviço, fiquei na necessidade de comprar
dous mulatos, para me servirem na Curinha, e na Copa; não sendo
fácil de expressar a V^{ra} Ex^a, o quanto me custava a fazer apren-
der nestas alturas para ficarem habéis de poder remediar aquella falta:
hoje estou já acostumado com elles, e não he fácil achar outros criados, que
substituão este ministério; por que absolutamente os não ha, por serem
comeres, de que se alimentão nestas terras, muito diferentes dos que se usão
nesse Reyno

Nestes termos V^{ra} Ex^a me he de achar muito embarçado,
na occasião, em q^a V^{ra} Ex^a quizer mandarme recolher, porque não haven-
do outros criados, para que apelar, e vendo estes escravos, fico sem ter que
medir, e os levar na minha comitiva, por deroi igualmente os mesmos
escravos, e os seus serviços; porque de ordinario, ficando fôrto, nunca gostão
de servir ao Sr. Senhor.

So V^{ra} Ex^a nesta duvida he quem pode dar algum
remedio por aquelle modo, que he parecer, não servirá de exemplo, nem
desconveniente ao Real Serviço, nem contrario ao puzummas intencions de
V^{ra} Magestade

Dios guarde a V^{ra} Ex^a muitos annos S. Paulo 7 de Ju-

ho de 1772

M^{mo} Ex^{mo} Sr. Conde de Oeyras

D. V. E.

Cominor Creado
Luiz Antonio de Paiva

Illustrissimo eExcellentissimoSenhor

AVossaExcellencia henotorio, como prevarica=

raõ os meos creados depois que vim para estaCapitania, evendome pre
cizado aos apartar do meo Serviço, fiquei na necessidade de comprar

5 dous mulatos, para me servirem na Cuzinha, ena Copa; não será di=
ficultoso de expressar aVossaExcellencia, o quanto me custaria aos fazer apren=
der nestas alturas para ficarem habeis depoder remediar aquella falta:
hoje estouja acostumado com elles, enaõ he facil achar outros creados, que
substituaõ este ministerio, por que absolutamente os não ha, por serem os
10 comeres, deque se alimentaõ nestas terras, muito diferentes dos que se uzaõ
nesse Reyno

Nestes termos ExcellentissimoSenhor me heide achar muito imbarçado,
na occasiaõ, em que VossaExcellencia quizer mandarme recolher; porque não haven=
do outros creados, para que apelar, sevender estes escravos, fico sem ter quẽ
15 mesirva, ese os levar na minha comitiva, perderei igualmente os mesmos
escravos, eo seoServiço; porque de ordinario, ficandoforros, nunca gostaõ
deservir aseio Senhor.

SoVossaExcellencia nesta duvida he quem pode dar algũ
remedio por aquelle modo, que lheparecer, não servirá de exemplo, nem
20 desconveniente aoReal Serviço, nem contrario as piissimas intençoens de
Sua Magestade

Deos guarde aVossaExcellencia muitos annos Saõ Paulo a7 delu=
lho de1770

Illustrissimo e ExcellentissimoSenhor Conde deOeyras

DeVossaExcellencia

25

Cativo emenor Creado

DomLuis Antonio deSouza

9 de Julho de 1770.

50

M^{mo} e Ex.^{mo} S.^r

Sei S. Mag.^e Servido em anno de 1765. mandarme crear
denovo o governo desta Capitania de S. Paulo. restituindo a mesma
Capitania ao seu antigo Estado, e jurisdicção q^a já antecedentemente nella
Souverai, deq^a a Breve do Sr. Instruções de 26 de Jan^o do leg^o
do anno, q^a se lida de acôr legistadas nesta Secretaria, e outras Or-
des particulares, q^a o mesmo S.^r foi servido mandar Expedir Sobre
asduvidas, q^a sem se esqueceras d^a respeito da Execução das mesmas Ins-
truções.

Segue ao S.^r de Jan^o, e conferindo tudo com o Ex.^{mo} Con-
de de Cunha Vis. Rey do Estado, q^a entã era, na confor^m das mesmas
Ordes, foi asentado de l^orim a l^oda tudo oq^a se devia obrar naquelle
tempo, p.^a segurança, e defen^{ça} desta Capitania, e Extinção dos Reaes
Dominios de S. Mag.^e

Destado, em q^a se lida a Capitania ao tempo q^a en-
tã nella e as providencias, q^a tendo dado p.^a a sua utilidade, melhor apode-
ra o Ex.^{mo} Vis. de Namulidade de Antas, q^a tendo dado no expazo de cinco
annos de meu governo, deq^a na brevid^e desta Carta. So dissi a V. Ex.^{ma}
q^a a se lida morte, sem defen^{ça}, sem lenda, sem Comercio, sem Labouros,
Compoucas Tropas, porq^a so se consentia em seis Comp.^{as} pagas, e as Ordes
nancas, e sem fortificações, porq^a so se lida na Barrag^a do Porto de
Santos, e todos os outros Portos e Cidades sem ellas.

A prim^a de lig^a foi
por em Ordem as poucas lendas desta Província, e m^aboa arrecadação
todas as rendas, q^a andava^m desper^{ça}, de sorte q^a saltando todos os an-
nos p.^a a desper^{ça} Ordinarias, e gastos l^ocos, 14 Contos, pagaria divi-
das atrasadas, e p^ade sustentar não so os gastos Ordinarios, mas abey-
centas outras m^a grandes, por em este meio não saltando, e encarga-
ta de uma prompta providencia p.^a suprir a sua falta.

Resolventi mais uma Comp.^a as Tropas pagas da Villa de
Santos, formando de sete Comp.^{as} com Regim^{to}

E formei denovo seis Re-
gim^{tos} de Tropas e Artil^a, e prim^o Regim^{to} de Dragões de S. Paulo, e
Villas do Sul denominado o Regim^{to} de S. Paulo. O seg.^o Regim^{to} de

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Foi Sua Magestade Servido em o anno de 1765 mandarme Crear
denovo o Governo desta Capitania de São Paulo restetuindo a mesma
Capitania ao Seu antigo estado, e jurisdicção que já antecedentemente nella
5 houveraõ, Aoque a Crescentou as Instrucções de 26 de Janeiro do referi
do anno, que se haõ de achar registadas nessa Secretaria, e Outras Or-
dés particulares, que o mesmo Senhor foi Servido mandar Expedir Sobre
as duvidas, que Seme Offereceraõ a respeito da Execução das mesmas Ins-
trucções.

10 Cheguei ao Rio de Janeiro e Conferindo tudo Com o Excellentissimo Con-
de de Cunha Vice Rey do Estado, que entãõ era, na conformidade das mesmas
Ordés foi asentado de Comum a Cordo tudo o que Sedevia obrar naquelle
tempo, para Segurança, e defença desta Capitania, e Extensão dos Reaes
Dominios de Sua Magestade.

15 O estado, em que achei a Capitania Ao tempo que en-
trei nella e as providencias, que tenho dado para ressucitala, melhor o pode-
ra Vossa Excellencia Ver na multaõ de Contas, que tenho dado no espaço de Cinco
annos de meu Governo, do que na brevidade desta Carta. Só direi a Vossa Excellencia,
que a achei morta, Sem defenças, Sem rendas, Sem Comercio, Sem Labouras,
20 Com poucas Tropas, porque Só Consetiaõ em seis Companhias pagas e as Orde-
nanças, e sem fortificações, porque só as havia na Barragrande do Porto de
Santos, e todos os outros Portos estavaõ sem ellas.

A primeira deligencia foi
pôr em Ordem as poucas rendas desta Provedoria, e em boa arrecadação
25 todos os dinheiros que andavaõ dispersos; de sorte que faltando todos os an-
nos para as despesas Ordinarias, egastos Certos, 14 Contos; pagueias divi-
das atrasadas, e pude Sustentar naõ só os gastos Ordinarios, mas a Cres-
centar Outros muito grandes; porem estes meos Vaõ faltando, e Senecessi-
ta de huma prompta providencia para Suprir a sua falta.

30 Acrescentei mais huma Companhia às Tropas pagas da Villa de
Santos, formando de Sete Companhias hum Regimento.

E formei denovo Seis Re-
gimentos de Tropas Auxiliares, o primeiro Regimento de Dragoes de São Paulo, e
Villas do Sul denominado o Regimento de General O Segundo Regimento de

de Cavall.^a Leveira de Guaratinguetã, e Villas do Norte; Opprim.^a Cor-
po de Infant.^a de S. Paulo, e Villas do sul, co segundo Corpo de Infant-
taria de Guaratinguetã, e V.^a do Norte. Opprim.^a Corpo de Infant.^a
da Marinha de Santos, e Villas do Norte, e o seg.^o Corpo de Infant.^a da
Marinha de Paranaquã, e Villas do sul. Tres Comp.^{as} de Uzares da
Villa de Curitiba, q^{ue} portodos fazem numero de 21 Comp.^{as} de Cava-
laria Com 1000 Cavaleiros, e 10 de Infant.^a q^{ue} fazem o n.^o de 2600
Infantes, e portodos 1000 Combatentes Aux.^{es}, e iguaes todos se achão
fardados, e armados, e sufficientem^{te} Exercitados.

Mandei fazer uma
Fortaleza na Entrada da Barra de Paranaquã de Lutação de 32 pe-
ças cuja obra se achã quasi Concluida, e a guarneci Com seis peças p.^{ra}
naõ ter todas as necessarias, fiz um Forte na praya do Bay da Villa
de Santos da Lutação de 18 peças q^{ue} guarneci Com uma, e taõ bem
se achã acabado. Tendo principiado outro na Ilha de S. Sebastião,
outro na Barra da Bertinga, q^{ue} da entrada p.^a a Villa de Santos p.^{ra}
ter uma arruinado uma bateria q^{ue} a L. Luvia.

Tendo formado 4 Villas
q^{ue} são a de S. Joze da Paralyba, de S. Joze de Atibaya, Mogimirim,
e Faxina; tendo principiado muitas Povoações como são a de São
Luis delguaratingua, a dos Prazeres nas Lagoas, a de Marapira, a bauna
S. Antonio do Registo, Santa Anna do Yapo, Paraficaba, e outras,
para as quaes tem a necess.^a a providencia p.^a a subsistencia dos Pa-
vochos, como taõ bem p.^a se lha le partorem as frequencias, porq^{ue} podião to-
das estar m.^{te} adiantadas senão fosse as appropriações q^{ue} tem feito si Pa-
vochas Confinantes, naõ querendo contentes em ceder nada dos seus destintos.

Quidous mayores negocios q^{ue} actualm^{te} tem esta Cap.^a são
destabellim^{to} dos Portuguezes no Guatemy na front.^a do Paraguay cu-
jas utilid.^{es} são taõ grandes como V.^a p.^{ode} considerar, vindo as
contas q^{ue} sobre este negocio tendo dado. Esleg.^o são si descubrim^{to}
q^{ue} tendo feito sobre o grande sertão de Itagy de q^{ue} agora dou conta
de se achã totalm^{te} descoberto o grande Rio de S. Luis, e Estabell-
cidos os Portuguezes a le do Parana, como taõ bem de se terem ven-

35 de Cavallaria Ligeira deGuaratinguetá, e Villas do Norte; Oprimeiro Cor-
po de Infantaria de Saõ Paulo, e Villas doSul, eo Segundo Corpo de Infan-
taria deGuaratinguetá, e Villas do Norte. Oprimeiro Corpo de Infantaria
damarinha de Santos, e Villas do Norte, e oSegundo Corpo de Infantaria da-
marinha de Paranaguâ, e Villas doSul: tres Companhias de Uzares da-
40 Villa de Curitiba, que portodos fazem onumero de 21 Companhias de Cava-
Laria Com 1040 Cavaleiros, e 40 de Infantaria que fazem o numero de 2600
Infantes, e portodos 4000 Combatentes Auxiliares, os quaes todos Seachaõ
fardados, e Armados, e Suficientemente Exercitados.

Mandei fazer huma

45 Fortaleza na entrada da Barra de Paranagua de Lutação de 32 pe-
ças Cuja obra Seacha quazi Concluida, eaguarneci Com Seis peças por
naõ ter todas asnecessarias, fiz hum Forte na praya doGoys daVilla
de Santos da Lutação de 18 peças que guarneci Com huma, e taõ bem
Seacha acabado. Tenho principiado outro, na Ilha de Saõ Sebastiaõ,
50 Outro na Barra da Bertioga, que dá entrada para a Villa de Santos por
ter omar arruinado huma bateria que aLi havia.

Tenho formado 4 Villas

que Saõ a de Saõ Iozé da Parahyba, de Saõ Ioaõ de Atibaya, Mogimirim,
eFaxina; etenho principiado muitas Povoações Como Saõ a de Saõ
55 Luiz deGuaratuba, a dos Prazeres nas Lages, ade Ararapira, Sabauna.
Santo Antonio do Registo, Santa Anna do Yapó, Pirassicaba, eOutras,
para asquaes hemuito necessaria a providencia para a subsistencia dos Pa-
rochos, Com taõ bem para Selhe repartirem as Freguezias; porque podiaõ to-
das estar muito adientadas Senaõ foraõ as Opposições que tem feito os Pa-
60 rochos Confinantes, naõ querendo Consentir em ceder nada dos seus districtos.

Os dous mayores negocios que actualmente tem esta Capitania, saõ
Oestabelecimento dos Portuguezes no Guatemy nafronteira do Paraguay Cu-
jas utilidades saõ taõ grandes Como VossaExcellencia pode Considerar, Vendo as
Contas que sobre este negocio tenho dado: eoSegundo Saõ os descubrimentos
65 que tenho feito sobre o grande Sertão de Tibagy deque agora douConta
deSeachar totalmente descuberto o grande Rio de Dom Luiz, eEstabele-
cidos os Portuguezes aLem do Paraná, Como taõ bem deSe terem Ven-

Uniendo todas as grandes deficiências dos Salto, e serrarias do R. do Reg.
e esperar m. brevemente ténha' chegado as Expedições em t. o fim.

Para o referido e m. preciso q' V. Ex.ª mede as suas Providen-
cias p.º eu poder segurar as fronte.ªs destes Longos Estados, sustentando
nelhas as Providen. e guardas competentes naquellas partes em q' se
nem m. necessarios.

Esta p.ºra no tempo presente não se pode demo-
strar amandor abrir as Minas deste riquissimo sertão do Povo, por ser
sumo meyo q' se descaer de gente, povoar, e defender. Como tão bem
p.º se estabelecerem terras com q' se láo de recuperar os q'toz passados,
coiz láo de. to preciso p.º o futuro p.º a conservação de t. os dilata-
dos Dominios Como láo q' se comprehendem d' d' o q' toz com a
Barra do R. do Reg.ª

Sobre q' V. Ex.ª com as Chamas Luzes da sua
alta Comprehensão me insinuasi q' devo obtar p.º conseguir na Cer-
ta q' dezo no Real Serviço.

Deos f.º de V. Ex.ª J. Paulo a 9
de Julho de 1776

M.º e Ex.º J. Martinho
de Alho de Alondora

Luis Antonio de Souza

Vencido todas as grandes defícildades dos Saltos, e Serranias do Rio do Registo, e esperar *muíto* brevemente tenhaõ chegado as Expediçoẽs em té o fim.

70 Para o referido he *muíto* precizo *que* Vossa Excellencia medê as suas Providen-
cias para eu poder segurar as fronteiras destes Largos Estados, Sustentando
nellas os Prezídios, e guarniçoẽs Competentes naquellas partes em *que* fo-
rem *muíto* necessarios.

 Eisto porque no tempo prezente não se pode demo-
75 rar o mandar abrir as Minas deste requissimo Sertaõ ao Povo, por ser
 ounico meyo *que* ha de o encher de gente, povoar, e defender; Como taõ bem
 para se estabelecerem rendas Com *que* se haõ de recuperar os gastos passados,
 eos *que* haõ de ser precizos para o futuro para a Conservaçãõ de taõ dilata-
 dos Dominios Como Saõ os *que* Se Comprehem desde o Guatemy em te a
80 Barra do Rio do Registo.

 Sobre o *que* Vossa Excellencia Com as CLaras Luzes da sua
 alta Comprehensãõ me ensinuará o *que* devo obrar para Conseguir os a Cer-
 tos *que* dezejo no Real Serviço.

 Deos Guarde a Vossa Excellencia Saõ Paulo a 9
85 de julho de 1770
 Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Martinho
 de Mello de Mendonca

Dom Luis Antonio de Souza

8 de Novembro de 1780

31

M. e Ex. Sr.

N.º 2

Deu parte a V. Ex.ª como p.º

todo este mez proximo preterito metem chegado frequentissimas noticias, humas depois das outras, dos adiantados progressos, que tem feita as Bandeiras desta Capitania em os descobrimentos dos Sortosens do Sibagy, e Uray; não só tenho esta certeza pelas m.ªs Cartas dos Officiaes das mesmas Bandeiras, escritas de diferentes partes, e diversas alturas, mas tambem tive o gosto de as ouvir referir ao P.º Fr. Antonio de Santa Theresia Religioso Benedictino, emuito intelligente para estas cousas; o qual tendo entrado por Curitiba, ha mais de hum anno, por ordem minha em qualid.º de Capelaº de hum das sobre Bandeiras depois de vagar com ellas por aquelles dous grandes Sortosens, e deixar examinada toda a corrente do Rio de Deus, do Rio Sibagy, do Rio Pequiry, Salto grande de Guacora, e Rio Guarey, e transitado das passagens dos Indios, que são as unicas, que pode haver para o nosso Continente, descubertos os fundamentos das antigas povoações Castellanas, q.º destruirão os Paulistas no Seculo passado, feitas estradas francas para passar toda a sorte de cargas, abertas os portos nos Rios, e os varadouros nas cachoeiras, por espaço de trezentas legoas com incriveis, e admiraveis acções de valor, e constancia; abrirão a communicação desde Curitiba até o Guatemay, por onde ja me vem cartas daquelle Br.ª; desde o Guatemay até Paulo pela parte do norte, por onde o P.º Religioso recolheu a esta Cid.ª trazendome hum exacta carta Geographica da sua derrota, e verdadeira.ª disposição deste largo continente.

Esta situação, em q.º se achão os negocios do Est.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero_ dois_

Dou parte a Vossa Excellencia como por

todo este mez proximo preterito metem chegado frequentissimas no=

5 ticias, humas depois das outras, dos adiantados progressos, quetem
feito as Bandeiras desta Capitania em os descobrimentos dos Serto=
ens do Tibagy, e Yvay; não só tenho essa certeza pelas muitas Cartas dos
Officiaes das mesmas Bandeiras, escritas de diferentes partes, e diversas
alturas, mas tambem tiveo gosto deas ouvir referir ao Reverendíssimo Padre Frei An
10 tonio de Santa Thereza Religioso Beneditino, emuito inteligente
para estas cousas; o qual tendo entrado por Curitiba, ha mais de hum
anno, por ordem minha em qualidade de Capelaõ de huma das sobreditas
Bandeiras depois de vagar com ellas por aquelles dous grandes Sertoos,
e deixar examinada toda a corrente do Rio de Dom Luis, do Rio Tiba=
15 gy, do Rio Piquiry, Salto grande de Guaeira, e Rio Guarey, eo trans
ito das passagens dos Indios, que são as unicas, que pode haver para
o nosso Continente, descubertos os fundamentos das antigas povoaço
ens Castelhanas, que destruíraõ os Paulistas no Seculo passado, feitas
estradas francas para passar toda a sorte de cargas, abertos os portos nos
20 Rios, e os varadouros nas caxoeiras, por espaço de trezentas legoas com
incriveis, e admiraveis açoens de valor, e constancia; abriaõ a communi
cação desde Curitiba até o Guatemy, por onde ja me vem Cartas da quel
la Praça; edesde o Guatemy em té São Paulo pela parte do norte, por on
de o dito Religioso se recolheo a esta Cidade, trazendome huma exacta carta
25 Geografica da sua derrota, e da verdadeira disposição destelargo continente.

Esta situação, em que se achão os negocios do Esta[do]

por esta banda, não abre as portas para grandissimas conveniências
 de V. Ex.^a for servido querer-me ajudar com toda a prontidão e lanque-
 za correspondente a esta idea; porquanto tendo nos humas Praça de ar-
 mas, como temos sobre o Rio Guatemy como Sertão do Yway, aonde as
 nossas Bandeiras servão refazer de mantimentos, emunicações, e refrescar
 de tudo o necessario; he igualmente indispensavel, q' haja outra da mesma
 importancia no Sertão do Tibagy para o mesmo effeito. Com estas du-
 as Passagens, e algumas Fortes nas passagens dos Indios, que eu se perfecti-
 tam^{te} nos cobrimos, e fortificamos, de sorte q' ficão impenetraveis os nossos
 Sertões para podermos desfrutar a seguram^{ta} das inconsideraveis riquezas
 de q' elles abundão, e já são manifestas. Com a pequena guarnição de se-
 is centos homens, q' o Mag.^o mande pagar nesta fronteira, fica sem
 não só de quasi tudo o que se lhe cedia pelo tratado de limites, mas posso
 segurar a V. Ex.^a q' dispostas mais algumas cousas com bem limitados
 gastos, que eu poderei explicar, edemostrar com m^{ta} facilidade. Ficará acaba-
 da a guerra, que os Castelhanos nos possão fazer pelo Mato Grosso,
 Colonia, e Rio Grande, com grandissimo risco de perderem todos os seus
 dominios, q' tendo a parte de cá do Rio da prata, se acas a intentarem.

V. Ex.^a a quem todas as conveniências da Real Coroa são ma-
 nifestas, me determinará aquillo q' entender he mais util, e mais conforme
 as Reaes intenções de S. Mag.^o, mandando-me as suas Ordens, e socor-
 ros necesarios para as dar a execução. M. g. a V. Ex.^a S. Paulo 28 de Oct.
 de 1710. M^{to} M^{to} & M^{to} Ser. Conde de Orymas

Luis Antonio de Souza.

por estabanda nos abre as portas para grandissimas conveniencias
 seVossa Excellencia for servido quererme ajudar com toda a prontidão e largue-
 za correspondente a esta idea; porquanto tendo nos humas Praças de ar-
 mas, como temos, sobre o Rio Guatemy em o Sertão do Yvay, aonde as
 nossas Bandeiras se vão refazer de mantimentos, de munições, e refrescar
 de tudo o necessario; he igualmente indispensavel, que haja outra da mesma
 importancia no Sertão do Tibagy para o mesmo efeito. Com estas duas
 as Prassas; e alguns Fortes nas passagens dos Indios, que eu sei perfei-
 tamente nos cobrimos, e fortificamos, desorte que ficam impenetraveis os nossos
 Sertões para podermos desfrutar seguramente as inconsideraveis riquezas
 de que elles abundam, e já são manifestas. Com a pequena guarnição de se-
 is centos homens, que Sua Magestade mandou pagar nesta fronteira, fica Senhor
 não só de quasi tudo, o que selhe cedia pelo tratado delimites; mas posso
 segurar a Vossa Excellencia que dispostas mais algumas cousas com bem limitado
 gasto, que eu poderei explicar, e demonstrar commuita facilidade ficará acaba-
 da a guerra, que os Castelhanos nos possam fazer pelo Mato Grosso,
 Colonia, e Rio Grande, e em grandissimo risco de perderem todos os seus
 dominios, que tem da parte de cá do Rio da prata, se acaso a intentarem.

Vossa Excellencia a quem todas as conveniencias da Real Coroa são ma-
 nifestas, me determinará aquillo, que entender he mais util, e mais conforme
 as Reaes intenções de Sua Magestade mandando-me as suas Ordens, e os socor-
 ros necessarios para as dar á execução. Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo a 8 de Novembro
 de 1770

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras

Dom Luis Antonio de Souza

8 de Novembro de 1770.

2.^o V.^o

M.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

N.^o 2-

Por

parte a V.^o Ex.^a como por todo este
 mez proximo pretérito me tem chegado frequentissimas noticias humas
 depois das outras dos adiantados progressos, q. tem feito as Bandeiras
 desta Capitania em os descobrimentos dos Sertoes do Tybagy e Uray;
 não so tenho esta certeza pelas m.^{tas} Cartas dos Officiaes das mesma
 Bandeiras escritas de diferentes partes e diversas alturas, mas tam
 bem tive gosto de as ouvir referir ao Ald.^o Fr. Antonio de Santa
 Theresa, Religioso Benedictino, emuito intelligente para estas cou-
 sas, o qual tendo entrado por Curitiba ha mais de hum anno, por
 ordem minha em qualidade de Capelão de hum das sobre as Ban-
 deiras depois de vagar com ellas por aquelles dous grandes Sertoes,
 deixando examinada toda a corrente do Rio de D. Luis do
 Rio Tybagy, do Rio Pequyry, Salto grande de Guacyra e Rio Gu-
 rey, eo Transito das passagens dos Indios, q. são as unicas, q. pode ha-
 ver para o nosso contin.^{te} descobertos os fundamentos das antigas Povoa-
 çoes Castellhanas, q. destruíram os Paulistas no seculo passado, feitas
 estradas francas para passar toda a sorte de cargas, abertos os portos no
 Rio, os varadouros nas Coxoiras por espaço de trezentas legoas com
 inonimis e admiraveis accoes de valor, e constancia, abrirão a commu-
 nicacao desde Curitiba ate o Guatemy, por onde ja me vem Cartas da-
 quella Praca, desde o Guatemy emthe S. Paulo pela parte da Nor-
 te, por onde o d.^o Religioso recolheu nesta Cidade, trazendome hum
 exacta Carta Geografica da sua derrota, e da verdadeira disposicao des-
 te largo Continente.

Esta Situação, em q. se achão os negocios,

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor
Numero_ dois_

Dou parte a Vossa Excellencia como por todo este
mez proximo preterito metem chegado frequentissimas noticias huma
5 depois das outras dos adiantados progressos, *que* tem feito as Bandeir[as]
desta Capitania em os descubrimentos dos Sertoens do Tibagy e Uvay;
naõ só tenho esta certeza pelas *muitas* Cartas dos Officiaes das mesma[s]
Bandeiras escritas de diferentes partes e diversas alturas, mas tam
bem tive gosto de as ouvir referir ao Reverendíssimo Padre Frei Antonio de Sant[a]
10 Thereza, Religioso Beditino, em muito inteligente para estas cou=
sas, o qual tendo entrado por Curitiba ha mais de hum anno, por
ordem minha em qualidadede Capelaõ de huma das sobreditas Ban=
deiras depois de vagar com ellas por aquelles dous grandes Sertoens,
deixando examinada toda a corrente do Rio de Dom Luis do
15 Rio Tibagy, do Rio Piquyry, Salto grande de Guaeyra e Rio Gua=
rey, eo Transito das passagens dos Indios, *que* saõ as unicas, *que* pode ha=
ver para o nosso continente descubertos os fundamentos das antigas Povia=
çoens Castelhanas, *que* destruíraõ os Paulistas no Seculo passado, feitas
estradas francas para passar toda a sorte de cargas, abertos os portos nos
20 Rios, e os varadouros nas Caxoeiras por espaço de trezentas legoas com
incríveis e admiráveis acçoens de valor, e constancia, abriaõ a commu=
nicacão desde Curitiba ate o Guatemy, por onde ja me vem Cartas da=
quella Praça, edesde o Guatemy em the São Paulo pela parte da Nor=
te, por onde o *dito* Religioso se recolheo a esta Cidade, trazendome huma
25 exacta Carta Geografica da sua derrota, e verdadeira disposição des=
te largo Continente. Esta Situação, em *que* se achão os negocios

negocios do Estado por esta Banda nos abre as portas para grandissimas conveniencias, se V. Ex.^a for servido querermne apudat com toda a promptidão, clargueza correpondente a esta idea; porquanto tendo nos humae Praça de Armas, como temos, sobre o Rio Guatemy emo Sertão do Uray, aonde as nossas Bandeiras servão refazer de mantimentos, emunicoens, e refrescar de tudo onecessario; he igualmente indispensavel, q. haja outra da mesma importancia no Sertão do Tibagy para o mesmo effeito. Com estas duas Praças, e alguns Fortes nas passagens dos Indios, q. eu sei perfeitamte, nos cobrimos, e fortificamos de sorte, q. ficão impenetraveis os nossos Sertões para podermos desfrutar seguramte as incondideraveis riquezas, de q. elles abundão, eja são manifestas. Com a pequena guarnição de seis centos homens, q. S. Mag.^o ind.^o pagar nesta fronteira, fica o Senhor não só de quaxi tudo, q. se Recedia pelo tratado de bonitey, mas posso segurar a V. Ex.^a q. dispostas mais algumas cousas com bem limitado gasto, q. eu poderei explicar, demonstrar com mta facilidade. ficará acabada a guerra, q. os Castellanos nos possão fazer pelo Mato Grosso, Colonia, e Rio Grande, em grandissimo risco de perderem todos os seus Dominios, q. tendo a parte de cada Eliv da praxa, se acaro a intentarem.

V. Ex.^a, aquem todas as conveniencias da Real Coroa são manifestas medeterminará aquillo q. entender he mais util, e mais conforme as Reaes intencões de S. Mag.^o mandando-me as suas Ordens, e os socorros necessarios para as dar a execução.

Deos guarde a

[[negocios]] do Estado por esta Banda nos abre as portas para grandis=
simas conveniencias, se *Vossa Excellencia* for servido quererme ajudar com to=
da apromptidaõ, elargueza correspondente a esta idea; porquanto ten=
30 do nos huma Praça de Armas, como temos, sobre o Rio Guatemy
emo Sertão do Uvaý, aonde as nossas Bandeiras se vão refazer de
mantimentos, em uniões, e refrescar de tudo o necessario; he igual=
mente indispensavel, que haja outra da mesma importancia no Ser=
tão do Tibagy para o mesmo efeito. Com estas duas Praças, e alguns
35 Fortes nas passagens dos Indios, que eusei perfeitamente, nos cobrimos,
e fortificamos de sorte, que ficam impenetraveis os nossos Sertões pa=
ra podermos desfrutar seguramente as inconsideraveis riquezas, de que elles
abundam, e já são manifestas. Com a pequena guarnição de seiscentos
homens, que *Sua Magestade* mande pagar nesta fronteira, fica Senhor não só
40 de quasi tudo, o que se lhe cedia pelo tratado de limites, mas posso segurar
a *Vossa Excellencia* que dispostas mais algumas cousas com bem limitados
to, que eu poderei explicar, e demonstrar com muita facilidade ficará acabada a
guerra, que os Castelhanos nos possam fazer pelo Mato Grosso, Colonia,
e Rio Grande, e em grandissimo risco de perderem todos os seus Domi=
45 nios, que tem da parte de cádo Rio da prata, se acaso a intentarem.

Vossa Excellencia, a quem todas as conveniencias da Re=
al Coroa são manifestas me determinará aquillo que entender he mais
util, e mais conforme as Reaes intenções de *Sua Magestade* mandando=
me as suas Ordens, e os socorros necessarios para as dar a execução.

Deos guarde a

Ex^a S. Paula & de Nro^o de 1776.

M^{mo} & M^{mo} Sr. Martinho
de Alho Castro

Luis Antonio de Cruz

Vossa Excellencia São Paulo a8 de Novembro de 1770.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Martinho

de Mello e Castro

Dom Luis Antonio de Souza

14 de Novembro de 1772.

32

M^{to} Ex^{ma} Sr.N^o 2

Ex^a dou conta como

o principal negocio desta Capitania he a Compra das bestas, q^{as} se vão buscar a fronteira de Vianna: a passagem dellas, com direitos q^{ue} pagão nos Registos são a principal renda, que tem a Provedoria de Vianna, e desta Capitania de S. Paulo, e a sustentancia deste commercio he o q^{ue} da exercicio ao mancio dos dinheiros particulares, modo devida, aos q^{ue} vem do Reino, e q^{ue} faz conservar a povoação nas fronteiras, e o trafico maior destes habitantes: todas estas grandes utilida^{des} estão perdidas pela introdução, que ha hum tempo a esta parte se tem procurado fazer nas Capitancias de Minas de Gueiros, e burras p^{er} fundação de fazendas de criação: eu ante- vendo estes notaveis prejuizos não só dos Vassallos, mas tambem dos Reaes interesses de S. Mag^{de} fiz prohibir a passagem destes ani- males nos Registos desta Capitania; mas não consegui nada por q^{ue} prevalecendo ao interesse publico a conveniencia particular de- dado os creadores de Minas em mandar passar os ditos burros p^{er} mar, e así mandalos vir das Ilhas, Em cujos termos por conta da minha obrigação faço sientte a V. Ex^a em como não só o commercio desta Capitania, como tambem os q^{ue} habitão a fronteira de Vianna e as Rendas Reaes das Provedorias vão totalmente arruinadas, e q^{ue} me parece, q^{ue} ainda que os creadores das novas fazendas se obrigasse a pagar todos os direitos, q^{ue} tirão de S. Mag^{de} nem ainda assim se de- viam consentir pelo motivo de q^{ue} não haverá homens tão despes- rados, q^{ue} podendo ter os mesmos lucros, ou ainda maiores no intere-

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero_ nove_

A Vossa Excellencia dou conta como

o principal negocio desta Capitania he a Compra das bestas, que

- 5 sevão buscar a fronteira de Viamaõ: a passagem dellas, e os direitos
 que pagão nos Registos são a principal renda, que tem a Provedoria
 de Viamaõ, e a desta Capitania de São Paulo, e a sussistencia deste co=
 mercio he o que da exercicio ao manejo dos dinheiros particulares,
 modo devida, aos que vem do Reino, e que faz conservar a povoação
 10 nas fronteiras, e o trafico maior destes habitantes: todas estas gran
 des utilidades estão perdidas pela introdução, que ha hum tempo
 a esta parte setem procurado fazer nas Capitancias de Minas
 de Burros, e burras para fundação de fazendas de criação: eu ante=
 vendo estes notaveis prejuizos não só dos Vassallos, mas tambem
 15 dos Reaes interesses de Sua Magestade fiz prohibir a passagem destes a=
 nimaes nos Registos desta Capitania; mas não consegui nada por
 que prevalecendo ao interesse publico a conveniencia particular hé
 dado os creadores de Minas em mandar passar os ditos burros por
 mar, e até mandalos vir das Ilhas, Em cujos termos por conta da
 20 minha obrigação faço sient a Vossa Excellencia em como não só o comercio
 desta Capitania, como tambem os que habitão a fronteira de Viamaõ
 e as Rendas Reaes das Provedorias vão totalmente arruinadas, e que
 me parece, que ainda que os creadores das novas fazendas se obrigassẽ
 apagar todos os direitos, que tirão a Sua Magestade nem ainda assim se de=
 25 viaõ consentir pelo motivo de que não haverá homens tão desespe=
 rados, que podendo ter os mesmos lucros, ou ainda maiores no interi=

no interior do paiz, queiraſe ir por um humna fronteira arriscada
aos perigos da guerra, e destituida de todas as comodidades da vida,
assim espirituaes como temporaes; ao q. V. Ess.^a dará aquella
providencia q. He parecer mais justa, e for servida.

Deos qd. e V. Ess.^a J. Paulwitz de

16^{to} de 1770

M^{mo} e Ex^{mo} Sr. Martinho
de Mello Castro.

Luis Antonio de Souza

[[no interi]]or do paiz, queiraõ ir povoar humafronteira arriscada
 aos perigos da guerra, edestituída de todas as comodides davida,
 assim espirituaes como temporaes; ao que Vossa Excellencia dará aquella
 30 providencia *que* lhe parecer mais justa, efor servido.

Deos guarde aVossaExcellencia Saõ Paulo^a14 de
 Novembro de1770

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Martinho
 deMello eCastro.

DomLuis Antonio deSouza

14 de Novembro de 1776.

2020

M^{mo} Ex^{mo} SerN^o 2

A Ex^a dou conta, como o pr^o principal negocio desta Capitania he a comprada das bestas, q^{as} se vão buscar á fronteira de Vianna: a passagem dellas, e os direitos, que pagão nos Registos, são a principal renda, que tem a Provedoria de Vianna, e desta Capitania de S. Paulo; e a sustentencia deste Comercio, he o que da exorcicio ao mancio dos dinheiros particulares, modo de vida ao q^{ue} vem do Reyno, e q^{ue} faz conservar a Boraça nas fronteiras, e o trafico maior destes habitantes: todas estas grandes utilidades estão perdidas pela introdução, que ha hum tempo a esta parte se tem procurado fazer nas Capitancias de Minas de burros, e burras, para fundação de fazendas de criação: eu antevendo estes notavies prejuizos não só dos Cassais, mas tambem dos Reaes interesses de S. Mag^d, fiz prohibir a passagem destes animaes nos Registos desta Capitania; mas não conseguí nada, porque prevalecendo ao interesse publico a conveniencia particular, tem dado os creadores de Minas em mandar passar os ditos burros por mar, e ate mandalos vir das Ilhas. Em cujos termos por conta da minha obrigação faço s^{er}vir a V^{ra} Ex^a, em como não só o comercio desta Capitania, como tambem os q^{ue} habitão a fronteira de Vianna, e as Rendas Reaes das Provedorias, vão totalmente arruinadas, e que me parece, que ainda os creadores das novas fazendas se obrigam a pagar todos os direitos, q^{ue} tirão a S. Mag^d, nem ainda assim se denão consentir, pelo motivo de q^{ue} não haverão homens tão desesperados, que podendo ter os mesmos lucros, ou ainda maiores no interior do Pais, quirão ir por dar hum fronteira arriscada aos perigos da guerra, e destituida de todas as comodid^{ades} da vida, assim es-
pirituales, como temporales; ao q^{ue} V^{ra} Ex^a dará aquella providencia, que Re

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Numero_ nove_

A Vossa Excellencia dou conta, como o prĩ=

cipal negocio desta Capitania he a compra das bestas, que se vão buscar á

5 fronteira de Viamaõ: a passagem dellas, e os direitos, que pagão nos Re-
gistros, são a principal renda, que tem a Provedoria de Viamaõ, e a desta Ca-
pitania de São Paulo; e a assistência deste Comercio, he o que da exercicio ao
manejo dos dinheiros particulares, modo devida, aos que vem do Reyno, e
que faz conservar a Povoação nas fronteiras, e o trafico maior destes habitan=

10 tes: todas estas grandes utilidades estão perdidas pela introdução, que ha
hum tempo a esta parte setem procurado fazer nas Capitancias de Mi-
nas de burros, e burras para fundação de fazendas de criação: eu ante ven-
do estes notaveis prejuizos não só dos Vassallos, mas tambem dos Reaes in-
teresses de Sua Magestade, fiz prohibir a passagem destes animais nos Registos

15 desta Capitania; mas não consegui nada, porque prevalecendo ao inte-
resse publico a conveniencia particular, tem dado os creadores de Minas
em mandar passar os ditos burros por mar, e ate mandalos vir das

Ilhas. Em cujos termos por conta da minha obrigação faço sienta a

Vossa Excellencia, em como não só o comercio desta Capitania, como tambem os que

20 habitão a fronteira de Viamaõ e as Rendas Reaes das Provedorias,
vão totalmente arruinadas, e que me parece, que ainda que os creadores das
novas fazendas se obrigassem a pagar todos os direitos, que tirão a Sua Magestade,
nem ainda assim se devião consentir, pelo motivo de que não haverá ho-
mens tão desesperados, que podendo ter os mesmos lucros, ou ainda ma-
iores no interior do Pais, queiraõ ir povoar huma fronteira arriscada aos

25 perigos da guerra, e destituida de todas as commodidades devida, assim es-
pirituales, como temporales; ao que Vossa Excellencia dará aquella providencia, que lhe

Reparecor mais justa, e for servido

Requarde a V. Ex.^a S. Paulo

24 de Novembro de 1770

M.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Ouyras

Luis Antonio de Souza

[[lhe]]parecer mais justa, efor servido.

Deos guarde aVossa Excellencia Saõ Paulo

30 a14 deNovembro de1770

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Conde deOeyras

DomLuis AntoniodeSouza

3 de Dezembro de 1770.

34

M^{to} e Ex.^a Senhor.

O

I

N.º 8

Examinado o ser-

taç pela referida forma, e conhecendo-se clarissimamente ser todo se-
chado, pois pela parte do Rio do Registo o cobrem enormes serrani-
as, e pela parte do Paraná pantanais grandissimos de sorte, que ex-
ceto o passo dos Indios junto às sete quedas, eo passo dos Cavalheiros
junto à Praça dos Brazens de Guatemij, não ha outra alguma
passagem; num consta, que dentro delle se achu povoação alguma
Castellana, por smão ter visto alhi o prezente, me pareceo conveniente
procurar já o Ouro em manifestado, para que a sua riqueza considerasse
os Povos a habitalo, e case as utilidades necessarias, não só p'enriquecer
o Real Erario, mas tambem para sustentur as goarnicoens nas duas
Praças projectadas, calguns sortos, que he necessario estabelecer, e com
este fim mandei ao Governador Francisco M^{to} Lusoza, grande Sertor
nista, que já no tempo de meu antecessor fez bons serviços nas Sertoenas
das Minas de Santa Thoma, e sapicahij: aquell, mediante alguns
premios, que lhe promety, dando-lhe gente, lhe ordenei q' fizesse visitas
esimais, q' os creverão as antigas, entrasse, e buscase os Campos de Gu-
arapachá, edes cobrisse o ouro; e que data diligencia tinha alcan-

†
D. Luis Mas^{cas}

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor.

Numero_ oito_

Examinado o ser=

taõ pela referida forma, eonhecendose clarissimamente ser todo fe=

5 chado, pois pela parte do Rio do Registo o cobrem enormes Serrani=

as, epela parte do Paraná pantanaes grandissimos de sorte, que ex=

ceto o passo dos Indios junto às sete quedas, e o passo dos Cavaleiros

junto à Praça dos Prazeres do Guatemy, não ha outra alguma

passagem, nem consta, que dentro dele se ache Povoação alguma

10 Castelhana, por senaõ ter visto athe oprezente, mepareçoo conviniente

procurar ja o Ouro emanifestalo, para que aSua riqueza convidasse

os Povos a habitalo, edesse as utilidades necessarias, não só para enriquecer

o Real Erario, mas tambem para sustentar as goarniçoens nas duas

Praças projectadas, ealguns fortes, que he necessario estabelecer, e com

15 este fim mandei ao Goarda mor Francisco Martinz Lustoza, grande Serta=

nista, que já no tempo de meu antecessor † <Dom Luis Mascarenhas> fes bons serviços nos Sertoens

das Minas de Santa Anna, eSapocahy: aoqual, mediante alguns

premios, que lhepromety, dandolhe gente, lhe ordenei que pelos roteiros

esinaes, que escreveraõ os antigos, entrasse, e buscasse os Campos de Gu=

20 arapuaba, edes cobrise o ouro; e o que desta deligencia tenho alcan=

alcançado exposto a V^{ta} nas duas Copias incluzas, e he o que se
 refere por representacao de V^{ta} que Deos guarde a vossa
 S. Paulo a 3 de Dezembro de 1770.

M^{mo} e M^{to}
 M. v^{ta} e M^{to}. Conde de Oeyras.

Luis Antonio de Souza

[[alcan]]çado exponho aVossaExcellencia nas duas Copias incluzas, e he oque se meoferece por naprezença deVossaExcellencia que Deos guarde *muitos* annos
Saõ Paulo a3 de Dezembro de1770.

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Conde de Oeyras.

3 de Dezembro de 1770.

257.

M^{me} e Ex^{ma} Sr^aN^o 8

Examinando o sertão pela rese-

rida forma, e conhecendo se clarissimamente ser todo fechado, pois pe-
la parte do Rio do Registo cobrem enormes serranias e pela parte
do Paraná pantanaes grandissimas de sorte, q' excepto o passo dos In-
dians junto as sete quedas, o passo dos Cavalheiros junto à Praça dos
Braxeros do Guatemy, não ha outra alguma passagem; nem cons-
ta, q' dentro delle se ache porção alguma Castellana por se não
ter visto ate o presente; me pareceo conveniente procurar já o ouro,
e manifestalo, para que a sua riqueza convidasse os Povos, a habita-
lo, edesse as utilidades necessarias, não só para enriquecer o Ble-
al Erario, mas tambem para sustentar as quarentoens nas du-
as Praças projectadas, e alguns Fortes, q' he necessario estabelecer, e
este fim mandei ao Guardamôr Francisco M^r. Lustosa grande
Sertanista, que já no tempo de meu Antecessor fez bons serviços
nos Sertões das Minas de Santa Anna, e Tapachy; ao qual
mediante alguns premios, que lhe prometi, dando-lhe gente, teor-
dnei, q' pelos roteiros, e signaes, q' escreverão os antigos entrasse e bu-
casse os Campos de Guarapiaba e descobrisse o ouro; e q' destadi-
ligencia sendo alcançado, exponho a V^{ra} Ex^{ma} nas duas copias inclu-
sas. E he o q' se me offrece por na Presença de V^{ra} Ex^{ma} q' Deos
guarde v^{ra} ant. A Cachoeira de Dezembro de 1770.

†
D. Luis Mas^{cas}

M^{me} e Ex^{ma} Sr^a Martinho
de Alho e Castro

Luis Antonio de Souza

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor
 Numero_ oito_

Examinado o Sertão pela refe=

ridaforma, eonhecendose clarissimamente sertodo fechado, pois pe

5 laparte do Rio do Registo o cobrem enormes serranias epela parte
 do Paraná pantanaes grandissimos de sorte, que excepto o passo dosIn-
 dios junto as sete quedas, eo passo dos Cavaleiros junto à Praça dos
 Prazeres do Guatemy, não ha outra alguma pasagem; nem cons-
 ta, que dentro dele se ache Povoação alguma Castelhana, por senão
 10 ter visto ate oprezente; mepareceo conveniente procurar já o ouro,
 emanifestado, para que asua riqueza convidasse os Povos, ahabita
 lo, edesse as utilidades necessarias, não só para enriquecer o Re=
 al Erario, mas tambem para sustentar as guarniçoens nas du=
 as Praças projectadas, e alguns Fortes, que he necessario estabelecer, ecõ
 15 este fim mandei ao Guardamor Francisco *Martíñz* Lustosa grande
 Sertanista, que já no tempo de meo Antecessor † (*Dom Luis Mascarenhas*) fez bons Serviços
 nos Sertoens das Minas de Santa Anna, e Sapocahy; ao qual
 mediante alguns premios, quelhe prometi, dandolhe gente, lhe or=
 denei que pelos roteiros, esignaes, que escreveraõ os antigos entrasse ebus=
 20 casse os Campos de Guarapuaba edescobrise o ouro; e o que desta di=
 ligencia tenho alcançado, exponho aVossa Excellencia nas duas Copias inclu-
 sas. E he o que semeoferece por naPrezença de Vossa Excellencia que Deos
 guarde *muitos annos*. São Paulo a3 de Dezembro de1770.

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor Martinho

25 de Mello eCastro

DomLuis AntoniodeSouza

4 de Maio de 1770

M^{to} M^{to} S^r
V. Ex. M^{to}N^o 1

Para a copia da carta

junta, que a V. Ex.^a escrevi em 9 de Fevereiro deste presente anno no respeito a V. Ex.^a as causas, e os motivos, porque entrei na conquista dos dous Sorteios de Umay, e Sibagy, q.^{ue} actualmente se achão descobertos, e seguros com a Fortaleza dos Brazeros de Guatemy, e com a outra de Nossa Sen.^{ra} do Carmo, que se principiou de novo nos Campos de Guarapuaba: na mesma Carta lero expressado a V. Ex.^a os urgentes motivos, q.^{ue} muito apressado, e com grandissima difficuldade, me determinarão abolir o deposito do novo imposto, tirando por emprestimo as quantias necessarias para acudir com os socorros devidos a estes novos estabelecimentos, que a esse tempo se achavão aprovados por Sua Mage.^{dade} que Deus guarde por V. Ex.^a e pelos dous Vice-Reis do Estado o Conde da Cunha, da Azambuja, e hoje tambem o está pelo actual o Marquez do Lavradio; o que obrei por mefazerem as consignações, que se devião pagar a esta Provedoria, emão haver outra ordem, ou declaração a esse tempo, por onde soubesse, de que dinheiro devia tirar aquelles gastos. Por em como V. Ex.^a sem embargo das repetidas contas, que tenho dado sobre esta materia foi servido expedir pelo Real Erario a Ordem dirigida ao Provedor da Fazenda Real desta Capitania Jorge Onorio de Caladarez, e Abaixo, para q.^{ue} remettesse para a Junta

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor

Numero_ um_

Pela copia da carta

junta, que aVossa Excellencia escrevi em 9 deFevereiro deste presente an-

- 5 no repito aVossa Excellencia as causas, eos motivos, porque entrei na von-
 quista dos dous Sertoens de Uvay, eTibagy, que actualmente
 se achão descobertos, e seguros com aFortaleza dos Prazeres de
 Guatemy, e com aoutrade NossaSenhora doCarmo, que se prĩ
 cipiou de novo nos Campos deGuarapuaba: na mesmaCarta
 10 levo expressado aVossa Excellencia os urgentes motivos, que muito apezar m[e]
 o, e com grandissima dificuldade, me determinaraõ abolir no
 deposito do novo imposto, tirando por emprestimo as quantias
 necessarias para acudir com os socorros devidos a estes novos esta=
 blecimentos, que a esse tempo, se achavaõ aprovados por Sua
 15 Magestade que Deos guarde por Vossa Excellencia e pelos dous ViceReis
 do Estado o Conde daCunha, e daAzambuja, e hoje tambem
 o estaõ pelo actual o Marquez do Lavradio; o que obrei por
 me faltarem as consignaçoens, que se deviaõ pagar a estaProvedo=
 ria, e naõ haver outra ordem, ou declaração a esse tempo, por onde
 20 soubesse, de que dinheiro devia tirar aquelles gastos. Porem co=
 moVossa Excellencia sem embargo das repetidas contas, que lhe tenho dado
 sobre esta materia foi servido expedir pelo Real Erario aOrdem
 dirigida aoProvedor daFazendaReal destaCapitania loze
 Onorio deValadares, e Aboim, para que remetesse para a Junta

Junta do Rio de Janeiro todo o dinheiro do novo imposto p.
 dali ser remetido a esse Reyno sem q. declione a mesma Ordem
 semchade levar em conta toda a despesa, que setom feito do di-
 to dinheiro, ou se chade refazer das consignações, q. dederem a esta Província
 Provedor me estavaendo pelo completo do d.º dinheiro. Cou-
 do modo possível representar a V. Ex.^a os mesmos motivos as-
 sima declarados, que me obrigam a fazer as referidas despesas;
 e as utilidades, q. dellas tem resultado em se achar grandemte
 acrescentado este Estado com as novas conquistas de duas gran-
 des Sortens modernamte descobertas, ^{e seguras} como Praça de Guatemy
 e a outra principada em Guarapuaba, e estarem aponto de se po-
 derem abrir geralmentē as Minas do Tibagy, de q. ja resulta
 grande quantidade de ouro nesta Casa da Fundaçā, que tam-
 bem levantei de novo; para q. V. Ex.^a em atençā a estas utili-
 dades, e ao grande Tello disvelho, com q. me cāncei, e aniquilei
 as minhas forças, trabalhando incessantemente de dia e de nu-
 te para addir ao acrescentamto do Real Serviço, queira V.
 Ex.^a moverse por sua muita piedade, bond.^e e grandexa a me
 mandar levar em conta estas despesas; ou ao menos fazer me
 pagar as consignações, do q. devia perceber esta Província p.
 eu poder inteirar a conta; porq. das certidoens juntas consta,
 que da consignaçā da Alfandega do Rio de Janeiro se deve

25 [[lunta]] doRio delaneiro todo o dinheiro do novo imposto para
 dali ser remetido aesseReyno semque declare a mesmaOrdem
 semehade levar em conta toda adespeza, que setemfeito do di=
 to dinheiro, ouse sehade refazer das consignaçoens, quesedevem a esta Provedoria eo
 Provedor me estavexando pelo completo do dito dinheiro. Vou
 30 do modo possivel reprezentar aVossaExcellencia os mesmos motivos as=
 simadeclarados, que meobrigaraõ afazer as referidas despesas;
 e as utilidades, que dellas tem rezultado em se achar grandemente
 acrescentado este Estado com as novas conquistas de dous gran-
 des Sertoens modernamente descobertos, <eseguros> com a Praça de Guatemy
 35 e aoutra principiada em Guarapuaba, eestarem aponto desepo=
 derem abrir geralmente as Minas doTibagy, deque ja rezulta
 grandequantidade deouro nestaCaza daFundição, quetam=
 bem levantei de novo; para que VossaExcellencia em atenção a estas utili=
 dades, e aograndeZello edisvello, comque me cancei, e aniquilei
 40 as minhas forças, trabalhando incessantemente de dia edenou=
 te para acodir ao acrescentamento doRealServiço, queiraVossa
 Excellencia moverse por sua muita piedade, bondade e grandeza ame
 mandar levar em conta estas despesas; ou ao menos fazerme
 pagar as consignaçoens, doque devia perceber estaProvedoria para
 45 eu poder inteirar aconta; porque das certidoens juntas consta,
 que da consignaçaõ daAlfandega doRio delaneiro sedevẽ

derem a esta Provedoria 26 contos, e dos des mil cruzados
 q. remanão dar pelo Contrato das Baleas, em que não deve
 haver desconto por ser quantia liquida, e certa - 43 contos,
 cisto he não falando nas duas arrobas de ouro, q. se devia
 mandar da Capitania de Guayares, e está por pagar há ^{tos} annos,
 q. monta a grande soma, ou dar V. Ex.^a a providencia,
 q. parecer mais justa, para q. eu devo obrar: mas se sem
 embargo de tudo, V. Ex.^a quizer que eu pague este dinheiro,
 eu pagarei, e darei por muito bem empregada a quantia to-
 da da m.^a Casa, como seja p.^a augmento, utilidade dos Re-
 aes interesses, e augmento da Real Coroa de Sua
 Mage.^d que V. Ex.^a guarde; porque tudo o que V. Ex.^a deter-
 minar obedecerei promptamente.

Deos guarde a V. Ex.^a

Paulo a 2 de Dezembro de 1779.

M.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Oeyras

Antônio de Souza

[[devem]] a esta Provedoria_26_contos, e dos des mil cruzados
 que semandão dar pelo Contrato dasBaleas, em que não deve
 haver desconto por ser quantia liquida, e certa_13_contos,
 50 eisto he não falando nas duas arrobas de ouro, que se devia
 mandar da Capitania de Guayazes, e esta por pagar hamuitos
 annos, que monta a grande soma, ou dar Vossa Excellencia a providencia,
 que lhe parecer mais justa, para o que eu devo obrar: mas se sem
 embargo de tudo, Vossa Excellencia quizer que eu pague este dinheiro,
 55 eu pagarei, e darei por muito bem empregada a sustancia to-
 da da minha Caza, como seja para augmento, e utilidade dos Re-
 aes interesses, e acrescentamento da Real Coroa de Sua
 Magestade que Deus guarde; porque tudo o que Vossa Excellencia deter-
 minar obedecerei promptamente.

60 Deos guarde a Vossa Excellencia

São Paulo a 4 de Dezembro de 1770

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Oeyras

Dom Luis Antonio de Souza

Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor

Numero_ seis_

Depois deter escripto a Vossa Excellencia as antecedentes Cartas me
 chegaõ as noticias que a Vossa Excellencia exponho nas Copias juntas, escriptas pelo Comandante
 5 Candido Xavier de Almeyda e Souza, nas datas de 22 de setembro, e 24 de outubro
 deste presente anno, afirmando, que pelos Signaes que Viraõ em os montes, e
 hum grande Claraõ que nanoute antecedente ao dia 8 de setembro em que se fes-
 teja a Natividade de Nossa Senhora: Cauzado o dito Claraõ pelos excessivos fogos que
 fizeraõ os Indios, taõ grandes, que de Larga distancia, lhes estavaõ Cahindo em
 10 Cima as Cinzas, mandara observar Se havia Campo, e a Cauza detaõ grande
 novidade, e Comefeito partindo daquelle destacamento o Sargento loze Lou-
 renço das Neves Com huma Escolha de Soldados, achou, e descubrio os Campos
 de Guarapuava plantadas de muitas roças de feijão, e milho, e hum pay-
 ol em que guardavaõ os gentios os seus fructos em Cestoões grandes, evoltando Com
 15 estas noticias, Levantou o Comandante todo o Arrayal, e Sefora postar nos ditos
 Campos adonde fizera huma Fortaleza, pelo modo de que remeto a plan-
 ta, tirada da propria que mandou o mesmo Comandante, a que Se deo o nome de
 Fortaleza de Nossa Senhora do Carmo.

Ao depois disto, foraõ Vizitadas dos mesmos

20 Gentios que esta dahi duas Leguas, por algumas vezes, mas sem fazerem dan-
 no, e ficasse procurando abrir huma picada para por vareda mais Certa Se proves-
 sepode haver Caminho por onde possaõ Ser mais facilmente Socorrida esta Fortaleza por
 Curitiba.

Afirmaõ as mesmas Cartas que o Capitam Silveira Setinha adiantado muito,
 25 e estava já a grande distancia delles mesmos para aparte da Barra do Rio do Registo.

Deos Guarde a Vossa Excellencia muitos anos São Paulo a 5 de Dezembro de 1770
 Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Martinho de
 Mello, e Castro.

Dom Luis Antonio de Souza

1. 1. 11. 1811
 8 de Junho de 1811.

Mo Ex. Mo

Suplico esta honrosa di-

ligencia deir aos pes de V. Ex.^a não só renderlhe as graças pela participação da gostosa noticia, que V. Ex.^a me comunicou na sua carta de 11 de Janeiro deste presente anno, de que Mag.^e q.^o D. Carlos q.^o foi servido pelo seu Real decreto de 2 do mesmo promover a V. Ex.^a para o emprego de Secretario de Estado desta repartição do Dominio Ultramarino; mas também significar al V. Ex.^a o muito, que o estimo, em interesse nesta fortuna, pelo credito, que me resulta de poder chegar muito repetidas vezes a Presença de V. Ex.^a por conta da minha obrigação, sem embargo de que já dei al V. Ex.^a os parabens por carta de 2 de Julho deste anno. novamente of. suplico agora deixando que V. Ex.^a conte neste emprego todas as grandezas, de que se faz digno o seu elevado, e distinto merecimento.

A V. Ex.^a peço o perdão de todos os meus defeitos, se acaso por mais não alcançar tiver obrado alguma coisa menos conforme as Reaes intencções de S. Mag.^e q.^o Deus guarde, ou as Ordens de V. Ex.^a porém como a minha tenção he boa, e desejo acertar nas minhas disposições, e também incançavel o meu zelo, e desvelo, com que procuro tudo o q.^o he augmento no Real serviço, espero da bondade, e benignidade de V. Ex.^a me desculpe, e me ajude ao acerto com as claras luzes das suas sabias, e bem advertidas instruções, que obedecerei prompto, e fiel como devo.

Assim.

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor

Repito esta honrosa di-

ligencia deir aos pes deVossa Excellencia não so renderlhe as graças pela participação da gostosa noticia, queVossaExcellencia me comunica nasuaCar-

5 ta de11 de laneiro deste prezente anno, dequeSua Magestade que Deos
 guarde foi servido pelo seoReal decreto de4 do mesmo promover a
 VossaExcellencia para o emprego deSecretario deEstado desta repartição dos
 Dominios Ultramarinos; mas tambem asignificar aVossaExcellencia o mui-
 to, que o estimo, em interesse nesta fortuna, pelo credito, que mere-
 10 zulta de poder chegar muito repetidas vezes a Prezença deVossaExcellencia por
 conta da minha obrigacão, e sem embargo deque já dei aVossaExcellencia os
 parabens por carta de 4 de julho deste anno: novamente os re-
 pito agora deejandoque VossaExcellencia conte neste emprego todas as gran-
 des felicidades, deque se faz digno o seo elevado, e distinto merecimento.

15 A VossaExcellencia peço o perdão de todos os meos
 defeitos, se acaso por mais não alcançar tiver obrado alguma cousa
 menos conforme as Reaes intenções deSua Magestade que Deos guarde,
 ou ás Ordens deVossaExcellencia porem como a minha tenção hêboa, e de-
 zejo acertar nas minhas disposições, e tambem incançavel o meo
 20 zello, e disvello, com que procuro tudo o que he augmento no Real Ser-
 viço, espero da bondade, e benignidade deVossaExcellencia me disculpe, e me a-
 jude ao acerto com as claras luzes das suas sabias, e bem advertidas
 instruções, que obedecerei prompto, e fiel como devo.

Fico mu[ito]

... reverente, obediente ao Sr. del. Ex.^{ma} e Ex.^{ma}
 essa nos guarde Deus muitos annos para bem do Estado, e con-
 tinuo de todos, os que temo a fortuna de ser subditos, e creados del.
 a Paulo a 8 de Dezembro de 1770

H. Ex.^{ma} M.^{os} Martinho
 de Mello, Castro

De V.^a

Menor Creado.

João Antonio de Souza.

- 25 [[to]] reverente, eobediente aos Pes deVossaExcellencia cuja Illustrissima eExcellentissima
 [p]essoa nos guardeDeos muitos annos parabemdoEstado, eam=
 [p]aro detodos, os que temos afortuna deser subditos, ecreados deVossa
 [Excellenci]a Saõ Paulo a8 de Dezembro de1770
 Illustrissimo eExcellentissimoSenhor Martinho
 30 deMello, eCastro

DeVossaExcellencia.

Menor Creado.

DomLuis Antonio deSouza.

8 de Dezembro de 1770.

M^o Ex.^o M^o Sr.

Dou meu Sr. aos pés de V.^o Ex.^o

todas as vezes, que se me offerece occasião, com muito gosto, e desejo em todas ellas achar a V.^o Ex.^o na posse da saúde mais perfeita, e a felicidade peço sempre a Deos Nosso Senhor nos conserve por muitos annos para bem de todo o Reyno, e amparo meu.

Nesta occasião dou a V.^o Ex.^o conta dos motivos, que me obrigam a tomar por emprestimo do dinheiro do novo imposto para acudir a conservação das novas conquistas desta Capitania; e espero da grande bondade, e clemência de V.^o Ex.^o queira atender a miandando V.^o Ex.^o revogar a Ordem, por que se determinou se remettesse todo este dinheiro para o Real Erario: em caso de parecer a V.^o Ex.^o justa esta determinação, arreceberei por particular merecimento, de que beijo a V.^o Ex.^o amado muitas vezes.

A minha fiel escravidão tem a V.^o Ex.^o muito pronta, e muito humilhada, e reverente para tudo o que V.^o Ex.^o quizer ordenar, cujos estimaveis preceitos obedecerei promptamente com a mais certa, e exigida bondade, e obediência, que devo.

Deos guarde a V.^o Ex.^o J. Paulo a 8 de De

zembro de 1770.

M^o Ex.^o M^o Sr. Conde de Oeyras

J. Paulo

Cemener Creado

João Antonio de Oliveira

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor

Vou meo Senhor aos pes de Vossa Excellencia

todas as vezes, que semeofferece occasiaõ, com muito gosto, e dezejo em
todas ellas achar aVossa Excellencia naposse da saude mais perfeita, cuja feli=
5 cidade peço sempre a Deos Nosso Senhor nos conserve por muitos
annos parabem detodo o Reyno, e amparo meo.

Nesta occasiaõ, dou aVossaExcellencia conta dos moti=
vos, que meobrigaraõ atomar por emprestimo do dinheiro do novo
imposto para acodir a conservação das novas conquistas destaCa=
10 pitania; e espero da grande bondade, erectidaõ deVossa Excellencia quei-
ra atendelos mandando VossaExcellencia revogar aOrdem, porquefoi servi=
do determinar seremettesse todo estedinheiro para o Real Era=
rio: eno cazo deparecer aVossa Excellencia justa esta determinação, arecebe-
rei por particular merce, de que beijo aVossa Excellencia amaõ muitas vezes.

15 A minha fiel escravidão tem Vossa Excellencia muito prõ
ta, emuito humilhada, ereverente para tudo o que Vossa Excellencia quizer or
denar, cujos estimaveis preceitos obedecerei promptamente com
mui certa erezignada vontade, eobediencia, que devo.

Deos guarde a VossaExcellencia São Paulo a8 de De
20 zembro de1770

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Conde deOeyras

DeVossaExcellencia
Cativo emenor Creado
DomLuis Antonio deSouza

21 de Abril de 1771.

M^{ma} Ex^{ma} Sr.

ermitame a grandeza de

V^{ra} Ex^a que eu chegue humildemente a seus Pes, a interromper com os meus Logos as vastas ideas, com que V^{ra} Ex^a move os negocios de toda a America, para Suplicar-lhe a favor do Luis de Souza da Villa de Santos Joze Gomes Couto de Moraes algum despacho, com que este Ministro reconheça, que eu menado sei esquecer de pôr na Presença de V^{ra} Ex^a o seu merecimento, os bons Servicos que tem feito durante o tempo do meu Governo: elle se acha hoje viúvo e desembarcado p^r qualquer emprego, com que V^{ra} Ex^a o quizer atender, mas se V^{ra} Ex^a he quizer fazer mayor favor, sei que a elle he fará mayor com a officar substituindo o lugar de Ouvidor desta Capitania, que tem acabado o seu tempo; ou na Comarca do Rio das Mortes, que tambem fica vizinha, mas qual quer mercê que V^{ra} Ex^a for servido de he fazer, me será muito estimavel; por ter sido este Ministro alem de bom letrado que he, muito recto, m^{to} desintencado, em^{to} leal ao Servico de S. Mag^e, servindo em todo o tempo do meu Governo com muita satisfação minha, e cumprindo pontualmente todas as ordens e diligencias de que o tenho encarregado; pelo que o julgo muito digno de toda a mercê que V^{ra} Ex^a for servido de querer he fazer, da qual me resultará a mim uma grande parte pe-

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor

Permitame a grandeza de

VossaExcellencia que eu chegue humildemente a seus Pes, a interromper com os meus rogos as vastas ideas, com que VossaExcellencia move os negocios de toda a

- 5 America, para Suplicar-lhe a favor do Luis de Fora da Villa de Santos
loze Gomes Pinto de Moraes algum despacho, com que este Minis-
tro reconheça, que eu me não sei esquecer de pôr na Presença de Vossa
Excellencia o seu merecimento, e os bons Serviços que tem feito durante o
tempo do meu Governo: elle se acha hoje viuvo e desembaraçado para
10 qualquer emprego, com que VossaExcellencia o queira atender, mas se VossaExcellencia
lhe quizer fazer mayor favor, sei que a elle lhe fará mayor conta o
ficar substituindo o lugar de Ouvidor desta Capitania, que tem a
cabeça do seu tempo; ou na Comarca do Rio das Mortes, que tambem
fica vizinha, mas qualquer mercê que VossaExcellencia for servido de lhe fa-
15 zer, me será muito estimavel; por ter sido este Ministro alem de
bom letrado que he, muito recto, muito desinteressado, e muito leal ao
Serviço de Sua Magestade, servindo em todo o tempo do meu Governo com
muita satisfação minha, e cumprindo pontualmente todas as or-
dens e diligencias de que o tenho encarregado; pelo que o julgo
20 muito digno de toda a mercê que VossaExcellencia for servido de querer
lhe fazer, da qual me resultará a mim huma grande parte pe=

pela satisfação que tiver de que V. Ex.^a seja servido desatender

de 1771 Deos guarde a V. Ex.^a m.^a an.^a Paulo 23 de Abril

J. M.^{mo} Ex.^{mo} Sr. Martinho de Mello e Castro

De V. Ex.^a

Menor Creado =

Quis Antonio de Souza.

[[pe]]la satisfação que terei de que Vossa Excellencia seja servido deo atender

Deos guarde a Vossa Excellencia muitos anos Saõ Paulo a 21 de Abril
de 1771

25 Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Martinho de Mello e Castro

De Vossa Excellencia

Menor Creado =

Dom Luis Antonio de Souza

3 de Setembro de 1771.

180

M^{mo} e Ex^{ma} S^r.N^o 7^o

Das diligencias que se tem feito no descobrimento do
 Tabaggy, e se tirou já bastante Ouro no corrigo da entrada daquelle
 sertão, e se fazendo Eum grande commercio no Porto de Parnaíba, em
 cuja barra se coze e se coze Euma boa Fortaleza, que está quasi acaba-
 da, e já com doze peças de Artellaria de Calibre de deuto, e vinte e
 quatro; e porque me consta, que já este anno passará de vinte embar-
 cações, que alli foram fazer negocio, julgo preciso estabelecer tambem
 Alfandega naquelle Porto, de que sou contado a V. E. e de
 J. Paulo a 3 de 16. de 1771.

M^{mo} e Ex^{ma} S^r Marquez de Pombal.

Luis Antonio de Souza

Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor

Numero_ sétimo_

Pelas diligencias que Setemfeito nos descobrimos todo

Tibagy, e se tirar já bastante Ouro nos corrigos da entrada daquelle

5 Sertão, se Vay fazendo hum grande comercio no Porto de Parnaguá, em
cuja barra fiz construir huma boa Fortaleza, que está quazi acaba-
da, e já com doze pessos de Artelharia de Calibre de dezoito, e vinte e
quatro; e porque me consta, que já este anno passaraõ de vinte e

10 Alfandega naquella Porto, de que dou conta a Vossa Excellencia, que Deos
guarde São Paulo a 3 de Setembro de 1771

Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Marquez de Pombal.

Dom Luis Antonio de Souza

14 de Setembro de 1771.

Almo e Ex. Senhor

Nº 9

Ainda, que se tem tirado

muita gente desta Capitania para as expedições do Ceará nem por isso serve de inconveniência ás Reaes Tendas, antes sim de acrescentamento a ellas como succede nas Reaes Divisões, que são em aumento, como consta da Certidão junta; e como espero que succeda, em todos os arrendamentos dos Reaes Contratos, que se ouvirem de arrematar neste presente anno.

Esta utilidade principalmente procede das novas Colonias que se vão fundando, que são já as que constão do Mapa junto com as quaes se vão civilizando os Povos, pois he tal a ignorancia, ou malicia dos habitantes daquelles Certões, que se admirão de ouvir a palavra, Dizemos, como atesta o R. P. Manoel Alves, que neste anno foi Visitador daquella maninha: E ainda estas Pracaes podião estar muito mais adiantadas, senão fossem as opposições dos Barreiros, como a V. Ex. tenho feito presente, os quaes de nenhum modo se querem accommodar a que haja outros Vigarios, inda que seja em terras adonde nunca ouvesse nada; sobre o que V. Ex. determinará o que for servido.

Deos guarde a V. Ex. J. Paulo a 14 de

Setembro de 1771
Almo e Ex. Sr. Marq. de Pombal

Antônio de Souza

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Numero_ nove_

Ainda, que setem tirado

muita gente desta Capitania para as expedições do Certo nem por

5 isso serve de desconveniencia às Reaes rendas, antes sim de acrescenta-
mento a ellas como succede nos Reaes Dizimos quevão em aumento, co-
mo consta da Certidão junta; eomesmo espero que suceda em todos os a-
rendamento dos Reaes Contratos, que se ouverem de arrematar neste pre-
zente anno.

10 Esta utilidade principalmente procede das novas
Colonias que sevão fundando que são ja as que constão do Mapa jun-
to com as quaes sevão cevilizando os Póvos, pois hetal a ignorancia, ou
malicia dos habitantes daquelles Certoens, que se admiraõ de ouvir a
palavra, Dizimos, como atesta o Reverendo Padre Manoel Alves, que neste an-
15 no foi Vizitador daquella marinha: E ainda estas Povoações podiaõ
estar muito mais adiantadas, senaõ fossem as opoziçoens dos Parrochos, co-
mo a Vossa Excellencia tenho feito presente, os quaes de nenhum modo se querem aco-
modar a que haja outros Vigarios, indaqueseja em terras a donde nunca
ouvesse nada; sobre o que Vossa Excellencia determinará o que for servido.

20 Deos guarde a Vossa Excellencia Saõ Paulo a 4 de
Setembro de 1771

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Marques de Pombal.

Dom Luis AntoniodeSouza

202.86.2.1772

M^{mo} e Ex.^{ma} Senhor

Facilitame a honra de

hier aos pés de V.^{Ex.^a} a occasião de Remeter as vias deste Governo, com as quaes juntamente offereço a V.^{Ex.^a} a minha Reverendíssima e cravada, desejando que V.^{Ex.^a} em todo o tempo seja assistido da mais perfeita saúde, e de todas as felicidades que merece, para que me assista com as clarissimas luzes das suas bem dirigidas Disposições, para poder acertar no Real Serviço, e juntamente. Entrar a minha humidade com as suas estimadissimas Ordens, que sempre serão executadas com a mais pontual e inflexível obediência.

Deos guarde a V.^{Ex.^a} S. Paulo 20 de Outubro de 1772.

M^{mo} e Ex.^{ma} Sr. Martinho
de Mello e Castro.

De V.^{Ex.^a}

Menor Creado.

Antônio de Castro

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Facilitame a honra de

hir aos pes de Vossa Excellencia a occasião de remeter as vias deste Governo,
com as quaes juntamente ofereço a Vossa Excellencia a minha reverentees=

- 5 cravidaõ, dezejando que Vossa Excellencia em todo o tempo seja assistido da
mais perfeita saude, e de todas as felicidades que merece, para
que me assista com as clarissimas luzes das suas bem dirigi=
das Disposições, para poder acertar no Real Serviço, e juntamente
honrar a minha humildade com as suas estimadissimas Ordens,
10 que sempre serão executadas com a mais pontual e indefec=
tível obediencia.

Deos guarde a Vossa Excellencia São Paulo a 20 de Outubro de 1772.

De Vossa Excellencia

- 15 Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Martinho
de Mello e Castro.

Menor Creado.

Dom Luis Antonio de Souza

23 de Julho de 1713

V. Mo. Mo.
M. Ex. Sr.

Comaociação

de hirem as vias das Contas que dâ esta Junta da Real Fazenda a Sua Magestade, tendo acrescida honra de sempre Reveren^{te} aos V. Ex.^{as} aminha rendida esoravidão, apeteendo m.^{to} que aminha diligencia e disvelo-tenha conseguido em asdidas contas alguma couxa da satisfação de V. Ex.^{as} por ser todo o meo empercho o acertar em o desido de empercho das minhas obrigações.

Nã mesma Junta se fiaõ continuando as mesmas diligencias p.^a acabar de completar as Esposas de todos os Officios que ainda faltaõ, enão tem sido pequeno o trabalho em descobrir as clarezas necessarias nomeys da confuzão, e embaraco em q.^{se} achão espajais, e livros da Provedoria antiga, adonde at.^e faltaõ muitos Livros de que senão

Illustrissimo, eExcellentissimo Senhor

Com aocasiaõ

de hirem as vias das Contas que dê esta lunta

da Real Fasenda a Sua Magestade, tenho

5 acrescida honra de oferecer reverentemente aos Pez

de VossaExcellencia aminha rendida escravidão, a pete-

cendo muito que aminha deligencia e disvelo

tenha conseguido em as ditas contas alguma

couza da satisfação de Vossa Excellencia por ser todo omeo

10 empenho o acertar em odevido dezempenho das

minhas obrigaçoens. Namesma Junta

seficação continuando as mesmas deligencias para

acabar de completar as respostas de todos os

Ofícios que ainda faltaõ, enaõ tem sido peque-

15 no otrabalho em descobrir as claresas necessa-

rias nomeyo da confusão, e embaraço em que Se

achaõ os papeis, e livros da Provedoria antiga,

a donde até faltaõ muitos Livros de que senaõ

senão alcança noticia alguma, e não tem
 sido menor a dificuldade de achar nes-
 ta Capitania os Arimeticos, e Emanuen-
 ces capazes para trabalharem, por que de
 tudo aqui há falta: Nesta consideração
 espero que V. Ex.^a queira desculpar
 todas aquellas cousas em que por impos-
 sibilidade, ou insufficiencia possa haver
 algum defeito.

Desejo muito
 que apreciosissima vida, e Saude de
 V. Ex.^a se conserve sempre com im-
 perfeita disposicam que a V. Ex.^a dese-
 jo, e que o Real Serviço de Sua Ma-
 jestade, eo Amparo de todos os Crea-
 dos de V. Ex.^a tanto necessita.

20 [[senaõ]] alcança noticia alguma, enaõ tem
 sido menor adificuldade de achar nes-
 ta Capitania os Arimeticos, eEmanuen-
 ces capazes para trabalharem, por que de
 tudo aqui hã falta: Nesta concidera-
 25 çãõ espero que VossaExcellencia queira desculpar
 todas aquellas cousas em que por impos-
 sibilidade, ou insuficiencia possa haver
 algumdefeito.

Dezejo muito
 que apreciozissima vida, e Saude de
 30 VossaExcellencia se conserve Sempre com muito
 perfeita dispoziçam que a VossaExcellencia dese-
 jo, e que oReal Serviço de Sua Ma-
 gestade, eo Amparo detodos os Crea-
 dos de VossaExcellencia tanto necessita.

35 Deos

D. J. P. Silva

São Paulo a 23 de Julho de 1773

Offm^o mo
 H. e Ex^{ta} Senhor
 Marquês de Mello e Castro.

De V^{ra} Ex^{ta}

Menor Creado

Luis Antonio de Souza

Deos *garde aVossaExcellencia*

Saõ Paulo a23 de Julho de1773

Illustrissimo eExcellentissimo Senhor.

Martinho deMello eCastro.

De *VossaExcellencia*

MenorCreado

DomLuis AntoniodeSouza

Ymo pmo f
M. Ex. Senhora

BUSCO OS SEZ

de V. Ex.^a adonde ofereço sempre o meu
reverente respeito, e humilde escravidão,
e do modo possível rendo a V. Ex.^a as gra-
ças pelas especiaes benesses q' agrandea
de V. Ex.^a está dispendendo continuamente
te comigo, e com aminha Casa; O q.
permitta crescer a V. Ex.^a muitos an-
nos desida para amparo de nós todos, po-
is sô em V. Ex.^a esperamos todo o nosso bem,
e toda a nossa felicidade.

A V. Ex.^a dou-
conta de ter cumprido a Ordem por que,
se

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Busco os Pez

de *Vossa Excellencia* adonde asseste sempre o meu
reverente respeito, e humilde escravidão

5 e do modo possível rendo a *Vossa Excellencia* as gra-
ças pelos especiaes beneficios que agrandeza
de *Vossa Excellencia* estão dispendendo continuamen-
te comigo, e com a minha Caza; Deos
permita acrescentar a *Vossa Excellencia* muitos an-
10 nos devida para amparo de nós todos, po-
is sô em *Vossa Excellencia* esperamos todo o nosso bem,
e toda a nossa felicidade.

A *Vossa Excellencia* dou
conta de ter cumprido a Ordem por que

15

se

se mandou entregar ao Ex. Bispo este Collegio em que estava morando; e expunho juntamente ao Ex.^a o que neste particular sofferece. Dos mais Negocios dou conta pela Secretaria respectiva, e ao Ex.^a faço presentes as Relações que contem em summa os Negocios de que trato, e nao' remeto todas as Copias por me parecer desnecessario, que serão cansar muito a V. Ex.^a o Epesillas.

E a V. Ex.^a será servido dar nestas materias as providencias que lhe parecerem mais justas, illustrando com

as

[[se]] memandou entregar ao *Excellentissimo* Bispo este Collegio em que estava morando; e exponho juntamente a *Vossa Excellencia* o que neste particular se oferece. Dos mais Negocios dou conta
 20 pela Secretaria respectiva, e a *Vossa Excellencia* faço presentes as relaçoens que contem em suma os Negocios de que trato, e não remeto todas as Copias por me parecer desnecessario, que será cançar muito a *Vossa Excellencia*
 25 o repetillas.

Vossa Excellencia será servido dar nestas materias as providencias que lhe parecerem mais justas, illustrando com

as

as suas Sabias Instruções om seu
entendimento, para poder acertar co-
mo dexeja, não só em os empregos do Re-
al Serviço, mas também nos do agrado
de V. Ex.^a Cujas M.^{as} e Ex.^{as} Person
nos Guarde V. m. cō como dexejam
epudimos aomesmo Sur.^a p. nasso amparo,
edetoda a Monarquia. São Paulo a 18.
de Junho de 1774

M. e Ex.^a Sur. Marquez d. Pombal.

De V. Ex.^a

C. menor Creado.

Luiz Antonio de Souza

30 [[as]] suas Sabias Instruções o meu
entendimento, para poder acertar co-
mo desejo, não sô em os empregos do Re-
al Serviço, mas também nos do agrado
de Vossa Excellencia Cujas Illustrissima e Excellentissima Pessoa
35 nos Guarde Deos muitos anos como desejamos
e pedimos ao mesmo Senhor para nosso amparo,
e de toda a Monarquia. São Paulo a 18
de Junho de 1774
Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Marquez d'Pombal.

40 DeVossa Excellencia
Cativo e menor Creado.
Dom Luis Antonio de Souza

1 As Copias incluzas da Carta, que na mesma data desta acabo de escreveras Conde da Cunha, e dos documentos, que a acompanharam, darão a V. S. a idéa mais clara, com que El Rey Nosso Senhor, podia mandar instruir para V. S. entrar no seu Governo com hum cadahumheimento das principais despezas, com que sua Magestade deuide os principios do seu feliz e Reinado tem procurado consolidar o Dominio das Capitania do Brazil pelos meios mais proprios, e efficazes; não só em quanto as Estabelecimentos da economia interior do mesmo Estado; mas ainda em quanto a Conservação, e defesa delle contra os seus Confinantes, e orgulhosos Inimigos. De sorte que se possa retrahir contra elles os mesmos artilhos artificios, de que por tantos annos se serviram contra, e clandestinamente, para adiantarem as usurpações, e se avangarem, e internarem pelos Dominios deste Reino, se aclararem nos seus Caminhos Contradictorios, que se lhes oppuzerem.

2 Vendo pois V. S. as sobre ditas Copias com toda a applicação, e reflexão, que lhe são naturaes. E procurando executar em tudo o que for applicavel ao seu Governo o Conteúdo nellas: Nam é ora possível aos Iezuitas, e aos seus Indios; não só adiantar-se nas referidas usurpações de Paizes pelo modo clandestino, com que antes se foram internando nellas; mas nem ainda sustentar-se nos Sertões, que entre si já tem pirado, e occupado, ficarom à grande distancia das suas Minas do Uruguay, e Paraguay, onde tem unidas todas as suas forças: por que não poderão intentar, e menos conseguir com grandes Corpos marchas muito dilatadas, e transportes de Artilharia pelos ditos Sertões remotos daquelle seus Estabelecimentos, se fazerem despesas superiores às suas facultades; como a experiencia nos ensinou muito a nossa Costa depois do anno de mil sette Centos Sincuenta e dois nos em que fomos obrigados a sustentar a Guerra, que fizemos nos referidos Sertões distantes; auxiliando os Castelhanos contra os Iezuitas, que agora se acção de accordo com elles.

3 Porém como os Officiaes Portuguezes [indignos de o serem] que se acção nas Fortalezas de El Miguel na do Rio grande de São Pedro, em mais Lugares da quella parte, abandonaram aos ditos Castelhanos sem a menor resistencia todo o Territorio, q' com as referidas Fortalezas até Maranhão.

1 As Copias incluzas da Carta, que na mesma data desta acabo de es-
 crever ao Conde daCunha, edos documentos, que a acompanharam, da-
 rão aVossaSenhoria a idéa mais clara, com que ELREY Nosso Senhor opodia
 mandar instruir paraVossaSenhoria entrar noSeu Governo com hum cabalconhe-
 5 cimento das principaes dispoziçoens, com queSuaMagestade desde
 os principios do Seu feliz Reinado tem procurado consolidar oDominio
 das Capitanias doBrazil pelos meynos mais proprios, e eficazes; não sô
 em quanto ao Estabelecimento da economia interior do mesmo Estado;
 mas ainda em quanto a conservação, e defesa delle contra os seus Confi-
 10 nantes, e orgulhozos Inimigos: Desorte que se possaõ retorquir contra
 elles os mesmos ardilozos artificios, de que por tantos annos se serviram
 doloza, e clandestinamente, para adiantarem as usurpaçoens, e se avança-
 rem, e internarem pelos Dominios deste Reino, se acharem nos seus
 Caminhos Contradictores, que se lhe oppuzessem.

15 2 Vendo pois VossaSenhoria as Sobreditas Copias com toda a appli-
 cação, e reflexão, que lhe são naturaes: Eprocurando executar em tudo
 o que for applicavel ao seu Governo o Conteudo nellas: Nam Será
 possivel aos lezuitas, e aos seus Indios; não sô adiantar-se nas referi-
 das usurpaçoens dePaízes pelo modo clandestino, com que antes se foraõ in-
 20 ternando nelles; mas nem ainda Sustentar-se nos Sertoens, que entre os que
 já tem pizado, e occupado, ficarem à grande distancia das suas Missoes
 do Uruguay, eParaguay, onde tem unidas todas as Suas forças: porque
 não poderaõ intentar, e menos conseguir com grandes Corpos mãrchas
 muito dilatadas, e transportes deArtilharia pelos ditos Sertoens re-
 25 motos da quelles seus estabelicimentos, se fazerem despesas superiores
 às Suas faculdades; como a experiencianos ensinou muito a nossa custa
 depois do anno de mil sette Centos Sincoenta edous nos em que fomos obri-
 gados à sustentar a Guerra, que fizemos nos referidos Sertoens distantes;
 auxiliando os Castelhanos contra os lezuitas, que agora se achão de acor-
 30 do com elles.

3 Porem como os Officiaes Portuguezes [indignos deo Serem] que
 Se achavaõ nas Fortalezas deSão Miguel na doRio grande de São Pedro, enos
 mais Lugares da quella parte, abandonaram aos ditos Castelhanos sem a me-
 nor rezistencia todo oTerritorio, que corre das referidas Fortalezas até Viamaõ:

Viamas: Como se mostram Castelhães achando se animados pela experi-
encia da quella escandalosa infamia, podem perceber, não só sustentarem se
naquellea usurpação, mas passarem pelo meio delly a enternecer a mea
maior na Capitania de S. Paulo, atacando de Rio Preto, e o Iamã, para de ar-
zinharem cada vez de mais posto ao Rio de Janeiro, e as Minas. Quando V. M.
vir que este caso é achado imminente, por Eua parte deve disimular em quan-
to lhe for possível a Nação q. tiver, procurando entreter os Castelhães,
e os seus rathos, em quanto se acaba de preparar: E pela Outra parte deve
recorrer ao Governador das Minas Luiz Dias de Sylva, para que
baixe ao socorro com todo o vigor, como se vá agora ordenado.

2. Sendo por Eum Calculo posto a quella quatro Amarcas com
mil Negros, e baixando delles vinte, ou trinta mil, a cahirem de depen-
te sobre os Castelhães, não só montem se podem opprimir, e destruir, de
sorte q. delles venha a escapar pouco; mas tambem, mediante a sua
destruição, poderem se dequindelles se passy recuperar todo o Territorio,
que elles não tem loulado a tte a Margem de peccentrisnal do Rio
da Prata; Cujos descobrimto, e occupação é certo que esta lora de-
ve aos bons Habitantes da Capitania de S. Paulo.

3. E para se prevenir a V. M. que no caso de baixar Luiz Dias
de Sylva com a força q. deixo deferida, e de V. M. e Elle oppri-
mirem de accordo commum os Castelhães, devem proseguir a sua
destruição até obrigar-lhe a evacuar todas as ditas Fortalezas,
e aficar de embarracaos todos os Territorios até se Rio da Prata; Sem
lêr admittir de plica, ou demora alguma, com que procurem ganhar o
tempo de receberem o socorro das ditas Provincias Meridionaes
do Rio da Prata, ou reunirem se os que forem batidos com quaisquer
outros Corpos q. tenha no Bloqueio da Colonia, Monte Video, e Mal-
donado &c.

6. Antes por q. depois de acabados os Conflitos, em que se não
dá quartel, em quanto os inimigos com as armas na mão, pede a cumil-
dade / alião / pede a humanidade que a vida se lmeada ao que a pe-
digem, depois de todos haverem posto as armas em terra: Deve V. M.
prezaver se logo immediatamente contra estes perigosos Prizineiros,
como de hua gente q. tem a perfidia por principio commum, man-

- 35 [[Viamaõ]]: E como os mesmos Castelhanos achando-se animados pela experiência da quella escandalosa infamia, podem pertender; não Sô Sustentar-se naquellas usurpações, mas passarem pelo meyo das ainternar-se ainda mais na Capitania de São Paulo; atacando o Rio Pardo, e Viamaõ, para se avizinharem cada vez de mais perto ao Rio delaneiro, e às Minas: Quando Vossa Senhoria
- 40 vir que este caso se acha imminente, por sua parte deve dissimular em quanto lhe for possível as nações *que* tiver; procurando entreter os Castelhanos, e os seus ralhos, em quanto se acaba de preparar: E pela outra parte deve recorrer ao Governador das Minas Luiz Diogo Lobo da Silva, para que baixe o socorro com todo o vigor; como lhe vai agora ordenado.
- 45 4. Tendo por hum calculo justo aquellas quatro Comarcas cem mil Negros; e baixando dellez vinte, ou trinta mil, a cahirem de repente Sobre os Castelhanos; não Somente os podem opprimir, e destruir, de Sorte *que* delles venhão a escapar poucos; mas tambem, mediante a sua destruição, poderemos, Seguindo-lhes os passos recuperar todo o Territorio,
- 50 *que* elles nos tem roubado até a Margem Septentrional do Rio da Prata; Cujo descobrimento, e occupação he certo *que* esta Coroa deve aos bons Habitantes da Capitania de São Paulo.
- 55 5. Ejuizo de prevenir a Vossa Senhoria *que* no caso de baixar Luiz Diogo Lobo da Silva com a força *que* deixo referida, e de Vossa Senhoria, e Elle opprimirem de acordo commum os Castelhanos; devem proseguir a sua destruição até obrigar-llos a evacuar todaz as Sobreditas Fortalezas, e aficar de zembarrado todo o Territorio até o Rio da Prata; Sem
- 60 lhes admittir replica, ou demora alguma, com *que* procurem ganhar o tempo de receberem socorros das outras Provincias Meridionaes do Rio da Prata, ou reunirem-se os *que* forem batidos com quaesquer outros Corpos *que* tenhaõ no Bloqueio da Colonia, Monte Vidio, Maldonado *et cetera*.
- 65 6 Antes por *que* depois de acabados os Conflitos, em *que* se não dá quartel, em quanto ha inimigos com as armas na mão, pede a humildade / aliás / pede a humanidade *que* a vida se conceda aos *que* apedirem, depois de todos haverem posto as armas em terra: Deve Vossa Senhoria precaver se Logo immediatamente contra estes perigosos Prisioneiros, Como de sua gente *que* tem a perfidia por principio commum, man-

mandando-os immediatamente passas p. os Portos de Mar, que fica-
rem mais vizinhos, para dellez serem transportados Log: ao Rio de
Janeiro, e delle às Fortalezas da Bahia; como vay prevenido aos res-
pectivos Governadores.

Deos guarde a V.ª Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a
26 de Janeiro de 1765

Conde de Oeyras.

Jor Dom Luiz Antonio
de Souza e Botelho Albuquerque.

[[man]]dando-os immediatamente passar para os Portos do Mar, que fica-
70 rem mais vizinhos, para dellez serem transportados Logo ao Rio de
laneiro, e delle às Fortalezas da Bahia; como vay prevenido aos res-
pectivos Governadores.

Deos guarde a Vossa *Senhoria* Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a
26 de janeiro de 1765

75

Conde de Oeyras.

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza Bothelho Mouraõ.

Quando presentes a S. Mage. os insultos, e attentados, que
 se fez Joseph de Souza, Maria, e Prior do Convento de Car-
 mo, e Frey Caetano de Santa Agnes, Guardião do Convento de
 Santo Antonio, ambos da Villa de Santos, commetteram con-
 tra a Surisducão, e Porda do Juiz de Fora da mesma Villa.
 E por edicto do Senhor Senado das Assemblieas, que se contém
 na Carta firmada pela Real Mão de S. Mage., a qual
 V. S. receberá com esta, e fará dar a sua devida execução.

E para cessar o scandalo, que tem causado os re-
 feridos insultos, e attentados. Ordena o mesmo Senhor, que
 no seu Real Nome intime V. S. aos Sobreditos Frey Jo-
 seph de Souza, Maria, e Frey Caetano de Santa Agnes, que
 embarquem sem demora para este Porto, e que logo, que
 houverem chegado ao Porto da Cidade de Lisboa, e forem
 mandados desembarcar, passem via recta aos Navios, que
 os transportarem á Sertania de Estado dos Negocios da
 Marinha, e Dominio Ultramarino, para nella recu-
 rem a ulterior Ordem de S. Mage. Que he Senado outo-
 rum, que no caso não esperados, em que os Sobditos doxy Re-
 ligiosos busquem pretextos para dilatarem a execução des-
 ta Ordem, V. S. os faça partir pela primeira Embarca-
 ção, que passar ao Rio de Janeiro, sem demora, ou re-
 gular, avizando ao Conde da Cunha, para que logo que
 ali chegarem, os faça embarcar para este Porto, pela pri-
 meira occasião, que se lhe apresentar.

Sendo presentes a *Sua Magestade* os insultos, e attentados, que

Frey Iozeph de Iezus Maria, Prior do Convento do Carmo, e Frey Caetano de Santa Ighes, Guardião do Convento de Santo Antonio, ambos da Villa de Santos, commeteram com=

5 tra alurisdicção, e Pessoa do Luis de Fora da mesma Villa:

Foy o dito Senhor servido dar as providencias, que se contem na Carta firmada pela Real Mão de *Sua Magestade*, a qual *Vossa Senhoria* receberá com esta, e fará dar á Sua devida execução.

E para cessar o escandalo, que tem cauzado os re-

10 feridos insultos, e attentados: Ordena o Mesmo Senhor, que no Seu Real Nome intime *Vossa Senhoria* aos Sobreditos Frey Iozeph de Iezus Maria, e Frey Caetano de Santa Ighes, que embarquem sem demóra para este Reino; e que Logo, que

houverem chegado ao Porto da Cidade de Lisboa, e forem
15 mandados desembarcar, passem via recta dos Navios, que os transportarem á Secretaria de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos, para nella receberem as ultiores ordens de *Sua Magestade*: Que he Servido outrossim, que no cazo não esperado, em que os Sobreditos dous Re-

20 Ligiozos busquem pretextos para dilatarem a execução desta Ordem, *Vossa Senhoria* os faça partir pela primeira Embarcação, que passar ao Rio de Janeiro, sem demóra, ou replica, avizando ao Conde da Cunha, para que Logo que,

25 ali chegarem, os faça embarcar para este Reino, pela primeira occasião, que selhe apresentar. Deos

Obediente a V. M. P. Salazar de M.
 a. de Sumario de 1765
 Juan de M. Hurtado

Sr. D. Luis Antonio de Saura
 Bethel de Saura
 J. A. S.

[[Deos]] guarde a Vossa Senhoria Salvaterra de Magos
a 4 de Fevereiro de 1765

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Senhor Dom Luis Antonio de Sousa

30 Botelho Mourão.

Primeira Via

Copia

PelaCopia incluza daCartaRegia, que na data de
Oito deNovembro de milSetecentos eSessenta, mandou
Sua Magestade dirigir aoConde deBobadella, verá *VossaSenhoria* oque

- 5 o mesmo Senhor determinou quanto ao requerimento que lhe
fez Domingos Ferreira Pereira, sobreSelheConceder a facul
dade de poder naCapitania deSaõ Paulo minerar ferro, e chum-
bo, e estabelecer asFabricas que lhe parecerem necessarias para
Caldear o mesmoFerro: EordenaEI REY Nosso
10 Senhor que *VossaSenhoria* faça dar a execuçaõ oContheudo na
mesmaCarta, debaixo das clauzulas expressadas nella.

Deos guarde a*VossaSenhoria* Sitio deNossa Senho-
ra daAjuda a28 deFevereiro de1765 // Francisco
XavierdeMendonça Furtado // Senhor Dom Luis Anto-
15 nio deSouza BotelhoMouraõ //

Recebi as Cartas de V.ª, que trouxeram as datas de 21, 22, 23, 24, 25, e 26 de Junho; duas do primeiro, e humas de 3 da linha proxima precedente: E sendo presentes a S.ª Magestade, tendo ordem de responder sobre ellas o seguinte.

As conferencias, que V.ª tem com o Conde de Cunha feitas tambem com as suas Cartas presentes a S.ª Magestade. E sendo q.º elle avizou em substancia o mesmo, que V.ª me referio, com a copia inclusa do que acabo de escrever ao mesmo Conde. V.ª tambem respondeu as ditas Cartas de V.ª.

So dem accrescentar, que as circunstancias em q.º se achavam as cousas ao tempo em que se expediam as Instruções, com q.º V.ª sahio desta Corte eram diversas das que depois se apresentaram. Entad vimos, q.º a Corte de Madrid fazia toda a preparacao para nos attacar. Mandava grande numero de tropas e as Novas Frotas a fim de sorprendemnos. Depois vendo q.º nos preparavamos para lhe resistir, e que Inglaterra se intermedia para o protesto, que nos fizemos para tranquillizar nos. Seguiu-se a mudanca de q.º Ministerio de Londres frouxo, negligente, e succedendo-lhe o actual que tem mostrado muito mayor vigor. E no que afora a Negociação em que nos achamos com o mesmo Ministerio para obligar os Castelhanos a deixarem de nos usurparem. E nestas diversas circunstancias he certo q.º não seria conveniente q.º V.ª ahi fizesse o menor movimento, que pareceu rotura da parte, sem precederem as novas Ordens, q.º V.ª me refere, q.º he serao expedidas oportunamente no caso de serem necessarias.

Os foyes q.º V.ª me diz, q.º os Castelhanos tem de se partes sas muito oq.º para defendere as suas legações e as

Recebi as Cartas de *Vossa Senhoria*, que trouxeram as dattas de 21, 22, 23, 24, 25, e 26 delunho; duas do primeiro, e uma de 3 delulho proximos
 Precedentes: E sendo presentes a *Sua Magestade*, tenho a ordem de responder sobre ellas o seguinte.

- 5 As conferencias, que *Vossa Senhoria* teve com o Conde da Cunha foram também com as Suas Cartas presentes a *Sua Magestade*. E sendo o que elle avizou em substancia o mesmo, que *Vossa Senhoria* me referio, com a copia inclusa do que acabo de escrever ao mesmo Conde vão também respondidas as ditas Cartas de *Vossa Senhoria*
- 10 Só devo acrescentar, que as circumstancias em que se achavam as couzas ao tempo em que se expediram as Instrucções com que *Vossa Senhoria* Sahio desta Corte eram diversas das que depois se apresentaram. Então viamos, que a Corte de Madrid fazia todos os preparos para nos atacar. Mandava grande numero de Tropas para
- 15 as Nossas Fronteiras a fim de Suprindernos. Depois vendo que nos preparavamos para lhe resistir, e que a Inglaterra se interessaria para desconcertar aquella iniquidade, mudou tanto de tom, que não houve protesto, que não fizesse para tranquillizarnos. Seguiu-se a mudança daquelle Ministerio de Londres fraco, e negligente,
- 20 Succedendo-lhe o actual que tem mostrado muito mayor vigor. Seguiu-se a forte Negociação em que nos achamos com o mesmo Ministerio para obrigar os Castelhanos a desistirem dessas usurpações. Enestas diversas circumstancias he certo que não seria conveniente que *Vossa Senhoria* ahi fizesse o menor movimento, que parecesse rotura da Nossa
- 25 parte, Sem precederem as novas Ordens, que *Vossa Senhoria* me refere, e que lhe seriam expedidas opportunamente no caso de serem necessarias.

As forças que *Vossa Senhoria* mediz, que os Castelhanos tem dessas partes são muito boas para defenderem os seus lugares Mas

ritimos,

19.
 Mantidas, e inutilizaram as Novas Cortes em quanto não ma-
 daram outras Cortes humda Equidade composta de Novas Hon-
 ras e Novas Alianças, e de Jura Superior, como espero q. succedea se-
 condidade opedia.

Não bastam porém as ditas forças Castellhanas para
 alcançarem penetrarem o interior de na Capitania como inten-
 fazer, por que não tem gente, nem esbaldas que lhe bastem para
 essa Conquista, se as Milicias, e Habitantes do mesmo Paiz
 bravam contra elles, como S. Mag.^e ordenou para o seu caso na
 Instrução, que expedi a S. M.

Para para assim o confirmar o proximo exemplo de
 Guerra, que o Conde de Bobadella foi fazer no anno de 175-
 aos Resiuitas do Paraguay para tomarmos posse das Aldeas q.
 nos foram cedidas.

Indo as Novas Tropas juntas com as Castellhanas p.
 Paizes na mayor parte de Castella, o que se seguiu d'atal
 pedias foi: Primo gastar S. Magestade mais de vinte mil
 milhoens de cruzados em mover o pequeno Exercito de mil educa-
 ta homens com as deficiencias de subsistencia das mesmas Tropas
 sendo obrigadas a levar tudo o necessario a distancias taõ remotas
 dos Portos do Mar: Segundo, ver-se acada para faltar de trans-
 portes para conduzir as munições de boca, e de Guerra em
 Paizes de zorra, invia, sem caminhos, e cheios de matos, e pa-
 gens, onde poucos homens bastam para destruir grande numero
 de d'elles: Quarto, ver-se nos frequentes perigos das paragens
 de Barbas: Quinto, achar-se em Paizes alagadios, e sujeitos
 a serem inesperadamente cobertos por inundações, de sorte

30 [[Maritimos]], ehostilizarem os Nossos Portos emquanto não man-
darmos a essas Costas huma Esquadra composta de Naus Nossas
e dos Nossos Alliados, que Seja Superior, como espero que Succeda Se a ne-
cessidade o pedir.

 Não bastam porem as ditas forças Castelhanas para [os]
35 Hespanhoes penetrarem o interior dessa Capitania como intencionam
fazer, por que nem tem gente, nem cabedães que lhe bastem para
essa Conquista, se as Milicias, e Habitantes do mesmo Paiz o-
brarem contra elles, como *Sua Magestade* ordenou para o Seu cazo nas
Instrucções, que expedi a *Vossa Senhoria*.

40 Temos para assim o confirmar o proximo exemplo de
Guerra, que o Conde de Bobadella foi fazer no anno de 1752
aos Iesuitas do Paraguay para tomarmos posse das Aldeas que
nos foram cedidas.

 Indo as Nossas Tropas juntas com as Castelhanas por
45 Paizes na mayor parte de CaStella, o que Se Seguiu data ex-
pedição foi: Primo gastar *Sua Magestade* mais devinte e Seis
milhoens de cruzados em mover o pequeno Exercito de mil e duzen-
tos homens com as deficuldades da Subsistencia das mesmas Tropas
sendo obrigadas a levar tudo o necessario a distancias tão remotas
50 dos Portos do Mar: Secundo, verse a cada passo falta de trans-
portes para conduzir as munições de bocca, e de Guerra em
Paizes de zertos, invios, sem caminhos, e cheyos de matos, e passa-
gens, onde poucos homens bastam para destruir grande nume-
ro delles: Quarto, verse nos frequentes perigos das passagens
55 de Rios caudalozos, obrigado a passallos em couros pela falta
de Barcas: Quinto, acharse em Paizes alagadiços, e Sugei-
tos a Serem inesperadamente cobertos por inundações, de Sorte qu=

que a tal pequeno Exército Portuguez chegou antes ceto duas ve-
 zas sobre as arvoreas, comendo, e dormindo no ar: Sexto, pre-
 zamos o mesmo Conde de Bobadilla a inutilidade, emizencia das
 tropas Castellhanas, vendo com a seus olhos q. nem prestavam para
 fazer alguma sena para dezerarem, e fugiram das occasiões; nem
 dava meos alguns para dehes pagam andando nus, descalços, e
 mortos de fome os Soldados das referidas tropas: Septimo, e ulti-
 mo, interceptaremse Cartas dos Governadores de Buenos Ayres, e
 mais Lugares daquellas partes, em que avisavam a Corte de Madrid,
 de que nem de Potosi, nem de Cuzco tinham vindo, nem podiam vir
 fundos alguns para manter as referidas tropas, por q. todos os que
 ali havia tinham diversas applicacoes, que excediam as suas fa-
 culdades.

O mesmo rimor mais proximamente nas Fronteiras de Pe-
 ru. Nellas entraram os ditos Castellhanos com setenta mil Co-
 mens de Lucidas, e bem fardadas tropas no anno de 1762: E
 nellas fizeram insolencias, e omitiram arrogancias em quanto se
 lhes não resistio. Porém logo, que acharam oppozicao retrocederam
 precipitadamente; mandaram pedir suspensão de Armas ao Quar-
 tel General do Conde de La Lippe; e de subito a paz, que todo aquil-
 le aparato exterior se fizera com o ultimo esforço de Corte de Ma-
 dri, e de tinha desfeito de sorte, que a mesma Corte não poderia susten-
 tar outra Campanha se alguma houvesse continuado.

E de tudo isto se conclue, que nos Castellhanos tudo he apa-
 rençia, emuito pouco realidade quando com elles se chega a calcular
 e que não só não poderão fazer progressos para se adiantarem nada
 Certos como desejam, mas que no caso de procurarem adiantar-
 se nella caminharão para a sua total destruição perdendo todos as
 tropas, que tiverem dos Lugares Maritimos.

[[qu]]e o tal pequeno Exercito Portuguez chegou aestar oito dias re=
fugiado sobre os arvoredos, comendo, edormindo no ar: Sexto, pre=
60 zenciar o mesmo Conde deBobadella ainutilidade, emizeria das
Tropas Castelhanas, vendo com os seus Olhos, *que* nem prestavam para
couza alguma senão para dezertarem, efugirem das occazioens; nem
havia meynos alguns para selhes pagar, andando nus, descalços, e
mortos defome os Soldados das referidas Tropas: Septimo, eulti=
65 mo, interceptaremse Cartas dos Governadores deBuenos Ayres, e
mais Lugares daquellas partes, emque avizavam a Corte deMadrid,
deque nem do Potosí, nem de Chille tinham vindo, nem podiam vir
fundos alguns para manter as referidas Tropas, por *que* todos os que
alli havia tinham diversas applicaçoes, que excediam as suas fa=
70 culdades.

O mesmo vimos mais proximamente nas Fronteiras deSte
Reino. Nellas entraram os ditos Castelhanos com Sessenta mil: ho=
mens de Luzidas, ebem fardadas Tropas no anno de1762: E
nellas fizeram insolencias, evomitaram arrogancias emquanto se
75 lhes não rezistio. Porem logo, que acharam oppozição retrocederam
precipitadamente; mandaram pedir Suspensão deArmas ao Quar=
tel General doConde de LaLippe; edescubrio apaz, que todo aquel=
le aparato exterior sefizera com o ultimo esforço daCorte deMa=
drid, e Setinha desfeito desorte, que amesma Corte não poderiasusten=
80 tar outra Campanha seaGuerra houvesse continuado.

E detudo isto se conclue, que nos Castelhanos tudo he apa=
rencia, emuito pouco realidade quando com elles se chega a calcular
E que não Só não poderaõ fazer progressos parase adiantarem nesses
Sertoens como dezejam, mas que no cazo de procurarem adiantar=
85 se nelles caminharão para aSua total destruição perdendo todas as
Tropas, que tirarem dos Lugares Maritimos. Sua

Sua Magestade mande levar a V. M. as acortadas para
 a adiantem d'este o Alcaide de Janeiro para consilios e animas dos
 Paulistas, dos quaes certamente depende o que acima digo; porq' sua
 duzia de Sertanija pratureira do Paiz, val' n'ouros matos, desfiladeiros,
 e prauas de sua mais de qua' cem Soldados Europeos.

Pelo que pertence a Chiruhana, Polvera, Ballas, e Engen-
 heria para as Milicias tem S. Magestade mandado dar fora a
 pravel providencia. Omisso digo pelo que pertence aos Engenheiros
 Candoa que ja daqui partio com um numero de Offiçaes Milicia-
 res, h'ouros mais alguns destinados a esta Capitania, e recolhidos entre
 os reformados. Os Soldados que desertaram para Castella foram
 necessariamente banidos pela Ley que V. M. recebeu com esta, e q'
 ja produzuo tad' como effeito, que depois d'ella nad' houve mais deser-
 tad' para fora do Reino; e os que tinham desertado q' dentro d'elle ja
 se acham recolhidos aos seus Regimentos.

Quanto ao Baunoroço Chefe dos cento e tantos Capangas
 q' se acham nesta Capitania no sitio inacessivel onde nad' pode ser
 preso; pode V. M. pelo Capitao Mor de Iti se negociando com
 elle de baixo da Condica do Real Beneficio, dizendo que diu-
 nullara em quanto lhe nad' vier reposta, e formando O. M. o Pla-
 no, que me diz; porq'ue entretanto se veras os pagos das culpas in-
 tacs e deos para se examinar se cabe na justia de S. Mag. opeida.

Deo a O. M. Palaco de Nova S. M. hora da tarde
 da a 20 de Novembro de 1765

Conde de Oropesa

Luis Antonio de Souza
 1.ª Via

[[Sua]] Magestade mandalouvar aVossaSenhoria os acertados passos, que adiantou desde o Rio delaneiro para conciliar os animos dos Paulistas, dos quaes certamente depende o que acima digo; porque huã
 90 duzia deSertanejos praticos do Paiz, val nesses matos, desfilladeiros, epassagens deRios, mais do que cemSoldados Europeos.

Pelo que pertence á Artilharia, Polvora, Ballas, e Espin= gardaspara as Millicias tem Sua Magestade mandado dar toda a possivel providencia. O mesmo digo pelo que pertence aos Engenheiros.

95 E ainda que já daqui partio hum bom numero deOfficiaes Millita res, hiraõ mais alguns destinados aessaCapitanã, escolhendose entre os reformados. Os Soldados, que dezertaram para Castella foram necessariamente banidos pela Ley que VossaSenhoria receberá com esta, eque já produzio taõ bons effeitos, que depois della não houve mais dezer-
 100 çãõ parafora do Reino; eos que tinham dezertado para dentro delle já se acham recolhidos aos seus Regimentos.

Quanto ao Facinorozo Chefe dos cento etantos Criminozos, que Seacham nessaCapitania no Sitio inaccessible onde não pode Ser prezo; pode VossaSenhoria pelo Capitaõ Mor deltû ir negociando com
 105 elle debaixo da Condição do Real beneplacito, dizendo que dissi= mullará em quanto lhe não vier reposta, eformando VossaSenhoria o Pla= no, que mediz; porque entretanto se veraõ os papeis das culpas dos taes Reos parase examinar Se cabe na Justiça deSua Magestade operdaõ.

Deosgarde aVossaSenhoria Palacio deNossaSenhoradaAju=
 110 da a 20 de Novembro de1765

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio deSouza
 Primeira Via.

Recebi a Carta familiar com que V. S. me favoreceu
na data do primeiro de Julho deste presente anno, achando
nella adezajada, e gratissima certeza, de V. S. haver chega-
do com perfeita Saude, e bom Sucesso ao Rio de Janeiro. A
mesma felicidade espero que V. S. tiverem no segundo transpôrte
ao seu Governo, o qual tenho por certo, que será conduzido
com o acerto, que promette as disposicoes, que V. S. já pre-
venia como tenho visto pelas suas Cartas de Officio aqui
tenho feito repôrta.

Toda esta Familia agradece muito obsequiosa-
mente a V. S. a sua lembrança, interessando-se igualmente
comigo na tua mayor felicidade.

Para tudo o que for de servir a V. S. me achi-
rá sempre com a mais prompta, e mais fiel vontade.

Deo. D. a V. S. m. d. Nova Senhora
de Almeida a 20 de Novembro de 1765

Sr. Dom Luis Antonio May or e mais fiel e do de V. S.
de Souza Conde de Oeyras

Recebi a Carta familiar com que Vossa Senhoria me favoreceu
 na data do primeiro delulho deste presente anno, achando
 nella a dezejada, e gostozissima certeza, de Vossa Senhoria haver chega=
 do com perfeita Saude, e bom Sucesso ao Rio de Janeiro: A
 5 mesma felicidade espero que Vossa Senhoria tivesse no Segundo transporte
 ao Seu Governo, o qual tenho por certo, que Será conduzido
 com o acerto, que promette as disposições, que Vossa Senhoria já pre=
 venia como tenho visto pelas Suas Cartas de Officio a que
 tenho feito reposta.

10 Toda esta Família agradece muito obsequioza=
 mente a Vossa Senhoria a Sua lembrança, interessado se igualmente
 comigo na Sua mayor felicidade.

Paratudo o que for de Servir a Vossa Senhoria me ach=
 rá Sempre com a mais prompta, e mais fiel vontade.

15 Deos guarde a Vossa Senhoria muitos anos Nossa Senhora
 da Ajuda a 20 de Novembro de 1765

Mayor amigo e mais fiel *Captivo de Vossa Senhoria*
Conde de Oeyras

20 *Senhor Dom Luis Antonio*
de Souza.

101

Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador, e
 Capitão General da Capitania de São Paulo, Amigo: Eu El Rei
 vos inovo muito saudar. Sendo informado da irregularidade, e falta
 de disciplina, a que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares dessa
 Capitania: Entendendo a que ellas, sendo reguladas, e disciplina-
 das como devem ser, consiste hum a das principaes forças, que tem a
 mesma Capitania para se defender: Sou servido ordenar-vos, que logo
 que receberes esta, mandeis aliciar todos os moradores das Terras da vossa
 Jurisdição, que se acharem em estado de poderem servir nas Tropas Au-
 xiliares, sem excepção de Nobres, Plebeos, Brancos, Misticos, Pretos, Inge-
 nuos, e Libertos; e a proporção dos que tiver cada hum a das referidas Ter-
 ras, formos Sertões de Auxiliares, e Ordenanças, assim de Cavalleria, co-
 mo de Infantaria, que vos parecerem mais proprios para a defesa
 de cada hum a das Comarcas dessa Capitania: Creando os Officiaes
 competentes: E nomeando para disciplinar cada hum dos ditos
 Sertões hum Sargento Mor escolhido entre os Officiaes das Tropas pa-
 gas, que vos parecerem mais capazes de exercitar o referido Posto: Com
 o qual venerão o mesmo Soldo, que venhem os outros Sargentos e Mo-
 res das Tropas Regulares dessa Capitania, pagos na mesma forma pe-
 los rendimentos das Camaras dos respectivos Districtos. E por expen-
 da da fidelidade dos sobre ditos Officiaes, e Soldados dos Sertões de Auxilia-
 res, e Ordenanças, que me servirão muito a Minha satisfação em tu-
 do o de que forem encarregados pertencente ao Meu Real Serviço, e a
 defesa dessa Capitania: Foy por bem, que os serviços, que fizerem os
 mesmos Officiaes desde o Posto de Alferes até o de Alcorne de Campo
 inclusivamente, sejam despatchados como os dos Officiaes das Tropas
 pagas; não obstante o Decreto do Anno de mil sette centos e seis, que
 o contrario dispõe: E que possam usar assim os ditos Officiaes, como
 os Soldados de uniformes, luizias, e caireis no Chapéo: somente com a
 differença, de que os luizias, e caireis dos Officiaes poderão ser de ouro,
 ou prata, e os dos Soldados não passarem de Lám. Para o prompto
 Serviço dos sobre ditos Sertões serão obrigados todos os Officiaes e Solda-
 dos a terem a sua cota equipada, e armas de hum, e de cavallo: e os de
 Cavalleria a terem, e sustentarem tambem a sua cota hum
 Cavallo, e hum escravo para cuidar nelle, sem que nos ditos annos
 Cavallos, e escravos se lhes possa fazer penhora, embargo, ou sequestro.

Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, Governador, e
 Capitão General da Capitania de São Paulo, Amigo: Eu El REY
 vos invio muito saudar. Sendo informado da irregularidade, e falta
 de disciplina, à que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares dessa
 5 Capitania: E attendendo à que nellas, sendo reguladas, e disciplina-
 das como devem ser, consiste huma das principaes forças, que tem a
 mesma Capitania para se defender: Sou servido ordenar-vos, que logo
 que receberes esta, mandeis alistar todos os moradores das Terras da vossa
 lurisdicção, que se acharem em estado de poderem servir nas Tropas Au=
 10 xiliares, sem excepção de Nobres, Plebeos, Brancos, Mistiços, Pretos, Inge-
 nuos, eLibertos; e a proporção dos que tiver cada huma das referidas Clas-
 ses, formeis Terços de Auxiliares, e Ordenanças, assim de Cavalleria, co-
 mo de Infanteria, que vos parecerem mais proprios para a defeza
 de cada huma das Comarcas dessa Capitania: Creando os Officiaes
 15 competentes: E nomeando para disciplinar cada hum dos ditos
 Terços hum Sargento Mor escolhido entre os Officiaes das Tropas pa-
 gas, que vos parecerem mais capazes de exercitar o referido Posto: Com
 o qual venceraõ o mesmo Soldo, que vencem os outros Sargentos Mo=
 res das Tropas Regulares dessa Capitania, pago na mesma forma pe=
 20 los rendimentos das Camaras dos respectivos Districtos. E por esperar
 da fidelidade dos sobreditos Officiaes, e Soldados dos Terços de Auxilia-
 res, e Ordenanças, que me serviraõ muito a Minha satisfação em tu=
 do o de que forem encarregados pertencente ao Meu Real Serviço, e a
 defeza dessa Capitania: Hey por bem, que os Serviços, que fizerem os
 25 mesmos Officiaes desde o Posto de Alferes athé o de Mestre de Campo
 inclusivamente, sejam despachados como os dos Officiaes das Tropas
 pagas; não obstante o Decreto do Anno de mil sette centos e seis, que
 o contrario dispoem: E que possam uzar assim os ditos Officiaes, como
 os Soldados de uniformes, divizas, e caireis no Chapeo; somente com a
 30 differença, de que as divizas, e caireis dos Officiaes poderaõ ser de ouro,
 ou prata, e os dos Soldados não passeraõ de Lám. Para o prompto
 Serviço dos sobreditos Terços seraõ obrigados todos os Officiaes, e Solda-
 dos à terem a sua custa espadas, e armas de hum mesmo adarme;
 eos de Cavalleria a terem, e sustentarem tambem a sua custa hum
 35 Cavallo, e hum escravo para cuidar nelle, sem que nas ditas armas
 Cavallos, e escravos se lhes possafazer penhora, embargo ou execução
 alguma

alguém por qualquer título que seja; porque a tudo deve preferir a utilidade pública do Meu Real Serviço, e da defesa desta Capitania. Com declaração porém, que desta isenção não gozarão ampla, illimitadamente os sobreditos Officiaes, e Soldados para fraudarem aos seus hereditarios; antes usaráo de hão somente com a Restricção acima declarada. O que tudo executareis, e fareis executar; não obstantes quaesquer Leyes, Ordens, Disposições, ou estatutos, que sejam em contrario, porque todos, e todos Reys por derogados para os referidos effectos se mantem; ficando aliás sempre em seu vigor: E para que chegue a noticia de todos esta Minha Real Determinação; a fazeis publicar por Editalis affixados nos Lugares publicos desta Cidade, e das Villas da vossa Jurisdição. Registando-se esta nos Livros da Secretaria do se Governo, e os exemplares de hão nos Livros das Respectivas Camaras. Escrita no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a vinte e duas de Mayo de mil sette centos e sessenta e seis.

Rey.

Para Dom Luis Antonio de
Souza Botelho Mourão
f.ª

40 [[alguma]] por qualquer titulo, que seja; porque a tudo deve preferir a
 utilidade publica do Meu Real Serviço, e da defeza dessa Capitanîa:
 com declaração porem, que desta izenção não gozaráõ ampla, illimi-
 tadamente os sobreditos Officiaes, e Soldados para fraudarem aos seos
 Acredores; antes uzaráõ dellasomente com a restricção asima decla-
 rada. O que tudo executareis, e fareis executar; não obstantes quaes-
 45 quer Leys, Ordens, Disposiçoens, ou estylos, quesejam em contrario,
 porque todas, e todos Hey por derogados para os referidos effeitos só=
 mente; ficando aliàs sempre em seu vigor: E paraque cheguea no=
 ticia de todos esta Minha Real Determinação; a fareis publicar por
 Editaes affixados nos Lugares publicos dessa Cidade, e das Villas da
 vossa Iurisdicção: Registando-se esta nos Livros da Secretaria des-
 50 se Governo, eos exemplares della nos Livros das respectivas Cama=
 ras. Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a vinte douz
 de Março de mil sette centos <sesenta> e seis.

Rey

Para Dom Luis Antonio de
 55 Souza Botelho Mouraõ
Primeira Via

Com o mayor gosto recibi a Carta com que V.^{sa} me fez
fazer de se lembrar de mim datada em vinte e cinco de agosto
do anno proximo pasado na Villa de Santos, por V.^{sa} me se-
guir nella que fizera a sua viagem felicemente, e que tinha che-
gado ao districto do seu Governo com aquelle felicissimo succo-
so, que Eu em tudo se deo a gozo: Espero que V.^{sa} Nosso Senhor
se conserve humma completa, e constante saude para sem emba-
raço se emprehender no Serviço de Nosso Augusto Amo, e no bem Com-
mum deua abhe agora abandonada Capitanía.

Das Cartas de Officio comprehenderei V.^{sa} a cons-
tancia em que se acham os Meus Vizinhos com o não esperado
acontecimento da Corte de Madrid, sublevandose toda contra
os primeiros Ministros do Governo, e dando causa com os seus ex-
cessos a que El Rey Catholico se gure a sua Real Persona e da
mais Familia Real no sitio de Aranjuez, no qual ainda se con-
servam; e como os Amotinados parece que não cessam dos seus ar-
rogantes requerimentos, ainda não sabemos em que virá a parar este
infeliz successo, que tem em total dezanove toda aquella sorte, e Rei-
no

Eu tenho tudo minhas molestias, porem vou pela mer-
ce de Deus convalescendo das mesmas emulhor que ponho, e trabalhando
por hora na larga expedição dos Navios, que sahem deste Porto
para todas as Conquistas de Sua Magestade.

Meu Amado o Senhor Conde padecia no mez de No-
vembro humma queixa que atodo nos pôz no ultimo cuidado pela
infinita Misericordia Divina convaleceu perfeitamente, e está
restituído á sua antiga saude.

Em

Com o mayor gosto recebi aCarta comqueVossaSenhoria me fez
 favor deSelembrar demim datada em vinte ecinco de Agosto
 doAnno proximo passado naVilla de Santos, porVossaSenhoria me se-
 gurar nella quefizera aSuaviagem felismente, eque tinhache=
 5 gado ao destricto doseu Governo com aquelle felicissimo Succes-
 so, queEu em tudo lhedezejo: Espero queDeos Nosso Senhor
 lheconserva huma completa, econstante saude para sem emba=
 raço se empregar no Serviço deNosso Augusto Amo, enobem com=
 mum dessa athe agora abandonada Capitanía.

10 Pelas Cartas deOfficio comprehenderá VossaSenhoria acons=
 ternação emqueSe acham os Nossos Vezinhos com o não esperado
 acontecimento daCorte deMadrid, sublevandose toda contra
 os primeiros Ministros doGoverno, e dando causa com os seus ex=
 cessos aque ElRey Catholico segurasse aSuaReal PeSsoa e da
 15 mais Familia Real no sitio deArangues, no qual a inda se com=
 servam; ecomo os Amotinados parece que não cessão dos seus ar=
 rogantes requerimentos, ainda não sabemos emque virá aparar este
 infelis Successo, que tem em total dezasocego toda aquellaCorte, eRei=
 no

20 Eu tenho tido minhas molestias, porem vou pela mer=
 ce deDeos convalecendo dellas omilhor queposso, etrabalhando
 por hora nalarga expedição dos Navios, queSahem deste Porto
 para todas as Conquistas deSuaMagestade.

Meulrmaõ o Senhor Conde padeceo no mez deNo=
 25 vembro huma queixa que atodos nos pôz no ultimo cuidado; pela
 infinita Mizericordia Divina Convaleceo perfeitamente, eSe acha
 restituído áSua antigaSaude. Em

Em toda aquaia, que se offeruer de servir
empregari sempre com a mais obsequiosa, e fiel vontade.

Por quarte a 12^a in. an. Nova Santa
da cidade a 12 de Abril del 1766

J. D. Luis Antonio de Souza Mais peham. e. l. g. d. l.
Moxrao.

San L. de M. d. l. g. d. l.

2^a Via.

[[Em]] toda aoccaziã, que seofferecer deServir VossaSenhoria
empregarei sempre com a mais obsequioza, efiel vontade.

30 Deosguarde aVossaSenhoria muitos annos NossaSenhora
daAjuda a19 deAbril de 1766

Senhor Dom Luis Antonio deSouza

Mais fiel amigo eCapitvo

de[VossaSenhoria]

Mouraõ.

35 Francisco Xavier deMendonçaFurtado

Segunda Via

O Sr. Magestade Jm
 prezente a Carta de V. M. que houve a d'na
 de vinte e hum de Novembro do anno proximo
 passado, em que V. M. manda, do Estado em
 que se acha. o Collegio que foy de Padres
 da Companhia denominada de Jesus
 na Villa de Santos: Que em nome de V. M.
 servido, que V. M. mande fazer logo os reparos
 necessarios para se segurar, e conservar o
 dito Edificio: Ordena, que nelle se estabele
 ca a Residencia do Governador.

D. N. quando a V. M. Palacio de
 Nossa Senhora da Ajuda, a 23 de Junho
 de 1766. Conde de Ouyres

2
 J. Dom Luiz Antonio
 de Souza
 V. M.

ASua Magestade fiz

prezente aCarta deVossaSenhoria, quetrouse adatta
de vinte e hum de Novembro do anno proximo
passado, em que dâ Conta do Estado em

- 5 que se acha o Collegio que foy dos Padres
da Companhia denominada de Jezus
na Villa de Santos: E hê o mesmo Senhor
Servido, que Vossa Senhoria mande fazer logo os reparos
necessarios para se segurar, e conservar o
10 dito edificio: E ordena, que nelle se estabele
ça a Residencia dos Governadores.

Deus guarde a Vossa Senhoria Palacio de
Nossa Senhora da Ajuda, a 21 de julho
de 1766.

15 Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio
de Souza

Primeira Via

Fiz presente a Sua Magestade
 a Carta de V. M.^a que trouves adada de tres de
 Dezembro do anno proximo passado, em que
 V. M.^a dá conta do principio que tem na Villa
 de Santos a Fabrica do Algodão, que V. M.^a
 lá deseja estabelecer. E como Senhor
 manda participar a V. M.^a que seria melhor
 suspender esta e as mais manufacturas,
 e promover a Lavoura, porque a Policia
 de todas as Nações tem estabelecido receber
 das Colonias Ultramarinas os Fructos, e Ma-
 terias Cruz, assim como as Terras se produ-
 zem para serem Lavourados, e dirigidos na Col-
 reja, e se Remetterem depois della as Ma-
 nufacturas, por cujo principio se deve V. M.^a
 applicar a promover com grande forca
 a lavoura do Algodão para ser aquelle
 portado em Nave.

Perseguida a V. M.^a Policia de Nave
 Senhora da Ajuda, 22 de Julho de 1766.
 Conde de Oeiras

07
 J. Dom Luiz Antonio
 de Souza f. 13 r. v.

Fiz presente a Sua Magestade
a Carta de Vossa Senhoria, que trouxe a data de tres de-
Dezembro do anno proximo passado, em que
Vossa Senhoria dá conta do principio que tem na Villa
5 de Santos a Fabrica de Algodões, que Vossa Senhoria
lâ de seja estabelecer: E o mesmo Senhor
manda participar a Vossa Senhoria, que será melhor
suspender esta, e as mais manufacturas,
e promover a Lavoura; porque a Politica
10 de todas as Nações tem estabelecido receber
das Colonias Ultramarinas os Fructos, e Ma-
teriaes Cruz; assim como as Terras o produ-
zem para serem Lavrados, e dirigidos na Eu-
ropa, e se Remetterem depois della as Ma-
15 nufacturas; por cujo principio se deve Vossa Senhoria
applicar a promover com grande força
a lavoura do Algodão para ser aqui trans-
portado em Rama.

Deos guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa
20 Senhora da Ajuda, a 21 de julho de 1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio
de Souza
Primeira Via

Sendo presente de S. Mag. a Carta de N. S. de 23
 de Setembro do Anno proximo passado em que se ferio que
 observando a imminente extincção que ameaçava a ces-
 tas e arvôres chamadas Mangues indispensavelmente
 necessarias para as fabricas de Attanado, a grande extinc-
 ção que de ellas se fazia de Sta. Capirania para a do Rio de
 Janeiro. Ordenara que se se cortassem as arvôres maiores
 de certo Porto, donde ainda se não haviam extrahido, e extirpan-
 do as menores do mesmo Porto, emquanto crescia e se fazia
 Capazes de produzir semente para se propagar esta especie
 de arvôres utilissimas ao Commercio: Impedindo ao mesmo
 tempo, que se cortassem para Lenha: E por o mesmo Senhor
 servido approvar esta providencia.

Dado de N. S. e Palacio de Nova Senhora
 da Piedade a 22 de Julho de 1766

Conde de Oeyras

Luiz Thomaz de Souza.
 S. P.

Sendoprezente a *Sua Magestade* a *Carta de Vossa Senhoria* de 23
 de Setembro do Anno proximo passado, em que referio, que
 observando a imminente extinção, que ameaçava à cer-
 tas Arvores chamadas Mangues indispensavelmente
 5 neceſsarias para as Fabricas dos Attanados, a grande extrac-
 ção, que dellaſ ſefazia de ſſa Capitania, para do Rio de
 Janeiro; ordenara, que ſe cortassem as Arvores maiores
 de certo Porto, donde ainda ſe haviaõ extrahido, rezervan-
 do as Menores do Mesmo Porto, emquanto creſciaõ, e ſefaziaõ
 10 Capazes de produzir ſemente para ſe propagar eſta eſpecie
 de Arvores utiliſſimas ao Commercio: Impedindo ao meſmo
 tempo, que ſe cortassem para Lenha: Foy o meſmo Senhor
 ſervido aprovar eſta providencia.

Deos Guarde a *Vossa Senhoria* Palacio de Nossa Senhora
 15 da Ajuda a 22 de Julho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza

Primeira Via

Fiz presente a ^{de} Mag. a Carta que V.^{sa} me dirigio na datla de 17. de Setembro do anno proximo passado, a respeito da duvida que a V.^{sa} se lhe offerece sobre a Instrucao, que expedi ao Conde da Cunha, de que V.^{sa} levou a Copia, e a particular, que entreguei a V.^{sa} ao fim de não se descobrirem Minnas de Ouro nessa Capitania.

O mesmo Senhor manda participar a V.^{sa} que as Reaes Ordens expedidas ao Conde da Cunha pela minha Carta de 26. de Janeiro de 1765. se devem consiliar, e Concordar com a minha Instrucao particular, que prohibe os descobrimentos de Minnas: Que ambas se farão compatíveis, dando-se aos Aventurheiros a Licença, ajuda, e favor, para hirem avancando estabelecimentos para aquella parte da Serra de Apucarana, debaixo da esperanza dos Haveres, que nella se propoem, sem que com tudo se lhes permita irem logo de Salto a referida Serra buscar os taes Haveres, pois que seria o mesmo, do que illos mostrar aos Castilhanos das Missões Confinantes, sem os taes Aventurheiros terem depois forças bastantes para os sustentar em tão grande distancia: Que isto se lhes deve ponderar, dizendo se lhes, que o meio unico para aquella fim, he o de nos hirmos avancando para aquella parte, debaixo de todo o Segredo, com Povoações, e estabelecimentos de dez em dez Legoas quando mais, Recolhendo, e Civilizando para este effeito os Indios, que formos encontrando no novo Caminho

Fiz presente a *Sua Magestade* a Carta que *VossaSenhoria* me dirigio na datta de 17. de Setembro do anno proximo passado, a respeito da duvida que a *VossaSenhoria* selhe offerece sobre a Instrucção, que expedi ao Conde da Cunha, deque *VossaSenhoria*
 5 levou a Cópia, e a particular, que entreguei a *VossaSenhoria* aofim de não se descobrirem Minnas de Ouro nessa Capitania.

O Mesmo Senhor manda participar a *VossaSenhoria*, que as Reaes Ordens expedidas ao Conde da Cunha pela minha Carta de 26. de Janeiro de 1765., se
 10 devem consiliar, e concordar com a minha Instrucção particular, que prohibe os descobrimentos de Minnas: Que ambas sefaraõ compativeis, dando-se aos Aventureiros a Licença, ajuda, e favor, para hirem avançando estabe= cimentos para aquella parte da Serra de Apucarana,
 15 debaixo da esperança dos Haveres, que nella se propoem; sem que com tudo selhes permita hirem Logo de Salto à referida Serra buscar os taes Haveres, pois que seria o mesmo, do que illos mostrar aos Castilhanos das Missões Confinantes, sem os taes Aventureiros terem depois
 20 forças bastantes para os sustentar em tão grande distancia: Que isto selhes deve ponderar, dizendo-selhes, que o meyo unico para aquelle fim, hé o de nos hirmos avançando para aquella parte, debaixo de todo o Segredo, com Povoa= ções, e estabelecimentos de dez, em dez Legoas quando
 25 mais; recolhendo, e Civilizando para este effeito os Indios, que formos encontrando no nosso Caminho en

ensinando-os a trabalhar, e dando-lhes Ferramentas
 para os taes trabalhos: Que para as taes se devem tam-
 bem Recolher, e aproveitar os Vadios, que andão dispersos
 nos Sertões pelos chamados Sítios volantes, ajuntando-
 em Colonias Civis de Villas, e Aldeyas, com Juizes, Vere-
 res, e Camaras, como bem praticou nos Sertões do Pará o
 Governador, e Capitão General Francisco Xavier de Men-
 donça Furtado, erigindo mais de Settenta Villas, que hoje
 se dão as mãos humas às outras, e fazem aquelles Sertões
 seguros, e fructuosos: Que pelo Tabagi, Curitiba, São João,
 São Carlos, e Registo, devemos preoccupar o Morro de Apu-
 carana com a mayor brevidade que Couber no possível pa-
 ra impedirmos, que os Jesuitas das Missões passem para es-
 ta parte do referido Morro de Apucarana, e do Rio Grande
 do Registo antes que elles opassem, e se fortifiquem no topo
 do Morro, e Margem Oriental do Sobredito Rio Grande,
 para dali hirem penetrando a Capitania de São Paulo:
 Que estes objectos de pormos barreira a os taes Jesuitas das
 Chamadas Missões daquelle parte, para nos aprovi-
 tarmos depois daquelle extensissimo Territorio, he que de-
 vem fazer os grandes, e principaes pontos de vista de V. S.^a
 como V. S.^a mesma terá comprehendido pela Carta Cho-
 rographica, cuja Copia veyo junta à Carta de V. S.^a, que faz
 o assumpto desta Resposta: E que em fim para conseguir
 aquelle grande fim, deve V. S.^a empenhar com o seu bom
 modo, prudencia, e arte, não só os Adventureiros, de que
 trata a minha dita Carta, mas todos os mais daquelle

[[en]]sinando-os atrabalhar; e dando-lhes Ferramentas
 para os taes trabalhos: Que para as taes sedevem tam-
 bem recolher, e aproveitar os Vadios, que andaõ dispersos
 30 nos Sertoens pelos chamados Sítios volantes, ajustando-os
 em Colonias Civis de Villas, e Aldeyas, com luizes, Vereado-
 res, e Camaras, como bem praticou nos Sertoões do Pará o
 Governador, e Capitão General Francisco Xavier de Men-
 donça Furtado, erigindo mais de Settenta Villas, que hoje
 35 sedaõ as mãos humas às Outras, efazem aquelles Sertoões
 seguros, e fructozos: Que pelo Tabagi, Curitiba, São Iozê
 São Carlos, e Registo, devemos preocupar o Morro de Apu-
 carana com amayor brevidade, que Couber no possivel, pa-
 ra impedirmos, que os lezuitas das Missoens passem para es-
 40 taparte do referido Morro de Apucarana edo Rio Grande
 do Registo antes que elles opassem, e se fortifiquem no referi-
 do Morro, e Margem Oriental do Sobredito Rio Grande,
 para dali hirem penetrando a Capitania de São Paulo:
 Que estes objectos de pormos barreira aos taes lezuitas das
 45 chamadas Missoens daquelle parte, para nos aprovei-
 tarmos depois daquelle extencissimo Territorio, hé que de-
 vem fazer os grandes, e principaes pontos de vista de Vossa Senhoria,
 como Vossa Senhoria mesma terá comprehendido pela Carta cho-
 rografica, cuja Cópia veyo junta à Carta de Vossa Senhoria, que faz
 50 o assumpto desta resposta: E que em fim para conseguir
 aquelle grande fim, deve Vossa Senhoria empenhar com o Seu bom
 modo, prudencia, e arte, não só os Aventureiros, de que
 trata a minha dita Carta, mas todos os mais daquellas par-

partes, que poder persuadir: Fazendo V. S.^a ver, que antes de tudo se devem preoccupar, e segurar aquellas Fronteiras, para que os Castellanos se não aproveitem dellas adomandoas de zertas, e que depois de seguras, tem V. S.^a Ordem de S.^a Mag.^a para dividir em Villas todo aquelle vastissimo Territorio, e para fazer Mercê dos Senhores, e Alcaidarias Mores dellas ás Pessoas distinctas, que tiverem meyor para as povoarem, a fim de que os Habitantes das mesmas Villas possam cultivar as Terras, e as Minas dos respectivos Termos das suas divizoens: Pois que de Outra sorte seriaõ inuteis os descobrimentos de Haверes para os mostrarmos a os Castellanos, e estes se aproveitarem delles, sem da nossa parte haver os meyor necessarios para os diffendermos.

Não muitos tempos que aqui tem Constatado, que esses Sertões são ferteis em Indios, os quaes civilizados na forma das Leys, e Ordens do mesmo Senhor, Constituhiraõ Povoacoens Capazes de poderem manterse; havendo igualmente informacão de que os Indios dessas partes são doceis, e faceis de Aldaar, e reduzir a Sociedade Civil, que he o que mais importa; porque o primeyro, e mayor Cabedal de qualquer Estado Consiste no numero das Gentes: Sendo que atle os mesmos Indios dos Jesuítas virão depois buscarnos, se virem que entre Nós são Homens como os outros, e como taes tractados, quando os mesmos Jesuítas os tratam, como bestas,oubando Nos com a Liberdade

[[par]]tes, quepoder persuadir: Fazendo-lhes *VossaSenhoria* ver, que
 55 antes detudo sedevem preocupar, esegurar aquellas Frontei=
 ras, para que os Castelhanos senaõ aproveitem dellas acham=
 do as dezertas, e que despois deseguras, tem *VossaSenhoria* Ordem de
Sua Magestade, para dividir em Villas todo aquelle vastissimo
 Territorio, e para fazer Mercê dos Senhorios, e Alcaidarias
 60 Mores dellas às Pessoas distinctas, que tiverem meyo pa=
 ra as povoarem, afim deque os Habitantes das mesmas
 Villas possam cultivar as Terras, e as Minas dos respectivos
 Termos das suas divisoens: Pois que de Outra sorte seriaõ
 inuteis os descobrimentos de Haveres para os mostrarmos
 65 a os Castelhanos, e estes se aproveitarem delles, sem da nossa
 parte haver os meyo necessarios para os deffendermos.

Hà muitos tempos que aqui tem Constado, que
 esses Sertoões saõ ferteis em Indios, os quaes civilizados
 na forma das Leys, e Ordens do mesmo Senhor,
 70 Constituihiraõ Povoações Capazes de poderem man=
 ter-se; havendo igualmente informação deque os
 Indios dessas partes saõ doceis, e faceis de Alde=
 ar, e reduzir a Sociedade Civil, que hé o que mais
 importa; porque o primeyro, e mayor Cabe=
 75 dal de qualquer Estado Consiste no numero
 das Gentes: Sendo que athé os mesmos Indios
 dos lezuitas viraõ despois buscar-nos, se virem,
 que entre Nòs saõ Homens como os Outros, e como
 taes tractados, quando os mesmos lezuitas os
 80 tratam, como bestas, roubando-lhes com a Liberdade

de

de, as Mulheres, os Filhos, e os Bens, sem os deus
 rem possuir couza alguma.

Deus Q.^a V.^a do Palacio de N. S.^a
 n. lora Da Ajuda a 22. de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

J. D. Luiz Antonio de
 Souza
 s. a. via

[[de]], as Mulheres, os Filhos, eos Bens, sem os deixa
rem possuir couza alguma.

Deus *Guarde aVossaSenhoria* Palacio deNossa Se-
85 nhora daAjuda a 22 delulho de 1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de

Souza

Primeira Via

A Sua Mage.^{de} foram pre-
sentes as Cartas de V.^{sa} dadas de 21 e 22
de Setembro do Anno proximo pasado, sobre os
frequentes homicidios, que se comettem nesta Cap-
tania, sem temor de Deos, e das Santas de
El Rey Nosso Senhor.

Sua Mage.^{de} tem tomado este Negocio
na Sua Real Consideração, para lhe dar prompta,
e efficaz providencia: E approvou o expediente util,
e necessario, que V.^{sa} tomou de mandar executar
pelo Ouvidor Geral desta Capitania a Ley da
Policia.

D^o quando a V.^{sa} Peluio
de Nossa Senhora da Ajuda a 22 de
Julho de 1766. Conde de Oeyras

27
D. Luis Antonio de Souza.
P.^a Via.

ASua Magestade forampre=
 sentes as Cartas deVossaSenhoria das dattas de 21, e 22
 deSetembro do Anno proximo passado, Sobreos
 frequentes homecidios, queSecomettem neSsaCap=
 5 pitania, Semtemor deDeos, edas lustiças de
 EIREY NoSsoSenhor.

Sua Magestade temtomado esteNegocio
 naSuaReal Consideração, paralhedar prompta,
 eefficáz providencia: Eaprovou oexpediente util,
 10 eneceSsario, que VossaSenhoria tomou de mandar executar
 peloOuvidor Geral dessaCapitania aLey da
 Policia.

Deosgarde aVossaSenhoria Palacio
 deNossaSenhora daAjuda a22 de
 15 Iulho de1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio deSouza.

Primeira Via.

183
 N.º 1.º mandou remetter a V.ª S.ª alguns com-
 plices da Carta de Ley e Pragmatica, que ultimamente mandou
 promulgar em que ha por bem declarar e ampliar as Leys orde-
 nadas a respeito as fraudulentas, e impias negociacoes de testa-
 mentos e ultimas voluntades. E Ordena o mesmo Senhor, que
 V.ª S.ª mande publicar e registar nos Livros da Camera, para
 que ninguém possa allegar ignorancia, e facia executar em tudo
 o que for applicavel nessa Capitania, sem intelligencia, ou altera-
 rias alguma.

P.º D.º de V.ª S.ª Palácio de V.ª S.ª Co-
 nhora da Ajuda a 24 de Julho de 1766.

João de Almeida e Silva

Dom Luiz Antonio
 de Souza
 2.º viz.

Sua Magestade manda remetter a *Vossa Senhoria* alguns Exemplares da *Carta de Ley*, e *Pragmatica*, que ultimamente mandou promulgar, em que há por bem declarar, e ampliar as Leys ordenadas acohibir as fraudulentas, e impias negociações de testamentos e ultimas vontades: E Ordena o mesmo Senhor, que *Vossa Senhoria* amandepublicar, e registrar nos Livros da Camera, para que ninguem possa allegar ignorancia, e faça executar em tudo, o que for applicavel nessa Capitania, sem intelligencia, ou alteração algua.

10 Deos guarde a *Vossa Senhoria* Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 21 de Julho de 1766.

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Senhor Dom Luiz Antonio
de Souza.

15 *Segunda Via.*

127
 Sua Mag.^a fôr presente a Carta
 de V. S.^a que trouxe a data de quatro de Dezembro
 do anno proximo pasado, em que V. S.^a dá conta
 de haverem partido os Commisarios que vão fun-
 dar a nova Villa na Enseada de Guaratuba, a
 quem V. S.^a munis com todas as precisas ordens
 para conuocarem os Cazacs, e em que V. S.^a decla-
 ra as mais providencias que deu para o mesmo
 util estabelecimento: O mesmo Senhor approva
 tudo o que V. S.^a tem obrado a respeito da subedi-
 ta nova Villa, e há por bem que V. S.^a se ponha
 o seu nome de São Luiz.

Deos guarde a V. S.^a Palacio de Minas
 Senhora da Ajuda 22 de Julho de 1766.

Conde de Oegroy

V.
 Dom Luiz Anto-
 nio de Souza.

V.^a Via.

A Sua Magestade fiz presente a Carta
de Vossa Senhoria que trouxe a data de quatro de Dezembro
do anno proximo passado, em que Vossa Senhoria dá conta
de haverem partido os Commissarios que vão fun=

- 5 dar a nova Villa na Enseada de Guaratuba, a
quem Vossa Senhoria munio com todas as precisas ordens
para convocarem os Cazaes; e em que Vossa Senhoria decla-
ra as mais providencias que deu para o mesmo
util estabelecimento: O mesmo Senhor approva
10 tudo o que Vossa Senhoria tem obrado a respeito da sobredi-
ta nova Villa; e há por bem que Vossa Senhoria lhe ponha
o Seu nome de São Luiz.

Deos guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa
Senhora da Ajuda, a 22 de Julho de 1766.

- 15 Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio
de Souza.
Primeira Via.

Fazendo presente a Sua Mag.^a a Carta
 que V.^{sa} me dirigis com data de quito de Dezem-
 bro do anno proximo pasado, em que V.^{sa} se con-
 ta do bom agazallo que se au. Communiario de Villa
 de Bornagila, e do que com elles ajustou a respeito das
 Portuguezas de Barra de mesma Villa, achando-
 se prompto com todo o gosto para a referida villa, e
 prompto para concorrerem para ella com as suas
 Censas, e com os seus Escravos. He o mesmo Se-
 nhor servido louvar a V.^{sa} o zelo com que tem
 promovido este util estabelecimento: E Ordena
 que V.^{sa} no Real Nome de Sua Mag.^a agrade-
 ca a estes bons Vassallos o amor, e fidelidade com
 que tem concorrido para o mesmo util estabele-
 cimento; e para com elle continuarem a Castella-
 nos Vizinhanças suas Fronteiras a differença que Nos
 fazem os Portuguezes, e quanto se distinguem no
 amor, e fidelidade ao Seu Rey, e item com
 muiam de sua Patria.

Deo^{ra} guarde a V.^{sa} Palacio de
 Nova Senhora da Ajuda a 22 de Julho de
1766 Conde de Oeyras

V.^{sa} Dom Luiz An-
 tonio de Souza.
 8.^o Vis.

Fazendo presente a *Sua Magestade* a Carta
 que *VossaSenhoria* me dirigio com datta de quatro de Dezem=
 bro do anno proximo passado, em que *VossaSenhoria* dá con=
 ta do bom agazalho que fes aos Commissarios daVilla
 5 de Pernagúa, edo que com elles ajustou a respeito das
 Fortificaçoens da Barra da mesma Villa, achando-os
 dispostos com todo o gosto para a referida obra, e
 promptos para concorrerem para ella com as suas
 Pessoas, e com os seus Escravos: He o mesmo Se=
 10 nhor servido louvar a*VossaSenhoria* o zelo com que tem
 promovido este util estabelecimento: E Ordena
 que *VossaSenhoria* no Real Nome de*SuaMagestade* agrade=
 ça a estes bons Vassallos o amor, e fidelidade com
 que tem concorrido para o mesmo util estabeleci=
 15 mento; e para com elle conhecerem os Castelha=
 nos Vezinhos dessas Fronteiras a diferença que lhes
 fazem os Portuguezes, eoquanto se distinguem no
 amor, e fidelidade ao Seu Rey, ea o bem com
 mum da sua Patria.

20 Deozgarde a*VossaSenhoria* Palacio de
 NossaSenhora daAjuda a22 de Iulho de
1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz An=

25 tonio deSouza.

Primeira Via.

S

139

va presente a Sua Mag.^a e Costa de
 V.^a que trouxe a ditta de n.º de Dezembro
 do anno proximo pasado, que a acompanhava a
 mostra do primeiro Ferro que Domingos Per-
 reira Pereira tem principiado a tirar junto a
 Villa de Sorocaba: Que o mesmo Senhor
 servido, que V.^a examine o proprio que tem
 feito estas Minas mais uteis que as de Ouro:
 Que V.^a se fôrmente quanto possível for: E que
 vá informando de tudo o que for a elles respecti-
 vo.

Deo. guarde a V.^a Palácio de
 Nossa Senhora da Ajuda a 22 de Julho de
 1766 Conde de Oeyro

V. Dom Luis An-
 tonio de Sousa.
 V.^o Vio.

Fiz presente a *Sua Magestade* a Carta de
VossaSenhoria que trouxe a datta de nove de Dezembro
do anno proximo passado, que a acompanhava a
mostra do primeiro Ferro, que Domingos Fer-
5 reira Pereira tem principiado a tirar junto à
Villa de Sorocaba: E he o mesmo Senhor
Servido, que *VossaSenhoria* examine o progresso que tem
feito estas Minas mais uteis que as do Ouro:
Que *VossaSenhoria* as fomite quanto possivel for: E que
10 vá informando de tudo o que for a ellas respecti-
vo.

Deos guarde a *VossaSenhoria* Palacio de
NoSsa Senhora daAjuda a22 de Iulho de
1766.

15 Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz An-
tonio deSouza
Primeira Via.

*Se Mag.*iram prezentes as duas Cortes del'ja
que trouxeram as datas de 12, e 20 de Agosto do Anno proximo pas-
sado, em que V.^{sa} se concertou a pobreza, a que se achavam edu-
cados de Povos dessa Capitania.

O mesmo Senhor conhecendo com as claras Lu-
zes da sua profundissima comprehensao, que a pobreza desses
Povos he sua necessaria Consequencia da falta de Lavoura,
em que consiste a principal riqueza dos Povos, e meios de
aumentar n'elles a Povoação, e a abundancia como em Cal-
ta separada, na qual foy Regio da A.^{sa} de três de Dezembro
do Anno proximo passado, he tenho ponderado: Manda
se M.^{sa} recomendar a V.^{sa} que empregue todos os
meios que lhe forem possiveis para fazer florescer n'ella a
Capitania a Agricultura.

O outro meio de enriquecer, e povoar a Ilha dessa
Capitania, consiste no Commercio: O qual presentemen-
te se acha livre e desembaraçado pela Ley de 10 de Setem-
bro do Anno proximo precedente, para hirem em direitura
e Navios ao Porto da Praia de Santos, cujos e Moradores e os de
toda essa Capitania podem tomar exemplo nos do Mara-
nhão, que estao tão pobres, como os de São Paulo, e en-
trando a cultivar algumas, que se mettem para esse Reino
em Cama. So' humma Carregação deste genero lhes importou
agora em mais de setenta e seis Contos de Reis: De sorte
que dentro em poucos annos de cultura das Terras, e tri-
ações de gados se achão opulentos.

Deus que pertence a Navegação dos Vinhos
em direitura para essa Capitania: e se fará as neces-
sarias providencias para que o Commercio dessa Ilha
se cultive.

Deus

A *Sua Magestade* foram presentes as duas Cartas de *Vossa Senhoria* que trouxeram as datas de 19, e 20 de Agosto do Anno proximo passado, em que *Vossa Senhoria* representou a pobreza, a que se achavam reduzidos os Povos dessa Capitania.

5 O mesmo Senhor reconhecendo com as claras Luzes da Sua profundissima comprehensão, que a pobreza desses Povos, he huã necessaria consequencia da falta de Lavoura, em que consiste a principal riqueza dos Povos, e meio de
 10 aumentar nelles a Povoação, e a abundancia, como em Carta Separada, na qual faço reposta a *Vossa Senhoria* de tres de Dezembro do Anno proximo passado, lhe tenho ponderado: Manda *Sua Magestade* recomendar a *Vossa Senhoria*, que empregue todos os
 15 meios, que elle forem possiveis para fazer florescer nessa Capitania a Agricultura.

20 Outro Meio de enriquecer, e povoar as Terras dessa Capitania; Consiste no Commercio: O qual presentemente se acha Livre e desembaraçado pela Ley de 10 de Setembro do Anno proximo precedente, para hirem em direitura Navios ao Porto da Praça de Santos, cujos Moradores, e os de
 25 toda essa Capitania, podem tomar exemplo nos do Maranhão, que estando tão pobres, como os de São Paulo; e entrando a cultivar Algudaão, que remette para este Reino em rama; só huma Carregação deste Genero lhes importou
 30 agora em mais de Sessenta e Seis Contos de reis: De Sorte que dentro em poucos annos de cultura das Terras, ecriações de Gados, se achão opulentos.

Pelo que pertence a Navegação dos Vinhos em direitura para essa Capitania: Se darão as necessarias providencias, para que o Commercio desses Portos
 30 se cultive.

Deos

Deos G. de S. e Saluio de Nova
 Senhora da Espada 22 de Junho de 1766
 Conde de Oeyras

6.
 Dom Luiz Antunes de Sousa
 1.º Vis

[[Deos]]Guarde aVossaSenhoria Palacio deNossa
Senhora daAjuda a22 delulho de 1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio deSouza

35

Primeira Via

142

Si presente a Mage a Carta de V. S. de 27 de
 Agosto do Anno proximo passado, em que V. S. referio os mo-
 tivos q^{os} obrigaram a differir por algum tempo o acto da posse
 do Governo desta Capitania para a tomar na Capital de São Paulo.
 E ademerar se todo aquelle tempo na Villa de Santos para obviar
 as difficuldades que nella achou: E como einhos foy servir e ap-
 provar a Regularidade, e prudencia, com que V. S. tomou estas reso-
 lucões.

Por Guardar a V. S. Palácio de Viena e Senhora de
 Ajuda a 22 de Junho de 1766
 Conde de Oeyras

Dom Luiz Antonio de Souza.
 para.

Fiz presente a *Sua Magestade* a Carta de *Vossa Senhoria* de 27 de Agosto do Anno proximo passado, em que *Vossa Senhoria* referio os Motivos, que o obrigaram a differir por algum tempo o acto da posse do Governo dessa Capitania para attender na Capital de São Paulo;

- 5 E ademorar-se todo aquelle tempo na Villa de Santos, para obviar as desordens, que nella achou: E o mesmo Senhor foy servido approvar a regularidade, e prudencia, com que *Vossa Senhoria* tomou estas resoluções.

Deos Guarde a *Vossa Senhoria* Palacio de Nossa Senhora da

- 10 Ajuda a 22 de julho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza.

Primeira Via.

S. Mag. foy presente a Carta de V.^a de 30 de Julho proximo passado com o Mappa a ella
juntos da Praia de Santos, e seus Portos: Comissos Senhores
fica na intelligencia do estado da referida Praia, e seus Portos
e das disposicoes que V.^a fiza, fazendo para os fortificat.
e das providencias interinas que havia dado a este respeito.
Aprovando S. Mag. tudo o que V.^a tem obrado nes-
ta importante materia: E reservando as ulteriores Provi-
dencias para quando esta Provedoria for mais abundan-
te de meios, como esperamos, que o seja com grande brevi-
dade.

De lo que pertence as Minas de Ouro de que V.^a
sabou na dita Carta: Ordena S. Mag. que V.^a faza toda
apossivel diligencia para as impedir e faze-las abando-
nar por todos os meios indirectos que lhe suggerir a sua
prudencia: Primeiramente porque a cultura das terras,
e constructos Naturaes della, he pelo calculo de Arithmeti-
ca Politica e Economica do Estado, mais util que das
minas com tanta differencia quanta he de Vinho
contra hum: Em segundo Lugar por que no caso negado que
fosem mais uteis as tais Minas, nas deviam permittirse
nem a em tanta vizinhanca das Costas e Maritimas.

Deo q.^{do} a V.^a Palacio de Nossa Senhora da
Ajuda 22 de Julho de 1766.
Jnde de Cuyva

Dom Luiz Antonio de Souza
1.^a 13

A *Sua Magestade* foy presente a *Carta de Vossa Senhoria* de 30 de julho proximo passado como *Mappas* a ella juntos da *Praça de Santos*, e *Seus Portos*: E o mesmo Senhor fica na intelligencia do estado da referida *Praça*, e *Seus Portos*, e das *disposições*, que *Vossa Senhoria* ficava fazendo para os fortificar, e das *providencias* interinas, que havia dado a este respeito: Aprovando *Sua Magestade* tudo o que *Vossa Senhoria* tem obrado nesta importante *Materia*: E reservando as ulteriores *Providencias* para quando essa *Provedoria* for mais abundante de *meios*, como esperamos, que o seja com grande brevidade.

Pelo que pertence as *Minas de Ouro* de que *Vossa Senhoria* Falou na dita *Carta*: Ordena *Sua Magestade*, que *Vossa Senhoria* faça toda a possível diligencia para as impedir, e fazer abandonar por todos os *meios indirectos*, que lhe Suggestir a *Sua prudencia*: Primeiramente porque a *culturas das Terras*, e dos *fructos Naturaes* della, he pelo calculo da *Arimethica Politica* e *Economica* do *Estado*, mais util, que das mesmas *Minas* com tanta differença quanta vay devinte contra hum: Em *Segundo Lugar*, porque no *Cazo* negado, que fossem mais uteis as táes *Minas*, não deveriam permittirse nunca em tanta *vezinhança das Costas Maritimas*.

Deos Guarde a *Vossa Senhoria* *Palacio de Nossa Senhora da Ajuda* a 22 de julho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza.

Primeira Via

145
Dom Luis Antonio de Souza Governador, e Capitão General da Capitania de
São Paulo, e Minas. Ellei. R. E. V. m. virei muito saudado. Sendo
me presentes em muitas e muito repetidas queixas e breves e cartazes
insultos, que nos Concelhos desta Capitania tem commetido os Indios,
e factos por eles, que nelles vivem, como foras, separados da sociedade Ci-
vil e commercio dos brancos. E por esta ordem, que todos os Homens que
nestes Concelhos se acharem vagabundos, ou em furtos, Volantes, depois Logo
obrigados a estabelecerem lugares accomodados para viverem juntos em
Barragens Civis, que pelo menor tempo de cincoenta tocos para cima,
com seus Ordinarios Vereadores e Procuradores do Concelho. Regatando se
entre elles com justa proporção as terras de fazendas. E isto de baixo
da pena de que a quem não o fizer, que no termo competente que se lhe assignar
nos Editaes que se offixarem para este effecto não apparecerem para se
congregarem e estabelecerem a sociedade civil nas Barragens acima de-
claradas, serão tratados como Salteadores de Caminhos, e inimigos
communs, e como tais punidos com a severidade das Leys. Excep-
tando se com tudo: Primeiramente os Povos, que com Criados, Es-
cravidos, e Fabrica de Lavoura vivem nas suas fazendas sujeitos a serem in-
feriados daquelles Infames e perniciosos Vadios: Em segundo lugar os
Rancheiros, que pelas Estradas publicas se achão estabelecidos com os seus
Cavallos para a hospitalidade e comodidade dos Viandantes em benefício
do commercio e da communicação das freguesias. Em terceiro lugar as Bar-
deiras, ou Boças que em corpo e sociedade util e proveitosa vão ao commercio
congregados em boa união para nelles fazerem novos descobrimentos.
Por servida outro fim que os mesmos Povos, Rancheiros, e Boças
de Bardeiras tenham toda a necessaria autoridade para prenderem,
e remetterem as Cadeas publicas das Comarcas que estiverem mais
vizinhas todos os Homens que acharem dispersos, ou seja nestes
chamados furtivos Volantes, em estabelecimentos permanentes e fixos,
ou seja nos Caminhos e Mattos, remetterdo com elles assignados
os lugares, Estados, e Circunstancias, em que estiverem ao tempo em
que os encontrarem, com as justificações feitas com q. E. P. e. e. q. d.

Dom Luis Antonio deSouza, Governador, eCapitão General daCapitania de
 SãoPaulo, Amigo. EUELREY vos invio muito saudar. Sendo-
 meprezentes em muitas, emuito repetidas as queixas osCrueis, eatrozes
 insultos, que nos Certoens dessaCapitanîa tem commetido os Vadios,
 5 eosfacinorozos, que nelles vivem comoFeras, separados daSociedade Ci-
 vil, eCommercio Humano: SouServidoordenar, que todos os Homens, que
 nos ditos Certoens, se acharem vagabundos, ou emSitios Volantes, sejaõ Logo
 obrigados a escolherem Lugares accomodados, para viverem juntos em
 Povaçoens Civis, que pelo menos tenhaõ de cincoentaFogos para cima,
 10 com luiz Ordinario, Vereadores, eProcurador doConselho; repartindose
 entre elles com justa proporção asTerras adjacentes: Eisto debaixo
 dapena, deque aquelles, queno termo competente, que selhes assignar
 nos Editaes, quese affixarempara esteeffeito, não apparecerem, parase
 congregarem, e reduzirem à Sociedade civil nasPovaçoens acima de-
 15 cLaradas; seraõ tratados, comoSalteadores deCaminhos, e Inimigos
 cõmundos, ecomo taes punidos com a severidadde dasLeys: Exceptuan-
 dose com tudo: Primeiramente os Rosseiros, quecomCriados, Es-
 cravos, eFabrica deLavoura vivem nasSuasFazendas Sugeitos aserem in-
 festados daquelles infames, eperneciozos vadios: EmSegundoLugar os
 20 Rancheiros, quepelas EstradaspUBLICAS se achaõ estabelecidos com osseus
 ranchos para a Hospitalidade, eCõmodidade dos Viandantes embeneficio
 doCommercio, edaComunicação dasGentes: EmTerceiro Lugar asBan-
 deiras, ouTropas, que emCorpo, eSociedade util, eLouvavel, vaõ aosCertoens
 congregados emboa uniaõ, para nellasfazerem novos descobrimentos.
 25 Souservido outrosim, que os mesmosRosseiros, Rancheiros, eTropas
 deBandeiras, tenhaõ toda a necessaria authoridade para prenderem,
 e remetterem às CadeaspUBLICAS dasComarcas, queestiverem mais
 vezinhas, todos os Homens, que acharem despersos; ouseja nosditos
 chamados sitios volantes, sem estabelecimento permanente, esolido;
 30 ouseja nosCaminhos, eMattos; remettendo com elles autuados
 osLugares, Estados, e Circunstancias, emque estiverem ao tempo em
 que os encontrarem, com as justificaçoens feitas comasPessoas,
 que

que as taes prozoas asintirem poro que não sejam Offiçios de
 porque para estes casos Vm. auctoridade publica em beneficio
 de tranquillidade do Meus Reij Vnidade. Para melhor execução
 e cumprimento de Homens tão infames, e tão perniciozos: Mando q
 na Realidade do Reij de Janeiro e Comarcas do Conditório della se ob
 rem inuistavelmente os Reitores e Cheys da Policia que tem estabe
 lecido neste Reij e muias. Orçãos publicos. servindo no Reij de Janeiro
 de Intendente da Policia o Desembargador Ouvidor Geral do Crim
 enas e outras Comarcas e Ouvidores Gerais dellas. Para que assim
 observe inuistavelmente Vm. mando limette as fidejussoras Reys e
 cretos orçãos faveirados sua devida execução, depois de publicados, de
 duvida, ou Embargo algum qualquer que elle seja. E que todos os
 executar com aquelle zelo e actividade que de Vm. confio. E origina
 no Palacio de Nova Senhora da Ajuda avinte e douz de Julho de
 mil Settecentos Setenta e seis.

Rey.

Para Luis Antonio de Souza.
 V. Via.

35 [[que]] às taesprizoens assistirem, pos toque não sejaõ Officiaes delustiça
 porquepara estes cazos lhes concedo aauthoridadepublica embeneficio
 datranquilidade dosMeusfieis Vassallos: Para melhor execuçam
 eescarmento deHomens, taõ infames, e taõ perniciosos: Mando, que
 naRelação doRio delaneiro, eComarcas doTerritorio della, se obser-
 vem inviolavelmente osDecretos, eLeys daPolicia, que tem estabe-
 40 lecido nesteReino omesmo socego publico; servindo noRio delaneiro
 de Intendente daPolicia oDezembargador OuvidorGeral doCrime,
 e nas outrasComarcas osOuvidores Geraes dellas. Paraque assim [se]
 observe inviolavelmente, Vos mando remetter assobreditas Leys, eDe-
 cretos osquaes fareis dar àsua devida execução, depois depublicados, sem
 45 duvida, ou embargo algum qualquer que elleseja. Oque tudofarei
 executar comaquelle zelo, eactividade, quedeVós confio. Escripta
 noPalacio deNossaSenhora daAjuda avinte edous delulho de
 milsettecentos sessenta eseis.

Rey

50 ParaDom Luis Antonio deSouza
 Primeira Via.

A Mag^{de} soy presente a Carta
de V.^{sa} que trouxe a data de N. de Agosto do Anno proximo
passado, sobre o estado das Milicias desta Capitania, e sobre as
disposicoes, que V.^{sa} fizesse, não só para as acrescentar,
mas tambem para lhes dar forma, e disciplina, vencendo as duas
difficuldades do horror, que se tem ao Nome de Soldado,
e da preguiça, e dispersão, em que se acclã oses Homens.

O mesmo Senhor manda Lutar a V.^{sa} com
que se tem empregado nesta importante materia: Esperando
que continue nella com a mayor actividade, e desvelo. E prevendo
ninda a V.^{sa} que para vencer o horror, que estes Homens tem ao
Nome de Soldado, distinga V.^{sa} a estimacão em tractos
Soldados, e Officiaes das Tropas pagas, dos Auxiliares, e das
Ordenanças, dos que forem Baitantes. Desorte que estes co-
nheça, que são mais estimados, e attendidos a aquellos, sempre
parar em que sejam Brancos, Pardos, ou Negros, e Carijez.

Tambem em pregará V.^{sa} todos os meios, que a
sua prudencia lhe suggerir, para estabelecer a Politica de
lutar contra a preguiça, e torpezade, e de amor a patria, que
conduza ao serviço do Rey e da Patria, e em contribuirem os
Homens para a felicidade dos outros, da mesma sociedade,
em que se acclã, com os seus trabalhos de corpo, e de espirito.
sendo os virtuosos no corpo Politico e mesmo, que são no corpo Hu-
mano os Membros sãos, e batidos pelas paralizações, e
outras enfermidades semelhantes.

E para V.^{sa} chi firmar alguns Nomes, que
sejam capazes de discernimento, e de percepção. Mandou
A Mag^{de} remetter a V.^{sa} alguns Exemplares da traducção

A Sua Magestade foy presente a Carta

de Vossa Senhoria, que trouxe a data de dous de Agosto do Anno proximo
passado, sobre o estado das Milicias dessa Capitania, e sobre as
dispozicoens, que Vossa Senhoria hia fazendo, não só para as accrescentar;

5 mas tambem para lhes dar forma, e disciplina; vencendo as du-
as dificuldades do horror, que ahi se tem ao Nome de Soldado,
e da preguiça, e dispersão, em que se achão esses Póvos.

O mesmo Senhor manda Louvar a Vossa Senhoria o zelo, com
que se tem empregado nesta importante materia: Esperando,
10 que continue nella com a mayor actividade, e desvelo: E preve-
nindo a Vossa Senhoria, que para vencer o horror, que esses Povos tem ao
Nome de Soldados, distinga Vossa Senhoria na estimação, e no tracto os
Soldados, e Officiaes das Tropas pagas, dos Auxiliares, e das
Ordenanças, dos que forem Paizanos: desorte que estes co-
15 nheção, que são mais estimados, e attendidos aquelles; sem re=
parar em que sejam Brancos, Pardos, ou Indios, e Carijoz.

Tambem empregará Vossa Senhoria todos os meynos, que a
sua prudencia lhe suggerir, para estabelecer a Politica do
horror contra a preguiça, e ociosidade; e do amor á honra, que
20 consiste no serviço do Rey, e da Patria, e em contribuirem os
Homens para a felicidade dos outros, da mesma sociedade,
em que se achão, com os seus trabalhos do corpo, e do Espirito:
sendo os vadios no corpo Politico o mesmo, que são no corpo Hu=
mano os Membros tolhidos, e baldados pelas parlezias, e
25 outras enfermidades semelhantes.

E para Vossa Senhoria ahi formar alguns Homens, que
sejam capazes de discernimento, e de percepção: Manda
Sua Magestade remetter a Vossa Senhoria alguns Exemplares da tradução dos

Aos Officiis de Cicari, que o mesmo Senhor mandou
 comprar para a educação da Nobreza do seu Real
 gto desta Corte. De ^{de S. M.} S. M. Palácio de
 Senhora da Ajuda a 22 de Junho de 1766
 Conde de Oeyras

M^{te} P^{ra}o Luiz Antonio
 de Souza.
 1.^a Via

[[dos]] Officios de Cicero, que o mesmo Senhor mandou es-
30 tampar para a educação da Nobreza do Real Cole-
gio desta Corte

Deos *guarde* a Vossa *Senhoria* Palacio de Nossa
Senhora da Ajuda a 22 de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

35 Senhor Dom Luis Antonio
de Souza
Primeira Via

OF

150

Se presente a Sua Mag.^e e Carta de S.^a para
com ella de seis de Dezembro do anno proximo para-
do, em que S.^a de conto do ardente zelo, que tem
encontrado em alguns Vassallos do mesmo Senhor, pa-
ra concorrerem com as suas fazendas, com o seu tra-
balho, e com o seu tempo para as ultimas disposicoes as
que S.^a tem dado principio: Supondo S.^a comu-
mente honrar Sua Mag.^e ao que mais se distinguiram
com algumas merces de Habito.

O mesmo Senhor se conforma com o parecer
de S.^a e ordena que em tempo, e lugar propozha S.^a
a aquellas Pessoas mais principaes, e que mais se han-
verem distinguido para a dita merce de Habito da
Ordem de Christo.

Deos guarde a S.^a D. Luis de Almeida
Senhora de Ajuda a 22 de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

V.
Dom Luiz Ant-
nio de Souza
S.^a V.^a

Fiz presente a Sua Magestade a Carta de Vossa Senhoria com data de seis de Dezembro do anno proximo passado, em que Vossa Senhoria dá conta do ardente zello, que tem encontrado em alguns Vassallos do mesmo Senhor, para concorrerem com as suas fazendas, com o seu trabalho, e com o seu tempo para as uteis disposições a que Vossa Senhoria tem dado principio: julgando Vossa Senhoria conveniente honrar Sua Magestade aos que mais se distinguirem com algumas mercês de Habitos.

10 O mesmo Senhor se conforma com o parecer de Vossa Senhoria, e ordena que em tempo, e lugar proponha Vossa Senhoria a quellas Pessoas mais principaes, e que mais se houverem distinguido para a dita mercê do Habito da Ordem de Christo.

15 Deos guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a 22 de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza

20 Primeira Via.

A M^{de} foy presente a Cam^a de V^{ta} de
 Juiz^{do} de Serem^{ta} do Almo^{ço} proximo passado, em que
 V^{ta} deferiu as diligencias que ficava fazendo para dis-
 plinar com toda vigor as seis Companhias pagas e as
 quatro de Aventu^{reiros}, e para Levantar Terços de Au-
 xiliares: Com os mesmos Terços foy servido aprovar o que
 V^{ta} obrou a estes Capitanes: E ordena que V^{ta} proponha
 Logo os S^{rs} Capitães que achas mais capazes para Mestres
 de Campo dos deferidos Terços de Auxiliares.

Deu^{do} a V^{ta} o Palácio de Nossa Senhora
 da Ajuda a 22 de Julho de 1766

Conde de Oeyras

C
 Dom Luiz Antonio de Souza
 1^a V^a

A Sua Magestade fiz presente a Carta de Vossa Senhoria de
 Quinze de Setembro do Anno proximo passado, em que
 Vossa Senhoria referio as diligencias, que ficava fazendo para disci-
 plinar com todo o vigor as Seis Companhias pagas, e as
 5 quatro de Aventureiros, e para Levantar Terços de Auxiliares: E o mesmo Senhor foy servido aprovar, o que
 Vossa Senhoria obrou a estes respeito: E ordena, que Vossa Senhoria proponha
 Logo os Sogeitos, que achar mais Capazes para Mestres
 de Campo dos referidos Terços de Auxiliares.

10 Deos Guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa Senhora
 da Ajuda a 22 de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza

Primeira Via.

184
 A. S. Mag.^o foy prezente a Carta de V. S.^a de 19
 de Setembro do Anno proximo passado com a Relacao a ella
 junta dos Direitos, que pagão por entrada nos Registos des-
 sa Capitania os Indos, Bestas Muares, Cavallares, e jumen-
 tes, que passão do Rio Grande

Dios q.^o a V. S. Palacio de Nossa Senhora da
 Ajuda a 22 de Julho de 1766
 Conde de Oeyras

S.^r Dom Luis Antonio
 de Souza
 2.^a V.^a

A Sua Magestade foy presente a Carta de VossaSenhoria de 19
de Setembro do Anno proximo passado com a Relação a ella
junta dos Direitos, que pagão por entrada nos Registos des-
sa Capitanía os Gados, Bestas Muares, Cavallares, e jumen-
5 tos, que passão do Rio Grande

Deos *Guarde* a VossaSenhoria Palacio de Nossa Senhora da
Ajuda a 22 delulho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio

10 deSouza

Segunda Via.

188
 Para mayor clareza, e separacão do Negocios
 que V. Mage. escrever, e para igual facilidade de sua expedi-
 ção. Ordena S. Mage. ^{del} que V. Mage. queira dividir as
 Cartas em tres partes. e Traber

Primeira. Cartas sobre o Estado Civil, e
 Negocios a elle pertencentes

Segunda. Cartas sobre o Estado Militar

Terceira. Cartas sobre o Estado das Finan-
 ças, ou Rendas Reaes, e tudo o que a ellas pertencer

E em cada uma das Cartas de Estado, o que pertence
 ao outro se referir: Fazendo de cada uma dos ditos Estados um
 Mapa separado. E sendo escriptas na mesma e em forma de
 de os Catalogos, ou summarios das referidas Cartas

Dada no Palácio de Nossa Senhora da
 Ajuda em 24 de Junho de 1766

João de Deus

João de Deus
 de Souza
 27 de

Para mayor clareza, e separação dos Negocios sobre que VossaSenhoria me escrever, e para igual facilidade na sua expedição: OrdenaSua Magestade que VossaSenhoria da qui em diante divida as suas Cartas em tres partes: Asaber

5 Primeira. Cartas sobre o estado Politico, e Negocios a elle pertencentes

Segunda. Cartas sobre o estadoMilitar

Terceira. Cartas sobre o estado das Finanças, ou Rendas Reaes, e tudo oque a ellas pertencer

10 Pondo no alto de cadaCarta de estado, oque pertencer entre os referidos: Fazendo deCada hú dos ditos estados hú Mappa separado. E sendo escriptos na mesma conformidade os Catalogos, ousummarios das sobreditas Cartas

Deos guarde aVossaSenhoria Palacio de NossaSenhorada

15 Ajuda em22 de Julho de1766

Francisco Xavier deMendonçaFurtado

Senhor Dom Luis Antonio
deSouza

Segunda Via

189
 O Conde de Oeiras Ministro, e Secretario de Es-
 tado, Inspector Geral do Real Erario, e nelle Lugar Tenente de Sua Magestade.
 Mandou a vros Contractadores do Governo de Sal de Estado do Brazil, que na con-
 formidade das condiciones do vstro contracto, diis logo a providencia necessaria para que
 ao Porto de Villa de Santos seja remittida a quantidade de Sal, que se necessitaria para
 os todo o consumo daquelle Villa, e por muito della para os todos os mais lugares
 da Capitania de Saint Paulo de baixo da pena de pagarem em dobro a Real Fazenda
 de Sua Magestade o prejuizo que lhe resultar da falta do referido provimento, a saber
 pela diminuicao do direito de hum cruzado, que se cobra na Villa de Santos por cada
 alqueire de Sal, como por qualquer outro motivo. El Rey Nosso Senhor mandou
 pelo Conde de Oeiras, Ministro, e Secretario de Estado, Inspector Geral do Real
 Erario, e nelle Lugar Tenente immediato a Real Caxa de Sua Magestade. Librou
 este, e tras de hum mil, setecentos e sessenta, e seis. = Conde de Oeiras //

O Conde de Oeyras Ministro, e Secretario de Estado, Inspector Geral do Real Erario, e nelle Lugar Tenente de Sua Magestade et *cetera*. Mando avos Contratadores do Provimto do Sal do Estado do Brazil, que na conformidade das condiçoens do vosso contrato, deis logo a providencia necessaria para que

5 ao Porto da Villa de Santos seja remetida a quantidade de Sal, que he necessaria para todo o consumo da quella Villa, e por meyo della para o de todos os mais Lugares da Capitania de Sam Paulo, de baixo da pena de pagardes em dobro á Real Fazenda de Sua Magestade, o prejuizo que lhe rezultar da falta do referido provimento, assim pela diminuição do direito de hum cruzado, que se cobra na Villa de Santos, por cada

10 alqueire de Sal, como por qualquer outro motivo. El Rey Nosso Senhor o mandou pelo Conde de Oeyras, Ministro, e Secretario de Estado, Inspector Geral do Seu Real Erario, e nelle Lugar Tenente immediato á Real Pessoa de Sua Magestade. Lisboa vinte, e dous de Julho de mil, sete, centos, sessenta, e seis. = Conde de Oeyras//

190

Todas as Contas continendas na Relação, ou Relações, que
V.ª me dirigio com a Carta de doze de Dezembro do Anno pro-
ximo passado, foram recebidas, e vistas. E ordena S. Mag.ª,
que para mayor clareza, e separação dos Negocios, e igual fa-
cilidade na sua expedição divida V.ª daqui em diante todas
as suas Cartas em tres partes: A saber

Primeira. Cartas sobre o Estado Politico, e Negocios a elle
pertinentes.

Segunda. Cartas sobre o Estado Militar.

Tercera. Cartas sobre o Estado das Finanças, ou Renda
Reaes, e tudo, o que a ellas pertencer.

Pondo no alto de cada Carta o Estado, a que pertence entre
os referidos: Fazendo de cada hum dos ditos Estados hum Chap.
separado: E sendo escriptos na mesma conformidade os Cathala-
gos, ou Summarios das sobre ditas Cartas.

Dos q.ª a V.ª Palacio de Nossa Senhora da Ajuda
a 22 de Julho de 1766 Conde de Vizeu

S. Dom Luis Antonio
de Souza

2.ª V.ª

Todas as Contas Contheudas na Relação, ou Rezumo, que
 VossaSenhoria me dirigio com a Carta de douz de Dezembro do Anno pro=
 ximo passado, foram recebidas, e vistas. E ordena Sua Magestade,
 que para mayor clareza, e separação dos Negocios, e igual fa=
 5 cildade na sua expedição divida VossaSenhoria daqui em diante todas
 as suas Cartas em tres partes: A saber

Primeira. Cartas sobre o Estado Politico, e Negocios aelle
 Pertencentes.

Segunda. Cartas sobre o Estado Militar.

10 Terceira. Cartas sobre o estado das Finanças, ou Rendas
 Reaes, e tudo, o que a ellas pertencer.

Pondo no alto de cada Carta o Estado, a que pertence entre
 os referidos: Fazendo de cada hum dos ditos Estados hum Mappa
 separado: E sendo escriptos na mesma conformidade os Cathala=
 15 gos, ou Summarios das sobreditas Cartas.

Deos Guarde a VossaSenhoria Palacio de Nossa Senhora da Ajuda
 a22 de Iulho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio
 20 de Souza

Segunda Via

Recebi a carta de V. S.^a em data de 6 de Agosto do Anno proximo passado distincta com a letra B, e conta que nella da El Rey Nosso Senhor de Laxer em execucao da Real Ordem do mesmo Senhor, que se expedia a V. S.^a em data de 6 de Marco do referido Anno, estabelecido humas Junta da Real Fazenda, na qual devia V. S.^a assistir como Presidente, junto com o Ouvidor, e Provedor della, e feito guardar em huma das Casas da sua residencia, o Cofre destinado para nelle se recolherem os Rendimentos Reaes; como tambem pelos motivos, que aponta, havia nomeado o Juiz de Fora desta Villa de Santos para ser vir interinamente o Lugar de Provedor da Real Fazenda, em quanto nao chegava do Rio de Janeiro o Provedor nomeado por Sua Magestade: Cuyso expediente, com tudo mais, que V. S.^a expressa na sua carta, foy aprovado pelle mesmo Senhor.

Dei Guarda a V. S.^a Lisboa a 23 de Julho de 1766

Conde de Oeyras

S.^o D. Luis Antonio de Souza

2

Recebi a carta de *Vossa Senhoria* em data de 6 de Agosto
do Anno proximo passado distincta com a letra **B**, e a conta que
nella dá âEl Rey NoSso Senhor de haver em execução da Real

- 5 Ordem do mesmo Senhor, que se expedio a *VossaSenhoria* em data de 6 de
Março do referido Anno, estabelecido huma Junta da Real Fa
zenda, na qual devia *VossaSenhoria* assistir como Prezidente, junto com o=
Ouvidor, e Provedor della, e feito guardar em huma das Cazas dasua
rezidencia, o Cofre destinado para nelle se recolherem os Rendimen
10 tos Reaes; como tambem pelos motivos, que aponta, havia nomeado
o Luis deFora dessa Villa de Santos para ser vir interinamente o
Lugar de Provedor da Real Fazenda, em quanto não chegava do
Ryo de Ianeiro o Provedor nomeado por Sua Magestade: Cujo
expediente, com tudo omais, que *VossaSenhoria* expressa naSua carta, foy
15 aprovado pello mesmo Senhor.

Deos Guarde a*VossaSenhoria* Lisboa a 23 de Iulho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio deSouza

6.

170

No

Real Erario avis a Carta de V. S. em datada de
 Idulgento de Anno proximo passado, distincta com a Letra
 tra Enaqual dá conta de haver sido examinadas na Junta
 da Real Fazenda as Contas do Almoarifes que serviram no
 tempo em que foi Corredor e desfeito São de Orey. Almoira, por
 quasi, segundo conta das Cortesias que V. S. temido, suas
 tomadas, e aprovadas pelo desfeito Corredor, mas que por não
 haver a lada a formalidade em que se tomadas as mesmas
 Contas, capias delias toda a duvida que arripito delas por
 haver, por V. S. comitadas no Corredor, por desfeito, e ditiros,
 e quanto de Orey, e prouta pertencentes a ditiros do Subdito En
 vider, em que se havia sido Segueiros, Oque S. Magestade
 tem a proutado, em a advertencia de que as Contas tomadas ao
 Almoarifes, e proutadas e sentenciadas pelo desfeito São
 de Orey. Almoira, Corredor que foi da Real Fazenda, não
 vem haver por bem tomadas, nas oblatante e ditiros de que se
 las suposta haver proutado com alguma ilegalidade, por
 que seria inconvencional, e ditiros infructuosa a diligencia delos.
 Mas a averiguar todas as Contas de ditiros natureza, e
 no tempo proutado tem sido terminadas pelo mayor
 emtas e oblatitud. E ditiros considerando as brigadas que
 tinha o dito São de Orey. Almoira, como Corredor da Real
 Real de fazer aruadas todos os proutados do Rendimento
 Real, e ditiros examinadas pelas Contas tomadas ao Almoira
 rife, e ditiros os ditiros a importancia, delos do Cole
 ferido Rendimento, e ditiros quantias que não se ditiros e
 desfeito, e ditiros fazer carga as Cortesias da Real ad
 milando os ditiros ditiros a ditiros ditiros ditiros, e ditiros
 de ditiros ditiros de que os ditiros Cortesias e ditiros ditiros era de
 ditiros ditiros ditiros para as ditiros ditiros ditiros, e ditiros
 haver a sua importancia do bem e ditiros.

Que a V. S. a 23 de Junho de 1766
 Conde de Orey

João Antonio de Souza

6.

Neste Real Erario sevio a Carta de *VossaSenhoria* em data de 9 de Agosto do Anno proximo passado, destinta com a Letra **F** naqual dá conta de haver feito examinar na Junta, da Real Fazenda, as Contas dos Almojarifes que servirão no tempo em que foi Provedor o defunto lozé de Godoy Moreira; as quaes, segundo consta das Certidoões que *VossaSenhoria* remete, se achão tomadas, e aprovadas pelo referido Provedor, mas que por não haver achado a formalidade com que foraõ tomadas as mesmas Contas, capás de tirar toda a duvida que a respeito delas pode haver, fez *VossaSenhoria* conservar no Cofre, por depósito, o dinheiro, e peças de Ouro, e prata pertencentes aos bens do Sobredito Provedor, em que se havia feito Sequestro; O que Sua Magestade tem aprovado, com a advertencia de que as Contas tomadas aos Almojarifes, aprovadas e Sentenciadas pelo defunto loze de Godoy Moreira, Provedor que foi da Fazenda Real, se devam haver por bem tomadas, não obstante o receyo de que nellelas se possa haver procedido com alguma ilegalidade, por que seria inconveniente, e talvez infrutuosa a diligencia de tornar a averiguar todas as Contas de semelhante natureza, que nos tempos preteritos tem sido terminadas pelos meios emtaõ estabelecidos: Porem considerando a obrigação que tinha o dito lozé de Godoy Moreira, como Provedor da Fazenda Real, de fazer arrecadar todos os productos dos Rendimentos Reais, se deve examinar pelas contas tomadas aos Almojarifes, se com efeito elles receberão as importancias de todos os referidos Rendimentos, e das quantias que não se acharem satisfeitas se deve fazer carga ao Provedor da Fazenda Real, admitindo os Seus herdeiros a darem razão desta falta, e não fazem do elles constar de que o mesmo Provedor obrou quanto era da obrigação do seu Cargo, para acobrança dessas dividas, se deve haver a sua importancia dos bens Sequestrados.

Deos Guarde a *VossaSenhoria* Lisboa a 23 de julho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio de Souza

9.

Recebi acartade VossaSenhoria em data de 12 de Agosto, do Anno proximo passado, distincta com a letra J, e juntamente a Relação que a acompanha das dividas da Fazenda Real, de que a

- 5 VossaSenhoria se requere o pagamento com documentos Correntes; as
quais importaõ trinta e Sete contos e vinte e quatro mil, Setecentos
tos Secenta e seis reis, e alem destas consta haver outras muitas
de que os Credores ainda não tem feito requerimento; e que não
obstante serem alguns dos devedores à Real Fazenda, junta
10 mente acredores, por dinheyros que em outro tempo adianta
raõ, lhes fazia VossaSenhoria pagar o que devem, não lhes Levando em
conta o que selhes deve, pela Urgente necessidade de acudir aos
gastos indispensaveis: O que foi aprovado por Sua Magestade na
inteligencia de que, depois de se acudir ao pagamento
15 to das Despezas Correntes, e absolutamente Necessarias; O
dinheiro que exceder, assim do que se cobrar do que se deve a
Real Fazenda do tempo preterito, como das Rendas actuaes
se deve aplicar ao pagamento das dividas, principiando
pela Satisfação das mais antigas, e proseguindo na mesma
20 Ordem.

Deos guarde a VossaSenhoria Lisboa a 23 de julho de 1766

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luis Antonio de Souza

12

Recebi a Carta de Vossa Senhoria em data
 de dezasseis de Agosto do Anno proximo passado, distincta com
 a letra **N**, na qual dá Vossa Senhoria conta, que em razão de não chega
 5 rem os rendimentos dessa Capitania, para a Satisfação das
 suas necessarias Despezas, havia ajustado com o Conde da
 Cunha Vice Rey, e Capitão General do Estado do Bra
 zil, de que o destacamento das duas Companhias, que foram
 dessa Praça de Santos para o Rio Grande; como tambem
 10 as quatro Companhias de Aventureiros, que de novo se
 mandaram levantar em São Paulo, seriam pagas pe
 la Provedoria do Rio de Janeiro; da qual ou tro sim seria
 remetida para a dessa Capitania, a importância da
 Consignação de oito mil cruzados annuaes, determina
 15 da pelas Ordens de Sua Magestade, vencida no tempo
 do Governo do mesmo Conde Vice-Rey: cujos expedien
 tes foram approvados por Sua Magestade, para se
 rem praticados em quanto essa Provedoria de São
 Paulo senão engrossa tanto, como he natural que Succe=
 20 da depois da liberdade do Commercio, e da Navegação,
 que se acha estabelecida pelo mesmo Senhor; immedi
 ante adelligencia, e zello com que Vossa Senhoria promove a Agri
 cultura, e Commercio dessa Capitania.

Deos Guarde a Vossa Senhoria Lisboa a 23
 25 de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza

13.

177

N

Este Real Emisso se viu a Carta de V. S.^a em data de 17 de Agosto do Anno proximo passado, distincta com a Letra O, e as Relações que a acompanha, pelas quaes V. S.^a dá conta a Sua Magestade, que importando a Despesa da Folha Ecclesiastica de sua Capitanua oito centos sette centos e nove mil, cento e vinte reis em cada anno, o Rendimento dos Dízimos, applicado para essa Despesa não excede a quantia de Sette centos sus centos e vinte oito mil reis, em que presentemente se achão arrendados, donde vem que annualmente excede a Despesa a Reculta em hum cento e oitenta, e hum mil, cento e vinte reis. A cujo respeito já tenho respondido a V. S.^a que o melhor remedio desta desigualdade, consiste na diligencia, e zelo que V. S.^a emprega em promover a agricultura, e avascentar e numero dos Colheitas, e das Provocações de sua Capitanua.

Deo gr^a a V. S.^a Lisboa a 23 de Julho de 1766.

Conde de Oeyras

J^o D. Luis Antonio de Souza

13.

Neste Real Erario se vio a Carta de Vossa Senhoria em datada
 17 de Agosto do Anno proximo passado, distincta com a Letra **O**, e as Rela-
 çoes que a acompanhaõ, pelas quaes Vossa Senhoria dá conta a Sua Magestade,
 5 que importando a Despeza da Folha Ecclesiastica de Ssa Capitania oito
 Contos sette centos e nove mil, cento e vinte reis em cada anno; o Rendimen-
 to dos Dizimos, aplicado para e Ssa Despeza não excede a quantia de Sette
 contos seis centos e vinte oito mil reis, em que presentemente se achão arren-
 dados; donde vem que annualmente excede a Despeza á Receita em hum con-
 10 to e oitenta, e hum mil, cento e vinte reis: A cujo respeito já tenho respondido
 a Vossa Senhoria que o melhor remedio desta desigualdade, consiste na diligencia, e ze-
 lo que Vossa Senhoria emprega em promover a Agricultura, e acrescentar o numero dos
 Collonos, e das Povoações de Ssa Capitania

Deos Guarde a Vossa Senhoria Lisboa 23 de Julho de 1766.

15

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de Souza

15

180

Recebi a carta de V. S.^a em data de 28 de Agosto do Anno proximo passado distinctas com a letra D, e copia della junta da Despesa, que em carta de 15 de Agosto do Anno de 1760 do Gov.^o Capitão General de Goyas João Manoel de Mello, ao Governador da Praça de Santos Alexandre Luis de Souza e Menezes, pelas quaes da V. S.^a conta a Sua Magestade do que He na fidei por agora esperança de ser socorrido para as Despesas dessa Capitania, com as duas arrobas de ouro, que a ella costumava ser emitidas annualmente da Capitania de Goyas, pelas motiões que naquelle dita Despesa se apontão: Exvi do que havia V. S.^a de decorrer aoutros expedientes para reforçar essa Provedoria, e poder acudir a tudo as necessarias Despesas; o que conseguirá V. S.^a principalmente, como ja He tido escripto por meio da diligencia, e zelo que emprega em promover a Agricultura e o Comercio dessa Capitania, valendo se V. S.^a no entre tanto do Auxilio mais virreynal do Rio de Janeiro na Conformidade do que He tido avisado.

Deus Guarde a V. S.^a Lisboa a 23 de Julho de 1766

Conde de Ouyray

S. D. Luis Antonio de Souza

15

Recebi a carta de *Vossa Senhoria* em data de 28 de Agosto do Anno proximo paSsado distincta com a Letra **Q**, e a copia a ella junta da reposta, que em carta de 15 de Agosto do Anno de **1760**

- 5 déo oGovernador, eCapitão General de Goyas Ioaõ Manoel de Mello, ao Governador da Praça de Santos ALEXandre Luis de Souza eMenezes, pelas quaes dá *Vossa Senhoria* conta a Sua Magestade de que lhe não fica por agora esperança de ser socorrido para as Despezas dessa Capitania, com as duas arrobas de ouro, que a ella costumavaõ ser remeti
- 10 das annualmente da Capitaniá deGoyas, pelos motivos que naSobre dita resposta se apontaõ: Escrevi do que havia *VossaSenhoria* de recorrer aoutros expedientes para reforçar eSsa Provedoria, e poder acudir as Suas neceSsarias Despezas; o que conseguirá *Vossa Senhoria* principalmente, como ja lhe tenho escripto por meio da deligencia, e zello que emprega
- 15 em promover a Agricultura e o Comercio dessa Capitaniá, valendo-se *Vossa Senhoria* no entretanto dos Auxilios mais vizinhos do Rio de laneiro naConformidade do que lhe tenho avizado.

Deos Guarde a*VossaSenhoria* Lisboa 23 de Iulho de1766

Conde de Oeyras

- 20 Senhor Dom Luis Antonio deSouza

Copia

Dom Luis Antonio de Souza Governador
e Capitão General da Capitania de São Paulo e Santos,
Amigo: Eu EL REY vos envio muito saúdar. Os
frequentés, e importantes extrahos de ouro, que por contra-
bando se tem de encaminhado de Minas Geraes para as
Cidades do Rio de Janeiro, Bahia, e por outras aella adjacentes
sendo prejudiciaes ao Meu Real Serviço, o serão ainda mu-
to mais aos Meus Vassallos, moradores nas referidas Minas
Geraes subsidiariamente obrigados a cumprir nas Casas
de Fundição as quotas nellas estabelecidas para a arrecada-
ção dos Quintos que se devem ao Meu Alto, e Supremo
Poder: E porquanto pela Devaca a que mandei proceder
com estes furtos, e inexcusaveis motivaes se prouve plenif-
simamente, que a cauza mayor daquelles roubos feitos
à Minha Real Fazenda, e aos Meus sobreditos Vassallos co-
niste no grande numero de Ourives que nas Cidades do Rio
de Janeiro, Bahia, e Olinda, e noutros Lugares daquellas Ca-
pitánias, se tem multiplicado; os quaes revolvendo así o Ou-
ro em folhetas, huas vezes o reduzem a barras falsas, sem ha-
verem pago o Direito dos Quintos: outras o convertem nas
obras de Imagens torpes, e indecentes de roxarios, e outras
obras do uso das gentes, para com estes artificios cobri-
rem os referidos roubos, e os passarem a este Reino, debai-
xo da especie das referidas obras: Querendo obviar a tão
perniciosaes descaminhos; arrancando as causas delles pe-
las suas raizes, e exercitando ao mesmo tempo a Minha
Real Benignidade: Houve por bem, por tua parte man-
dar soltar os prezos culpados na referida Devaca, e resolver
que por ella se não procedesse á segunda Ordem Minha.
E fui servido ordenar pela outra parte, que os Governadores
e Capitães Generaes das sobreditas Capitánias do Rio de
Janeiro, Bahia, e Pernambuco logo que receberem as Cartas
que lhes fiz dirigir, fizessem prender, e incorporar nos Regi-
mentos daquellas Cidades todos os Officiaes, e premeiros
do referido Officio de ourives do ouro, ou de prata, que forem

Copia

Dom Luis Antonio de Souza Governador
e Capitaõ General da Capitania deSaõ Paulo eSantos,

Amigo: Eu EL REY vos invio muito saudar. Os

- 5 frequentes, eimportantes extravios de ouro, quepor contra-
bando setem dezenaminhado deMinas Geraes, paras as
Cidades do Rio de laneiro, Bahia, eportos aella adjacentes
sendo prejudiciaes ao Meu Real Serviço; o foraõ aindamui-
to mais aos Meus Vassallos, moradores nas referidas Minas
10 Geraes subsidiariamente obrigados a complectar nas Cazas
de Fundição as quotas nellas establecidas para a arrecada-
ção dos Quintos quese devem ao Meu Alto, eSupremo
Poder: E porquanto pela Devaça a que mandei proceder
com estes justos, eindispensaveis motivos seprovouplenis
15 simamente, que a cauza mayor daquelles roubos feitos
à Minha Real Fazenda, e aos Meus sobreditos Vassallos cõ-
siste no grandenumero de Ourives quen as Cidades do Rio
de laneiro, Bahia, eOlinda, emais Lugares daquellas Ca-
pitancias, setem multiplicado; os quaes recolhendo asi o Ou-
20 ro em folhetas, huas vezes o reduzem abarras falças, sem há-
verempago o Direito dos Quintos: outras o convertem nas
obras de Imagens torpes, eindcentes de rozarios, eoutras
obras de uzo das gentes; para com estes arteficios cobri-
rem os referidos roubos, eos passarem a este Reino, debai-
25 xo da especie das referidas obras: Querendo obviar ataõ
perniciozos descaminhos; arrancando as cauzas delles pe-
las suas raizes; e exercitando ao mesmo tempo aMinha
Real Benignidade: Houvepor bem, por huaparte man-
dar soltar os prezos culpados nareferida Devaça, erezolver
30 quepor ellase naõ procede-se athesegunda Ordem Minha.
E fui servido ordenar pela outraparte, que os Governadores
e Capitaens Generaes das sobreditas Capitancias do Rio de
laneiro, Bahia, e Pernanbuco Logo que receberem as Cartas
quelhes fiz dirigir, fizessem prender, eincorporar nos Regi-
35 mentos daquellas Cidades todos os Officiaes, eAprendizes
do referido Officio de ourives do ouro, ou de prata, que forem

sol

solteiros, ou pardo, e forros, incorporando-os nos Regimentos pa-
 ges das referidas Capitania, ou nos de qualquer outra das ve-
 zinhas: Que ao depois de assim o haverem executado fizessem
 fechar todas as Loges dos Mestres dos referidos Offícios, demo-
 nstrando-se todas as forjas dellas, e sequestrando-se-lhes todos os ins-
 trumentos que costumão servir para as fundições, ou para as
 obras de ouro, e de prata, pagando-se-lhes pelo justo valor, que ti-
 verem ao tempo dos sequestros, e remetendo-se para as Casas da
 Moeda, ou Fundição das respectivas Cidades: Que cada hum
 dos referidos Mestres fizesse termo judicial assinado por ante
 o Intendente Geral, pelo qual termo se obrigasse a não exer-
 tar mais o referido Officio, sem especial Ordem do Governo res-
 pectivo nos Casos adiante declarados, debaixo das penas esta-
 belecidas contra os falsificadores da Moeda: Que os Apren-
 dizes, ou Artifices Escravos fossem logo mandados para as
 Casas de seus Senhores; obrigando-se estes por outros ter-
 mos a se servirem dellas para outros diferentes exercicios, se
 lhes permitirem trabalhar de Ourives, nem conservar al-
 gum instrumento da referida arte, debaixo das penas de
 perdimento dos Escravos, e de degredo para Angola com in-
 terdição de voltarem ao Estado do Brazil: Que as mesmas
 penas se executariao daqui em diante contra todas as perso-
 as de qualquer estado, qualidade, e condição que forem, em
 cujas Casas se achassem quaesquer officinas de fundições,
 ou instrumentos proprios para ellas se fazerem: Que a-
 quelles dos Mestres dos referidos Offícios de Ourives de ouro,
 e de prata, que considerando a facilidade que a Ley de dez
 de Setembro do anno proximo passado deu para a comuni-
 cação quasi quotidiana daquelles Estados com este Reino,
 quizessem vir estabelecer nelle as suas Loges para nellas
 trabalharem, o poderão livremente fazer, e elles darão por
 aquelles Governos guias para se transportarem com as su-
 as familias, forjas, e instrumentos das suas officinas: Que
 outros dos referidos Mestres que ficarem nas sobreditas Ci-
 dades com as suas familias, sendo peritos nas artes das su-
 as profissões, de boa vida, e costumes, sem haverem padeci-
 do nota nos seus procedimentos, forem empregados com
 pre

[[sol]]teiros, ou pardos forros, incorporando-os nos Regimentos pa-
 gos das referidas Capitanias, ou nos de qualquer outro das ve-
 40 zinhas: Que ao depois de assim o haverem executado fizessem
 fechar todas as Loges dos Mestres dos referidos Officios, demo-
 Lindo-se todas as forjas delles, e sequestrandose-lhes todos os ins-
 trumentos que costumão servir para as fundições, ou para as
 obras de ouro, e de prata, pagando selhes pelo justo valor, que ti-
 45 verem ao tempo dos sequestros, eremetendo-se para as Cazas da
 Moeda, ou Fundação das respectivas Cidades: Que cada hum
 dos referidos Mestres fizesse termo judicial assinado per ante
 o Intendente Geral, pelo qual termo se obrigasse a não exerci-
 tar mais o referido Officio, sem especial Ordem do Governo res-
 50 pectivo nos Cazos adiante declarados, debaixo das penas esta-
 blecidas contra os falsificadores da Moeda: Que os Apre-
 ndizes, ou Artifices Escravos fossem logo mandados para as
 Cazas de seus Senhores; obrigando-se estes por outros ter-
 mos a se servirem delles para outros diferentes exercicios, se
 55 lhes permitirem trabalhar de Ourives, nem conservar al-
 gum instrumento da referida Arte, debaixo das penas de
 perdimento dos Escravos, e de degredo para Angola com in-
 ibição de voltarem ao Estado do Brazil: Que as mesmas
 penas se executariaõ daqui em diante contratadas as pesso-
 60 as de qualquer estado, qualidade, e condição que fossem, em
 cujas Cazas se achassem quaes-quer officinas de fundições,
 ou instrumentos proprios para ellas se fazerem: Que a-
 quelles dos Mestres dos referidos Officios de Ourives de ouro,
 ou de prata, que considerando a facilidade que a Ley de des
 65 de Setembro do anno proximo passado deu para a comuni-
 cação quazi quotidiana daquelles Estados com este Reino,
 quizessem vir estabelecer nelle as suas Loges para nellas
 trabalharem, o poderaõ Livremente fazer, e selhes dariaõ por
 aquelles Governos guias para se transportarem com as su-
 70 as familias, forjas, e instrumentos das suas officinas: Que
 outros dos referidos Mestres que ficassem nas sobreditas Ci-
 dades com as suas familias, sendo peritos nas Artes das su-
 as profissoens, da boavida, e costumes, sem haverem padeci-
 do n'outros seus procedimentos, fossem empregados com

preferencia nas Casas da Moeda, e Fundações respectivas, 173
 e nas outras Casas de Fundação actuaes das Almas Geraes,
 e Coyazes, e nas ditta Capitania, e da do Matto Grosso, e
 por esta Sou Servido mandar estabelecer, sem que deste Reino
 se podessem mandar outros Artifices para as referidas Ca-
 zas em quanto neste Estado os houvesse habéis, e qualifica-
 dos na sobredita forma: Que nas Alfandegas respectivas
 senão desse Despacho de entrada a instrumentos de funda-
 ção, ou de ourives, que não fossem remetidos as Intenden-
 cias Geraes, com arrecadações e guias da Casa da Moeda
 desta Corte, com aviso da Secretaria de Estado dos Negocios
 da Marinha, e Domínios Ultramarinos, debaixo das penas
 de deporeimento dos Offiços aos que tais Despachos derem, sendo
 proprietarios, ou do valor d'elles sendo Serventuarios: E que fi-
 nalmente em todos, e cada hum dos casos assim declarados
 se admitão Denuncias em segredo, nas quaes sendo justifi-
 cadas pela corporal apprehensão, se applicaria a metade das pe-
 nas (tambem particularmente) aos Denunciantes, e a ou-
 tra metade as obras dos Hospitais. E Sou outro sim
 Servido que pela outra parte executeis o que fica referido em
 tudo o que for applicavel, não consentindo por modo algum
 nua Capitania se estabeleça com qualq̃uer pretexto Ori-
 ves de Ouro, ou de prata; e criando com toda a brevidade
 a Casa da Fundação de que assim se faz menção: O que
 tudo fareis executar na sobredita forma, não obstante qua-
 esquer Leys, Regimentos, Ordens, ou Disposições que se-
 jão em contrario. Escrita no Pallacio de N. S.ª Senho-
 ra da Ajuda a trinta de Junho de mil e settecentos e sim-
 taes e seis. Rey. Para D. Luis Antonio de Souza
 1.ª Vza.

Esta conforme com o Original

Luis Antonio de Souza

[[pre]]ferencia nas Cazas da Moeda, e Fundiçoens respectivas,
 enas outras Cazas de Fundicaõ actuaes das Minas Geraes,
 eGoyazes, enas dessaCapitania, e da do MattoGrosso, que
 por estaSouServido mandar estabelecer, sem quedesteReino
 80 sepodessem mandar outros Artifices para as referidas Ca-
 zas em quanto nesseEstado os houvesehabeis, e qualifica-
 dos nasobredita forma: Que nas Alfandegas respectivas
 senaõ desse Despacho de entrada a instrumentos de fundi-
 çaõ, oudeourives, que naõ fossem remetidos as Intenden-
 85 cias Geraes, com arrecadaçoens e guias da Caza daMoeda
 destaCorte, com avizo daSecretaria deEstado dos Negocios
 daMarinha, e Dominios Ultramarinos, debaixo das penas
 deperdimento dos Officios aos quetaes Despachos derem, sendo
 proprietarios, oudo vallor delles sendo serventuarios: E que fi-
 90 nalmente em todos, e cadahum dos cazos assima declarados
 se admitaõ Denuncias em Segredo, nas quaes sendo justifi-
 cadas pela corporal aprehençaõ, se applicaria ametade das pe-
 nas (tambemparticularmente) aos Denunciantes, e a ou-
 tra ametade as obras dos Hospitaes. E Sou outro sim
 95 Servido que pelavossaparte executeis o que ficareferido em
 tudo o que for applicavel, naõ consentindo por modo algum que
 nessa Capitania se estabeleçaõ com qualquer pretexto ori-
 ves de ouro, ou deprata; e criando com toda abrevidade
 a Caza da Fundiçaõ de que assima se fas mençaõ: O que
 100 tudo fareis executar nasobredita forma, naõ obstantes qua-
 es-quer Leys, Regimentos, Ordens, ou Disposiçoens quese-
 jaõ em contrario. Escripta no Pallacio de NossaSenho-
 radaAjuda atrinta de Iulho de mil esettecentos esesen-
 taeseis. Rey Para Dom Luis Antonio deSouza.

105 *Primeira Via.*

Estaconforme com o Original

DomLuis Antonio deSouza.

[illegible]

Parague V. Hogue instruido do que contém na
Pragmatica Pragmatica mas também a Collecção de Decretos
emitidos Ordonanças e Resoluções da Real Audiencia de Buenos
Ayres Regulares Annetis etc. Alguns Boas Leis

Constando a *Sua Magestade* por certas informações, que-
 rerem passar para estes Reinos alguns Jesuitas, vestidos não
 só em habitos Clericaes, mas tambem nos deoutras Religioens,
 eaindanos deSeculares, os quaes vem munidos de Ordens,
 5 faculdades eInstrucçoens em NomedoPapa, edadas pelo
 seuGeral para as exercitarem nesta Cidade, enos Territorios
 doBrazil: E sendo muito natural, quedepois daPragma-
 tica, por que El Rey Catholico des naturalizou, eexcluiu dos
 seus Reinos, eDominios os ditos Jesuitas, epor consequencia
 10 dosReinos deNapoles, eSicilia, edos Estados deParma, e
 Placencia, procure esta infame, eabominavel Gente intro-
 duzir se nessesDominios comos disfarces acima referidos:
 Ordena ElRey NossoSenhor, queVossaSenhoria nas entradas pe[los]
 Continentes desseGovêrno mande cuidadosamente exami-
 15 nar pelas Justiças dessaCapitanãia todas, ecada huá das
 pessoas, que entrarem nella, obrigando-as alegitimar-se:
 pelos Passaportes, que trouxerem dos Governadores eCapi[taens]
 Generaes dosDominios deEspanha, oudos desse Estado
 pelos quaes semostre quem são, dondevieraõ, por onde entra[raõ]
 20 o negocio que trazem, epara ondepassaõ, afim deque aquelle
 cuja identidade senão verificar comas referidas clarezas,
 qualquer qualidade, econdição, queforem, sejaõ prezas, comto[dos]
 os Papeis, que lhes forem achados, eremettidas para esta
 Corte comtoda asegurança áOrdem de*Sua Magestade*.

25 Paraque VossaSenhoriafique instruido doque contém não
 só areferida Pragmatica, mas tambem aCollecção doDecr[eto]
 emais Ordens quehouvesobre adesnaturalização dos seos
 ditos Regulares, remetto aVossaSenhoria alguns Exemplares

de hua como de outra cousa, e quaes V.^{as} Ser.^{as} publicas
 desassetadamente communicando os aos Prelados e Bispos
 Notarios por modo de emprestimo, e fazendo os a si em paga
 de hums e outros.

Deos q.^o Dal.^o do Palacio de N.^{ra} S.^{ra} Senhora
 daquelle de 29 de Junho de 1767.

João de Almeida Freixo

Dom Luiz Antonio de Sousa
 Bispo de Almeida

dehuá, como de outra cousa; os quaes VossaSenhoria fará publicar
30 desaffectedadamente, communicando-os aos Prelados e Pessoas
notaveis por modo de emprestimo, efazendo-os assim passar
dehuns aoutros.

Deos guarde a VossaSenhoria PalaciodeNossaSenhora
daAjuda a29 deAbril de 1767.

35 Francisco Xavier deMendonça Furtado

Senhor Dom Luis Antonio deSousa
Botelho eMouraõ

Primeira Via

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, Governador, e Capitão General da Capitania de São Paulo, Amigo. Eu El Rey vos envio muito Saudar. E por vos fazer saber o seu serviço abençoar este Reyno, mandando-lhes hum Infante, que nasceo no dia de hoje, com hum successo da Princesa, Minha sobre todas muito amada, e prezada filha. Em que pareceo q'antigamente a noticia deste aplausivel Nascimento, e porque sera de muita alegria para si mais Vossa, e para que se festejeis com todas aquellas demonstrações de aplausos, e de contentamento, que são do costume com si casões semelhantes. E vos não perdoarei certo, que assim se executais, como devo esperar. Escrito no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, a treze de Mayo, de mil e setecentos e setenta e sete.

Rey

Para Dom Luiz Antonio
de Souza Botelho e Mourão

2ª Vi

Dom Luiz Antonio deSouza Botelho Mouraõ, Governador, eCapitão General da Capitania deSão Paulo, Amigo. EU EIREY

vos invio muito Saudar. FoyDeos Nosso Se-

- 5 nhor servido abençoar estes Reynos dandolhes hum Infante, que nasceo nodia dehoje com bom successo daPrinceza, Minha sobre todas muito amada, eprezada Filha. Emepareceo participarvos afausta noticia desse aplauzivel Nascimento;
- 10 porqueSerá demuita alegria para os meusVassallos; Epara que ofestejeis comtodas aquellas demonstrações deaplauzo, edecontentamento, que são do costume em occazioões Semelhantes. ETe=
- 15 nhomuito certo, que assim o executareis, como devos espero. Escripta noPalacio deNossa Senhora daAjuda, atreze deMayo, demilsette centos Sessenta, eSette.

Rey

ParaDom Luiz Antonio

- 20 deSouza Botelho Mouraõ

Segunda Via

Cópia

Para que V.ª S.ª não ignore o que se tem
passado em França a respeito dos Jesuítas
que se conservavam no mesmo Reino: Remet-
to a V.ª S.ª alguns exemplares do Acto do Parla-
mento de Pariz, que foi publicado em nove
de Mayo do presente anno; e ultimamente
traduzido da lingua Franuza no nosso Idio-
ma Portuguez.

Deos g.ª a V.ª Pallauio de
Nossa Senhora da Ajuda a 23 de Junho de
1767. — Francisco Xavier de Mendoca Gur-
tado — Sr. D. Luis Antonio de Souza —

Assi conforme

Luis Antonio de Souza.

Copia

Para que *VossaSenhoria* não ignore o que se tem
passado em França a respeito dos lezuitas
quese conservavaõ no mesmo Reino: Reme-

5 to a *VossaSenhoria* alguns exemplares do Acto do Parla-
mento de Pariz, que foi publicado em nove
de Mayo do prezente anno; eultimamente
traduzido dalingoa Franceza no nosso Idio
maPortuguez.

10 Deos *guarde aVossaSenhoria* Pallacio de
NossaSenhora da Ajuda a 23 de lunho de
1767 = Francisco XavierdeMendocaFur-
tado = *Senhor Dom Luis AntoniodeSouza* =
está conforme *DomLuis Antonio deSouza*.

Brevidade comque partem os Naveiros, que de-
 vem transportar esta, mienas permite, que por elle
 possa agora exceder as poucas Legras comque enca-
 minho a V. S. a Copia da Carta, que aiabo de dirigir
 ao Conde da Cunha, equo emsi contem amais ex-
 acta Instrucção, que supode remeter a V. S. para Ne-
 dar humo cabal noticia doque tem passado nos Ne-
 gocios pertencentes a estas Capitancias, despois do qual
 timo Despaços, que esta Corte mandou a V. S.

Com esta occasião passo tambem á M.ª
 del V. S. outra Copia dos utty, e judicioros Legaros,
 que o Marechal de Campo com Exercicio de Cri-
 gineiro Dom Miguel Angelo Branco fez so-
 bre a defença do Rio Grande de São Pedro, e dos seus
 Territorios; porquẽ ainda, que proxientemente se-
 nã possa fazer uso dos ditz Legaros; nunca
 será superfluo aclarar a V. S. os feitos do contendo
 nelles.

Deo. q. a V. S. Placis de Nossa Senhora
 da Ajuda 22 de Junho de 1767-

Conde de Oeyras

Dom Luiz Antonio de
 Botelho Mourão.

A brevidade comque partem os Navios, que devem transportar esta, menaõ permite, que por elles possa agora exceder as poucas regras comque enca= minho aVossaSenhoria a Copia da Carta, que acabo de dirigir
 5 ao Conde da Cunha, eque emsi contem amais ex= acta Instrucção, que sepode remeter aVossaSenhoria para lhe= dar huma cabal nosção doque tem passado nos Ne= gocios pertencentes aessas Capitanias, despois dos ul= timos Despachos, que esta Corte mandou aVossaSenhoria

10 Com esta occasiaõ passo atambem ás Máos deVossaSenhoria outra Copia dos utteis, ejudiciozos reparos, que o Marechal de Campo com Exercicio de En= ginheiro Dom Miguel Angelo Blasco fez so= bre adefença do Rio Grande deSão Pedro, edos Seus
 15 Territorios; porque ainda, que prezenemente se= naõ possa fazer uzo dos Sobreditos reparos; nunca será superflúo acharse VossaSenhoria ao feito do conteudo nelles.

Deos guarde aVossaSenhoria Palacio deNossa Senho=
 20 ra daAjuda a20 delunho de1767-

Conde de Oeyras

Senhor Dom Luiz Antonio de
 Souza Bottelho Mouraõ.

Cópia

A Brevidade com que partem o Vario, que de-
vem transportar esta me não permite, que por ellez
para agora exceder as poucas regras com que encaimi-
nho a V. S.^a a Cópia da Carta que acabo de dirigir ao
Conde de Cunha, e que em si contém a mais exacta
Instrução, que se pode remetter a V. S.^a para ver
der como Cabal nasceo do que tem passado no Ne-
gocios pertencentes a estas Capitania, depois do ulti-
mo despacho, que esta Corte mandou a V. S.^a

Com esta Occazião parao tambem as mãos
de V. S.^a outra Cópia do uteis, e judiciosos reparos
que o Marechal de Campo com Exercicio de Engen-
heiro Dom Miguel Angelo Blanco fer sobre a def-
fensa do Rio grande de San Pedro, e da sua Territoria,
porque ainda que por ventura Sena por fazer
uso do sobredito reparo, nunca sera Superfluo o
charte V. S.^a ao feito do Contencio nelles.

Dirigido a V. S.^a Palácio de Mons.
nho a daquella a 25 de Junho de 1768. //

Conde de Ouyras // Sr. D. Luiz Antonio de Sa-
ta Botelho Mourao //

Luiz Antonio de Moura

Copia

Abreviade com que partem osNavios, que de-
vem transportar esta [ome] não permite, que porellez
possa agora exceder as poucas regras comque encami-
5 nho aVossaSenhoria aCopia daCarta que acabodedirigir ao
Conde deCunha, eque emSi contêm a mais exacta
Instrucção, queSe pode remetter aVossaSenhoria paralhe
dar huma Cabal nosção doque tem passado nos Ne-
gocios pertencentes aessasCapitanias, depois dos ulti-
10 mos despachos, que estaCorte mandou aVossaSenhoria

ComestaOccaziaõ passo tambem ás mãos
deVossaSenhoria outraCopia dos uteis, ejudiciozos reparos
que oMarechal deCampo comExercicio deEnge-
nheiro DomMiguel Angelo Blasco fesSobre adef-
15 fença doRio Grande deSamPedro, edosSeus Territorioz,
porque ainda que prezentemente Senaõ possafazer
uzodosSobreditos reparos; nuncaSerá Superfluo a-
charseVossaSenhoria afeito doContheudo nelles.

Deosgarde aVossaSenhoria Palacio deNossaSe-
20 nhora daAjuda a20 delunhode1768.//
Conde deOeyras // SenhorDom Luis Antonio deSou-
zaBotelho Mouram //

DomLuis AntoniodeSouza

Dom Luiz Antonio de Souza Botelho Moura
 raó, Governador, e Capitão General da Capitania de
 São Paulo. Amigo Eu o Rey vos invio muito sau-
 dar como aquelle que amo. Foy Deus Nosso Senhor
 servido abençoar estes Reinos, dando-lhes humma In-
 fanta, que Naceo no dia de hoje com bom Successo da
 Princeza do Brazil, Minha sobre todas muito ama-
 da, e Prezada Filha: E me pareceo participar vos a faus-
 ta noticia deste plauxivel Nascimento; porque será de
 muita alegria para os Meus Vassallos, e para que o feste-
 jéis com todas aquellas demonstrações de aplauzo, e de con-
 tentamento, que são do costume em occasiões semellan-
 tes: Tendo por muito certo, que assim o executareis, como
 de vós espero. Escripta no Palacio de Nossa Senhora
 da Ajuda a quinze de Dezembro de mil, settecentos, ses-
 senta e oito.

Rey.

Para Dom Luiz Antonio
 de Souza Botelho Mouraó
 2.^a Via

DomLuiz Antonio deSouza Botelho Mou=

raõ Governador, e Capitão General daCapitania de

São Paulo. Amigo EuELRey vos invio muito sau=

dar como aquelle que amo. Foy Deus Nosso Senhor

5 servido abençoar estes Reinos, dando-lhes huma In=

fanta, que Nasceo no dia dehoje com bom Successo da

Princeza do Brazil, Minha sobre todas muito ama=

da, ePrezada Filha: Eme pareceo participar-vos afaus=

ta noticia deste plauzivel Nascimento; porque será de

10 muita alegria para os Meus Vassallos; epara que ofeste=

jeis com todas aquellas demonstraçoẽs de aplauzo, e de con=

tentamento, queSão do costume em occazioẽs semelhan

tes: Tendo por muito certo, que assim o executareis, como

de vòs espero. Escripta no Palacio deNossaSenhora

15 daAjuda a quinze de Dezembro demil, settecentos, ses

enta e oito.

Rey

Para Dom Luiz Antonio

deSouzaBotelho Mouraõ

20 *SegundaVia*

Chegada da Nao
 de Guerra, Nossa Senhora, Madre de Deus,
 que depois deahir arribada ao Porto da
 Bahia, surgiu neste thá poucos dias,
 recbi a Carta em que Vt. me favorece
 nadatta de 12 de Julho do anno proximo
 passado, certimo ver por ella a sua dis-
 posicao, que a Vt. tem amido de de
 que se acha nesc Governo: Assimta
 tem sido bastante mente melindrosa
 de tempo a esta parte, e ultimamente
 se foy obrigado a reduzir-me a cama,
 onde padeci hum grande de fluxo con-
 tinuado com bastantes febres, e ainda
 que fago vou convalescendo neste sitio,
 e espero deos merces as da Ajuda. Logo, que
 estiver mais firme de sair do leito.

Sobre dito motivo, e de se achar
 S. Mag. no sitio do Pinheiro, he vocazi-
 ao de nao poder responder as mais, que Vt.
 me refere na dita Carta, a que foy yel, pri-
 meiro de Navios, que houverem deahir do
 Porto, e para servir a Vt. fico com mais
 fiel e prompta contada. De 22 de M.
 anno. Ocytas, a 2, de Marco de 1763
 Luis Antonio
 Souza

Manoel da Silva

Francisco de Paula

Com achegada da Nao

de Guerra Nossa Senhora Madre de Deos,

que depois de hir arribada ao Porto da

Bahia, surgio neste há poucos dias,

5 recebi a carta com que Vossa Senhoria me favoreceo

na data de 12 de julho do anno proximo

passado, e estimo ver por ella a boa dis-

posição, que a Vossa Senhoria tem assistido desde

que se acha nesse Governo: a minha

10 tem sido bastantemente melindrosa

de tempos a esta parte, e ultimamen-

te fui obrigado a reduzir-me a cama,

onde padeci hum grande defluxo con=

tinuado combastantes febres, e ainda

15 que fraco vou Convallecendo neste Sitio,

e espero recolher-me ao da Ajuda, Logo que

estiver nos termos de sahir de caza.

OSobredito motivo, eo dese achar

Sua Magestade no Sitio do Pinheiro, hé ocazi-

20 ão de não poder responder ao mais, que Vossa Senhoria

me refere na dita Carta, o que farei pelos pri-

meiros Navios, que houverem de hir des-

te Porto, e para servir a Vossa Senhoria fico com a mais

fiel, e prompta vontade. Deos *guarde* a Vossa Senhoria muitos

25 annos. Oeyras, a 2 de Março de 1769

Luiz Antonio

Mais fiel *amigo*, e *captivo*

de Vossa Senhoria

Souza

Francisco Xavier de Mendonça Furtado

5590

Copia

Com a chegada da Naõ de Guerra e Nossa
 Senhora Madre de Deus, que depois de hã arri-
 cada ao Porto da Bahia, surgiu neste hã pouco
 dias, recebi a carta com que V. S.^a me firmou
 na data de 22 de Julho do anno proximo passau-
 do, e estimo ver por ella a bõa disposiçã, que a
 V. S.^a tem assumido desde que se achã neste Portu-
 no: a minha tem sido bastante, mediana e a
 de tempos a esta parte, e ultimam. fui obrigado
 a reduzir-me a cama, onde padeci cum grande
 defluxo continuado com bastantes febres, e ain-
 da q' fraco vou convalecendo neste sitio, e cypesso
 recomendo ao da Ajuda, Logo q' crever n'estes
 meos dias de cartas.

Obbedio moium, e o
 de se achar Sua Magestade no Suis do Vmbr.
 E' o caruã de naõ poder responder ao mais, que
 V. S.^a me refere na dita carta, e que fãrei p' os
 primeiros e lavras q' couverem de cõ dente Porto. E
 p.^a servir a V. S.^a fãco com a mais fidel, e pronta
 vontade.

Deos guarde a V. S.^a m. an.
 Oeyras a 2 de Março de 1769 = Maixi
 o Amigo, e catiro de V. S.^a Francisco da
 vier del Mendonça Luttado = Sir D. Lu-
 iz e m'ano de Souza

Luiz Antonio de Souza

Copia

Com a chegada da Nao de Guerra Nossa

Senhora Madre de Deos, que depois de hir arribada ao Porto da Bahia, surgiu neste há poucos

5 dias, recebi a carta, com que Vossa Senhoria me favoreceu na data de 12 de julho do anno proximo passado e estimo ver por ella a boa disposiçaõ, que a Vossa Senhoria tem assistido desde que se acha nesse Governo: a minha tem sido bastantemente me Lindroza
10 de tempos a esta parte, e ultimamente fui obrigado a reduzir-me a cama, onde padeci hum grande defluxo continuado com bastantes febres, e ainda que fraco vou convalecendo neste Sitio, e espero recolher-me ao da Ajuda, Logo que estiver nos termos desahir de caça.
15

OSobredito motivo, eo

dese achar Sua Magestade no Sitio do Pinheiro

hé ocaziaõ de não poder responder ao mais, que

Vossa Senhoria me refere na dita Carta, o que farei pelos

20 primeiros Navios, que houverem de hir deste Porto: E para servir a Vossa Senhoria fico com a mais fiel, e pronta vontade.

Deos guarde a Vossa Senhoria muitos annos

Oeyras a 2 de Março de 1769 = Maisfi-

25 el Amigo, e cativo de Vossa Senhoria. Francisco Xavier de Mendonça Furtado = Senhor Dom Luiz Antonio de Souza

Dom Luis AntoniodeSouza

Não cabendo no tempo poder fazer respostas positivas nesta
ocasião ás Cartas, que se receberam de V. M. na secretaria delittado compe-
tente, pelos muitos embaracos, que tem succedido, alem da falta de meu
Jornal o S. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que veio a falcão de
hum portuma, depois de receber todos os sacramentos, no dia quinze
de Novembro proximo passado na Corte de Villa Rica, onde foi a-
companhado S. Magestade: Só me reduzi a participar a
V. M. hum noticia, para o caso de quando por outra parte lhe che-
gar desfigurada, evite o mayor cuidado a respeito de hum attenta-
do no qual abunda Divina nos livrou, com huma especialissima
providencia.

No dia de Domingo 1.º de corrente meza sahi: S. Rey
Nosso Senhor do seu Palácio de Villa Rica para se divertir na casa
da Capada acompanhado de toda a sua Corte. No fim do Terrei-
ro do Lago se achou hum porta chamada do N.º, que pela sua
estreiteza, não admite, que por elle possa sair mais de hum car-
ruagem, ou de hum Caralleiro. Apenas S. Mag.ª hia sahindo a
cavalle pela dita porta, quando vio detras do muro do lado esquer-
do d'ella hum homem na figura de mendigo, que com hum grande
Varapau, ou Cacheira armou, e procurou descarregar sobre a Be-
ca da Cabeça do mesmo Senhor. hum sacrilego golpe, que seria mortal,
se a superioridade, e preveza do seu Real espirito em lugar de pro-
curar desviar-se da pancada, quebrando o cavallo sobre a mão di-
vina, o não fizesse levantar sobre o lado esquerdo contra o dito mal-
vado assassino, em tal forma, que o primeiro golpe armado con-
tra a cabeça apenas pôde offender a mão da direita com hum le-
ve contusão, e segunda pancada, que ainda intentou descarre-
gar o mesmo assassino, já não pôde ter espaço para offender se
não o cavallo. Caído neste tempo toda a comitiva de S. Ma-
gestade

Naõ cabendo no tempo poder fazer respostas positivas nesta
 occaziaõ ás Cartas, que se receberam de Vossa Senhoria na Secretaria de Estado compe=
 tente, pelos muitos embaraços, que tem ocorrido, alem da falta de meu
 Irmão o Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que veyo a falecer de
 5 huma postema, depois de receber todos os Sacramentos, no dia quinze
 de Novembro proximo passado na Corte de Villa Viçosa, onde foi a=
 acompanhando Sua Magestade: Só me reduzirei a participar a
 Vossa Senhoria huma noticia, para o cazo de quando por outra parte lhe che=
 gue desfigurada, evite o mayor cuidado a respeito de hum attenta=
 10 do no qual a bondade Divina nos livrou, com huma especialissima
 providencia.

No dia de Domingo tres do corrente mez sahio El Rey
 Nosso Senhor do seu Palacio de Villa Viçosa para se divertir na caça
 da Tapada acompanhado de toda a sua Corte. No fim do Terreir=
 15 ro do Paço se achava huma porta chamada do Nó, que pela sua
 estreiteza, não admite, que por ella possa sair mais de huma car=
 ruagem, ou de hum Cavalleiro. Apenas Sua Magestade hia sahindo a
 cavallo pela dita porta, quando vio detras do muro do lado esquer=
 do della hum homem na figura de mendigo, que com hum grande
 20 varapau, ou Cacheira armou, e procurou descarregar sobre a Re=
 al Cabeça do mesmo Senhor hum sacrilego golpe, que seria mortal,
 se a superioridade, e presença do seu Real espirito em lugar de pro=
 curar desviar-se da pancada, quebrando o Cavallo sobre a mão di=
 reita, o não fizesse levantar sobre o lado esquerdo contra o dito mal=
 25 vado assassino, em tal forma, que o primeiro golpe armado con=
 tra a cabeça apenas pôde offender a mão da rêdea com hum ale=
 ve contusão, e a segunda pancada, que ainda intentou descarre=
 gar o mesmo assassino, já não pôde ter espaço para offender se
 não o Cavallo. Cahindo neste tempo toda a comitiva de Sua Ma=
 30 gestade

Magestade sobre o referido monstro, foi tão obstinada a
 cidade, que maltratou algumas das penas, que estavam mais
 em quanto não foi preso; principalmente por que S. Magestade
 com outra presença de espirito, que só na grandessa do seu
 animo podia caber, no meio do conflicto de hum tão incipiente
 sulco, ordenou que ninguém matasse, ou ferisse o mesmo
 assassino, mas que só o prendessem. E dada esta Ordem
 ou S. Magestade successivamente o seu caminho para a
 onde se divertio até á noite na forma do costume dos meus
 esportes nesta Corte no dia seguinte de corrente. O mesmo
 Deo sendo com effeito tomado ás mãos, preso. e todo foi
 do para segura prisão em que se achava.

Pelas primeiras Embarcações, que daqui partirem
 remente, participarei a V.ª as Resoluções de S. Magestade
 respeitantes ás Cortes de V.ª

Suas Magestades se conservam na feliz disposição
 de meus desejos, e a mesma logram todas as mais
 de V.ª de a V.ª Palácio de Monsenhor
 da a 19 de Dezembro de 1769 Conde de Bexiga

S. Dom Luis Antonio de Souza.

[[Magestade]] sobreo referido monstuo, foi taõ obstinada a su[a fero=]
 cidade, quemaltratou algumas das pessoas, que estavam mais [perto]
 enquanto não foi prezo; principalmente porqueSua Mages[tade]
 com outra presença de espirito, quesó na grandeza doseu[Real]
 35 animo podia caber, no meyo do conflito dehum taõ inespera[do in=]
 sulto, ordenou que ninguém matasse, ouferisse o mesmo [malvado]
 assassino, mas quesó o prendessem. E dada esta Ordem con[tinu=]
 ouSua Magestade successivamente oseu caminho para aTap[ada,]
 onde se divertio até á noite naforma do costume dos mais [dias,]
 40 eserecolheo aestaCorte no dia deseseis do corrente. O execr[ando]
 Reo sendo com effeito tomado ás mãos, prezo, e atado foi c[onduzi=]
 do para segura prizaõ emqueseacha.

Pelas primeiras Embarçaõens, que daqui partiraõ [bre=]
 vemente, participarei aVossaSenhoria Resoluçoens deSuaMag[estade]
 45 respectivas ás Cartas deVossaSenhoria.

SuasMagestades se conservam nafelis disposiça[õ, que]
 devemos desejarlhes, ea mesmalogram todas as mais Pess[oas Reaes.]

Deosguarde aVossaSenhoria Palacio deNossaSenhora [daAju=]
 da a19 deDesembro de1769

50 Conde deOeiras
 Senhor DomLuis AntoniodeSouza.

Não cabendo no tempo poder fazer
 Respostas pontuais nesta occasião as Cartas, quer se
 recabem de V. S.^{ma} Secretaria de Estado competen-
 te, pelos muitos embaracos, que tem occorrido, além
 da falta de meu irmão Senhor Francisco Xavier
 de Mendonça Gortade, que saio a falecer de hum
 portoma, depois de receber todos os Sacramentos, no
 dia quinze de Novembro proximo passado na Cor-
 te de Villa Rica, onde foi acompanhando Sua
 Magestade. Si me reduzirei a participar a
 V. S.^{ma} humma noticia, para o caso de quando por
 outro parte lhe chegue desfigurada, evite o ma-
 yor cuidado a respeito de humm alenteado no qual
 a bondade Divina nos amou, com humma espe-
 cialissima providencia.

No dia de Domingos
 do Corrente mes sahio O REY Nosso Senhor
 do ao Palácio de Villa Rica para se divertir na
 caça da Capada acompanhado de toda a sua Corte
 No fim do Correio do Lago se acha humma por-
 ta chamada do So, que pela sua entricheza,

- Naõ cabendo no tempo poder fazer
 respostas positivas nesta occasiaõ as Cartas, queSe
 receberaõ deVossaSenhoria na Secretaria deEstado competen=
 te, pelos muitos embarços, que tem ocorrido, alem
- 5 da falta de meo Irmaõ o Senhor Francisco Xavi=
 er de Mendonça Furtado, que veyo a falecer de huma
 postema, depois de receber todos os Sacramentos, no
 dia quinze de Novembro proximo passado na Cor=
 te de Villa Viçosa, onde foi acompanhando Sua
- 10 Magestade: Só me reduzirei a participar a
 VossaSenhoria huma noticia, para o caso de quando por
 outra parte lhe chegue desfigurada, evite oma=
 yor cuidado a respeito de hum atentado no qual
 a bondade Divina nos Livrou, com huma espe=
 15 cialissima providencia.
- No dia de Domingos tres
 do Corrente mes sahio EIREY Nosso Senhor
 do seo Palacio de Villa Viçosa para se divertir na
 caça da Tapada acompanhado de toda a sua Corte.
- 20 No fim do Terreiro do Paço se acha huma por=
 ta chamada do No, que pela sua estreiteza,

estreiteza, não admittendo que por ella possa sair
 mais de humma carruagem, ou de hum Cavalie-
 ro. Apenas Sua Magestade foy sahindo a
 cavallo pela dita porta, quando viu de tras do mu-
 ro do Lado esquerdo della hum homem na fi-
 gura de mendigo, que com hum grande vara-
 pau, ou Cachaça armada, e procurava descarregar
 sobre a Real Cabeça do mesmo Senhor hum
 sacrilego golpe, que seria mortal, se a Superio-
 ridade e prudencia do seu Real Espirito em lugar
 de procurar desviar-se da pancada, quebrando o
 cavallo sobre a mão direita, e não fizesse levantar
 sobre o Lado esquerdo contra o dito malvado
 assassino, em tal forma, que o primeiro golpe
 armado contra a cabeça apenas pode offender
 a mão direita com hum leve contusão, e a se-
 gunda pancada, que ainda intentou descarregar
 e mesmo assassino, já não pode ter espaço para
 offender se não o cavallo. Cahirão neste tem-
 po toda a comitiva de S. Magestade sobre o re-
 ferido monarca, foi tão obstinada a sua feroci-
 dade, que maltratou algumas das pessoas, que
 estavam mais perto em quanto não foy preso, prin-
 cipalmente porque S. Magestade com ostra

[[estreiteza]], não admite que porella possa sahir
 mais dehum carruagem, ou dehum Cavalei=
 ro. Apenas Sua Magestade hia sahindo a
 25 cavalo peladita porta, quando vio detras do mu-
 ro do Lado esquerdo della hum homem nafi=
 gura de mendigo, que com hum grande vara=
 pau, ou Cacheira armou, e procurou descarregar
 sobre a Real Cabeça do mesmo Senhor hum
 30 sacrilego golpe, que seria mortal, se a Superio=
 ridade e presença do seo Real Espirito em lugar
 de procurar desviar-se da pancada, quebrando o
 cavalo sobre a mão direita, não fizesse levan=
 tar sobre o Lado esquerdo contra o dito malvado
 35 assassino, em tal forma, que o primeiro golpe
 armado contra a cabeça apenas pode offender
 a mão da redea com hum leve contusão, e a se-
 gunda pancada, que ainda intentou descarregar
 o mesmo assassino, já não podeter espaço para
 40 offender-se não o cavallo. Caíndo nestes tem=
 po toda a comitiva de Sua Magestade sobre o re-
 ferido monstro, foi tão obstinada a sua feroci=
 dade, que maltratou algumas das pessoas, que
 estavam mais perto em quanto não foi prezo; prin=
 45 cipalmente porque Sua Magestade com outra

61
 contra presença de espirito, que se via grandemente no
 seu Real animo pedia caber; no meio do confli-
 to de hum tao inesperado insulto, ordenou que
 ninguém malasse, ou ferisse o mesmo malvado
 assassino, mas que só o prendessem. E dada
 esta Ordem continuou S. Magestade successiva-
 mente o seu caminho para a Tapada, onde se
 divertiu ate aoite, na forma do costume das ma-
 is d'as, e se recolheu a esta Corte no dia da tarde do
 corrente. O execrando Rei sendo como feizo
 tomado as mãos, preso e atado foi conduzido
 para segura prisão em que se acha.

Das primeiras embarcações, que daqui
 partirão brevemente, participarei a V. M. as Reso-
 lucões de Sua Magestade respectivas as Cartas de
 R. M.

Suas Magestades se comovam na felis dis-
 posiçã, que deverão dezerjantes, e a mesma legião
 todas as mais Pessoas Reaes. Deus p. a. P.

1.^a Palacio de Nossa Senhora da Ajuda 19 de
 Dezembro de 1769 Conde de Oeiras - Int.
 Luis Antonio de Sousa Botelho Moura.

Luis Antonio de Sousa

[[outra]] presença deEspírito, que so na grandeza do
 seoReal animo podia caber, no meyo do confli=
 to dehum tao inesperado insulto, ordenou que
 ninguem matasse, ouferisse o mesmo malvado

50 assassino, mas quesó o prendessem. E dada
 estaOrdem continuouSua Magestade sucessiva=
 mente o seo caminho para aTapada, ondese
 divertio ate anoite naforma do costume dos ma=
 is dias, eserecolheo aestaCorte no dia desaseis do
 55 corrente. O execrando Reo sendo com efeito
 tomado as maõns, prezo, e atado foi conduzido
 para segura prizaõ em quese acha.

Pelas primeiras embarçaõens, que daqui
 partiraõ brevemente, participarei aVossaSenhoria as Rezo=
 60 luçoens deSuaMagestade respectivas asCartas de
 VossaSenhoria.

SuasMagestades se conservaõ nafelis dis=
 posiçaõ, quedevemos dezejarlhes, e a mesmalograõ
 todas as mais Pessoas Reaes. Deosguarde aVossa
 65 SenhoriaPalacio deNossaSenhora daAjuda 19 de
 Dezembro de1769 Conde deOeiras = Senhor Dom
 Luis AntoniodeSouza Botelho Mouraõ.

DomLuis AntoniodeSouza

64

Sendo presente a Mage-
 sade, que não obstante a Alvará que será cometto
 de 31 de Julho do anno proximo pautado, por que se
 servido aprovar a Representação do Director Geral,
 e Deputados da Conferencia, e Impressão Regia, e
 as Condições com que Estabeleceu Lorenzo Pilezio
 as Fabricas das Cartas de jogar, e Papelão; se con-
 tinua em algumas das Terras d'esse Estado em se
 fabricarem as mesmas Cartas de jogar contra a dis-
 posição do Referido Alvará: Ordena o mesmo Se-
 nhor que V. E. de as mais exactas providencias para
 evitar as transgressões do dito Alvará mandando
 proceder contra os seus directivos transgressores como
 as penas nelle declaradas.

Deus G. & V. da Pa-
 cio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de Julho de
 1770. — O Martinho de Melo e Castro — Senhor
 Luiz Antonio de Souza Botelho e Moura

Luiz Antonio de Souza

Sendo presente a Sua Mage-

tade, que não obstante a Alvará que será comesta
de 31 de julho do anno proximo passado, porque foi
servido aprovar a Representação do Director Geral,

5 e Deputados da Conferencia, e Imprensa Regia, e
as Condições com que Estabeleceu Lourenço Silezio
as Fabricas das Cartas de jogar, e Papelarias; secon-
tinua em algumas das Terras desse Estado em se
fabricarem as mesmas Cartas de jogar contra a dis-

10 posição do Referido Alvará: Ordena o mesmo Se-
nhor que Vossa Senhoria dê as mais exactas providencias para
obviar as transgressões do dito Alvará mandando
proceder contra os Seus respectivos transgressores com
as penas nelle declaradas.

15 Deus Guarde a Vossa Senhoria Pala-
cio de Nossa Senhora da Ajuda a 30 de julho de
1770. = Martinho de Mello e Castro = Senhor
Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mourão

Dom Luis Antonio de Souza

67

Sendo presente a S. Magestade o grande
 atrazo em que se achão as Contas dessa Capitania
 por falta de Officiaes que nellas trabalhem com zelo e
 actividade. Determina o mesmo Senhor que V. S.^a
 ponha neste particular a mais exacta vigilancia, a
 fim de que as ditas Contas se finalizem com abre-
 vidade possivel, e para que a os ditos Officiaes não
 sirva de desculpa e dizerem que por Ordem de V. S.^a
 se occupam em escriptas da Secretaria desse Governo,
 devo dizer-lhe, que só no caso de elles se acharem desoc-
 cupados, he que V. S.^a os pode occupar em algumas deli-
 gencias breves e casuais que lhes não embarassem as o-
 brigacoes dos seus empregos. Succedendo haver ne-
 cessidade de pessoas que escrevaõ na Secretaria, neste
 caso mandará V. S.^a chamar os Amannuenses que lhe
 forem necessario, os quaes não sendo mais precizos se
 devem despedir depois de satisfeitos do seu trabalho.

Deu-se a V. S.^a Lisboa as 23 de Agosto de
 1770.

Conde de Cayra.

Por
 Dom Luiz Antonio
 de Souza.

Sendo presente a *Sua Magestade* o grande
 atrazo em que se achão as Contas dessa Capitania
 por falta de Officiaes que nellas trabalhem com zelo e
 actividade: Determina o mesmo Senhor que *Vossa Senhoria*

- 5 ponha neste particular a mais exacta vigilancia, a
 fim de que as ditas Contas se finalizem com abre=
 vidade possivel; e para que a os ditos Officiaes lhes não
 sirva de desculpa o dizerem que por Ordem de *Vossa Senhoria*
 se occupam em escriptas da Secretaria desse Governo,
 10 devo dizer-lhe, que só no cazo de elles se acharem desoc=
 cupados hé que *Vossa Senhoria* os pode occupar em algumas deli=
 gencias breves, e cazuaes que lhes não embarassem as o=
 brigaçoens dos Seus Empregos: E succedendo haver ne=
 cessidade de pessoas que escrevaõ na Secretaria, nesse
 15 cazo mandará *Vossa Senhoria* chamar os Amanuences que lhe
 forem necessarios, os quaes não sendo mais precizos se
 devem despedir depois de satisfeitos do seu trabalho.

Deos *Guarde a Vossa Senhoria* Lisboa a 23 de Agosto de
 1770.

20 Conde de Oeyras.

Senhor Dom Luiz Antonio
 deSouza.

Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mou-

raõ Governador, eCapitaõ General daCapitania deSaõ Paulo,

Amigo. EuELREY vos invio muito saudar. Sendo me presente

que os Bens, que pela prepetua proscripção dos Denominados lezui=

5 tas vagaraõ para aMinhaCorte, e se achaõ no meu Fisco, eCamara

Real da Repartição do luizo da Inconfidencia, se vaõ detriorando ca-

da dia mais pela negligencia dos Administradores, e cobiça dos Ren-

deiros. Fuy servido ordenar ao Doutor Iozeph Antonio deOliveira

Machado, do MeuConselho, e luiz daInconfidencia mandase

10 Logo passar as competentes Ordens aos Ministros, emcujos Des-

trictos existem os referidos Bens, para quefazendo avaliar as Quin-

tas, Fazendas, Herdades, eTerras a elles pertencentes; remettendo todos

os Auttos das suas respectivas avaliaçoens, e suas Copias autenticas

ao Meu Real Erario, eao dito luizo, fazendose arrematar pelas

15 Juntas daFazenda, chegando os Lanços aos preços das suas avaliaço-

ens, enaõ chegando se me desse conta para EU rezolver o que me

parecer conveniente. Que os productos dos referidos Bens se remet-

tessem ao Meu Real Erario para serem applicados em beneficio do

augmento da Fé, das Conversoens, Instrucoens, eEstabelecimentos

20 dos Gentios, que se reduzirem ao Gremio daSanta Madre Igreja.

Equede todas as ditas Fazendas sefizesselogo hum Mappa, que

se remettese ao dito Erario com as especificaçoens dos respectivos

rendimentos, enaturezas dos referidos Bens, para sepoder fa-

zer a arrecadação delles com toda adevida clareza. Oque

25 me pareceo participar-vos, para assim ofazeres executar pela

lunta da Fazenda dessa Capitania. Escripta no Palacio de

Nossa d'Ajuda aos vinte eoitto d'Agosto de mil sette centos, e set-

tenta.

Rey

30 Para DomLuis Antonio

deSouza Botelho Mouraõ.

Segunda Via

69

Dom Luiz Antonio de Sousa Botelho
 Morgaõ Governador e Capitão General da Capita-
 nia de São Paulo. Amigo. Eu M. P. F. Respondo
 muito Saudar. Sendo-me presente, que de alguns tempos
 desta parte se tem feito por pessoas indignas, de nome se-
 consar onome. Por vezes como rebeldes as Minas
 Leys, e inimigas do bem commum da Sua propria
 Patria, hum criminoso do caminho de Diamantes,
 que já se tem feito notorio, e scandaloso na Praça de
 Lisboa, concubinas commerciantes da Europa, nas qua-
 is he preciso, que se faça descubra o segredo com que
 se ha de fazer mandados os sobre ditos Diamantes.
 Seu Servido, que faça de vassar os deus do caminho
 com o maior Vigor, e Vigilancia, fazendo sequestro,
 prender, e transportar os culpados para as Cadeas
 do Limoeiro da Cidade de Lisboa, mandando proceder
 a informacoes extrajudiciaes, e particulares sobre
 o procedimento das pessoas, que forem suspectas de tal
 pernicioso commercio, e a fazer saber das mesmas Dia-
 mantinas ainda antes de terem Culpa formada. E de-
 se as emleas mexas mudancas contra pella Secretaria
 do Estado dos Negocios do Reino, dos Offeitos da So-
 bre ditos Divisões, e avariguacões, as quaes orçeno,
 que se já teradas não só pelos Curiozes, mas
 tambem pelos Juizes ordinarios, e a este fim man-
 dando regular esta não só em todas as Curiozas
 dessa Capitania, mas tambem em todas as de sua
 respectiva

Dom Luiz Antonio deSouza Botelho

Mouraõ, Governador e Capitaõ General daCapita

nia deSaõ Paulo: Amigo. EU EIREY vos invio

muito Saudar. Sendome prezente, que dealguns tempos

5 aesta parte setem feito porpessoas indignas, denellas Se=
conservar onome Portuguez como rebeldes às Minhas

Leys, einimigos do bem commum daSua propria

Patria, hum criminozo descaminho deDiamantes,

que já setem feito notorio, eescandalozo naPraça de

10 Lisboa, eemoutras commerciantes daEuropa, nas qua
es hê precizo, que ogiro descubra o segredo comque
a ellas são mandados osSobreditos Diamantes:

SouServido, que façaes devassar destes descaminhos
com o maior vigor, e vigilancia; fazendo sequestrar,

15 prender, etransportar os Culpados para as Cadeas
do Limoeiro da Cidade de Lisboa, mandando proceder
ainformaçoens extrajudiciaes, eparticulares sobre
oprocedimento das pessoas, que forem suspeitas deste
perniciozo contrabando, eas fareis sahir das terras Dia

20 mantinas ainda antes deterem Culpa formada: E de
seis, emseis mezes medareis conta pelaSecretaria
deEstado dosNegocios do Reino, dos effeitos das So
breditas Devassas, eaveriguaçoens, as quaes ordeno,
que sejaõ tiradas não só pelos ouvidores, mas

25 tambem pelos luizes ordinarios, eaeste fim man
dareis registrar esta não Só emtodas as Ouvidorias
dessa Capitania, mas tambem em todas as Suas

respec

Respectivas Camaras. Escripta no Palacio de
 Nossa Senhora da Conceicao a dezasseis de Novembro
 de mil, setecentos, e setenta.

Rey:

Para Dom Luiz Antonio
 de Souza Brito Alvarado
 2.ª p.^a

30 [[respec]]tivas Camaras. Escripta no Palacio de
NossaSenhora daAjuda a dezaseis de Novembro,
de mil, settecentos, esettenta.

Rey

Para Dom Luiz Antonio
deSouza Botelho Mouraõ

35 *Segunda Via*

63 103

Hoje pelas cinco horas e humo
 quarto e tarde foi Deus Seruido chamar a
 sua Santa Gloria a Serenissima Senhora Infan-
 ta D. Maria Francisca Dorothea, de humma
 chronica doenca, com todos os signaes de veridici-
 ra Catholica em tudo conformes as suas Reaes
 Virtudes. O Sua Magestade e
 em demonstracão de tão justo sentimento foi
 servido resolver que nesta Corte se tomasse e luto
 por tempo de seis mezes na forma do capitulo
 17 da Pragmatica de 24 de Mayo de 1717,
 tres mezes rigoroso, e tres aliviado. O que par-
 ticipo a V. E. para assim officiar ordenando.

Deos guardando a R. Sa. Palacio de N. Sa.
 Senhora da Ajuda 22 de Janeiro de 1778 -
 Martinho de Mello e Castro - Sr. D. Luis An-
 tonio de Souza Botelho Mourao

Luis Antonio de Souza

Hoje pelas cinco horas e hum
 quarto da tarde foi Deos Servido chamar a
 sua Santa Gloria a Serenissima Senhora Infan=
 ta Dona Maria Francisca Dorothea, de hum
 5 cronica doença, com todos os signaes de verdadei=
 ra Catholica em tudo conformes as suas Reaes
 Virtudes. E Sua Magestade
 em demonstração de tão justo sentimento foi
 servido rezolver que nesta Corte se tomasse Luto
 10 por tempo de seis mezes na forma do capitulo
 17 da Pragmatica de 24 de Mayo de 1749;
 tres mezes rigoroso, e tres aliviado. O que par=
 ticipo a Vossa Senhoria para assim officar entendendo.

Deos guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa

15 Senhora da Ajuda a 14 de Janeiro de 1771 =
 Martinho de Mello e Castro = Senhor Dom Luis An=
 tonio de Souza Botelho Mouraõ

Dom Luis Antonio de Souza

 Sua Mag. he servido, que os pape-
 lamentos, que se fizerem, mande com uma
 recommendação entregar no Bis de Janeiro, to-
 da a qualidade de passagens, e Animas qua-
 druplas, que se poderem descobrir nesses Ca-
 pitania, para da dy renda remetidos ao
 Reyno. O que cumpre-se em hor da por m.
 recommendado a V.

W. G. de S. Paulo
 de N. M. da Ajuda 5 de outubro de 1773
 = Martinho de Mello e Castro - Vir. Dom.
 Luis Antonio de Souza Bispo de Alagoas

 Luis Antonio de Souza

Sua Magestade hêservido, que Vossa Senhoria pelas
 ocazioens, que se oferecerem, mande com a mayor
 recomendação entregar no Rio delaneiro, to-
 da a qualidade de passaro, e Animaes qua
 5 drupedes, que se poderem descobrir nessas Ca-
 pitaniaz, para da Ly serem remetidos a este
 Reyno: O que o mesmo Senhor ha por muito
 recomendado a Vossa Senhoria

Deos Guarde a Vossa Senhoria Palacio
 10 de Nossa Senhora da Ajuda a 5 de Outubro de 1773
 = Martinho de Mello e Castro = Senhor Dom
 Luis Antoniode Souza Botelho Mouraõ

Dom Luis Antoniode Souza

Sendo presente actual Mage. pelo Bis-
 po desta Capitania, J. naí havendo ainda atthe o
 presente domicalis imperis em qua pudessem terido os
 res respectivos Prelados, se estava contribuindo pela
 Fazenda Real com duarenta mil reis cada anno para
 pagamento das Casas, em que continuão habitar,
 Ordinariamente são Lembradas, e emperpetua
 para habitação Episcopal, nem como tempo que
 se achava devoluto e Caesão que foi Collegio dos Ex-
 teridos e Penitentes, Jesuitas: Ordena o mesmo
 Senhor, q. V. logo q. chegar a esta Capital o dito
 Bispo mande entregar o referido Caesão com to-
 das as suas Offeinas, excepto a quequerra quadra em
 q. se achão as Aldeas de Estudantes, q. devem conservar-se
 para as Casas dos Meiores, e Professores J. na conformi-
 dade daley Cáo de ser nomeados pela Mesa Conco-
 ria para confins da municipalidade desta Capitania.

D. q. d. a. O. S. Palacio de N. S. da Ajuda
 a 14 de Outubro de 1773 = Martinho de Mello
 Castro. = J. D. Luis Antonio de Sousa Botello
 Mourão

Luis Antonio de Sousa

Sendo presente a Sua Magestade pelo Bispo
 po dessa Capitania, que não havendo ainda a the o
 presente domicilio proprio em que podessem residir os
 seus respectivos Prelados, se estava contribuindo pela
 5 Fazenda Real com duzentos mil reis cada anno para
 pagamento das Casas, em que costumão habitar,
 e Ordinariamente eraõ lemitadas, e improprias
 para habitação Episcopal; ao mesmo tempo que
 se achava devoluto o Edificio que foi Collegio dos Ex
 10 tinctos e Proscriptas, lesuitas: Ordena o mesmo
 Senhor, que Vossa Senhoria logo que chegar a essa Capital o dito
 Bispo lhe mande entregar o referido Edificio com to
 das suas Oficinas, excepto a pequena quadra em
 que se achão as Aulas de Estudos, que devem reservar-se
 15 para as Escolas dos Mestres, e Professores que na conformidade
 da ley haõ de ser nomeados pela Mesa Senco-
 ria para o ensino da mocidade dessa Capitania.
 Deos guarde a Vossa Senhoria Palacio de Nossa Senhora da Ajuda
 a 14 de Outubro de 1773 = Martinho de Mello
 20 e Castro. = Senhor Dom Luis Antonio de Souza Botelho
 Mouraõ.

Dom Luis Antonio de Souza

Copia

Sua Magestade he servido,
que V. M. faça lembrar os Caballos do Condimento
sua Capitania portmante os mesmos Senhores, de
sorte que se acham sempre prontos no Rio de Jani-
ro até o fim de Setembro, principia de Outubro de a-
daham do anno seguinte, para serem embarcados na
quelle Porto logo que as Naos de Guana chegarem a el-
le para os conduzirem ao dito Reyno. Mandando
V. M. igualmente declarar por haer Bandas de aci-
ma sua Magestade para que os Mineiros emais Ho-
mens de Negocio possam prevenir as Camaras do arca-
beas na mesma Comformidade.

D. N. S. P. de A. de S. P. de A.
ci de N. S. de N. S. de A. de S. P. de A.
vendo de 1115 Martinho de Mello e Car-
to. Sr. D. Luis Antonio de Souza Botelho
Maua

Luis Antonio de Souza

Copia

Sua Magestade he servido,

que Vossa Senhoria faça remeter os Cabedaes do rendimento
dessa Capitania pertencentes ao mesmo Senhor, de

5 sorte que se achem sempre promptos no Rio de Janeiro até os fins de Setembro, principios de Outubro de cada um dos annos futuros, para serem embarcados na
quelle Porto logo que as Naos de Guerra chegarem a elle para os conduzirem a este Reyno. Mandando

10 Vossa Senhoria igualmente declarar por hum Bando o que acima ficado, para que os Mineiros e mais Homens de Negocio possa prevenir as remessas dos seus Cabedaes na mesma Conformidade.

Deos Guarde a Vossa Senhoria Pala-

15 cio de Nossa Senhora da Ajuda em 9 de Novembro de 1773 = Martinho de Mello e Castro = Senhor Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouraõ

Dom Luis Antonio de Souza

Copia

Seu prezerenda Sua Magesta-
de as Relações de C.ª com data de 15 de
Dezembro de 1772 em leportada Carta que
lhe dirige com data do 1.º de Outubro de 1773. E
igualmente vis emmarco Senhor arcebispo Relá-
ções de C.ª com data de 12 de Abril de 1773
e Papel intitulado- Notas em leportada Car-
ta que também lhe direm com data de 20 de No-
vembro de 1772. O requerendo para ntra o can-
dado dizeira C.ª ojuis que aqui se refer sobre a ex-
tenuissima, dispendiosa e impraticavel Servir
de que tratat as ditas Relações, lhe vou tãd remen-
de particpar as pectivas Ordens de Sua Ma-
gestade, que C.ª achari no Papel junto as-
signado a minha Letra.

Deo J.º do A.ª C.ª Pala-
cio de Nossa Senhora da Ajuda em 21 de
Abril de 1774 - Martinho de Melly Car-
bo - Sr.º Luis Antonio de Souza Botelho
Moura

Luis Antonio de Souza

Copia

Foraõ presentes aSua Magesta=

de as Relaçõens deVossaSenhoria comdatas de3,e 4
deDezembro de1772 emrepostadasCartas que

- 5 lhe dirigi com data do*primeiro* deOutubrode1771: E
igualmente vio omesmoSenhor as outras Rela=
çoens deVossaSenhoria comdata de14 deAbril de1773
e oPapel intitulado = Notas = emrepostadaCar
ta quetambemlhe escrevi com data de20 de No=
10 vembro de1772: E reservando paraoutra ocasi=
aõ dizeraVossaSenhoria ojuizo que aqui se fez sobre os ex=
tensissimos, dispendiosos, eimpraticaveis Serviços
de quetrataõ as ditas Relaçõens, lhe voutaõ somen-
teparticipar as positivasOrdens deSuaMa-
15 gestade, queVossaSenhoria achará noPapeljunto as-
signado daminhaLetra.

Deos Guarde aVossaSenhoria Pala=
cio deNossaSenhoradaAjuda em21 de
Abril de1774 = MartinhodeMelloeCas=

- 20 tro = SenhorDomLuis Antonio deSouzaBotelho
Mouraõ.

DomLuis AntoniodeSouza

3 CONTEXTO HISTÓRICO

O acesso às fontes primárias – verdadeiros artefactos destinados a perpetuar um tempo vivido – configura-se como o primeiro e indispensável passo para um processo que visa rememorar fidedignamente o passado (RODRIGUES, 2006, p. 63).

A consulta aos textos produzidos no período setecentista é o único meio de reconhecimento do estado da língua coeva. Essas fontes primárias, sobretudo manuscritas, são o melhor registro da linguagem de que se serviam as personagens históricas envolvidas na administração da capitania de São Paulo à época de sua restauração. Seja por meio de fac-símiles, seja por edições filologicamente cuidadas, a apurada leitura documental é o alicerce seguro a todos os estudos que dessas fontes decorrem. Da função substantiva da Filologia, responsável por reproduzir fidedignamente os textos de outrora, desdobram-se inúmeras possibilidades de interpretação e análise linguística e histórica.

Desses “esparsos e perecíveis testemunhos concretos, os inúmeros pedacinhos do ‘puzzle’ da vida para sempre incompleto e distante, estimulante para reconstituições parcelares mais ou menos verossímeis” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 13), foram produzidos trabalhos representativos para a área de Filologia sobre a linguagem dos setecentos (ARAÚJO, 2007; DIAS, 2007; COSTA, 2009; MUNHOZ, 2009; FACHIN, 2011; MOTA, 2011; MONTE, 2012).

Na mesma diretriz, pesquisas recentes sobre a historiografia da cultura escrita servem-se das mesmas fontes documentais (ALMADA, 2011; MARCOTULIO, 2012; CONCEIÇÃO, 2013; MEIRELLES, 2013).

Além das pesquisas acadêmicas, o caráter histórico estimulante dos testemunhos das vivências de outrora inspira também produtos artísticos. Como exemplo, na literatura, cita-se a trilogia romanceada acerca da biografia do Morgado de Mateus (MARTINS, 1999, 2001, 2001)⁵¹.

Adota-se um recorte historiográfico como necessário à melhor compreensão do momento da produção documental. Para tanto, serve-se do conceito de “História”, de forma simplificada, associada ao conceito de “Historiografia”, conforme apontado por Arruda (2014). Como instrumental sistematizado de técnicas e procedimentos

⁵¹ Agradecemos à Zoraide Martins, *in memoriam*, por ter mantido contato durante parte desta pesquisa e, sobretudo, pela generosidade com que me recebeu em sua residência e compartilhou suas pesquisas e experiências.

metodológicos que busca resgatar, nas palavras de Catroga (2001, p. 41), traços e representações capazes de situar algo que se sabe ter existido, mas que já não existe.

Considerando-se as fontes documentais como a substância da escrita da História, seria possível entender que essas fontes representassem princípio absoluto de crédito. Nessa visão, poder-se-ia considerar que

Tudo mais que os pesquisadores da história têm a oferecer são, por assim dizer, interpretações. Que se diferenciam no decorrer das diferentes gerações. Elas dependem tanto do direcionamento cambiante dos interesses de cada época como dos louvores e censuras por parte de quem escreve a história, e que estão ligados a tais interesses (ELIAS, 2001, p. 31).

Tal visão, entretanto, seria parcial e bastante errônea ao desqualificar pesquisas desenvolvidas a partir de documentos comprovadamente autênticos como os do *corpus*. A tentativa de reconstruir a História meramente a partir da leitura das fontes, desconsiderando-se o que já foi feito, seria impraticável tanto pela falta de manejo científico nesse sentido, quanto pelo caráter de evidente retrabalho. Em sentido oposto, esta tese serve-se de algumas pesquisas historiográficas de qualidade acerca do período em estudo e das biografias dos autores documentais.

A única ressalva em relação à reprodução dos estudos historiográficos diz respeito a considerações sociológicas que trabalham a questão da ideologia. Afinal, trabalha-se nesta tese com a História dos homens de destaque social, considerados “grandes”, aqueles que tiveram o direito de entrar para a História oficial. Assim,

o saber histórico nos dirá que esses “grandes”, agentes da história e do progresso, são os “grandes e poderosos”, isto é, os dominantes, cuja “grandeza” depende sempre da exploração e dominação dos “pequenos”. Aliás, a própria idéia de que os outros são os “pequenos” já é um pacto que fazemos com a ideologia dominante (CHAUÍ, 1983, p. 47).

Os parâmetros ideológicos baseiam-se comumente nesse princípio de dominância⁵² de alguns homens em detrimento de outros, por ele subjugados. O instrumento mais propício à concretização desse processo de predominância de uns sobre outros seria o discurso. O conceito de coerção discursiva associa necessariamente as instâncias históricas e sociais ao nível do enunciado. Soma-se ainda a instância situacional, atualizada a cada nova produção discursiva. Na linha bakhtiniana, entende-se o enunciado como um signo ideológico, dialógico, único e irrepetível, que se instaura diferentemente em cada interação.

⁵² “To study ideology, I propose, is to study the ways in which meaning (or signification) serves to sustain relations of domination. I argue that, in order to clarify the nature of such a study, we must provide a cogent analysis of power and domination within the context of an account of the relations between action, institutions and social structure.” (THOMPSON, 1984, p. 4).

Assim, as correspondências mantêm a marca das diferenças que separam as classes sociais. Tais diferenças devem-se ao sistema dos reforços seletivos, capaz de definir o grau de coerção que um determinado campo faz pesar sobre a linguagem. Esses reforços seletivos “constituem um sistema de signos congruentes de diferenciação, ou melhor, de distinção, que encontram seu princípio nos modos de aquisição socialmente distintos e distintivos” (BOURDIEU, 1983, p. 174). Dessa forma pontuado, pretende-se identificar as marcas intersubjetivas e as ideologias de que emergem. Todos os indícios apontam tratar-se da mentalidade dominante no período. A identificação das marcas ideológicas bastará para comprovar sua presença no discurso oficial. Não se trabalhará, portanto, com comparações que permitam entrar no mérito das diferenças sociais.

É por meio do discurso registrado na documentação do *corpus* que se observam as práticas sociais que o produziram. De acordo com Motta et al (2011, p. 35), elementos da História e da Sociologia⁵³ podem ser apreendidos nos discursos como produções situadas. Afinal, os discursos ancoram-se em um dado autor como parte de uma geração com lastros educativos e profissionais, detentor de ideologias e opiniões, exposto a situações e a redes de relacionamentos submetidos a mais ou menos coerções sociais. Ao formular seu discurso, esse autor conta, portanto, com todos esses aspectos e com os moldes do sistema linguístico da língua em que se expressa.

Com isso, evidencia-se a imbricação de dimensões como a ideológica⁵⁴ ao contexto histórico-social no discurso. A partir das situações concretas do extraverbal,

⁵³ Adotando como objeto central dos estudos sociológicos as “redes de inter-relações, as interdependências, as figurações e os processos formados pelos homens interdependentes” (ELIAS, 2001, p. 13).

⁵⁴ São adotados pressupostos teóricos acerca do conceito de “ideologia”. No entanto, ressalta-se a polissemia desse termo, significando: “a. o processo de produção de significados, signos e valores da vida social; b. um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; c. ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d. ideias falsas que ajudam a legitimar o poder político dominante; e. comunicação sistematicamente distorcida; f. aquilo que confere certa posição a um sujeito; g. formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h. pensamento de identidade; i. ilusão socialmente necessária; j. a conjuntura de discurso e poder; k. o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l. conjunto de crenças orientadas para a ação; m. a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n. oclusão semiótica; o. o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p. o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.” (EAGLETON, 1997, p. 16). Tantos significados, incompatíveis e contraditórios entre si denotam a existência da corrente que vislumbra a ideologia de modo negativo, que visa a subjugação de outros seres humanos em busca da manutenção do poder, conforme as conotações dos itens C e D, previstas por Marx, Hegel e Georg Lukács. Em contraposição, trabalha-se o conceito de ideologia de maneira mais geral, a partir do conceituado em B e K, não se descartando, contudo, o fato o item J, da vinculação entre discurso e poder.

delineiam-se os posicionamentos ideológicos evidenciados nas negociações intersubjetivas. Tendo em vista a importância dessas negociações, retoma-se o pressuposto adotado nesta tese de língua como sistema semiótico e semogênico, cuja principal função é criar significações com base no contexto, conforme Halliday (2009, p. 60)⁵⁵. Como os processos de significação estão atrelados ao contexto, apresenta-se, a seguir, o que se entende por “contexto”.

3.1 Sobre o conceito de “contexto”

Os estudos da linguagem a partir de documentação escrita nos séculos passados aproximam a área das Letras à da História. A Historiografia, por sua vez, também se serve desses registros como fontes primárias. Essa correlação entre a língua, como instrumento dos registros históricos, e a História, como meio de contextualização das ocorrências linguísticas, fez com que os trabalhos de ambas as áreas ganhassem contornos interdisciplinares.

Entretanto, a formação científica lacunar no que se refere à prática da interdisciplinaridade, conforme Monte (2012, p. 28), dificulta a produção de trabalhos de cunho filológico e linguístico cujas análises apresentem embasamento historiográfico. Trabalha-se normalmente com o princípio da multidisciplinaridade⁵⁶, apenas se mencionando o contexto histórico documental de maneira estanque às análises linguísticas e filológicas.

Reconhecendo-se o caráter complexo da linguagem, pretende-se demonstrar a relevância da ampliação de seu escopo de análise pelo arcabouço de disciplinas complementares às das Letras. Torna-se, pois, necessária a incorporação de conceitos pertinentes a ciências humanas e sociais⁵⁷ para a compreensão de *corpora* linguísticos. Desta forma, além da Historiografia oficial e de suas subáreas acerca da

⁵⁵ No original: “*Language has the further property that it is a semogenic system: a system that creates meaning.*” (HALLIDAY, 2009, p. 60).

⁵⁶ Apenas para situar a perspectiva, menciona-se que os estudos que transitam por diferentes áreas do conhecimento para a compreensão de seus objetos de análise são classificados, a partir de Piaget (1972), em três tipos. O primeiro seria o da “multidisciplinaridade”, em que se empregam informações de disciplinas diversas sem as integrar. A integração cabe à proposta da “interdisciplinaridade”. Nesse segundo tipo, adotado neste trabalho, conciliam-se conceitos das diversas áreas do conhecimento para se promoverem avanços nessas áreas. O terceiro e mais completo modo de integração seria a “transdisciplinaridade”, que articula as disciplinas de modo a integrá-las tão profundamente que se transformam em uma espécie de “macrodisciplina”, o que não é o que se pretende.

⁵⁷ Na definição de “Ciências sociais e humanas” emprega-se o conceito sociológico de Kuhn (1970), em contraposição às chamadas “Ciências duras” ou exatas, mais objetivas, com fundamentos conceituais e procedimentais testados e acordados entre os membros.

cultura escrita e dos eventos privados, contribuem para as análises deste trabalho elementos sociológicos⁵⁸.

As constantes contribuições da História e das Ciências Sociais às pesquisas que envolvem registros documentais antigos conduziram a estudos que ultrapassam o nível da interdisciplinaridade, e propõem o que se entende por interdisciplinar⁵⁹. Pela interdisciplinaridade, a organização do conhecimento exige que as correlações conceituais tenham justificativa mais profunda do que a mera justaposição de disciplinas.

Destarte, correntes de pensamentos sobre o conceito de “contexto” foram desenvolvidas. A corrente adotada é a de van Dijk (2012)⁶⁰, que considera os contextos como construtos subjetivos dos autores, resultantes da leitura que fazem do meio em que se inserem. Nessa definição, o panorama histórico externo representa apenas uma parte do todo chamado de “contexto”⁶¹. Nele entrariam também os “modelos mentais” enquanto experiências únicas dos autores. Nesse sentido, entende-se que cada discurso associou-se às circunstâncias de sua produção. Tais circunstâncias, por sua vez, contaram com a atualização dos esquemas dinâmicos de tempo, lugar, intencionalidade de negociação intersubjetiva (MNI) e autores em seus papéis sociais. Assim, “os contextos são ao mesmo tempo pessoais e sociais, como é também o caso dos discursos que eles controlam” (VAN DIJK, 2012, p. 36). A importância do contexto deve-se ao fato de o texto em si nem sempre representar as relações globais de poder entre os grupos em que circula. Por isso, “é sempre o contexto que pode interferir, reforçar ou transformar essas relações” (VAN DIJK, 2012, p. 121).

⁵⁸ Para essa visão mais ampla e consideração de conceitos sociológicos, agradecemos as valiosas contribuições das Profas. Dras. Ana Paula Cavalcanti Simioni, Michele Asmar Fanini e Maria Aparecida Borrego.

⁵⁹ De acordo com a Carta da Transdisciplinaridade (1994), a “transdisciplinaridade” articula disciplinas afins para possibilitar uma visão mais integrada e ampla dos dados analisados e, por consequência, da realidade. Consiste em um princípio de organização de conhecimentos que extrapola a mera acumulação no desenvolvimento das ciências, em concordância com a proposta de Kuhn (1970). Por ser a “transdisciplinaridade” um conceito ainda em desenvolvimento, esta tese mantém-se na perspectiva da “interdisciplinaridade”.

⁶⁰ Emprega-se o conceito de “contexto” previsto por van Dijk, sem levar em conta sua perspectiva cognitivista, o que poderia conflitar com a visão social adotada pela corrente funcionalista.

⁶¹ Adotou-se essa perspectiva sem se considerar sua fundamentação sócio-cognitiva para o restante das análises da tese. Para a adoção da proposta de van Dijk (2012), levou-se em conta, o conceito “contexto de cultura” utilizado por Halliday e Matthiessen (2004) a partir do “contexto de situação”, proposto por Malinowski (2009). Parte desses conceitos a observação das características extralinguísticas dos textos que derivam nas esferas do campo, modo e relações.

A partir de um dos axiomas gerais do funcionalismo, de que "cultura é um conjunto uno em que os vários elementos são interdependentes" (MALINOWSKI, 2009, p. 161), pode-se depreender que a produção discursiva veiculada no manuscrito não se limita unicamente aos fatores externos, mas engloba aspectos "ao mesmo tempo pessoais e sociais" (VAN DIJK, 2012, p. 36). Nesse sentido, o contexto não se limitaria às circunstâncias externas e passíveis da observação do autor, tais como a governança de um vasto domínio territorial, mas englobaria questões de ordem pessoal, tais como as atitudes de julgamento e apreciação diante das proporções do que encontra no Brasil em comparação com a Europa. Nesse viés, o funcionalismo propõe que o contexto seja uma espécie de construto subjetivo de cada autor, que englobe fatores externos e a repercussão desses fatores na forma de analisar de cada ser.

Pretende-se ancorar os dados do *corpus* ao seu contexto social de produção a fim de alcançar sua análise qualitativa. As motivações ideológicas que os geraram e as representações sociais resultantes dos discursos contidos no *corpus* não podem restringir-se ao viés meramente linguístico. Conforme supracitado, o emprego das palavras na formulação discursiva consiste em um fenômeno notadamente ideológico, haja vista que todo enunciado emerge de um contexto saturado de valores que se materializam, por meio dos discursos, nas práticas sociais.

Associam-se, além das ocorrências históricas, aspectos da personalidade dos autores enquanto detentores de uma posição social definida. Embora não se pretenda encontrar aspectos pessoais dos autores por meio de seus discursos oficiais, serão apresentadas sinteticamente suas biografias por conterem elementos fundamentais à compreensão da mentalidade a partir da qual se formularam os discursos.

O contexto representa função determinante a esta tese por relacionar-se de maneira direta com o conteúdo linguístico estudado, assumindo as funções de produto e produtor desse conteúdo. Produto enquanto o registro que retrata o meio social do autor. E produtor à medida em que o discurso veiculado no *corpus* pode ser tido como o responsável pela (re)construção das categorias contextuais em voga. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 32), a língua opera no contexto⁶² dentro de três

⁶² No original: "a given language is thus interpreted by reference to its semiotic habitat. This way of approaching language was given a considerable theoretical and empirical boost by the anthropologist Bronislaw Malinowski in the 1920s. The contextual potential of a community is its culture – what we call the 'context of culture'. The context of culture is what the members of a community can mean in cultural terms; that is, we interpret culture as a system of higher-level meanings as an environment of meanings

categorias contextuais: “campo”, “modo” e “relações”⁶³, todas correlacionadas às metafunções linguísticas, explicadas na apresentação dos pressupostos teóricos. Do mesmo modo que a língua instancia⁶⁴ as três metafunções, o contexto⁶⁵ instanciará as dimensões da semântica, da léxico-gramática e do discurso, das quais está acima na arquitetura da língua.

O “campo”⁶⁶ relaciona-se com a metafunção Ideacional, por categorizar o mundo de acordo com a comunidade discursiva do autor. Desta categoria decorrem, por conseguinte, as representações ideológicas, impressas na enunciação de valores, opiniões, posicionamentos e na avaliação daquilo de que trata. A categoria do campo será pormenorizada pela apresentação de elementos do cenário histórico e social de que os documentos do *corpus* derivaram.

Já o “modo”⁶⁷ concentra-se na esfera da canalização da comunicação, relacionando-se à metafunção *Textual*. Concentra-se no fluxo informacional do enunciado. O meio semiótico empregado no *corpus* é unicamente a correspondência redigida em papel, o que diverge das análises da comunicação contemporânea, encaminhada por diversos meios, tais como o aplicativo de mensagens simultâneas, o *Whatsapp*, o e-mail e as diversas redes sociais.

Por fim, a categoria contextual das “relações”⁶⁸ trata das ligações sociais e afetivas entre os participantes, autor e destinatário, de acordo com os papéis por eles

in which various semiotic systems operate [...] Malinowski called institutions the ‘real isolates of culture’, advocating the study of institutions; and we can investigate an institution linguistically through the register that operates within it. [...] While there are still no comprehensive descriptions of the context of culture, the general categories of context have been known for a long time under the headings of field, tenor and mode.” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 32).

⁶³ Tradução adotada por Gonçalves Segundo (2011, p. 151) do inglês “*field, tenor, mode*”, categorias nas quais todas as situações de contexto podem ser classificadas: “*Thus any situation type can be characterized in terms of field, tenor and mode*” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 33).

⁶⁴ “Instanciação”, de acordo com Gonçalves Segundo (2011, p. 148), seria uma relação intra-estratos, em que os traços estruturantes seriam como de “decalcados” dos mais abstratos até resultar no texto concreto. Já a “realização” refere-se à influência mútua de todos os níveis de cada camada da estrutura da língua proposta pela LSF na realização concreta dos textos.

⁶⁵ “*Like language, context is extended along the cline of instantiation*” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 33).

⁶⁶ “*Field: what’s going on in the situation: (i) the nature of the social and semiotic activity; and (ii) the domain of experience this activity relates to (the ‘subject matter’ or ‘topic’)*” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 33).

⁶⁷ “*Mode: what role is being played by language and other semiotic systems in the situation: (i) the division of labour between semiotic activities and social ones (ranging from semiotic activities as constitutive of the situation to semiotic activities as facilitating); (ii) the division of labour between linguistic activities and other*” (Ibidem, p. 33).

⁶⁸ “*Tenor: who is taking part in the situation: (i) the roles played by those taking part in the socio-semiotic activity – (1) institutional roles, (2) status roles (power, either equal or unequal), (3) contact roles (familiarity, ranging from strangers to intimates) and (4) sociometric roles (affect, either neutral or*

adotados na interação discursiva. O sistema semântico Interpessoal proposto por Martin e White (2005, p. 34) conta com os princípios basilares do *Poder* e da *Solidariedade*, a partir dos quais se formularam os sistemas da *Negociação*, do *Envolvimento* e da *Avaliatividade*. Esse último sistema é adotado para fundamentar as análises desta tese e, portanto, a categoria das relações apresenta grande importância ao longo deste trabalho.

Categoria Contextual	Metafunção
Campo	Ideacional
Modo	Textual
Relações	Interpessoal

Quadro 6: Categorias contextuais da LSF⁶⁹.

Na categoria⁷⁰ do campo está contida a ação social e os participantes nela envolvidos. Na relação estariam as relações e papéis exercidos pelos participantes da interação. No modo, o papel da linguagem na interação. Adota-se o documento 56 para ilustrar as categorias contextuais. Nessa carta régia, a categoria do “campo” é responsável pela divulgação da ordem real de alistamento militar dos moradores. O “modo” é o canal gráfico no meio escrito. A “relação” concretiza-se nos contatos hierárquicos entre os autores intelectuais, o Rei e o Morgado de Mateus. Implicitamente, constam o escriba como autor material, os conselheiros e secretários por que passou a ordem, bem como os moradores a quem a ordem fora dirigida. Entraria também no item da relação a menção de vozes externas, como em ‘Sendo informado da irregularidade, e falta | de disciplina, à que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares dessa | Capitanía’ (56, 3), em que há Engajamento por Reconhecimento.

Essas categorias contextuais apresentadas pelo Funcionalismo são bastante úteis quando associadas ao modelo de contexto proposto por van Dijk (2012) para considerar a mentalidade prototípica do período, de modo a permitir realizarem-se análises tomando como objeto o discurso setecentista.

charged, positively or negatively); and (ii) the values that the interactants imbue the domain with (either neutral or loaded, positively or negatively)” (Ibidem, p. 33).

⁶⁹ Devido à pormenorização da taxonomia referente à natureza das atividades sócio-semióticas proposta por Halliday e Matthiessen (2004, p. 35), optou-se por não a adotar em sua totalidade, apenas de modo geral, indicando os três tipos de contexto.

⁷⁰ As três categorias semânticas de análise do contexto referentes às variáveis de campo, modo e relações propostas por Halliday e Hasan (1989) e por Halliday e Matthiessen (2004) podem também ser encontradas na tradução de Fuzer e Cabral (2010, p. 18).

A contextualização histórica e social do *corpus* baseia-se, nessa perspectiva, no aspecto da subjetividade⁷¹, tanto na modalidade epistêmica, em que o autor demonstra seu grau de certeza sobre aquilo que afirma, quanto na apreciativa. A relação dos autores com o conteúdo proposicional que veiculam nos manuscritos permite vislumbrarem-se as representações da (inter)subjetividade. Afinal, um enunciado discursivo, por mais objetivo que possa parecer, nunca apresenta a realidade, mas uma versão (subjetiva) do autor acerca da realidade que aborda. Essa versão pode ainda conter estratégias (intersubjetivas) de manejo da relação pretendida do autor com seu interlocutor. É, então, a partir dessas representações de ordem (inter)subjetiva ancoradas no contexto que se desenvolvem as análises do discurso contido no *corpus*.

Dessa maneira, o panorama histórico apresentado a seguir está contido no conceito de contexto operador de mecanismos que controlam o discurso em progresso. Por ele identificam-se aspectos situacionais como a localização espaço-temporal, além das intenções e objetivos dos autores em suas posições sociais. O panorama histórico-social apresenta-se a seguir apoiado na categoria semântica do campo com as representações do mundo setecentista. Tais representações, construídas a partir dos registros conservados desse tempo, fundamentam as análises textuais (na categoria do modo) e permitem que se vislumbrem as implicações semânticas contidas no nível linguístico. Por meio da categoria do modo e com o respaldo da categoria do campo, alcança-se a das relações, em que se inscreve a (inter)subjetividade.

3.2 Contextualização político-social do momento histórico

Pretende-se, neste subitem, reconstruir o panorama social histórico em que o *corpus* foi produzido. Para tanto, foram feitas pesquisas bibliográficas em fontes canônicas da historiografia, tanto as que atestam a tese de decadência da capitania de São Paulo (CANABRAVA, 1944; PRADO Jr, 2014; TAUNAY, 2004), quanto aquelas em defesa da importância da economia mercantil (ELLIS, 1940; HOLANDA, 1976; ZAMELLA, 1951). Além dessas consultas, trabalhou-se com materiais produzidos a partir da década de 1960, que ponderam aspectos das duas teses anteriores (BACELLAR, 1995; BELLOTTO, 2007a; SAMARA, 1980).

⁷¹ Por estar tão atrelada à interação comunicativa, Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 457) afirmam em relação às produções discursivas que “a subjetividade está em todo lugar”.

Cabe, primeiramente, situar o governo do Morgado de Mateus como pertinente ao período da colonização portuguesa no Brasil. Chama-se “colonial” o intervalo entre os anos de 1500, com o marco da chegada das primeiras caravelas no marco do descobrimento em 22 de abril, e o de 1808, com a chegada da família real portuguesa dos Bragança ao Brasil em 22 de janeiro. Desse longo período colonial, destaca-se o intervalo do século XVIII. Para a História brasileira, essa dimensão temporal deve ser ampliada aos limites de dois acontecimentos político-econômicos decisivos: com a descoberta do ouro em 1694 e a vinda da Família Real e de sua Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro em 1808. Conforme Bellotto (2014, p. 392), esses marcos eivados de implicações políticas e sociais delimitariam uma fase de fecundidade histórica para o Brasil colonial.

Dentro desse panorama, na segunda metade do século XVIII, encontram-se os dez anos do governo do Morgado de Mateus, recorte histórico a ser abordado para a compreensão do *corpus*. Tal período não pode ser desvinculado da influência ideológica do *Iluminismo* em suas diversas correntes. A ilustração cedeu elementos ideológicos aos governos absolutistas, tendo repercutido de maneira bastante peculiar no governo português de Dom José I. Embora se afirme que em Portugal “boa parte das ideias vinha do século XVII e só muito indiretamente ecoava aquilo que, em meados do século XVIII, foi propriamente a cultura europeia das Luzes” (RAMOS, 2009, p. 357), há marcas evidentes do racionalismo iluminista nas políticas pombalinas. Dentre elas, destacam-se a expansão comercial e a dinamização das organizações burocráticas, especialmente no que diz respeito ao gerenciamento dos domínios ultramarinos.

As críticas ao momento político de Portugal devem-se ao fato de o país ter permanecido como um Estado absolutista em que predominava a “a aristocracia de mentalidade feudalizante” (FALCON, 1982, p. 173). Onde, pela reflexão de Fávero (1996, p. 57), em todos os níveis sociais coexistiam o tradicionalismo antigo e as novidades das inúmeras reformas.

Entretanto, o aspecto de estagnação cultural pelo qual se critica esse momento histórico português devia-se mais às questões econômicas em voga do que propriamente apenas ao absolutismo. Afinal, de acordo com Salgado (1985, p. 45), a crise do ouro brasileiro acarretara um quadro de decadência desde 1762 em Portugal, que estava à frente de um império grande demais para se sustentar. Nesse contexto da administração portuguesa, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras

e, posteriormente, Marquês de Pombal, promoveu reformas de várias ordens, sempre visando ao aumento do poder central. Afinal, “estabeleciam-se contrastes significativos entre a enormidade territorial e a própria essência do absolutismo, que é a centralização” (BELLOTTO, 2014, p. 392).

A constante tensão referente aos limites geopolíticos na América em sua divisão portuguesa e espanhola é evidente na maior parte do *corpus*. Essa preocupação estampada nas correspondências não se deve apenas ao caráter militar da atuação do Morgado de Mateus, mas sobretudo ao caráter forçoso de impor aos habitantes dos vastos territórios americanos as soberanias estrangeiras ditadas pelos Tratados, como o de Madri (1750), de El Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777). O Governador da província de Buenos Aires, Pedro de Cevallos, preocupava os portugueses com o chamado “Vice Reinado do Rio da Prata” desde 1757. A divisão territorial em capitanias com governos distintos e a tentativa de manutenção do Estado pelo controle dessas capitanias caracterizou a segunda metade do século XVIII:

A descoberta do ouro e dos diamantes no Centro do país articulou internamente a colonização portuguesa, transformando um arquipélago de colônias isoladas em um continente ainda que relativamente integrado. Caminhos de gado, campos de criação e feiras, como a de Sorocaba, foram importantes instrumentos dessa ligação. Por outro lado, as profundas transformações europeias do século XVIII refletiram-se na colônia, determinando, inclusive, o traçado dessas fronteiras (WEHLING; WEHLING, 2005, p. 149).

Além das questões fronteiriças, os problemas das colônias portuguesas eram atribuídos pelos governantes portugueses à cultura marcada pelo jesuitismo, à carência demográfica e à economia pouco estruturada. Três temas que igualmente predominam no *corpus*, conforme apontam as análises.

Focalizando o Brasil colonial, o *corpus* corrobora a literatura historiográfica ao exemplificar as principais frentes de trabalho do governo português. Empenhava-se pela exploração territorial, pelo incentivo à agricultura, pela militarização que protegesse o território de invasões estrangeiras, principalmente espanholas, e pelo fomento à política econômica visando ao pagamento de impostos e combate ao contrabando.

Vale ressaltar que até 1774 o território brasileiro estava dividido desde 1573 em dois Estados: o do Brasil e o do Grão-Pará e Maranhão. Esse último foi fundado com sede em Belém do Pará em 1751 e passou a ser governado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado. A escolha do irmão do Conde de Oeiras para o posto de Governador, segundo Rodrigues (1997, p. 7), demonstrava a importância que o

da condição, e vestias, costumes | dos índios da terra, e de outras estranhas |
 zas de bichos que há nestas partes offereci= | da á Minha Alta, e Serenissima
 Senhora Dona | Catherina Raynha de Portugal Senhora nossa | Visto
 e aprovado pellos deputados da santa | Inquisição. A Rainha Nossa Senhora -
 o Autor.

O texto não foi transcrito integralmente, mas mencionado por seu detalhamento sobre o Brasil. Inicia-se no fôlio 83r do conjunto e se divide nos seguintes tópicos: “Prollogo ao Lector (83v); Declaração da Costa (84r); Capitullo 1º da Capitania de Tamaraca (84r); Cap. 2º da Capitania de Pernaobuco (84r); Cap. 3º Da capitania da Bahia de todos os Santos (85r); Cap. 4º Da Capitania de Ilheus (86r); Cap 5º De huma certa nação de Gentio que se acha nesta Capitania (87r); Cap. 6º Da Capitania de Porto Seguro (88r); Cap. 7º Da Capitania do Espírito Santo (88r); Cap. 8º Da Capitania do Rio de Janeiro (88v); Cap. 9º Da Capitania de São Vicente (89r)”.

Além desse, há o “Tratado segundo das Couzas que são geraes por toda a Costa do Brazil”, com os seguintes capítulos: “1º Das fazendas da terra (90r); 2º Dos Custumes da Terra (91r); 3º Das qualidades da Terra (91v); 4º Dos mantimentos da terra (92v); 5º Da Cassa da Terra (93v); 6º Das frutas da Terra (94r); 7º Da condição, e costumes dos Índios da terra (95r); 8º Dos Bichos da Terra (100r)”, até o fôlio 102r.

Detentor de tamanha diversidade elencada pelos tratados citados a exemplo de outras descrições do período, desde 1549 o Brasil tinha um Governador-Geral em Salvador. Segundo Fausto (1994, p. 57), quando a capital da colônia foi transferida em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro, quem ocupava o cargo passou a chamar-se Vice-Rei. Tratava-se de “figura que representava a extensão do poder régio na Colônia e, por essa razão, o poder máximo na América Portuguesa” (MARCOTULIO, 2008, p. 48).

Entretanto, diferente do que possa parecer, esse cargo sobrepunha-se apenas aos governos das capitanias subalternas. Não tinha poder efetivo sobre os governantes das capitanias consideradas “gerais”, como a Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo, Pará, Goiás e Mato Grosso, que contavam com Governadores e Capitães-Generais, com funções similares às do Vice-Rei, de acordo com Wehling (1986, p. 49). Apesar disso, o *corpus* ativo demonstra que o Morgado de Mateus tenta trabalhar de forma conjunta com o Vice-Rei. Menciona os três nomes com quem se relacionou⁷⁴: ‘epelos dous ViceReis | do Estado o Conde da Cunha, e da Azambuja, e hoje também | o estão pelo actual o Marquez do Lavradio’ (41, 15).

⁷⁴ Foram eles: Gomes Freire de Andrade (o Conde de Bobadela), que atuou como Governador e Capitão General do Rio de Janeiro de 1733 a 1763, substituído pelo cargo de Vice-Rei por Dom António

Figura 4: Antigo Palácio dos Vice-Reis.⁷⁵

Para possibilitar uma melhor abordagem do panorama histórico em que se produziram os documentos do *corpus*, são apresentados mais detalhes sobre a capitania de São Paulo a seguir.

3.3 A capitania de São Paulo

Em relação à capitania de São Paulo, é fundamental voltar-se a sua origem, com os primórdios da capitania de São Vicente em 1532, dois anos depois de Martim Afonso de Sousa ter saído de Lisboa “com armada de navios, gente, armas, apetrechos de guerra e nobres povoadores, tudo à sua custa⁷⁶” (LEME, 2004, p. 70).

Álvares da Cunha (o Conde da Cunha), que governou de 1763 a 1767 e o décimo Vice-Rei do Brasil, Dom Luís de Almeida (o Marquês do Lavradio), que governou de 1768 a 1779.

⁷⁵ Atual Paço Imperial, no Rio de Janeiro. Imagem retirada do trabalho “Fontes para a História da Administração Colonial: comentários sobre o *Fundo Marquês do Lavradio* do Arquivo Nacional”. Postado por Fabiano Vilaça dos Santos, doutorando em História Social pela FFLCH/USP. Disponível para consulta no site <<http://www.klepsidra.net/klepsidra23/lavradio.htm>> Consulta em 12 de maio de 2015.

⁷⁶ Com base na carta régia transcrita a partir do historiador: “Dom João por graça de Deus rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além mar, em África senhor de Guiné e da conquista, navegação, comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia, etc. A quantos esta minha carta virem, faço saber, que as terras que Martim Afonso de Sousa do meu conselho, achar e descobrir na terra do Brasil, onde o envio por meu capitão-mor, que se possa aproveitar, por esta minha carta lhe dou poder para que ele dito Martim Afonso de Sousa possa dar às pessoas que consigo levar, e às que na dita quizerem viver e povoar aquela parte das ditas terras que bem lhe parecer, e segundo lhe o merecer por seus serviços e qualidades, e das terras que assim der serão para eles e todos os seus descendentes, e das que assim der às ditas pessoas lhes passará suas cartas, e que dentro de dois anos da data cada um aproveite a sua, e que se no dito tempo assim não fizer, as poderá dar a outras pessoas, para que as aproveitem com a dita condição; e nas ditas cartas que assim der irá trasladada esta minha carta de poder, para se saber a todo tempo como o fez por meu mandado, lhe será inteiramente guardada a quem a tiver; e porque assim me praz lhe mandei passar esta minha carta por mim assinada e selada

A capitania de São Vicente contemplava a região que seria a capitania de São Paulo, incluindo o que veio depois a ser Itanhaém, Santo Amaro e Santana. A “Vila de São Paulo de Piratininga” desvinculou-se da de São Vicente em 24 de janeiro de 1554 por ação dos jesuítas, que fundaram o Colégio. Essa foi, portanto, a única Vila do período a ser fundada por iniciativa particular, alheia ao governo central.

Apresenta-se, a título de ilustração, um caso ocorrido no território no século XVII, registrado no “Livro do Conselho da Fazenda de Decretos e Consultas”⁷⁷:

O Capitaõ Agostinho deFigueyredo fes petição | aVossaMagestade por este Conselho em que rellata, que VossaMagestade | lhe fizera merce do posto de Capitaõ mor das Ca= | pitancias de Saõ Vicente, eSaõ Paulo, e se estava | apressado para Logo partir, eporque não tinha | comque se poder aprestar. Pede aVossaMagestade lhe faça | merce mandar selhe dem os mantimentos | conforme se tem uzado com os mais.

A resposta do provedor dos armazéns encontra-se no fólio seguinte, como uma resolução anexa: “Ordenou ao Provedor dos | Armasens declarasse | aquepessoas se costumaõ dar | mantimentos, satisfes dizendo, que atodas | as que passaõ ao Ultramar. | E se não negavaõ a ninguem mas de presente | nem os avia para aos fechados da galé.” Verifica-se, por meio desse exemplo ilustrativo, o grau das dificuldades enfrentadas por aqueles que se propunham a trabalhar na região.

O território paulista sobreviveu no século XVII sobretudo graças à exploração do sertão por meio dos bandeirantes. Nessas expedições, a descoberta do ouro foi marco para o destino da capitania. Quando o ouro foi descoberto, a região de Minas Gerais pertencia a São Paulo. A descoberta de ouro no território no final de seiscentos deu início a um novo ciclo econômico e social. São Paulo era o centro irradiador para o sertão para a busca do ouro. Por isso, a guerra dos Emboabas (1707 – 1709) foi travada entre um grupo de migrantes portugueses e outros desbravadores, comandado por Manuel Nunes Viana, contra os bandeirantes paulistas, que estavam, na verdade, no território de sua capitania. Ambos exigiam a exclusividade para explorarem as minas. O termo “emboaba”⁷⁸ era usado pela população local para se referir, pejorativamente, aos migrantes que chegavam em busca do ouro. A intensa

com o meu selo pendente. Dada na vila do Crato da Ordem de Cristo a 20 de novembro. Francisco da Costa a fez, ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1530 anos. REI.” (Ibidem, p. 70).

⁷⁷ “Livro do Conselho da Fazenda de Decretos e Consultas” datado de 29/07/1665. Obra consultada na Biblioteca da Ajuda em Lisboa, na seção de obras raras, sob a cota 44-XIV-1 (número 58), folha 117, subitem Capitania de São Paulo (347).

⁷⁸ O termo indígena “emboaba”, de acordo com Silva (1994, p.283), significava “o estrangeiro” e designava qualquer forasteiro na região da minas que não fosse paulista, natural da terra.

migração à área das atuais cidades históricas mineiras em busca do ouro fez com que os paulistas sertanistas povoassem as terras da região da Serra de Sabará do Sul.

A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das Minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que actualmente lá estão. Contudo, os que assistiram nelas nestes últimos anos por largo tempo, e as correram todas, dizem que mais de trinta mil almas se ocupam, umas em catar, e outras em mandar catar nos ribeiros do ouro, e todas em negociar, vendendo e comprando o que se há mister não só para a vida mas para o regalo, mais que nos portos do mar. (ANTONIL, 2001, p. 242).

Em 1709, com marcado crescimento demográfico, a região foi adquirida pela Coroa e passou a se chamar “Capitania de São Paulo e Minas do Ouro”. Apesar disso, há documentação anterior que já se refere ao nome de São Paulo. Em 1710 houve grandes choques com problemas de abastecimento e cobrança de taxas à Coroa, visando à concentração administrativa e a região passou a contar com o posto local de Governador e Capitão General. O primeiro foi Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1710 – 1713), seguido de Dom Brás Baltazar da Silveira (1713 – 1717), por sua vez sucedido pelo Conde de Assumar, Dom Pedro de Almeida Portugal (1717 – 1720). Nesses dez anos, a fama de os paulistas serem vaidosos e estarem sempre revoltados e indóceis difundiu-se. A maneira de tratá-los demandava o oferecimento de mercês⁷⁹, conforme menciona Bellotto (2007a, p. 201). O fato de São Paulo ter permanecido como capitania donatarial até 1709, quando nessa época os demais territórios donatários já tinham passado para a Coroa corrobora a tal fama de os paulistas serem maus vassalos:

Para o governador-geral Câmara Coutinho, em 1692, a vila de São Paulo havia muitos anos era ‘república de per si, sem observância de lei nenhuma, assim divina como humana’; e em 1693 escrevia que os habitantes da capitania eram ‘maus vassalos pelo nome que pela obediência’, pois ‘nenhuma ordem do governo geral guardam, nem as leis de Vossa Majestade’ (SILVA, 2009, p. 19).

A capitania de São Paulo chegou a ter vasta extensão territorial, representada pela parcela em verde mais escuro no mapa:

⁷⁹ Silva (2005, p. 85) afirma que o recrutamento militar do período era indissociável da distribuição de mercês e retoma os dizeres do padre Antônio Vieira no sermão da Visitação de Nossa Senhora da Bahia, “necessário é logo que haja soldados; e que aos prêmios se entre pela porta do merecimento; deem-se ao valor, e não à valia”.

Figura 5: Mapa⁸⁰ da capitania de São Paulo até o ano de 1720.

Unida à zona das minas até 1720, o desmembramento da região mineira nesse ano representou um forte golpe contra São Paulo, que ficava destituída das minas de ouro como fontes de riqueza. Em 1721, Rodrigo César de Meneses assumia a capitania de São Paulo, nela atuando como Governador e Capitão General até 1727. Foi sucedido por Antônio da Silva Caldeira Pimentel, que governou até 1732, quando assumiu o Conde de Sarzedas, Dom Antônio de Távora. Esse período foi marcado pelo encaminhamento à extinção da capitania, pois sem as minas de ouro, o território de São Paulo passou a ser visto apenas como fonte de despesa à metrópole. Concentrado nas riquezas de Minas Gerais, o governo já pretendia desmembrar as regiões de Mato Grosso e Goiás, por conta do ouro encontrado em Cuiabá.

Dessa maneira, em 1748, por meio do “Alvará de extinção da capitania de São Paulo”⁸¹, oficializava-se o anulamento do governo local, deixando o território adjudicado ao Rio de Janeiro e transferindo a documentação do governo e as forças militares para a Vila de Santos nos seguintes termos:

Dom Ioaõ por graça de Deos Rey dePortugal, e dos Algarves da | quem, edalem Mar em Africa Senhor de Guine etc. Faço Saber avos Gover- | nador, eCapitaõ General da Capitania deSaõ Paulo, que atendendo aficar | muito distante da Capital desse governo, aVilla daLaguna, eque poe elle Senaõ |

⁸⁰ Mapa publicado na Revista Fapesp edição 230, matéria da capa “A identidade da Língua Portuguesa no Brasil”, p. 19.

⁸¹ Alvará de extinção da capitania de São Paulo, consultado na Biblioteca Nacional de Lisboa no código 238, microfilme 3654, p. 196.

pode dar providencia naquella parte em qual quer cazo, que pessa prom- | to remedio. Fuy Servido determinar, por rezolução de dezoyto deDezembro | do anno proxime passado, tomada em consulta do meu Concelho Ultramarino | que a ditta Villa daLaguna se separe desse governo; e Seuna ao da Capitania | do Rio delaneiro; deque vos avizo para que assim otenhaes entendido. | El Rey Nosso Senhor amandou pello Doutor Thomé Gomes Moreira, | eMartinho deMendonça dePinna edeProença. Concelheiros do Seu | Concelho Ultramarino, eSepassou por duas vias. Caetano Ricardo | daSiva afez em Lisboa occidental em 4 delaneiro de 1242// O Se- | cretario Manoel Caetano Lopes deLavre afez escrever.

Ao longo dos 17 anos que, segundo Taunay (2004), arrastam-se em São Paulo, no *statu quo* da *capitis diminutio* de 1748, a ausência de governo local acarretou enfraquecimento demográfico e econômico. Esse quadro fez com que a população local se tornasse dependente das tropas e monções⁸², os principais meios de sobrevivência. Representando o território que consistiria na mais pobre das capitanias, de acordo com Prado Júnior (2014), São Paulo estendia-se territorialmente até as fronteiras de Santa Catarina. O vasto perímetro contava com problemas de ordem diversa, sobretudo consequentes da falta de recursos. Como exemplo, menciona-se a afirmação de que “não há ministros nem justiças que tratem ou possam tratar do castigo dos crimes que não são poucos, principalmente dos homicídios e furtos” (ANTONIL, 2001, p. 245). Nesse cenário conturbado, assinou-se o Tratado de Madri, no dia 13 de janeiro de 1750, como inspiração do secretário pessoal do Rei Dom João V, Alexandre Gusmão, conforme Ramos (2009, p. 359). A assinatura demarcava o território português e espanhol na América do Sul. A tentativa de ocupação do território das missões jesuíticas espanholas pelos portugueses na região dos Sete Povos das Missões fez eclodir a Guerra Guaranítica com o ataque de índios guaranis armados. Violentos conflitos decorreram do Tratado de Madri e duraram até 1756, envolvendo a resistência missionária jesuítica contra tropas portuguesas e espanholas.

As preocupações do governo português, que levaram à extinção da capitania em 1748, permaneciam e acabaram por gerar, de maneira inversa, a necessidade de restauração do extinto governo. Às antigas questões econômicas somava-se a busca por outras fontes de renda com a decadência do ouro. Além do aspecto econômico, pesava a urgência de fortalecimento militar diante da impossibilidade da Capitania do

⁸² De acordo com Holanda (1976), as “tropas” buscavam animais, muareis vindos do Rio Grande do Sul para vender na feira de Sorocaba e burros para Minas Gerais. Já as “monções” eram expedições fluviais e por terra, de Porto Feliz para fazer o abastecimento de gêneros alimentícios e roupas.

Rio de Janeiro defender as fronteiras, especialmente contra os espanhóis devido à presença de Pedro de Cevallos⁸³ no Rio Grande do Sul.

Tais demandas levaram o Vice-Rei, Conde da Cunha, a solicitar ao Reino a restauração da antiga Capitania de São Paulo. Por meio de um governo local seria possível servir-se da coragem dos paulistas e indígenas locais para expandir o território e explorar novos sertões. Tendo em vista essas possibilidades, a carta régia de 6 de janeiro de 1765 nomeava Dom Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão a restaurar a antiga administração, assumindo como Governador e Capitão-General, sobre quem, segundo Nery (2012, p. 255), a historiografia contemporânea tem dedicado crescente atenção.

3.4 Títulos honoríficos e mercês reais

Escolhido dentre tantos fidalgos⁸⁴ e nobres portugueses, o Morgado de Mateus apresentava características que o habilitavam a atuar como representante do governo no ultramar, detendo o poder sobre as áreas legislativa, executiva e judiciária. Do mesmo modo que Caio Prado Jr. evitava os anacronismos fáceis, Martins (2007, p. 10) reitera o fato de não haver distinção entre as “funções” e os “poderes” na política setecentista. O amplo rol de funções desempenhadas pelo Morgado de Mateus era, pois, proporcional ao poder administrativo de que era detentor. Dessa forma, a maneira peculiar com que cada governador administrava o perímetro territorial sob sua tutela no final do século XVIII filiava-se a métodos ligados à “unidade da filosofia administrativa” (BELLOTTO, 2014, p. 336) imposta pela Coroa portuguesa.

Para que os princípios de governança fossem mantidos, os funcionários para cargos de governo eram selecionados com base nos princípios da confiança do Rei e da lealdade à monarquia. Os escolhidos eram indivíduos preparados técnica e moralmente para atuações de destaque e, portanto, pertencentes ao grupo dos nobres e fidalgos. Embora as posições de nobreza tenham inegável destaque social, a fidalguia demonstrava maior valoração das qualidades pessoais, pois “o rei podia tornar fidalgo quem muito bem entendesse, enquanto, por outro lado, se podia herdar durante várias gerações a condição de nobre sem por isso se ser fidalgo” (Monteiro,

⁸³ Pedro de Cevallos governou a província de Buenos Aires entre os anos de 1757 a 1766. A partir de 1776, foi o primeiro Vice-Rei no Rio da Prata. Foi importante combatente a favor da América espanhola em detrimento da portuguesa.

⁸⁴ Cunha et al (2011, p. 203) afirma que os Morgados de Mateus foram dos poucos fidalgos provinciais destacados que conseguiram aceder no século XVIII aos círculos da nobreza da corte.

1987, p. 19). Essa ideia pode ser reforçada pelos termos do documento “Fidalgos, ou cavaleiros do conselho”⁸⁵ de 1622, em que se afirma que o princípio da fidalguia, a exemplo de outros títulos de nobreza como duques, marqueses e condes tinha natureza pessoal e não poderia ser transferido de pai para filho. O documento seiscentista esclarece ainda que:

He tambem este titulo pessoal porhaver concurrencia | nos tais eleitos de prudencia, saber, y experiencia emtodo | o genero de governo politico assim na paz como naguerra | pois vemos que não eraõ escolhidos para serem do conselho do Perla- | dos porquanto osaõ por privilegio, como setira dealgumas | folhas depagamentos, emoradias que ainda temos na | torre dotombo.

O soberano podia, segundo Silva (2005, p. 18), declarar alguém fidalgo, cavaleiro, ou simplesmente nobre de forma expressa, “de palavra ou por escrito”, ou de forma tácita, conferindo a um indivíduo que andasse entre gente nobre algum posto, emprego ou dignidade. O conceito de fidalguia alargou a definição jurídica de nobreza, de acordo com Ramos (2009, p. 406), com uma fidalguia que incluía muitas destacadas famílias da província que procuravam igualar-se à primeira nobreza da corte.

Prova dessa constante tentativa é o fato de que quanto mais mercês e títulos, mais uma pessoa seria capaz de impor o seu caráter de nobreza à sociedade no Antigo Regime. Resulta daí a constante busca por novas mercês, “reforçadas umas pelas outras” (SILVA, 2005, p. 18). Importante mencionar que esse padrão de reconhecimento sobrepunha-se a todas as outras instâncias da vida no período. Prova disso é um fragmento de uma carta de Dona Leonor de Portugal, esposa do Morgado de Mateus, em que o lembra de seus propósitos pessoais para aceitar o posto ultramarino de Governador: “não deixou sua Casa⁸⁶ senão por amor ao seu Rei, e por adquirir um bocadinho de honra: isto tudo depois do temor de Deus logo se acerta.”⁸⁷ Esse breve trecho comprova que “o tratamento nobre só por si não chegava para fazer um nobre: era preciso algo mais, um enquadramento nas graças honoríficas existentes” (SILVA, 2005, p. 132), fato de que resulta a constante dedicação por servir ao Rei da melhor forma. A carta de Dona Leonor permite ainda que se retomem os três pilares que parecem ter alicerçado a conduta humana no século XVIII: o religioso,

⁸⁵ Documento consultado no acervo de obras raras da Biblioteca da Ajuda em Lisboa, sob a cota 51. VII. 31, a partir do fólio 103r. Produzido em 07/05/1622 por Gaspar Álvares de Sousa.

⁸⁶ Observa-se que o conceito de Casa aqui engloba não apenas a morada, mas a geração, a família, conforme discorre Cunha et al (2011, p. 202).

⁸⁷ Carta de Dona Leonor ao marido 23 de Abril de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 235), transcrita a partir do original manuscrito na epígrafe desta tese.

o político e o pessoal, com o amor à monarquia, o temor a Deus e a busca de honra para sua Casa e família.

Rodrigues et al (2012, p. 628) afirma que Mateus era uma Casa de boa linhagem em ascensão e os seus proprietários eram dos poucos fidalgos provinciais que conseguiram aceder socialmente no século XVIII aos círculos da nobreza de Corte nas áreas da Magistratura, da Igreja e do Exército.

Independente dos títulos adquiridos, todos consideravam-se a si mesmos como vassalos perante o poder do Rei. A fim de esclarecer o termo “vassalo”, recorrente no *corpus* e nas análises, retoma-se o conceito veiculado no texto “Discurso sobre que coisa é vassalo”⁸⁸: “Vassalos são aqueles que recebem por feitos a seus senhores”⁸⁹. No verbete de Bluteau (1712, p. 512) o vassalo é “o sujeito, subdito a respeito do Soberano”. Nessa perspectiva de detentor de títulos e mercês reais, apresentam-se aspectos da nomeação do Morgado de Mateus.

3.5 A nomeação de Dom Luís António

A capitania de São Paulo teve a sua autonomia restaurada com a nomeação do Fidalgo da Casa Real e militar de carreira, Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, para Governador e Capitão-General pelo Decreto de 5 de janeiro de 1765:

⁸⁸ Documento consultado no acervo de obras raras da Biblioteca da Ajuda em Lisboa, sob a cota 51. VII. 31, a partir do fólio 107r. Produzido em 07/05/1622 por Gaspar Álvares de Sousa. “Discurso sobre quecouza he vassalo”. O trecho em espanhol é antecedido pela explicação: “Carta pella qual mandou entregar este Rey à Rainha Anne | de Saa todos osdireitos, e rendas davilla deGaya eseu ter- | mo da Villa Nova daparte deGaya, que os tivesse, em pagamento | desua quantia para osservir concretas lanças. Estando em | Santarem em 3. delunho da era de 1411. | Nolivro dos feudos seacha muy claro serem estes intitulados | propriamente porvassallos, como tambien osmostraõ as Leys da | partida, em muitos lugares principalmente na partida 4ª folha com o título 25 ibi (Fólio 110r).

⁸⁹ No original: “*Vassallos son aquellos que reciben abien hecho delos | señores*”.

Figuras 6 e 7: Nomeação do Morgado de Mateus a Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo ⁹⁰

⁹⁰ As imagens referem-se ao original da carta de nomeação, conservada na Casa de Mateus. A figura 1 refere-se à forma como esse documento encontra-se exposto na Sala do Museu da Casa de Mateus, reservada a Dom Luís António. A segunda é a reprodução fac-similar do mesmo documento, digitalizada para o CD Casa de Mateus – Arquivo (SICM / SSC 06. 01 / SR / GAVETA / SSR / PAPEIS HONORÍFICOS/ SSSR / MÇ 10. Transcrição feita a partir do registro arquivado em um cartulário, consultado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Livro 29, “Livro de nomeações, com cartas patentes”. Microfilme 7046. Fólio 214v. Transcrição: Dom Luis Antonio deSouza | Botelho Mouraõ | Pattente de Governador eCapitão General | daCapitania deSaõ Paulo. [Escrito à margem:] | Domlozé por graça deDeosNossoSenhor. Faço Saber aosque esta minha | Carta Patente virem que Sendome presente agrande | necessidade que há deSeerigir Governador eCapitam general | naCapitania de | Saõ Paullo namesma forma eCom amesma luris- | dição que já antecedentehouve nella: Sou Ser || [[Ser]]vido restabeLecer amesma Capitania aSeu antigo | estado: Hey por bem nomear para Governador eCapitam general | domesmo Governo a DomLuis Antonio deSousa BotelhoMou | raõ que Servira portempo detres annos eomais que deCorrer | emquanto naõ nomear sucessor, eComo dito Governo haveraoor- | denado de vinte mil Crusados Cada anno que hé omesmo | queLevava seu antecessor Dom Luis Mascarenhas osquais lheSeraõ pa | gos nestaforma dasminhas ordens egosara detodas ashonrraz | juresdição emando que tem edequem usam osGovernadores | eCapitaens Generais deRio delaneiro edosmais que porminhas | ordens elnstruçoens lhesfaz Concedidas ComSobordena | ção Somente aoVice Rey doEstado doBrazil Como otem os | mais Governadores domesmoEstado: Pelloque mando | aomeuGovernador que aopresentefor damesma Capitania comSua | falta aosofficiais daCamara daCidade deSaõ Paullo dem posse | do Governo daquella Capitania ao dito Dom Luis Antonio deSousa | Botelho Mouraõ, eatodos osofficiaes deGuerra lustiça eFazenda ma- | yores emenores ordeno tambem que em tudo lhe obedeçaõ | eCumpraõ Suas ordens emedidas queo dito Dom Luis Antonio deSousa | Botelho Mouraõ precisara naminha Chancelaria naforma Costu- | mada deque Sessam assento nasdatas desta minha Carta | Patente que porfirmesa detudo lhemandey passar por | mim aSinada eSellada ComoSello grande deminhas Ar- | mas eantes que parta desta Corte mefara preito eomena- | ges pelo dito Governo nas minhas reais maons Segundo ouso eCos- | tumes deste Reino deque apresentará Certidamdomeu Secretario | deEstado epagou denovo direito hum conto dereis que Secarre | garaõ ao Thesoureiro Antonio losé deMoura afolha10 do Livro primeiro deSua | Receita edeu fiança no Livro primeiro dellas afolha3 apagar domais rendi- | mento edomais tempo que Servir alem dostres annos Como Cons- | tou deConhecimento emforma Registado afolha308 doLivro 17 do Regimento geral | dosnovos distrĩtos. Dada nacidade de Lisboa aos 12 dias domes de | laneiro de1765 dose de laneiro annodoNascimento deNosso Senhor | lezus Crispto de1775// El Rey// Antonio Lopes daCostaAlexandre | Metelho deSouza eMendes// PorDecreto deSua Magestade | deSinco de laneiro de1765// oSecretario loaquim Miguel LopesdoLavre ofesescrever// lozeSalgado daSilva afes | Miguel GomesdeCamara// Pagou vinte edousmil equatro | Centos reis aosOfficiaes dous mil cento

Contando 43 anos, o nobre português foi recrutado com base nos padrões da lealdade e da confiança, critérios comuns à seleção de todos os funcionários da Coroa sob a ordem jurídico-institucional absolutista. Ao ser nomeado, a exemplo do que era comum aos Governadores designados a postos ultramarinos, Dom Luís António “em Lisboa, recebeu directa e pessoalmente instruções do Conde de Oeiras” (GUERRA, 1982, p. 12). Com ordens específicas e pontuais de como deveria atuar, as Cartas Instrutivas “tinham como fulcro principal o inimigo castelhano” (DAMASCENO, 2000, p. 14). A primeira⁹¹ delas consiste na resposta a um questionário composto por 25 perguntas. As orientações ditadas pelo Rei obedecem a sequência numérica daquilo que o Morgado de Mateus perguntara previamente.

edose eoachar | estes mas nada porquitar Lisboa 17 delaneiro de1765 = | DomSebastiam Maldonado
loaquimlozéFerreira”

⁹¹ O cartulário 169 do APESP (COO420) inicia-se com esse documento. Trata-se de uma orientação para Dom Luís António, acerca de seu governo. Está contido entre os fólhos 1r e 3v.

Pelo que toca ao Pessoal do Governador de São Paulo	
1. Com que estabelecimento de dede cencia deve conservarse, se he a mesma como os Generaes de Provincias, ou em que difere.	1. Damesma Sorte, sem al- guadiferença.
2. Se costumapagar vezitas aos particulares	2. Aos Bispos; e Coroneis quan do estão decama, com remedios maiores.
3. Se admite os ditos Particu Lares asua meza.	3. Os Ministros, Mestres de Campo, Officiaes, sendo Capi taens, oudahi parasima: eas pessoas daprimeira distincão, como tambem os Officiaes da Goarda.
4. Se poderatomar alojamento, tendo lhe conta, em Cazas que muito bem que as ficarão dos <i>Padres da Companhia</i> por Colegios estarem as dos Governadores arrui nadas, ou haverparaoutras algum empedimento.	4. Pode alojarse nestas Cazas (Note Bem) <i>Sua Excelência</i> sabia cazas de que selhe falava eraõ os e esta ordem se declara por outrade 21 de julho de 1766.
5. Se aizenção que deveter heme lhor que seja absoluta, outaõ so- mentepudente.	5. Deveser absoluta, sem ou- tra excessão que não seja ado Bispo, eo Laudabite, que os Prelados mandaõ nos dias dos seus Patriarchas.
Esta conforme como Original <u>Dom Luis Antonio de Souza.</u>	

Figura 8: Primeiro fólio e respectiva transcrição semidiplomática do questionário em que se apoiou o Morgado de Mateus.

De acordo com Souza (2011, p. 300), a contratação de funcionários ao ultramar baseava-se na *economia do dom*. Relação em que, por um lado, o Rei precisava de pessoal de confiança para atuar em terras distantes e, por outro, os vassalos predispunham-se a essas funções para, por recompensa, serem agraciados não apenas com ganhos pecuniários, mas com honras e títulos para si e para seus entes. No caso do Morgado de Mateus, a busca parece ter sido mais por honra, conforme aponta a epígrafe⁹², do que por dinheiro, uma vez que já era detentor de considerável patrimônio. A correspondência comprova a ideia de que “foi por dinheiro e interesse

⁹² Retoma-se, mais uma vez, o conteúdo da carta de Dona Leonor ao marido, de 23 de Abril de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 235).

que muitos dos governantes portugueses deixaram sua bela terrinha.” (SOUZA, 2011, p. 300).

O discurso da esposa retrata, embora de forma dissimulada pelo termo “bocadinho” como gradação de força a mitigar, o real interesse⁹³ de reconhecimento e honra. A ausência do marido permitia a Dona Leonor uma vivência ao lado de sua mãe⁹⁴, que auxiliou na educação de “todos os seus netos: chamou-os para perto de si e assumiu a orientação dos estudos” (RODRIGUES, 2013, p. 17). E, sobretudo, a presença constante na corte, com a convivência direta com a própria família real: “José, bendito seja Deus, tem a honra de brincar com o Príncipe [...] agradeça muito a minha Mãe, que Avó como aquele ninguém a teve.”⁹⁵

O imaginário religioso contribuía para mostrar vantagens que ultrapassariam os ganhos secundários materiais, uma vez que se tratava de

homens de outro tempo, cristãos imbuídos da obrigação de propagar a verdadeira fé – a deles – e a converter infiéis: descendiam dos soldados da Reconquista, eram também homens de ideal, zelosos da expansão do Reino de Deus por Portugal, como formulou António Vieira no século XVII. O Império que ajudavam a consolidar era também do outro mundo, e o sacrifício da lide ultramarina talvez abatesse boa quantia de anos no Purgatório. (SOUZA, 2011, p. 300).

Com intenções e propósitos também espirituais e sociais além dos propriamente materiais, Dom Luís António assumia a função de “restaurador” da capitania de São Paulo. Para direcionar sua atuação, serviu-se das diretrizes da “Carta Instrutiva”⁹⁶ enviada pelo Conde de Oeiras ao Vice-Rei Conde da Cunha:

⁹³ Os estudos da área de Psicologia desde Freud (1963) consideram “ganho secundário” o possível ganho que se pode tirar de uma situação de dificuldade. Seria a tendência do ser humano a enxergar possíveis vantagens como consequência inerentes aos infortúnios que não se podem evitar.

⁹⁴ Dona Maria Antónia de São Boaventura e Menezes era filha de Roque Monteiro Paim, e de Dona Joana Maria de Meneses. Foi escritora aclamada, tendo traduzido do francês a obra *História da igreja do Japão, em que se dá notícia da primeira entrada da fé naquele império; dos costumes daquela nação, suas terras, e coisas muito curiosas e raras, etc. escritas em francês pelo Padre João Crasset, da Companhia de Jesus*: Lisboa, 3 tomos: o 1.º em 1749, com um mapa geográfico e 3 estampas, o 2.º 1751, e o 3.º em 1755. Informações disponíveis no Dicionário Histórico de Portugal online <<http://www.arqnet.pt/dicionario/menesesmariaantonia.html>>. Acesso em 29 de maio de 2015.

⁹⁵ Carta de Dona Leonor ao marido, de 29 de Abril de 1769 (BELLOTTO, 2007b, p. 303).

⁹⁶ A Carta Instrutiva também se encontra arquivada no mesmo cartulário 169 (APESP, COO420), entre os fólios 6r e 9r.

Copia da Carta escripta ao Conde da Cunha

Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor

1 A Carta que Vossa Excelência me dirigio em vinte e nove de Fevereiro do anno proximo passado, e a representação do Coronel Francisco Pinto do Rego, do Capitão mor davilla de Sorocaba, e das mais pessoas principaes da Capitania de São Paulo: Propondo, que pertendem penetrar os matos, e Certoës, de Garapuava, que fazem frente a Cordilheira, que prende na Serra de Apucarana:

Naõ podiaõ chegar a presença de Sua Magestade em tempo

mais oportuno para lhedefirir, e promover osVteis projectos daque-
 Les Vassallos emtudo oque apossibillidade poder permitir.

2. Todas as Historias do Brazil, edoque Setem pas-
 sado nesse Continente nos ensinaõ, que nelle foraõ Sempre os=
 Paulistas os flagellos dos Castelhanos, eos que Com destruiçaõ des=
 tes nossos sempre implacaveis Vezinhos, dilataraõ os Dominios
 de Sua Magestade athe amargem Septentrional do Rio da Pra-
 ta, daqual ao tempo da Acclamaçaõ do Senhor Rey Dom Ioaõ
 o IV. Seachavaõ deposse os Portuguezes; Como he manifesto a
 todas as Pessoas instruidas nas Couzas deste Reyno; Como em-
 boa parte Seacha expresso naCarta Corographica a Capitania
 de São Paulo, deque remeto a VossaExcelência huma Copia debayxo do-
 Número *Primeiro*; eComo lheConstarà pelo papel escripto naLingoa Fran- [Número
 I]

ceza, que vay junto ao Documentos daCarta, que lheescrevo So-
 bre aexecuçãõ do vltimo Tratado de Paz Número *Segundo*. [Número II]

3. Taõ bem Setem Visto pela outra cLara, e deciziva ex-
 periencia destes vltimos tempos, que os inimigos que temos, que
 Combater, etemos Combatido, emtodas as Fronteiras doPará doMa-
 ranhaõ do Cuyaba, deGoyaz, do Piauihy, enas dessa parte doSul,
 tem Sido os lezuistas: Servindo-se dos Indios porelles
 doutri-
 nados nas Armas, e Creados no Odio, ehorror Contra nós, Com a-
 falsa persuasaõ deque Somos barbaros, etiranos: Earman-
 dose Com os mesmos Indios daforça que nointerior desse Vastissi-
 mos Certoẽs naõ poderiaõ formar Com Tropas pagas, porque
 nem ainda Comdespezas muito Superiores atodas as faculdades
 da Monarquia de Hespanha, poderiaõ Sustentar hum Corpo re-
 gular que fosse Concideravel emtaõ dilatadas marchas, por Ter-
 ras destetuidas detodo onecessario para auida humana deque
 ja tivemos abem Custozã experiencia das marchas que o Conde
 de Bobadella fez athe as Aldeyas de Vругuay, e deque os mes-
 mos lezuistas, eo seu chefe Dom Pedro de Cevallos tiveraõ
 tao bem outra proxima experiencia nas Tropas que no anno

Figura 9: Carta instrutiva⁹⁷.

A fim de cumprir as designações expostas, Dom Luís António partiu ao Brasil a 23 de Março de 1765 com 10 criados como sua “família”. O termo empregado na época designava também o grupo de serviçais que atendia uma pessoa de maior qualidade. Segundo Souza (2011, p. 305), a família que acompanhava os governadores poderia incluir conhecidos e parentes mais pobres para prestarem serviços ligados à alimentação, ao vestuário, aos cuidados com a cavalaria e ao apoio para práticas religiosas. Era com essas pessoas que os governadores partilhavam sua vida no ultramar.

Até meados do século XVIII, os governantes designados ao ultramar não podiam contar com a companhia de familiares como esposa e filhos, de acordo com Souza (2011, p. 301). Para atender os postos coloniais, partiam como se fossem

⁹⁷ Primeiro fôlio e respectiva transcrição semidiplomática.

atender funções militares, deixando em Portugal a mulher, por vezes grávida ou às voltas com filhos pequenos, como aconteceu com Dom Luís António. Apenas alguns anos mais tarde é que os funcionários são autorizados a viajar com entes sem funções profissionais que os acompanhassem.

Na companhia dessa equipe de funcionários, embarcou na “Nau Nossa Senhora da Estrela”, segundo Bellotto (1979, p. 32). No entanto, pôde partir do Rio Tejo somente quatro dias depois, por conta do mau tempo. Fez uma viagem marítima cheia de contratempos, conforme descrito em seu “Diário da Derrota que se fez do Rio de Janeiro para a Vila de Santos o *Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Governador e Capitão General da Capitania de São Paulo*”⁹⁸, com descrições das paisagens e ilustrações. Nessa trajetória de três meses, o governador contou com adversidades como enjoos constantes e a falta de vento para mover as caravelas, que os obrigou a permanecerem parados por 19 dias. Por isso, chegou ao Rio de Janeiro somente a 20 de junho de 1765, onde permaneceu por 20 dias. Partiu para a Vila de Santos, onde trabalhou por um ano, antes de tomar posse efetivamente. Chegou a Santos em 23 de julho de 1765 e lá permaneceu por um ano, até 2 de abril de 1766, resolvendo questões de importância, conforme justifica no documento 5 do *corpus*:

Havendopor hua parte, apreciaão depassar im | mediatamente aSobredita Cidade deSão Paulo para o referido efeito: | haviapella outra parte outranecessidade aindamais urgente | que meobrigava a demorar me nestaVilla; pois como vi a | dezordem, edecadencia aque estavaõ reduzidas todas as couzas, me | era forçoso indagaras cauzas, eprimeiros principios deque | procedia aquelle mal, para poder dar com acerto os primeiros | passos do meu governo, eprocuraro remedio do Verdadeiro ecla || ro conhecimento do actual estado delle. | Conhecendo que esta indagação seria invencivel | sem aminhapresença, e que disperdiçaria muito tempo se | intentase indirecto aSão Paulo, para voltar immediatamentede | pois de tomada aminhaposse aestaVilla para me informar | doque mehera necessario (5,16).

Dessa maneira, tomou posse solene somente no dia 7 de abril de 1766.

Apresentam-se, a seguir, alguns dados biográficos de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, o quarto Morgado de Mateus, figura histórica central desta tese. Como decorrência dessa biografia, apotam-se os traços de sua personalidade marcante e aspectos pontuais de sua atuação como Governador de São Paulo.

⁹⁸ O Diário de Governo do Morgado de Mateus encontra-se em fase de edição pela Profa. Dra. Heloísa Liberalli Bellotto. Há duas versões desse extenso material: o mantido na Casa de Mateus, resultante dos borrões enviados por Dom Luís António como anexos às correspondências particulares com a esposa e o da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, resultante da versão final levada pelo Morgado de Mateus de volta a seu cartório ao fim de seu governo. A versão da Casa de Mateus possui anotações referentes aos anos de 1765, 1766, 1767 e 1768 e o da BNRJ conta com os demais anos de seu governo.

3.6 O Morgado de Mateus (1722-1798)

Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão nasceu no dia 21 de Fevereiro de 1722, no solar da quinta dos Moreleiros, em Amarante. Filho de Dona Joana Maria de Sousa Mascarenhas e Queirós (1695-1723) e de António José Botelho Mourão (1688-1746), terceiro Morgado de Mateus e fidalgo da Casa Real. Suas origens podem ser confirmadas em um registro acerca do recebimento de uma pensão⁹⁹.

Figura 10: Registro da tença¹⁰⁰ a favor do Morgado de Mateus.

Com a morte da mãe, seu pai delegou sua criação aos avós maternos, Dona Bárbara Mascarenhas e Dom Luís António de Sousa. Dessa maneira, segundo Bellotto (2007a, p. 22), teve sua formação até os 23 anos no Castelo de Viana, com fortes influências militares de seu avô, Governador do Castelo de São Tiago da Barra de Viana. Consta ter demonstrado, desde jovem, tendências à lógica e estratégia, com aptidão para desenho e Geometria. Recebeu, por consequência, diversas mercês e títulos¹⁰¹, como tornar-se “Familiar do Santo Ofício” em 9 de janeiro de 1749; “Fidalgo Cavaleiro da Casa Real”, em 18 de abril de 1749; “Cavaleiro da Ordem de Cristo do Convento de Tomar”, em 12 de agosto de 1751; “Senhorio da Honra de Ovelha”, em 3 de setembro de 1756; “Comenda de Santa Maria e Vermiosa”, em 15 de janeiro de 1758.

⁹⁹ O registro, datado de 22 de junho 1752, encontra-se no ANTT, fólhos 304r a 305r. Trata da tença, pensão a ser recebida por Dom Luís António como resultado de serviços militares prestados. Apresenta-se, de maneira ilustrativa, apenas o fragmento inicial, em que constam as informações de sua origem. No extrato fac-similar, lê-se o seguinte: [Tença | Dom Luis Antonio de | Souza Botelho | Mourao | Pedido de avocação de 58.000 reiz] | Dom Iozeporgraça deDeosRey dePortugal et ceteraFa | çoSaber aosque esta minha Carta dePadraõ virem | quetença registada aosSeruiços deDom LuisAntónio deSouza, | Botelho Mourao filho deAntónio Botelho Mourao e | natural daFreguesia deSaõ Verissimo deRibaTamega distrito | daVila de Amarantefeitos naProvedoria deEntreDouro | eMinho por espaço de 13 annos, e 9 dias emgraça deSoldado daGuarnição doCastello de Saõ Thiago da Bar | rada Vila deVianna [...]

¹⁰⁰ A tença, no período era uma pensão recebida por mercê régia, de acordo com SILVA (2005, p. 93).

¹⁰¹ Informações contidas no CD da Casa de Mateus, acerca da Biografia de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão.

Figura 11: Títulos¹⁰² de Dom Luís António.

O direito ao uso de “Dom” antecedendo o nome de batismo foi concedido em homenagem aos serviços de seu avô, de acordo com Guerra (1982, p. 6). E o tratamento de “Senhoria” deveu-se aos serviços de seu pai. Da mercê da “Comenda de Santa Maria e Vermiosa” derivou a manutenção do sobrenome “Sousa”, de acordo com Moura (2002, p. 29), mantido pelos descendentes até a atualidade.

A pintura¹⁰³ em óleo sobre tela em que Dom Luís António é retratado de corpo inteiro, ainda hoje permanece afixado na parede da biblioteca da Casa de Mateus. O retrato

mostra uma personagem entre os quarenta e os cinquenta anos, de fisionomia entre o afável e o severo, com ar afirmado de experiência da vida e da corte e um leve rictus de cepticismo na expressão. Seu único atavio no trajar é a cruz da Ordem de Cristo que traz no peito. (MOURA, 2011, p. 31).

¹⁰² Fragmento de carta patente feita em tipografia em Lisboa no ano de 1769, anexa ao documento 2474 (ARRUDA, 2002, p. 389). “DOM LUIZ ANTONIO DE SOUZA | Botelho Mourão, Morgado de Matheus, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, e do seu Conselho, Senhor | Donatario da Villa de Ovelha do Marão, Alcay de mor, e Comendador da Comenda de Santa Maria de Vimiosa da Ordem de Christo, Governador, e Capitaõ General da Capitania de Saõ Paulo et cetera.

¹⁰³ Esse quadro de grandes dimensões viajou ao Brasil para a exposição “Da Cartografia do Poder aos Itinerários do Saber” que ocorreu em janeiro de 2014 no Museu Afro Brasil no parque do Ibirapuera: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/noticias/detalhe-noticia/2014/01/21/-da-cartografia-do-poder-aos-itiner%C3%A1rios-do-saber->>.

Figura 12: Retrato¹⁰⁴ de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão.

Contou com a posição militar de “Mestre de Campo do Terço de Panafiel e Baião” no Porto, desde 15 de julho de 1749. Em 10 de Outubro de 1762 foi promovido a “Coronel da Infantaria do 2º Batalhão de Bragança”. Foi nesse posto que, no mesmo ano, comandando um corpo militar pequeno em relação ao inimigo, impediu o avanço de tropas espanholas no Porto, por Bragança, conforme detalhado¹⁰⁵ a seguir:

Foi o mesmo General Dom Luiz António de Souza o qual sendo Mestre de Campo do *terceiro* de Auxiliares de Penafiel e Bayrão do Destricto do Porto, achando-se tomadas na Provincia de Tras os Montes as Praças de Miranda, Bragança, Chaves, e Villa Real ocupada por hum destacamento de 200 cavaleiros e mil Infantes ás Ordens do Coronel Alexandre Orelli, que depois foi Governador da Habana, se rezolveo a entrar na Provincia passando o Marão com 800 homens do seu terceiro, e com a noticia da sua marcha dezamparou Alexandre Orelli Villa Real, e o dito Dom Luiz Antonio entrou nella a ___ de Junho de 1762, e tomando as passagens do Homezio, e Rio Tua se conservou 13 dias sem poder ser atacado por onze mil homens que se achavão em Chaves ás ordens do Marquez de Savalhos General, e por dito mil homens que se achavão em Mirandella as ordens do Marquez de Tremenans. E deu, com esta deligencia tempo com que chegasse de Thomar o Marquez de Marialva com as nossas Tropas, e lhe seguiu a passagem do

¹⁰⁴ Óleo sobre tela do terceiro quartel do século XVIII. Casa de Mateus, Inv. 463.

¹⁰⁵ Transcrito a partir da edição publicada nos *Documentos Interessantes*. Vol. 19, p. 183.

Pezo da Regoa para poder passar o Douro, e entrar na Provincia, que logo abandonou o Marquez de Sarria com todo o Exercito Castelhana.

Essa vitória, segundo Guerra (1982, p. 11), fez com que Dom Luís António tivesse sua competência reconhecida e premiada em 17 de junho de 1764, com a nomeação para o cargo de “Governador do Castelo da Barra de Viana da Foz do Lima”¹⁰⁶:

Attendendo aomerecimento eServiço deDom Luis | Antonio deSouzaCoroneldelInfantaria: Hey por | bem nomealo Governador doCastelo deVianna. O | Concelho deGuerra o tenha assim entendido, efaça expe- | dir os despachos necessarios. Palacio deNossaSenhora da | AjudaaSette delunho demilSettecentosSessenta e quatro. | Rey

Desde a morte do pai, em 1746, mudara-se para Vila Real, a fim de assumir a direção da Casa de Mateus de que era herdeiro. Deriva dessa herança o cognome “Morgado de Mateus”, com o qual entrou para a História. O título “Morgado” designava o possuidor de um “morgadio”, forma de organização familiar que mantinha o patrimônio senhorial de forma indivisível. Por morte do seu titular, transmitiam-se os bens, nas mesmas condições, ao descendente varão primogênito. Sendo assim, Dom Luís António fora o quarto Morgado de Mateus, sucedido por seu filho primogênito, Dom José Maria de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos¹⁰⁷ (1758-1825). A lei dos “Morgados Regulares”, instituída no governo de Dom José I, previa direito a outras pessoas, como a bastardos, desde que expressa em vida pelos administradores. De acordo com Silva (2005, p. 122), nos morgados, os bens vinculados davam um rendimento ao administrador, do qual eram retirados os encargos pios, em geral para missas. No caso das capelas, havia uma quantia fixa de lucro e o restante era todo gasto em missas ou em outras obras pias¹⁰⁸.

No caso do Morgadio de Mateus, localizado a cinco quilômetros e meio de Vila Real, Trás-os-Montes, o morgadio fora instituído e vinculado à Capela de Nossa

¹⁰⁶ Documento transcrito no ANTT, arquivado em código referente ao “Conselho de Guerra”, maço 123, “Registado a folhas 58” e datado de 17 de junho de 1754. Contém a rubrica do Rei seguida do carimbo oval com brasão, do “REAL ARCHIVO DA TORRE DO TOMBO”.

¹⁰⁷ Dom José Maria, o 5º Morgado de Mateus, “foi um militar, um diplomata e um editor que alcançou a posteridade pela sua monumental edição de *Os Lusíadas*” (RODRIGUES, 2013, p. 17), tendo, por isso, sua memória mais conhecida entre os portugueses que o pai. Conhecido como “o Morgado de Mateus em Portugal, Dom José Maria escreveu a seu filho um texto de memórias íntimas e recomendações intitulado *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução do meu filho*. As orientações parecem ter sido seguidas, pois Dom José Luís de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos alcançou o título de 1º Conde de Vila Real.

¹⁰⁸ Como os termos morgados e capelas eram usados indiscriminadamente em documentação da época, o livro I, título 62, parágrafo 53 das Ordenações Filipinas os distingue da forma explicada por Silva (2005, p. 12).

Senhora dos Prazeres em 5 de dezembro de 1641, conforme Moura (2002, p. 9), pelo Licenciado António Álvares Mourão e sua esposa, Dona Helena Álvares Mourão. Os pais do Licenciado, Cristóvão Álvares e D. Maria Gonçalves já moravam no local desde 1577. No entanto, quem consolidou o patrimônio do Morgadio por doações e heranças foi o casal Dr. Matias Álvares Mourão de Aguiar e sua prima e esposa, Dona Maria Coelho. Falecido em 1675, o Desembargador Matias Álvares designou Dona Maria Coelho como herdeira universal dos bens. Desse modo, a herdeira, conhecida como “a Velha”, foi a primeira administradora da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres e instituidora do morgadio até seu falecimento em 1696.

Figura 13: Dona Maria Coelho, a Velha¹⁰⁹.

Figura 14: Dr. Matias Álvares Mourão de Aguiar¹¹⁰.

Produto de inúmeras gerações, a construção atual do atual Palácio de Mateus¹¹¹ conta com “nítida influência da gramática decorativa de Nicolau Nasoni” (MOURA, 2002, p. 19). A obra arquitetônica começou, segundo Albuquerque (2005, p. 18), no primeiro quartel do século XVIII, em substituição à casa da família do século XVII ainda com o terceiro Morgado. Foi finalizada por Dom Luís António, com a inauguração da

¹⁰⁹ Óleo sobre tela integrante do acervo da Fundação da Casa de Mateus. Inv. 292. CD Casa de Mateus (2005).

¹¹⁰ Óleo sobre tela integrante do acervo da Fundação da Casa de Mateus. Inv. 292. CD Casa de Mateus (2005).

¹¹¹ Em visita à Casa de Mateus, o Arquivista Dr. Abel Rodrigues, a quem agradecemos, explicou que ao longo dos anos, a obra foi sendo implementada. A partir da década de 30 do século XX, Dom Francisco de Albuquerque (1909-1973) empregou medidas de preservação e de dinamização da Casa que resultaram na instituição da Fundação, em 1970. Em 1933 começaram os projetos do atual jardim neo-barroco. Plantou o jardim das Camélias, na ala nascente; passou para os patamares inferiores, construindo o jardim de água, com desenho de António Lino; o túnel de ciprestes e o jardim das coroas, com traço de Paulo Bensliman. Sobre a ala sul, ergueu a alameda dos arcos, junto ao pomar de recreio. Em 1961, constrói na fachada principal o espelho d'água, com o projeto paisagístico de Gonçalo Ribeiro Telles.

nova Capela em 1759, obra do Mestre José Álvares Rego, que aproveitou o teto e o altar da antiga.

Figura 15: Cúpula da Capela da Casa de Mateus¹¹².

Em 1911, a Casa de Mateus foi classificada como Monumento Nacional por ser uma das mais nobres residências portuguesas, a dos Condes de Vila Real. Trata-se de uma construção em forma retangular, estruturada em dois corpos laterais ligados por duas alas perpendiculares¹¹³. Conceituada por Cunha et al (2011, p. 203) como o modelo do que eram as “grandes casas” no século XVIII, a Casa de Mateus é tida como a expressão paradigmática da arquitetura barroca civil portuguesa. Seu destaque arquitetônico revela uma força simbólica que impressiona a todos os que visitam

a mais característica e imponente casa solarenga [do] paiz [...] o velho palacio de Matheus, tão severo e tão nobre nas suas grandes linhas architecturaes, rodeiado e mascarado em parte por uma vegetação soberba [...] dir-se-hia que qualquer ignorada força sobrenatural o protege, e que o abraça ciosamente na sua opulenta cinta verde a mesma alma da Solidão. (BOTELHO, 1902, p. 613).

¹¹² Cúpula desenhada pelo mestre José Álvares Rego em 1750. Fotografia tirada no local.

¹¹³ Mais detalhes podem ser consultados no site da Casa de Mateus: <<http://www.casademateus.com/home.htm>>.

Figura 16: Fachada principal do Palácio de Mateus¹¹⁴.

Figura 17: Vistas dos jardins da Casa de Mateus.

Herdeiro desse Morgadio, Dom Luís António, com o apoio da esposa, Dona Leonor, atuou como o quarto Morgado de Mateus, administrando todos os bens referentes ao morgadio em Mateus, além da Capela de Nossa Senhora da Esperança, na Cumieira, dos bens da Casa de Sabrosa e dos de Vila Pouca, Lago Bom e Bornes. Administraram, ainda, os Morgadios de Moroleiros e dos Queirós em Amarante¹¹⁵. Com tamanho patrimônio, souberam conduzir com maestria os negócios da Casa, de que se serviam como meio de estabelecerem-se socialmente. Afinal, no

Ancien Régime, os arranjos de bom gosto da casa e dos jardins, a decoração mais elegante ou mais íntima de seus quartos de acordo com a moda e a convenção social, ou as relações diferenciadas e bastante solicitadas entre marido e mulher, não eram apenas prazeres de que este ou aquele indivíduo usufruía, mas exigências cruciais da vida social. Conformar-se a isso era a condição prévia para ser considerado pela sociedade, para o êxito social que ocupava o lugar do nosso êxito profissional. (ELIAS, 2001, p. 129).

Como os principais produtores de vinhos da *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*¹¹⁶, o casal trabalhava de maneira rigorosa e obstinada, seguindo a perspectiva iluminista do progresso, sobretudo em relação à organização dos

¹¹⁴ Fotos tiradas no próprio local em outubro/2014.

¹¹⁵ Informações disponíveis no site <http://www.casademateus.com/administradores_6.htm>. Consultado em 12 de maio de 2015.

¹¹⁶ De acordo com Sousa et al. (2013, p. 299), essa Companhia fora criada na visão de fomento econômico pombalino em 1756, pelo alvará de 10 de setembro, para garantir e promover a produção e comercialização dos vinhos do Alto Douro, de modo a limitar o controle dessa atividade pelos ingleses.

documentos. Segundo Guerra (1982, p. 9), Dom Luís António escreveu o “Regulamento e Estatuto dos Criados da Casa de Mateus” e mandou organizar o livro para a matrícula desses empregados. Esse material encontra-se ainda no Arquivo da Casa de Mateus.

Para atender a uma lei de confirmação dos Morgados em 1772, Dona Leonor colocou todos os títulos em uma bolsa e a enviou a Lisboa. Como a bolsa foi roubada, teve de coletar novamente todas as confirmações de todos os bens pertencentes à Casa de Mateus, o que permitiu implementação e reorganização do cartório pessoal.

Já em meados do século XVIII, alguns homens ilustrados criticavam a existência dos morgados. De acordo com Silva, (1998, p. 65), um exemplo disso foi Luís dos Santos Vilhena, para quem a vinculação de bens de nada servia mais do que roubar à humanidade os meios de subsistência. Nessa visão, em 1863 há o fim dos morgadios e o Arquivo, derivado do “cartório” de Dom Luís António, a partir de então, torna-se o instrumento de gestão da Casa até 1940.

Figura 18: Biblioteca¹¹⁷ da Casa de Mateus.

Figura 19: Arquivo da Casa de Mateus.

Embora cuidado por Dona Leonor na ausência do marido, o Arquivo da Casa de Mateus foi reorganizado por Dom Luís António quando ele retornou do Brasil, com a divisão documental por temas. Há, inclusive, “capilhas” em que consta sua própria caligrafia. Dentro das gavetas há vários maços (vinhas) e dentro de cada maço há os títulos (dimensão jurídica, com provas de arrendamentos). Tal organização deriva da visão da *Encyclopédie raisonné*¹¹⁸, pois dentro dos 5 mil maços existentes, há um

¹¹⁷ No canto inferior esquerdo, é possível ver a encadernação de luxo de *Os Lusíadas*, feita pelo 5º Morgado de Mateus.

¹¹⁸ Informações igualmente fornecidas gentilmente pelo Dr. Abel Rodrigues, durante visita ao Arquivo da Casa de Mateus.

universo fundiário de títulos, ordenados não por ordem alfabética, mas por tema, visando a abranger todo o conhecimento humano.

O racionalismo emergente no século XVIII motivou o surgimento de um ímpeto reclassificador da documentação no sentido de providenciar um acesso célere à informação, reconhecendo assim sua inegável importância para uma gestão administrativa otimizada. (RODRIGUES et al, 2012, p. 610).

Após sua morte, seu filho primogênito regressou de Estocolmo e organizou todos os documentos do Arquivo em 32 gavetas, processo concluído somente em 1800, um ano e meio após a morte de Dom Luís António.

Em relação a sua família, garantiu sua descendência por meio do casamento. Solteiro até os 34 anos, Dom Luís António, de acordo com Guerra (1982, p. 7), impôs quatro condições como dote para se casar: primeiro que a noiva tivesse um físico de aceitável beleza, como distinta figura; segundo, que apresentasse uma educação esmerada com hábitos da corte; que sua nobreza não contasse com excessos de consanguinidade que fizessem temer pouca saúde nos descendentes; e, por fim, que fosse detentora de uma sã moral cristã.

Aquela que preencheu tais quesitos foi Dona Leonor Ana Luísa José de Portugal Sousa Coutinho, nascida no ano de 1722 na freguesia do Santíssimo Sacramento (Rua do Sacramento) na Lapa, em Lisboa, onde viveu sua infância e juventude. Oriunda de família tradicional, contava com a nobreza de seu pai, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, filho de Dom Fernão de Sousa de Castelo Branco Coutinho e Meneses (o décimo Conde de Redondo) e de Dona Luísa Simoa de Portugal Lobo da Silveira (herdeira dos Condes de Sarzedas), de quem Dona Leonor “herdou o ‘de Portugal’ e a notoriedade dos Sarzedas” (BELLOTTO, 2007b, p. 22). De seu lado materno, recebeu a herança cultural do avô Roque Monteiro Paim, Secretário de Dom Pedro II (de Portugal), e da avó Dona Joana de Meneses. Sua mãe, “Dona Maria Antónia de São Boaventura Meneses Monteiro Paim era uma figura excepcional das Letras do seu tempo, que instruiu os seus filhos e filha nas línguas antigas e modernas e nos diversos saberes então em voga” (RODRIGUES, 2013, p. 17). A educação primorosa e abrangente de Dona Leonor pode ser verificada na documentação por ela produzida: tinha total domínio da escrita da língua portuguesa, bem como do latim, inglês e francês. Os conhecimentos gerais e lógicos, somados ao domínio das prendas domésticas, muito contribuíram para sua destacada posição social. Segundo Bellotto (2009, p. 24), há registro de que afirmava gostar (“nesta ordem”) de ler, bordar

e dormir. Não se sabe ao certo como foi educada, se em escola, convento ou com preceptores e se individualmente ou em conjunto com os irmãos, Dom Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e Dom Vicente Roque de Sousa Coutinho, formados pela Universidade de Coimbra e importantes estadistas do período pombalino.

A semântica da palavra "amor" enquanto motivo do casamento, associada às ideias de paixão e cumplicidade nem sempre se verificava na tradição europeia setecentista, pois esse conceito referia-se a “uma forma de vínculo afetivo entre o homem e a mulher, determinado em grande medida por normas sociais e pessoais” (ELIAS, 2001, p. 247). Diante disso, os casamentos eram arranjados, como um contrato de negócio entre as famílias dos noivos. Dessa forma foi organizado o enlace matrimonial de Dona Leonor com Dom Luís, de modo a cumprir todos os protocolos desde 1753, com a visita formal do irmão da noiva, Dom Vicente Roque de Sousa Coutinho a Dom Luís para acerto do dote. Segundo Bellotto (2007, p. 25), desde então ela passou a receber uma mesada de cinco mil cruzados. Em 1754 foi assinada a escritura dotal¹¹⁹ e a cerimônia de compromisso¹²⁰, realizada em março de 1755. A celebração oficial do casamento teria ocorrido em meados de 1756, na capela da Casa de Moroleiros em Amarante, com festa de grande pompa à corte. Apresentam-se, a seguir, as primeiras páginas do contrato nupcial assinado em 24 de setembro de 1754:

¹¹⁹ Em todo o século XVIII os casamentos oficiais eram feitos com testemunhas e com registro escrito, inclusive no Brasil. No entanto, apenas a partir da lei de 6 de outubro de 1784 a união matrimonial tinha de ser “lavrada por tabelião e assinada pelos contraentes e pelos pais, tutores ou curadores” (SILVA, 1986, p. 146).

¹²⁰ A situação de desigualdade feminina fica evidente, segundo Silva (1986, p. 146) nas condições do pacto pré-nupcial, que estabelecia a possibilidade de o homem cancelar o casamento caso a esposa adquirisse má reputação. Já à mulher, esse cancelamento não era autorizado sob circunstância alguma.

Figura 20: Escritura¹²¹ de dote e contrato de casamento de Dom Luís António com Dona Leonor¹²².

Em uma sociedade mais voltada à aparência, um casamento da esfera social de Dona Leonor e Dom Luís António vinculava-se mais ao prosseguimento de sua “Casa”, a fim de que a posição do marido aumentasse “o máximo possível seu prestígio e suas relações, de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse

¹²¹ Três primeiros fólios da escritura de dote e contrato de casamento e obrigação de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão com Dona Leonor Ana Luísa José de Portugal. Acervo do Arquivo Casa de Mateus, referência GAVETA/SSR/ MATEUS INSTITUIÇÕES / SSSR / MÇ 22. 15 folhas numeradas. Lisboa, 5 de junho de 1794.” Imagem do CD da Casa de Mateus (2005). Transcrito da seguinte forma: “Em nome deDeos. A- |men. Saibaõ quantos este instrumen- | to dedote, eContracto deCasamento, eo- | brigadação virem, que no anno do | Nascimento de NossSenhor Iesus | Christo de mil e sete centos esinco- | enta equatro, aos inte equatrodias | domez deSetembro, nesta Cidade de | Lisboa na rua direita daCruz do | Pão, eCazas, emque aoprezente vive | a Illustrissima e Excellentissima | Senhora Dona Maria Antonia deSaõ Boaventura eMenezes, | Viuva deRodrigodeSouza Coutinho, | Veador, que foi doSenhor Rey, Dom | Ioão oquinto, estando ella ahi pre- | zente, ejuntamente sua Filha, e | do dito seu Marido, a Illustrissi- | ma eExcelllntissima, Senhora | Dona Leonor Anna Luizalo- | zé de Portugal, ambas dehuma | parte, edeoutra estava o Illus || [[o Illus]trissimo, eExcellentissimoSe- | nhor Marquez das Minas, | Dom Antonio Luiz Caetano de | Souza, em nome, ecomo Procurador, | deseusobrinho DomLuiz Anto- | nio deSouza Botelho Moraõ, digo |Mouraõ, Moço Fidalgo daCaza | Real, Comendador de Santa Ma- | ria de Virmioza, na Ordem de | Christo Mestre deCampo de | Infantaria auxiliar doPar- | tido daCidade doPorto, com Mer- | cê deSenhor Donatario delhum Lugar de cem Vezinhos, | ehuma Alcaidaria Mor, mo- | rador nasua Caza deCampo, e | MorgadodeMatheus, suburbio | de Villa Real, Administra- | dordos Morgados de Mathe- | us, de Moreleiro, da Comieira, | deSabroza, edeLago bom, filho | unico deAntonio Iozé Botelho || [[Botelho]] Mouraõ, Fidalgo | daCaza Real, Cavaleiro daOr- | dem deChristo, e Tenente Coro- | nel que foi doRegimento, deDra- | goões daProvincia deTras os Mon- | tes, dedesua Mulher, aExcellen- | tissima Senhora Dona Ioan- | na Maria deSouza Mascare- | nhas e Queiroz, pela procuração, que apresentou, e adiante | irá trasladada nofim deste | Instrumento. E logo por elles | Partes nos nomes que reprezent- | taõ, foi ditto perante mim Tab- | belliaõ, etestemunhas aodiante | nomeadas, que com Licença de | Sua Magestade, econsenti- | mentoSeu tinhaõ ajustado de | cazar odicto Dom Luiz Antonio deSouza Botelho Mouraõ | com asobredita Illustrissima, e | Excellentissima Senhora Do- [...]”

¹²² Contrato firmado entre Dona Maria Antónia de São Boaventura e Meneses, viúva de Rodrigo de Sousa Coutinho, pais de Dona Leonor Ana Luísa José de Portugal e Dom António Luís Caetano de Sousa, 4º Marquês das Minas, tio e procurador de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão.

a posição e reputação como representantes da casa no presente” (ELIAS, 2001, p. 73). A legítima união matrimonial estava mais ligada ao conceito de representação da “Casa” do que ao de família na sociedade dos grandes senhores no Antigo Regime.

O casamento de Dom Luís António e Dona Leonor passou por fases de intensa afetividade, conforme atestam diversas cartas trocadas entre o casal no período em que Dom Luís trabalhou no Brasil. Bellotto (2007b) apresenta cartas do casal em que se encontram efusivas demonstrações de afeto à distância: “nunca tive tanto desejo de o ver, nunca o amarei tanto como depois que o não vejo. Não é porque a sua presença me não fosse sempre muito agradável, mas porque as felicidades só se conhecem e sentem quando se perdem.”¹²³ Apresenta-se, a seguir, uma carta em que Dona Leonor transmite ao marido um problema administrativo de maneira expressiva:

Figura 21: Carta autógrafa de Dona Leonor a Dom Luís António.¹²⁴

¹²³ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Maio de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 269).

¹²⁴ Carta escrita em Lisboa e datada de 24 de janeiro de 1766, pertencente ao acervo da Casa de Mateus, sob o registro SICM / SSC 06.01 / SR / Correspondência. Imagem retirada do CD da Casa de Mateus. Carta publicada de forma atualizada por Bellotto (2007b, p. 230). Semidiplomaticamente transcrita da seguinte forma: “Meu amor hé quarta ves que lhe escrevo por este Navio Com | ançia de que alguma lhe chegue a Tua mão, e desta mais que de todas desejo | respostas oprimeiro motivo para saber Como tem paSado, que Saudades e Cuidado mortificaõ | tanto, Como são testemunhos os meus olhos que passo muito mal delles, eagora Se me mo= | veo outro trabalho Sobre a Quinta do Souto que esta demanda me tem tira= | do Çem annos de Vida, por estar DomLuís em distança que não pode deser | oque quer, nãoSatisfeito oluis do Tombo de ConfeSar que hera prazo | torname aSecrestar orendimento dis que athe fazer oprazo, oque desejo | hé alcançar que me espero athe DomLuis vir, mas athe agora onão te= | nho Conseguido isto me tem deSorte aflita que não posso deser mais | Se

A exemplo dessa carta, as expressões de afetividade constam desde os vocativos das cartas: “Meu amor” ou “Meu coração” em todas as cartas de Dona Leonor e “Minha Senhora e todo o meu amor”¹²⁵ nas do Morgado de Mateus. Em geral, os cônjuges tratavam-se mutuamente pela retomada do nome antecedido do título honorífico “Dom/Dona”: “só falar e chorar por Dom Luís é o meu alívio”¹²⁶, em que o interlocutor é mencionado como uma terceira pessoa, forma que se mantém atualmente em Portugal. Do mesmo modo, o marido sempre fala a ela pelo uso de “Dona Leonor” ao invés de um pronome de tratamento.

Apesar dos padrões formais¹²⁷, o casal tornou-se bastante afeiçoado e se pode dizer que a relação aproximou-se dos padrões mais contemporâneos do amor passional. Verifica-se intensa afetividade nas palavras de Dona Leonor: “a separação para quem ama é uma espécie de morte.”¹²⁸, bem como nas de seu marido: “dê-me de tudo largas notícias, que me consolo em ler as suas cartas”¹²⁹.

Nessa fase de proximidade, que durou até próximo do retorno de Dom Luís a Portugal, os consortes evitam o uso dos pronomes de tratamento como “Vossa Excelência”. Usado posteriormente nas cartas como marca da relação já estremecida dos últimos anos de convivência do casal, indica o distanciamento de uma união baseada meramente na manutenção dos bens e da Casa:

Na verdade, quando se realizava um casamento nessa esfera, o que estava em jogo era sobretudo a “fundação” e o “prosseguimento” de uma “casa” que correspondesse à posição do marido, aumentando o máximo possível seu prestígio e suas relações, de modo que o casal ganhasse ou pelo menos mantivesse a posição e reputação como representantes da casa no presente. É nesse contexto que devemos entender a relação entre o senhor e a dama da casa, entre o *grand seigneur* e sua esposa. O que a sociedade controla, em primeira instância, é o relacionamento dessas duas pessoas como representantes de sua casa. De resto, eles podiam se amar ou não, ser fiéis ou não, sua relação podendo ser tão desprovida de contato pessoal quanto permitisse a obrigação de representar conjuntamente. [...] Nesse tipo de matrimônio da corte, [...] não é possível empregar o conceito burguês de “família”. (ELIAS, 2001, p. 73).

athe partir oNavio tiver alguma nova minha oavisarei, e Creia Sinto | darlhe esta, mas Como desejo avisar Com verdade dequeSe paSa naSua | Caza não poSo deixar de lhe deser tudo a Deus meu amor Lixboa 24 | de Janeiro 1766. | De Quem muito muito o ama | DonaLeonor”.

¹²⁵ Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 219).

¹²⁶ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 209).

¹²⁷ A formalidade das declarações amorosas estava ligada ao emprego de recursos poéticos pertencentes ao gênero epistolar dominado por pessoas cultas.

¹²⁸ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 12 de Janeiro de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 252).

¹²⁹ Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 9 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 222).

Quando foi eleita como a noiva de Dom Luís António, Dona Leonor “morava com sua mãe no alto da Rua da Rosa, junto ao Convento de São Pedro de Alcântara” (GUERRA, 1982, p. 7), recebeu inúmeras joias. Dentre elas, um adereço de esmeraldas com diamantes com 755 pedras. Casou-se aos 34 anos, idade bastante avançada para os padrões da época. Não há registro conservado de pinturas com a imagem de Dona Leonor. No entanto, além de livros identificados com sua própria caligrafia na Biblioteca da Casa de Mateus, dentre seus objetos pessoais conservados, destaca-se um pé esquerdo de seu sapato, exposto na sala destinada à memória de seu marido na Fundação Casa de Mateus. Trata-se de um sapato fechado de salto recoberto por tecido bordado com detalhes vermelhos, azuis e brancos. A julgar pelo tamanho do pé, provavelmente de número 32 ou no máximo 33 da numeração brasileira, seu físico deveria ser bastante delicado, com estatura pequena.

Figura 22: Pé do sapato¹³⁰ de Dona Leonor.

Figura 23: Folha de rosto de um livro¹³¹ pertencente a Dona Leonor.

Trata-se de uma mulher de história e personalidade brilhantes, da qual, no entanto, não há um retrato sequer, como já mencionado. Como há pinturas de diversos membros da família do mesmo período, sobretudo dos administradores da

¹³⁰ Sapato exposto na Sala de Dom Luís António na Casa de Mateus como ilustração da capa de Belotto (2007b).

¹³¹ Item do acervo da Biblioteca da Casa de Mateus.

Casa¹³², pode-se inferir que ela própria tenha optado por isso, já que (como é recorrente em suas cartas) prezava pela economia consigo mesma, sempre mais preocupada com a manutenção do *ethos*¹³³ do marido. Outra hipótese, menos verificável, seria a da destruição. Seja pela ação do tempo, pouco provável pelo extremo cuidado com a documentação do cartório da Casa; seja pela vontade de Dom Luís António diante dos desentendimentos dos últimos anos de casamento, o que também parece improvável, uma vez que permanecem guardadas em seu arquivo pessoal até mesmo cartas de cunho difamatório a seu respeito.

O casal teve quatro filhos, criados por Dona Leonor e sua mãe, sempre alternando entre as propriedades de Lisboa e Vila Real (Mateus): Dom José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (1758), Dona Maria do Carmo de Sousa e Portugal (1759), Dona Francisca Joana do Carmo (1761), falecida com apenas dez anos e Padre António José do Carmos de Portugal (1762), que viveu apenas 18 anos. Além dos filhos legítimos, Dom Luís teve uma filha bastarda, Dona Teresa de Jesus Maciel.

Figura 24: Retrato do 5º Morgado de Mateus.¹³⁴

Figura 25: Retrato da Viscondessa da Lapa.¹³⁵

¹³² Segundo Moura (p. 29), há iconografia regular dos membros da família, especialmente dos Morgados a partir de 1758, com a Comenda de Santa Maria de Vermiosa. Essa tradição de retratar os administradores da Casa de Mateus, no entanto, parece não ter se estendido a Dona Leonor.

¹³³ O *ethos* é à imagem que o autor constrói de si em seu discurso diante de seu interlocutor. De acordo com Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 220), o conceito já designava a “apresentação de si” e não a pessoa real na tradição aristotélica, em que representava as virtudes morais do orador, como virtude, prudência e benevolência e a dimensão social de representação positiva de seu caráter e tipo social.

¹³⁴ Dom José Maria do Carmo de Sousa Botelho Mourão e Vasconcelos (03/09/1758 – 01/06/1825). Acervo do Arquivo da Casa de Mateus. Inv. 255. Imagem do CD da Casa de Mateus (2005).

¹³⁵ Dona Maria do Carmo de Sousa e Portugal, Baronesa de Mossâmedes (nascimento 06/10/1759). Acervo do Arquivo da Casa de Mateus. Inv. 277. Imagem do CD da Casa de Mateus (2005).

Apesar da indissolubilidade do casamento no século XVIII, o casal veio a se separar após diversos desentendimentos. Dona Leonor não foi poupada das críticas a ela tecidas por seu próprio marido durante os desentendimentos dos anos finais de seu casamento. Em um auto de contestação¹³⁶ do processo justificações em defesa de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, encontra-se a difamação da conduta de Dona Leonor, contraposta aos méritos e qualidades do Morgado de Mateus:

Contestando amateria daSupplica diz o Contestante Dom Luiz | Antonio deSouza Botelho Mouraõ de Queiroz, e Vasconcelos | Fidalgo daCaza deSua Magestade | Morgado de Mateus edeFontelas do | Concelho deSua Magestade deSanta Maria de | Vermioza na Ordem de Cristo em que | heprofesso, Ex Governador e Capítam General, eRegedor das lustisas dos Esta | dos deSão Paulo em Brazil etc Que | sendo necessario | Paragrafo 1 Que o Contestante he esempre foi temente aDeus eas lustisas, ob= | servante das Leys Divinas e humanas, dotado de ha boa capacidade, | cortes, afavel, emodesto, sem fama; ou rumor em contrario. | Paragrafo 2 Que o Contestante he das pesoas mais illustres desta Provincia, etanto e | Le como seus pasados semprestrataraõ oesplendor, e gran= | deza correspondentes as suas Pesoas, e Estados emporegandose todos | no Real Serviço de Sua Magestade com grandeZelo, e indizivel gasto, e | despeza; principalmente o Contestante que hu mais desincoenta anos | serve a Sua Magestade com boa satisfasão, eavultaria despeza. | Paragrafo 3 Que pelo contrario a Contestada sua consorte sendo de Ilustre Fa= | milia he de hua conducta dezordenada pois he dotada de hum ge= | nio aspero, orgulhozo, soberbo, altivo, eindomito; Conducta esta bem | observada em toda asua Familia que sendo opulenta, e rica seacha | destruida, eaniquilada, e he constante que ja mais Senhora daquela Fa= | milia fizese consorcio que fose bem gozado enaõ houvese entre elas, | eseus Maridos combates rixas, divorcios, e disolusoens do Matri= | monio, cauzando tudo funestas consequencias bem notorias. | Paragrafo 4 Que por asim ser naõ podia o Cosorcio do Constestante eContestadaser | izento daquelas perturbasoens que com ele principiaraõ, pois afe= | ctando-se com amaior grandeza foi indivizivel o trabalho que o Con= | testanteteve para arrancar a Contestada da Corte, etransportar para asua | Caza na fra das pactuasoens daquele Consorcio; e chegando a || a recolherse aesta Provedoria ja mais quiz cumprir com as indispen= | saveis obrigasoens do seu Estado, pois he constante a todos as repe | tidas fugidas que sem cauza lhe tem feito.

Em oposição a sua própria conduta “cortês, afável e modesta”, a má fama da esposa seria, segundo o Morgado de Mateus, o motivo da dissolução de seu casamento. Amplia o escopo da crítica às demais mulheres da família de Dona Leonor, opulenta e rica. Serve-se, para tanto, da comprovação da ausência da esposa em Mateus, constantemente realizando as “repetidas fugidas” sem necessidade. Toda a caracterização de estima social positiva sobre Dom Luís António serve como recurso

¹³⁶ Auto de Contestação no Processo de Justificações em sua defesa de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão, provavelmente da década de 1780. Escrito por Agostinho José Pereira Cardozo, Juiz de fora da cidade de Lamego. Transcrito a partir do original arquivado no Arquivo da Casa de Mateus, sob a referência Caixa 1,8 1160 – Al. 1. Escrito por Agostinho José Pereira Cardozo, juiz de fora da cidade de Lamego. Sem data.

para retratar sua esposa em oposição. Os atributos de julgamento de estima social apresentam com polaridade negativa aspectos da humanidade de Dona Leonor, que costumavam ser elogiados nos primeiros anos de convivência do casal.

Apesar da posterior separação, de acordo com Damasceno (2000, p. 12), esse casamento fora motivo de prestígio para o Morgado de Mateus junto ao Conde de Oeiras, já que sua esposa era filha de Dom Rodrigo de Souza Coutinho e irmã de Dom Francisco de Souza Coutinho, Governador de Angola entre 1764 e 1772:

O casamento com D. Leonor Ana Luísa José de Portugal, nascida em 1722, filha de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, marca definitivamente a entrada da Família na Corte e constitui-se como passo fundamental na estratégia de mobilidade social ascendente. O acto matrimonial fora também o pretexto para segurar uma parte importante da Casa, vinculando as legítimas de seus tios, evitando o risco de dispersão e de pretensões futuras (RODRIGUES, 2012, p. 623).

Ao valor social do consórcio, somou-se seu bom desempenho como estrategista ao combater os espanhóis na invasão a Portugal em 1762, permitindo que, ao final de 1764, fosse “escolhido como o ‘restaurador’ de São Paulo” (DAMASCENO, 2000, p. 12). Nota-se, com isso, que a própria biografia do Morgado de Mateus, a exemplo dos demais governantes do período, constrói-se a partir de ocorrências de cunho particular associadas às de ordem pública. O que comprova o expressivo entrecruzamento entre os domínios do público e do privado¹³⁷ nos governos do período, que se reflete nos discursos da documentação coeva.

Com aspectos pessoais ligados diretamente à atuação no cargo, o Morgado de Mateus demonstrou-se um governante autoritário e tenaz, zelando sempre pela manutenção dos princípios monárquicos portugueses de que era representante no ultramar. Como reflexo de sua carreira militar, primava pela disciplina como meio de desempenhar com zelo e prudência suas funções políticas, governando a colônia com os olhos voltados para o reino.

Seu discurso relata sua atividade incessante: ‘aograndeZello edisvello, comque me cancei, e aniquilei | as minhas forças, trabalhando incessantemente de dia

¹³⁷ Os conceitos de “público” e “privado”, conforme teorizou Habermas (1994), foram redefinidos na sociedade burguesa. Dessa redefinição deriva a atitude contemporânea da “chamada ‘família moderna’ caracterizada por ser nuclear, afetiva e bem separada do espaço público” (MONTEIRO, 2011, p. 6). Essa característica não pode ser atribuída à sociedade setecentista, em que os limites entre as esferas do público e do privado não estavam bem delineadas, pois “a clara distinção entre público e privado não era uma marca fundamental e distintiva da realidade portuguesa ainda no início do século XIX.” (Ibidem, p. 8). Como um exemplo, Cardim (2011, p. 170) cita a refeição do Rei como um ato público, sendo o público aqui entendido como algo associado à publicidade do que era legítimo, oficial e exemplar.

edenou= | te para acodir ao acrescentamento do Real Serviço' (41, 39). Esse "ritmo demasiado dinâmico e abrangente, em defasagem com as possibilidades de concretização" (BELLOTTO, 1979, p. 36) marcaram todo o seu período de governo.

Apesar de as referências ao trabalho extenuante nos governos ultramarinos ter se tornado um topos peculiar aos escritos dos governantes setecentistas, a quem a vida pública supria o vazio da ausência de práticas privadas, como afirma Souza (2011, p. 314), infere-se que as afirmações do Morgado de Mateus nesse sentido não se tratam apenas de lamúrias. A quantidade e proporção de seus feitos de fato deve ter demandado exclusiva dedicação, verificável pela extensa documentação produzida por sua Secretaria.

Como recorte desse universo documental, o *corpus* aponta sua atuação decisiva para a implementação de medidas nas áreas da organização administrativa, militar e econômico-social da capitania de São Paulo. Na administração, organizou todo o corpo burocrático com a transferência do Cofre da Provedoria e dos livros da Secretaria de governo para a capital. Trabalhou em prol da Fazenda Real, da circulação de moedas e do sequestro dos bens dos jesuítas; reorganizou a Provedoria; criou a "Junta da Fazenda". Sobretudo, dedicou-se ao estabelecimento dos limites de São Paulo. Outra medida de relevância foi o recenseamento da população em uma época em que "apenas existia um registo eclesiástico das pessoas" (HESPANHA, 2011, p. 16), de que decorria a ideia de "naturalidade" de uma pessoa baseada na rede territorial de sua paróquia. Não obstante todas as capitanias tivessem ordem para executar o censo, segundo Bacellar (1995, p. 114; 2001, p. 170), foi o de São Paulo que serviu de modelo aos subseqüentes ao longo da História por sua qualidade.

No setor militar, ordenou as tropas e organizou as Ordenanças, promovendo treinamentos constantes e exigindo disciplina. Viabilizou o cumprimento dos Regulamentos, por exemplo com a prisão de desertores e com a busca de criminosos fugidos a outras capitanias. Empenhou-se pela provisão de munições e manutenção financeira dos arrolados nas fileiras militares. Promoveu a construção e a reforma de diversos fortes e fortalezas militares, com destaque para o projeto de "no Sul uma barreira defensiva e, talvez, uma força ofensiva contra os castelhanos" (BELLOTTO, 2007b, p. 73).

A área social foi bastante atendida com a promoção da agricultura e do comércio, principalmente a cultura do algodão para o processo de tecelagem. Iniciou

a exploração do ferro e estabeleceu uma fábrica de louça em Santos. Trabalhou pela consolidação dos povoamentos em diversas regiões como “Guaratuba, no litoral sul” (BELLOTTO, 1979, p. 36), intencionando agrupar a população dispersa, inclusive os índios.

Por essas e outras tantas medidas resultantes de seu “ânimo empreendedor” (BELLOTTO, 2007b, p. 73), foi considerado o mais ativo dos capitães gerais. Pode ser visto como um modelo à compreensão do papel dos governadores coloniais ultramarinos do século XVIII. Todos relativamente nobres, com carreiras militares e ideias que condiziam com as de Pombal.

Haveria, realmente, a “mística dos governadores pombalinos” de que fala Silva Rego, obedecendo à mesma tônica um Mendonça Furtado, um Azambuja, um Lavradio, um Luís Pinto de Sousa Coutinho, um Luís Diogo Lobo da Silva, um Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, um Morgado de Mateus? Forjados nas fileiras de Lippe e/ou nos bancos de Coimbra, produtos das ideias de um iluminismo administrativo de que começava a revestir-se o consulado pombalino, teriam sido pronunciadores dos tempos finais da situação colonial? (BELLOTTO, 1986, p. 277).

Notabilizou-se como administrador, estadista e urbanizador por ter contribuído decisivamente para o desenvolvimento da capitania de São Paulo. Era visto com entusiasmo por seus superiores, a ponto de o Marquês de Pombal ter dilatado¹³⁸ seu período de governo de três para mais doze anos, de acordo com Bellotto (2007a, p. 49). Permaneceu, no entanto, uma década no governo, de 1765 a 1775, tempo em que realizou medidas voltadas à “exploração territorial, povoamento e urbanização, fomento econômico, fortalecimento militar e reorganização burocrático-administrativa” (DAMASCENO, 2000, p. 14).

Reconhecido com tenaz, determinado e por vezes até metódico, recebeu muitas críticas em decorrência dessas mesmas características. Por essa personalidade intempestiva, pode ser considerado

uma bem interessante e complexa figura! Intelligentíssimo, e ao mesmo tempo homem de acção e de vontade, tinha uma grande tara de sensibilidade que o tornava excessivo, nas suas predilecções como nos seus odios, e lhe converteu as manifestações activas por vêzes em mania. Era um caracter todo de extremos, que não comprehendia o mechanico e frio modo de acção dos indifferentes. Ou havia de odiar ou de amar. (BOTELHO, 1902, p. 614).

¹³⁸ O tempo de governo de dez anos do Morgado de Mateus parece longo se comparado ao período previamente estabelecido na época. No entanto, houve governos mais duradouros, como o de Gomes Freire de Andrade, o Conde de Bobadela, que governou a capitania do Rio de Janeiro durante trinta anos, de 1733 a 1763. Essa longevidade exemplar justifica a colocação do Morgado de Mateus ao final de seu período de três anos: ‘eunaõ tenhovon | tade, nemdeir, nemde ficar; senaõ decumprir bem com | o queSua Magestade medeterminar’(11, 7), em detrimento das solicitações da esposa.

A primeira metade de seu governo foi mais bem sucedida na realização de projetos porque nessa fase “trabalhavam em uníssono Primeiro Ministro, Conselho Ultramarino, Vice-Rei e Capitão-General” (BELLOTTO, 1979, p. 53). Mas mesmo nos primeiros anos houve diversas dissidências, sobretudo contrárias à postura de autoritarismo inata. Em contraposição às atitudes da maioria da população por ele governada (por ele retratada de maneira crítica), o Morgado de Mateus fora escolhido por sua postura atuante e disposição para escrever, o que é evidenciado pela enorme quantidade de documentação que deixou em forma planos, teorias e atividades executadas, sempre registrando o interesse de suas ideias e ações. Seu posicionamento em medidas radicais, como ao alistar militarmente os habitantes, chocou-se com a maneira de ser dos paulistas. Distante de sua realidade “muitos desses homens tinham nascido já no Brasil, nunca vieram ao Reino, eles defendiam afinal o solo pátrio, a sua pátria, o seu Brasil” (GUERRA, 1982, p. 15). E essa defesa era, por vezes, a tentativa da manutenção do estado das coisas. Como resultado do choque cultural, o Governador criticava o modo de vida desse povo que “aceita a vida, em suma, como a vida é, sem cerimônias, sem ilusões, sem impaciências, sem malícia e, muitas vezes, sem alegria” (HOLANDA, 1988, p. 76). Esperava posturas audaciosas e empreendedoras como a sua. Apesar dos desentendimentos, considerava os paulistas como os homens mais aptos que o Brasil tinha para a vida militar.

A certeza da predisposição de seus governados à atuação militar foi constante motivo de embate com os habitantes de São Paulo, conforme retrata Damasceno (2000, p. 15) ao afirmar que o Morgado de Mateus cumpriu com exatidão obsessiva as metas de Pombal para o desenvolvimento da colônia, apesar da resistência dos paulistas diante de seus planos militares, que exigiam da população local o deslocamento a outras regiões. Confirma-se a visão de que “quanto mais enérgico o agente real, e mais zeloso dos interesses do soberano, maior a possibilidade de se atritar com os interesses localmente enraizados” (SOUZA, 2011, p. 300). Cabe pontuar que a resistência não era oriunda apenas dos habitantes, mas também dos poderosos locais, dos jesuítas e dos funcionários oprimidos por sua autoridade.

Outro ponto de embate com as expectativas locais foram os projetos das expedições de conquista, nas quais muitos eram enviados para desbravarem os sertões ao redor da capitania de São Paulo. Serviu-se nesses projetos de expansão territorial de todas as referências bibliográficas e de mapas disponíveis, além de uma

equipe de cartógrafos, o que o levou a conhecer “palmo a palmo o território da Capitania” de São Paulo, como afirma o Barros (1967). Produziu vasto material de próprio punho, inclusive desenhos. Sua habilidade com a produção gráfica é ressaltada em carta à esposa¹³⁹. Solicita que ela “não se esqueça de mandar ensinar a José, latim e a debuxar¹⁴⁰, cuja arte a mim me tem servido mais do que todas.” Referia-se ao seu primogênito, Dom José Maria, que no período deveria contar sete anos e a quem a arte da escrita seria também de grande valia para adentrar à História.

Além da notável produção escrita, a tendência à organização de Morgado de Mateus garantiu a criação dos primeiros arquivos em São Paulo e a consequente manutenção dos inúmeros documentos referentes a seu período de governo. Tal asserção pode ser evidenciada pelo fato de ter transportado ao Brasil junto de sua bagagem pessoal, livros em encadernações com ferro a ouro, típicas da época:

Figura 26: Livros de Dom Luís António sobre questões linguísticas.

Figura 27: Folha de rosto de um dos livros de Dom Luís António (o terceiro da esquerda para a direita na figura anterior).

Figura 28: Carimbo (vermelho usado na folha de rosto dos livros pertencentes a Dom Luís António, com os dizeres) “SOU de Dom Luís António de Sousa Botelho Mourão.

Sua erudição e comum exagero em suas medidas repercutiu nas medidas que prepararam a capitania para os governos subsequentes, mais organizados e progressistas do século XIX. Demonstrava criatividade e disposição para lidar com todas as questões circundantes e “a capacidade de muito rapidamente fazer a leitura penetrante de uma dada situação, apreendendo-lhe os dados fundamentais, intuindo-

¹³⁹ Carta enviada a Dona Leonor em 13 de novembro de 1765, publicada em versão atualizada por Bellotto (2007b, p. 213).

¹⁴⁰ Entende-se que “debuxar” diga respeito tanto ao ato de desenhar quanto o de escrever. Prova disso são os testes caligráficos empregados em que se usa o termo “debuxo” como sinônimo de “produção escrita”.

lhe as possibilidades e enunciando um conjunto de medidas que deveriam levar à sua concretização” (MOURA, 2002, p. 32). Associada a isso, contava com imaginação e capacidade de planejamento, sempre presentes em sua constante comunicação com o governo.

Trabalhou a reorganização da burocrática administrativa com pagamento dos credores da fazenda e sequestro dos bens dos jesuítas, que foram incorporados à Coroa Portuguesa. Realizou também projetos sociais, tais como a aplicação do Diretório dos Índios, Academia Literária (festa de 1770), Música e teatro, com a primeira Casa de Ópera, tratou do problema dos quilombos, criou a Escola para Meninos, Seminário para órfãos, Escolas públicas, Aulas de Geometria, Recenseamento, que evitou a fuga e ajudou o alistamento militar.

As medidas implementadas na capitania de São Paulo por esse fidalgo nortenho reiteram seu espírito metódico e sua autossuficiência e certa dose de teimosia atribuídos aos transmontanos¹⁴¹, de acordo com Moura (2002, p. 32). Foram essas as características principais que “imprimiu aos dez anos de gestão forte marca de personalismo” (BELLOTTO, 1979, p. 5). Durante sua estadia no Brasil, a vida pessoal do Morgado de Mateus não foi motivo de escândalos ou questões que tenham ficado impressas na História. Como seus escritos representam a principal forma de divulgação de sua história, não é de se estranhar que situações negativas que o envolveram tenham sido atribuídas, por ele próprio, a terceiros. Exemplos disso foram os desentendimentos com os criados e a sátira sobre seu governo, de que se tratará na análise do *corpus*.

A vivência familiar era mantida exclusivamente por meio de correspondências, pois, segundo Souza (2011, p. 306), as famílias de sangue só chegavam à América filtradas pelas cartas e relatos orais como ecos distorcidos do que de fato se dava em Portugal. A distância imposta ampliava o empenho no trabalho como meio de aproximação dos familiares: “quero fundar vilas e trabalhando em tudo sem descansar, porque queria que dando-se Sua Majestade por bem servido me puxasse para o Reino para estar mais junto a Dona Leonor e da minha casa.”¹⁴² Em acréscimo

¹⁴¹ De acordo com Bellotto (2007a, p. 54), a região de Trás-os-Montes engloba a Serra do Marão e a do Alvão em forma de triângulo formado pelo curso dos rios Douro, Tâmega e Tâmega, em cujo ponto central encontra-se Vila Real. O isolamento geográfico e o clima seco e rigoroso teriam tornado o homem transmontano um forte, bravo, franco e sincero, dotado de coragem, inteligência e robustez. Essas características costumam descrever o Morgado de Mateus por suas atitudes de persistência.

¹⁴² Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 219).

à valorização de sua Casa, nota-se a marca de afetividade expressa por “estar mais junto”. Em detrimento da distância física, Dom Luís considera-se junto de Dona Leonor por conta dos laços do matrimônio. Trabalha, desse modo, com dedicação para alcançar a gradação de força “mais” na proximidade com a esposa.

A ligação do casal mantém-se entre os continentes e não conta com tratativas acerca da ideia de ciúme ou fidelidade. Provavelmente essa abordagem fosse vista como um insulto, uma vez que a fidelidade representava pressuposto à moralidade dos cônjuges. Sobre o assunto, há, entretanto, uma alusão da parte de Dona Leonor: “Tenho roda na porta, moço nenhum cá entra.”¹⁴³ De Dom Luís, a menção é reduzida à esfera do subentendido: “estas terras são solitárias como aldeias”¹⁴⁴. Não há registros¹⁴⁵ claros de relações extraconjugais envolvendo o Morgado de Mateus, o que não assegura nunca terem acontecido, afinal, “amores ilícitos que quase nunca deixam registo, mas que certamente ajudaram a suportar a saudade de casa e a solidão, numa época em que as mulheres ainda não acompanhavam os maridos nas lides do além-mar.” (SOUZA, 2011, p. 305).

Por um lado, as sociabilidades dariam abertura a relações fortuitas, pois

na ausência das mulheres, dos filhos e da parentela, sem ambiente doméstico digno de nome, a sociabilidade acabava por convergir para as formas de convivência que o exercício da função propiciava. Saraus e festas ocorridos nos palácios – e, na maioria das vezes, eram pobres palácios... – reuniam autoridades da administração, da justiça e das armas, quase sempre um bando de homens sozinhos. Não devia ser raro que a presença feminina se visse representada por mulheres de vida mais livre: as eternas profissionais do sexo, as cantoras de ópera (SOUZA, 2011, p. 330).

Por outro, a conduta disciplinada do Governador não abriria margem a esse tipo de inferência. Afinal, os finos hábitos de corte, tão bem retratados na figura de Dona

¹⁴³ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 242).

¹⁴⁴ Carta de Dom Luís António à esposa, datada de, de 9 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 222).

¹⁴⁵ Apesar da perspectiva adotada, deve-se citar o registro de um possível relacionamento extraconjugual do Morgado de Mateus no Brasil. De acordo com Gallut-Frizeau (2015, p. 61), ele teria tido um filho brasileiro, Dom José Maria do Carmo de Sousa de São Paulo e Minas. Em nota, a autora afirma que o mesmo nome dado ao filho legítimo português e ao ilegítimo, brasileiro, levaria os historiadores a confundi-los. A autora indica que quem primeiro teria feito a distinção teria sido Mattos (1930). Entretanto, essa referência indicada pela autora não foi encontrada na consulta às 68 páginas da obra a que se refere. Caso tenha de fato existido, o filho ilegítimo, somado à Teresa de Jesus Maciel (filha que ele tivera antes de seu casamento), teria contribuído para o fim de seu casamento com Dona Leonor. Considera-se que essa possível prova de um relacionamento no Brasil logo nos primeiros anos de seu governo (o filho ilegítimo teria cerca de 9 anos a menos do que o homônimo português) não teria alterado sua visão crítica sobre as relações na colônia e, sobretudo, não teria alterado sua postura de dedicação à esposa em Portugal. Sobre este tópico, agradecemos as orientações do Dr. Abel Rodrigues, responsável pela publicação da “Coleção editorial Casa de Mateus - Estudos & Manuscritos”, em que se reeditou a obra citada de Anne Gallut-Frizeau.

Leonor, quanto contrapostos ao cotidiano brasileiro, chocavam-se com a maneira de viver na colônia. Tanto com a forma tão diversa dos costumes e personalidade das nativas, quanto com a das mulheres vindas do reino, que lutavam contra o clima e as carências locais para manter o mesmo estilo de vida. Em vista disso, o Morgado de Mateus, apoiado nos padrões mentais de seu paradigma europeu, definia o que encontrava de maneira bastante pejorativa, pelo viés do julgamento de sanção social: “estas terras estão depravadas nos costumes e que há nelas juntamente gravíssimos inconvenientes que obrigam a uma pronta reforma” ¹⁴⁶. O atributo de julgamento pela estima (que beira à sanção social de polaridade negativa) “depravada” resume o ponto de vista do governante frente à situação social paulista. Dos “graves inconvenientes”, também retratados pelo mesmo tipo de julgamento e intensificados pela gradação de força do superlativo, faz parte a “honestidade feminina”. No mesmo viés, o Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Brasil, realiza sua análise da mulher brasileira:

Este país é ardentíssimo. As mulheres têm infinitas liberdades. Saem à noite sós, andam quase nuas a pouco mais de meia cintura para cima. E porque as camisas são feitas em tal desgarre, que um ombro e peito daquela parte é necessário que anda aparecendo todo. Saem em chinelas. E com todo este modesto preparo, podes tu tirar a conclusão de que se seguirá. Tu nestes países não te bastariam nem os meus conselhos, nem o meu modesto exemplo, nem finalmente tuas experiências para te arruinares em breve tempo. Só se fosses governador, porque esses, ainda que queiram ser maus, não têm um instante que possa ser seu.¹⁴⁷

O relato permite inferir a existência de um padrão, a partir do qual se estabelecem as avaliações da figura feminina do Brasil colonial, caracterizando o país como sendo “ardentíssimo”. Esse atributo pressupõe uma carga semântica de cunho avaliativo relacionado à esfera da sedução atribuída às mulheres, criticando-as como capazes de promover a ruína de um homem de caráter. O conceito católico português de ter a vida arruinada ao perder a honra em decorrência de um envolvimento amoroso causaria a catástrofe de quaisquer homens, com exceção dos governadores, que não teriam tempo para esse tipo de situação.

Em oposição ao assunto da fidelidade conjugal, a temática da saudade é bastante recorrente nas cartas de Dona Leonor: “Exaspera-se tanto a minha saudade que nunca pego na pena sem lágrimas, ao mesmo tempo que só neste exercício

¹⁴⁶ Ofício de número 5 do Morgado de Mateus, ao Marquês de Pombal, mostrando a necessidade de melhorar os costumes da capitania de São Paulo, onde a ociosidade, a vadiagem e o luxo eram, segundo ele, os piores males. Escrita no dia 31 de janeiro de 1768, em São Paulo. Trata-se do documento 2380 do Projeto Resgate Barão do Rio Branco, conforme Arruda (2002, p. 374).

¹⁴⁷ Carta do Segundo Marquês do Lavradio ao Conde de Prado. Escrita na Bahia em 21 de julho de 1768. Publicada por Conceição (2013, p. 221).

respiro”¹⁴⁸ O sentimento melancólico devido à ausência de alguém foi difundido pela tradição marítima lusitana, o que conduziu à ideia de o vocábulo “saudade” não ter significação semelhante em outras línguas¹⁴⁹. Dona Leonor chegou a defini-lo de forma poética: “a saudade que me deve não se explica, basta dizer-lhe que não tem nela jurisdição o tempo, pois quanto mais corre, mais ela cresce.”¹⁵⁰ Como um mal incurável pelo tempo, Dona Leonor também o associou ao mar, por donde partiu a navegação que dela afastou o seu marido e por onde seguiam os navios que conduziam suas correspondências a ele:

Já é a terceira carta que escrevo por este navio, porque como só por este modo posso falar-lhe, estivera sempre neste exercício para, de algum modo, suavizar a minha grande saudade, que lhe afirmo se soubera o que me havia de custar ia atrás de Dom Luís e da Nau não me tirava ninguém, e por mais perigos e trabalhos que me lembrem se passam em uma viagem tão dilatada, tudo é menos que a saudade que experimento.¹⁵¹

A constante saudade atinge o grau de melancolia: “Já perdi o gosto de tudo: toda a gente me aborrece, tenho sido buscada de toda esta província e estes mesmos obséquios me enfastiam. Só falar e chorar por Dom Luís é o meu alívio.”¹⁵² Esse mesmo tema também foi mencionado por Dom Luís, embora de forma mais racional: “para lhe falar em saudades seria não acabar, bem as pode supor em quem como eu não tem outro cuidado mais do que em assistir-lhe.”¹⁵³, indicando a sua esposa não ser necessário falar sobre isso em todas as cartas, como ela fazia.

Apesar das reclamações e dos lamentos, há diversidade de registros acerca da dedicação de Dona Leonor em seguir a vida cotidiana em detrimento da saudade e dificuldades da ausência de seu marido¹⁵⁴. Tais registros asseguram sua aplicação às atividades diárias e sua inserção na sociedade de corte e permitem formular a contraposição entre a sua personalidade de vigorosa administradora e o *ethos* de fragilidade construído discursivamente quando se dirige ao marido.

¹⁴⁸ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 236).

¹⁴⁹ Costuma-se dizer que o conceito de saudade é restrito aos falantes de Português. Como prova desse pensamento, menciona-se o seguinte fragmento: “Nenhuma palavra traduz satisfatoriamente o amálgama de sentimentos que é a saudade. Seria preciso nos outros países a elaboração de um conceito que também amalgamasse um mundo de sentimentos em apenas um termo” (ORICO, 1948, p. 12).

¹⁵⁰ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 14 de Outubro de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 285).

¹⁵¹ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 23 de Abril de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 234).

¹⁵² Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 209).

¹⁵³ Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 2 de Janeiro de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 221).

¹⁵⁴ Essa força manifesta-se de forma ainda mais contundente nos anos posteriores ao retorno do marido a Portugal, quando dele distanciou-se deliberadamente em detrimento de seu *ethos* frente ao escândalo relatado em diversas correspondências do Arquivo da Fundação da Casa de Mateus.

Como alento a tanta saudade, as cartas conduziam informações das vivências na colônia, a fim de aproximar os entes distantes e, por vezes, diverti-los com os relatos que lhes soariam pitorescos, pois

Quando distantes, esses homens enviavam para o reino fragmentos da vida nas conquistas; ao voltarem, após anos de exílio e saudade, não se conseguiam ver livres das terras que tinham execrado, trazendo-as para as conversas [...] Experiências impossíveis de apagar da memória, afastando ainda mais esses governadores dos amigos de antes e, ao mesmo tempo, conferindo-lhes traços de seres singulares, inusitados (SOUZA, 2011, p. 304).

Tais descrições permitiam que Dona Leonor, mesmo à distância, julgasse os costumes da capitania: “Deus me livre dos negros caranguejos, e muito mais dos cachimbos, que será coisa feiíssima: agradeço-lhe contar-me estas coisas que me dão gosto, e muito mais escritas com sua graça.”¹⁵⁵ À atitude de apreciação, designada pela polaridade negativa do atributo “feiíssima” soma-se o julgamento de estima social negativo que diverte Dona Leonor ao distanciá-la dos costumes excêntricos da capitania.

Além dos achaques emocionais resultantes da distância dos familiares e da terra, o Morgado de Mateus contou também com o constante medo da morte decorrente do “clima, viagens trabalhosas, população tumultuada, altos contingentes escravos, tudo desembocava no medo da morte” (SOUZA, 2011, p. 310). À frente dessas ameaças estavam as doenças físicas de ordem diversa que se alastravam pela capitania, diante das quais chegou a afirmar à esposa “vivo com cuidado nestes países, pela destemperança do clima que muda todos os dias, pelas horrendas queixas que vem dos Lázaros”¹⁵⁶. Como meio de defesa, guardava consigo sua botica pessoal, em que trouxe medicamentos de Portugal e na qual levou de volta ao Reino plantas medicinais brasileiras além de um olho de onça também usado a tratamentos médicos.

¹⁵⁵ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 13 de Agosto de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 247).

¹⁵⁶ Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 13 de Novembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 214).

Figura 29: Farmácia que acompanhava o Morgado de Mateus¹⁵⁷.

A tantos percalços somou-se ainda um acontecimento familiar digno de destaque por sua interferência direta na carreira do Morgado de Mateus. Trata-se de sua sobrinha, Dona Isabel Juliana de Sousa e Meneses (1753-1793), filha de Dom Vicente de Sousa Coutinho, ministro de Portugal em Turim e Versalhes, entre 1762 e 1772 e de Dona Teresa Vital da Câmara Coutinho, de acordo com Lisboa et al. (2011, p. 389).

Figura 30: Dona Isabel Juliana José de Sousa e Meneses¹⁵⁸.

Aos quinze anos, Dona Isabel Juliana encontrava-se apaixonada por seu amigo de infância, Dom Alexandre de Sousa e Holstein, e foi prometida por sua tia, Dona Leonor, para casar-se com o terceiro filho do Marquês de Pombal, Dom José

¹⁵⁷ Imagem retirada de Moura (2001, p. 33).

¹⁵⁸ Óleo sobre tela Imagem retirada de Lisboa et al (2011, p. 389).

Francisco Maria de Carvalho e Daun com 14 anos na ocasião. Com todos os preparativos organizados por Dona Leonor, pois em carta ao marido afirmou que “o senhor Conde me convidou para madrinha [...] não posso deixar de dar presente à noiva e fazer um vestido” (BELLOTTO, 2007b, p. 260), o enlace matrimonial ocorreu no dia 11 de Abril de 1768.

Durante três anos, o Marquês de Pombal e sua esposa esforçaram-se para que a herdeira de grande fortuna se adaptasse ao noivo e aceitasse consumir o casamento. Dona Isabel Juliana passou a viver como cativa de seus sogros “na Mealhada, [...] ao pé do Senhor Marquês” (BELLOTTO, 2007b, p. 329). Irredutível, declarava ódio ao marido e cosia lençóis para atá-los ao pescoço e dentro deles dormir para evitar aproximação do marido. O fato espalhou-se e o seu sogro enunciou a famosa frase “é um bichinho de conta que me quer deter os passos”, com que descreveu a nora. Por conta disso, Dona Isabel Juliana entrou para a História pela alcunha “Bichinho de Conta”. A situação exigia medidas da família da noiva, sobre o que informa Dona Leonor ao marido no Brasil: “Desta vez puseram-se as coisas em pior estado, isto é nossa sobrinha, os seus poucos anos, é natural, não sei como a faz não viver como devia, nada contra a honra, graças a Deus, mas não tratar a quem devia como era justo” (BELLOTTO, 2007b, p. 295). A afeição do Morgado de Mateus pela sobrinha fez com que ele não a malquisesse diante dos fatos. Sua posição fez com que perdesse credibilidade junto ao Marquês de Pombal, o que o desfavoreceu em seu cargo político e trouxe desentendimentos com sua mulher e sogra.

Não obstante as orientações e reprimendas de sua tia, avó e pai, o casamento teve de ser anulado após três anos e quatro meses por petição dos Marqueses de Pombal em 15 de agosto de 1771. Como castigo, Dona Isabel Juliana foi recolhida no mosteiro de Santa Joana onde supõe-se que tenha vivido como prisioneira, pois a abadessa era irmã do Marquês de Pombal. As consequências para a família só não foram desastrosas porque Dona Leonor, o pai e a avó mostraram-se a favor do noivo e contra o ânimo perverso da noiva, condenando-a a encerrar-se por toda vida em um convento, proibida de comunicar-se com o mundo exterior.

Com a queda do Marquês de Pombal, Dona Isabel Juliana foi liberta e, como em um conto de fadas com final feliz¹⁵⁹, encontrou o amor de infância ainda solteiro e

¹⁵⁹ Sobre essa história, há a obra de MESQUITA (1900), encenada em Portugal no Teatro Dona Maria II nesse mesmo ano, em 4 atos e 7 quadros. Disponível para consulta online: <http://bibliotecadigital.fl.ul.pt/ULFLOM02282/ULFLOM02282_item1/P9.html>. Última consulta em 29 de maio de 2015.

herdeiro de imensa fortuna a aguardá-la. Casaram-se a 27 de junho de 1779 e tiveram filhos, sendo o primogênito o famoso estadista, Dom Pedro de Sousa Holstein, Duque de Palmela.

Apesar das dificuldades pessoais enfrentadas em terra distante e de sua dedicação profissional extrema com a conservação da monarquia, o Morgado de Mateus, a exemplo das elites culturais do Brasil na segunda metade do século XVIII, também sentiu os indícios da decadência do sistema colonial. Passou a demonstrar o descontentamento por “uma administração à distância e alienada de suas necessidades” (BELLOTTO, 1986, p. 278) como consequência da incoerência entre seus planos de governo e as ordenações do Reino. Assim, em sua gestão de dez anos, o Morgado de Mateus foi gradativamente se indispondo com as diretrizes da Coroa Portuguesa e, conseqüentemente, perdendo prestígio junto ao reino.

Foi orientado por seu cunhado a esquecer a intenção de conseguir elevar sua patente, conforme carta¹⁶⁰ de 1773:

Meu Irmaõ e Senhor do meu Coração | Recebo a Carta de Vossa Senhoria aque acompanha a Petição, que me | parece tão util emhuma caza, como difficil em hum Mi- | nisterio, e mostrando a a Pessoa dotada de intelligencia, | e pratica, me respondeo que só seria defirida se VossaSenhoria | allegasse as justas cauzas que bastão a largar o Gover- | no, dasua Caza, cometendo-o Sua Magestade a hum Ministro, | que o administrasse, porque este he o unico cazo em que | o mesmo Senhor concede jurisdição privativa: Eu me | governey sempre com a do Auditor Geral, bem con- | sidéro que ás vezes não basta; mas este grande incon- | veniente tiverão até gora todos os Senhores deCaza, | e terão todos os que lhe haõ de succeder. | Quanto ao acrescentamento de Patente emque VossaSenhoria me fala, devo dizer lhe com sinceridade, que hé muito | conveniente que VossaSenhoria ponhahum perpetuo silencio em | semilhante materia, porque reflectindo entre o extra- | ordinario despacho que VossaSenhoria teve, ea antiguidade de muitos | Officiaes, que depois de 50 annos deserviço, recebem alegres a | Patente de Coronel, lhe faria hum grande embaraço, | por não dizer discredito, Similhante idéa; deixe | VossaSenhoria aPoderosa Mão que oLevantou o cuidado dos seus | interesses, porque estehe o caminho mais seguro, foy || o que eu segui, eserá sempre o de todos os homens | honrados, e reconhecidos: Faça VossaSenhoria que oseu mere- | cimento; asua exacção noserviço Real e o gosto dasua | obrigação o chamẽ, e entã verã que estes saõ os mais | apressados passos que o podem conduzir ao adiantamento | que dezeja; e porque eu farey repetidos votos em qualquer | parte do Mundo onde o meu destino me levar. | A minha Irmaã me recomendo muito, elhe não | escrevo pela falta de tempo, sendo-me todo necessario | para afadiga deste prompto embarque. DeusGuarde | aVossaSenhoria muitos annos Lisboa 3 deSetembro de1773. | [Rubrica de Francisco Inocência de Sousa Coutinho]

Em 23 de Junho de 1775 escreveu um relatório a seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, “do estado em que deixava os negócios da Capitania de São Paulo

¹⁶⁰ Carta de Francisco Inocência de Sousa Coutinho a Dom Luís Antonio, datada de 3 de setembro de 1773. Transcrita a partir do original do Arquivo da Casa de Mateus: Caixa 1,8, 1160 – Al. 1.

para que ele ficasse inteirado de tudo quanto ficava em suspenso ou pendente” (GUERRA, 1982, p. 17). O nível de detalhamento e a clareza com que aborda todos os aspectos percorridos nos 40 itens do relatório comprovam suas afirmações de extrema dedicação ao cargo de governador.

Figura 31: Carta ao seu sucessor.¹⁶¹

¹⁶¹ Três primeiros fólhos, do total de 31, da carta do Morgado de Mateus a seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, em 40 itens. Consultado no original, na Biblioteca Nacional de Lisboa. Cod. 4530, microfilme. p. 3626 - fólhos. 48r - 64r. Transcrição dos três primeiros fólhos: “*Illustríssimo e Excelentíssimo Senhor | 1. Tenho a honra de ter entregado a Vossa Excelência | o consideravel Governo desta Capitania de São Paulo, | e ao mesmo tempo me coroo de Gloria, por mever suc- | sedido dehum General em tudo egregio, cheyo de mere- | cimentos, e inteiramente digno de reger oBastaõ des- | te grande Estado. | 2. A elevada Capacidade, e cla- | rissimo intendimento deVossaExcelência mepodia dispençar | destadeligencia, quejulgo desnecessaria ágrande com | prehensão, eactividade, de queVossaExcelência he dotado; mas | obedecendo á Real Ordem deSua Magestade, | que naCarta firmada daSuaReal Maõ, queVossaExcelência | mesmo me entregou, daptada de 2. delaneiro de | 1775, medetermina, que depois dedar aVossaExcelência apos- | se deste Governo, lhe dê juntamente todas as noticias, | quejulgar por convenientes aoSeuRealServiço, e | juntamente por que VossaExcelência assim o quer, emo recom- | menda; direi com aclareza, e brevidade possivel in- | tendimento cauzas mais importantes, que aomeu in- | tendimento seofferecerem, eque aexperiencia dedez | annos deassistencia destaterra metem mostra- | do; em que VossaExcelência será Servido desculparme tudo | aquilo que ou aminha custa intelligencia, ou as poucas || [[poucas]] Luzes do meu Limitado discuros, me não deixa- | rem comprehender. | 3. Comecando pelo Negocio mais im- | portante, que actualmente occupa ou cuidados detodos | os Senhores Generais desta parte doSul do Brazil, | qual he a Guerra doRio Grande deSão Pedro: Infor- | mo aVossaExcelência, que o meu voto foi antecedentemente a | quelle, que VossaExcelência achara escripto em repetidos Officios. | que ficaõ registados nos Livros da Secretaria deVossaExcelência, | desde aIntrodução Previa, assignada em 8. deAbril | de1772 em diante, dos quais VossaExcelência poderá vêr, quais fo- | raõ os meus pençamentos, e idea sobre esta impor- | tante materia. Porem como Sua Magestade foi | servido ordenar por outro modo adisposição deste serviço, | ese achaõ hoje clara, e positivamente descididos, como | VossaExcelência pode ver das ultimas Reais ordens do mesmo | Senhor, que aVossaExcelência tenho entregado, não me fica Lu- | gar dediscorrer mais sobre estamateria, eSó facili- | taraVossaExcelência os meyo, depoder dar aexecução o mesmo, | queSua Magestade tem determinado: Eassim | digo aVossaExcelência, que todos aquelles Soccorros, queVossaExcelência | quizer mandar destas partes para aProvinciade | Viamaõ, havendo de hir por mar, os podeVossaExcelência fazer | embarcar noPorto deSantos, ou ainda noPorto | deParnagua*

Inicialmente bem aceita pelo Reino, a tática de “fechar as fronteiras do Oeste” (BELLOTTO, 1979, p. 54) em colaboração aos exércitos do General Henrique Böhm ao Sul, tornou-se onerosa demais a Portugal. Assim, a partir de 1771, as correspondências de trocadas entre o Morgado de Mateus e o Secretário Martinho de Melo e Castro tratam da temática do Iguatemi. Após o envio do experiente Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria ao local, de que gerou o Relatório *Diário da viagem de São Paulo à Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Iguatemi*, ordenou-se¹⁶² que o Morgado de Mateus enviasse tropas ao sul e não mais ao oeste.

Teve de decidir se permaneceria com o projeto do Iguatemi, mantendo as diretrizes em que acreditava, ou se tentaria salvar seu governo acatando as ordens. Como “não estava em seu carácter a possibilidade de renúncia, [insistindo] escudado nas Instruções e nas mesmas ideias de sete anos atrás” (BELLOTTO, 1979, p. 59), sua escolha por não desistir do oeste somou-se a outras críticas a seu governo e acarretou sua substituição.

Foi, portanto, substituído por carta patente¹⁶³ de 5 de janeiro de 1775, sem as condecorações e o reconhecimento tão almejados:

Domloze etc Faço saber aos que esta minha Carta Patente | que tendo
concedida as qualidades, merecimentos, e Serviços de Mar- | tim Lopes
Lobo de Saldanha: Hey por bem nomealo Governador e Capitão | General
da Capitania de São Paulo, para Servir por tempo de tres an- | nos, e mais
que decorrer, em quanto Euno mandar o contrario, e | com o dito Governador
haverá o Soldo de outo mil cruzados em cada hũ | Anno, digo, em cada hũ dos
ditos Annos na forma deminhas Ordens | e gozará de todas as honras
e poderes, Mandar lurisdicções, e al- | çada que tem, e de emthe agora
uzará todos os providos no dito | Governo; e do mais que por minhas Ordens,
e instruções lhe for concedido | com Subordinação Somente ao Vice Rey
e Capitão General de Mar, e Terra | do Estado do Brazil como a tem os mais
Governos delle: Pello | que Mando á D. Luiz Antonio de Souza Botelho

aquelles, que pertencerem àquella || [[quella]] Comarca, por que dos referidos Portos, havendo | munção
favoravel, passaõ com facilidade à Ilha de Santa | Catharia, e dahy a Vila da Laguna, d'onde Continuaõ |
a Sua Viagem por terra para aquellas partes, pa- | ra onde houverem de Ser destinados os ditos
Soccorros. | 4. E para aquellos, qu Vossa Excelência quizer | mandar por terra, não posso dizer mais,
do quedar | a Vossa Excelência o Itinerario, em que se declaraõ os Caminhos, | e os Pouzos, que com
mais facilidade podem seguir | daqui em té aquella Provincia, sobre o que Vossa Excelência | determinará
aquilo, que lhe parecer mais adquado | ao Real Serviço. | 5. He o segundo a Praça do Guatemy, | sobre a
qual não posso a Vossa Excelência dizer mais que, o que | nos Officios assim referidos já tenho
por diversas vezes | explicado, o que agora mostro tambem a Vossa Excelência à Vista | do Máppa, que
comenta a Vossa Excelência apprezento, em | o qual verá Vossa Excelência, que adita Praça
esta fundada | muito a propósito, para se poder fazer diversaõ | aos Castelhanos por aquellas partes,
se vier tem- | po, em que se julgue assim precisa, e paralles im- | pedir, que elles possam retirar as gentes
das Suas | Provincias, que tem ao Norte do Rio da Prata, | com que Costumaõ engrossar, e Servir os seus
Exercitos [...]

¹⁶² Carta de Martinho de Melo e Castro ao Morgado de Mateus. Lisboa, 20 de novembro de 1772 (AHU, Lisboa, São Paulo, doc. 2611), de acordo com Bellotto (1979, p. 58).

¹⁶³ “Substituição de Dom Luís António e nomeação de Martim Lopes Lobo de Saldanha”. Documento datado de 5 de janeiro de 1775. Transcrito a partir do registro consultado em cartulário com capa de tecido cinza no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Livro 78, fôlios 275v – 276r.

Mouraõ Governador | eCappitam General dadita Cappitania deSaõ Paulo, eem sua faltaz | aos officiaes da Camara daquela Cidade dem posse domesmo | Governo ao dito Martim Lopes Lobo de Saldanha eatodos o officiaes | de Guerra, lustiça e Fazenda Ordeno tambem que em tudo lhe | Obedeçaõ; ecumpraõ Suas Ordens emandados inteiramente como | a Seu Governador eao Almoxarife de minha Fazenda lhefaça pagamento do dito Soldo | Aos quarteis poresta Carta Somente eo dito Martim Lopes Lobo de Sal- | danha jurará em minha presensa na forma costumada deque | Sefaraa Sento nas Costas desta minha Carta Patente que por firmeza || detudo lhe Mandeí passar por Mim a Sinada, e Sellada com | o Sello grande de minhas Armas. E antes que o dito Martim Lopes | Lobo de Saldanha parta desta Corte fará em minhas Reaes ma- | ís presto, e omenagem e juramento Costumado pello dito Governador Se- | gundo OUzo, e Costume destes Reinos deque apresentará Certidam | do Secretario de Estado e pagou de novos Direitos hú conto de reis | que se carregaraõ ao Serviço delles a folha 1 do Livro terceiro de Sua Receita | e deu fiança no Livro segundo dellas a folhas 98 a pagar domais tempo | que servir alem dos tres annos Como constou do Seu conhecimento en- | forma Registado no Livro 28 do Regimento geral a folha 324. Dada na Cidade de Lisboa a 2 | dias domes delaneiro do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Iesus Chris- | to de 1775// El Rey// Conde da Cunha// Por Decreto de Sua Magestade de 9 | delunho de 1774// o Secretario Ioaquim Miguel Lopes do Lavre ofes es- | crever// Bernardo Iozé Correia afes// Ioaõ Pacheco Pereira// Pagou 220 400 reis aos | Officiaes 280 reis Lisboa 5 de Janeiro de 1775// Dom Sebastião Maldonado | Ieronimo Iozé Correia de Moura

Após a chegada de seu substituto, permaneceu por quase um ano no Rio de Janeiro tentando, em vão, comprovar seus méritos pelos serviços prestados. Com total confiança do que realizara, procurou “corrigir as distorções que julgava apresentar o Relatório de José Custódio. Afirmava ter o Brigadeiro desmentido suas próprias posições quando da demarcação do Tratado de Limites, em 1754.” (BELLOTTO, 1979, p. 62).

O sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, em todo o tempo de seu governo (1775-1782), difamou o governo anterior. Por certo servia-se de juízos negativos já difundidos no Reino sobre o Morgado de Mateus para a estratégia ideológica de elevar a si mesmo por meio do rebaixamento do outro. Mesmo que não abertamente, há a manifestação da postura crítica em grande parte de sua documentação oficial, a começar pela carta¹⁶⁴ sobre sua viagem para assumir o governo de São Paulo:

minha viagem, em que passei os mayores incomodos e indizível trabalho, que dou por bem empregado tanto por animar aquelles povos, que na verdade estão reduzidos na maior miséria e ultima desconsolação, como por evitar o máo passo do Cubatão, que me tem embaraçado o vir a esta Capital os Officiaes que vierão na Fragata, a mayor parte da minha família e fato que ainda por lá se acha.

¹⁶⁴ Fragmento da carta datada de 21 de junho de 1775, enviada por Martim Lopes Lobo de Saldanha ao Vice-Rei, o Marquês do Lavradio. Transcrita a partir da publicação dos *Documentos interessantes*. Vol. 42, p. 5.

Destaca-se a apreciação negativa com que caracteriza os povos. O estado de miséria e desconsolo seria ocasionado pelo governo mal direcionado de seu antecessor. A técnica de retratar como caótica a situação em que se assume o controle de algo permite comprovar como méritos seus os avanços e desenvolvimentos posteriores. O próprio Morgado de Mateus serviu-se dessa prática ao retratar o estado de total abandono em que se achava a capitania de São Paulo na ocasião de sua chegada.

A bordo da *Fragata Nossa Senhora das Graças*¹⁶⁵, retornou ao reino destituído do cargo e sem elevação da patente ou o título nobiliárquico de “Conde de Mateus”, embora afirmasse ter “serviço para isso” (BELLOTTO, 2007a, p. 48). Recolheu-se ao reino “sem estrela”, alheio à carreira militar a que tanto se devotara. Teve seus dez anos de governo difamados por seu sucessor, mas os governantes posteriores a Martim Lopes Lobo de Saldanha retomaram seus propósitos em busca do desenvolvimento da região. De volta a Lisboa em desgraça, permaneceu à procura de meios para comprovar a eficácia no governo a fim de conseguir sua reabilitação com promoção militar ou promoção a cargo público. Não levou em conta o aconselhamento do cunhado, reproduzido anteriormente, para que silenciasses suas intenções de reconhecimento oficial. Em 1777 foi autorizado a recolher-se a sua Casa em Mateus. Manteve-se solicitando reconhecimento em diversas correspondências enviadas à rainha Dona Maria I, sucessora de Dom José I. Como resultado de uma sindicância aberta dez anos antes em que se comprovava “que tinha servido com inteireza e préstimo” (MOURA, 2002, p. 37), conseguiu em 13 de maio de 1791 o posto de Brigadeiro de Infantaria:

Attendendo aos annos de Serviço, avançada idade, e moléstias de Dom | Luis Antonio de Souza Botelho, Coronel de Infantaria: Hey por | bem conceder-lhe a sua reforma no Posto de Brigadeiro: O Concelho de | Guerra o tenha assim entendido, e lhe mande passar os despachos necessa- | rios. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a treze de Maio de mil, setecen- | tos, e noventa e hum. | Rainha¹⁶⁶

Essa nomeação resultou de um processo de dez anos, chamado a “*Rezidencia a Dom Luís António de Souza Botelho Mourão do procedimento que teve no governo*

¹⁶⁵ De acordo com Bellotto (1979, p. 64), consta a lista da tripulação de sua viagem de retorno a Portugal na “Relação dos passageiros e prezos que se embarcaram no Rio de Janeiro a bordo da Fragata Nossa Senhora da Graça”, arquivada no *Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, lata 71. Ms. 14.

¹⁶⁶ “Promoção a Brigadeiro”, datado de 13 de maio de 1791. Transcrito a partir do registro consultado na versão original no Arquivo Nacional da Torre do Tombo em Lisboa. Conselho de Guerra, maço 149, decreto 75. “Registado a folha 235”.

dessa Capitania de São Paulo”¹⁶⁷, ordenado por Provisão Régia de 25 de junho de 1781. Os depoimentos das 69 testemunhas ouvidas, das quais se destaca o Sargento-Mor Theotônio José Juzarte¹⁶⁸, comprovou a “limpeza de mãos, inteireza e honra” (BELLOTTO, 1979, p. 66) do Morgado de Mateus.

No período em que permaneceu em Mateus esteve sem patente militar, nem mesmo a que tinha antes, de acordo com Bellotto (1979, p. 67), fato pelo qual é possível inferir seu o atroz sofrimento moral. Com mais de sessenta anos, ainda se afirmava útil ao Real Serviço. Considerado, nesse período, “o desvalido”, conforme Martins (2001), pelo ostracismo de sua situação: abandonado e impotente diante dos fatos. Em oposição à honra que almejava para si e pela qual devotara parte de sua vida em terras distantes de sua Casa, viveu os últimos anos em solidão, apartado da família. Foram 22 anos marcados por inúmeros desentendimentos familiares. Além do já citado desgaste da relação matrimonial, o contato com o filho primogênito também ficou bastante estremecido como comprovam algumas cartas familiares das quais se reproduz uma¹⁶⁹ a seguir:

MeuFilho muito do meuCoração / hadous correios que não escreves
dessa cor- / te, enadatepodedispensar desta o- / brigação, nem ainda occasião
de / molestia por que hão remedio de mão / alhea, e nem devo mendigar as
tuas / notícias de outras Cartas, nem ficarem / sabero que hei de
responderaos que me / fazemo obsequio de perguntar por / ti: Dos particulares
da Cazacreo que / igualmente tetens descuidado, porque / tendo eu Sempre
notícias delles pelos / meus agentes, me não consta || que se visse teres dado
o mesmo pas / so, quando eude menos idade me applicava a / elles com
incrivel ardor Não sei / em que termos correm as dependen / cias do teu posto,
parece-me que vão er / rados os principios, e que se fossem a / acompanhados
de outro pezo, consegui- / rias melhor agraduação de que neces / sitas;
Por outra via Sob e que o Barão / te emprestou bestas para essa Corte, e /
ainda que não sou ingrato aos seus fa / vores que se era antes que tu aproveitases
/ asuabavontade em adjutorio mais / util a estaca, pois que governa por /
mim sempre tevetas bestas, parase Sir- || [[ser]]vire para dar Sem Ser
preciso Lus / trar com Luzes emprestadas; o que / eu quero he que elle mede os
seus amparos / para acrescentar a minha Casa, e fa- / zervaler as muitas
circunstancias de / que se adorna, e nisso he que deve consis / tir a bo a união de
Família eno que / eu posso ter em abundancia de desejo antes / a minha
independencia Se as esperan / ças de hum postogrande não forem / seguras
recolhe-se Sem demora, não / he justo arriscar hua Sôvida de que /
depende toda a conservação da casa, / e em dar errados passos seguem sete /
perdas irreparaveis. Deus te guarde como / de desejo. Vila Real 18 de julho de ||
[[de]] 1781 / Aqui ha Festas magnificas / em que toda a Nobrez destas /
Povincias tem apparecido e / não devem Ser estas as occasioens / em que se falte.
/ Pae quemuito te ama e estima / Dom Luis

¹⁶⁷ De acordo com Bellotto (1979, p. 65), a ‘Provisão de Dona Maria I’ encontra-se no AHU, São Paulo, doc. 2718.

¹⁶⁸ Autor da obra *Diário de Navegação*, publicado por Souza et al (2000).

¹⁶⁹ Carta de D. Luis António para seu filho D. José Maria do Carmo. Vila Real, 18 de julho de 1781. Transcrita a partir do original arquivado sob a referência Caixa 1,8 - CT 1160 Al. 1 no Arquivo da Casa de Mateus.

Nota-se o tom de reprimenda e constante tentativa de reaproximação de Dom José Maria. Como estratégia de persuasão para que o filho fosse a Vila Real, no *post scriptum* da carta, convoca-o a participar das comemorações locais. Serve-se da apreciação de valor social do adjetivo “magníficas” associada ao julgamento de estima social ao afirmar que não seria viável faltar às festas. Apesar das investidas, a relação permaneceu interrompida e o filho retornou à Casa de Mateus definitivamente apenas após a morte de Dom Luís António para assumir o morgadio.

Astuto conhecedor do manejo de diversas estratégias na formulação de seus discursos, sabia colocar-se diante de diferentes interlocutores. Tal habilidade foi empregada em suas correspondências familiares, que também refletiam sua inerente autoridade e tentativa de controle pelo poder da imposição e do mando. O impacto dessa postura registrada em seu discurso acarretou desgastes a suas relações pessoais.

A fase de solidão em Mateus favoreceu sua extrema devoção religiosa. “A sua tenacidade e ardor essenciaes transmutavam-lhe facilmente a preocupação d'um momento no seu sonho, no seu ideal de toda a vida. Assim, se converteu com o declinar dos annos n'um fanático religioso” (BOTELHO, 1902, p. 614). A religiosidade, entretanto, decorreu não apenas das dificuldades dos últimos anos de vida mas de diversas vivências anteriores. Afinal, muito antes do cargo de Governador, Dom Luís já apresentava fortes inclinações religiosas. Prova disso é ter sido familiar do Santo Ofício¹⁷⁰ em 1749 e possuir uma capela pessoal maior do que os padrões habituais no período, como já mencionado. Ao longo da vida, a ideologia católica parece fundamentar a maior parte de suas ações.

Durante seu período de governo, a lealdade ao catolicismo evidencia-se por meio de registros acerca da importância da conversão do gentio americano, princípio que unia, segundo Torrão (2007, p. 180), o poder secular e o poder eclesiástico nas colônias portuguesas. Enquanto Governador, a intensa religiosidade foi registrada também por manifestações pessoais, tal como a produção de um soneto a Sant'Ana, reproduzido por Moura (2002, p. 34):

Gloriosa Matrona, cujo emprego | Por dom de Deus eterno Onnipotente | He
Socorrer o mísero innocente, | Que deste Mundo Surca o Largo pego. || Neste

¹⁷⁰ “Os familiares do Santo Ofício exerceriam um papel auxiliar nas atividades da Inquisição, atuando principalmente nos sequestros de bens, notificações, prisões e condução dos réus [...] eram representantes do Tribunal.” (CALAINHO, 2006, p. 78).

Mar procelozo, em que navego, | Conduzindo o destino a tanta gente, | Se Votos vos consagro humildemente, | Quando a vós o Governo todo entrego.
|| Vós sois do Mar da graça norte, e guia | Que ao humano baixel dezamparado | O Socorro prestaes de mais valia: || Fazei que desses Ceos nos seja dado | O Ouro que encha os Povos de alegria, | A graça, que nos livre do peccado.

Somadas às medidas no governo e as manifestações artísticas está a prática devocional como comprobatória da intensa religiosidade. A figura da mulher é vista como a intercessora na religião católica, daí a importância da Nossa Senhora, transportada do contexto português ao brasileiro. Esse transporte ocorreu de forma literal quando Dom Luís carregou consigo a São Paulo o grande quadro com a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem.

Figura 32: Tela de Nossa Senhora da Boa Viagem.¹⁷¹

A intercessão feminina é representada pela figura da esposa quando a ela solicita: “Recomende-me a Nossa Senhora dos Prazeres.”¹⁷² Esse pedido parece destacar Dona Leonor dentre os demais seres humanos como sua intercessora pessoal, o que reforça seu vínculo com ela por meio da reiteração de seu próprio *ethos* devocional e, por consequência, de bom marido.

¹⁷¹ Quadro que acompanhou Dom Luís António em seu governo no Brasil Óleo sobre tela em moldura de madeira com folha de prata. Casa de Mateus - Inv. 152. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).

¹⁷² Carta de Dom Luís António à esposa, datada de 13 de Novembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 215).

Figura 33: Imagem de Nossa Senhora dos Prazeres¹⁷³.

A mentalidade religiosa, entretanto, não parece ter sido mero elemento de manutenção do *ethos*, mas uma instância genuína da vida do Morgado de Mateus. Em suas correspondências particulares, especialmente as trocadas com a esposa nos anos de seu governo, destaca-se a intensa devoção de ambos.

Conforme dito, Dona Leonor casou-se aos 34 anos, idade bastante avançada para os padrões da época, o que indicaria sua vocação ao monastério, provavelmente desaconselhada pela mãe, por quem demonstrava constante proximidade e afeição. Tal vocação religiosa fez com que, como administradora da Casa de Mateus na ausência do marido, Dona Leonor contribuísse para a consolidação do patrimônio religioso da Casa. Nas palavras de seu filho, tendo a obra da Capela concluída, “já a pôs no maior asseio e culto; reformou e mobiliou as casas, conseguiu juiz privativo para tombo dela.”¹⁷⁴ (ALBUQUERQUE, 2005, p. 47). Buscava também agregar à Casa peças raras: “A pedra do sino ainda não chegou. Estimo por ser raridade para a capela”¹⁷⁵ e valorosas: “A coroa de Nossa Senhora diz que vai coisa preciosa, não a larga da mão aquele excelente ourives que lhe dei cinquenta moedas do sinal dos vinhos.”¹⁷⁶ A coroa que encomendara à Nossa Senhora dos Prazeres era luxuosa, com

oito arcos de rubis e diamante por baixo como uma gargantilha dos mesmos e em cima como rosas de diamantes grandes, tudo sem saber em que estão encostados. O ouro da coroa parece brilhante, até se trocaram, em cima tem um globo de pingentes que é uma doídice. Remata em um mundo com um

¹⁷³ Padroeira da Casa de Mateus. Escultura de vultro em madeira dourada e policromada. Casa de Mateus - Inv. 166. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).

¹⁷⁴ Fragmento transcrito no *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus* a partir do documento privado *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução do meu filho* (Tomo I, fl.12).

¹⁷⁵ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 13 de Agosto de 1766 (BELLOTTO, 2007, p. 247).

¹⁷⁶ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 240).

círculo de rubis lindíssimo, e em cima o Espírito Santo com os olhos de rubis. Não se viu coisa mais¹⁷⁷ perfeita.¹⁷⁸

A extrema fé do casal denota-se pelo registro das ações sacras registradas em suas correspondências. Por exemplo, Dona Leonor felicitou a atitude do marido de fazer com que seus funcionários rezassem diariamente: “Folgo muito que os faça rezar o terço, porque quem é bom católico tem tudo o mais.”¹⁷⁹ Nessa proposição, o imaginário religioso do período é retratado de forma objetiva: ser “bom” católico (com valoração positiva de estima social) garante “tudo o mais”, com gradação de foco, de modo a prototipificar as incalculáveis recompensas por ser bom religioso. Com isso, a esfera da religião é posicionada acima das demais na ideologia portuguesa.

A sobreposição do religioso às outras instâncias de sua vida é constante nas correspondências privadas do Morgado de Mateus e situa a oração como meio de ligação dele com os entes em Portugal: “Nós sempre em comunidade rogamos por Dom Luís duas vezes, fora as muitas minhas orações particulares.”¹⁸⁰ Imbricada no cotidiano como forma de reduzir as distâncias, a oração é extremamente valorizada pela quantidade da gradação de força das “muitas” orações.

A importância dada à prática da oração está também nas recomendações públicas: “toda a gente destas terras que não há uma pessoa que não fale em Dom Luís sem chorar a saudade que lhe faz, todas o encomendam a Deus.”¹⁸¹ Legitimando a valia social da oração está a missa enquanto celebração oficial feita com a recorrência de se dar “todos os dias” e de forma “contínua”: “As suas missas todos os dias se dizem, e lhe acendo uma vela a Nossa Senhora, as orações são contínuas. Do Buçaco¹⁸², lhe oferecem uma capela que há de ter sempre um ermitão rezando por Dom Luís e para seu sustento há de dar quinze mil réis. Eu, sem a sua resposta, não aceito.”¹⁸³ A valorização das orações atinge o ápice no segundo período do fragmento, em que a gradação do tipo força em “sempre” justifica a proposta de se remunerar um religioso para rezar de forma exclusiva a seu esposo.

¹⁷⁷ Pelo excerto, pode-se interpretar que a busca pela perfeição no que diz respeito ao catolicismo é definida na última sentença com o atributo de apreciação “perfeita” intensificado pela gradação de força “mais”, que resume a descrição que antecede, especialmente o superlativo expressando a apreciação positiva “lindíssimo”.

¹⁷⁸ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 13 de Maio de 1767 (BELLOTTO, 2007b, p. 252).

¹⁷⁹ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 242).

¹⁸⁰ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 29 de Julho de 1766 (BELLOTTO, 2007b, p. 242).

¹⁸¹ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 210).

¹⁸² Convento de Santa Cruz do Buçaco, da Ordem dos Carmelitas Descalços.

¹⁸³ Carta de Dona Leonor ao marido, datada de 25 de Setembro de 1765 (BELLOTTO, 2007b, p. 211).

A valorização do religioso tornou-se mais evidente nas atitudes do Morgado de Mateus após seu período de governo, quando passou a comprar obsessivamente relicários sagrados do Vaticano: “À Roma chegou rebate daquela piedade ingênua, e como D. Luís era rico e poderoso, exploraram-no beatificamente” (MOURA, 2002, p. 38). Somou suas aquisições à herança deixada por seu tio, o Padre Diogo Álvares Mourão, conhecido como “O Santo Arcediago” (1673-1744), que adquirira a grande coleção de relicários, conforme Albuquerque (2005, p. 41), e evidente estabelecimento do patrimônio da Capela da Casa de Mateus: “mercê d’essa ideosyncrasia do sobrenatural, de que enferrou o seu espirito, a linda capella de Matheus, além de um formoso exemplar de architectura, é um preciosissimo repositório de reliquias e alfaías mysticas” (BOTELHO, 1902, p. 614). O relicário contém riquezas de inestimável valor, com “pequeninos frascos e bocêtas, [...] contendo esquirolas e venerandos restos de santos [...] sellados todos e canonicamente authenticatedos por algum lacre com sinete cardinalicio, e o competente documento abonatorio da identidade da procedencia.” (BOTELHO, 1902, p. 614). Dentre tantas preciosidades sagradas, destacam-se as peças de prata, pelas quais o Morgado de Mateus parece ter se apegado a ponto de ser criticado por sofrer de megalomania por objetos de prata.

Figura 34: Ostensório¹⁸⁴.

Figura 35: Outro ostensório¹⁸⁵.

¹⁸⁴ Relicário obtido em Roma, em prata relevada, incisa e recortada apresentando uma câmara oval com fragmentos ósseos de São Tomé e São Tiago Menor, legendados em papel. Casa de Mateus - Inv. 215. Imagem obtida no CD *Casa de Mateus* (2005).

¹⁸⁵ Relicário em prata fundida e cinzelada; cera fundida e moldada, com manuscrito de Santo Inácio de Loyola, com assinatura autógrafa no verso e, na frente, um *Agnus Dei*. Casa de Mateus - Inv. 216. Imagem obtida no CD *Casa de Mateus* (2005).

Seu gosto pela grandiosidade e imponência evidencia-se nos principais itens de sua capela pessoal:

uma caixinha com o pó da pedra do Santo Sepulcro; outra com uma lasca do Santo Lenho; uma cruz grande de crystal , com um Christo feito em pasta de ossos de santos; um frasco com a gordura de São Lourenço; [...] o corpo inteiro de São Marcos [Marciano], que se vê no primeiro altar do lado da Epistola, deitado, com o seu fato romano authenticico, e empunhando o copo e a palma do martyrio entre as mãos mumificadas [...]; e parte do corpo de São Bento e de Santa Clara, que se guardam ao lado do Evangelho, no altar fronteiro. (BOTELHO, 1902, p. 613).

O destaque do corpo inteiro de São Marcos (Marciano) mumificado a uma cabeça de cera, deitado com o traje autêntico e empunhando o copo e a palma do martírio permanece até a atualidade, sendo visitado diariamente por centenas de visitantes como parte da Casa de Mateus.

Figura 36: Corpo de São Marcos Mártir¹⁸⁶.

Por essa religiosidade acentuada, há relatos de que Dom Luís António tivesse passado a ser visto como um santo na região de seu palácio em Mateus, onde recebia crianças da vizinhança para benzer. Mas o misticismo religioso parece ter atingido realmente o seu ápice em 1792, de acordo com Moura (2002, p. 37), quando o Morgado de Mateus passou um atestado de autenticidade de sinos bentos, a serem tocados quando houvesse trovoadas para espantar os maus espíritos.

¹⁸⁶ O corpo é mumificado e a cabeça, feita em resina por o santo ter sido decapitado. Comprado por Diogo Álvares Mourão, o Santo Arcediago, que o obteve em Roma em 1704. A relíquia, com atestada autenticidade (SICM/SSC 04.01/DC/CERT. AUTENTICAÇÃO), foi oferecida ao seu irmão Matias Álvares Mourão, o Morgado da Prata. Faz parte da Casa de Mateus - Inv. 521. Imagem obtida no *CD Casa de Mateus* (2005).

Figura 37: Campanha benta com declaração (autógrafo de Dom Luís António) de autenticidade¹⁸⁷.

Vivendo cercado do misticismo em (contra/justa)posição com a imensa quantidade de riquezas, faleceu no dia 03 de outubro de 1798, apartado da família e retirado em seu palácio em São Martinho de Mateus. Embora não haja evidências, alguns historiadores a exemplo de Guerra (1982), acreditam que tenha sido envenenado por sua filha bastarda, Dona Teresa de Jesus Maciel, que protagonizara situações de desavença familiar por intrigas e roubos. No entanto, no registro de seu óbito¹⁸⁸, segundo Bellotto (1979, p. 69), consta que “faleceu da vida presente com todos os sacramentos de moribundo”. Jaz enterrado ao fundo de sua capela particular, “por sua determinação expressa, teve por ultima jazida uma sepultura rasa, á entrada do lindo templo, accusada apenas por uma lapide com o seu nome e a data do seu falecimento” (BOTELHO, 1902, p. 614) na *Capela de Nossa Senhora dos Prazeres*, patrimônio da atual Fundação da Casa de Mateus.

¹⁸⁷ Escrita em 15/08/1792 para que fossem tocadas quando trovoasse. Manuscrito sobre papel 1fólio de medidas 206mm X 307mm. Arquivo da Casa de Mateus – SICM/SSC 06.01/SR/DECL. DÍVIDA. Imagem obtida no CD *Casa de Mateus* (2005).

¹⁸⁸ Registro Civil do Distrito de Vila Real. Livro de Óbitos. 1789-1833, fólio 19v.

Figura 38: Interior da Capela Nossa Senhora dos Prazeres.¹⁸⁹

Após o apresentação biográfica do autor das correspondências ativas e destinatário das passivas que compõem o *corpus*, segue o levantamento biográfico dos quatro autores da correspondência passiva.

3.7 Autores passivos

Estudar não um rei em particular, mas a função de rei, não a ação de um príncipe, mas a rede de pressões na qual ela está inscrita (ELIAS, 2001, p. 7).

Trabalhar com documentação de autoria conhecida permite contar com a biografia e dados capazes de ampliar o escopo de observação dos dados inscritos no discurso. O reconhecimento autoral de séculos anteriores, comumente está associado à posição social que o dado autor ocupava. Embora interessantes, as correspondências trocadas entre detentores de cargos de menor destaque social ou cidadãos comuns acarretam dificuldade de interpretação completa por ausência de biografia de seus autores. Dessa maneira, o acesso a personalidades de destaque é facilitado tanto pela conservação de conjuntos documentais estabelecidos quanto pela existência de estudos biográficos prévios.

¹⁸⁹ Capela contígua à Casa de Mateus, onde está enterrado Dom Luís António de Sousa. Fotografia tirada na própria Capela Nossa Senhora dos Prazeres, Fundação Casa de Mateus.

Depreende-se, pois, que “na maioria das vezes, estudar um personagem de elite não é uma escolha, mas sim a única opção.” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 36). Os registros biográficos dos autores das correspondências passivas, em conjunto com os do Morgado de Mateus como autor da parcela ativa do *corpus* permitem dimensionar com mais amplitude a realidade das “relações, evidentemente invisíveis, que associam as existências individuais, determinando assim a natureza da formação social em que se inscrevem” (ELIAS, 2001, p. 14). Com isso, a rede de relações nas altas instâncias da política setecentista pode ser, por meio da observação do recorte proposto pelo *corpus*, compreendida em suas implicações intersubjetivas e veiculações ideológicas.

3.7.1 Rei Dom José I

José Francisco António Inácio Norberto Agostinho de Bragança, o Rei Dom José I, viveu de 6 de junho de 1714 a 24 de fevereiro de 1777 em Lisboa. Reinou na Dinastia de Bragança como soberano de Portugal depois da morte do pai, Dom João V, em 31 de julho de 1750. Casou-se, em 1729, com Dona Mariana Vitória de Bourbon, infanta da Espanha, com quem teve sua sucessora e herdeira, Dona Maria, Maria Francisca Isabel Josefa Antónia Gertrudes Rita Joana de Bragança.

A atuação de Dom José I, bem como a dos demais soberanos do período, dividia-se em três áreas: geral, militar e jurídica, nas quais se destacou pela colonização e pela reforma administrativa do Brasil, motivo de seu cognome “O Reformador”. À frente de um império de escala mundial, de acordo com Rodrigues (1997, p. 5), tinha o Brasil como joia da Coroa, motivo pelo qual empenhou-se nas medidas de defesa e preservação dessa colônia.

Enquanto soberano de uma corte real absolutista do *Ancien Regime*, Dom José I representou, segundo Elias (2001, p. 27), a figura central da administração do Estado, personalizando a instância máxima do poder decisório. Referenciado comumente nas correspondências como ‘pela graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquém e d'além-mar’, era o representante supremo da “servidão voluntária de um Estado” (CHARAUDEAU, 2013, p. 78). Por isso, ainda segundo Charaudeau (2013, p. 78), deveria ser a representação simbólica dessa entidade abstrata que constitui a parte fundadora da identidade coletiva de um povo, no papel de mediação entre o “social divino” e o povo. Decorre daí a importância de manter a imagem positiva e superior a todos os demais homens a ele subordinados, corroborando a ideologia monárquica vigente no final do século XVIII.

Figura 39: Rei Dom José I ¹⁹⁰.

Conforme Ramos (2009, p. 360), o Rei e sua esposa, Dona Mariana Vitória, eram amantes da ópera, proibida na corte nos últimos anos do governo de Dom João V. Por isso, uma de suas realizações foi a inauguração da Casa de Ópera do Tejo em 31 de março de 1755. As paixões pela ópera e pela caça marcavam a personalidade de Dom José I.

Embora “o estado parecesse uma unidade inteiriça que funcionava num todo único, e abrangia o indivíduo, conjuntamente em todos os seus aspectos e manifestações, [sendo] o rei era a expressão completa deste poder e síntese completa do Estado” (PRADO, 1953, p. 297), a fragilidade da saúde de Dom José I exigiu apoio peremptório de terceiros. Sobrevivente da destruição do Paço Real causada pelo terremoto de Lisboa de 1º de novembro de 1755 e à tentativa de regicídio¹⁹¹ de 3 de setembro de 1758, Dom José I passou a sofrer de fobia por locais fechados e viveu em um complexo luxuoso de tendas no Alto da Ajuda, em Lisboa. Para governar, contou com a participação efetiva dos diplomatas experientes nomeados a 3 de

¹⁹⁰ Fotografia tirada no Mosteiro de São Jerônimo em Belém, Lisboa, em galeria destinada aos reis de Portugal. A pintura conta com a inscrição “JOSEPHUS PRIMUS XXII”.

¹⁹¹ O Rei foi atingido por tiros contra a sua carruagem. Segundo Ramos (2009, p. 368), apenas três meses depois o caso foi divulgado como atentado e conduziram à prisão diversos fidalgos, de que se destacam o Duque de Aveiro, o Conde de Atouguia, os Marqueses de Távora e seus filhos, proibindo-se, a partir de então, o sobrenome Távora em Portugal, associado ao crime de lesa-majestade. A brutalidade das punições, com decapitação da Marquesa de Távora e a morte com quebra dos ossos dos envolvidos entrou para a história como obra do Conde de Oeiras. Soma-se a esse o atentado de 3 de dezembro de 1769, de menores consequências, descrito no *corpus* no documento 91.

agosto de 1750, nas exéquias de seu pai, Diogo de Mendonça Corte Real e Sebastião José de Carvalho e Melo. Dessa maneira, os registros de seu reinado estão sempre associados às políticas de modernização do seu Primeiro-Ministro, o Marquês de Pombal, que exercia “posição de opositor de Dom João V” (MACEDO, 1982, p. 14), de quem se tratará a seguir.

3.7.2 O Conde de Oeiras

O Conde de Oeiras é mais expressivo dos autores passivos, tanto pela predominância de poderes políticos quanto pela consequente quantidade de correspondências trocadas com o Morgado de Mateus.

Sebastião José de Carvalho e Melo foi intitulado Conde de Oeiras e, posteriormente, Marquês de Pombal. Por conta dos títulos nobiliárquicos, modificou sua assinatura ao longo de sua carreira política, conforme exemplificado na figura:

Figura 40: Assinaturas de Sebastião José de Carvalho e Melo.

Todos os documentos passivos do *corpus* de sua autoria foram cancelados antes de sua nomeação como Marquês de Pombal, por isso contam sempre com a segunda assinatura da figura anterior, relativa do título de Conde de Oeiras, com o qual fora condecorado em 15 de julho de 1759. Na documentação ativa, observa-se igualmente a manutenção do título “Conde de Oeiras” por conta da predominância de documentos do período inicial do governo do Morgado de Mateus. Devido ao atraso das comunicações, por conta do “tempo administrativo”, há três documentos do *corpus* ativo datados do período em que o Ministro já assinava “Marquês de Pombal”, a partir de 16 de setembro de 1769, e que ainda empregaram “Conde de Oeiras”. São

eles, o 39 B, datado de 14 de novembro de 1770; o ofício 42, de 3 de dezembro de 1770; e o 44, de 8 de dezembro de 1770. Dessa maneira, há apenas três empregos da tratativa “Marquês de Pombal”, todas no *corpus* ativo, o ofício 46, datado de 3 de setembro de 1771 e os seguintes destinados ao primeiro ministro do Rei, o 47 e o 50. A predominância da tratativa por “Conde de Oeiras” ao longo do *corpus* justifica o uso desse título na maior parte das referências a ele ao longo desta tese, como sinonímia do cognome “Marquês de Pombal”, com que entrou para a História. Além disso, o título que o notabilizou foi bastante tardio em sua trajetória, quando ele já contava 71 anos.

Nascido em Lisboa em 13 de maio de 1699 como filho de nobres em decadência, estudou Direito, História e Política em Coimbra, não tendo concluído os cursos foi por eles “modelado por esse mesmo ensino coimbrão, que mais tarde havia ruidosamente de condenar; [...] misto da boçalidade fradesca com o pedantismo acadêmico” (AZEVEDO, 2009, p. 91). No serviço militar, serviu como cadete e também não se adaptou. De acordo com Azevedo (2009, p. 10), herdou em 1737 do tio Paulo de Carvalho um morgado com bens em Oeiras e em Sintra. Aos 39 anos iniciou sua vida pública. Foi membro da Real Sociedade de História em 1733 e chefiou a legação portuguesa em Londres, de 1738 a 1742, no governo de Dom João V. Muito é dito sobre esse período, sobretudo que essa fase tenha sido decisiva para que arquitetasse todas as medidas econômicas que implementara em Portugal como ministro posteriormente. Há, de maneira oposta, informações de que não soubesse comunicar-se adequadamente em língua inglesa. Além de questões pessoais como as lançadas pelos “adversários jesuítas de Pombal, respondendo às calúnias, que lhes ele irrogava, com outras calúnias, divulgaram que a sua enviatura em Londres fora estéril, pelos desregramentos de uma existência passada em lugares de má fama” (AZEVEDO, 2009, p. 43), fatos da vida particular que o caracterizam como uma das personagens mais polêmicas da História portuguesa.

Aos 32 anos, casou-se com Dona Teresa de Noronha, viúva na ocasião, a quem raptou para a ela consorciar-se. Treze anos depois, com a morte da primeira esposa, casou-se em Viena com Dona Leonor Daun, de 24 anos, filha da dama da rainha Maria Ana de Áustria em dezembro de 1745. “O afecto recíproco dos cônjuges pronto desabrochou em prole, da qual os primeiros rebentos, um filho e uma filha, [...] Adão e Eva” (AZEVEDO, 2009, p. 58).

Morou em Viena entre os anos de 1743 e 1748, mediando o conflito entre o Papa e a Rainha Maria Teresa da Hungria e da Boêmia. Retornou a Lisboa em 1749 e foi nomeado Secretário dos Negócios Estrangeiros em 1750, já no governo de Dom José. A partir de então, por quase 30 anos, governou ao lado do Rei, de posse de poderes absolutos adquiridos por ter assumido a reconstrução de Lisboa, transformando-a em uma cidade moderna após o terremoto¹⁹² de 1755, “a maior catástrofe do século, com reflexos políticos, econômicos e culturais” (MACEDO, 1982, p. 18), sobre o qual “Sebastião José de Carvalho, em um dos seus próprios panegíricos, diz que morreram 45 mil pessoas pelo terremoto” (BRANCO, 2003, p. 17).

Figura 41: O Rossio antes do terremoto de 1755¹⁹³.

Assumindo o controle total dessa calamidade pública na qualidade de Secretário de Estado, o Marquês de Pombal “passou a ser o ‘homem forte’ de D. José I” (MACEDO, 1982, p. 18). Por conta disso, a destruição causada pelo terremoto foi, de maneira oposta, vantajosa à carreira do Marquês de Pombal. A catástrofe fortaleceu o poder pessoal do futuro ministro e, ao mesmo tempo, reestruturou o governo com as secretarias como centros de decisão política, de acordo com Ramos (2009, p. 364), consolidando a ideia de governo mais próxima do conceito contemporâneo. Dessa maneira, embora subordinados à tutela monárquica formal, os Secretários de Estado passaram a ter autoridade efetiva¹⁹⁴ sobre a administração portuguesa, tanto no reino quanto ultramarina.

¹⁹² O terremoto de 1º de novembro de 1755 ocorreu em um sábado, dia de Todos-os-Santos. O tremor de terra ocasionou um tsunami e, ainda, uma série de focos de incêndio que destruíram cerca de 5% da população de 200 mil habitantes de Lisboa, no período, mais de dois terços da cidade e o equivalente a 75% do PIB português, de acordo com Ramos (2009, pp. 362-364).

¹⁹³ Imagem retirada de Maxwell (1995, p. 26), tradução livre da legenda.

¹⁹⁴ Acrescentando-lhes ainda mais poder, a “Lei da Boa Razão”, de 1769, determinava que as leis régias portuguesas prevaleciam sobre todas as fontes do Direito, de acordo com Ramos (2009, p. 377).

Sua vida foi dividida por Macedo (1982, p. 12) em quatro fases, em função de suas preocupações públicas:

1ª - de 1699 a 1738: domínio da vida particular, com interesses de antigo fidalgo que buscava a ascensão na sociedade lisboeta;

2ª - de 1738 a 1749: fase diplomática, com missões em Londres e Viena;

3ª - de 1751 a 1777: principal fase, a governativa, em que dirigiu todos os negócios do país durante o reinado de Dom José;

4ª - de 1777 a 1782: exílio da corte até sua morte.

Em suma, foi um diplomata e estadista que atuou como unitarista e déspota esclarecido, promotor de reformas com vistas a superar a crise nas mais diversas áreas do país: “Dom José I, ao chamar ao poder um gabinete diferente daquele que o seu pai deixara, revelava abertamente a intenção de resistir e tentar uma mudança que só podia ser o reforço do Estado” (MACEDO, 1982, p. 17). Segundo Mendonça (1982, p. 53), implantou o desenvolvimento econômico e integrou linguística e politicamente o vasto território do Brasil. Em Portugal, dentre tantas realizações, reorganizou o comércio exterior, sobretudo em relação à Inglaterra¹⁹⁵.

Tendo adquirido prestígio e poderes de comando que ultrapassavam os do próprio soberano, afirma-se que passou a defender “com violência a posição de mando que conquistou e durante mais de vinte e cinco anos a exerceu: de agosto de 1751 a fevereiro de 1777” (MACEDO, 1982, p. 13). Mesmo não tendo sido Rei, pertence ao grupo de “indivíduos singulares, e seu pequeno círculo de ajudantes, [responsável por] manter a sua dominação e de sua dinastia como soberanos absolutos, ou quase absolutos, sobre uma maioria esmagadora de súditos, por um longo período” (ELIAS, 2001, p. 29). Seu poder ultrapassou o do próprio rei, fato que pode ser comprovado também por sua predominância como destinatário no *corpus* ativo e autor do passivo. “Em meados de 1760, passou a ser o primeiro secretário de Estado a ser elevado à grandeza titular, ao ser então feito Conde de Oeiras.” (RAMOS, 2009, p. 370).

¹⁹⁵ A exportação portuguesa de vinhos ao mercado inglês, assegurada pelo “Tratado de Methuen” em 1703, de acordo com Ramos (2009, p. 367), tornou-se mais vantajosa aos ingleses do que aos produtores de vinho, com destaque para região do Douro. A adulteração do produto, com o acréscimo de aguardente, fez com que o preço caísse a partir de 1740. Diante disso, em 1756, o Marquês de Pombal criou a “Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro”, pela qual protegia a qualidade dos vinhos e tabelava os preços. Criou, com isso, a primeira demarcação do mundo de propriedades que poderiam produzir para exportação.

Assim consagrado, o Conde de Oeiras lidou com os problemas políticos do enfraquecimento do absolutismo e da consequente carência de organismos eficazes. Desses problemas, decorrem outros de ordem econômica, com a baixa dos rendimentos; social, com o aumento da nobreza, interessada no ultramar, e de pequenos mercadores; e cultural, com a busca do Estado por aspectos até então delegados à Igreja. Visando a mudanças políticas diante desse contexto político que se delineava desde 1740, segundo Macedo (1982, p. 18), empregou a política interna voltada a garantir a independência e a unidade na direção do Estado e as relações exteriores de reforço da aliança inglesa para manter Portugal em neutralidade na Europa.

Figura 42: Conde de Oeiras¹⁹⁶.

O mesmo historiador Macedo (1982, p. 20) organiza o governo pombalino em outras quatro etapas:

1ª - até 1760: problemas estaduais de organização comercial e de produção agrícola comerciável referente, sobretudo, ao vinho;

2ª - de 1760 a 1764: problemas militares;

3ª - de 1764 a 1770: em face da crise, reforça os privilégios mercantis com a cobrança de impostos;

4ª - de 1770 a 1777: problemas na área da educação, por conta da expulsão dos jesuítas, e desenvolvimento da indústria.

Após a morte de Dom José I em 1777 e sua substituição pela filha Dona Maria I, o Conde de Oeiras foi destituído do cargo e condenado, acusado de corrupção em

¹⁹⁶ Pintura de Louis Michel Van Loo et Vernet, 1766. Imagem da Câmara Municipal de Oeiras, reproduzida por Ramos (2009, anexo de imagens), de onde se reproduziu.

1780, fato conhecido na História portuguesa como “a viradeira”. Do mesmo modo que o Morgado de Mateus, tentou defender-se em vão. Teve seus crimes perdoados publicamente pela Rainha em decorrência de seu estado de saúde e idade avançada, tendo de recolher-se a sua quinta em Pombal, até sua morte aos 83 anos, em 8 de maio de 1782. A declaração de sua culpa por abuso de poder e desvio de dinheiro público é aclamada pelos biógrafos contrários a sua atuação e considerado um desatino de Dona Maria I, a louca, por seus apoiadores.

Por ter personificado esse longo período de governança estruturada, de que decorreram consequências decisivas ao reino e ao Brasil colonial, o Conde de Oeiras assumiu incontestável valor histórico. Tornou-se, devido à sua personalidade e medidas políticas de vulto, uma das figuras históricas portuguesas mais controversas e carismáticas: “A figura e a ação de Sebastião José de Carvalho e Melo têm dominado os estudos relativos ao século XVIII português [...] como se ele fosse constituído por três fases interligadas [...] : antes, durante e depois da intervenção pombalina.” (MACEDO, 1982, p. 9). Como personagem principal da política portuguesa do governo josefino, considerado “o valido” do Rei (RAMOS, 2009, p. 366), o Conde de Oeiras contou com elogios entusiasmados e, ao mesmo tempo, com críticas severas a sua atuação como o “ministro-chave” português, que, de acordo com Martins (2007, p. 3), instituiu reformas mais extensas a moldarem a organização política e administrativa portuguesa.

Afinal, “a história-tribunal mostra a culpa ou o louvor, dicotomia historiográfica correspondente à essência do iluminismo [que] passou a constituir o tipo de interpretação histórica que nunca mais desapareceu sobre o governo e a personalidade de Pombal” (MACEDO, 1982, p. 10). Dessa forma, até os dias atuais, é considerado ora um admirável herói:

O marquês de Pombal enfrenta-as com decisão e, dentro do espírito do século XVIII, procura limitar o seu alcance pela criação de novos privilégios e precavendo contra os seus efeitos os grupos sociais que considerava básicos (os grandes mercadores, o funcionalismo e a nobreza cortesã) (MACEDO, 1982, p. 25).

Ora um terrível vilão: “As nódoas de sangue indeléveis na memória do Marquês de Pombal são bastantes. Não é preciso inventá-las. É até obrigatório delir da história as inúteis aleivosias que infamam Sebastião José de Carvalho, e andam na tradição favorecidas pela ignorância” (BRANCO, 2003, p. 99). As marcas a que se refere o

autor são, sobretudo, as do suplício¹⁹⁷ do Padre jesuíta Gabriel Malagrida em setembro de 1761, enforcado e queimado como herege no Rossio, de acordo com Azevedo (2009, p. 93) e Ramos (2009, p. 371). Soma-se a isso a execução pública dos Távoras.

Autor de “um protesto contra o entusiasmo dos propugnadores do Marquês de Pombal” (BRANCO, 2003, p. 12), Camilo Castelo Branco critica o personalismo de Pombal, a iniciar-se por sua titulação com que se autodenominava:

ministro e secretário do estado dos negócios do reino, inspetor-geral do real erário, e nele lugar-tenente junto à real pessoa de El-rei, alcaide-mor de Lamego, senhor donativo da vila de Oeiras, Carvalho e Cercosa e comendador das comendas de São Miguel das Três Minas e de Santa Marinha da Mata de lobos na ordem de Cristo (BRANCO, 2003, p. 48).

A contraposição das biografias laudatórias e difamatórias do Conde de Oeiras pode proporcionar uma interessante análise discursiva, haja vista a ênfase dada a certas ocorrências em detrimento de outras e a construção argumentativa de cada uma das abordagens. O paradoxo das biografias escritas posteriormente deve-se aos posicionamentos já discordantes dos contemporâneos do Conde de Oeiras. Demonstra-se isso por meio de duas obras do período. A primeira é uma oração gratulatória¹⁹⁸ apresentada em seu período de governo:

Illustrissimo, e | Excellentissimo Senhor | Marques de Pombal | O zelo da Patria que de- | ve ser avirtude principal de quem se- | preza debom Cidadão, eos particula- | res beneficios que aVossa Exce- | llencia devo, não constituem o unico | motivo deste repetido obsequio que | lhe consagro. Aquele amor since- | ro que huma ves concebi às sublimes | qualidades do animo, emerecimento | raro de VossaExcellencia | desde que tenho a honra de o conhecer, | he oprimeiro movel de huma acção, |com aqual satisfazendo aos mais, | menão posso dezempenhar amim. | Tenho ajudado com os roucos acentos da || [[da]] minha vós este gloriozo brado da |sua respeitavel fama: mas como | VossaExcellencia não só a- | vai cansando, porem vencendo, he pru- | dencia conter os meus dezejões nosilen- | cio, erogar a Deos suscite hum genio | proporcionado á elevação detaõ gran- | de Eroee. | ALizonja tudo inverte, tu- | do desfigura: ecomo a ambição seapro- | veita della para os seus interesses, ama- | Licia dos animos confunde quazi sem- | pre elogios com adulação, merecimentos | com poder, eaSinceridade dos obsequi- | os, com as conveniencias dopremio. Ora, | bem que os talentos pessoas deVossa | Excellencia, eos importantes ser- | viços que aeste Reyno fás, meresguar- | dem datemeridade destes pençamentos, pa || [[pa]]ra não deixar comtudo vestigio al- | gum às suspeitozas interpetraçoens, | me rezolvi anaõ agradecer de outro modo | os imensos favores que aVossaEx=| cellencia devo, senaõ

¹⁹⁷ De acordo com Ramos (2009, p. 371), sobre o episódio, escreveu Voltaire que “o excesso de ridículo e de absurdo juntou-se ao excesso de horror”.

¹⁹⁸ Oração gratulatória, que pela conservação da vida do *Illustrissimo e Exellentissimo Senhor Marquez de Pombal*, foi recitada na Igreja de Santa Joanna pelo Frei Felis de São José da Ordem do Carmo. Offerecida ao mesmo senhor por Diogo José d'Oliveira Ferreira e Cunha, auditor da Artelharia da Corte Provincia, e Extremadura. Transcrita a partir da cópia manuscrita do século XVIII encadernada em seda vermelha, dourada, contida no *Inventário dos manuscritos Secção XIII*, Coleção Pombalina. Biblioteca Nacional de Lisboa, 1889. Sob a referência PBA – 11 (s/ microfilme) – Ms. In. 4. de 25 fl.

encomendando| a Deos annual, esolemnemente auti- | Ilissima conservação
da sua precioza | vida. | Quem mevir Senhor | Excellentissimo, ejuntamente |
aos mais prostrados diante dos Altares | recomendado á Providencia o ampa-
| ro desta Columna, em que Portugal fe- | lissamente descança, ecom templar
aomes- | mo tempo aquella Divindade zelozza | da pureza e reverencia do seu
culto, ea | quem ja mais escapaõ os occultos movi- | mentos denossos
Coraçãoens, hade não só | edificarse do exemplo, porem capacitarse do
motivo.

A segunda obra, uma sátira¹⁹⁹ em forma de sonetos, atribuída ao período de sua condenação:

[35 recto] Soneto 69º - Foise oSer o Cruel, foi se o tirano | O Ministro da
fereza, homemdanado, | quedas Furias infernaes alimentado | foi Herodes
do Reino Luzitano. | Este bravo Leaõ, e Tigre Tirano, | tendo aFé já detodo
abandonado, | noCoração mostravao vilagrado, quando via esgotar o
sanguehumano. | Porem, graças aoCeo, já respirâmos, | já estamos livres
deste vil flagélo, | que há vinte esete annos aturâmos... || [178 recto] “Carta,
que o Marques de Pombal escreveu a | seus Irmaõs Francisco Xavier
deMendonça | Furtado, ePaulo deCarvalho eMendonça.” || Irmaõs Francisco,
ePaulo, VedeLá | Nos Infernos, aonde vos metti, | Sehum Demonio ajustaes,
que venhaaqui: | ADespesado Erario sairá. | Hum amigo dos meus
hequemedá | Huã Carta deempenho, queeu ali; | Eu não vou, que ainda não
medespedi: | ACarta, quem vier, aLevará. | ACartahe paraNero; e nellesó |
Confio, enelle ponho toda afé, | Que dehum seusimilhante hade ter dó. | Dos
empenhos, quefaço, amaiorhe | Saber, quedizem Lá deFaraõ | Sefez mais do
que Sebastião lozé. || [178 verso] Resposta no Seguinte | Recebi huã Vossa,
em que dizeis | Que não vindes, Oh quando me tardaes! | Vinde, vinde que ja
dos Principaes | Licença paraentrares achareis. | Estehorror sempiterno
bemsabeis | Que pode ser maior emuito mais | Eassim vos recomendo não
partaes | Sem trazerdes com vosco as vossas Leys. | El Rey Minos já sabe
quem vos sois | Elle diz, quesois Grande; assim o diz | Porque elle mui bem
sabe o nome aos bóis. | Comelle meempenhei, comellefiz, | Que áporta vos
receba, equedepois | Na maõ vos metta aVara de luiz.

Esses sonetos contra Pombal, comparam sua tirania com a de Nero, Herodes e Calígula, demonstrando todo o ódio e aversão a sua figura por parte dos portugueses que viveram seu governo. Ele seria o responsável por seus irmãos²⁰⁰ estarem no inferno, onde também seria aguardado.

¹⁹⁹ “Papeis Satyricos contra o Marquez de Pombal” transcritos a partir dos originais manuscritos, na Biblioteca da Ajuda, sob a referência 50-I-50, fólios 35r, 178r e 178v.

²⁰⁰ Trata-se de Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1700-1769) e Paulo de Carvalho e Mendonça (1702-1770), falecidos, portanto, antes dele. De acordo com Maxwell (1995, p. 3), os três irmãos aturam juntos durante o período de governo do Conde de Oeiras. O quarto irmão, frei Diogo de Carvalho, viveu na Itália e não teve influência política direta.

Figura 43: Pintura²⁰¹ do Conde de Oeiras com seus irmãos.

Contrapõem-se a essas críticas tenazes as manifestações de júbilo, em favor da vida do Conde de Oeiras, como a oração gratulatória apresentada anteriormente, redigida em 48 páginas sobre sua respeitável fama. Por meio desses dois exemplos de cunho artístico e a menção das biografias atreladas aos dois polos acerca dessa figura histórica, comprova-se a polêmica sobre sua imagem que perdura até a atualidade.

3.7.3 Francisco Xavier de Mendonça Furtado

Irmão do Conde de Oeiras, Francisco Xavier de Mendonça Furtado nasceu em 3 de março de 1700 no Solar dos Carvalhos, em Lisboa, filho de Dona Teresa Luísa de Mendonça e de Melo e de Manuel de Carvalho e Ataíde, Sargento-Mor do Regimento de Cavalaria da Corte, Comendador da Ordem de Cristo e Alcaide-Mor de Vila Franca de Xira. Do mesmo modo que seu outro irmão, não se casou de acordo com Maxwell (1995, p. 2).

Desenvolveu sua carreira como oficial da Marinha no período de 1735 a 1749, quando participou de várias missões no Brasil. Ganhou destaque em 1736 por sua missão de socorro à Colônia do Sacramento. Em 1737, notabilizou-se pela expulsão

²⁰¹ Conhecida como “Concordia Fratrum”, por causa da inscrição abaixo da pintura, a imagem, que compõe o teto de uma das salas do palácio do Marquês de Pombal, em Oeiras (cf. Maxwell (1995)) traz à direita de quem lê, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e, à esquerda, Dom Paulo de Carvalho e Mendonça, monsenhor da Sé Patriarcal de Lisboa e Presidente do Conselho da Inquisição, responsável pela condenação do Padre Gabriel Malagrida. Ao cargo de Inquisidor-Geral, o Conde de Oeiras indicou seu filho primogênito, Henrique, após a morte do irmão de acordo com Maxwell (1995, p. 3).

dos franceses do arquipélago de Fernando de Noronha. Foi nomeado para o cargo de Governador e Capitão-General, em 1751, logo após a fundação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de que se distinguia o Estado do Brasil. Essa nomeação permitia que o recém-criado Estado despachasse diretamente para a Coroa e o Conselho Ultramarino, representando “elemento expressivo da importância que o gabinete josefino atribui à região” (RODRIGUES, 1997, p. 7).

Desse cargo resulta o “Projeto de Estatuto da Companhia Geral do Grão Para, e Maranhão”, com a confirmação, constituição e funcionamento da Companhia. Feito no Brasil por Francisco Xavier de Mendonça Furtado e enviado ao irmão em Portugal em 15 de fevereiro de 1754, representa o primeiro ato concreto que resulta da troca de correspondência ultramarinas. Em vigor a partir de 6 de junho de 1755, o projeto contava com as “Aulas do Commercio”, responsáveis por capacitar e credenciar o pessoal técnico requerido para o comércio.

De acordo com Mendonça (1982, p. 53), as aulas davam ênfase à aritmética e tinham a prática da caligrafia no currículo. Como a primeira escola técnica da Europa, foi implantada em Lisboa, com 3 anos de duração, contando com 4 horas de aulas diárias. Destaca-se o fato de os alunos deverem ter, além do rendimento escolar, a disciplina comportamental de caminhar em linha reta para a escola, sem paradas ou quaisquer distrações ao longo do caminho, embora não haja registros de como controlavam o deslocamento dos alunos. Menciona-se esse projeto como importante contribuição de Francisco Xavier de Mendonça Furtado por ter legitimado a institucionalização do ensino baseado na pragmática do conhecimento. A valorização da “Aula do Commercio” comprova-se pela presença do Rei e do Conde de Oeiras no exame final dos formandos.

Destaca-se o fato de o Conde de Oeiras ter sido, inicialmente, apoiado pelos jesuítas por sua oposição ao Tratado de Madri. A causa da inversão de sua postura, tendo se tornado o “campeão europeu da luta pela extinção da companhia, foram as informações que foi recebendo da América” (RAMOS, 2009, p. 361), principalmente por seu irmão, que escrevia relatórios violentamente críticos contra o poder dos jesuítas na região.

Com tamanha influência política, ocupou o cargo até 1759, residindo no Brasil. Nesse mesmo ano retornou a Lisboa, a fim de atuar como Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, adjunto ao Conde de Oeiras, entre os anos de 1762 e 1769, quando faleceu. Sobre seu falecimento, há referência no *corpus* por ser irmão

do Conde de Oeiras: ‘alem da falta de meu | Irmao o Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que veyo a falecer de | huma postema, depois de receber todos os Sacramentos, no dia quinze | de Novembro proximo passado na Corte de Villa Viçosa, onde foi a= | acompanhando Sua Magestade’ (91 A, 3).

3.7.4 Martinho de Melo e Castro

Em 1770, o sucessor de Francisco Xavier de Mendonça Furtado a assumir a posição de Secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos foi Martinho de Melo e Castro. Encontrava-se em Londres no ano de 1770, quando foi convidado a assumir esse cargo, no qual permaneceu até sua morte, em 24 de março de 1795. Como um dos governantes mais duradouros no cargo, Martinho de Melo e Castro deteve o maior poder administrativo sobre a colônia no governo de Dona Maria I, dando prosseguimento à estrutura centralizadora do governo pombalino. Esse sistema “não permitia a interpolação de uma autoridade colonial entre Lisboa e os seus delegados, embora houvesse ordens aos Governadores para tratarem de seus problemas com o Vice-Rei” (BELLOTTO, 1986, p. 276).

Nascido em Lisboa a 11 de novembro 1716 como o segundo filho dos nobres Francisco de Melo e Castro e Maria Joaquina Xavier da Silva, estudou em Évora e Coimbra com vistas à carreira religiosa. Ainda no reinado de Dom José I, foi nomeado embaixador em Haia e depois em Londres. Visitou o Brasil entre os anos de 1754 e 1756, tendo integrado a comitiva de vinda de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, para assumir o cargo de Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão. Ingressou no alto escalão da política em 1763, quando representou Portugal como diplomata nas negociações de paz de Fontainebleau, ao término da Guerra dos Sete Anos.

Dentre as personagens aqui retratadas como autores dos manuscritos do *corpus*, Martinho de Melo e Castro é o único que permanece em atividade após o governo de Dom José I, servindo à Rainha. Atuava pontualmente junto aos trâmites do ultramar, como exemplificado pelo aviso²⁰² transcrito abaixo:

Paço, 3 de Setembro de 1777. | Para o Senhor Dom João. | Sua Magestade tem determinado que a Fraga- | ta Nossa Senhora da Graça que vai de Guarda Costa sa- | ya de Barra em fora no dia de 6ª feira 5 do co- | rente, e dé comboio aos Navios que quizerem | a sua conserva, e que se achão a

²⁰² Aviso transcrito a partir do original idiógrafo manuscrito da Biblioteca da Ajuda, sob referência 54, XVIII, 20, número 156, fólio 3v. Documento avulso descrito pelo verbete 1990 do *Catálogo de consulta*, p. 595: “Aviso feito por Martinho de Melo e Castro e por ordem de Sua Majestade para que a fragata Nossa Senhora da Graça saia na 6ª feira 5 do corrente comboiando todos os navios que estão prontos a partir com destino a diversos portos do Brasil e que queiram seguir na sua guarda.

partir para | diferentes Portos do Brazil até a altura da | Ilha da Madeira. O que participa aVossa Excelência para | nesta conformidade se poder botar o Bando, | eembarcar-se nella asua Guarnição. | Deus Guarde aVossa Excelência Paço em 3 deSetembro de | 1777 // Martinho deMello eCastro//.

Totalizou 25 anos no cargo de Secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, sendo sucedido, após sua morte, por Rodrigo de Sousa Coutinho.

Seus ditames influenciaram demasiado na administração das capitanias brasileiras. No entanto, nem sempre suas medidas condiziam com a realidade nas colônias, o que fez foi decisivo à capitania de Minas Gerais, conforme Valadares (1997, p. 239). E, em dada medida, suas ordens foram igualmente impactantes na capitania de São Paulo, uma vez que foi o porta-voz responsável por desestruturar os planos de governo do Morgado de Mateus, ordenando que desistisse do oeste da capitania, conforme já mencionado.

Diante dos dados biográficos sucintamente apresentados dos quatro interlocutores do Morgado de Mateus na documentação do *corpus*, pode-se considerar que

o discurso político somente pode ser descrito e explicado de forma adequada quando detalhamos a interface sociocognitiva que o relaciona às representações políticas socialmente compartilhadas que controlam as ações, os processos e os sistemas políticos (VAN DIJK, 2012, p. 231).

Foram, dessa forma, retratados brevemente os autores do *corpus* passivo, aos quais também é possível atribuir características de autoritarismo e postura de comando. O delineamento desses perfis históricos em associação ao do Morgado de Mateus, visa, portanto, a favorecer a compreensão do contexto de produção do *corpus*.

3.8 Temas abordados nos documentos

Como afirma Damasceno (2000, p. 20), os documentos administrativos do governo do Morgado de Mateus podem proporcionar conhecimentos que permitem generalizar para todo o Brasil colonial como se processa uma governança em seus aspectos não só administrativos, mas também burocráticos, cotidianos, humanos e particularizados. Determina-se, com isso, que o período contém assuntos de grande relevância à História do período, tais como “o desbravamento do Paraná, a dilatação de fronteiras no Sul, a agricultura, a economia, a fundação de vilas etc” (DAMASCENO, 1974, p. 1375).

Uma vez que o Governador e Capitão-general possuía os poderes políticos referentes ao que e entende hoje por executivo, legislativo e judiciário, a abrangência temática é imensa. Optou-se, portanto, por não se dividir exaustivamente o *corpus* em frentes temáticas, mas retratar os padrões mais frequentes de ocorrências.

Para tanto, emprega-se a previsão temática estabelecida pelos próprios governantes para os documentos oficiais: 'Primeira. Cartas sobre o Estado Político, e Negocios aelle | Pertencentes. | Segunda. Cartas sobre o Estado Militar. | Terceira. Cartas sobre o estado das Finanças, ou Rendas | Reaes, e tudo, o que a ellas pertencer.' (77, 7). O caráter político dos assuntos tratados no *corpus* podem ser divididos em três tópicos centrais, de ordem administrativa, militar e financeira, que, por sua vez, desdobram-se da seguinte forma:

Temática central prevista	Desdobramentos da temática	Documentos em que ocorrem os desdobramentos
1. Sobre assuntos administrativos	Modo de vida dos paulistas	1, 20, 47, 73, 70, 71
	Dificuldades da vida na colônia	1, 14
	Juízes ordinários, ouvidores, ouvidorias, câmaras.	45, 95
	Crítica aos Jesuítas	18, 51, 87, 98
	Exílio dos jesuítas	52
	Casais para povoar	64
	Tempo prolongado na Vila de Santos, antes de ir a SP	5, 68
	Escrita de correspondências na Secretaria de SP	6, 23
	Sátira	13, 23
	Problemas com empregados	14, 36
	Nascimento do infante	16, 86, 89
	Política externa europeia	19, 54
	Mal de São Lázaro	22, 33
	Envio de mulheres ao reino	30
	Povoações	31, 40, 42
	Missa	31
	Expedições	32, 38, 47
	Residência do governador	58
	Desmatamento	60
	Publicação de lei e pragmática	63
	Mercês	72
	Estruturação das cartas	75, 77
	Controle de prelados	85, 98
	Atentado ao rei	91
	Amanuenses	93

	Morte	96
	Aulas régias	98
2. Sobre assuntos militares	Alistamento militar	56
	Militarização	7, 51, 62, 70
	Cadeia do Limoeiro	95
	Fortaleza da Bahia	51
	Táticas de guerra	51
	Defesa de território contra castelhanos	38, 51, 88
	Criação de fortalezas	46, 69
	Prisão de párocos	52
3. Sobre assuntos financeiros	Questões financeiras de ordem geral na capitania	41, 44, 47, 78, 80, 81, 82, 83, 99
	Descaminho de diamantes	95
	Proibição das minas de ouro	8, 61, 69, 84
	Devassa	95
	Baleias	41
	Pólvora	4, 54
	Fábrica de ferro	9, 28, 53, 66
	Animais e pássaros	10, 39, 74, 97
	Sal	18, 76
	Lavoura	20, 29, 59, 67
	Comércio	67
	Manufaturas	59
	Comércio inglês e escravos	27
	Chumbo	53
	Herança	79
	Fábrica de cartas de jogar	92

Quadro 7: Temas abordados nos documentos do *corpus*.

Além dos dados biográficos dos autores e do panorama histórico, o contexto representa-se pela tratativa desses temas nos documentos, abordados pela óptica dos autores intelectuais e representados pelo registro dos autores materiais.

Apesar de alinhados precipuamente a um dos três itens centrais, há desdobramentos desses temas que o ligam a outro tópico central. Por exemplo, quando se trata do “comércio inglês e dos escravos”, extrapola-se também a temática administrativa em direção à financeira. Por conseguinte, esse assunto teria de ser vinculado aos itens 1 e 3. Em casos como esse, optou-se por manter o subitem ao lado apenas da temática predominante no contexto do *corpus*, para se evitarem repetições. Sempre que necessário, os desdobramentos temáticos em suas filiações diversas serão desenvolvidos ao longo das análises.

PARTE II: Perspectiva Filológica

4 ASPECTOS DIPLOMÁTICOS

A diplomática já começa a ser entendida hoje como disciplina importante não só para os estudos arquivísticos, mas também como um dos instrumentos possíveis para complementar a abordagem historiográfica, de uma forma rica, relevante, instigante e bastante peculiar. (BELLOTTO, 2014, p. 390).

A concepção de que a Diplomática possa abranger a tradição e a estruturação dos atos escritos permite que se empregue essa ciência auxiliar da Filologia como base à classificação das espécies e tipos documentais do *corpus*, bem como ao estudo de sua gênese. Para tanto, adota-se a estrutura redacional de cada um dos cem manuscritos como objeto de análise.

Como essas correspondências representavam a forma exclusiva de comunicação entre o governo da capitania de São Paulo e a sede do governo português em Lisboa, todas as informações nelas veiculadas devem ser consideradas relevantes. A característica de maior relevância desse conjunto documental é o fato de ser “oficial”. De acordo com Martins (2007, p. 232), um documento é oficial quando emitido ou reconhecido por uma repartição pública. A partir desse conceito, todos os documentos do *corpus* são considerados oficiais, em detrimento do que se entende por “documento de função” (ou “semi-oficial”), como poderiam ser consideradas as cartas, escritas de modo oficial para cumprir uma função pessoal.

Além disso, são considerados “públicos” por serem gerados por personalidades públicas no cumprimento de suas funções, em contraposição aos privados, conforme a definição²⁰³ de Duranti (1998, p. 102). Em concordância com a autora, desconsideram-se termos intermediários entre públicos e privados. Mesmo em casos isolados, como quando um funcionário público copia documentos por finalidades privadas e os inclui no seu fundo, eles devem ser considerados públicos, por o autor intelectual ser público. Com isso, o documento teria sido criado devido à vontade de uma entidade pública e não do autor material²⁰⁴.

²⁰³ A autora afirma que um documento privado é “*created by a private person, or under his direction or in his name*” e um documento público oficial é “*created by a public person, or under his direction or in his name*”. Acrescenta ainda que “*from an archival point of view, documents are public when they are created or received by a public office*” (DURANTI, 1998, p. 102).

²⁰⁴ “*Within most juridical systems, the legal system expressly considers to be public as provenance and ownership the informational content of documents created within the public sphere*” (DURANTI, 1998, p. 102).

Por se tratar, então, de documentação oficial pública, chancelada pelas instituições responsáveis do período, seu conteúdo textual apresenta-se formatado em estruturas redacionais fixas e encaminhado pelos protocolos estabelecidos no período. Assim, diante da indissociabilidade da forma e do conteúdo dos documentos, este capítulo aborda primeiramente a importância da Diplomática quando se analisam correspondências oficiais. A seguir, trata do conceito de “espécie documental”, com que se classificam os manuscritos. E, a partir dessa classificação, apresenta uma análise mais detida das padronizações textuais contidas no *corpus*.

A Diplomática representa a mais antiga das ciências que estudam o documento. Desde o século XVII tem sido responsável por promover a crítica de textos de origem jurídica, governamental, ou notarial. Enquanto a Paleografia auxilia a ler todo tipo de documentos, a Diplomática ensina a interpretá-los a partir de seus caracteres intrínsecos “dir-se-ia que uma cuida do corpo, e a outra, da alma do texto” (BERWANGER et al, 2008, p. 35), em busca de aquilatar sua autenticidade. Essa tentativa de apurar a autenticidade e fidedignidade documental representava o princípio do estudo crítico da Diplomática. Segundo Bellotto (2014, p. 427), a autenticidade está associada à conservação fidedigna dos caracteres dos atos escritos. Consiste no fato de o documento manter suas características e sua confiabilidade primitivas no decorrer do tempo.

O perfeito estado de conservação dos manuscritos do *corpus* permite que se avalize sua autenticidade, afiançada pelas características materiais do suporte, instrumento e tinta empregados na escrita, conforme será detalhado no capítulo destinado à Codicologia. Além disso, a autenticidade documental pode ser comprovada pelo conteúdo textual, tanto pela ortografia coeva quanto pela caligrafia autógrafa dos governantes do período, como se explicará nas considerações paleográficas. Sendo assim, em acréscimo aos caracteres imanentes aos próprios manuscritos, esta pesquisa fundamenta-se na autenticidade de seu *corpus* graças às instituições de guarda desses testemunhos do passado. Essas instituições são Arquivos que extrapolam a função de meramente resguardar os documentos no combate ao processo de deterioração natural imposto pelo tempo, pois

resultam da actividade humana, sendo o Homem, enquanto actor social, o seu produtor por excelência. Assim, os arquivos reflectem os diversos estágios do desenvolvimento individual e colectivo, transformando-se em testemunhos, mas, a um tempo também, em prova e evidência dos papéis sociais desempenhados pelos indivíduos e pelas organizações (ROSA, 2012, p. 11).

Com base nessa visão, os Arquivos detêm a responsabilidade precípua de garantir a unidade dos complexos orgânicos que salvaguarda a fim de garantir a manutenção da individualidade de cada documento. Embora se destaque a tarefa de conservação documental no sentido de preservação e de oferta de reparos quando necessário, esses órgãos executam outras funções importantes. Atuam também como mantenedores da custódia, do processamento técnico e do acesso aos documentos que compõem o(s) fundo(s)²⁰⁵ de seu acervo. Enquanto “custodiadores”, os Arquivos detêm a “responsabilidade jurídica de guarda e proteção” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 62) documental. Ao manterem seus atos escritos como peças de um dado conjunto, sobre as quais se pode estudar a forma e o contexto de produção, essas instituições garantem a relevância do fundo. No entanto, reconhece-se que a conservação de alguns itens documentais pressuponha a exclusão de outros tantos, afinal o “ato de arquivamento é também um ato de amnésia e, por isso, possui uma implicação política, um poder de legitimação” BRITTO (2011, p. 22). Dessa maneira, a guarda arquivística legitima os itens de seu acervo tornando-os “documentos de arquivo” nas palavras de Bellotto (2014, p. 425), que representam a ação, a prova e o registro das atividades e funções institucionais. Sendo o *corpus* composto por documentos de arquivo, sua existência já revela a alta valia e corrobora o fato de “[a escrita] est[ar] demasiadamente comprometida com o poder e os poderosos, a serviço da máquina nos governos” (SANTOS, 2004, p. 13). Afinal, “nem todos os escritos foram destinados a se tornar arquivos cuja proteção os defenderia da imprevisibilidade da história” (CHARTIER, 2007, p. 9). Apresenta-se, a seguir, um breve descritivo dessas instituições de guarda.

4.1 Arquivos, legitimadores da documentação oficial

De acordo com Bertoletti (2007), os Arquivos tidos como históricos possuem em suas caixas, maços e códices um pouco dos modos de governar, de educar e de viver. Informações essas que ultrapassam o interesse dos pesquisadores por fazerem parte da vida das pessoas comuns. Diante da importância da guarda documental, pretende-se apresentar uma sucinta abordagem sobre as instituições responsáveis pela preservação dos documentos manuscritos estudados. Para isso, não se adentrará

²⁰⁵ O termo “fundo” faz referência a um “conjunto de documentos de uma mesma proveniência” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 97).

com mais profundidade na ciência da Arquivística²⁰⁶, embora dela se utilizem alguns termos.

As fontes documentais que possibilitaram a composição do *corpus* passivo²⁰⁷ desta pesquisa são o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e a Fundação Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro (BNRJ). Em ambas as instituições pôde-se trabalhar diretamente com os cartulários originais, conforme se retrata na descrição codicológica dos testemunhos passivos. Quanto às reproduções fac-similares apresentadas no anexo deste trabalho, deram-se a partir dos fólios originais apenas no APESP. Com autorização do setor de Consulta, os documentos retirados do Cartulário 170 foram digitalizados pelo próprio Arquivo e os do 169, fotografados. Já no acervo de manuscritos da BNRJ, reproduziu-se a imagem de cada fólio a partir da digitalização dos respectivos microfilmes. Assim se explica o fato de todos os fac-símiles do *corpus* passivo serem coloridos e apenas as imagens dos documentos 88B, 90A, e 91A serem reproduzidas em preto e branco, conforme a microfilmagem.

De maneira diversa, o conjunto de manuscritos que constitui a parcela ativa do *corpus* foi inicialmente pesquisado por meio da microfilmagem realizada pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco (PRBRB) e depois estudado em seus originais no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) em Lisboa. Por se encontrar reproduzida em meio digital a partir dos microfilmes, a documentação ativa apresenta seus fac-símiles em preto e branco. Excetuam-se os documentos 6, 12 e 23, reproduzidos diretamente dos originais, por seus microfilmes apresentarem defeitos.

O APESP é um dos maiores arquivos de documentação pública brasileira, com toda a documentação produzida na administração da capitania de São Paulo e na Vila de Santos desde 1720. O chamado “Arquivo Administrativo” compõe-se por documentos públicos produzidos pelas diversas Secretarias, Autarquias, Fundações e Fundos Cartoriais. Contando com mais de quatro séculos de história, esse fundo divide-se em “Agricultura e Imigração” (1812-1948), “Maços de População” (1765-1850), “Registros de Terras, Sesmarias e Tombamentos de Bens Rústicos” (1602-

²⁰⁶ A Arquivística ou Arquivologia, de acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 37), é a disciplina que estuda as funções do arquivo, os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos. Em desacordo, o *Dicionário de Terminologia Arquivística* (1996) distingue os dois termos, definindo que Arquivologia seria a disciplina que tem por objeto o conhecimento dos Arquivos, abrangendo a Arquivística que, por sua vez, restringir-se-ia aos princípios e técnicas observados na administração dos Arquivos.

²⁰⁷ O *corpus* divide-se em duas parcelas: a ativa é representada pelos documentos numerados entre 1 e 50; e a passiva, entre os de número 51 e 100.

1856), “Inventários e Testamentos” (1578-1801), “Ofícios Diversos” (1603-1913) e “DEOPS” (1924-1983). Além desses conjuntos, há diversidade de documentação governamental considerada “avulsa”, da qual fazem parte os cartulários empregados no *corpus* passivo.

O que hoje se chama “Fundo Morgado de Mateus” na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro é produto da negociação²⁰⁸ entre o *Arquivo da Casa de Mateus* (ACM) em 1958, quando o Engenheiro Francisco de Albuquerque²⁰⁹ vendeu uma parcela da documentação ao Professor Celso da Cunha, diretor da Biblioteca Nacional do Brasil no período. Destaca-se o intermediário dessa transação: o historiador Marcos Carneiro de Mendonça²¹⁰, especialista em estudos da segunda metade do século XVIII, responsável por justificar a importância de o fundo referente ao governo do Morgado de Mateus estar no Brasil. Esse fundo constitui atualmente uma das mais ricas coleções da Biblioteca Nacional, com cerca de dez mil documentos, sobretudo originais, além de cartas geográficas e roteiros. Tamanha diversidade pode ser comprovada pelo fato de os documentos do *corpus* não estarem contidos nos 2490 documentos catalogados por DAMASCENO (2000). Essa vasta documentação vendida permanece microfilmada na Casa de Mateus em Vila Real, guardada não mais no Arquivo, mas em um “Contador pequeno da sala do Tijolo, situado ao lado do Armário” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 23). A documentação conservada no Arquivo da Casa de Mateus conta atualmente com o “Sistema de Informação da Casa de Mateus” (SICM), mas foi instituído pelo próprio Morgado de Mateus, como

zeloso administrador de seus bens e do prestígio e grandeza de sua Casa, deu início à aplicação do princípio da ordem ou da ordenação dos documentos para um efectivo uso que pretendia mais conforme às suas necessidades e características pessoais (ALBUQUERQUE, 2005, p. 21).

O Arquivo da Casa de Mateus teve sua organização iniciada por D. Luís António, que mesmo à distância recomendava constantemente que não desorganizassem nem

²⁰⁸ Sobre essa transação, encontrou-se a seguinte menção: “O governo brasileiro adquiriu à Casa de Mateus e incorporou ao acervo da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil, no Rio de Janeiro, grande parte da documentação relativa a tal administrador” (BOSCHI, 2011, p. 236).

²⁰⁹ O herdeiro Dom Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque (n. 1909/09/16 - f. 1973/01/08), 6º Conde de Vila Real, 5º Conde Melo e 3º Conde Mangualde foi o último administrador da Casa de Mateus antes que se tornasse “Fundação”.

²¹⁰ Marcos Carneiro de Mendonça representou um dos maiores conhecedores das fontes primárias de história colonial brasileira. Foi autor de obras de referência sobre o período setecentista, como *O Marquês de Pombal e o Brasil* (1960); *Erário Régio* (1968); *Século XVIII – século pombalino no Brasil* (1988) e *Raízes da Formação Administrativa no Brasil* (1982) e *Aulas do Commercio* (1982), citado nesta tese.

permitissem que seus papéis fossem desorganizados. O Arquivo conserva ainda atualmente a memória de treze gerações consecutivas desde 1577²¹¹, conforme Rodrigues et al (2012, p. 597). Seu conjunto documental de ordem administrativa e contábilística é datado entre os os séculos XVI e XIX e se divide em 34 gavetas físicas identificadas. Cada uma delas é constituída por maços que contém documentos simples e compostos, numerados individualmente e são envolvidos por “pastas”, popularmente chamadas de “capilhas”. Nessas pastas há descrição dos títulos²¹² e referências às terras a que se reporta a documentação nelas contidas. Esse seria o critério em que se baseou o trabalho do Morgado de Mateus. Após seu período de governo, a documentação que levava consigo do Brasil foi arquivada como avulsa, alheia à administração da Casa de Mateus e, portanto, permaneceu fora das gavetas da Casa. Diversos documentos inéditos do Morgado de Mateus encontram-se arquivados em Vila Real²¹³, tais como os documentos que subsidiam o *corpus* central desta tese.

Como mencionado, a parcela ativa do *corpus* contou primeiramente com o *Projeto Resgate de Documentação Histórica Barão de Rio Branco*. Iniciada em 1995, essa iniciativa visava à reunião de registros documentais referentes à História do Brasil. Segundo Bellotto (2006, p. 281), tratou-se de um projeto arquivístico de cooperação internacional, que visou proporcionar aos pesquisadores a possibilidade de lerem à distância os documentos salvaguardados em microfilmes e CDs, depositados na BNRJ e em Arquivos e Universidades brasileiras. Conforme Dias et al (2011), esse projeto resultou de acordos diplomáticos gerenciados pela UNESCO desde 1959, com base na implementação de projetos e políticas na área do “Patrimônio Arquivístico Comum”, a fim de permitir o acesso às memórias históricas comuns entre os povos. Os resultados do PRBRB são 297 CDs que contêm 2748 rolos de microfilmes, com cerca de 195 mil documentos tratados. De acordo com

²¹¹ A primeira organização do cartório da Casa de Mateus teria sido feito pelo sucessor indireto, Matias Álvares Mourão, o “Morgado da Prata”, de acordo com Rodrigues et al (2012, p. 620). Teria sido a necessidade de inventariar todas as propriedades imobiliárias o que determinou o critério geográfico da estrutura classificatória ainda bastante decisiva na estrutura do Arquivo da Casa de Mateus.

²¹² O termo “título” ultrapassa o conceito atual de “identificação” e evoca o conceito jurídico do século XVIII, que revela posse ou prova, revestido de uma dimensão jurídica capaz de fazer valer os efeitos legais de herança, propriedade, conforme Rodrigues et al (2012, p. 608).

²¹³ Agradecimentos especiais aos Senhores Condes de Mangualde, D. Fernando e D. Maria Amélia, que gentilmente autorizaram a pesquisa na Casa e, sobretudo, ao Arquivista Dr. Abel Rodrigues, que facilitou o acesso à documentação do Arquivo da Casa de Mateus.

Bertoletti²¹⁴ (2007), os verbetes criados contêm o resumo do documento, a data, o autor, o destinatário e a menção de seus anexos.

Esses documentos foram divididos de acordo com a localização a que dizem respeito. Em relação ao Brasil, seguiram a seguinte classificação: Brasil-Geral, Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Sacramento, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio Negro, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e São Paulo Mendes Gouveia (MG).

Em relação à capitania de São Paulo, produziram-se dois catálogos (ARRUDA, 2000 e 2002). O Catálogo 1 conta com 1383 verbetes que compreendem a cronologia de 1644 a 1830 em suas 318 páginas. Já o Catálogo II trata do período de 1618 a 1823 com 804 páginas que apresentam 5113 verbetes. Quando se estudam os dois catálogos, pode-se ter a impressão de conterem diferentes universos documentais. Na realidade, segundo o Dr. José Sintra Martinheira²¹⁵, os dois catálogos são complementares. O que ocorreu com as capitanias de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia foi uma catalogação prévia, usada pelo PRBRB, que se serviu do que já fora catalogado antes e criou novos verbetes aos documentos que faltavam. No caso de São Paulo, essa catalogação prévia fora feita entre os anos de 1956 e 1959 por Alfredo Mendes Gouveia, funcionário do AHU. Esse pesquisador inventariou e criou verbetes aos 5113 manuscritos avulsos contidos em 66 caixas referentes à capitania de São Paulo. Anos mais tarde, a equipe do PRBRB encontrou novos documentos a serem agregados à catalogação anterior. Para manter o rigor da pesquisa, optou-se pela composição de um catálogo complementar, publicado como Catálogo 1 por Arruda (2000). A reedição do de Mendes Gouveia, já publicado na década de 50, deu-se pela coordenação de Arruda (2002), representando o Catálogo 2.

Os documentos disponibilizados pelo PRBRB são oriundos do *Arquivo Histórico Ultramarino*. O AHU, por sua vez, foi criado em 1931 para reunir os atos escritos da administração ultramarina portuguesa desde o século XVII até 1975. Localizado atualmente no antigo Palácio dos Condes da Ega, em Lisboa, conta com cerca de

²¹⁴ Esther Caldas Bertoletti foi coordenadora técnica do PRBRB no Brasil. O artigo de que foi retirada sua citação pode ser lido em <<http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716>>. Acesso em 24 de março de 2015. Martinheira (2000, p. 19), define os resultados do PRBRB como uma resposta à solicitação da coordenadora técnica, Dra. Esther Caldas Bertoletti, de elaboração de um catálogo dos códices do fundo do Conselho Ultramarino, importantes para a história do Brasil colonial existentes no AHU.

²¹⁵ Agradecimentos ao Dr. José Sintra Martinheira, Arquivista do AHU, por sua disponibilidade em receber-me e por suas valiosas orientações.

duas mil caixas de documentos avulsos, mais de oitocentos e trinta códices além das coleções de iconografia e cartografia, com grande diversidade temática.

Durante o período dessa pesquisa, consultaram-se outras fontes documentais referentes ao período histórico da administração de Botelho Mourão na capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. Dentre as instituições consultadas, destacam em Portugal o *Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (ANTT), um dos maiores repositório de fundos manuscritos sobre a História do Brasil, como confirma Boschi (2004, p. 03) e a Seção de Reservados da Biblioteca Nacional, além do já mencionado Arquivo da Casa de Mateus. Em São Paulo, evidencia-se a Coleção Ian de Almeida Prado do Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB).

A tradição e o prestígio desses Arquivos conferem ao *corpus* a legitimação de autênticos “documentos de arquivo”, capazes de provarem a existência das ações administrativas executadas na segunda metade do século XVIII. Retomando-se, assim, a ideia de que a seleção dos manuscritos pressupõe a necessária exclusão de outros, o *corpus* representa um demonstrativo de documentação relevante ao período. Afinal, sobre um ato escrito selecionado para pertencer a um acervo pode-se inferir que tenha nascido como prova e permaneça como informação/testemunho, de acordo com Bellotto (2014, p. 430). Após o seu período de circulação, de que se tratará adiante, esses testemunhos servem hoje como comprovação de seu trâmite oficial no dado momento histórico.

O caráter oficial desses testemunhos deve-se ao fato de terem sido emanados do poder público setecentista, com a função coeva de divulgarem e comprovarem fatos de ordem jurídica e administrativa, conforme define o verbete “documento oficial” do Arquivo Nacional (2005, p. 77). Essa documentação era redigida no registro da Língua Portuguesa padrão vigente²¹⁶ e com o emprego da linguagem de natureza jurídico-administrativa em voga. Como veículo lídimo de comunicação entre as autoridades na gestão administrativa da capitania de São Paulo, o *corpus* retrata o caráter oficial e a decorrente formalidade dos atos e fatos dessa gestão.

Por pertencerem à “tradição formulaica” (BARBOSA, 2008, p. 184) das chancelarias oficiais setecentistas, os documentos do *corpus* podem ser considerados mantenedores da estabilidade das fórmulas e estruturas e, portanto, não passíveis de conterem marcas de avaliatividade que apontem traços intersubjetivos. Como se

²¹⁶ Os documentos do *corpus* pertencem ao período denominado de “Português Moderno”, conforme Carneira (2006, p. 286).

aborda com mais detalhes nas análises, não se intenciona recuperar a personalidade ou caracteres de ordem pessoal dos autores por meio dessas marcas. Busca-se, de maneira mais concreta, a intersubjetividade enquanto demonstrativo das relações estabelecidas entre homens dentro de suas funções públicas.

Assim, tendo em vista essa constituição oficial inerente às correspondências públicas, pretende-se demonstrar nesta tese a possibilidade de encontrarem-se marcas (inter)subjetivas que extrapolem essa superfície do meramente formulaico nas correspondências oficiais. Tais registros linguísticos demonstram que o esperado discurso formulaico do período setecentista pode conter “outras mensagens simbólicas muito importantes [...] [enquanto] instrumento de constância [...] de atos e fatos de gestão administrativa, com todas as mensagens paralelas e necessárias da comunicação do poder” (BELLOTTO, 2014, p. 430). Como hipótese inicial desta tese, inferiu-se, pois, a existência de elementos linguísticos de cunho avaliativo contidos no discurso, capazes de apontar a (inter)subjetividade e aspectos da ideologia no texto. Nesse viés, intenciona servir-se desses elementos como condutores a análises mais aprofundadas, que ultrapassem a superfície do meramente oficial evidenciado pela estruturação do discurso estudado.

4.2 Espécies e gênese documentais

Mencionou-se que a metodologia de análise diplomática no passado considerava o documento enquanto entidade única e nem sempre vinculada ao conjunto de que fazia parte. Estudava-se, dessa maneira, somente a estrutura formal de cada documento. Na atualidade, a chamada “Diplomática contemporânea” associa à busca da autenticidade documental outros propósitos mais abrangentes. Em acréscimo às propostas iniciais, os estudos diplomáticos atuais consideram todos os desdobramentos da gênese e do conjunto orgânico de um dado documento ao trabalhar sua classificação de espécie e tipologia.

Entende-se como “gênese” o processo de criação do documento emanado do poder público. Carucci (1994, p. 63) define como a fase em que os caracteres formais do documento são evidenciados por serem os identificadores de cada documento singular em relação funcional com os outros que fazem parte da tramitação de determinado processo decisório. Esse processo conta com a passagem de um ato administrativo para a forma de registro escrito. Seria, na explicação didática de Bellotto (2014, p. 430), o “nascimento documental” com a união entre a *actio* (ação,

fato, ato a ser documentado) e a *conscriptio* (redação do documento enquanto codificação da *actio* para um suporte semântica e juridicamente válido). Além de registrar uma ação, pode conduzir a outras ações.

De maneira genérica, pode-se afirmar que cada documento do *corpus* tenha tido uma gênese particular, uma vez que trata de ações específicas, desde a iniciativa de sua produção, a deliberação e a escolha da espécie documental mais adequada ao que se pretende, até a produção textual, de acordo com o grau de formalidade e com a estruturação prevista nos modelos burocráticos, como apresentam as análises. Por outro lado, examinando-se os três elementos responsáveis pela gênese documental: o *fato*, a *forma de redação* e a *natureza jurídica do ato* encontram-se padrões que permeiam todo o *corpus*. Os fatos políticos (e por vezes até mesmo de ordem cotidiana privada) que deram vida aos manuscritos são diversos e podem retratá-los como singulares. A diversidade torna-se menor quando se observam os padrões redacionais de que se servem os escribas para veicular a *actio* proposta pelos autores intelectuais, conforme se observa a seguir. A padronização documental amplia-se quando se trata do critério genético da natureza jurídica. Sob esse viés, o *corpus* pode ser considerado um conjunto quase homogêneo por todos os seus itens fazerem parte de um mesmo itinerário (*iter*²¹⁷) burocrático. Via de regra, a tramitação documental iniciava-se na Secretaria do governo da capitania de São Paulo e seguia aos Secretários da Marinha e Ultramar, ao Secretário de Estado no Reino até mesmo ao próprio Rei, em busca de validação de um dado processo decisório. Por meio também de navios, o mesmo processo embora na sequência inversa, dava-se de Lisboa ao Brasil no caso dos passivos. Tal itinerário pode ser melhor representado, de acordo com Rodrigues (2007, p. 246), da seguinte forma:

²¹⁷ Conforme Bellotto (2014, p. 430).

Figura 44: Organograma do itinerário burocrático das correspondências.

A classificação da correspondência quanto a sua “direção” na circulação das correspondências em “ascendentes” e “descendentes” representa o eixo comparativo central desta tese. Entende-se que a “circulação dos papéis será descendente quando se trate dos que descem do rei e das autoridades superiores. Os documentos ascendentes são os que sobem dos súditos às instâncias superiores.” (BELLOTTO, 2014, p. 373). Trata-se de um desdobramento da gênese documental “enquanto manifestação de vontade inicial” (BELLOTTO, 2014, p. 398) dos autores como representantes de funções governamentais definidas. A esquematização das “idas e vindas” da documentação referente à administração colonial foi preconizada por Vicenta Cortés apud Bellotto (2014, p. 390), que primeiro os diferenciou entre ascendentes, enviados das colônias para a Coroa Portuguesa e descendentes, que faziam o processo inverso, partindo da Coroa para os súditos.

Para poder seguir os passos da tramitação documental convém imaginar a sociedade que produz os documentos como uma pirâmide em cujo ápice está o rei, seguindo-se as autoridades metropolitanas ou centrais, seguidas das autoridades locais, depois das autoridades menores, e, em último lugar, dos súditos. Essa mesma estrutura, a das metrópoles ibéricas, pode ser trasladada para a América, com as autoridades delegadas, vice-reis, governadores, câmaras municipais etc. É o que se dá, precisamente, com o caso luso-brasileiro dos documentos acumulados pelo Conselho Ultramarino. (BELLOTTO, 2014, p. 372).

Empregada como critério de divisão do *corpus*, a classificação entre ascendentes e descendentes adota o aspecto político, tomando como ponto de referência a sede do governo como superior a todos os funcionários, tidos como súditos no período. Assim, a correspondência que circulava entre os detentores de cargos políticos similares era chamada de “horizontal”.

Além do aspecto político, os conceitos de ascendência e descendência contemplam o posicionamento geográfico do Brasil em relação Portugal, com o que “subia” para o Reino e o que “descia” à capitania de São Paulo. Em última instância, e por que não dizer, essa direção documental retrata, na mesma direção apontada por Bellotto (2014, p. 398), a decorrente condição social da colônia em relação à metrópole, desdobramento das relações entre os subordinados locais e seus superiores na Europa.

Outra nomenclatura aqui empregada adota o Morgado de Mateus enquanto Governador e Capitão-General como a personagem histórica precípua desta tese e, portanto, chama de “ativa” a documentação ascendente, por ele produzida, e de “passiva” a descendente, por ele recebida de autoridades hierarquicamente superiores ao seu cargo, a partir de Bellotto (2014, p. 398). As duas terminologias (ascendentes/descendentes e ativos/passivos) são usadas ao longo deste trabalho para nomear cada uma das metades do *corpus*. Dessa maneira, o *corpus* contém 50 documentos ativos, numerados de 1 a 50 e, do número 51 em diante, a mesma quantidade de passivos. Reitera-se que essa divisão balizará grande parte das considerações tecidas a partir de agora.

Além de construir eixos às categorizações documentais, como se vem apresentando, a Diplomática oferece instrumental para reconhecerem-se as qualidades de que são eivados os documentos. Tais qualidades ultrapassam o interesse de cunho apenas arquivístico ao permitirem a abordagem de aspectos relevantes à compreensão dos documentos em sua integralidade. Por isso, são apresentadas a seguir, de acordo com Bellotto (2014, p. 432; 2012, p. 23).

O chamado “princípio da proveniência” representa a primeira dessas qualidades e determina a fonte em que se materializou a escrita, o seu “produtor”. Sobre o autor e a função que exerce dentro da burocracia vigente, tratar-se-á adiante. Esse critério diplomático considera que “produtor” documental não seja notadamente o autor, mas a instituição responsável pela geração desses atos escritos, como as Secretarias e os

Conselhos, responsáveis pela gênese documental. As marcas das Secretarias em que eram produzidos os documentos conferem

o valor das suas características para a história, mais do que para os definir rigorosamente sob o ponto de vista da 'diplomática'. É necessário acrescentar que não basta saber as fórmulas e os dizeres habituais para poder interpretar os documentos da diplomacia. Há outros elementos que importa conhecer para julgar com acerto as questões diplomáticas, que no campo da prática, quer no dos estudos históricos. Referimo-nos às tradições das chancelarias. As chancelarias têm a sua feição como os indivíduos, as suas tradições, como as famílias. (SAMPAIO, 1984, p. 192)

Sendo a ideia de autoria documental atrelada ao conceito de Secretaria, onde se produziam os documentos, o princípio da proveniência tem grande valia a este trabalho por legitimar os documentos do *corpus* como testemunhos genuínos do período estudado.

Outra qualidade consiste no “princípio da unicidade”, que se refere à exclusividade documental em relação a seu contexto de origem. Não se trata da não existência de cópias, mas do caráter único em termos diplomáticos. Ou seja, da genuinidade da produção de um documento, tendo em vista a impossibilidade de reproduzirem-se as mesmas circunstâncias contextuais. A unicidade justifica a análise de qualquer das vias de um testemunho original, ou até mesmo de uma cópia, haja vista suas diferentes funções em termos diplomáticos no contexto de sua tramitação.

Pelo “princípio da inter-relação”, ou “organicidade”, depreendem-se as relações hierárquicas vigentes nas ações que conduziram à gênese documental. Essas questões externas gerenciaram a produção do testemunho escrito e, conseqüentemente, tornaram-se marcas internas e inerentes ao documento. Ressalta-se essa qualidade como de grande valia a esta tese por conduzir à intersubjetividade que se pretende depreender.

A última qualidade é o “princípio da indivisibilidade”, que considera a importância da manutenção integrada de um conjunto documental em relação a seu meio genético para a conservação dos dados e da comunicação. Deriva desse princípio a adoção de documentos pertencentes a fundos arquivísticos legitimados para serem considerados autênticos exemplares da correspondência oficial.

Servindo-se desse viés de integração, os documentos oficiais públicos podem ser considerados “diplomas” quando criam fé pública²¹⁸ e não apenas informam sobre

²¹⁸ Entende-se “fé pública”, de acordo com Bellotto (2002, p. 13), como a legitimação atribuída aos documentos oficiais por serem emanados de autoridades supremas (delegadas ou legitimadoras) e submetidos à sistemática imposta pelo Direito vigente. É a fé pública “que lhes garante a legitimidade

um ato. Ou seja, são diplomáticos aqueles que comprovam um ato administrativo ou fazem com que esse ato se efetive. Em detrimento dos “atos jurídicos”, que lidam com direitos, no *corpus* destacam-se os “atos administrativos”, uma vez que a voz de todos os testemunhos manifesta os desígnios da administração pública.

Em oposição, aos diplomas, os documentos não-diplomáticos abordam um ato público, mas não têm como finalidade ser o instrumento da imposição de obrigações. Não representam instrumentos de controle por meio dos quais se confirma ou faz executar um ato governamental. O *corpus* contém um total de 84% de testemunhos não-diplomáticos, como se detalhará e justificará oportunamente.

Pelo abalizamento das considerações prévias, este capítulo visa precipuamente a analisar os modelos redacionais que enformam o texto contido no *corpus* em seu suporte material. Via de regra, a forma de apresentação do discurso diplomático contempla três partes: o protocolo inicial, a substância textual e o protocolo final, de acordo com Bellotto (2002, p. 39). A diagramação, enquanto construção material do texto a partir do uso de fórmulas diplomáticas obrigatórias, define o que se chama de “espécie documental”.

Apesar de a proposta central desta pesquisa firmar-se na análise do conteúdo textual, a materialidade que estrutura e dá suporte à informação será também abordada por sua grande importância à interpretação global de um documento. Por meio dessa estrutura, podem depreender-se a gênese, a função e o uso de um ato escrito. Assim, focando-se na estrutura documental, reconhece-se a configuração que assume um texto de acordo com o sistema de signos utilizado na comunicação por seus executores para registrar o conteúdo da mensagem, como conceitua Bellotto (2002, p. 25). Essa configuração textual modelar é normalmente chamada de “gênero”. Detentor de inúmeras implicações teóricas, o termo “gênero” refere-se a textos materializados que apresentam características sócio comunicativas definidas por seus conteúdos, estilo e forma de composição. O gênero seria um formato estável de enunciado passível de constantes atualizações e, conseqüentemente, representaria algo “tão variado como as próprias esferas da atividade humana” (BAKTHIN, 2003, p. 280). Decorrente de inesgotabilidade das relações e atividades humanas, pode-se dizer que os gêneros seriam um elenco aberto. Há, por exemplo,

de disposição e a obrigatoriedade de imposição e utilização no meio sociopolítico regido por aquele mesmo Direito” (BELLOTTO, 2014, p. 364).

segundo Marcuschi (2003, p. 29) estudos de linguistas alemães que comprovam a existência de cerca de 4000 gêneros.

Em decorrência da ampla abrangência do conceito de “gênero”, optou-se por empregar o termo de “espécie”²¹⁹ para se referir às categorizações dos documentos contidos no *corpus*. O conceito de “espécie documental”²²⁰, estabelecido por Bellotto (2002, p. 45), refere-se à configuração assumida por um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. A escolha do termo deve-se sobretudo à indissociabilidade entre os parâmetros redacionais e a composição do discurso a ser analisada. Esse conceito de espécie documental diplomática, ainda de acordo com Bellotto (2002, p. 27), está atrelado a uma denominação ligada à sua estrutura semântica fixa de redação. Tal estrutura está baseada em fórmulas²²¹ convencionadas por padrões notariais ou administrativos do sistema burocrático vigente na concepção genética.

Assim estabelecido o conceito, apresentam-se as quatro espécies documentais que compõem o *corpus*. As duas principais são ofícios e cartas; as duas secundárias, avisos e cartas régias. Elencadas na sequência de quantidade, predominam os ofícios, com 72 testemunhos. Seguem-se as cartas, com 15 ocorrências. Na documentação passiva, apresenta-se a espécie documental dos avisos em 9 casos e a das cartas régias, 6 vezes.

Das quatro espécies contidas no *corpus*, apenas as *cartas régias* e os *avisos* são documentos *diplomáticos*, ou seja, visam de fato à realização de um ato governamental, criando fé pública. Optou-se pela predominância dos ofícios e cartas, enquanto espécies não-diplomáticas, por fazerem parte da sistemática administrativa

²¹⁹ Trata-se de um conceito empregado nos estudos diplomáticos, em detrimento do conceito “gênero”, seguido a partir dos pressupostos do círculo de Bakhtin e comumente usado em trabalhos de análise discursiva. O conceito de “gênero” parte do princípio de que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem. Compreende-se perfeitamente que o caráter e as formas desse uso sejam tão multiformes quanto os campos da atividade humana, o que, é claro, não contradiz a unidade nacional de uma língua. O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana.” (BAKHTIN, 2003, p. 261). A premissa bakhtiniana de que a variedade dos gêneros do discurso é infinita por estar atrelada à inesgotabilidade das potencialidades humanas conduziu à catalogação de cerca de 4000 gêneros, de acordo com Marcuschi (2003, p. 29). Tanta variedade deve-se ao fato de os gêneros representarem “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa.” (MARCUSCHI, 2002, p. 92).

²²⁰ De acordo com Bellotto (2002, p. 27), “espécie documental” é a configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas.

²²¹ A espécie documental representa “o objeto da Diplomática” (BELLOTTO, 2014, p. 365), como o molde “que obedece a fórmulas convencionadas, em geral estabelecidas pelo Direito administrativo ou notarial” (BELLOTTO, 2002, p. 27).

do mesmo modo que os diplomas, mas com possibilidade de existência do chamado “texto livre”, menos atrelado às formulações burocráticas das fórmulas diplomáticas.

Embora os documentos não-diplomáticos não sejam condicionados a uma estrutura fixa de redação obrigatória, em oposição ao “texto livre”, permitem uma leitura diplomática por contarem com regularidades estruturais, tais como a saudação e o fecho, além de sua gênese derivar da motivação da evidente necessidade de comunicação dos governos ultramarinos e sua sede na Europa.

Considerou-se a possibilidade de se analisarem apenas documentos não-diplomáticos, com “redação mais ou menos padronizada” (BELLOTTO, 2002, p. 77), como as cartas e os ofícios, mas isso excluiria os registros de autoria intelectual do Rei, próprios das cartas régias. Ao incluírem-se as cartas régias, optou-se por reforçar a exemplificação espécies documentais diplomáticas. Por isso, selecionaram-se também representantes da espécie documental dos “avisos”.

A predominância dos ofícios no *corpus* deve-se ao fato de essa espécie ser a mais apropriada da sistemática administrativa à veiculação de formulações discursivas livres²²². Além disso, sua produção padronizada e em caráter oficial excedia as demais correspondências por ser a espécie responsável pelo intercâmbio de informações entre as diversas hierarquias de autoridades, bem como entre essas autoridades e os seus subalternos. Representava “uma tipologia muito frequente, porque através dela se faz a correspondência dos assuntos correntes da administração entre autoridades, excepto o soberano” (MARTINHEIRA, 2000, p. 64).

Por vezes chamada de “familiar”, a carta é uma espécie documental não-diplomática, por meio da qual se corresponderiam os amigos e parentes, na esfera do privado. No entanto, a mesma denominação pode abranger também as correspondências de cortesia sobre assuntos de cunho mais pessoal, trocadas entre membros do “alto escalão da administração pública em comunicações sociais decorrentes de cargo e função públicos.” (BELLOTTO, 2002, p. 51). Ressalta-se que o termo “carta” funcionava como o termo genérico para designar as correspondências. Conforme Conceição (2013, p. 144), no período as correspondências eram divididas entre as “cartas de amizade” e as “cartas de ofício”. O mesmo tipo de definição verifica-se no *corpus*, em que se mencionam ‘aCarta familiar²²³’ (55, 1) e ‘as Cartas

²²² Em oposição à linguagem formulaica diplomática, com padrões linguísticos estáveis e pré-determinados.

²²³ Embora o termo “Carta familiar” tenha sido usado na redação dos verbetes dos documentos 3 e 6 (ARRUDA, 2002, p. 353, 355) por ser um termo do período setecentista, optou-se por usar apenas

deOfficio' (55, 8). Entende-se que os ofícios podem ser emitidos por (e para) todas as autoridades abaixo do Rei. Pode-se dizer que *corpus* contenha as duas vertentes da correspondência oficial pública: as de ordem mais pessoal, representada pelas cartas, e a de cunho verdadeiramente político, os ofícios. Muitas cartas com propósitos notadamente particulares foram produzidas pelos Secretários no âmbito de suas funções oficiais. Afinal, de acordo com Sampaio (1984, p. 191),

A utilidade das cartas particulares é permitir uma percepção mais nítida do escopo e intuítos da instrução oficial, e transmitir ideias em matéria de informação sem estar sujeito às fórmulas da correspondência oficial e à publicidade que muitas vezes a espera. [...] Apesar de não haver para os diplomatas dos séculos passados as mesmas razões de se esquivarem a escrever em ofício tudo o que tinham de dizer, muitos deles serviram-se do meio das cartas particulares ou 'familiares' para comunicarem com os Secretários de Estado. Algumas vezes serviam estas cartas para referir assuntos de segredo; de outras para o diplomata se exprimir com liberdade, insólita em ofícios destinados, como muitos eram, a subirem à presença do Soberano.

Apesar de ser esperado de um Secretário “entender, que materia se trata: se publica, ou se particular” (FREIRE, 1746²²⁴). O formato similar e as fórmulas também usadas em outras espécies faz com que seja necessário atentar ao conteúdo textual. Segundo Martins (2007, p. 190), as dimensões da redação dessa espécie na esfera do oficial e público eram menores que os ofícios. Além disso, há um detalhe de ordem codicológica: costumavam ser dobradas de forma diferenciada, fechadas com uma dobra em bico.

Os avisos são tipos de ofícios à medida que igualmente servem de veículo comunicacional entre as diferentes esferas de governantes. Também chamados de “ofício dos secretários”, os avisos são considerados diplomáticos por terem sido empregados na administração colonial para que os Secretários de Estado transmitissem ordens régias em nome do soberano a qualquer magistrado a eles subordinado. Ressalta-se que nos avisos eram baseados na tradição administrativa para demonstrar uma ordem do Rei, ao passo que os ofícios partem dos próprios autores intelectuais (ministro, secretários ou o governador) embora normalmente também informem sobre os desígnios reais. Apesar de sua estrutura diplomática, os avisos não contêm “exposição”, na qual são apresentadas as causas do ato de que

“Carta” por não ser apresentada a espécie documental “Carta familiar” nos manuais de termos diplomáticos consultados (ARRUDA, 2000; BELLOTTO, 2002; MARTINHEIRA, 2000).

²²⁴ Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrução Preliminar” do Manual *O Secretário Portuguez*.

deriva, nem “precação”, em que se reitera a legalidade por meio de assinaturas de testemunhas e de sinais de validação.

Os avisos eram muito comuns na administração portuguesa, conforme Martins (2007, p. 174). Eram emitidos em nome do monarca pelos secretários de Estado para qualquer funcionários, organismo ou entidade privada, a fim de ordenar a execução de ordens régias. Por seu caráter de transmitir ordenações em nome do monarca, constam apenas na parcela passiva do *corpus*. A exemplo dos demais documentos dessa parcela, os avisos foram assim classificados para este trabalho. Por sua semelhança à espécie documental dos ofícios, os avisos foram distintos por transmitirem diretamente uma ordem em nome do Rei. Para que um texto seja considerado “aviso”, essa ordenação tem de ser dada por meio da fórmula diplomática explícita “Ordenando (ou Ordena) Sua Magestade” após o sinal de dois pontos (:) como marca de divisão do texto. As correspondências com propostas mais genéricas do que ordenações pontuais, tais como a transmissão de informações ou a retomada de correspondências anteriores, são classificadas como “ofícios”. Além do critério de transmissão de ordenações, os “avisos” do *corpus* são necessariamente da autoria intelectual dos Secretários, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro. Embora Secretário do Reino, convencionou-se chamar “ofício” toda a correspondência emitida pelo Conde de Oeiras, mesmo quando em nome do Rei.

Do mesmo modo que os avisos, emanados de uma autoridade superior, as cartas régias têm sempre a direção descendente. As cartas régias são os documentos emitidos pelo próprio monarca, redigidos por um funcionário e com a assinatura atribuída ao punho do “Rei”. Trata-se de uma ordem real, oriunda da mais alta esfera do governo, dirigida a uma determinada autoridade subordinada ou a um vassalo sem função oficial. Sua estrutura redacional inicia-se pelo nome do destinatário, enquanto vocativo da ordem. É expedida exclusivamente pelo soberano e por ele firmada com a fórmula “Rei”. Essa subscrição nunca permite a menção do nome do monarca, o que o diferencia como único, em oposição a todos os demais autores que precisam subscrever-se por meio de um dado título ou do nome de batismo completo ou abreviado.

De maneira geral, pode-se dizer que as espécies documentais selecionadas para o *corpus* são principalmente duas, a dos ofícios e a das cartas. Assim, os avisos seriam um tipo de ofício, mais formalizado e diplomático; enquanto as cartas régias seriam a instância de oficialidade máxima na vertente diplomática da espécie “carta”.

Nessa espécie mais geral das cartas, as dirigidas diretamente ao Rei eram diferenciadas. De acordo com Martins (2007, p. 159), as cartas enviadas ao soberano contavam com a forma de tratamento “Senhor”, escrita acima, à direita. Exemplo disso é o documento 30, em que há o espaço de três linhas entre o vocativo e o texto, mais três linhas à margem esquerda e mais três antecedendo o texto do segundo fólio com a minuta ou borrão da expedição do Conselho. A carta 30 representa o único exemplar do *corpus* que pode ser considerado um “documento composto”, em que consta ao lado o despacho:

Figura 45: Carta enviada diretamente ao Rei²²⁵.

As anotações feitas à margem esquerda no fólio 1r e acima da mancha no 1v são datadas dos meses de agosto, setembro de novembro de 1769, posteriormente à data de produção (março de 1769). As notas contidas nas margens representam, pois, a prática comum de grafarem-se os borrões dos despachos emitidos pelas Secretarias. A transcrição dessas notas encontra-se junto do texto desse documento, a partir da página 172.

Conforme os manuais de Bellotto (2002, pp. 45-90) e Martinheira (2000, pp. 8-17), as imagens das espécies documentais reproduzidas abaixo exemplificam as

²²⁵ Os dois fólhos do documento 30. O fólio 1r vem à esquerda e 1v à direita do leitor.

estruturas redacionais que acabam por formatar um “desenho” construído pelos traçados manuscritos no fôlio:

Espécie documental	Documento do corpus	Reprodução fac-similar
Ofício	33
Carta	36

<p>Carta Régia</p>	<p>86</p>
<p>Aviso</p>	<p>97</p>

Quadro 8: Modelos das espécies documentais contidas no *corpus*.

Após os exemplos das estruturas redacionais, citam-se as cartas régias como as espécies documentais diplomáticas do *corpus*, em que as partes diplomáticas são necessariamente demarcadas no texto. Demonstra-se, a seguir, a divisão das partes diplomáticas do documento 56.

No protocolo inicial, a direção ou endereçamento (*inscriptio*), nomeia o Morgado de Mateus, a quem o ato se dirige: “Dom Luis Antonio de Souza Botelho Mouraõ, Governador, e | Capitão General da Capitania de São Paulo, Amigo:” (56, 1). Segue-se a titulação (*intitulatio*): “EU EIREY” (56, 2) e advém a saudação (*salutatio*): “vos invio muito saudar.” (56, 3) com que se encerra o protocolo inicial.

Sobrevém o texto, com “todos os seus elementos comandados pela natureza jurídica do ato e por seu objetivo” (BELLOTTO, 2002, p. 39). Nesta parte há o preâmbulo (*prologus* ou *exordium*) “Sendo informado da irregularidade, e falta | de disciplina, à que se acham reduzidas as Tropas Auxiliares dessa | Capitanía” (56, 3), em que se justifica a criação do ato.

A notificação (*notificatio* ou *promulgatio*) “E attendendo à que pellas, sendo reguladas, e disciplina- | das como devem ser, consiste huma da principaes forças, que tem a | mesma Capitanía para se defender:” (56, 5).

O dispositivo consiste na substância do ato ao determinar o que se espera do receptor: “Sou servido ordenar-vos, que logo | que receberes esta, mandeis alistar todos os moradores das Terras da vossa | lurisdicção” (56, 7).

No protocolo final, há a solicitação do registro: “Registando-se esta nos Livros da Secretaria des- | se Governo, eos exemplares della nos Livros das respectivas Cama= | ras.” (56, 49), seguida da data tópica “Escripta no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda” (56, 51) é seguida da data cronológica “a vinte douz | de Março de mil sette centos <sesenta> e seis.” (56, 51) e da subscrição “Rey” (56, 53). À margem inferior esquerda, retoma-se o destinatário “Para Dom Luis Antonio de | Souza Botelho Mouraõ” (56, 54).

Verifica-se que as partes diplomáticas foram muito bem demarcadas neste documento, inclusive graficamente pelos dois pontos (:) entre o protocolo inicial e o texto e depois entre a notificação e o dispositivo. Essa marcação gráfica ocorre também entre o texto e o protocolo final, com a notificação de dever ser registrada nos livros da Secretaria de São Paulo. Apesar da diagramação estruturada das partes, observam-se atualizações da esfera discursiva passíveis de análise.

Genericamente chamadas de “cartas” no período, as espécies diplomáticas dos ofícios e cartas contavam com estrutura similar, prevista pelos manuais do período: “todas as cartas (reservando as de narração, e descripção) se dividem em quatro periodos. No primeiro se narra o facto; no segundo se roga a que se agradeça, ou respectivamente se dão os agradecimentos; no terceiro se offerece o prestimo; e no quarto se desejaõ felicidades.” (FREIRE, 1746²²⁶). Essa organização pode ser observada nas correspondências do *corpus*, embora, por vezes, a divisão seja feita dentro de um único parágrafo.

²²⁶ Informações contidas nas páginas não numeradas, destinadas à “Instrucção Preliminar” do Manual *O Secretario Portuguez*.

Assim, em todas as correspondências ativas, o formato é o mesmo: o protocolo inicial e final contém o vocativo “Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor” e a mesma expressão repete-se no protocolo final antecedendo a retomada do nome do destinatário. Os fatores que distinguem as cartas dos ofícios é o assunto abordado, mais pessoal nas cartas e outros dois fatores estruturais: uma fórmula no fecho e uma numeração indicativa de ordem. No fecho das correspondências, a fórmula “Deus guarde” é encontrada em todos os documentos ativos.

Todas as cartas ativas contam com o acréscimo da fórmula “Menor Criado” antes da assinatura do autor. A única exceção a essa regra ocorre no documento 30, em que o destinatário é o próprio Rei Dom José. É certo que o trâmite faria com que a correspondência passasse por outras mãos até chegar às do Rei. Ainda assim, a abordagem é mais direta, em detrimento das fórmulas convencionadas aos Secretários. Muda-se o formato, ao se usar apenas “Senhor” como vocativo. Essa mudança que pode parecer uma redução do grau de formalidade aos olhos contemporâneos é, ao contrário, a demonstração máxima de formalidade perante o soberano, designando-o “Senhor” absoluto de todo o sistema de governo.

Nenhuma das cartas ativas é numerada, ao passo que a maioria dos ofícios ativos contém um número entre o vocativo introdutório e o restante do texto, à direita do fôlio, grafada pelo punho do próprio autor material. Infere-se que esse número abreviado, indicado ora como cardinal, ora como ordinal, represente a ordem de envio dos documentos em um dado conjunto. Esse controle feito pelo Morgado de Mateus parece ter organizado as diferentes remessas enviadas à Coroa portuguesa, pois a numeração não segue apenas uma sequência. As sequências repetem-se em diferentes datas cronológicas. Sobre os ofícios contidos no *corpus*, pode-se formar o seguinte quadro:

Documento	Numeração	Data cronológica
1	Número cinco. I	19 de agosto de 1765
2	Número cinco. IV	22 de agosto de 1765
4	Número cinco. VI	26 de agosto de 1765
5	Número cinco. VIII	27 de agosto de 1765
7	Número cinco. IX	15 de setembro de 1765
8	Número seis. A.	16 de setembro de 1765
14	Número um.	4 de agosto de 1767

16	Número um.	15 de outubro de 1767
17	Número segundo.	01 de novembro de 1767
18	Número um.	02 de janeiro de 1768
19	Número três.	28 de janeiro de 1768
20	Número quinto.	30 de janeiro de 1768
21	Número cinco.	15 de março de 1768
22	Número dezenove.	10 de maio de 1768
23	Número vinte e seis.	20 de junho de 1768
24	Número quatro.	29 de junho de 1768
26	Número quatro.	30 de janeiro de 1769
27	Número cinco.	22 de fevereiro de 1769
28	Número seis.	22 de fevereiro de 1769
29	Número dez.	01 de março de 1769
31	Número segundo.	27 de março de 1770
32	Número terceiro.	27 de março de 1770
33	Número quinto.	28 de março de 1770
34	Número terceiro.	29 de março de 1770
38 A e B	Número dois.	08 de novembro de 1770
39 A e B	Número nove.	14 de novembro de 1770
40 A e B	Número oito.	03 de dezembro de 1770
41	Número um.	04 de dezembro de 1770
42	Número seis.	05 de dezembro de 1770
46	Número sétimo.	03 de setembro de 1771
47	Número nove.	04 de setembro de 1771

Quadro 9: Numeração atribuída ao *corpus* em seu período de produção.

Pelo distanciamento das datas e pelo aumento da sequência com outros documentos do fundo não incluídos no *corpus*, é possível compreender uma organização que tenha se dado por conta dos “malotes” de envio. Uma identificação desse tipo demonstra a existência de outras correspondências similares: o Conselho Ultramarino receberia emissões constantes de todos os governadores, e demais autoridades, em domínios ultramarinos. Os envios à capitania de São Paulo (documentação passiva) não eram numerados por não contarem com

correspondências similares. Decorre da necessidade de numeração, aspecto aparentemente alheio a interpretações, a diferença de significação das correspondências ativas e passivas aos receptores. Enquanto os envios ativos representavam um dos tantos recebidos em Lisboa, os passivos eram exclusivos e de suma importância ao governo da capitania de São Paulo.

Os ofícios de número 9, 10, 12, 35 e 43 não contêm essa numeração. Inferem-se justificativas possíveis a essa ausência. Os documentos 9 e 10 tratam de assunto de ordem mais próxima das cartas, pois parecem meros acompanhantes de encomendas: o documento 9 teria acompanhado a primeira amostra de ferro; e o 10, alguns pássaros. Os documentos 12 e 35 parecem uma segunda via ou cópia posterior, embora assinados pelo autor intelectual, o que pode ter gerado a omissão dos números. Quanto ao documento 43, a espécie documental mais apropriada seria a carta, por seguir o mesmo padrão, contendo inclusive a fórmula “Menor Criado” no fecho. Apesar disso, optou-se por manter a classificação do PRBRB, apresentando-se apenas essa ressalva.

Levando-se em conta o grau de autoridade dos pesquisadores envolvidos no PRBRB, possíveis falhas podem ser explicadas pela vasta quantidade de material catalogado. As Professoras Doutoras Heloísa Liberalli Bellotto e Ana Maria de Almeida Camargo, autoridades em Diplomática no país, em palestra²²⁷, mencionaram a árdua tarefa de se catalogar uma quantidade tão grande de documentos e, sobretudo, a dificuldade de uniformização de terminologia entre brasileiros e portugueses. Afirmaram que graças aos responsáveis no AHU conseguiram não apenas uniformizar os conceitos, mas também padronizar algumas práticas. Por exemplo, informaram que alguns pesquisadores usavam o termo genérico “Ordem” para classificar quaisquer documentação oficial, sem atentarem às diferenças das espécies documentais de cartas, ofícios, etc.

A partir dessa informação, um estudo mais detido do material demonstra que se consideravam como “cartas” mormente aquelas cujo destinatário era o Rei. Por exemplo, no Catálogo I de Arruda (2000), dentre os 150 primeiros verbetes, com 63 ocorrências a tipologia textual “Carta”, apenas 2 têm destinatário diferente, são eles

²²⁷ Essa palestra da Profa. Heloísa Liberalli Bellotto aconteceu no APESP em 09 de fevereiro de 2015, no processo de organização do evento comemorativo dos 250 anos do governo do Morgado de Mateus em São Paulo. O evento intitulado “Em nome d’El Rey” <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acontece/eventos/ver/seminario->> contou com seminários e exposição.

os verbetes 36 (ARRUDA, 2000, p. 55) e 63 (ARRUDA, 2000, p. 58). Sob a mesma perspectiva de observação, no Catálogo II (ARRUDA, 2002), há 37 ocorrências de “Carta” dentre os 150 primeiros verbetes, todas destinadas à pessoa do Rei. Observando-se o período compreendido entre os anos de 1765 e 1775, no Catálogo I (ARRUDA, 2000, pp 90-98) há apenas 6 documentos considerados “carta” e todos eles enviados ao Rei. No Catálogo II, Mendes Gouveia (ARRUDA, 2002, pp. 625-778), há 72 cartas no mesmo período de dez anos, das quais 3 são consideradas “familiares”, 35 destinaram-se ao Rei Dom José e 34 são para outros destinatários. Nesse último conjunto, a grande maioria tem como destinatário o Conde de Oeiras e como autor, o Morgado de Mateus.

As espécies cartas e ofícios são tidas como principais em relação a outras, consideradas de ordem menor por nunca circularem de modo desvinculado das principais. Por servirem apenas de acompanhamento e, sobretudo, por não conterem o registro de textos organizados como discursos, as espécies documentais dos registros e sobrescritos são consideradas secundárias e costumam ser classificadas como “anexos” nos fundos arquivísticos.

Uma espécie documental considerada como anexo é o “registro” (ou “registro” no português europeu). Esse documento não-diplomático consiste na inscrição ou transcrição de atos, fatos, títulos e documentos a fim de autenticá-los. Outra espécie recorrente como anexo do *corpus* é o “sobrescrito”. Trata-se do

[...] recipiente plano usado para meter cartas e outros papéis, normalmente de forma retangular, conseguido a partir de uma folha de papel dobrada, de modo a obter um recto liso e um verso formado por quatro abas sobrepostas; geralmente três ou duas destas abas são coladas entre si, servindo a quarta aba, colada ou não, para fecho; o recto do sobrescrito pode conter uma janela transparente. (FARIA et al, 2008, p. 65).

Embora o sobrescrito não esteja catalogado nos manuais consultados, foi aqui designado como uma espécie documental à parte dos documentos que transportou por estar contido em uma página isolada, o que desvincula seu texto do contido no documento principal. Freire (1746, p. 407) apresenta o que chama de “Formulario de Sobrescritos. Jerarquia Secular. A Todos os Grandes Seculares se porá deste modo. Ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor ... Duque, Marquez, ou Conde de ... do Conselho de Sua Magestade, guarde Deos muitos annos”, em que orienta a montagem de um sobrescrito:

Fechará o Secretario a carta em meya folha de papel da mesma qualidade. Porlhe-ha finete, que será pequeno, se a pessoa for superior, mayor alguma cousa, se for igual, e grande, se for inferior. Isto endendese se a carta for para

fóra da terra; será o sobrescrito ao largo, de sorte que a obrêa fique para baixo; se for para pessoa, que esteja na mesma terra, será o sobrescrito ao alto, e ficará a obrêa (cola) para a parte direita” (FREIRE, 1746, p. 404).

Conforme orienta o formulário, o caráter artesanal dos sobrescritos remonta à origem do termo “*sobrescritar*”, no sentido de escrever à mão o nome da pessoa a quem a correspondência se destina. Assim, o sobrescrito ou envelope é o local onde se escreve essa antroponímia, ou seja, uma cobertura, capa ou invólucro de papel ou outro material para guardar cartas, documentos ou impressos de qualquer outra natureza a serem enviados pelos correios. Exemplificam-se, abaixo, essas espécies com a apresentação da imagem de um exemplar:

Espécie documental	Descrição	Imagem
Registro	Anexo a documento não incluído no <i>corpus</i> , datado de 12 de maio de 1775. REGISTRO de número 136 no primeiro livro de registro de ordens régias.	<p>Transcrição: Registada afolha136 do livro primeiro deregisto deOrdensRegias. SaõPaulo a12 deMayo de1775 <u>lozeCarlosdosSantosBernardes</u></p>

Sobrescrito	<p>Anexo do documento 56</p> <p>SOBRESCRITO do rei D. José I ao governador e capitão-general da capitania de São Paulo, Morgado de Mateus, D. Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão.</p>	<p>Transcrição: Por EIREY</p> <p>A Dom LuizAntonio de SouzaBotelho Mourão do SeuConselho Governador eCapitam General daCapitaniade Saõ Paulo Amigo</p> <p>Primeira Via</p>
-------------	---	--

Quadro 10: Modelo das espécies documentais “registro” e “sobrescrito”.

A terminologia “espécie documental” caracteriza um documento indivíduo com o mesmo significado que a sugerida por Martinheira (2000, p. 7) “tipologia documental”. Nota-se, no entanto, que “tipo documental” refere-se a uma acepção mais ampla por levar em conta a atividade representada pela espécie documental. A **espécie** seria definida como o formato que um documento pode assumir e o **tipo** seria a transformação dessa espécie em um documento já formatado.

A espécie torna-se tipo quando lhe agregamos a sua gênese, a atividade/função/razão funcional que lhe gera a aplicação de uma *actio* em uma *conscriptio* (a espécie), que é a sua transferência para suporte e meio semântico e juridicamente credível (BELLOTTO, 2002, p. 28).

Dessa maneira, o tipo documental seria o documento vazado em uma dada espécie. Segundo Bellotto (2002, p. 91), é a configuração que assume a espécie documental de acordo com a atividade que a gerou, em relação à pontualidade e complexidade de sua fixação. A uniformidade de atribuições, competências e funções que ocorre no âmbito de uma determinada área é que o definirá. Bellotto (2002) apresenta uma lista de espécies documentais e explica a inviabilidade de se arrolarem tipos documentais para a composição de um manual de caráter mais geral. Neste trabalho, propõe-se vislumbrarem-se os “tipos documentais” do *corpus* por meio da

apresentação circulação desses documentos a partir de sua gênese em suas entidades produtoras e a devida “relação funcional com outros que fazem parte do fluxo burocrático de um determinado ato administrativo” (BELLOTTO, 2014, p. 429). Essas determinações de ordem mais específica que demonstram os tipos documentais só são possíveis por se tratar de um conjunto restrito e de função específica.

Além da gênese e do estudo da constituição interna dos manuscritos, a Diplomática investiga seu percurso de transmissão a fim de conceber a natureza desses documentos em relação a seu autor/destinatário e conteúdo veiculado, de modo a determinar o dado “tipo documental”. A fim de reconhecerem-se os tipos documentais que compõem o *corpus*, apresentam-se, a seguir, aspectos da autoria e da forma de circulação desses manuscritos em seu contexto genético.

4.3 Autoria do *corpus*

Segundo Bellotto (2014, p. 399), o fator decisivo à categorização dos tipos documentais desenvolvidos a partir de uma dada espécie é o dos emissores, das pessoas de quem procedem os documentos. Ressalta-se que a determinação de quem é o autor facilita todas as demais análises. Foi por isso que se organizou o *corpus* com base no critério de autoria.

Esta tese considera como autor o sujeito que idealizou a gênese documental, a codificação em texto de uma ação política. As espécies documentais que compõem o *corpus* contam com um “autor [que se dirige a um outro] indivíduo ou a uma coletividade; sua gênese está datada de um lugar (data tópica) e de um tempo (data cronológica) e se produz por alguma razão contida em seu texto” (BELLOTTO, 2002, p. 36). Adota-se o conceito de “autor” no sentido diplomático da citação, como sinônimo de “sujeito enunciador” do discurso. Os sujeitos envolvidos na interlocução das correspondências serão tratados não como enunciador e enunciatário, mas “autor”, “voz autoral” ou “produtor discursivo/textual”²²⁸. De acordo com Bakhtin (2003, p. 356), todo enunciado pressupõe um “destinatário”, mais ou menos concreto, de quem o autor da produção verbal presume e aguarda uma compreensão responsiva. Este será chamado também de “interlocutor” ou “leitor”.

²²⁸ Esses termos são empregados sem implicações conceituais mais profundas do vasto arcabouço teórico linguístico subjacente.

Apesar de se adotarem neste trabalho os pressupostos da Análise Crítica do Discurso, pelos quais se costumam intitular “atores sociais” os sujeitos que constroem os discursos, o termo “autor” será aqui empregado para referir-se aos políticos que cancelaram as informações registradas em cada documento. Mesmo não se tratando de textos literários, o emprego desse termo deve-se à grande relevância do princípio de autoria no estabelecimento de padrões textuais dos documentos do *corpus*.

Mesmo não se tratando de um conjunto de obras literárias, o princípio da autoria pode representar a "característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade" (FOUCAULT, 2002, p. 46). Esse conceito contido na “função autor” pode ser estendido a esta pesquisa por definir o estatuto de um discurso em uma cultura como produzido por seu autor. O nome do autor serve para caracterizar o modo de ser do discurso indicando não apenas a sua filiação, mas também autenticidade e legalidade, por permitir que se delimitem os textos a eles atribuídos. Foucault afirma que não se poderiam chamar de autores aqueles que escrevem missivas particulares. Sem a projeção pública, os produtores de correspondências privadas seriam apenas “escritores”. Para ser considerada, a “autoria” teria de indicar um modo de existência, circulação e funcionamento de um dado discurso na sociedade. Com isso, o caráter de autoria está diretamente ligado à característica de os documentos do *corpus* conterem comunicação de dimensão pública, de acordo com a chamada “função autor”, que cumpre quatro premissas:

- I. Ser conectada aos sistemas jurídicos e institucionais que articulam o universo dos discursos;
- II. Não afetar todos os discursos da mesma forma todo o tempo em todas as civilizações;
- III. Não ser definida por um discurso espontâneo do seu autor, mas por uma série de operações realizadas por ele;
- IV. Não se referir pura e simplesmente ao indivíduo real, uma vez que se trata de um sujeito enquanto representante da posição que ocupa.

Por meio do estudo do *corpus*, pode-se observar que a “função autor” na segunda metade do século XVIII já se caracterizava como um mecanismo de apropriação, a fim de distinguir o que era dito pela concomitância “do sagrado e do

profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo” (FOUCAULT, 2002, p. 47). Essa função permitia, assim, o estabelecimento da fiabilidade das informações transmitidas em concomitância com a construção da imagem do autor enquanto ser racional, organizador da tessitura textual e, em última instância, da malha discursiva.

Assim, na documentação oficial setecentista essa autoria divide-se em “intelectual”, referindo-se ao responsável pela produção mental da mensagem, e “material”, sobre quem redige o texto de próprio punho. Conta-se no *corpus* com cinco autorias intelectuais e uma grande quantidade de autores materiais. Trata-se do próprio Rei Dom José e seu Primeiro-Ministro, o Conde de Oeiras, além de dois secretários de estado: Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro.

Os nomes próprios dos autores que assinam os documentos representam os autores intelectuais. Essas assinaturas não retomam unicamente a individualidade desses cidadãos, tampouco remetem apenas aos cargos políticos que ocupavam, mas à união dessas entidades reais históricas com o estatuto de direito à fala a eles atribuído pela sociedade e cultura em que estiveram inseridos. A partir dessas firmas, entende-se a esfera do profissional, nunca desarticulada por completo das experiências e ideologias de cunho social e pessoal. Afinal, o discurso veiculado nos documentos oficiais retrata os posicionamentos dos autores intelectuais enquanto homens públicos pertencentes a um dado contexto histórico-social. O nome desse autor não é simplesmente um elemento do discurso, como o sujeito ou o objeto. Desempenha, pois, uma função ligada diretamente a seu papel social na formulação do dado discurso.

A escrita a seus correspondentes ultramarinos está entre as atividades desses indivíduos, detentores de um cargo público e possuidores de determinadas competências. Essas competências, segundo Bellotto (2014, p. 431), eram entendidas no período como a capacidade pessoal associada à autoridade de liderança necessária para alcançar os objetivos esperados daquela posição.

Os elementos encontrados nas produções textuais desses autores, contextualizados por suas biografias (apresentadas no capítulo acerca do contexto histórico), podem permitir a inferência dos modelos ideológicos adotados por eles. O *corpus* procede das autoridades com o maior poder de mando e se direciona igualmente a representantes das mais altas esferas do reinado josefino, retratando a relação entre essas pessoas do mais alto nível social. Assim, o posicionamento social

e a qualificação jurídica dos autores intelectuais e interlocutores permite, portanto, entrever a ideologia dominante.

Considerando-se os elevados cargos que esses autores ocuparam, seus testemunhos escritos comprovam a ideia de que “a escrita comanda tudo e todos, mesmo aqueles que não a sabem fazer nem a podem ler: Controla, fiscaliza, legitima, estabelece direitos e deveres, cria memória individual e coletiva, perpetua acontecimentos.” (SANTOS, 2004, p. 13). Sendo assim, o discurso que construíram nas correspondências do *corpus* reproduz o “lugar das pessoas no palco das relações sociais” (SANTOS, 2004, p. 25) e emprega, para tanto, a língua portuguesa padrão do período. Como “as situações ‘oficiais’ impõem um uso ‘oficial’, formal, ‘em forma’ da linguagem; de modo mais geral, as formas de expressão estão inscritas na forma de relação de produção linguística que as integra” (BOURDIEU, 1983, p. 173), observa-se o alto grau de formalidade da linguagem enquanto instrumento da comunicação oficial e regulamentadora das relações governamentais, embora permeada por marcas de subjetividade.

Devido ao caráter oficial e à posição social dos interlocutores, as correspondências mantêm a marca das diferenças que separam as classes sociais; afinal “não aprendemos a gramática de um lado e a arte da ocasião oportuna de outro”. (BOURDIEU, 1983, p. 172). Tais diferenças são evidentes em matéria de linguagem, pois “constituem um sistema de signos congruentes de diferenciação, ou melhor, de distinção, que encontram seu princípio nos modos de aquisição socialmente distintos e distintivos” (BOURDIEU, 1983, p. 174). Isso é evidente por os quatro autores da documentação passiva constituírem “o coração da administração central em Portugal” (MARTINS, 2007, p. 159). Relacionando-se com eles, o Morgado de Mateus também pode ser incluído nos círculos sociais da nobreza, como se apontou na contextualização histórica. Assim, todos os autores intelectuais do *corpus* possuem o que Bourdieu (1983, p. 161) considera o direito à palavra, ou seja, eram detentores da linguagem legítima, autorizada e que representava a voz máxima da autoridade do governo.

Empregam a norma culta da Língua Portuguesa com vistas à “hipercorreção estratégica daqueles que se ‘colocam na altura’, tirando um proveito suplementar da distância que eles adquirem, com a estrita correção” (BOURDIEU, 1983, p. 167). Como critério adicional, empregam a polidez, entendida “como um conjunto de normas sociais, estabelecidas por cada sociedade, que regulam o comportamento adequado

de seus membros, proibindo algumas formas de conduta e favorecendo outras” (MARCOTULIO, 2008, p. 61). Essa polidez é observada tanto nas saudações e laudatórios quanto em outras passagens como elemento extratextual que permeia todo o discurso, impondo, embora de forma superficialmente diplomática e respeitosa, à recepção o conteúdo exposto. Os locutores, assim, servem-se da máxima de que “os que escutam consideram os que falam dignos de falar” (BOURDIEU, 1983, p. 161).

Quanto aos autores materiais, pode-se dizer, em consonância com o estudo de Fachin (2011), que “o *corpus* foi produzido por pessoas que lidavam com a escrita no âmbito das funções de seu cargo” (FACHIN, 2011, p. 7). A superioridade do *status* profissional de *secretário* continha em seu escopo de atribuições a de *escrivão*, enquanto funcionário que relatava “por escrito os atos que se processavam perante a autoridade pública de que era auxiliar” (HOUAISS, 2001, p. 1211) parecia sobrepor-se às funções de *escriba*, designado como o profissional que copiava de outras fontes manuscrita o que lhe era ditados; e de *amanuense*, definido pelo o dicionário Houaiss (2001, p. 178) como funcionário de repartição pública que geralmente fazia cópias, registros e cuidava da correspondência. Os documentos que compõem o *corpus* são resultado do filtro cultural e dialetal desses autores materiais. Apesar de sua marcada importância para a produção do *corpus* e da hierarquia supostamente marcada por essa titulação de cargos, os autores materiais serão aqui designados indistintamente como *secretários*, *escrivães*, *escribas* ou *amanuenses*:

Sin que de su actividad se derivase cualquier condicion de fedatarios autorizados como sucedía en el caso de los titulares de escribanías públicas, copiar, sacar o trasladar manuscritos es un trabajo que en los siglos XVI y XVII se dedicaron profesionalmente los llamados copistas, copiadore, escribientes o, también, escribanos o escritores de libros. Además de todos ellos, parecen haberse convertido en amanuenses para hacer traslados secretarios, estudiantes pobres y los propios lectores, sin olvidar a eventuales copistas, como los que se mencionan en Don Quijote, I, 25, cuando, en las entrañas de Sierra Morena, el caballero se dispone a escribir la estupenda carta que a Dulcinea habrá de llevarle Sancho (BOUZA, 2002, p. 31).

Os escribas responsáveis pelas grafias²²⁹ do *corpus* eram funcionários da administração monárquica portuguesa, considerados historicamente como “funcionários do primeiro escalão”²³⁰ (DEBRAY, 1983, p. 31). Eram detentores de um

²²⁹ Não há possibilidade de mensurar o grau de intervenção dos autores materiais no processo de elaboração dos textos. É fato, no entanto, que os autores intelectuais concordavam com o produto final a ponto de o firmarem de próprio punho.

²³⁰ Segundo Debray (1983, p. 11), os escribas eram por vezes divinizados como os reis a quem serviam como contadores ou arquivistas. Dada a importância dos *escrivães* profissionais, o mesmo autor lança a definição de que “Um *escriba* é um Estado encerrado em um homem.”

treinamento caligráfico e, por vezes, de uma preparação mais aprofundada até mesmo de um grau universitário. Segundo Santos (2004, p. 25), eram possuidores de uma instrução eminentemente prática, própria para o exercício de atividades de natureza jurídico-administrativa, com domínio total da técnica da escrita documental. Suas caligrafias revelam conhecimento técnico de caráter estético e até artístico da escrita manual. Verifica-se, na leitura do *corpus*, que esses escribas dominavam o português padrão vigente à época e as estruturas diplomáticas de cada tipo de documento, e desempenhavam, junto de outros profissionais, tais como recebedores, contadores, almoxarifes, secretários, “a responsabilidade de com [a escrita] garantir o regular funcionamento dos complexos serviços da Coroa” (SANTOS, 2004, p. 23). Esse fato poderia, por vezes, fazer com que os profissionais da escrita atuassem como autores intelectuais, submetendo posteriormente os textos já produzidos ao crivo dos governantes responsáveis por meio da leitura ou da reprodução oral.

Trabalhando em conjunto com os autores intelectuais, os autores materiais tinham papel fundamental. Os Secretários eram considerados os principais funcionários, pois eram os detentores da confiança máxima que lhes assegurava o poder de codificar e transmitir os pensamentos de seus senhores. “Os secretários seriam um tipo de inteligência assistente ao senhor, proporcionando um serviço de colaboração, conforme os anjos com Deus seriam os secretários com o seu senhor.” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 94). Além do Rei, os demais autores da documentação passiva são Secretários. Como o título de “Marquês de Pombal” foi atribuído em 16 de Setembro de 1769, Sebastião José de Carvalho e Melo firmava como “Conde de Oeiras”, depois como “Marquês de Pombal”, Secretário do Reino e Primeiro Ministro. Sendo assim, os títulos e as funções são empregadas como sinônimas ao longo deste trabalho, como referências ao mesmo autor.

Apesar da evidente importância do cargo, os amanuenses redatores do *corpus* não puderam ser todos identificados. Além de extrapolar a proposta desta pesquisa, a determinação dos diversos punhos não seria possível devido à grande variedade de caligrafias, conforme se apresenta na análise paleográfica. Além disso, um arrolamento exaustivo seria inviável pela ausência de registros oficiais que definam todos os escribas, contratados de acordo com as necessidades da Secretaria de governo: ‘mandará VossaSenhoria chamar os Amanuences que lhe | forem necessarios, os quaes naõ sendo mais precizos se | devem despedir depois de satisfeitos do seu trabalho.’ (93, 15). Apesar da não identificação biográfica dos

autores materiais, o conceito de “autoria intelectual”, sempre que empregado nesta tese, conta com a possibilidade da intervenção de ordem também intelectual dos autores materiais. Ressalta-se, portanto, o fato de se considerarem as (mais ou menos) eventuais intervenções dos escribas. Seria ilusório, afinal, considerar que o traçado das mãos pudesse estar desvinculado por completo do raciocínio da autoria documental.

Embora a rotatividade desses funcionários impeça a sua identificação exata, os anexos da documentação ativa contêm registros que identificam alguns escrivães, sobre os quais se trata no capítulo dos “Aspectos paleográficos”. Diante profusão de punhos existentes no *corpus*, não foi possível reconhecerem-se todos os autores materiais. A importância dessa tarefa conduz a novos trajetos de pesquisa, por ora apenas delineados.

Quando se trata do conceito de “autoria”, tende-se normalmente a considerá-lo em termos literários²³¹. Se abordada nesse viés, a “autoria” seria um princípio ainda em construção na segunda metade do século XVIII²³². Trabalha-se, portanto, com o que pode ser chamado de “autoria documental”, existente desde a antiguidade quando se atribuía a gênese de qualquer documento a uma personalidade. Esse princípio autoral exerceu notável influência no Brasil, onde a configuração social deveu-se sobretudo à força das palavras em detrimento das armas. Isso se deve ao fato de o governo do Brasil colonial, a exemplo do “Estado Moderno[,] enforma[r] a escrita como coluna dorsal de toda a governança política e administrativa” (SANTOS, 2004, p. 14). Desse modo, foram os documentos oriundos de Portugal, a exemplo das

²³¹ Atualmente, no Brasil, o direito autoral patrimonial ou econômico “expira até 70 anos após a morte do autor, quando a sua obra passa a ser considerada de ‘domínio público’” (NERY, 2010, p. 10). Embora não se trate de autores literários, os manuscritos editados nesta tese, após séculos de sua gênese, mantêm os créditos de autoria aos respectivos autores, respeitando o direito moral como patrimônio intrasferível, imprescritível e irrenunciável.

²³² Isso porque foi apenas no final desse século que houve o surgimento das primeiras regras sobre os direitos autorais, estabelecendo-se o conceito de propriedade dos textos. Embora a noção de autoria tenha se estabelecido após a consolidação da imprensa, o que no Brasil só ocorreu com a vinda da Família Real, emprega-se a noção dos direitos autorais, surgidos em 10 de abril de 1710 na Inglaterra, com a Lei da Rainha Ana. Desde então, esses direitos estão voltados às obras literárias por conta da iniciativa primeira de livreiros e editores. O interesse, segundo Chartier (2002, p. 80), devia-se ao fato de os editores e livreiros passarem a proprietários perpétuos dos manuscritos a eles vendidos ou cedidos pelos autores. Como pátria precursora dos direitos autorais, a Inglaterra foi também o primeiro país a reconhecer a propriedade literária, por meio do *Copyright Act* de 1709. Esse ato normativo visava a impedir a impressão, reimpressão ou publicação de livros sem o consentimento de seus proprietários.

correspondências que compõem o *corpus*, os responsáveis pela organização²³³ de um país que mais tarde pôde ser independente.

Em documentos oficiais, de acordo com Bellotto (2002, p. 36), observam-se três autorias: intelectual jurídica, a diplomática e a material. No caso de uma carta régia, por exemplo, o Rei é o autor intelectual jurídico, uma vez que ele propõe e promove a ação. O autor diplomático seria o chanceler empregado na Chancelaria Régia, o responsável máximo pela produção e expedição da correspondência ao destinatário. O autor material, por sua vez, um escrivão que preste serviços à mesma Chancelaria. Como foco central às análises desta tese, o conceito de autoria ficará focado estritamente nos conceitos de autoria intelectual e material, descartando-se a diplomática, não extensiva a todo o *corpus*. As análises discursivas restringir-se-ão aos cinco autores intelectuais dos manuscritos do *corpus* em detrimento da autoria material. Dentre outros fatores mencionados a seguir, o enfoque na autoria intelectual deve-se sua estreita conexão com o discurso veiculado nos manuscritos: “*To hold an eighteenth-century manuscript in your hand, perhaps an examination, letter or deposition, is to be fundamentally connected to the author.*”²³⁴

Nota-se que a definição dos autores do *corpus* tem grande valia à proposta central deste trabalho por permitir situar o seu *status* de poder. Gonçalves Segundo (2011, p. 161) define que autores, a quem chama de “atores sociais”, de *status* similar fazem escolhas de mesma natureza. Dessa forma, como fator determinante, o aspecto da autoria norteia as análises ao se vincular a construção dos discursos à representação sociopolítica e ideológica de cada autor. É por meio dessas representações que se entreveem os padrões ideológicos sociais vigentes.

Empregar os conceitos da autoria permite entender os modos de circulação e valorização do discurso na cultura em que foi produzido. Permite verificar, com isso, a existência de propriedades e relações peculiares ao discurso que não podem ser reduzidas aos mecanismos gramaticais ou da lógica retórica. A importância de se conhecer o autor de um texto permite que se busque reconhecer a autenticidade e a originalidade e que partes de si ele emprega no discurso.

²³³ Tal asserção não pretende contar com valoração ideológica de cunho laudatório em relação ao processo de colonização portuguesa no Brasil, tampouco de teor depreciativo. Refere-se apenas à organização burocrático-administrativa em sua sistemática.

²³⁴ Fonte: <<http://www.londonlives.org/static/HowToReadMSS.jsp>>. Acesso em 20 de maio de 2015.

Destarte, pela abordagem dos autores, representantes centrais da governança política do período, demonstra-se que a documentação do *corpus* ocupou uma posição social de sobreposição, demarcada pela estrutura da relação de forças simbólicas, conforme Bourdieu (1983, p. 166). Afinal, as vozes, entendidas pelo dialogismo proposto por Bakhtin (1992) e pelas relações de poder em Foucault (2002), só podem ser estabelecidas entre homens com estatuto capaz de assegurar o direito à fala e a responder. Decorre, pois, da representatividade política dos autores a valoração do discurso veiculado nos testemunhos estudados.

4.4 Circulação dos manuscritos do *corpus*

Antes de se abordar diretamente a circulação dos manuscritos, é preciso definir o estatuto dessas produções documentais grafadas a mão no período setecentista. Para tanto, vale destacar que, até o advento da imprensa, a forma manuscrita era a maneira exclusiva de registro escrito que sempre visou à manutenção de informações. Segundo Chartier (2007, p. 9), as sociedades europeias ficaram obcecadas pelo medo do esquecimento na primeira fase da modernidade. Para dominar essa inquietação, passaram a fixar os traços do passado por meio da escrita. Assim, nas palavras do autor, a escrita teve por missão conjurar contra a fatalidade da perda. Como precursores da cultura letrada, os manuscritos mantiveram, ao longo dos séculos, o valor simbólico de objetos notáveis por sua aura de guardiões da memória:

Manuscritos, seja livros, seja documentos, sempre foram itens de alto valor social. Representavam o poder do conhecimento e exigiam o aporte de recursos financeiros e humanos custosos em sua produção. Eram considerados bens de prestígio e conferiam status a seus proprietários (ALMADA, 2006, p. 34).

Por conta desse prestígio e de sua utilidade para funções específicas²³⁵, diferente do que se possa imaginar, a invenção da imprensa não tornou a escrita manuscrita obsoleta²³⁶. Almada (2006, p. 54) afirma a coexistência da produção

²³⁵ Sobre as diferenças de funções, transcreve-se a importante definição: “la difusión tipográfica no llegó a suprimir, como hemos visto, la realidad de la transmisión a través de copias manuscritas, sino que, más bien, se llegó a establecer una suerte de doble circulación en la que, según fuesen los intereses y necesidades, cabía correr manuscrito a correr impreso. De la circulación manuscrita se podía pasar a la impresa cuando se quisiera obtener una difusión amplia de textos que programáticamente se querían cerrados sobre sí mismos; de la impresa sería posible pasar a la manuscrita cuando lo buscado fuera actualizar, en lección de corte o en devoción, los textos de molde” (BOUZA, 2002, p. 82).

²³⁶ “Tras la invención de la imprenta, las condiciones de transmisión de la cultura escrita experimentan un cambio revolucionario. Pero, contra lo que muchos creen, la actividad manuscrita sigue manteniendo una amplia vigencia: ‘una cultura ad vivum, manuscrita’ ” (BOUZA, 2002, p. 52).

tipográfica e manuscrita, cumprindo funções diferentes, tal como a produção de documentos oficiais, mantida sob o encargo da produção manuscrita. Pode-se dizer que a publicação de manuais impressos, como a obra *Nova Escola para Aprender a Ler, Escrever e Contar* (FIGUEIREDO, 2009) contribuiu para a difusão da arte da caligrafia. Essa difusão da cultura gráfica graças ao prelo acarretou maior notoriedade à prática manuscrita, mas a fez retroceder. Concorde-se com Higounet (2003, p. 165) sobre esse retrocesso dever-se mais à alteração das funções sociais reservadas aos textos manuscritos do que efetivamente a um declínio de sua utilidade. A redução mais representativa do emprego da grafia manuscrita no século XVIII, de acordo com Curto (2007, p. 215), ocorreu no domínio do livro, em que se adotou a tipografia. A oposição entre as duas formas de escrita *print culture* e *scribal culture*, abordada por Chartier (2002, p. 84), entende-as como paralelas, destacando a manutenção da publicação manuscrita desde a invenção da imprensa por Gutenberg em Mainz²³⁷ por volta de 1455 até o século XX. Embora haja exemplares impressos (sobretudo exemplares de tratados) encadernados nos cartulários, as correspondências entre autoridades permaneciam manuscritas, conforme comprova o *corpus*. Esse recuo do manuscrito foi compensado pelo crescimento constante do número de pessoas que passaram a servirem-se da escrita.

Para se recuperar a cultura referente à segunda metade do século XVIII, torna-se de grande valia o estudo de documentação manuscrita, pois a sociedade colonial brasileira, segundo Barbosa (2005, p. 15), era uma sociedade manuscrita, haja vista que as tipografias permaneceram proibidas até 13 de maio de 1808, com a criação da *Imprensa Régia* no Rio de Janeiro, hoje *Imprensa Nacional*. Diferente das demais colônias europeias no continente, onde a imprensa existiu desde o século XVI, no Brasil foi proibida qualquer atividade tipográfica, “os manuscritos eram um dos mecanismos de circulação de textos literários, poéticos, técnicos” (ALMADA, 2006, p. 37). Deve-se a isso a imensa importância dos manuscritos no Brasil colonial e, por consequência, o mérito de seu estudo para a compreensão do período.

Desse modo apresentada a importância dos textos manuscritos no Brasil colonial da segunda metade do século XVIII, pode-se discorrer com mais propriedade acerca da circulação desses documentos em seu “tempo de uso”, período subsequente à gênese. Para isso, nota-se que o *corpus* reproduz a estrutura

²³⁷ Conforme Chartier (2014, p. 9).

governamental vigente. Ou seja, destaca-se a atitude de submissão ao Rei como inerente ao regime monárquico. Conforme Bellotto (1986, p. 275), o soberano detinha o poder por conta de um processo histórico de aceite e, com esse poder central, delegava poderes aos órgãos institucionais em Lisboa e aos Provedores, Ouvidores e Governadores, os seus “lugares-tententes supremos na colônia”. A função governativa era, portanto, centralizada no Rei²³⁸, a quem cabia informar, aconselhar, ordenar e controlar. Assim, de acordo com Martins (2007, p. 7), os Secretários de Estado apresentavam ao Rei diplomas como consultas, cartas de contas e petições, oriundas de órgãos subordinados como tribunais ou ainda de entidades privadas ou indivíduos. Detentor do poder central, o Rei consultava seus Conselheiros, cujas funções destacaram-se na administração portuguesa josefina. Não só controlavam a execução das decisões régias, mas por vezes tomavam decisões e assinavam documentos, como os avisos, em nome do Rei. Essa aparente delegação de poder ocorreu graças às Secretarias, de que se tratará a seguir, mas o absolutismo garantia ao monarca controlar todos os mecanismos de regulação desses órgãos. Afinal, “desde os primórdios da monarquia portuguesa o Rei agia *cum consilio*, ou seja, era aconselhado na governação do reino por um grupo restrito de elementos que ele próprio nomeava e convocava” (RODRIGUES, 2007, p. 214). Nesse sentido, segundo Bellotto (2014, p. 394), a Coroa cercava-se de uma série de órgãos para levar a efeito seu mando, dentre os quais se destacava o Conselho Ultramarino.

Criado por decreto de 14 de julho de 1642, em substituição ao antigo Conselho da Índia, o Conselho Ultramarino objetivava centralizar todos os assuntos referentes aos “Estados da Índia, Brasil, Guiné, Ilhas São Tomé e Cabo Verde, e de todas as partes ultramarinas, tirando as ilhas dos Açores, Madeira e lugares de África” (ARRUDA, 2000, p. 293). A ele competia o provimento de todos os cargos relativos à justiça, bem como a consulta dos navios a serem enviados para o ultramar. De acordo

²³⁸ De acordo com Bellotto (2014, p. 398), a sociedade colonial brasileira em relação ao governo nos anos do Morgado de Mateus, poderia ser comparada a uma pirâmide em cujo ápice estaria o Rei. Seguiriam-se as autoridades metropolitanas representadas pelo Conselho Ultramarino, Secretarias de Estado e Tribunais. Abaixo, as autoridades delegadas na colônia, cuja posição mais elevada seria a de Vice-Rei. A seguir, os governadores das Capitânicas Gerais e os das Capitânicas Subalternas. Paralelamente, na esfera da Justiça, haveria a Relação da Bahia e a do Rio de Janeiro com seus chanceleres, juizes, ouvidores, procuradores escrivães e autoridades menores. Na área militar, os regimentos e tropas de linha, seguindo-se as tropas auxiliares (milícias) e as companhias de ordenança com seus oficiais, suboficiais e soldados. Nas finanças, as Juntas da Fazenda e as Intendências com seus conselheiros, fiscais, meirinhos e outros oficiais. Na esfera eclesiástica, bispos, capitulares, vigários e clérigos. Nas Câmaras Municipais, vereadores, escrivães e procuradores. Por fim, na base da pirâmide, os súditos: reinóis e os colonos.

com Bellotto (2014, p. 396), o Conselho Ultramarino tratava de todas os negócios referentes às grandes funções do Estado, tais como Administração, Fazenda, Guerra, Justiça e Igreja. Entende-se que sua criação deva-se à Restauração Portuguesa de 1640, quando Portugal concluíra que para cuidar do Brasil teria de abandonar a Índia. A partir disso, o Rei Dom João IV sentiu a necessidade de criar um tribunal com o objetivo de centralizar a administração das conquistas em além-mar.

A fim de reduzirem-se algumas incumbências do Conselho Ultramarino, o alvará de 28 de julho de 1736²³⁹ criou a Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, como órgão de natureza de eminentemente consultivo, de convocatória esporádica e sem poder decisório, de acordo com Rodrigues (2007, p. 255). A essa Secretaria delegava-se o tratamento de todas as atribuições da marinha e negócios ultramarinos, tais como a expedição das armadas e frotas e de passaportes dos navios, além do provimentos dos postos militares. Também chamada de “Marinha e Domínios Ultramarinos” ou “Secretaria de Estado da Marinha e Conquistas” segundo Martins (2007, p. 5), cuidava das nomeações no Brasil e Maranhão, Estados da Índia, Reino de Angola, Ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde e fortalezas na África. Atuava juntamente com outras duas Secretarias: a “de Estado dos Negócios do Reino”, que tratava de questões internas de Portugal incluindo as Ilhas da Madeira e dos Açores; e a “de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra”, referente a negociações com outros países sobre tratados de paz, alianças e comércio. Com tantas atribuições, o grande volume documental acabou por ser destruído pelo terremoto de 1755, extinguindo “as actas que se registavam há, pelo menos, trezentos anos. Mas, com D. José I e o marquês de Pombal, o Conselho é reabilitado e, em 1760, são nomeados cinco novos conselheiros” (RODRIGUES, 2007, p. 255). No mesmo caráter dos ministros de Estado que atuavam desde 1736, ainda segundo Rodrigues (2007, p. 261), como Conselheiros²⁴⁰ “natos” a serviço da Coroa.

²³⁹ O alvará de 28 de Julho de 1736 marca a emergência da configuração moderna do governo do Reino, tendo provocado um progressivo apagamento da influência do Conselho de Estado e a derivação do exercício do poder desta instituição para as Secretarias de Estado. (RODRIGUES, 2007, p. 216).

²⁴⁰ Cabe mencionar que “os Conselheiros, não obstante a força que lhes emprestava a Coroa, viam-se preteridos, muitas vezes, por interferência direta de outras autoridades régias ou integrantes da classe mercantil, a quem interessava interpor-se entre os negócios coloniais e as resoluções régias. Em contrapartida, a acumulação de serviço, a morosidade, frequentemente propositada, os pedidos de vistas, os novos pareceres etc, faziam com que, em geral, no Conselho Ultramarino, os pleitos coloniais esperassem cerca de dois ou três anos até que se obtivessem soluções” (BELLOTTO, 2014, p. 378).

Nota-se a proximidade das atribuições dessas Secretarias, com o tangenciamento de suas intervenções. Por exemplo, o Rei solicita que o Morgado de Mateus envie do Brasil notificações a Portugal ‘medareis conta pela Secretaria | de Estado dos Negocios do Reino’ (95, 21), mencionando a Secretaria responsável pelos negócios internos. Além das Secretarias, havia os tribunais, que continham as mesas, juntas e conselhos. Juntos, esses órgãos ultrapassavam o número de vinte²⁴¹.

Em acréscimo a essa Secretaria, de acordo com Salgado (1985, p. 45), foi criado o *Erário Régio* por carta de lei de 22 de dezembro de 1761. Esse órgão era incumbido das matérias referentes à contabilidade e é abordado no *corpus* como detentor das finanças. O Marquês de Pombal, ainda assinando como Conde de Oeiras, intitulava-se “Conde Inspetor do Erário Régio”, o que evidencia a amplitude de seu poder de mando. Por seu predomínio sobre os demais órgãos, em 1788, o Erário Régio transformou-se na própria “Secretaria de Estado”.

Por esses outros órgãos terem absorvido diversas atribuições que costumavam ser da jurisdição do Conselho Ultramarino, para evitarem-se conflitos, conforme Martins (2007, p. 12), foi publicada uma legislação que assegurava a primazia do Conselho Ultramarino sobre os demais. Apesar disso, a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos predominava politicamente sobre o Conselho Ultramarino e juntos regulavam a administração geral da colônia do Brasil. Decorre daí a importância dos autores da correspondência passiva, os “Secretários de Estado da Marinha e Ultramar”, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e seu sucessor, Martinho de Melo e Castro. Eram, pois, os responsáveis por essa Secretaria. Com isso, a correspondência passiva do *corpus*, expedida pelo Rei e pelos Secretários de Estado, transitou sob a jurisdição da Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos²⁴².

²⁴¹ De acordo com Wehling (1986, p. 45) e Martins (2007, p. 11), dentre entre esses órgãos destaca-se o “Conselho de Estado”, estabelecido e regulamentado na segunda metade do século XVI. Foi reduzido no governo de Dom João V (1707-1750) e reavivado no de Dom José, com a nomeação dos Secretários de Estado e de mais cinco membros. Além disso, havia o “Conselho da Fazenda”, que geria os recursos brasileiros, e a “Mesa da Consciência e Ordens”, que exercia jurisdição nos assuntos eclesiásticos e sobre as três ordens militares: Cristo, Avis e Santiago. Menciona-se também a “Casa da Suplicação” como o tribunal do domínio judicial; o “Desembargo do Paço”, como comando dos ouvidores, espécie de juízes locais; o “Conselho de Guerra”, como superintendente dos assuntos militares; o “Tribunal da Bula da Cruzada”, vendedor de indulgências; e a “Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegações”, estabelecida em 1755 e responsável pelos trâmites com que fora nomeada.

²⁴² “A partir de 1736, assistiu-se a um lento esbatimento de uma estrutura de governo assente no regime polissinodal (Conselhos, Mesas e Tribunais) em detrimento da centralidade e que as Secretarias de Estado foram assegurando na estrutura político-administrativa do Reino” (RODRIGUES, 2007, p. 218).

Antes de chegar à presença das autoridades superiores a quem se destinava, a documentação ativa também esteve subordinada à mesma Secretaria, com exceção do documento emitido ao próprio Rei (documento 30) cuidado pelo Conselho Ultramarino que, depois de 1750, tornou-se responsável por cuidar apenas do que se destinava ao Rei.

O conjunto dos documentos ativos e passivos, trocado entre o Estado português e os governos das capitanias gerais e subalternas foi classificado por Bellotto (2014, p. 397) como “documentos luso-brasileiros dispositivos”. Uma vez que “a correspondência e os despachos dos ministros, prelados e quaisquer outras pessoas dos domínios ultramarinos eram levados ao Conselho Ultramarino antes de chegarem à presença do rei, para obtenção dos devidos pareceres: as célebres ‘consultas’ ” (BELLOTTO, 2014, p. 396), os pareceres dados quando o próprio Rei consultava o Conselho Ultramarino eram as “consultas do serviço do Rei”. Em casos específicos, quando os Conselheiros teriam de ser convocados para reuniões, a estrutura obedecia ao trâmite de convocação retratado por Rodrigues (2007, p. 262) e representado pelo fluxograma a seguir:

Figura 46: Fluxograma das consultas.

Como demonstram as datas típicas, a correspondência passiva teve sua gênese em Lisboa, na Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, sede do governo na freguesia da Ajuda, atual bairro de Belém. Há exceção do local de produção de duas correspondências: a de número 52, produzida em Salvaterra de Magos, e a 90, escrita em Oeiras. Sendo ambas da autoria de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, a primeira foi escrita na Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, localizada naquela freguesia portuguesa. A segunda, em sua residência, pois a data cronológica próxima à notícia de sua morte permite inferir que já se encontrava convalescente. As ativas, por sua vez, partiram da Vila de Santos, antes que o Morgado de Mateus tomasse posse na Capitania, e da Secretária de Governo na Sede da Capitania de São Paulo.

Por estarem atrelados às burocracias do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar²⁴³, principais estruturas do controle metropolitano e responsáveis pelo envio e registro de toda a documentação do *corpus*, os documentos estudados apresentam a faceta da memória oficial. Por isso, do mesmo modo que os Arquivos atuais, a Secretaria de Estado da Marinha e Domínios Ultramarinos atuava no período como uma entidade protetora da correspondência administrativa ultramarina. As vias recebidas de cada documento eram arquivadas em códices para consulta. Outrossim, o Conselho Ultramarino havia arquivado tudo o que se produzira até 1750 e, a partir de então, permaneceu como fundo somente do que era emitido ao Rei.

Cumprindo atividades administrativas por 191 anos, o Conselho Ultramarino só foi extinto por decreto de 30 de agosto de 1833, conforme Arruda (2000, p. 297) e Martins (2007, p. 12). Pela constante ligação de funções, grande parte dos documentos do antigo Conselho foi reunida aos da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos²⁴⁴ no AHU.

Extraído dessa documentação do AHU, o *corpus* ativo é permeado pela expectativa de respostas, o que parece indicar um constante sentimento de abandono

²⁴³ “O grande mentor da criação das Secretarias de Estado foi o Cardeal da Mota que, seguindo a influência francesa, dirigiu ao monarca uma carta de 23 de Maio de 1736, alertando para a necessidade da criação de três secretarias de Estado: a do Reino, a dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e a da Marinha e Domínios Ultramarinos” (RODRIGUES, 2007, p. 217) .

²⁴⁴ De acordo com Rodrigues (2007, p. 244), era da competência da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos administrar todo o território ultramarino sob a jurisdição portuguesa (dos Estados da Índia, Brasil, ilhas da Madeira, Açores e Cabo Verde e fortalezas na África) nos domínios da justiça, fazenda régia e comércio, o que incluía a nomeação de Vice-Reis, Governadores e Capitães-Generais.

derivado da impotência diante da dificuldade de comunicação. Essa incessante busca de orientações e a permanente agonia da espera perpassavam o discurso do Morgado de Mateus por conta do chamado “tempo administrativo”²⁴⁵. Assim foi definido o período que costumava ultrapassar três meses entre a emissão de uma correspondência e o seu recebimento pelo destinatário no ultramar. Por consequência, as passivas apresentam no bojo de sua negociação intersubjetiva a tentativa de motivar o Governador e direcioná-lo de acordo com os princípios monárquicos para as inevitáveis tomadas de decisões autônomas.

De acordo com Martins (2007, p. 198), o tempo administrativo²⁴⁶, que designava o período circulação de despacho dos documentos entre a sede do governo e a capitania de São Paulo, dependia das vicissitudes da viagem travessia oceânica nos diferentes tipos de navios portugueses que transportavam passageiros, mercadorias e correio e duravam em média três meses. A correspondência oficial era remetida ao Brasil em maços e sacos etiquetados pela Secretaria de Estado. Diferente do que ocorria com a presença da Família Real no Brasil, na segunda metade do século XVIII, os navios raras vezes navegavam expressamente para o transporte de correio. Grande parte desses navios pertencentes à Coroa ou a mercadores transportava passageiros e todo tipo de carga. Via de regra, navegavam entre Lisboa e o Rio de Janeiro, por vezes fazendo escalas na Bahia. Na rota de retorno à Europa, costumavam passar pela Ilha da Madeira.

Embora se reflita nos documentos passivos, o tempo administrativo é contado apenas para a correspondência ativa, a que a demora tinha repercussão mais drástica. Diversas idiossincrasias administrativas e distorções na política colonial deveram-se ao atraso ou à ausência de comunicação com as instâncias superiores. Disso resultaram as diversas notificações e reprimendas transmitidas pela documentação descendente. A dificuldade de governar no ultramar foi transmitida em cartas à esposa, o Morgado de Mateus reclamava mais deliberadamente da dificuldade de comunicação, como em “e são passados cinco meses e ainda não

²⁴⁵ O conceito de “tempo administrativo” entrou para os estudos brasileiros a partir dos estudos da Professora Heloísa Liberalli Bellotto, adaptando-o de Georges Durand como “a duração temporal de um processo decisório, isto é, o tempo que transcorre desde a emanção de uma ordem real e o seu conhecimento pelos súditos ou autoridades delegadas a quem se destina” (BELLOTTO, 2014, p. 392).

²⁴⁶ “As notícias tardavam: cinquenta e um dias se o navio chegasse logo, mais de oitenta caso demorasse por causa de pouco vento, tempestade ou pirataria.” (SOUZA, 2011, p. 318).

voltou a resposta”²⁴⁷ (BELLOTTO, 2007b, p. 216). Também a Dona Leonor, refere-se à recepção das correspondências:

nestes países não há correios, todas as vezes que não vêm remetidas a pessoas que as enviem, e tenham cuidado de as remeter na ocasião de haver embarcação e por pessoa certa, ficam adonde sucede, e [há] o costume de botarem pelas Igrejas para ver se encontram conhecido que as envie e ali estão em montes até que os rapazes as levam²⁴⁸ (BELLOTTO, 2007, p. 218).

A descrita morosidade para receberem-se os “correios”, como a correspondência é chamada pela esposa do Morgado de Mateus, Dona Leonor, imprime o caráter lacunar da comunicação, por isso instaurou as primeiras propostas de linha postal entre a capitania de São Paulo e as regiões adjacentes²⁴⁹. À distância navegada somavam-se os caminhos a serem vencidos por terra entre as cidades litorâneas e as do interior do país: “As distâncias são tão excessivas que o escrever daqui para Santa Catarina é o mesmo que escrever de Mateus para Viena d’Áustria”²⁵⁰ (BELLOTTO, 2007b, p. 216). Com isso, muitas vezes a autorização ou proibição de um ato era recebido na capitania tempos depois de sua execução. Derivam daí os pedidos de desculpas por atitudes contrárias ao que se esperava e a interminável tentativa de desfazerem-se os mal-entendidos.

Apesar das consequências negativas à administração do período, o tempo administrativo permite destacarem-se interessantes características de ordem intersubjetiva. As relações à distância contêm uma preocupação maior com a manutenção do *ethos* e, sobretudo, com o medo de rompimento dos vínculos afrouxados pela falta de convivência. A distância impedia relações próximas e frequentes, em que as retomadas de contato costumavam sanar impressões negativas e manter os vínculos por demonstrações de afeto que ultrapassassem a linguagem verbal. Em oposição a isso, a política ultramarina setecentista encerrava a comunicação à esfera da linguagem verbal escrita e oral, por meio dos recados. Os recados orais eram mais comuns em comunicação pessoal, como escreve Dona Leonor ao marido. Por exemplo, “outro dia tive eu o sumo gosto de ouvir dizer, o que não ignorava, que Dom Luís nos auxiliares nenhum cesto de fruta aceitava”²⁵¹ (BELLOTTO, 2007, p. 242). É certo que essas notícias após a longa viagem atlântica

²⁴⁷ Carta enviada da Vila de Santos a Mateus (Vila Real), datada de 25 de dezembro de 1765.

²⁴⁸ Carta enviada da Vila de Santos a Mateus (Vila Real), datada de 02 de janeiro de 1766.

²⁴⁹ Apesar dos esforços do Morgado de Mateus, foi apenas pelo alvará de 20 de janeiro de 1798 que se instaurou o sistema postal brasileiro.

²⁵⁰ Carta enviada da Vila de Santos a Mateus (Vila Real), datada de 25 de dezembro de 1765.

²⁵¹ Carta enviada de Mateus (Vila Real) à capitania de São Paulo, datada de 29 de Julho de 1766.

teriam perdido as cores originais. A não ser quando vinham redigidas: “Este correio me diz minha Mãe que teve carta sua e que me segura está bom”²⁵² (BELLOTTO, 2007, p. 236) para serem transmitidas a outros parentes.

A comunicação oficial trocada entre os lados do Atlântico não poderia se valer deliberadamente de recados como demonstração de amizade e afeto. O estreitamento dos vínculos interpessoais era garantido pela formulação do próprio discurso oficial, como se demonstrará nas análises. Assim, conforme Wehling (1986, p. 45), os canais administrativos mantinham a relação paternalista exercida pela burocracia real para promover a vontade régia perante os súditos.

Essa burocracia sistematizada por Pombal, segundo Bellotto (2007b, p. 14), determinava a produção de três vias de cada documento oficial. Ressalta-se que todas essas vias são consideradas originais devido a sua gênese na Secretaria de direito, sob o controle do autor intelectual. Cada uma das vias partia em navio diferente, de modo a garantir a segurança marítima contra pirataria e naufrágios. Tomava-se o cuidado de enviar as segundas vias entre dez dias a dois meses e meio depois da remessa da primeira. Há datações cronológicas repetidas²⁵³, como o que pode ser atribuído mais à tentativa de se enviar grande quantidade de documentos por um mesmo navio do que ao fato de se redigirem em um único dia. Não se descarta, entretanto, a possibilidade de diversas correspondências encontrarem-se em forma borrão (rascunho) e serem passadas a limpo em um único dia de trabalho ou preparadas e ditadas pelo Governador a seus escribas em um mesmo dia. Martins (2007, p. 198) afirma que as datações podiam variar, seguindo no mesmo dia de sua gênese ou esperando outras para a composição de um conjunto a ser enviado.

Explica-se, com isso, a existência de mais de uma via de um mesmo documento além da existência de cópias, conforme se apresenta na tratativa do cotejo. Após o recebimento, por motivo de segurança e organização da Secretaria local, produziam-se cópias manuscritas dos documentos em livros de registro ou em papéis avulsos posteriormente encadernados, conforme os códices aqui estudados. Quando duas

²⁵² Carta enviada de Mateus (Vila Real) à capitania de São Paulo, datada de 29 de Julho de 1766.

²⁵³ Nos fundos pesquisados, há diversas correspondências datadas de um mesmo dia. Para a montagem do *corpus*, optou-se por selecionar no máximo duas por data na parcela ativa, a fim de melhor representar todo o período de governo. Devido à diversidade dos temas a que fazem resposta, não se considerou prejudicial a concentração de datas no conjunto dos passivos. A preferência foi dada para os anos iniciais do governo, quando o contato visava às orientações preliminares.

vias chegavam, a terceira seria destruída, o que justifica não se ter encontrado nos fundos consultados nenhum testemunho com as três vias originais conservadas.

Em oposição às tratativas ultramarinas, não havia hierarquia administrativa obrigatória quando se tratava de correspondência interna no Brasil colonial. Isso significava que qualquer súdito poderia dirigir-se diretamente à autoridade que quisesse. O Morgado de Mateus recebia, portanto, além das correspondências de seus superiores, muitas de direção ascendente, enviadas por seus funcionários²⁵⁴ (como se exemplificará nas análises), ou diretamente por moradores da capitania. Como o corpo burocrático era muito reduzido, cada súdito deveria considerar-se um fiscal, o que impulsionava a constante delação entre os pares nas diversas funções. O governo garantia, desse modo, uma estrutura de controle com poucos funcionários. Observa-se, com isso, a falta de limites entre o público e o privado na documentação da governança portuguesa. Tal asserção pode ser corroborada pelo fato de, com a vinda da família real ao Brasil em 1808, o governo francês ter delegado aos próprios portugueses a manutenção das correspondências referentes a assuntos meramente pessoais, consideradas pela França de “ordem menor”, conforme Bellotto²⁵⁵.

Diante do exposto, verifica-se que o *corpus* possui a valoração histórica ampliada por ser produto oficial do sistema estabelecido pelo governo português sob a jurisdição do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar. As observações apoiadas na ciência da Diplomática, acerca da gênese, autoria e circulação documental, tornam-se, portanto, interessantes à compreensão dos tipos documentais contidos no *corpus* sob as espécies de ofício, carta, carta régia e aviso, portadoras do discurso condutor de ideologias e intersubjetividade setecentistas.

²⁵⁴ Embora não seja o escopo deste trabalho, as correspondências produzidas por funcionários de menor escalão e por cidadãos comuns constituem *corpora* interessantes para analisarem-se as relações intersubjetivas e as posições ideológicas. A exemplo da documentação oficial estudada, esses testemunhos de menor destaque histórico contêm igualmente marcas de avaliatividade que conduzem a análises discursivas mais aprofundadas. Sendo assim, pretende-se trabalhar com esse tipo de documentação em fase posterior de pesquisa.

²⁵⁵ Informação transmitida, gentilmente, em encontro de orientação.

5 ASPECTOS CODICOLÓGICOS

A página bem-feita é hoje o que era então: uma janela para a história, para a linguagem e para a mente; um mapa daquilo que é dito e um retrato da voz que fala silenciosamente (ALMADA, 2006, p. 73).

A Codicologia é a disciplina responsável por estudar os manuscritos em sua forma material, tais como o suporte em que se grafam os textos, o instrumento de escrita e a tinta. No caso do *corpus*, o suporte é o papel à base de fibras de tecidos, o instrumento com que se redigiu é a pena de ave e a tinta é a ferrogálica, conforme se discorrerá com maior detalhamento a seguir. Desses três aspectos, primeiro será abordado o instrumento, e a tinta em seguida. O suporte terá maior destaque por permitir maior observação de padrões na comparação entre o eixo ativo e o passivo²⁵⁶ do *corpus*.

Vale lembrar que etimologicamente o termo “Codicologia” pressupõe o estudo da materialidade de documentos encadernados em códices²⁵⁷. Apesar disso, essa ciência auxiliar da Filologia será empregada em seu sentido lato, para estudar tanto os documentos passivos, contidos em códices, quanto a parcela ativa, composta por documentação avulsa.

As análises codicológicas ganham mais valor por descreverem a concretude não observável em versões fac-similares. A leitura de manuscritos por meio de reprodução digitalizada é cada vez mais comum devido às políticas de melhoria tecnológica adotadas pelos Arquivos. Em busca de disponibilizar seu espólio digitalizado e divulgá-lo, se possível via internet, os Arquivos tornam o ato de pegar no pergaminho ou no papel uma realidade cada vez mais rara. Com isso, os pesquisadores têm habituado seus olhos a lerem diretamente da tela do computador. As vantagens da divulgação e do distanciamento do manuseio, com consequente conservação dos testemunhos do período, tornam ainda mais importante a análise do contexto material dos cartulários (*corpus mechanicum*). Esse estudo, por meio da descrição codicológica, conduz ao entendimento dos pormenores materiais e, segundo Costa (2009, p. 124), contribui para a compreensão do *corpus mysticum*²⁵⁸ dos manuscritos.

²⁵⁶ Discorre-se sobre os termos “ativo” e “passivo” no capítulo sobre aspectos diplomáticos, de acordo com Bellotto (2014, p. 398).

²⁵⁷ Os “cartulários” são *códices diplomáticos* que se diferem dos “registros”. De acordo com Bellotto (2002, p. 108), os registros são livros em branco em que se copiavam as correspondências, ao passo que os cartulários representavam a encadernação posterior dos documentos recebidos.

²⁵⁸ O *corpus mysticum* seria a contraparte do *corpus mechanicum*. Enquanto o estudo deste trata das condições materiais do documento, aquele considera o conteúdo do documento. Um seria o espírito e o outro, o corpo de um manuscrito, de acordo com Fragoso (2009, p. 142).

Toda a documentação foi verificada a partir dos originais nos respectivos Arquivos de guarda. Embora algumas reproduções fac-similares do *corpus* sejam derivadas de microfilmagem²⁵⁹, todos os originais puderam ser consultados e observados em sua composição física. As imagens em preto e branco da maioria dos ativos e de alguns passivos indicam que a imagem resulta da digitalização de microfilmes.

Tomou-se contato com todos os documentos ativos primeiramente pelas reproduções microfilmadas, para depois se consultarem os originais no AHU. Os fac-símiles coloridos entre os ativos são, portanto, exceções (doc. 6, 12 e 23). Apenas em caso de falhas nos microfilmes é que se solicitou a digitalização direta dos originais.

No conjunto de documentos passivos, ocorre o contrário: há mais fac-símiles coloridos, digitalizados diretamente a partir dos cartulários do APESP. Os poucos exemplares em preto e branco (doc. 88A, 90A e 91A) são oriundos da microfilmagem da BNRJ, onde se consultou primeiro os originais para depois se solicitar a reprodução.

Diante da possibilidade de se empreender esse estudo das características físicas dos cartulários, a Codicologia, ciência responsável pelo estudo do *corpus mechanicum* de livros manuscritos, será empregada nesta tese a fim de descrever os aspectos materiais mais relevantes do *corpus*. Estudam-se, de acordo com Spina (1994, p. 28), detalhes sobre a encadernação, sobre as tintas e instrumentos de produção escrita e sobre o suporte papel. Serão apresentadas as características gerais, comuns a todo o *corpus*: os instrumentos e tintas, para depois se apontarem as especificidades da documentação ativa em contraposição à passiva, sobretudo em relação ao suporte da escrita.

²⁵⁹ Para a produção deste capítulo, adota-se a seguinte ponderação diante do processo de digitalização e microfilmagem documental: “Os manuscritos do século XVIII, extremamente frágeis, não podem ser fotocopiados, e a modernidade os retém apenas através de microfilmes ou microfichas, indispensáveis mas lesivos para os olhos. Examinar o documento, folheá-lo, ir de trás para frente torna-se impossível agora com essa técnica impiedosa que modifica sensivelmente sua leitura e portanto sua interpretação. Úteis para a conservação, esses sistemas de reprodução do arquivo permitem evidentemente outras maneiras fecundas de colocar questões aos textos, mas farão com que alguns esqueçam a abordagem tátil e imediata do material, essa sensação preensível de vestígios do passado. O arquivo manuscrito é um material vivo, enquanto sua reprodução microfilmada é um pouco letra morta, ainda que se revele necessária” (FARGE, 2009, p. 21).

5.1 Penas de ave como instrumentos da escrita

A análise paleográfica do *corpus* permite considerar a pena de ave como o instrumento de escrita comum a todos os seus documentos. Além dos diferentes tipos de manuseio e habilidades peculiares a cada autor material, acredita-se que o caráter artesanal dos instrumentos também tenha contribuído para a distinção no traçado dos tantos punhos representados no *corpus*.

O processo de fabricação manual certamente gerava produtos específicos, distantes da uniformidade conferida pela escala industrial aos instrumentos de escrita atuais. No período, as penas, principalmente as de ganso, tinham de ser preparadas de modo artesanal após se desprenderem do corpo da ave para se tornarem adequadas à produção escrita. Figueiredo (1722, p. 31) deixou registrado que “as pennas retiradas de ave são cruas, cheas de caspa, com alguma gordura, e para ficarem lisas, e rijas se cozem em cinza de pinho.” Assim, diferente do que se possa imaginar, nem todas as penas resultariam em instrumentos de escrita e o fato de resultarem de objetos disponíveis na natureza não popularizava a prática da escrita. O fabrico demandava habilidade específica e por certo era executado por artesãos de apuro manual.

Após ser “colhida”, segundo Santos (1994, p. 33), uma pena deveria ser desidratada ao natural antes de ter sua ponta talhada para absorver a tinta. O processo de desidratação natural poderia levar de seis meses a um ano. Por isso se criou a forma artificial, que consistia em levar as penas ao fogo ou molhá-las, secando-as a seguir e as enterrando em areia quente. A secagem fornecia às penas uma dureza necessária à delicada ação que se seguia: o talhar²⁶⁰. Com a pena na mão esquerda e um canivete na direita, cortava-se até se formar um bico que era dividido ao meio.

Pode-se assegurar que as penas que redigiram o *corpus* eram esses produtos artesanais, produzidos com penas naturais, conforme descrito. Afinal, apenas mais tarde se introduziriam as penas de metal de que derivaram as canetas-tinteiro, patenteadas apenas em 1884, por Lewis Edson Waterman²⁶¹.

²⁶⁰ Sobre esse processo, há mais detalhes em Munhoz (2009, p. 22). Fotos ilustrativas do preparo das penas podem ser vistas em <http://wiesenfeuer.ansteorra.org/links/artsandsciences/useofquillpensbyisaacbane.pdf>. Último acesso em 23 de abril de 2015.

²⁶¹ O americano Lewis Edson Waterman (1837-1901) é considerado o inventor da caneta-tinteiro, tendo fundado a empresa *Waterman Pen Company*.

Ressalta-se que em toda a documentação do século XVIII pesquisada diferencia-se o termo “penna” com duplo N para se referir ao instrumento de escrita. Essa informação é reiterada por Bluteau (1728, p. 180), no verbete de “pena” como “mal físico ou moral, que faz sofrer a quem cometeu um delito ou pecado”, em contraposição a “penna”, que pode ser “pluma ou matéria que reveste exteriormente as aves. Aves de pena são as caseiras como galinhas, perus, patos, etc.”, com a acepção de “penna de escrever” que “de ordinário são as grossas, dos gansos, cisnes e corvos” (BLUTEAU, 1728, p. 183).

Infere-se que o instrumental empregado na Secretaria do governo na capitania de São Paulo durante os primeiros meses da permanência do Morgado de Mateus tenha vindo de Portugal. Com o desgaste desses instrumentos delicados, acredita-se que as penas usadas pelos escribas locais tenham sido confeccionadas na própria região. A profícua produção escrita a mando do Governador certamente exigia constante reposição dos instrumentos de escrita. Essa reposição, por certo, empregava as aves nativas²⁶². Afinal, o Morgado de Mateus deveria comprovar sua tese de evitarem-se importações desnecessárias, produzindo-se todo o necessário na própria colônia.

5.2 Tinta ferrogálica para o brilho da escrita

A tinta empregada em todo o *corpus* é a chamada “ferrogálica”, ou segundo Acioli (1994, p. 10), “tinta de noz gálica”. De cor castanha, apresenta diversas tonalidades, variando de marrom a vermelho. A receita dessa tinta foi descrita por Brow (1999, p. 13) como contendo madeira de carvalho macerada por martelo para obtenção do ácido galotânico (tanino extraído da noz de galha, formada no carvalho). Os fragmentos resultantes desse processo permaneciam submersos em água de chuva em recipiente fechado por vários dias sob o sol. A seguir, a mistura recebia o elemento férreo, normalmente pó de cobre ou sulfato de ferro, e goma arábica para garantir a adesão ao papel. Adão (1998, p. 22) sugere a variação de ingredientes. Poderiam ser usados outros vegetais, como caparrosa-silvestre ou cascas de romã azeda no lugar da galha; açúcar adicionada à goma arábica; vinho branco ou água destilada com porções bem definidas em substituição à água da chuva.

²⁶² Em carta de 25 de dezembro de 1765, escrita em Santos e enviada a sua esposa em Vila Real, o Morgado de Mateus refere-se à abundância de aves nativas. Informa que enviara à família “uma arara muito rara e um papagaio especial, se chegar não o deixem morrer” (BELLOTTO, 2007 b, p. 218).

Essa “reação química entre o ácido tânico e o sulfato ferroso em meio aquoso” (ALMADA, 2006, p. 56) descansava por mais alguns dias sob o sol e era, por fim, coada para o uso. Inicialmente bastante escura, segundo Silveira (2004, p. 52), essa tintura vai desbotando com o tempo e passa a apresentar diversas tonalidades entre o marrom e o vermelho. De acordo com os compêndios da época, a receita descrita à base de infusão durava cerca de 12 dias e gerava uma tinta de boa qualidade. Havia a possibilidade de receitas mais rápidas, em que todos os ingredientes eram moídos e permaneciam menos tempo em descanso, mas o resultado eram tintas mais fracas e menos aderentes.

Do mesmo modo que as penas, acredita-se que a tinta empregada na capitania de São Paulo tenha sido produzida na própria região, com a receita adaptada aos materiais disponíveis. Por exemplo, Almada (2006, p. 58) afirma que o pau-brasil também chegou a ser usado como pigmento. As possíveis adaptações de receitas podem explicar as diferenças entre o estado atual dos documentos ativos e passivos.

Pesquisadores asseguram que a durabilidade da cor da tinta está diretamente ligada ao seu tempo de exposição à luz. Esse fator também contribuiria para a existência dos diversos matizes e tonalidades da cor castanha na coloração de cada manuscrito. Tais especificidades na coloração das letras são perceptíveis pelas imagens fac-similares.

Consultando-se os originais, observou-se, além da alteração de tonalidades das tintas entre os documentos, a manutenção do brilho na escrita nos testemunhos ativos. Por conta do ferro contido na composição da tinta, a documentação ativa mantém brilho nas letras grafadas com maior concentração de tinta. Esse brilho parece o pó metálico prateado popularmente conhecido na atualidade como “purpurina”. Tal brilho desprende-se do papel com o manuseio, o que também justifica a postura de restrição de acesso do AHU.

Como comprovou Costa (2009, p. 127), a composição férrea da tinta servia para fixar a escrita no suporte, tornando-a indelével, mas o excesso da substância ferrosa utilizada em sua composição tende a danificar o papel com o passar do tempo. Por conta disso, observam-se marcas de corrosão, com rompimento do suporte, nas regiões em que se depositou mais tinta²⁶³.

²⁶³ Todas as evidências empíricas coletadas apontam que a tinta do *corpus* seja a ferrogálica, inclusive as análises da equipe de restauro do APESP coordenadas por Norma Cianflone Cassares. No entanto, não foi feito exame laboratorial da tinta do *corpus* especificamente para esta tese.

Embora as marcas de corrosão sejam poucas nos dois eixos do *corpus*, outros fatores referentes ao uso da tinta causam divergências. Diversos motivos podem ter diferenciado a parcela ativa da passiva, com coloração mais desbotada e sem brilho nas letras. O primeiro motivo seria a exposição à luz. Enquanto os documentos ativos seguiram a Portugal logo após a produção e lá permaneceram arquivados desde então, os passivos chegaram ao Brasil passando por vários portos até o destino. Após seu tempo de uso na Secretaria de São Paulo, foram encadernados e permaneceram em manuseio durante o governo do Morgado de Mateus e posteriormente por seus sucessores.

Além do excessivo manuseio, que teria eliminado as marcas de brilho, a diferença climática de maior calor no Brasil teria feito com que os passivos sofressem mais a ação do tempo. Prova disso é a diferença de conservação entre os cartulários consultados no APESP, que permaneceram como fonte de consulta aos sucessores do Morgado de Mateus, terem ficado mais deteriorados do que os da BNRJ, que permaneceram por quase dois séculos no cartório pessoal do governador em Vila Real. Desse modo, além dos fatores de diferentes tipos de escrita, em que a força e habilidade com a pena transfere mais ou menos tinta ao papel, e de particularidades da conservação, infere-se a existência de variações dos ingredientes do modo de fabricação da receita das tintas para a diferenciação entre a parcela ativa e a passiva do *corpus*.

5.3 Papéis como suportes da escrita

Com base na classificação de suportes como “papiáceo”, referente aos papiro; “membranáceo”, relativo aos pergaminhos; e “cartáceo”, de papel, todos os manuscritos do *corpus* encontram-se em suporte material cartáceo. Esse papel é à base de massa de trapo, que se caracteriza como papel pardo, grosso, amarelado e resistente em relação aos papéis comumente empregados na atualidade: “*el papel de hoy no és de ningún modo comparable, en calidad y durabilidade, con el usado, en Occidente, desde el siglo XIII hasta finales del siglo XVIII*” (PETRUCCI, 1999, p. 273).

A composição do suporte da escrita com base na pasta de trapos contava com tecidos como linho, cânhamo e algodão desfibrilados, posteriormente fermentados por lixívia de potassa em imersão aquosa. A mistura ocorria em uma grande tina, na qual se introduzia o molde da folha de papel.

O molde, a grelha ou peneira era constituído por uma grade de fios. Na China, essa grade era feita de bambu, e na Europa, de arame ou de fios de cobre, intercalados em intervalos de, em média, uma polegada. Esses fios metálicos constituíam o tear das formas e marcavam o papel por linhas de água verticais e horizontais, respectivamente designadas por *pontusais* e *vergaturas*. As vergaturas, segundo Melo (1926, p. 15), devem ter sido criadas para facilitar a escrita, o que se torna evidente devido à sua exclusão nas margens da folha. Essas linhas eram atravessadas perpendicularmente pelos pontusais, linhas verticais com espaços maiores entre si que davam resistência às vergaturas. Tal estrutura era coberta por um plano móvel de madeira, ficando entre eles apenas o suficiente para a espessura da folha de papel. Todo o conjunto era submerso em uma espécie de tina com a pasta do papel e era submetido à compressão. A seguir, retirava-se o material da vasilha e a pasta que secava transformava-se no papel que se endurecia com cola. Os espaços formados pelos fios metálicos eram as “raias”.

O gosto pelo papel fino levou os papeleiros europeus, desde a segunda metade do século XV, a transformarem os fios metálicos da malha em fibras extremamente tênues. A quantidade e o distanciamento dos pontusais variaram com o passar do tempo, sendo que, em papéis de formato ordinário do fim do século XV ao XVI, a distância entre os pontusais era de 38 mm a 23 mm²⁶⁴. Nos mesmos padrões, a distância entre os pontusais no *corpus* varia entre 28 mm e 25 mm nas diferentes marcas de papéis descritas a seguir.

Segundo Almada (2006, p. 5), produziu-se o papel por processo artesanal até 1799, quando foi inventada a primeira máquina papeleira na França, permitindo a formação das folhas através de um cilindro. No Brasil, a primeira fábrica de papel começou a operar em 1809 no Rio de Janeiro.

O papel artesanal de qualidade deveria ser claro, liso e com equilíbrio na distribuição das fibras²⁶⁵:

O papel seria de preferência liso, uniforme, limpo e bem colado, no qual os mestres traçavam regrados para que os principiantes escrevessem com direção, regularidade, proporções e intervalos mais ou menos iguais. Jerónimo Soares Barbosa aconselhava os mestres a fazê-los a partir de

²⁶⁴ Referências encontradas nos sites:

<http://www.periciaemobrasdearte.com.br/durer/analise/analise02_print.htm>;

<<http://tipografos.net/design/papel-artesanal.html>>.

²⁶⁵ De acordo com Almada (2006, p. 56), os compêndios do período diziam que o papel ideal não deixava transparecer nós. A autora retoma Manoel de Figueiredo ao afirmar que as fibras não deveriam conter “barbotes” (como eram chamados os nós e emendas entre os fios de tear), que prejudicassem a superfície do papel.

pautas de cordas, o processo mais “pronto e expedito”, e o mais adaptável a qualquer tipo de papel; as cordas seriam colocadas por baixo, passando-se com a mão ou qualquer outro objeto mole para ficarem impressos os vergões das cordas²⁶⁶. (ADÃO, 1998, p. 22)

O registro da marca de cada produtor de papel era veiculado em cada folha como indicativo de sua procedência e consequente atestado da qualidade desejada. A filigrana compunha a trama do papel em segundo plano, inerente à estrutura de composição do suporte cartáceo. Assim, alguns fios metálicos formavam um desenho com o nome ou monograma e brasão do papelero. Esse molde era colocado sobre a tela antes de a pasta ser lançada sobre a forma.

Quando o papel ficava pronto, os desenhos em segundo plano representam o que se chama de “filigranas”²⁶⁷, “marcas d’água” ou ainda “marcas de água”, que permitem determinar a idade e origem do papel. Segundo Costa (2009, p. 129), as marcas d’água foram criadas como uma espécie de assinatura particular usada pelos fabricantes de papel de Fabriano, na Itália, por volta de 1270, como medida para garantir direitos no mercado papelero da época.

Conforme Faria e Pericão (1988, p. 144), as filigranas são os desenhos e inscrições que podem ser vistos quando uma folha de papel é colocada contra a luz. Desde os finais do século XIII, eram formadas por fios de cobre colocados no fundo das formas a partir das quais se modelavam as folhas na fabricação manual do papel. São mais empregadas atualmente com propósitos de autenticação em papéis de maior valor, como as cédulas monetárias. Além de evitar a falsificação documental, as filigranas eram empregadas na segunda metade do século XVIII marcas distintivas dos produtores dos papéis. Dessa maneira, facilita-se ao pesquisador o reconhecimento da origem do papel, localizando geograficamente seu moinho papelero. Todas as marcas encontradas no *corpus* são indicativas de papéis produzidos na segunda metade do século XVIII na Europa.

De acordo com Melo (1926, p. 18), as primeiras marcas d’água não tinham a função específica de indicar a marca do papelero. Seriam espécies de desenhos no segundo plano. A primeira de que se tem registro é datada de 1282 e é apenas o desenho de uma cruz, provavelmente como um indicativo de religiosidade. No período estudado, entretanto, as marcas d’água já eram usadas como indicativos do moinho

²⁶⁶ Para que ficassem marcadas as pautas, forçava-se o papel contra a estrutura das cordas.

²⁶⁷ A etimologia do termo “filigrana”, conforme Houaiss (2001, p. 1343) seria “fillagrana”, com o primeiro registro em 1522. Indica desde essa data a existência de trabalho exercido com a produção de artefatos a partir de fios metálicos delicados.

produtor. Melo (1926, p. 27) menciona a existência fábricas papelarias em Portugal no final do século XVIII. No entanto, a julgar pela observação de os papéis produzidos no país serem de baixa qualidade, acredita-se que as Secretarias oficiais portuguesas, tanto no reino quanto no ultramar, deveriam usar papéis importados. Nas palavras de Faria (1740, p. 18) “o papel também he cousa de muito uso, e que todo nos vem de fora.” Os principais fornecedores seriam a Espanha, França, Itália, Alemanha, Inglaterra e Países Baixos, que mantinham relações comerciais com Portugal. Corrobora-se a hipótese de os papéis com a qualidade exigida pelas Secretarias de governo terem sido importados por nenhuma das quatro marcas d’água estarem catalogadas por Melo (1926) como portuguesas. As marcas d’água têm relevância ainda maior à documentação oficial do período setecentista por ainda não se utilizarem papéis timbrados, introduzidos no governo a partir da Revolução Francesa com os homens de Bonaparte, conforme pesquisas em Arquivos portugueses.

Toda a documentação do *corpus* foi produzida em cadernos bínios, similar ao que consideramos atualmente o formato do “papel almaço”. Sendo assim, todas as folhas de papel têm quatro páginas. Entendendo-se a estrutura de “foliação”, a página 1 seria o fólio 1 recto (abreviada para 1r), a página 2, o fólio 1verso (1v), as páginas 3 e 4, fólios 2r e 2v e assim sucessivamente na composição de cada documento. Nessa organização, as filigranas comumente podem ser vistas contra a luz com a folha aberta, com uma inscrição de letras no fólio 1v e com um grande brasão decorativo na face 2r, conforme imagem:

Figura 47: Visualização do caderno bínio aberto.

É o que Faria e Pericão (1988, p. 81) definem como “contramarca” a filigrana ou marca de água secundária em papel antigo, de que constam as iniciais do fabricante, lugar e data de fabricação.

Com o caderno aberto, observa-se à direita o brasão e à esquerda, embaixo da data, conforme se visualiza melhor em outro exemplo:

Figura 48: Letreiro da marca d'água²⁶⁸.

Na produção da folha, a massa do papel seria colocada na forma cujo tamanho teria o do caderno aberto. Após pronta e seca, a folha seria dobrada ao meio, deixando a face de cima, em que veriam as filigranas, na parte de dentro do caderno bínio. Verifica-se, portanto, que as marcas podem ser vistas em todas as faces do papel, ficando o letreiro do avesso quando olhado pela face do fólio 1r e, do mesmo modo, o brasão invertido no fólio 2v.

A análise codicológica permitiu constatar a existência de apenas uma marca d'água em toda a documentação passiva. Trata-se da marca D & C Blauw, empresa holandesa produtora papeleira na Europa na segunda metade do século XVIII e, de acordo com Pires (1997, p. 32), representa o principal exportador de papel a Portugal

²⁶⁸ Imagem do fólio 1v, com o caderno bínio aberto, onde consta o letreiro da marca d'água.

na época. A indústria contava com quatro moinhos em Zaanstreek, no norte de Amsterdã. As iniciais D & C correspondiam aos nomes dos proprietários: Dirk e Cornelis Blauw.

Figura 49: Marca d'água mais encontrada no *corpus*, D & C Blauw.

A filigrana de maior ocorrência no *corpus* contém primeiramente o letreiro nos fólhos 1v, apresentado abaixo na figura “D & C BLAUW”. Nos fólhos 2r desses papéis, encontra-se o brasão com arabescos florais enrolados ao redor e uma árvore no cimo. O escudo central tem duas letras X entrecruzadas, mantendo ao lado as letras D e C, referentes aos nomes dos fabricantes e, abaixo, a letra B, inicial de seu sobrenome. Essa filigrana é comum a todos os cinquenta documentos passivos e está presente em mais da metade dos ativos com 27 ocorrências, nos documentos de número 1, 2, 4, 5, 8, 11, 13, 14, 15, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 45, 47, 48, 49 e 50.

Figura 50: Marca d'água *D Seville & Wend*.

A filigrana *D Seville & Wend* conta igualmente com um grande escudo ao meio com duas letras X entrecruzadas e a mesma disposição de letras: acima as letras D e S e abaixo o W, do sobrenome dos fabricantes holandeses. Bastante similar à *D & C Blauw*, o brasão é envolto em florescências, com uma árvore no cimo. Essa marca está nos documentos 3, 6, 7, 9, 10, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25 e 42.

Figura 51: Brasão da marca d'água *J C & I Honig*.

Jakob & Cornelius Honig cujo moinho papaleiro estava localizado na província de Zaandijk, no norte da Holanda, entre os anos de 1683 e 1856. A marca holandesa *C J C & I Honig* produziu o suporte de 38 A, 38 B, 39 A, 40 A, 40 B, 43 e 44. Além do brasão apresentado na figura, com arabescos rococós e uma colmeia no alto e no centro, a contraparte da filigrana é o letreiro em formato similar ao contido abaixo do desenho: “J C & I H”. Headwood (1910, p. 129) apresenta essa marca como sendo produzida em Amsterdam a partir de 1700.

As imagens contidas nas figuras das três filigranas foram fotografadas com câmera digital, contrapondo os suportes cartáceos à luz por meio do equipamento da “mesa de luz” no AHU²⁶⁹.

Diante da impossibilidade de reproduzirem-se todas as imagens necessárias por meio de fotografias digitais as imagens dos documentos ativos, já microfilmados pelo

²⁶⁹ Essas reproduções fotográficas foram gentilmente autorizadas pela Diretora do AHU, Dra. Ana Canas, e acompanhadas pelo Arquivista, Dr. José Sintra Martinheira, a quem, mais uma vez, agradecemos.

PRBRB, solicitou-se ao setor responsável do AHU a reprodução técnica do filigrana da marca “P”, menos comum, mas de formato bastante peculiar:

Figura 52: Brasão da marca d'água P.

A filigrana P representa uma exceção no *corpus*, pois aparece em apenas dois documentos, 12 e 46. Com o letreiro P no fólio 1v e no fólio 2r o brasão tem uma coroa acima de um pássaro bicéfalo, segurando círculos com os pés. Os círculos possuem diagramações diferentes, sendo que o da direita retrata uma personificação do sol. A imagem do pássaro bicéfalo com coroa encimando-o era bastante recorrente, como comprova Briquet (1907). Nesse manual, das 3604 marcas d'água reproduzidas, os modelos de 230 a 316 têm figura similar.

Todos os papéis seguem os padrões de qualidade exigidos na época, com vergaturas de apenas 1 mm e pontusais medindo 25 mm na marca P, 26 mm nos da *D & C Blauw* e *J C & I Honig* e 28 mm no suporte *D Seville Wend*.

Os papéis das marcas *D & C Blauw* e *D Seville Wend* têm as mesmas medidas: 350 mm X 220 mm. As duas outras marcas menos empregadas, *J C & I Honig* e *P* têm o mesmo tamanho de largura, 220 mm e são um pouco reduzidas na altura, a primeira com 335 mm e a segunda, 330 mm.

Gráfico 5: Quantidade de cada marca de papel no *corpus*.

De acordo com o gráfico, há 77 ocorrências da *D&C Blauw*, 16 da *D Seville & Wend*, 8 da *J C & I Honig* e apenas 2 da *P*. A predominância da marca de papel *D & C Blauw* no *corpus* aponta para uma possível preferência pela qualidade desse suporte e, ao mesmo tempo, a maior facilidade em negociar com esse produtor papaleiro. Provavelmente tal papel tivesse custo reduzido se comparado aos de outras marcas, devido a sua predominância no mercado europeu. Headwood (1910, p. 27) aponta a ideia de que grande parte do papel utilizado em Portugal era estrangeiro²⁷⁰.

A inexistência de papaleiros estabelecidos legalmente no Brasil fez com que todo o papel usado na Secretaria do Morgado de Mateus fosse estrangeiro. Prova de não haver fábricas desse tipo na capitania é o ofício de 7 de dezembro de 1770, classificado como 2541 pelo PRBRB que, embora não faça parte do *corpus*, é apresentado a seguir por seu conteúdo:

²⁷⁰ A inferência de que grande parte do papel utilizado em Portugal no período fosse importado pode ser obtida nas seguintes passagens: "Sources of information on Spanish and Portuguese papermarking in the past are exceedingly scanty and those that exist are not easily accessible." (HEADWOOD, 1910, p. 27) e "On Portuguese paper some information is given by Ataida y Melo in his booklet 'O Papel', which, however, includes marks from paper found in the Portuguese Archives under his charge, but made abroad." (Ibidem, p. 28).

Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor
Número dez

Logo que recebi as Ordens de Vossa Excelência contheudas em a Carta de 30 de julho deste presente anno de 1770, para effeito de obviar as transgressões do que se contém no Alvará de Sua Magestade de 31 de julho do anno proximo preterito de 1769, expedido a favor da Representação, que o Director Geral, e Deputados da Conferencia, e Inspeção Regia, e Condições com que estabeleceu Lourenço Silerio as Fabricas das Cartas de jogar, e papeloës, expedí as Ordens necessarias para todas as Villas, e Terras desta Capitania, dando as providencias necessarias, para que não haja transgressões; e havendo-as, fico advertido para mandar proceder, na forma do mesmo Alverá, contra os transgressores.

Deos guarde a Vossa Excelência São Paulo 7 de Dezembro de 1770

Illustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Martinho
de Mello, e Castro -

Dom Luis Antonio de Souza

Figura 53: Documento 2541 do PRBRB (reprodução fac-similar e transcrição semidiplomática).

Passível de punição, a instalação de “fábricas de cartas de jogar e papelões” era impedida no Brasil colonial. Essa proibição abrangia também a produção de papéis. Dessa maneira, diferente do instrumento de escrita e da tinta, possíveis de serem produzidos na própria capitania, o suporte cartáceo para o uso das correspondências oficiais teve de ser importado integralmente da Europa.

5.4 Descrição codicológica

A descrição codicológica pormenorizada de cada um dos documentos do *corpus* foi desenvolvida por meio de fichas codicológicas, adaptadas do modelo proposto por Cambraia (2005, p. 28), com sete itens descritos a seguir:

Modelo de Ficha Codicológica

- 1. Cota:** cidade onde se encontra o documento; nome da instituição de guarda; coleção de que faz parte; identificação do documento, com o número da caixa em que está contido (Cx) e do documento (D.) nos ativos e referência de código e fólios nos passivos.
- 2. Datação:** data cronológica de produção do documento, composta pelo dia, seguido das três primeiras letras do mês e o ano.
- 3. Lugar de origem:** data tópica, o nome da cidade onde se redigiu o documento, conforme apontada no próprio documento.
- 4. Suporte material:** papel cartáceo e sem pautas impressas, fatores comuns a todo o *corpus*. A seguir, indica-se a marca do papel e a distância entre pontusais e vergaturas, com breve descrição da respectiva filigrana.
- 5. Composição:** quantidade de fólios que compõem o documento. Quantidade de cadernos bínios usados. Formato in-fólio, com papel dobrado apenas ao meio, fator comum a toda a documentação.
- 6. Organização da página:** medidas da dimensão da mancha (parte do papel em se encontra a escritura, ou conjunto de linhas escritas) de cada fólio. Para maior precisão, as medidas são apresentadas em milímetros, sempre considerando primeiro a altura depois a largura. Segue-se a quantidade de linhas escritas em cada fólio e a informação de não haver marcação aparente de pautas também na mancha. A medida da mancha exclui a extensão da letra capitular inicial, baseando-se sempre no cume da minúscula subsequente. Observa-se que a numeração ocorre por foliação. Além do sistema de numeração, empregava-se a organização baseada no “reclame”, também conhecido como “reclamo”, “chamadeira” ou “palavra-guia”. Segundo Dias, (2006, p. 01), trata-se de palavra, sílaba ou grupo de palavras que aparece no final de um fólio e é duplicada no início do texto do fólio seguinte para indicar a continuidade do texto. Assim, informa-se nesse espaço a quantidade de ocorrências e a localização dos reclames entre parênteses. Por exemplo: (2 ocorrências, f. 3r/3v; 3v/4r) indicaria que há um reclame ao final do fólio 3r que chama para o início do 3v e outro no final do 3v, de modo a demonstrar a continuidade do texto em 4r. Quando o documento não ultrapassa 1 fólio, foi descartada a informação referente ao “reclame”.
- 7. Particularidades:** indicação da existência de carimbos, sua localização e breve descrição deles. Aponta-se a localização de possíveis assinaturas deslocadas da mancha do texto, sejam do autor intelectual, sejam indicativas de que o destinatário tomou conhecimento do conteúdo documental. Descrevem-se, a seguir as marcas de

dobradura conservadas no suporte, por meio das quais é possível identificar o tipo de sobrescrito usado em seu envio. Por fim, reproduzem-se sem desenvolvimento possíveis anotações de outros punhos não transcritas semidiplomaticamente no conjunto do *corpus*.

Figura 54: Modelo de Ficha Codicológica.

Apresentam-se, a seguir, as fichas codicológicas com o preenchimento dos itens descritos no modelo anterior. Logo após, descrevem-se algumas especificidades da documentação avulsa da parcela ativa, bem como dos códices que contêm os passivos.

Documento 1

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2241.
2. **Datação:** 19-ago-1765.
3. **Lugar de origem:** Vila de Santos.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 300 mm x 200 mm; f. 1v – 265 mm X 200 mm; f. 2r 60 mm X 190 mm.
Número de linhas: f. 1r – 22 linhas; f. 1v – 21 linhas; 2r – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo por duas vezes a mancha do f. 1r e ao final da mancha do 2r; o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecede uma vez a mancha no f. 1r e se encontra ao final da mancha do f. 2r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca do vinco de uma dobra ao meio, para que coubesse no sobrescrito. Três marcas decalcadas em relevo redondo encostadas à marca do vinco, indicando a colocação de três selos quando a correspondência já estava contida no sobrescrito.

Documento 2

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2244.
2. **Datação:** 22-ago-1765.
3. **Lugar de origem:** Vila de Santos.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 290 mm x 200 mm; f. 1v – 130 mm X 205 mm.
Número de linhas: f. 1r – 22 linhas; f. 1v – 11 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca do vinco de uma dobra ao meio, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [22 d' Agosto de 1765].

Documento 3

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2245.
2. **Datação:** 25-ago-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 245 mm x 160 mm; f. 1v – 200 mm X 190 mm.

Número de linhas: f. 1r – 20 linhas; f. 1v – 20 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vincos dividindo o caderno em 4 partes iguais de em média 85 mm na altura e em duas partes na largura: 100 mm à esquerda e 120 mm à direita, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [25 d' Agosto de 1765].

Documento 4

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2249.

2. Datação: 26-ago-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 280 mm x 200 mm; f. 1v – 55 mm X 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 23 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e 1v. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [26 d'Agosto de 1765].

Documento 5

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2250.

2. Datação: 27-ago-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 270 mm x 200 mm; f. 1v – 265 mm X 200 mm; 2r – 210 mm X 200 mm.

Número de linhas: f. 1r – 22 linhas; f. 1v – 21 linhas; 2r – 18 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e 2r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [27 d'Agosto de 1765].

Documento 6

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2254.

2. Datação: 03-set-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 230 mm x 200 mm; f. 1v – 55 mm X 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 19 linhas; f. 1v – 8 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e 1v. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vincos dividindo o caderno em 4 partes iguais de em média 85 mm na altura e em duas partes na largura: 100 mm à esquerda e 120 mm à direita, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [03 de 7bro de 1765].

Documento 7

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2256.

2. Datação: -set-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 280 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de 7bro de 1765].

Documento 8

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 23, D. 2257.

2. Datação: 16-set-1765.

3. Lugar de origem: Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 170 mm x 205 mm. Número de linhas: f. 1r – 15 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [16 de 7bro de 1765].

Documento 9

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2279.

2. Datação: 09-dez-1765.

3. Lugar de origem: Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 270 mm x 200 mm; f. 1v – 55 mm X 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 22 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [9 de 10bro de 1765].

Documento 10

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2315.
2. **Datação:** 23-jan-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 140 mm x 180 mm.
Número de linhas: f. 1r – 13 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha e um carimbo circular Arquivo de Marinha e Ultramar BNL (23 mm de diâmetro) ao final da mancha do 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas do vincos dividindo o caderno em 4 partes iguais de em média 85 mm na altura e em duas partes na largura: 100 mm à esquerda e 120 mm à direita, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [23 de lanro de 1767].

Documento 11

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2330.
2. **Datação:** 03-jul-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 195 mm x 170 mm.
Número de linhas: f. 1r – 21 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e um carimbo circular Arquivo de Marinha e Ultramar BNL (23 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 4 partes iguais de em média 85 mm na altura e em duas partes na largura: 100 mm à esquerda e 120 mm à direita, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [3 de julho de 1767].

Documento 12

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2332.
2. **Datação:** 3-jul-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca P, distância entre pontusais: 25 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro P com brasão com uma coroa acima de um pássaro bicéfalo, segurando círculos com os pés. Os círculos possuem diagramações diferentes, sendo que o da direita retrata uma personificação do sol.
5. **Composição:** 2 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 230 mm x 180 mm; f. 1v – 193 mm X 180 mm.
Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 22 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao término do f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 4 partes iguais de em média 85 mm na altura e em duas partes na largura: 100 mm à esquerda e 120 mm à direita, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [3 de julho de 1767].

Documento 13

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2333.
2. **Datação:** 3-jul-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 255 mm x 180 mm; f. 1v – 245 mm X 180 mm; 2r – 220 mm x 180 mm.
Número de linhas: f. 1r – 29 linhas; f. 1v – 28 linhas; r. 2r – 27 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclames.
7. **Particularidades:** Carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do 1r e ao final da mancha do 2r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 4 partes iguais, com cada parte medindo aproximadamente 85 mm, para que coubesse no sobrescrito.

Documento 14

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2341.
2. **Datação:** 4-ago-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 210 mm x 170 mm.
Número de linhas: f. 1r – 24 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes na altura do caderno, sendo a parte de cima 125 mm e a debaixo, 220 mm para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [4 de Agosto de 1767].

Documento 15

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2342.
2. **Datação:** 4-ago-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 130 mm x 165 mm.
Número de linhas: f. 1r – 17 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 4 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [4 de Agto de 1767].

Documento 16

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2345.
2. **Datação:** 15-out-1767.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.

- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.
- 5. Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 200 mm x 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 20 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
- 7. Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de 8bro de 1767].

Documento 17

- 1. Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2347.
- 2. Datação:** 1-nov-1767.
- 3. Lugar de origem:** São Paulo.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.
- 5. Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 215 mm x 170 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
- 7. Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [1 de 9bro de 1767].

Documento 18

- 1. Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2371.
- 2. Datação:** 2-jan-1768.
- 3. Lugar de origem:** São Paulo.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.
- 5. Composição:** 2 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 225 mm x 175 mm; f. 1v – 170 mm X 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 26 linhas; f. 1v – 17 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
- 7. Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Carimbo circular Arquivo Histórico (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [2 de lanro de 1768].

Documento 19

- 1. Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2376.
- 2. Datação:** 29-jan-1768.
- 3. Lugar de origem:** São Paulo.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.
- 5. Composição:** 2 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 215 mm x 180 mm; f. 1v – 25 mm X 140 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 3 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) no f. 1r à margem esquerda e no f. 1v, à margem direita. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [29 de lanro de 1768].

Documento 20

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2379.

2. Datação: 30-jan-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 230 mm x 170 mm; f. 1v – 235 mm X 170 mm; f. 2r – 80 mm X 170 mm.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas; f. 1v – 24 linhas; 2r – 7 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 2 ocorrências, f. 1r/1v; f. 1v/2r.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [30 de lanro de 1768].

Documento 21

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2298.

2. Datação: 15-mar-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 180 mm; f. 1v – 145 mm X 180 mm.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas; f. 1v – 15 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de Março de 1768].

Documento 22

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2406.

2. Datação: 10-mai-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 240 mm x 180 mm; f. 1v – 60 mm X 175 mm.

Número de linhas: f. 1r – 25 linhas; f. 1v – 6 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de Maio de 1768].

Documento 23

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2413.

2. Datação: 20-jun-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 225 mm x 180 mm; f. 1v – 225 mm X 200 mm; 2r – 130 mm X 175 mm .

Número de linhas: f. 1r – 25 linhas; f. 1v – 18 linhas; 2r – 14 linhas . Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 2 ocorrências, f. 1r/1v, f. 1v/2r.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro), carimbo circular Arquivo de Marinha e Ultramar BNL (23 mm de diâmetro) e carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r; os dois primeiros se repetem antes da mancha do f. 2r e o último, após a mancha desse fólio. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [20 de junho de 1768].

Documento 24

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2417.

2. Datação: 29-jun-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 250 mm x 200 mm; f. 1v – 120 mm X 180 mm.

Número de linhas: f. 1r – 31 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Carimbo circular Arquivo de Marinha e Ultramar BNL (23 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do 1v. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [29 de junho de 1768]. Ao final, a nota colocada entre o fecho da correspondência e a assinatura é de outro punho.

Documento 25

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 25, D. 2429.

2. Datação: 20-jul-1768.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 180 mm x 175 mm.

Número de linhas: f. 1r – 20 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas de vinco, dividindo o caderno em 4 partes iguais na altura, para que coubesse ano sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [20 de julho de 1768].

Documento 26

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 342.

2. Datação: 30-jan-1769.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontuais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 210 mm x 170 mm; f. 1v – 100 mm x 170 mm; 1 coluna.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas, f. 1v – 12 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclames.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) no f. 1r à margem esquerda e no f. 1v, à margem direita. Assinatura de próprio punho do Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vinco das dobras, ao meio, 50mm à esquerda e 50 mm acima, para que coubesse no sobrescrito. Três marcas decalcadas em relevo redondo (abaixo na parte superior e acima, na parte inferior dos fólios), indicando a colocação de três selos quando a correspondência já estava contida no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [30 de janeiro de 1769].

Documento 27

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 344.

2. Datação: 22-fev-1769.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontuais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 240 mm x 170 mm; f. 1v – 100 mm x 170 mm; f. 2r – 160 mm x 180 mm. 1 coluna.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas, f. 1v – 25 linhas, f. 2r – 18 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclames: 2 ocorrências, f. 1r/1v; 1v/2r.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha dos f. 1r, 1v e 2r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) no f. 1r e no f. 2r às margens esquerdas. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vinco das dobras, ao meio, 50mm à esquerda e 50 mm acima, para que coubesse no sobrescrito. Três marcas decalcadas em relevo redondo (abaixo na parte superior e acima, na parte inferior dos fólios), indicando a colocação de três selos quando a correspondência já estava contida no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [22 de Fvo de 1769].

Documento 28

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 345.

2. Datação: 22-fev-1769.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância

entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 210 mm x 170.

Número de linhas: f. 1r – 23 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) no f. 1r à margem esquerda e no f. 1v, à margem direita. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vinco das dobras, ao meio, 50mm à esquerda e 50 mm acima, para que coubesse no sobrescrito. Três marcas decalcadas em relevo redondo (abaixo na parte superior e acima, na parte inferior dos fólhos), indicando a colocação de três selos quando a correspondência já estava contida no sobrescrito.

Documento 29

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 5, D. 349.

2. Datação: 01-mar-1769.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 310 mm x 175; f. 1v – 130 mm X 170 mm.

Número de linhas: f. 1r – 34 linhas; f. 1v – 16 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) duas vezes no f. 1r à margem esquerda e no f. 1v, abaixo da mancha. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vinco das dobras, ao meio, 50mm à esquerda e 50 mm acima, para que coubesse no sobrescrito. Três marcas decalcadas em relevo redondo (abaixo na parte superior e acima, na parte inferior dos fólhos), indicando a colocação de três selos quando a correspondência já estava contida no sobrescrito. “Cópia” antecedendo a mancha.

Documento 30

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 26, D. 2466.

2. Datação: 06-mar-1769.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 185 mm x 165 mm; f. 1v – 50 mm X 170 mm.

Número de linhas: f. 1r – 20 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1v. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação de outro punho: <Haja vista da Publicação dita | da folha segunda Lisboa 29 de | Agosto de 1769 | [cinco rubricas]> antecedendo a mancha do f. 1r. À margem esquerda do mesmo fólio, há a nota <Fiat Justificantes | [uma rubrica] | Haja vista | aos Conselheiros da | Coroa Lisboa 29 | de Setembro de | 1769 | [seis rubricas] | Fiat justiça | [uma rubrica]>. Antecedendo a mancha do f. 1v, há a nota <Ao Conselho passe que vista a intermediação do Governador | esta [respeito] nestas naos da frota que pede | Lisboa 22 de Novembro de 1769>, seguida de cinco rubricas.

Documento 31

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 358.
2. **Datação:** 27-mar-1770.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 220 mm x 175 mm; f. 1v – 185 mm X 170 mm.
Número de linhas: f. 1r – 25 linhas; f. 1v – 20 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo duas vezes a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) no f. 1r à margem esquerda e no f. 1v e acima da mancha no f. 1v. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vinco das dobras, dividindo o caderno em três de aproximadamente 110 mm partes na altura e uma dobra de 45 mm na largura, na margem esquerda, para que coubesse no sobrescrito.

Documento 32

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 359.
2. **Datação:** 22-mar-1770.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 120 mm x 180 mm.
Número de linhas: f. 1r – 16 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo duas vezes a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas do vinco das dobras, dividindo o caderno em três partes na altura, sendo a primeira dobra de 50 mm, a segunda de 120 mm e a terceira de 175 mm; e na largura, há o vinco de uma dobra de 45 mm na margem esquerda, para que coubesse no sobrescrito.

Documento 33

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 361.
2. **Datação:** 28-mar-1769.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 95 mm x 170 mm.
Número de linhas: f. 1r – 14 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo duas vezes a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas do vinco das dobras, dividindo o caderno em três partes na altura, sendo a primeira dobra de 50 mm, a segunda de 120 mm e a terceira de 175 mm; e na largura, há o vinco de uma dobra de 45 mm na margem esquerda, para que coubesse no sobrescrito.

Documento 34

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 26, D. 2256.
2. **Datação:** 29-mar-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 180 mm; f. 1v – 40 mm X 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 29 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e e carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [29 de Março de 1770].

Documento 35

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2503.

2. Datação: 6-jul-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 245 mm x 180 mm; f. 1v – 70 mm X 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 28 linhas; f. 1v – 8 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 4 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [6 de julho de 1770].

Documento 36

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2505.

2. Datação: 7-jul-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 210 mm x 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 26 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 4 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [7 de julho de 1770].

Documento 37

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2506.

2. Datação: 9-jul-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 250 mm x 185 mm; f. 1v – 250 mm X 185 mm; 2r – 140 mm X 185 mm.

Número de linhas: f. 1r – 34 linhas; f. 1v – 33 linhas; f. 2r – 21 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 2 ocorrência, f. 1r/1v; f. 1v/2r.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecedendo as manchas dos fs. 1r e 2r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 4 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [9 delulho de 1770].

Documento 38 - A

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2516.

2. Datação: 8-nov-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 180 mm; f. 1v – 225 mm X 175 mm; 2r – 40 mm X 140 mm.

Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 23 linhas; f. 2r – 4 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo as manchas dos fs. 1r e 2r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [8 de Novembro de 1770].

Documento 38 - B

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2517.

2. Datação: 8-nov-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 230 mm x 180 mm; f. 1v – 200 mm X 180 mm.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas; f. 1v – 25 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Sem reclame.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) e carimbo circular do Arquivo Histórico Colonial – AHC (26 mm de diâmetro), antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [8 de Novembro de 1770].

Documento 39 - A

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2522.

2. Datação: 14-nov-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 245 mm x 178 mm; f. 1v – 85 mm X 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 9 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final,

encostada ao final da f. 1v. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [14 de Novembro de 1770].

Documento 39 - B

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2523.
2. **Datação:** 14-nov-1770.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.
5. **Composição:** 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 182mm; f. 1v – 85 mm X 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [14 de Novembro de 1770 – 2ª.Via].

Documento 40 - A

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2526.
2. **Datação:** 03-dez-1770.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.
5. **Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 182mm. Número de linhas: f. 1r – 26 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
7. **Particularidades:** dois carimbos circulares da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [3 de Dezembro de 1770. | 2ª.Via].

Documento 40 - B

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2527.
2. **Datação:** 03-dez-1770.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.
5. **Composição:** 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 190 mm x 175 mm; f. 1v – 80 mm X 170 mm. Número de linhas: f. 1r – 20 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [3 de Dezembro de 1770]. Este documento está encadernado junto de seus anexos (amarrado em três furos com pedaços de fitas vermelhas).

Documento 41

1. **Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2529.
2. **Datação:** 4-dez-1770.
3. **Lugar de origem:** São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 230 mm x 175 mm; f. 1v – 225 mm X 175 mm; 2r – 170 mm X 170 mm .

Número de linhas: f. 1r – 24 linhas; f. 1v – 22 linhas; f. 2r – 17 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo as manchas dos fs. 1r e 2r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [4 de 10bro de 1770]. Este documento está encadernado junto de seus anexos (amarrado em três furos com pedaços de fitas vermelhas).

Documento 42

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2533.

2. Datação: 5-dez-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D SEBILLE & WEND, distância entre pontusais: 28 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D SEBILLE & WEND e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo com as letras D, S, W.

5. Composição: 1 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 185 mm x 185 mm.

Número de linhas: f. 1r – 29 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [5 de Dezembro de 1770 – 2ª. Via].

Documento 43

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023, Cx. 6, D. 364.

2. Datação: 01-mar-1769.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.

5. Composição: 2 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 175; f. 1v – 70 mm X 180 mm.

Número de linhas: f. 1r – 34 linhas; f. 1v – 16 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) no f. 1r à margem esquerda. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marcas do vinco das dobras, dividindo o caderno em três partes na altura, sendo a primeira dobra de 50 mm, a segunda de 120 mm e a terceira de 175 mm; e na largura, há o vinco de uma dobra de 45 mm na margem esquerda, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [8 de Dezembro de 1770].

Documento 44

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2543.

2. Datação: 08-dez-1770.

3. Lugar de origem: São Paulo.

- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca J C & I Honig, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro C & IH e brasão com uma colmeia na parte central e outra menor acima, com as letras J C & I Honig.
- 5. Composição:** 1 fólio; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 180 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 23 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
- 7. Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marcas de vinco de dobra, dividindo-o em 4 partes iguais. Anotação posterior de data na margem esquerda acima [8 de Dezembro de 1770].

Documento 45

- 1. Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2552.
- 2. Datação:** 15-set-1765.
- 3. Lugar de origem:** Vila de Santos.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 2 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 240 mm x 180 mm; f. 1v – 60 mm X 180 mm. (Segunda via: f. 1r – 255 mm x 180 mm; f. 1v – 55 mm X 185 mm). Número de linhas: f. 1r – 21 linhas; f. 1v – 7 linhas (Segunda via: f. 1r – 21 linhas; f. 1v – 9 linhas). Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência nas duas vias, f. 1r/1v.
- 7. Particularidades:** As duas vias encontram-se arquivadas juntas. Ambas têm carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) à margem esquerda dos respectivos f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de 7bro de 1765].

Documento 46

- 1. Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2567.
- 2. Datação:** 3-set-1771.
- 3. Lugar de origem:** São Paulo.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca P, distância entre pontusais: 25 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro P com brasão com uma coroa acima de um pássaro bicéfalo, segurando círculos com os pés. Os círculos possuem diagramações diferentes, sendo que o da direita retrata uma personificação do sol.
- 5. Composição:** 1 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 110 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 13 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.
- 7. Particularidades:** carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Assinatura de próprio punho de DomLuis Antonio deSouza ao final, encostada ao final da f. 1r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [3 de Setembro de 1771].

Documento 47

- 1. Cota:** Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 27, D. 2569.
- 2. Datação:** 4-set-1771.
- 3. Lugar de origem:** São Paulo.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólhos; 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 195 mm x 190 mm.

Número de linhas: f. 1r – 23 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r e o carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) após a mancha. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [4 de Setembro de 1771].

Documento 48

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2606.

2. Datação: 15-set-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 270 mm x 200 mm; f. 1v – 55 mm X 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 22 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Carimbo circular Arquivo de Marinha e Ultramar BNL (23 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do 1v. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de 7bro de 1765].

Documento 49

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 24, D. 2634.

2. Datação: 15-set-1765.

3. Lugar de origem: Vila de Santos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 270 mm x 200 mm; f. 1v – 55 mm X 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 22 linhas; f. 1v – 5 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. Carimbo circular Arquivo de Marinha e Ultramar BNL (23 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do 1v. Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 1v. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [15 de 7bro de 1765].

Documento 50

1. Cota: Lisboa; Arquivo Histórico Ultramarino; Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de São Paulo. AHU_CU_023-01, Cx. 29, D. 2667.

2. Datação: 18-jun-1774.

3. Lugar de origem: São Paulo.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 3 fólios; 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 200 mm x 163 mm; f. 1v – 185 mm X 165 mm; f. 2r – 140 mm X 160 mm.

Número de linhas: f. 1r – 14 linhas; f. 1v – 13 linhas; f. 2r – 12 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 2 ocorrências, f. 1r/1v; f. 1v/2r.

7. Particularidades: carimbo circular da Biblioteca Nacional – Secção Ultramarina (25 mm de diâmetro) antecedendo a mancha do f. 1r. O carimbo oval do Arquivo Histórico Ultramarino (10 mm de diâmetro) antecede as manchas do f. 1r e 2r. Antecedendo a mancha do f. 2r, há um carimbo circular escrito Biblioteca Nacional - Lisboa (30 mm de diâmetro). Assinatura de próprio punho de Dom Luis Antonio de Souza ao final, encostada ao final da f. 2r. Marca de vinco ao meio do caderno, dividindo-o em 2 partes iguais, para que coubesse no sobrescrito. Anotação posterior de data na margem esquerda à cima [18 de junho de 1771].

Seguem as descrições dos documentos passivos:

Documento 51

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 4r e 5r.

2. Datação: 26-jan-1765.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios (3 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 310 mm x 175 mm; f. 1v – 305 mm X 175 mm; f. 2r – 50 mm X 175 mm.

Número de linhas: f. 1r – 35 linhas; f. 1v – 36 linhas; f. 2r – 9 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 2 ocorrências, f. 1r/1v e f. 1v/2r.

7. Particularidades: Não contém marcas de dobras.

Documento 52

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 54r e 54v.

2. Datação: 04-fev-1765.

3. Lugar de origem: Salvaterra de Magos.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 305 mm x 190 mm; f. 1v – 250 mm X 185 mm.

Número de linhas: f. 1r – 25 linhas; f. 1v – 6 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: Contém marcas de dobras para ser contido em sobrescrito. Informação de ser a “1ª via”, na margem inferior esquerda.

Documento 53

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 72r.

2. Datação: 28-fev-1765.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 150 mm x 185 mm.

Número de linhas: f. 1r – 15 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

7. Particularidades: Contém a anotação “Copia”, na margem superior esquerda.

Documento 54

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 92r a 93v.
- 2. Datação:** 20-nov-1765.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 2 fólios (4 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 305 mm x 195 mm; f. 1v – 305 mm x 195 mm; f. 2r – 305 mm x 195 mm; f. 2v – 255 mm x 195 mm. Número de linhas: f. 1r – 29 linhas; f. 1v – 28 linhas; f. 2r – 29 linhas; f. 2v – 27 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 2 ocorrências, f. 1r/1v; f. 1v/2r; f. 2r/2v.
- 7. Particularidades:** No fólio 1v, há marcação posterior de linha, indicando o espaço da margem esquerda. Informação de ser a “1ª via”, na margem inferior esquerda do último fólio.

Documento 55

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 96r.
- 2. Datação:** 20-nov-1765.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 225 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 20 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação.

Documento 56

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 101r e 101v.
- 2. Datação:** 22-mar-1765.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 310 mm x 205 mm; f. 1v – 130 mm x 205 mm. Número de linhas: f. 1r – 37 linhas; f. 1v – 19 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
- 7. Particularidades:** Contém duas dobras verticais e duas horizontais, dividindo o papel em três partes para formar o sobrescrito de 85 mm x 102 mm, grafado ao fundo do fólio 2v e com selo vermelho com papel colado por cima. Contém, ao longo da folha, 18 cortes de estilete, de 10 mm cada, dividido em nove pares distanciados em 20 mm.

Documento 57

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 107r e 107v.
- 2. Datação:** 19-abr-1766.
- 3. Lugar de origem:** Belém.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 290 mm x 190 mm; f. 1v – 100 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 8 linhas. Sem pauta. Numeração por foliação. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.

7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via”, na margem inferior esquerda do último fólio. Vincos de dobras que indicam que a folha tenha sido dobrada para formar um sobredito na medida de 95 mm x 120 mm. Contém um sinete de cera vermelha de 35 mm de diâmetro.

Documento 58

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 124r.
2. Datação: 21-jul-1766.
3. Lugar de origem: Lisboa.
4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 160 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 17 linhas.
7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via”, na margem inferior esquerda do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 59

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 126r.
2. Datação: 21-jul-1766.
3. Lugar de origem: Lisboa.
4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 195 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 23 linhas.
7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via”, na margem inferior esquerda do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal. Abaixo da mancha, consta o carimbo circular azul de 25 mm de diâmetro com a seguinte escrita ao redor: “Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo”.

Documento 60

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 129r.
2. Datação: 21-jul-1766.
3. Lugar de origem: Lisboa.
4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 175 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 18 linhas.
7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via” do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 61

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 130r, 130v, 131r e 131v.
2. Datação: 21-jul-1766.
3. Lugar de origem: Lisboa.
4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. Composição: 2 fólio (4 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 295 mm x 195 mm; f. 1v – 295 mm x 195 mm; f. 2r – 295 mm x 195 mm; f. 2v – 50 mm x 195 mm.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas; f. 1v – 27 linhas; f. 2r – 28 linhas; f. 2v – 8 linhas. Reclame: 3 ocorrências, f. 1r/1v; f. 1v/2r; f. 2r/2v.

7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via”, na margem inferior esquerda do último fólio. Há, ainda, na margem direita, ao final da página, a anotação “N. 7.”. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 62

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 135r.

2. Datação: 21-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 190 mm x 185 mm.

Número de linhas: f. 1r – 18 linhas.

7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via” do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 63

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 183r.

2. Datação: 21-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 175 mm x 185 mm.

Número de linhas: f. 1r – 15 linhas.

7. Particularidades: Informação de ser a “2ª via” do fólio. Vinco de duas dobras, dividido a folha ao meio nos sentidos horizontal e no vertical.

Documento 64

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 127r.

2. Datação: 22-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 165 mm x 190 mm.

Número de linhas: f. 1r – 18 linhas.

7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via” do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 65

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 128r.

2. Datação: 22-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 250 mm x 190 mm.

Número de linhas: f. 1r – 26 linhas.

7. Particularidades: Informação de ser a “1ª via” do fôlio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 66

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fôlio 135r.
- 2. Datação:** 21-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 145 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 18 linhas.
- 7. Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do fôlio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 67

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fôlio 140r; 140v.
- 2. Datação:** 22-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fôlio (2 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 305 mm x 185 mm; . 1v – 50 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 30 linhas; f. 1v – 5 linhas. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
- 7. Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do fôlio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 68

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fôlio 142r.
- 2. Datação:** 22-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 110 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 13 linhas.
- 7. Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do fôlio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 69

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fôlio 144r.
- 2. Datação:** 22-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 255 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas.
- 7. Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do fôlio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 70

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 145r e 145v.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 320 mm x 200 mm; f. 1v – 145 mm x 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 32 linhas; f. 1v – 18 linhas. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do último fólio. Vinco de dobras: três na horizontal e duas na vertical, de modo a forma o sobrescrito com o verso do próprio papel.

Documento 71

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 149r e 149v.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 295 mm x 190 mm; f. 1v – 50 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 28 linhas; f. 1v – 9 linhas. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do último fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal. Há uma marca de tinta, com um traçado azul destacando o terceiro parágrafo do fólio 1r.

Documento 72

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 150r.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 175 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 20 linhas.
7. **Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 73

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 154r.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 175 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 14 linhas.
7. **Particularidades:** Informação de ser a “1ª via” do fólio. Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 74

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 184r.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 85 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 11 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 75

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 188r.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 170 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 19 linhas.
7. **Particularidades:** Informação de ser a “2ª via” do último fólio. Vinco de dobras: três na horizontal e duas na vertical, de modo a forma o sobrescrito com o verso do próprio papel.

Documento 76

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 189r.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 120 mm x 195 mm. Número de linhas: f. 1r – 13 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 77

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 190r.
2. **Datação:** 22-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 190 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 21 linhas.
7. **Particularidades:** Informação de ser a “2ª via” do último fólio. Vinco de dobras: três na horizontal e duas na vertical, de modo a forma o sobrescrito com o verso do próprio papel.

Documento 78

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 160r.
2. **Datação:** 23-jul-1766.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.

- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 130 mm x 195 mm. Número de linhas: f. 1r – 18 linhas.
- 7. Particularidades:** Vinco de uma dobra que tenha dividido a folha ao meio no sentido horizontal.

Documento 79

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 170r.
- 2. Datação:** 23-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 270 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 35 linhas.
- 7. Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho. Acima da mancha, consta o carimbo circular azul de 25 mm de diâmetro com a seguinte escrita ao redor: “Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo”.

Documento 80

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 173r.
- 2. Datação:** 23-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 170 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 23 linhas.
- 7. Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 81

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 176r.
- 2. Datação:** 23-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
- 6. Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 180 mm x 195 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas.
- 7. Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 82

- 1. Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 177r.
- 2. Datação:** 23-jul-1766.
- 3. Lugar de origem:** Lisboa.
- 4. Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
- 5. Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 105 mm x 165 mm.

Número de linhas: f. 1r – 16 linhas.

7. Particularidades: Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 83

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólio 180r.

2. Datação: 23-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 150 mm x 195 mm.

Número de linhas: f. 1r – 20 linhas.

7. Particularidades: Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 84

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 169; Fólios 192r, 192v, 193r.

2. Datação: 30-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 2 fólios (3 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 315 mm x 175 mm; f. 1v – 325 mm x 175 mm; f. 2r – 275 mm x 175 mm. Número de linhas: f. 1r – 36 linhas; f. 1v – 37 linhas; f. 2r – 32 linhas. Reclame: 2 ocorrências, f. 1r/1v; f. 1v/2r.

7. Particularidades: Por se tratar de uma cópia, conforme assinalado acima da mancha do fólio 1r, não há marcas de dobras, mas os dizeres do sobrescrito encontram-se copiados no verso da folha.

Documento 85

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 24r.

2. Datação: 30-jul-1766.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 310 mm x 180 mm; f. 1v – 70 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 28 linhas; f. 1v – 10 linhas. Sem reclame.

7. Particularidades: Papel manchado e bastante desgastado em relação aos demais. Apresenta corrosões nas laterais extenas, sobretudo à oposta da lombada na encadernação. Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 86

1. Cota: São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 18r.

2. Datação: 13-mai-1767.

3. Lugar de origem: Lisboa.

4. Suporte material: cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 140 mm x 200 mm.

Número de linhas: f. 1r – 14 linhas.

7. Particularidades: Contém duas dobras verticais e duas horizontais, dividindo o papel em três partes para formar o sobrescrito de 90 mm x 120 mm, grafado ao fundo do fôlio 2v, com sinete de cera vermelha. Informação de ser a “2ª via” abaixo da mancha.

Documento 87

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fôlio 40r.
2. **Datação:** 23-jun-1767.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 225 mm x 160 mm. Número de linhas: f. 1r – 14 linhas.
7. **Particularidades:** Por se tratar de uma cópia, conforme assinalado acima da mancha do fôlio 1r, não há marcas de dobras, mas os dizeres do sobrescrito encontram-se copiados no verso da folha.

Documento 88 A

1. **Cota:** Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de manuscritos. Coleção Morgado de Mateus. Referência MS – 553 (10); Fôlio 58r.
2. **Datação:** 20-jun-1767.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 310 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 23 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 88 B

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fôlio 29r.
2. **Datação:** 20-jun-1768.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 280 mm x 170 mm. Número de linhas: f. 1r – 23 linhas.
7. **Particularidades:** Por se tratar de uma cópia, conforme assinalado acima da mancha do fôlio 1r, não há marcas de dobras, mas os dizeres do sobrescrito encontram-se copiados no verso da folha.

Documento 89

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fôlio 54r.
2. **Datação:** 15-dez-1768.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fôlio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fôlio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 180 mm x 200 mm. Número de linhas: f. 1r – 20 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: duas na horizontal, de modo a reduzir o papel a um terço de seu tamanho. Informação de ser a “2ª via” abaixo da mancha.

Documento 90 A

1. **Cota:** Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de manuscritos. Coleção Morgado de Mateus. Referência MS – 553 (10); Fólio 78r.
2. **Datação:** 02-mar-1769.
3. **Lugar de origem:** Oeiras.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 300 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 28 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 90 B

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 55r.
2. **Datação:** 02-mar-1769.
3. **Lugar de origem:** Oeiras.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 235 mm x 150 mm. Número de linhas: f. 1r – 28 linhas.
7. **Particularidades:** Por se tratar de uma cópia, conforme assinalado acima da mancha do fólio 1r, não há marcas de dobras, mas os dizeres do sobrescrito encontram-se copiados no verso da folha. Na margem esquerda da mancha, ao lado do terceiro parágrafo, consta o carimbo circular azul de 25 mm de diâmetro com a seguinte escrita ao redor: “Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo”.

Documento 91 A

1. **Cota:** Rio de Janeiro; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de manuscritos. Coleção Morgado de Mateus. Referência MS – 553 (10); Fólios 149r e 149v.
2. **Datação:** 19-dez-1769.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 300 mm x 200 mm; f. 1v – 260 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 29 linhas; f. 1v – 21 linhas. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: uma na horizontal e uma na vertical, de modo a reduzir o papel em um quarto de seu tamanho.

Documento 91 B

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólios 60r, 60v e 61r.
2. **Datação:** 19-dez-1769.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 2 fólhos (3 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 285 mm x 185 mm; 1r – 310 mm x 185 mm; 2r – 300 mm x 185 mm. Número de linhas: f. 1r – 21 linhas; 1r – 24 linhas; 2r – 23 linhas.

Documento 92

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 64r.
2. **Datação:** 30-jul-1770.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 170 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 19 linhas.

Documento 93

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 67r.
2. **Datação:** 23-ago-1770.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 190 mm x 180 mm. Número de linhas: f. 1r – 19 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: duas na horizontal, de modo a reduzir o papel a um terço de seu tamanho. Informação, embora bastante corroída, de ser a “2ª via” abaixo da mancha. Na margem esquerda, abaixo da mancha, consta o carimbo circular azul de 25 mm de diâmetro com a seguinte escrita ao redor: “Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo”.

Documento 94

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 68r.
2. **Datação:** 28-ago-1770.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 280 mm x 190 mm. Número de linhas: f. 1r – 31 linhas.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: duas na horizontal, de modo a reduzir o papel a um terço de seu tamanho. Informação, embora bastante corroída, de ser a “2ª via” abaixo da mancha.

Documento 95

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 69r 69v.
2. **Datação:** 16-nov-1770.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (2 páginas); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 320 mm x 195 mm; f. 1v – 300 mm x 195 mm. Número de linhas: f. 1r – 27 linhas; f. 1v – 7 linhas. Reclame: 1 ocorrência, f. 1r/1v.
7. **Particularidades:** Vinco de dobras: duas na horizontal, de modo a reduzir o papel a um terço de seu tamanho. Informação de ser a “2ª via” abaixo da mancha.

Documento 96

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 63r.
2. **Datação:** 14-jan-1771.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 220 mm x 155 mm. Número de linhas: f. 1r – 18 linhas.

Documento 97

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 1r.
2. **Datação:** 05-out-1773.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 180 mm x 170 mm. Número de linhas: f. 1r – 13 linhas.
7. **Particularidades:** Acima da mancha há um carimbo circular azul de 25 mm de diâmetro com a seguinte escrita ao redor: “Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo”. Na parte do fecho, há uma marca de borrado da própria tinta.

Documento 98

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 2r.
2. **Datação:** 14-out-1773.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 250 mm x 165 mm. Número de linhas: f. 1r – 22 linhas.

Documento 99

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 1r.
2. **Datação:** 05-out-1773.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.
5. **Composição:** 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.
6. **Organização da página:** dimensão da mancha: f. 1r – 250 mm x 165 mm. Número de linhas: f. 1r – 19 linhas.
7. **Particularidades:** Por se tratar de uma cópia, conforme assinalado acima da mancha do fólio 1r, não há marcas de dobras.

Documento 100

1. **Cota:** São Paulo; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Referência COO420 – Avisos e Cartas Régias; Códice 170; Fólio 1r.
2. **Datação:** 05-out-1773.
3. **Lugar de origem:** Lisboa.
4. **Suporte material:** cartáceo, sem pauta, marca D & C Blauw, distância entre pontusais: 26 mm, distância entre vergaturas: 1 mm, filigrana: letreiro D & C BLAUW e brasão com arabescos florais e uma árvore no cimo, com as letras B, D, C.

5. Composição: 1 fólio (1 página); 1 caderno bínio; formato in-fólio.

6. Organização da página: dimensão da mancha: f. 1r – 200 mm x 170 mm. Número de linhas: f. 1r – 22 linhas.

7. Particularidades: Por se tratar de uma cópia, conforme assinalado acima da mancha do fólio 1r, não há marcas de dobras.

Além do suporte, descrito anteriormente, há outras regularidades no conjunto documental, conforme retratado na descrição das características codicológicas. Vale pormenorizar um pouco mais sobre o formato das manchas, sempre delimitadas por margens definidas a cada documento. Via de regra, as manchas ocupam o espaço quase integral da largura de cada fólio. Por vezes a espécie documental exige que o texto fosse alinhado em espaço menor, de modo a deixar um espaço em branco para o despacho. Normalmente escritos só à direita, ocupando apenas um terço do papel, deixava-se a parte da esquerda para os despachos. Isso ocorria com as cartas enviadas diretamente ao Rei, como o documento 30 do *corpus*. Nesse caso, o parecer do Conselho em nome do monarca ocorria na margem maior a ser deixada é sempre à esquerda do leitor, gerando um documento composto, conforme mencionado no capítulo acerca dos aspectos diplomáticos. Decorre desse tipo de prática o uso de papéis em tamanho maior para fins oficiais em relação aos usados para correspondências particulares. Exemplo disso é uma breve carta²⁷¹, escrita de próprio punho a seu filho em papel de medidas 220mm de altura por 170mm de largura:

Sic transit Gloria Mundi²⁷². Eque | poucopensas nistonomeyo das tuas | escandalosas, reprovadas, enuncavistas | Loucuras! NoliteConfiderein Prin- | cipebus::::: in illadie puribunt omnes | Cogitationes corum²⁷³. | *Vila Real* 22 de Fevereiro de 1780. | Comonaõ sei mintir comotu | mentes. | DomLuis

Em acréscimo à questão da mancha dos textos, deve-se abordar os vincos do suporte, tratado no item das “particularidades”. Tais marcas indicativas de dobraduras permitem que se retrate o formato em que cada documento foi enviado. Quando se trata de cópia, como é o caso do doc. 100, por exemplo, não há vincos indicativos de

²⁷¹ Carta de Dom Luís António para seu filho, datada de 22 Fevereiro 1780. Transcrita a partir do original do Arquivo da Casa de Mateus, Caixa 1,8 – CT. 1160, Al. 1. Remetida em um sobrescrito feito com papel maior dobrado, com medidas de 300mm de altura por 200mm de largura, em que constam os dizeres “A Dom IozéMariadoCar- | mo, eSouza queDeus guarde. | EmoPalaciodeArroyos | Lisboa”. Além das dimensões do papel, a carta destaca-se pelo fato de registrar a atitude intersubjetiva dotada da intempestividade de Dom Luís António.

²⁷² “Sic transit Gloria Mundi”, expressão latina que significa “Assim passa a glória do mundo”, indicando que o filho estaria preso às paixões mundanas.

²⁷³ A proposição em latim, “NoliteConfiderein Prin- | cipebus in illadie puribunt omnes | Cogitationes corum”, tem o significado de conselho, para que o filho não confiasse ao príncipe todos os seus pensamentos. Além de demonstrar sua erudição, a expressão latina reforça o crítica a Dom José Maria, como deslumbrado com as riquezas e, em última instância, acusa sua atuação na corte em detrimento das responsabilidades familiares.

dobradura do suporte. Essa cópia teria sido feita meramente para ser arquivada no cartulário, não tendo circulado fora da Secretaria de governo.

Os vincos do suporte demonstram duas possibilidades: a de o documento ter sido acondicionado em outra folha que lhe servira de sobrescrito e a de o seu sobrescrito ter sido feito com o papel da própria correspondência, dobrado em forma de envelope.

Como não havia envelopes prontos para o uso, tinham de ser feitos pelos próprios autores materiais. As folhas empregadas eram similares às usadas para a redação dos documentos, o que exigia a redução do tamanho de um documento para que fosse contido no envelope. Por isso, observam-se mais vincos quando o documento seria acondicionado em outro suporte:

Figura 55: Sobrescrito do doc. 93 (feito em outro suporte).

Figura 56: Sobrescrito do doc. 89 (feito a partir do suporte do próprio documento, com dobradura em forma de envelope).

Quando dobrada mais uma vez ao meio, a folha estruturada em forma de caderno bínio assumia uma nova estrutura, a de “quaternio” para formar o sobrescrito. Assim dobrado em quatro partes iguais, a escrita do sobrescrito ficava no fólio 2v, conforme exemplo:

Figura 57: Sobrescrito do doc. 7.

No caso da parcela ativa, quando dobrados em mais de duas partes, os documentos foram alocados em sobrescritos de outros papéis. Nesses casos, os envelopes teriam sido descartados na Secretaria, ao serem recebidos em Lisboa, não tendo permanecido como anexos. Dessa forma, os sobrescritos conservados da documentação ativa são apenas os feitos do suporte do próprio documento.

Na parcela passiva, os documentos de 58 a 63, por exemplo, têm a mesma data cronológica e tópica. Além disso, são primeiras vias e todas apresentam a mesma marca de vinco no meio das folhas. Esses seis manuscritos exemplificam o fato de vários documentos serem enviados em uma só remessa, por vezes em um mesmo envelope, no caso dos passivos.

Figura 58: Sacos de transportar correspondência²⁷⁴.

²⁷⁴ Feitos em tafetá de seda com inscrição impressa a preto "Por El Rey | Ao Governador e Cappitam Genaral | da Cappitania de S. Paulo e seu Conselho | 1ª Via." ACM – Inv. 323; 324.

5.5 Documentos ativos como exemplares avulsos

A organização dos manuscritos ativos, enviados pelo Morgado de Mateus com mais de uma via ao Reino e arquivamento do que era recebido, tinha o intuito imediato de garantir o registro das ações governamentais. Esses registros, dentre tantas funções, permitiam comprovar aos superiores portugueses os avanços na administração da capitania. Como um “acervo documental resulta de diferentes gestos operados em diferentes momentos, o que nos possibilita captar temporalidades diversas dos próprios titulares para além de motivações únicas” (BRITTO, 2011, p. 13), vale dizer que as contribuições do Morgado de Mateus para a formação dos acervos atuais sobre seu governo no Brasil podem transcender os propósitos previstos pelo próprio Governador na ocasião.

Sua intenção imediata de realizar um bom trabalho como governante, vislumbra a construção de sua própria imagem como merecedor de um título de nobreza, que promoveria sua posição social ao retornar a Portugal. Explicitamente retratada em sua correspondência particular antes e depois de seu governo, a intenção de conquistar honra e fama motivou sua produção escrita e disciplina metódica de organização. Por exemplo, em cartas à esposa, Dona Leonor, enviava anexas cópias de seu Diário de Governo, solicitando que fossem arquivadas em seu cartório, para que existissem registros seguros de sua postura atuante.

Outro exemplo interessante de sua sistemática ordenação é o fato de suas cartas pessoais estarem todas conservadas em excelente estado, mesmo quando não tratavam de assuntos positivos a sua imagem. Toda a comunicação escrita que recebeu de Dona Leonor enquanto esteve no Brasil, retornou com ele à Vila Real. Enquanto as cartas que enviou a ela foram, na grande maioria, extraviadas.

Na fase final de sua vida, recebeu documentos cujos assuntos eram bastante ofensivos a sua honra, sobre brigas conjugais, desentendimentos com o filho e rixas com outros parentes. Pode causar estranhamento à visão atual o fato de ele próprio ter arquivado textos capazes de denegrir sua imagem. No entanto, o zelo na manutenção integral de seu Cartório particular parece ter sido maior do que questões de ordem pessoal.

Com base no contexto histórico apresentado, o Morgado de Mateus, apoiado nos princípios racionalistas em voga no seu tempo²⁷⁵, além de exímio administrador

²⁷⁵ Os princípios racionalistas evidenciam-se, de acordo com Rodrigues et al (2002, p. 600), na adoção da matriz racionalista de catalogação das obras, em substituição ao “rol” (lista das obras de um acervo)

de seus bens pessoais, foi um exemplo de esforço na ordenação e na descrição documental, o que ainda hoje se reflete na maneira e no estado de conservação dos documentos arquivados. Tanto na documentação remetida ao reino, à qual dava uma estrutura temático-funcional, estrutura que agilizou muito a recuperação do acervo dos diversos Arquivos que contêm sua obra; quanto sua documentação passiva, arquivada por ele na capitania. Permite-se, pois, considerar que a atual organização das fontes por onde se compôs o *corpus* seja resultado de seu trabalho como Governador, tanto no trato do envio ao Reino quanto da realização das encadernações da parcela passiva.

Além da ascensão social, em última instância, o Morgado de Mateus pretendia alcançar a imortalidade, sendo o seu nome e as suas obras enaltecidos e lançados à posteridade, o que “consiste em fazer existir uma nova posição para além das posições estabelecidas, na dianteira dessas posições, na vanguarda, e, introduzindo a diferença, produzindo o tempo.” (BOURDIEU, 1996, apud BRITTO, 2011, p. 285). Nota-se, portanto, a diferença entre os eixos ativo e passivo da documentação. Como comprova a análise, os ativos são mais expressivos e essa maior vivacidade deve-se às pretensões de seu autor intelectual, bem como à importância que ele dava a essa produção de documentos.

Em acréscimo ao afincamento com que organizava seus papéis, a intensa produção escrita de sua Secretaria justifica o fato de ter sido qualificado por Taunay (1945, p. 91), como já citado, como “o homem que não tinha preguiça de escrever”. Pode-se dizer que o Morgado de Mateus consumia muito papel, conforme atesta a certidão de 18 de junho de 1768, apresentada a seguir, em que o secretário Tomás Pinto da Silva afirma ter comprado 35 resmas de papel para a Secretaria de governo:

derivado da mentalidade barroca. O conceito de catálogo que orientasse os consultantes baseava-se no conceito de Enciclopédia iluminista (“*Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*” (1751-1772), coordenada por Diderot com a colaboração de D’Alambert.).

Figura 59: Certidão do Secretário de governo, Tomás Pinto da Silva²⁷⁶.

²⁷⁶ Essa certidão é um documento anexo a um ofício datado de 20 de julho de 1768 e numerado como 2413 pelo PRBRB. Não foi incluído no *corpus*, mas foi empregado por seu caráter informativo.

Como cada folha de papel continha quatro fólhos para receber a escrita e havia 500 folhas de papel em cada resma, nos primeiros dois anos e meio de governo contavam-se 17.500 folhas, totalizando 70 mil fólhos disponíveis para a escrita.

Além da contabilidade das folhas, essa certidão do Secretário Tomás Pinto da Silva tem relevância para as análises codicológicas dos documentos ativos, por conter a informação de serem compradas “diferentes qualidades” de papel. A partir da asserção de ser comprada grande quantidade de papéis, justifica-se a existência das quatro marcas diferentes descritas. Em contraposição à única marca empregada para os passivos, infere-se que a possibilidade de essa compra ter sido feita diretamente com mercadores de outras nacionalidades. Como o suporte usado pelos governantes no Reino era todo da mesma marca, acredita-se que os suportes da *D & C Blauw* tenham passado por Portugal antes de adentrarem o Brasil. As outras três marcas *D Seville Wend*, *J C & I Honig* e *P* podem ter sido negociadas com outros intermediários, como os ingleses, bastante atuantes no mercado brasileiro como consta no próprio *corpus*.

Embora não se encontrem em códices, os documentos avulsos seguem os mesmos critérios para a análise codicológica. Como manuscritos soltos, encontram-se separados por uma folha de papel de almaço branco da espessura de uma cartolina e de tamanho maior que as folhas dos documentos. As “capilhas”, como são chamadas no AHU, foram atualizadas durante a catalogação do PRBRB. Nota-se, na figura a seguir, o corretivo usado nas informações da caixa e do número do documento, indicando alteração desses dados:

Figura 60: Exemplo de capilha.

Digitadas, antecedendo cada documento de modo a introduzi-lo, as capilhas contêm as informações do respectivo verbete descritivo, bem como de itens anexos:

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CONSELHO ULTRAMARINO

BRASIL — SÃO PAULO

1768, Julho, 20

SÃO PAULO

Carta
25
Doc. N.º
249

2.413. Ofício n.º 26 do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo) D. Luis Antônio de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus), para o (ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo) conde de Oeiras, dando conta do que tem feito para aumento da justiça na sua capitania, pois, quando da sua chegada, esta era tão deficiente que os delinquentes andavam em liberdade. Queixa-se também de que o nome de (D. José I) era desconhecido entre certos povos, como por exemplo nos «retiros» de Jaguari, de Camanducaia, nos bairros de «Assariguama», junto ao rio Paraíba, nos matos de Paranapanema, Piani e Ribeira e nos Campos Gerais e Furnas mas que tem procurado fazê-lo respeitar. Enumera a seguir todos os serviços: — tem evitado distúrbios e delitos; na Secretaria do Governo, como atesta o secretário, têm-se escrito trinta e cinco resmas de papel; os livros da Secretaria do Governo são os que constam da relação junta; organizou as seis companhias pagas da praça de Santos; formou seis Corpos de Auxiliares, dois de Cavalaria e quatro de Infantaria e três Companhias de «vzares» de Curitiba; disciplinou quatro companhias

de aventureiros que enviou para o Rio Grande; mandou quinientos homens para socorrer a província de Rio Grande; principiou as fortificações da Marinha; fundou novas vilas e povoações na capitania e mandou duas expedições ao sertão do Ivaí. Pede as ordens necessárias para estabelecer o comércio e a lavoura e poder continuar com todos os seus trabalhos.

São Paulo, 1768 Julho 20.

Orig. cart. 354 x 221 mm., em b. est.

Contém:

1) CERTIDÃO passada pelo secretário do governo da capitania de São Paulo, Tomás Pinto da Silva, atestando que desde que está a exercer o seu emprego já comprou para o expediente da mesma Secretaria trinta e cinco resmas de papel, as quais se têm gasto para satisfazer as ordens do governador e capitão general (da capitania de São Paulo), D. Luis Antônio de Sousa (Botelho Mourão, morgado de Mateus).

São Paulo, 1768 Junho 18.

Orig. cart. 353 x 224 mm., em b. est.

2) RELAÇÃO dos livros da Secretaria do Governo da capitania de São Paulo.

(S.l., ant. a 1768 Junho 20).

Orig. cart. 353 x 224 mm. em b. est.

Figura 61: Exemplo de página descritiva sobre o doc. 23 do *corpus*.

Após o verbete, os anexos são numerados após o termo “Contém”. Na figura 61, há uma certidão e uma relação anexas. Para evitar que o *corpus* ficasse muito extenso, os diplomas anexos não foram transcritos, sendo mencionados quando necessário ao longo das análises.

Por vezes amarradas com fitas aparentemente do próprio período, os documentos são mantidos no AHU da seguinte forma:

Figura 62: Exemplo de documento do AHU.

Poucos documentos foram conservados em mais de uma via. Devido à imensa quantidade e ao protocolo que autorizava eliminar-se a via recebida depois, infere-se que a Secretaria em Portugal descartasse uma das vias do que se recebesse em duplicata.

5.6 Documentos passivos em seus cartulários

Além do acondicionamento do *corpus* ativo em forma de avulsos sob guarda do AHU, o *corpus* conta também com a forma das encadernações, em que está acondicionada sua parcela passiva.

Essa parcela compõe-se de documentos de autoria intelectual do Rei, do Conde de Oeiras e dos secretários de governo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Martinho de Melo e Castro enviados de Portugal ao Morgado de Mateus em São Paulo. Tal documentação encontra-se encadernada junto de outros registros do mesmo período e mantida nos acervos do APESP e da BNRJ. Entende-se que uma “encadernação” visa a fixar folhas entre capas, seja por costura ou por cola, para mantê-las em uma ordem determinada e a assegurar a sua proteção, de acordo com o Arquivo Nacional (2005, p. 82). Assim, as encadernações do período mantinham o

padrão ocidental de empregar capas de couro animal para garantir a firmeza do conjunto.

Todas as encadernações que contêm manuscritos organizados em cadernos cozidos entre si são comumente chamadas “códices”. Martinheira (2000, p. 29) explica que o termo aplicava-se, sobretudo, ao livro medieval enquanto instrumento detentor de parcela da cultura, cujas características obedeciam a métodos rigorosos e característicos de elaboração de cada cartório. Vale apurar essa designação genérica para nomear essas encadernações que, muito além de disponibilizar a cultura, funcionaram no período como instrumentos administrativos elaborados para referenciar, possibilitar consultas e, sobretudo, controlar os ditames monárquicos.

Dessa forma, essas encadernações formadas por documentos manuscritos e alguns exemplares impressos podem ser melhor denominadas *códices diplomáticos* ou *livros de assentamento*, conforme Bellotto (2002, p. 108). Essa classificação engloba os *registros* e os *cartulários*. Os *registros* são livros originalmente em branco em que se copiavam os documentos em ordem cronológica. Já os *cartulários* seriam as encadernações em que se reunia a correspondência recebida de forma aleatória, sem critério de ordenação evidente. Assim, os três códices que contêm o *corpus* são definidos como cartulários. Trata-se de *códices factícios*, por constituírem o produto de uma prática antiga de conservação de testemunhos escritos, originariamente independentes, reunidos em fase posterior à sua produção.

De acordo com o Guia Básico de Descrição Codicológica de Cambraia (2005, p. 28), os cartulários não possuem folha de rosto, apresentando manuscritos desde as primeiras páginas. Contêm documentação originalmente avulsa, encadernada sob capas de couro gofrado²⁷⁷ e cadernos de bifólios, presos por costura bastante resistente. Embora não haja referência explícita à data das encadernações, é possível deduzir que os fólios tenham sido encadernados pela primeira vez após a última data cronológica encontrada no cartulário 170, a de 12 de maio de 1775²⁷⁸. Por questões de ordem econômica, pode-se inferir que tenham sido produzidas na capitania de São Paulo, uma vez que serviriam de consulta na própria Secretaria.

²⁷⁷ O couro gofrado é comum às capas de encadernações do século XVIII. Trata-se de um couro trabalhado pela gofragem, processo pelo qual se demarcam texturas em relevo.

²⁷⁸ Trata-se de um registro, não empregado no presente *corpus*, mas editado em nossa dissertação de Mestrado como o doc. 8.

O cartulário consultado na BNRJ mantém a mesma delimitação temporal observada nos do APESP, em que o código 169 contempla os primeiros anos de governo e o 170, os anos finais, estendendo-se a 1777.

Por meio da exemplificação de documentos passivos em mais de uma via, como os 88 A, 90 A e 91 A, nota-se a predominância de originais, com firma dos autores intelectuais no cartulário da BNRJ em estudo. Esse volume regressou com o Governador a sua Casa em Mateus, permanecendo em seu cartório por dois séculos. Por seu caráter de extrema organização e, sobretudo, pela necessidade de comprovar sua atuação positiva no governo, teria compilado um cartulário de documentos oficiais para manter sob sua guarda pessoal. Tendo selecionado os originais e deixado cópias por ele firmadas no cartulário da Secretaria, carregou consigo esse material após ser substituído no cargo. Permaneceu, em vão, por quase um ano no Rio de Janeiro tentando reconhecimento junto ao Vice-Rei. Ao recolher-se ao Reino, obedecendo à ordem de interromper a carreira militar e política, por certo mantinha essa documentação como meio de comprovar seus méritos, conforme tentou até o fim de seus dias.

Embora com destinos diferentes, os três cartulários com representações no *corpus* são similares quanto às medidas. Possuem 340 mm de altura por 220 mm de largura, um pouco maiores que o tamanho dos fólhos manuscritos.

Apresenta-se, como exemplo, a imagem da lata onde se encontram arquivados os cartulários no APESP e a da capa do cartulário de número 170:

Figura 63: Lata 420 do APESP.

Figura 64: Cartulário 170.

Os documentos encontram-se grafados em *bifólio*, resultante da folha dobrada uma vez, transformada em quatro páginas. A composição dos cadernos dos

cartulários pode ser verificada graças à distância entre a costura e a capa, Na figura abaixo, pode-se ver a costura bastante resistente que une os cadernos²⁷⁹:

Figura 65: Primeira página do cartulário 170.

Por tratar-se de encadernação que parece visar unicamente à organização de documentos anteriormente avulsos, não há colofão (inscrição que pode estar no fim ou no início do livro e que contém a informação sobre título, autor, editor, gráfico, tipografia, local e data de impressão, por exemplo), nem florão no lombo do códice. A única referência diz respeito ao arquivamento atual e se localiza na lombada, de 340 mm de altura por 35 mm de largura, com os dizeres impressos “Arquivo do Estado de São Paulo” e o número 420 escrito à mão, conforme figura a seguir:

Figura 66: Lombada do cartulário.

Vale ressaltar, novamente, a diferença entre os cartulários de documentação governamental e os códices manuscritos que objetivavam a difusão cultural.

²⁷⁹ O estado de conservação fotografado é anterior ao processo de restauro a que foram submetidos os dois cartulários do APESP sob a supervisão da Diretora do Núcleo de Conservação do APESP, Norma Cianflone Cassares, a quem agradecemos por permitir o contato com o processo. O restauro possibilitou que essa documentação fosse apresentada no evento “Em nome d’El Rey”, seminário e exposição comemorativos aos 250 anos do governo do Morgado de Mateus, no APESP a partir de 28 de abril de 2015.

Normalmente, nos códices literários havia ilustrações como capitulares e iluminuras, que não existem nas páginas do *corpus*. Distinguem-se, portanto, dos livros iluminados que contavam com ornamentos feitos à mão em cores vivas, ouro ou prata, bastante comuns no século XV e ainda verificáveis em textos como os “Compromissos de Irmandades” no século XVIII.

Acioli (1994, p. 55) menciona que as páginas manuscritas, normalmente, têm diversas larguras e costumam ser uniformizadas para comporem uma encadernação, a fim de dar uma fisionomia agradável à composição. O cartulário fechado aparenta páginas regulares. A aparência uniforme é mantida pelo conjunto dos manuscritos, com homogeneidade da marca do papel. No entanto, ao ser folheado, encontram-se papéis com medidas divergentes. No cartulário 170, por exemplo, além dos fólhos manuscritos, papéis impressos com medida menor. A seguir, um exemplo dos documentos impressos encadernados junto aos manuscritos nos cartulários:

Figura 67: Exemplo de página impressa (primeira página tipográfica contida no cartulário 170 do APESP).

Os impressos, inseridos de forma aleatória entre os manuscritos, são regulares entre si, com 310 mm de altura por 210 mm de largura. Trata-se do mesmo tipo de papel, cuja filigrana não foi possível estudar pela gramatura tão tênue e reduzida em relação às folhas que compõem o *corpus* que faz o papel assemelhar-se a uma renda. Embora produzido no período também com a massa de trapo, o suporte dos impressos apresenta papel de coloração mais branca e muito mais deteriorado pela

ação do tempo, sobretudo por insetos papirófagos, conforme pode ser visualizado a seguir:

Figura 68: Modelo de documento impresso (página 9 do Real Decreto de S. M. Catholica, sobre a expulsão dos jesuítas).

Semelhantes ao papel de seda atual, esse suporte encontra-se grafado pela tipografia com tinta preta. Além da diferença entre resultantes da produção manuscrita e produtos da tipografia, há a qualidade do papel. A resistência do papel de trapo dos manuscritos opõe-se à fragilidade dos papéis impressos: extremamente finos e deteriorados pela ação do tempo. Cada uma das páginas foi fotografada com o apoio de uma folha de sulfite no verso. Pelo fundo branco, nota-se pela figura 68 a quantidade de buracos.

De maneira não exaustiva, o conteúdo desses impressos anexados aos manuscritos será abordado na contextualização histórica. De aspectos codicológicos diversos dos observados no *corpus* manuscrito, há cinco conjunto de impressos que compõem o cartulário 170 junto dos manuscritos, conforme o quadro a seguir:

Documentos impressos

Título (página em que se encontra neste trabalho)	Oficina impressora	Data tópica e cronológica	Localização no cartulário (Número de páginas impressas)	Autor / Destinatário
Collecção do Real Decreto de S. M. Catholica, seguida da Pragmatica Sanção	Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.	Lisboa, 27 de fevereiro de 1767.	Entre os fólhos 29v e 30r. (30 páginas impressas)	Sua Magestade / Senhor Conde de Aranda
Contrato, que se fez no Conselho Ultramarino, sobre subsidio dos molhados enovo imposto da Praça de Santos	Officina de Joam Antonio da Costa	Lisboa, 1777. Com principio em 1º de Janeiro de 1778.	Entre os fólhos 36v e 37r. (10 páginas impressas)	Joseph Alvarez de Mira e seu sócio João Baptista de Oliveira Costa
Acto do Parlamento de Pariz	Officina de Antonio Rodrigues Galhardo.	Lisboa, 9 de maio de 1767.	Entre os fólhos 51v e 52r. (12 páginas impressas)	Ministro Homero Joli de Fleury / Parlamento (Ministros, Procuradores e Juizes da Coroa)
Alvará de S. Magestade fidelíssima sobre a fabrica da cartas de jogar	Regia Officina Typografica.	Lisboa, 1769.	Entre os fólhos 96v e 97r. (4 páginas impressas)	El Rey
Alvará de EL REY ao Vice-Rei	Regia Officina Typografica.	Palacio de Nossa Senhora da Ajuda, 14 de dezembro de 1770.	Entre os fólhos 100v e 101r. (3 páginas impressas)	Rey/ Martinho de Mello e Castro.

Quadro 11: Documentos impressos (encadernados no cartulário 170 do APESP).

Cópias desses impressos constam também no códice consultado na BNRJ, onde os papéis de mesma qualidade apresentam menos danos. Infere-se, com isso, que a deterioração dos fólhos impressos deve-se também às condições de conservação e não apenas à gramatura dos papéis. Embora esse cartulário esteja atualmente sob a custódia do APESP, não se sabe sob que condições estiveram arquivados. Como lembra Acioli (1994, p. 15), arquivo morto, no Brasil, costumava ser

sinônimo de porão, onde os documentos eram descartados e permaneciam sem qualquer tratamento técnico²⁸⁰.

Após terem servido de instrumento de comando ao cumprimento das instruções que transmitiram na fase de uso, esses cartulários foram, provavelmente, mantidos por um determinado período na sede do governo da capitania para depois conservados em cartórios ou arquivos, até serem acondicionados na lata guardada em uma das prateleiras do APESP, onde se encontram atualmente.

Acredita-se que a encadernação tenha auxiliado na manutenção integral desse conjunto. Em contrapartida, é possível que documentos mantidos como avulsos tenham se perdido. O formato de livro já pressupõe consulta por favorecer leituras posteriores: “manuscritos ou impressos, os livros são objetos cujas formas comandam, se não a imposição de um sentido ao texto que carregam, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são suscetíveis” (ALMADA, 2006, p. 19). Dessa maneira, infere-se que as compilações tenham sido produzidas durante o próprio período de governo para consulta na Secretaria, e não tardiamente, apenas para consulta de seu sucessor. Seguindo essa hipótese, conclui-se que a função desses cartulários era servir como arquivos organizados a mando do Morgado de Mateus²⁸¹, que chancelou grande parte dos documentos não originais (cópias) com assinatura do próprio punho, para permanecerem na capitania de São Paulo como fonte de consulta no seu próprio período de governo e, por conseguinte, no de seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha (1775 - 1782).

Além da ausência de critérios de organização, tais como a ordem cronológica, topográfica, de autoria, de espécie documental ou temática, observa-se a alternância arbitrária entre documentos autógrafos, assinados por autoridades portuguesas, e cópias, realizadas na própria capitania de São Paulo. Essas encadernações representavam instrumentos de poder:

Um cartulário é produto de um centro de poder, de uma senhoria. Deve ser estudado numa perspectiva econômica, social, jurídica, política, cultural, mas sobretudo, enquanto instrumento de poder. Foi dito, justamente, que um cartulário constituía um conjunto de provas que é fundamento de direitos. É

²⁸⁰ Todos os Arquivos consultados contam atualmente com processos de tratamento e restauro da documentação de seu acervo. Por exemplo, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, a quem agradecemos pela atenção do Arquivista Paulo Tremoceiro, conta com o tratamento da câmara de azoto para desinfecção atóxica do papel.

²⁸¹ O Morgado de Mateus primava pela organização de arquivos e instaurou na capitania essa cultura: “Em 1775, receberia ordem para regressar, já que lhe mandavam sucessor. Partiria do Rio de Janeiro em fins de Janeiro de 1776, não sem que antes tivesse deixado uma longa carta a seu sucessor, Martim Lopes Lobo de Saldanha, na qual fazia um balanço do seu governo.” (BELLOTTO, 2007a, p. 32).

preciso ir mais longe. Ele é o testemunho de um poder polivalente e, ao mesmo tempo, cria-o (LE GOFF, 1984, p. 104).

É o caráter oficial desses conjuntos organizados por encadernações que interessa a esta pesquisa. Afinal, esse agrupamento imprime a todos os documentos do conjunto o *status* de ditame. Tanto no período de circulação, visando à concretização da ação administrativa ou jurídica veiculada, quanto na fase posterior, como meio de comprovação de um governo.